



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

### **PAUTA DA 3ª REUNIÃO**

**(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)**

**26/02/2019  
TERÇA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senador Omar Aziz**

**Vice-Presidente: Senador Plínio Valério**



**Comissão de Assuntos Econômicos**

**3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 26/02/2019.**

**3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA**  
***Terça-feira, às 10 horas***

**SUMÁRIO**

**1ª PARTE - DELIBERATIVA**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 4/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR PLÍNIO VALÉRIO</b>	<b>11</b>
2	<b>MSF 8/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR CONFÚCIO MOURA</b>	<b>247</b>
3	<b>REQ 11/2019 - CAE</b> - Não Terminativo -		<b>619</b>
4	<b>REQ 12/2019 - CAE</b> - Não Terminativo -		<b>621</b>

**2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 2/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR EDUARDO BRAGA</b>	<b>623</b>



<b>2</b>	<b>MSF 5/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR RODRIGO PACHECO</b>	<b>647</b>
<b>3</b>	<b>MSF 7/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR WELLINGTON FAGUNDES</b>	<b>674</b>
<b>4</b>	<b>MSF 6/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR TASSO JEREISSATI</b>	<b>716</b>

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP, PRB)</b>			
Eduardo Braga(MDB)(9)	AM (61) 3303-6230	1 Jader Barbalho(MDB)(9)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832
Mecias de Jesus(PR)(9)	RR	2 Simone Tebet(MDB)(9)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)	PE (61) 3303-2182	3 Dário Berger(MDB)(9)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Confúcio Moura(MDB)(9)	RO	4 Marcelo Castro(MDB)(9)	PI
Luiz do Carmo(MDB)(9)	GO	5 Marcio Bittar(MDB)(10)	AC
Ciro Nogueira(PP)(5)	PI (61) 3303-6185 / 6187	6 Esperidião Amin(PP)(18)(12)	SC
Daniella Ribeiro(PP)(6)	PB	7 Vanderlan Cardoso(PP)(11)	GO
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL(PODE, PSDB, PSL)</b>			
José Serra(PSDB)(13)	SP (61) 3303-6651 e 6655	1 Lasier Martins(PODE)(8)	RS (61) 3303-2323
Plínio Valério(PSDB)(13)	AM	2 Elmano Férrer(PODE)(8)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847
Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503	3 Oriovisto Guimarães(PODE)(8)	PR
Rose de Freitas(PODE)(8)	ES (61) 3303-1156 e 1158	4 Major Olimpio(PSL)(14)	SP
Styvenson Valentim(PODE)(8)	RN	5 Roberto Rocha(PSDB)(17)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Flávio Bolsonaro(PSL)(15)	RJ	6 Izalci Lucas(PSDB)(17)	DF
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente(PDT, PPS, PSB, REDE)</b>			
Jorge Kajuru(PSB)(3)	GO	1 Leila Barros(PSB)(3)	DF
Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB 3215-5833	2 Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO (061) 3303-3131/3132
Kátia Abreu(PDT)(3)	TO (61) 3303-2708	3 Eliziane Gama(PPS)(3)	MA
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP (61) 3303-6568	4 Cid Gomes(PDT)(3)	CE
Alessandro Vieira(PPS)(3)	SE	5 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PROPS, PT)</b>			
Jean Paul Prates(PT)(7)	RN	1 Paulo Paim(PT)(7)	RS (61) 3303-5227/5232
Fernando Collor(PROPS)(7)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Jaques Wagner(PT)(7)	BA
Rogério Carvalho(PT)(7)	SE	3 Telmário Mota(PROPS)(7)	RR (61) 3303-6315
<b>PSD</b>			
Omar Aziz(2)	AM (61) 3303.6581 e 6502	1 Angelo Coronel(2)	BA
Otto Alencar(2)	BA (61) 3303-1464 e 1467	2 Lucas Barreto(2)	AP
Irajá(2)	TO	3 Arolde de Oliveira(2)	RJ
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda(PR, DEM, PSC)</b>			
Rodrigo Pacheco(DEM)(4)	MG	1 Chico Rodrigues(DEM)(16)	RR
Marcos Rogério(DEM)(4)	RO	2 Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA
Wellington Fagundes(PR)(4)	MT (61) 3303-6213 a 6219	3 Jorginho Mello(PR)(4)	SC

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador João Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLI).

- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (16) Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
- (17) Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
- (18) Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 10:00 HORAS  
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 33033516  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 33033516  
E-MAIL: cae@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**56ª LEGISLATURA**

Em 26 de fevereiro de 2019  
(terça-feira)  
às 10h

**PAUTA**  
3ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

<b>1ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>2ª PARTE</b>	Indicação de autoridades
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

Retificações:

1. Pareceres (26/02/2019 17:00)

**1ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2019****- Não Terminativo -**

*Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Plínio Valério

**Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

**Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 5).

**Textos da pauta:**

[Parecer \(CAE\)](#)

[Requerimento \(CAE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2019****- Não Terminativo -**

*Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (Substituído por *Ad Hoc*)

**Relatoria *Ad hoc*:** Senador Confúcio Moura

**Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

**Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 6).

**Textos da pauta:**

[Parecer \(CAE\)](#)

[Requerimento \(CAE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 11, DE 2019**

*Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.”.*

**Autoria:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

**Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 11/2019 – CAE.

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CAE)

**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12, DE 2019**

*Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Paraíba Rural Sustentável”.”.*

**Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

**Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 12/2019 – CAE.

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CAE)

**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2019**

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

**Observações:**

1. Em 19/2 foi concedida vista coletiva da matéria.
2. A sabatina será realizada nesta reunião.

**Textos da pauta:**

[Parecer \(CAE\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2019**

**- Não Terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Bruno Serra Fernandes, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

**Observações:**

1. Em 19/2 foi concedida vista coletiva da matéria.
2. A sabatina será realizada nesta reunião.

**Textos da pauta:**

[Parecer \(CAE\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 3**

**MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2019**

**- Não Terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Wellington Fagundes

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor João Manoel Pinho de Mello, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

**Observações:**

1. Em 19/2 foi concedida vista coletiva da matéria.
2. A sabatina será realizada nesta reunião.

**Textos da pauta:**

[Parecer \(CAE\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 4****MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2019****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Tasso Jereissati

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, para exercer o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliários, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

**Observações:**

1. Em 19/2 foi concedida vista coletiva da matéria.
2. A sabatina será realizada nesta reunião.

**Textos da pauta:**

[Parecer](#) (CAE)  
[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)



## **1ª PARTE - DELIBERATIVA**

**1**



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 1, DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 4, de 2019, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz

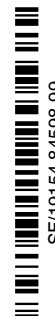
**RELATOR:** Senador Plínio Valério

26 de Fevereiro de 2019



**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República (nº 790, de 27 de dezembro de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.



RELATOR: Senador

**I – RELATÓRIO**

A Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República (nº 790, de 27 de dezembro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.

O objetivo geral do Programa é promover a integração entre os ambientes natural e construído no Município de Fortaleza, de modo a impactar positivamente na saúde ambiental e na segurança da população. Para tanto, são previstas a execução de despesas ao longo de seis anos em dois componentes, “Recuperação do Ambiente Social, Urbano e Ambiental” e “Governança, Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental”.

O primeiro componente se divide em três subcomponentes: “Águas da Cidade”, determinado à melhoria das condições sanitárias e da balneabilidade das praias de Fortaleza; “Rede de Sistema Naturais”, destinado à oferta de áreas de lazer para as áreas mais pobres no município; e “Reciclando Atitudes”, ligado à ampliação da coleta seletiva de lixo. Por sua vez, o segundo componente se reparte em dois subcomponentes: “Instrumentos de Planejamento e Controle Urbano e Ambiental”, fixado para melhorar o ordenamento do espaço público; e “Oportunidades de Negócios”, atribuído ao desenvolvimento imobiliário e ambiental das áreas afetadas.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Coflex), na forma da Recomendação nº 03/0112, de 15 de dezembro de 2015, homologada pelo então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 11 de fevereiro de 2016. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA802091 em 6 de junho de 2017.

## II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mencionado art. 52 da Lei Maior.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da RSF nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) presta as devidas informações sobre as finanças da



União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 132, de 19 de abril de 2018, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (COPEM) da STN informa que o programa de investimentos do mutuário contará com contrapartida mínima igual ao valor do financiamento.

A COPEM declara que o Município de Fortaleza atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018, nos termos dos incisos I e II do § 1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a COPEM atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Em relação a esse último aspecto, convém observar que a STN estipulou prazo de validade da verificação dos limites do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, de 270 dias, visto que o cálculo desses limites resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%. Esse prazo, que encontra abrigo no § 6º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, iniciou-se em 17 de abril de 2018 e se encerrou em 11 de janeiro de 2019, ocasião em que o Senado Federal estava em recesso constitucional. Apesar disso, o pleito em análise foi recebido por esta Casa em 28 de dezembro de 2018, ou seja, quando a verificação dos limites ainda estava válida.

Embora as decisões pretéritas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em questões de ordem não constituam automaticamente jurisprudência, é razoável seguir o encaminhamento proposto pela então Presidente desta Comissão, ex-Senadora Gleisi Hoffmann, durante a 9ª reunião da CAE, em 12 de abril de 2016, quando da exposição das razões de indeferimento da questão de ordem formulada, em 5 de abril de 2016, pelo então Senador Ricardo Ferraço, relativo à conduta do Senado Federal diante de pareceres com análise vencida dos limites de endividamento.

À época, a Presidência da CAE declarou que, se, durante o exame de determinado pleito, a análise da STN estivesse vencida, o Senado Federal poderia discutir e votar a matéria normalmente, pois as resoluções do Senado Federal acerca de operações de crédito têm caráter tão somente autorizativo,



SF/19154.84598-99

não impondo ao mutuário a obrigação de contratar. A contratação da operação de crédito é um ato facultativo do ente subnacional, que somente poderá exercê-lo efetivamente se, no momento da contratação, observar os limites de endividamento dispostos na RSF nº 43, de 2001. Desse modo, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, a STN obrigatoriamente calculará novamente tais limites.

Em prosseguimento à análise, ainda de acordo com a COPEM, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Fortaleza, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 (Lei municipal nº 10.645, de 23 de novembro de 2017) e conta com dotações necessárias e suficientes na Lei Orçamentária para o exercício de 2018 (Lei municipal nº 10.660, de 27 de dezembro de 2017), quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Em relação à adimplência, a COPEM afirma que o Município de Fortaleza está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Além do mais, a COPEM cita documentos do Poder Executivo municipal e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e do controle da despesa total com pessoal.

A COPEM revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 3º quadrimestre de 2017, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 41,39% (quarenta e um inteiros e trinta e nove centésimos por cento) de sua RCL, portanto, abaixo do limite de 60% (sessenta por cento) da RCL estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Adicionalmente, a COPEM relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, o ente declara que não firmou contrato na modalidade de Parceria Público-Privada.

Ademais, a COPEM cita o Memorando SEI nº 34, de 12 de abril de 2018, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública

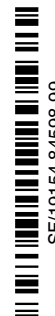


(CODIP) da STN. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa *Libor* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo Banco, está situado em 4,1% (quatro inteiros e um décimo por cento) ao ano para uma *duration* de 14,07 anos, que é inferior ao custo de captação das emissões da União na mesma moeda e na mesma *duration*, o qual se situa em 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Assim, inexistente restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Fortaleza oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem de como outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias previstas na Lei municipal nº 10.543, de 18 de novembro de 2016, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto ao BIRD, segundo o Memorando SEI nº 18, de 9 de abril de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) da STN.

A seu tempo, por meio da Nota Técnica SEI nº 21, de 5 de março de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Fortaleza é “A”, de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final da capacidade de pagamento do município reflete a combinação da nota “A” obtida nos indicadores de endividamento, liquidez e poupança corrente.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 45, de 18 de maio de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos, isto é, as vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007, são devidamente observadas no pleito em análise.



Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

### III – VOTO

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 4, de 2019, nos termos do seguinte:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Autoriza o Município de Fortaleza, situado no Estado do Ceará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É o Município de Fortaleza, situado no Estado do Ceará, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

*Parágrafo único.* Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Fortaleza (Estado do Ceará);





II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo flexível com margem variável;

VI – prazo de desembolso: o prazo final para os desembolsos encerrar-se-á em 31 de março de 2024, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Fazenda;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2022; US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2023; e US\$ 8.800.000,00 (oito milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024.

VIII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 78 (setenta e oito) meses e a última até 30 (trinta) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX – juros: calculados com base na taxa *Libor* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América acrescida de margem variável definida pelo credor, a serem pagos em 15 de março e 15 de setembro de cada ano;

X – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

XI – comissão de compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;



XII – taxa de abertura de crédito: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, custeada com recursos da própria operação de crédito;

XIII – sobretaxa de exposição: 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano sobre o produto do excedente ao Limite Padrão de Exposição do País pela razão entre o saldo devedor da presente operação de crédito e todas as operações de crédito com a cláusula de sobretaxa de exposição em que o devedor ou o garantidor tiverem contratado ou o garantidor der garantia a outros devedores junto ao credor.

*Parágrafo único.* As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

**Art. 3º** Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Fortaleza, situado no Estado do Ceará, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

*Parágrafo único.* A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Fortaleza e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.



**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 26/02/2019 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. JADER BARBALHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. SIMONE TEBET
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. ESPERIDIÃO AMIN
DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE	7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		
TITULARES		SUPLENTES
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU	PRESENTE	3. ELIZIANE GAMA PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ANGELO CORONEL PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES		SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. JORGINHO MELLO PRESENTE



---

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

EDUARDO GOMES  
FABIANO CONTARATO  
EDUARDO GIRÃO  
LUIS CARLOS HEINZE  
MARCOS DO VAL  
PAULO ROCHA

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(MSF 4/2019)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

26 de Fevereiro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

REQ  
COMISSÃO DE ASSUNTOS  
ECONÔMICOS  
00011/2019

APROVADO EM / / 2019

## REQUERIMENTO Nº /CAE-2019

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que *“Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".*”.

Em de fevereiro de 2019.

SENADOR



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2019

(n° 790/2018, na origem)

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 790

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 27 de dezembro de 2018.

EM nº 00074/2018 MF

Brasília, 14 de Novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Fortaleza - CE requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), no valor de até USD 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, de que trata o Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2.017, e o Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam verificados o cumprimento da condição especial prévia ao primeiro desembolso do empréstimo, a adimplência do Ente com a União e formalizado o contrato de contragarantia.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de submissão da operação de crédito em tela, bem como da concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificada a adimplência do Ente para com a União e suas entidades controladas, a comprovação do atendimento substancial das condições de efetividade do contrato e a formalização do contrato de contragarantia.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Município de Fortaleza - CE referente à operação financeira de crédito descrita nesta Exposição de Motivos, observadas as ressalvas acima.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Eduardo Refinetti Guardia*

Aviso nº 709 - C. Civil.

Em 27 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

DOCUMENTOS PARA O SENADO

**MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE**  
**X**  
**BIRD**

“Programa Fortaleza Cidade Sustentável”

**PROCESSO Nº 17944.001265/2016-43**

EM BRANCO

18/05/2018

SEI/MF - 0576723 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União

**PARECER SEI Nº 45/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF**

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Fortaleza e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões, trezentos mil dólares dos EUA, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Fortaleza Cidade Sustentável. Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade extrínseca da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312, de 1974; DL nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI nº Processo nº 17944.001265/2016-43

**I**

Vem à análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN a anexa proposta de celebração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, para exame e parecer que antecede à análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com as seguintes características:

**MUTUÁRIO:** Município de Fortaleza - CE;

**MUTUANTE:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;

**GARANTIDOR:** República Federativa do Brasil;

**NATUREZA DA OPERAÇÃO:** empréstimo externo;

**VALOR:** até US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

**FINALIDADE:** financiar parcialmente o Programa Fortaleza Cidade Sustentável.

2. Inicialmente importa observar que o pronunciamento desta PGFN restringe-se tão-somente aos aspectos jurídicos extrínsecos da garantia da União. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na versão atualizada das Resoluções do Senado Federal nº 43, consolidada e republicada em 10 de

18/05/2018

SEI/MF - 0576723 - Parecer

nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, e Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais requisitos, conforme demonstrar-se-á, foram obedecidos.

## II

### Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer SEI nº 132/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 19 de abril de 2018 (Doc 0546870), onde consta:

- (a) verificação dos limites de endividamento das Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
- (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União.

4. No tocante à verificação dos limites de endividamento constantes dos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43/2001, e em conformidade com a Portaria STN nº 9, de 5 de janeiro de 2017, estabeleceu a Secretaria do Tesouro Nacional - STN o prazo de 270 dias para validade da análise.

5. Segundo informa a STN no supra mencionado Parecer, item 2, o Chefe do Poder Executivo do Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, mediante o Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, de que trata a Portaria nº 9/2017, da Secretaria do Tesouro Nacional.

6. O mencionado Parecer SEI Nº 132/2018/COPEM/SURIN/STN-MF apresenta conclusão favorável à concessão da garantia da União, uma vez que o Município cumpre os requisitos para a concessão de garantia da União desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia:

- (a) seja verificado o cumprimento substancial das *condições prévias ao primeiro desembolso* [1] do empréstimo;
- (b) seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas, *dos requisitos legais e certidões comprobatórias da capacidade do Ente para contratar com a União*, bem como a adimplência em relação a precatórios, tal como previsto no § 5º do artigo 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

7. Conforme a Nota nº 21//2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 5/3/2018 (SEI 0534292), elaborada pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, daquela Secretaria, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 501, de 23 de novembro de 2017, a análise da capacidade de pagamento do Ente resultou em classificação “A”. Informou, ainda, no item 52 do Parecer SEI Nº 132/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, que a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, conforme informado mediante o Memorando SEI nº 34/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN/MF-DF, de 12/4/2018 (SEI 0545722 fls. 3-4), a concluir aquela Secretaria no item 53 do seu Parecer que, a operação de crédito pleiteada é elegível para concessão de garantia da União, nos termos da deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico e do inciso I do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017.

### Aprovação do projeto pela COFIEIX

8. Foi recomendada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, de que trata o Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017, mediante a

Página 9 de 221

Parte integrante do Avulso da MSF nº 4 de 2019.



18/05/2018

SEI/MF - 0576723 - Parecer

Recomendação nº 03/0112, de 15 de dezembro de 2015, homologada por seu presidente em 07 de janeiro de 2016 (SEI/MP - 1169565).

**Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União**

9. Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, no termos insitos ao Memorando SEI nº 18/2018/GECEM III/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 9/4/2018 (SEI 0534313 fls. 3-5), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação, tal como previsto na Lei Municipal nº 10.543, de 18/11/2016 (SEI 0376693), que autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

10. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente deverá assinar contrato de contragarantia com a União previamente à concessão da garantia.

**Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária**

11. Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 4/4/2018 (SEI 0533447 fls. 18-25), informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei municipal nº 10.645, de 23/11/2017 (SEI 0533447, fl. 23).

12. A declaração citada informa ainda que constam da Lei nº 10.660, de 27/12/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (SEI 0533447, fl. 21).

**Financiamentos, Refinanciamentos e Garantias Concedidas Pelo Garantidor e Pelo SISBACEN ao Ente**

13. Em relação aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o Ente encontra-se adimplente nesta data, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço sahem.tesouro.gov.br (SEI 0534535).

**Exame de Adimplência do Ente**

14. Relativamente ao necessário exame de adimplência de obrigações constitucionais e legais do Mutuário, inclusive as relacionadas com a União e suas entidades controladas e regularidade de pagamento de precatórios, com vistas à concessão da garantia, essas serão verificadas por ocasião da análise jurídica para fins de assinatura do contrato, mediante análise de documentos e consulta de regularidade fiscal relacionadas com os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) dos respectivos órgãos da Administração Direta, notadamente para os efeitos do art. 40, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e artigo 10, §4º, da Resolução nº 48/2001.

15. A propósito, informou a STN que, em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificou, mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC (SEI 0534516), que o Ente possui as informações constantes da referida Portaria.

**Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (Análise das Contas do Município de Fortaleza)**

17. O Município de Fortaleza apresentou, na forma do art. 21 da Resolução nº 43/2001, do Senado, a Certidão nº 354/2018 (Doc 0533515), datada de 04 de abril de 2018, do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em que atesta:

a) quanto ao último exercício analisado (2009): relativamente à Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento dos artigos 11 (cumprimento das competências tributárias), 19 inciso III e 20 inciso III (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (publicações do RREO), 55, §2º (publicações do RGF) todos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); em relação à Constituição Federal, o atendimento aos arts. 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167 inciso III (Regra de Ouro) todos da Constituição Federal;

b) quanto aos exercícios não analisados (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017): relativamente à Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento dos artigos 11, 19 inciso III e 20 inciso III (limites de despesa com pessoal), 52 (publicações do RREO) e 55, §2º (publicações do RGF) da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); o atendimento aos arts. 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167, III (Regra de Ouro) da Constituição Federal; e

c) quanto ao exercício em curso (2018), tendo em vista o período decorrido, cabe ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará somente verificar o cumprimento do disposto nos artigos 11 e 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal, exercício de sua competência tributária e necessidade da publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, o que restou atestado.

**Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício não analisado e ao em curso**

18. Consta Declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM/STN (Doc 0533470), que o Município jamais praticou qualquer das operações vedadas pelo artigo 5º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 ( exigência insita ao artigo 21, IV, 'c', da Resolução SF nº 43).

**Limite de Restos a Pagar**

19. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante arts. 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, do Senado Federal, este limite só é aferível nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular do Poder Executivo, não se aplicando, portanto, na presente data a este Ente (item 25 do supramencionado Parecer SEI nº 132/2018/COPEM/SURIN/STN-MF).

**Limite de Parcerias Público-Privadas**

20. Informou a STN, no item de nº 32 de seu parecer, que, conforme declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, o Ente não tem contrato na modalidade Parceria Público-Privada.

**Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente**



18/05/2018

SEI/MF - 0576723 - Parecer

21. A Procuradoria-Geral do Município emitiu Parecer datado de 08 de maio de 2018 ( Doc 0644350), para fim do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, em que conclui pela regularidade da contratação e legalidade das obrigações constantes da minuta contratual.

### Registro da Operação no Banco Central do Brasil

22. A Secretaria do Tesouro Nacional informou, no item 39 do citado Parecer SEI Nº 132/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA802091 (SEI 0534465).

### III

23. O empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com essa instituição (minutas contratuais volume I - Doc 0376358).

24. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

25. O mutuário é o Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

26. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) comprovação do atendimento substancial das condições de efetividade do contrato; (b) verificação de adimplência do Ente para com a União e suas entidades controladas; e (c) formalização do contrato de contragarantia.

É o parecer que submeto à superior consideração

Documento assinado eletronicamente  
PAULO EDUARDO MAGALDI NETTO  
Procurador da Fazenda Nacional

De acordo. À aprovação da Senhora Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira.

Documento assinado eletronicamente  
MAURÍCIO CARDOSO OLIVA  
Coordenador-Geral,

18/05/2018

SEI/MF - 0576723 - Parecer

De acordo. Ao Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Documento assinado eletronicamente

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira

Aprovo o parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

Documento assinado eletronicamente

FABRÍCIO DA SOLLER

Procurador-Geral da Fazenda Nacional

[1] Cumpre nesse ponto esclarecer que o presente contrato de empréstimo não prevê condições para o primeiro desembolso, mas prevê condições para a efetividade do contrato, cujo cumprimento substancial deverá ser verificado antes de sua celebração.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Magaldi Netto, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 17/05/2018, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Cardoso Oliva, Coordenador(a)-Geral de Operações Financeiras Externas da União**, em 17/05/2018, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária**, em 17/05/2018, às 21:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabrício da Soller, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional**, em 18/05/2018, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0576723** e o código CRC **38D67D8F**.

Referência: Processo nº 17944.001265/2016-43

SEI nº 0576723

```

SISBACEN EMFTN/DANIELMB          S I S C O M E X          16/04/2018 17:37
TRANSACAO PCEX770          REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA          MCEX577J
----- PCEX577J - REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES -----
                                NUMERO DA OPERACAO: TA802091 DE: 06/06/2017
                                                CONCLUIDO

```

## 54. INFORMACOES COMPLEMENTARES:

ROF NOS TERMOS DA 1.MINUTA DO CONTRATO DE EMPRESTIMO. 2.MINUTA DO CON-  
TRATO DE GARANTIA. 3.MINUTA DE NEGOCIAÇÕES DATADA DE 29 E 30/03/2017.  
"PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL"  
PROCESSO BB GDC NR.: 20170605000002879

## 55.DADOS DE IMPOSTO DE RENDA:

a) RESPONSABILIDADE...: 4 (1=CREDOR, 2=DEVEDOR, 3=AMBOS, 4=ISENTO)

ATENCAO: OBSERVAR O ART.880,DO DECRETO NR. 3.000,DE 26.03.1999, SOBRE REMESSA DE RENDIMENTOS PARA FORA DO PAIS.

## 56.DADOS DO RESPONSÁVEL PELA OPERAÇÃO - PELO DEVEDOR

NOME.: JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO CPF.: 22028811315  
 CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL DAS FINANÇAS TELEFONE:( 085 ) 31051239  
 E-MAIL: JURANDIR.GURGEL@SEFIN.FORTALEZA.CE.GOV.BR

ENTRA=SEGUE  
F9=TRANSACAO

F6=MENU

F3=RETORNA  
F12=ENCERRA



----- PCEX577B - CARACTERISTICAS DO PRINCIPAL -----

CONCLUIDO

a) BENS.....:                      b) TECNOLOGIA/SERV.:  
c) SEGURO CREDITO:                  d) INGRESSO MOEDA..:        73300000,00  
e) ALUGUEL BASICO:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

a) NUM.PARCELAS:	48	(vezes)	b) PERIODICIDADE.:	6	(meses)
c) CARENZIA....:	78	(meses)	d) PRAZO.....:	360	(meses)
e) INIC.CONTAGEM:		(ddmmaaaa)	f) CONDICAO:	10090	ASSINATURA CONTRATO
g) VLR.PARCELA....:					
h) MULTIPLICADOR...:			i) BASE....:		

( Informe 'SIM' para expandir o esquema de pagamento de principal \_\_\_\_ )

ENTRA=SEGUE      F9=TRANSACAO      F6=MENU      F12=ENCERRA      F3=RETORNA

```
SISBACEN EMFTN/DANIELMB          S I S C O M E X          16/04/2018 17:36
TRANSACAO PCEX770          REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA          MCEX577C
----- PCEX577C - CARACTERISTICAS DE JUROS -----
                                NUMERO DA OPERACAO: TA802091 DE: 06/06/2017
                                CONCLUIDO
```

[illegible]

ENTRA=SEGUE	F2=DETALHA	F3=RETORNA
F9=TRANSACAO	F6=MENU	F12=ENCERRA

```
SISBACEN EMFTN/DANIELMB          S I S C O M E X          16/04/2018 17:36
TRANSACAO PCEX770                REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA          MCEX577C
----- PCEX577C - CARACTERISTICAS DE JUROS -----
                                NUMERO DA OPERACAO: TA802091 DE: 06/06/2017
                                                CONCLUIDO
```

```

13. PERIODO DE JUROS.....: 01          Abrir proximo periodo :   (S=sim,N=nao)
14. PRAZO VALIDADE DO PERIODO:   360      (meses)
15. FORMA DE PAGAMENTO.....: P          (A=ANTECIPADO,P=POSTECIPADO)
16. CONDICAO.....: 10090      ASSINATURA CONTRATO
17. DT.INICIO CONTAGEM.....:
18. MEIO PAGAMENTO.....: 2          MOEDA
19. PERIODICIDADE.....: 6
20. TAXA FIXA.....: 0 , 0000 (00,0000) % ao ano
21. TAXA VARIAVEL.....:
      a) TAXA                                b) SPREAD                                c) DETALHAR (x)

```

JUSTIFICATIVA DA TAXA 2392  
LIBOR 6 MESES PARA US\$ + SPREAD VARIÁVEL, CONFORME CLAUSULA 2.05 DO  
CONTRATO DE EMPRESTIMO

PF3/15=RETORNA



```
SISBACEN EMFTN/DANIELMB          S I S C O M E X          16/04/2018 17:37
TRANSAÇÃO PCEX770                REGISTRO DE OPERAÇÃO FINANCEIRA          MCEX577D
----- PCEX577D - CARACTERÍSTICAS DE ENCARGOS -----
                                NÚMERO DA OPERAÇÃO: TA802091 DE: 06/06/2017
                                                CONCLUÍDO
```

23.ENCARGO.....: 1  
24.COD.ENCARGO.....: 1080 TAXA INICIO/FIM (FRO  
25.VLR FIXO.....:  
26.PERCENTUAL.....: 0,2500  
27.BASE.....: 10020 - VALOR TOTAL DA OPERA  
28.CONDICAO DE PAGAMENTO: 5 PAGAMENTO UNICO  
29.DATA DE PAGAMENTO....: (DDMMAAAA)  
30.PERIODICIDADE.....:  
31.NUM.PARCELAS.....:  
32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:  
FRONT-END-FEE:0.25% DO VALOR DA OPERACAO, CONFORME PREVISTO NA SEÇÃO  
2.03 DO ARTIGO II DO CONTRATO DE EMPRESTIMO

ENTRA=SEGUE      F9=TRANSACAO      F6=MENU      F12=ENCERRA      F3=RETORNA

23.ENCARGO.....: 2  
24.COD.ENCARGO.....: 1000 COMISSAO DE COMPROMI  
25.VLR FIXO.....:  
26.PERCENTUAL.....: 0,2500  
27.BASE.....: 10000 - SALDO NAO DESEMBOLSA  
28.CONDICAO DE PAGAMENTO: 10 MEDIANTE COMPROVACAO  
29.DATA DE PAGAMENTO....: (DDMMAAAA)  
30.PERIODICIDADE.....:  
31.NUM.PARCELAS.....:  
32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:  
"COMMITMENT CHARGE" DE 0,25% AA SOBRE O SALDO NAO DESEMBOLSADO, COM  
EFETIVIDADE DE 60 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME ITEM  
2.04 DO ARTIGO II DO CONTRATO DE EMPRESTIMO.

ENTRA=SEGUE      F9=TRANSACAO      F6=MENU      F12=ENCERRA      F3=RETORNA





```

SISBACEN EMFTN/DANIELMB          S I S C O M E X          16/04/2018 17:37
TRANSAÇÃO PCEX770                REGISTRO DE OPERAÇÃO FINANCEIRA          MCEX577J
----- PCEX577J - REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES -----
                                NÚMERO DA OPERAÇÃO: TA802091 DE: 06/06/2017
                                                CONCLUÍDO

```

## 54. INFORMACOES COMPLEMENTARES:

ROF NOS TERMOS DA 1.MINUTA DO CONTRATO DE EMPRESTIMO. 2.MINUTA DO CON-  
TRATO DE GARANTIA. 3.MINUTA DE NEGOCIAÇÕES DATADA DE 29 E 30/03/2017.  
"PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL"  
PROCESSO BB GDC NR.: 20170605000002879

## 55.DADOS DE IMPOSTO DE RENDA:

a) RESPONSABILIDADE...: 4 (1=CREDOR, 2=DEVEDOR, 3=AMBOS, 4=ISENTO)

ATENCAO: OBSERVAR O ART.880,DO DECRETO NR. 3.000,DE 26.03.1999, SOBRE REMES-  
SA DE RENDIMENTOS PARA FORA DO PAIS.

## 56.DADOS DO RESPONSÁVEL PELA OPERAÇÃO - PELO DEVEDOR

NOME.: JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO CPF.: 22028811315  
CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL DAS FINANÇAS TELEFONE:( 085 ) 31051239  
E-MAIL: JURANDIR.GURGEL@SEFIN.FORTALEZA.CE.GOV.BR

ENTRA=SEGUE  
F9=TRANSACAO

F6=MENU

F3=RETORNA  
F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/DANIELMB                      S I S C O M E X                      16/04/2018 17:37  
TRANSACAO PCEX770                      ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS                      PCEX577X

## ----- DADOS DE EVENTOS -----

OPERACAO: TA802091 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 7100 - INFORMACOES COMPLEMENTARES

DATA DO EVENTO.....: 9 / 3 / 2018      VALOR..:

## DESCRICAO DO EVENTO:

- 1) PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTAVEL
  - 2) PROCESSO NO MF: 17944.001265/2016-13
  - 3) A PRESENTE CONTRATAÇÃO, DE ACORDO COM A SEÇÃO 2.08 DO ACORDO DE EMPRESTIMO, OFERECE OS SEGUINTE PRODUTOS DE COBERTURA DE RISCO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO FORMAL DO CREDOR: I) CONVERSÃO DA TAXA DE JUROS APLICADA AO MONTANTE PARCIAL OU TOTAL DO EMPRESTIMO, DE FLUTUANTE PARA FIXA OU VICE-VERSA; II) ESTABELECIMENTO DE TETOS E BANDAS PARA FLUTUAÇÃO DA TAXA DE JUROS; III) ALTERAÇÃO DA MOEDA DE REFERÊNCIA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA O MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO OU A DESEMBOLSAR.
- CONTINUA...

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB - PAULO BUREGIO 81.4009.1374

-----  
ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

----- DADOS DE EVENTOS -----

### DADOS DE EVENTOS

16/04/2018 17:37

TRANSACAO PCEX770

ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

PCEX577X

### DADOS DE EVENTOS

OPERACAO: TA802091 DE: CONCLUIDO

DATA DO EVENTO.....: 9 / 3 / 2018 VALOR..:

DESCRICAO DO EVENTO:

...CONTINUAÇÃO DA ANOTAÇÃO ANTERIOR.

A UTILIZAÇÃO DESSES PRODUTOS IMPLICARÁ NA COBRANÇA DE UMA COMISSÃO DE TRANSACÇÃO (TRANSACTION FEE, SEÇÃO 4.01 DAS NORMAS GERAIS).

RESPONSÁVEL PELO EVENTO.: BB - PAULO BUREGIO 81.4009.1374

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

EM BRANCO



17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

## PARECER SEI Nº 132/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Processo nº 17944.001265/2016-43  
Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Município de Fortaleza - CE e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 73.300.000,00.

Recursos destinados ao financiamento do Programa Fortaleza Cidade Sustentável.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

### I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Município de Fortaleza para a verificação dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (RSF nº 43/2001) e da Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (RSF nº 48/2007). Tal operação possui as seguintes características (SEI 0533447 fls. 1-2 e 8-10):

- **Valor da operação:** US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões, trezentos mil dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Destinados ao financiamento do Programa Fortaleza Cidade Sustentável;
- **Juros:** Libor semestral para dólares norte-americano + margem variável a ser determinada pelo BIRD periodicamente;
- **Atualização monetária:** Variação cambial;
- **Liberações:** US\$ 2.500.000,00 em 2018, US\$ 6.000.000,00 em 2019, US\$ 11.000.000,00 em 2020, US\$ 15.000.000,00 em 2021, US\$ 15.000.000,00 em 2022, US\$ 15.000.000,00 em 2023 e US\$ 8.800.000,00 em 2024;
- **Contrapartidas:** US\$ 2.500.000,00 em 2018, US\$ 6.000.000,00 em 2019, US\$ 11.000.000,00 em 2020, US\$ 15.000.000,00 em 2021, US\$ 15.000.000,00 em 2022, US\$ 15.000.000,00 em 2023 e US\$ 8.800.000,00 em 2024;
- **Prazo total:** 360 (trezentos e sessenta) meses;
- **Prazo de carência:** 72 (setenta e dois) meses;
- **Prazo de amortização:** 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;
- **Lei autorizadora:** 10.543, de 18/11/2016 (SEI 0376693);
- **Demais encargos e comissões:** Adicional de taxa de juros (0,5% a.a.) a ser acrescido quando o limite de exposição do BIRD ao país for excedido. Taxa de abertura de crédito de 0,25% sobre o valor do financiamento, em pagamento único. Taxa de comissão de compromisso de 0,25% a.a. sobre o valor do saldo do financiamento não desembolsado, em pagamentos semestrais, cuja vigência inicia em 60 dias após a data de assinatura do acordo de empréstimo.

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado ao Ente no SADIPEM, assinado em 4/4/2018 pelo Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação (SEI 0533447). Seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 0376693); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 0533550); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 0533565); d. Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (SEI 0533515); e. Lei Orçamentária de 2018 (SEI 0481628).

### II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 0533565), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (SEI 555266 fls. 1-2), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 0533550) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (SEI 0533447 fls. 18-25), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.



17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

- a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 0377395 fl. 3)	486.836.947,34
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	486.836.947,34
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 0377395 fl. 2)	98.204.621,34
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	98.204.621,34

- b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 0534432 fl. 3)	909.029.000,00
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	909.029.000,00
Liberações de crédito já programadas (SEI 0533447 fl. 30)	421.021.463,44
Liberação da operação pleiteada (SEI 0533447 fl. 30)	8.112.250,00
Liberações ajustadas	429.133.713,44

- c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2018	8.112.250,00	421.021.463,44	5.796.075.154,30	7,40	46,27
2019	19.469.400,00	173.480.528,47	5.871.683.894,01	3,29	20,54
2020	35.693.900,00	93.641.996,50	5.948.278.935,89	2,17	13,59
2021	48.673.500,00	67.421.146,20	6.025.873.146,07	1,93	12,04
2022	48.673.500,00	17.327.304,00	6.104.479.558,52	1,08	6,76
2023	48.673.500,00	0,00	6.184.111.377,25	0,79	4,92
2024	28.555.120,00	0,00	6.264.781.978,47	0,46	2,85

\* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

- d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2018	892.844,29	164.098.658,40	5.796.075.154,30	2,85
2019	1.142.922,57	191.959.870,16	5.871.683.894,01	3,29
2020	1.974.230,91	194.280.568,54	5.948.278.935,89	3,30
2021	3.422.953,05	187.197.348,11	6.025.873.146,07	3,16
2022	5.034.716,75	190.920.111,65	6.104.479.558,52	3,21
2023	6.761.714,28	207.662.534,56	6.184.111.377,25	3,47
2024	8.544.468,02	196.410.126,74	6.264.781.978,47	3,27
2025	9.742.752,51	158.574.939,42	6.346.504.912,92	2,65



17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer

2027	14.207.632,70	130.668.466,56	6.513.162.870,57	2,22
2028	16.833.486,83	113.587.010,59	6.598.125.888,31	1,98
2029	19.285.776,59	95.827.745,18	6.684.197.233,07	1,72
2030	20.286.340,27	88.936.465,93	6.771.391.362,76	1,61
2031	20.568.646,38	86.510.205,85	6.859.722.923,93	1,56
2032	20.084.311,86	84.125.525,06	6.949.206.754,14	1,50
2033	19.509.403,42	80.446.265,56	7.039.857.884,54	1,42
2034	18.992.046,43	45.538.552,05	7.131.691.542,35	0,90
2035	18.494.723,74	32.715.660,66	7.224.723.153,42	0,71
2036	18.011.032,17	24.058.480,67	7.318.968.344,84	0,57
2037	17.500.019,57	23.442.453,28	7.414.442.947,52	0,55
2038	16.910.340,90	22.836.816,01	7.511.162.998,93	0,53
2039	16.394.474,06	22.231.178,73	7.609.144.745,71	0,51
2040	15.921.707,22	21.629.294,46	7.708.404.646,44	0,49
2041	15.433.478,36	11.497.957,61	7.808.959.374,42	0,34
2042	14.714.631,09	11.115.854,46	7.910.825.820,42	0,33
2043	13.235.677,48	0,00	8.014.021.095,56	0,17
2044	11.171.019,58	0,00	8.118.562.534,19	0,14
2045	8.118.166,00	0,00	8.224.467.696,75	0,10
2046	5.164.214,48	0,00	8.331.754.372,78	0,06
2047	2.326.108,93	0,00	8.440.440.583,86	0,03
2048	784.444,13	0,00	8.550.544.586,67	0,01
Média até 2027 :				3,00
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				26,09
Média até o término da operação :				1,46
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				12,69

\* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	5.618.803.666,25
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	655.143.872,81
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	772.892.438,61
Valor da operação pleiteada	237.851.170,00
Saldo total da dívida líquida	1.665.887.481,42
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,30
Limite da DCL/RCL	1,20
Percentual do limite de endividamento	24,71%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 1º Bimestre de 2018), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (SEI 0534432 fl. 4). Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 3º Quadrimestre de 2017), homologado no Siconfi (SEI 0377375).

7. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 1,46%, relativo ao período de 2018-2048.

8. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

1. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
2. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
3. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado**;
4. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado**;
5. DCL/RCL menor que 1,2: **Enquadrado**.

17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer

do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

10. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 0533515) atesta o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2009), aos exercícios não analisados (2010 a 2017) e ao exercício em curso (2018).

11. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC (SEI 0534515), que o ente homologou as informações constantes da referida Portaria.

12. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o Ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o § 4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001 mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI 0481863 e SEI 0534504).

13. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, considera-se que o Município encaminhou suas contas ao Poder Executivo do Estado (SEI 0376358 fls. 59/63, SEI 0384452 e SEI 0534515) e da União (SEI 0534515).

14. Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o Ente encontra-se adimplente nesta data, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço sahem.tesouro.gov.br (SEI 0534535).

15. Em consulta à relação de mutuários da União - situação em 14/02/2018 (SEI 0384055), verificou-se que o Ente não consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), não possuindo, portanto, acordos de refinanciamento com a União, estando atendido o inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.

16. Relativamente às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, destaca-se que, na presente análise, os limites referentes às mencionadas despesas foram considerados como atendidos até o 3º quadrimestre de 2017, com base na certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente (SEI 0533515), na declaração do Chefe do Poder Executivo preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM (SEI 0533447 fls. 18-25) e nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre de 2017 homologados no Siconfi (SEI 0377375 e SEI 0377383).

17. Foi constatada divergência entre o valor total das amortizações da Dívida Consolidada na seção “Cronograma de Pagamentos” no SADIPEM e o valor da Dívida Consolidada preenchida no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RGF do 3º quadrimestre de 2017, homologado no Siconfi.

18. O Município de Fortaleza, por meio das Notas explicativas 2 e 7 (SEI 0533447 fl. 26), informou que a diferença no valor diz respeito ao Contrato de Prestação de Serviços Financeiros celebrado entre o Município e o Banco do Brasil, em 2014. Ressaltou que o contrato seria literalmente, de Receita, não gerando, em princípio, nem obrigação financeira nem fluxo de pagamentos finitos, nem tampouco fixação de juros. O valor de R\$ 21.557.639,65 (Nota explicativa 7) deverá ser eliminado, mediante lançamento entre Contas Patrimoniais até o final do Contrato em referência.

19. No entanto, ao considerar um cenário mais conservador, conforme cálculo desta STN, ao incluirmos o valor de R\$ 21.557.639,65, no exercício de 2018, o percentual médio de comprometimento anual sobre a RCL até o término da operação passou de 1,46% para 1,47% e o percentual do limite de endividamento até o término da operação passou de 12,69 para 12,78, permanecendo dentro dos limites previstos no artigo 7º, inciso II da RSF nº 43/2001.

### III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

20. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, 43/2001 e 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

1. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1; e
2. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

#### III.1 - REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

21. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, “c”, e 11, parágrafo único, “j” e “l”, da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item “II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” deste Parecer.

#### RECOMENDAÇÃO DA COFIEIX

22. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), por meio da Recomendação nº 03/112, de 15/12/2015 (SEI 0376711), homologada em 6/1/2016, recomendou a preparação do programa no valor de até US\$ 73.300.000,00, provenientes da Corporação Andina de Fomento (CAF) com contrapartida pelo equivalente no mínimo igual valor do financiamento.

#### DÍVIDA MOBILIÁRIA

23. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do Ente garantido, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, alínea “c” da RSF nº 48/2007, é de se informar que, até a presente data, o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no parágrafo 5º deste Parecer.

#### OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

24. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 3º quadrimestre de 2017 (SEI 0377375), que o Ente não possui valores contratados em operações dessa natureza.

#### RESTOS A PAGAR



17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer

25. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 25, inciso IV, alínea c, 40, § 2º e 42, todos da LRF, combinados com o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, tendo em vista que esse limite é aferível somente nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular de Poder Executivo, a exigência de comprovação de obediência ao limite de restos a pagar não se aplica ao Município, na presente data.

#### INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

26. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 4/4/2018 (SEI 0533447 fls. 18-25), informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei municipal nº 10.645, de 23/11/2017 (SEI 0533447, fl. 23). A declaração citada informa ainda que constam da Lei nº 10.660, de 27/12/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (SEI 0533447, fl. 21).

#### AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

27. A Lei nº 10.543, de 18/11/2016 (SEI 0376693), autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

#### GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

28. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 4/4/2018 (SEI 0533515), atestou para os exercícios de 2016 e 2017 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2017 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Ademais, o Chefe do Poder Executivo, em Declaração preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM, atestou o cumprimento dos artigos citados para o exercício 2017 (SEI 0533447 fls. 18-25).

#### EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

29. Sobre o cumprimento do art. 11 da LRF, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 0533515) declarou o cumprimento, pelo Município de Fortaleza, das competências tributárias, conforme requisitado pelo art. 11 da LRF, relativamente ao último exercício analisado (2009), aos exercícios não analisados (2010 a 2017) e ao exercício em curso (2018).

#### DESPESAS COM PESSOAL

30. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante do parágrafo 16 deste parecer.

#### PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

31. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

32. A esse respeito, o Ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 4/4/2018, que não firmou, até aquela data, contrato na modalidade de PPP (SEI 0533447 fl. 24), o que corrobora a informação constante em seu RREO relativo ao 1º bimestre de 2018 (SEI 0534432 fl. 5).

#### LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

33. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. As informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 3º quadrimestre de 2017 (SEI 0534446). O saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 41,39% da RCL.

#### CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

34. Para o cumprimento do art. 23, inciso I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do pleiteante à garantia, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017, utilizando os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049/2017. Conforme consignado na Nota nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 5/3/2018 (SEI 0534292), a capacidade de pagamento do Ente foi classificada em "A". Essa classificação atendeu ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o inciso I do artigo 12 da Portaria MF nº 501/2017, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

#### CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

35. Em cumprimento ao art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF nº 48, foi realizada pela COAFI a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Memorando SEI nº 18/2018/GECEM III/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 9/4/2018 (SEI 0534313 fls. 3-5), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

#### CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS e FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

36. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 0533565), em conformidade com a Nota nº 436/2013 -STN/COPEM (SEI 376358 fls. 57/58), juntamente com os dados básicos e as abas "Dados Complementares" e "Cronograma Financeiro" preenchidas no SADIPEM (SEI 0533447 fls. 1-2 e 8-10), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990.

#### ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

37. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o Ente se encontra adimplente, conforme já mencionado no parágrafo 14 deste parecer.

#### PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Página 30 de 221	Parte integrante do Avulso da MSF nº 4 de 2019.
------------------	---



17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer

38. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em atendimento ao disposto no art. 97, inciso IV, alínea a, e no art. 104, Parágrafo Único, ambos do ADCT, a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

#### REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - ROF

39. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA802091 (SEI 0534465).

#### CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

40. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, tendo em vista o disposto no Capítulo III da Portaria MF 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Memorando SEI 34/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 12/4/2018 (SEI 0545722 fls. 3-4). O custo efetivo da operação foi apurado em 4,10% a.a. para uma *duration* de 14,07 anos. Considerada a mesma *duration*, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 5,75% a.a., portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação. Nessa condição, não há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme deliberação do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN registrada na ata de sua 11ª Reunião (SEI 0546219).

#### MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

41. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de financiamento (SEI 0376358 fls. 181/225 e SEI 0376358 fls. 253-280) e de garantia (SEI 0376358 fls. 197/199).

### III.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOIRO NACIONAL

#### ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

42. Encontram-se no processo as minutas do contrato de empréstimo (SEI 0376358 fls. 181/225), das Condições Gerais do contrato (SEI 0376358 fls. 253-280) e do contrato de garantia (SEI 0376358 fls. 197-199) referentes à operação pleiteada. Em relação aos riscos para o Tesouro Nacional, destacam-se os pontos abaixo, os quais refletem condições normalmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em operações com organismos multilaterais.

43. As condições de efetividade (prévias ao primeiro desembolso) do referido contrato estão discriminadas no artigo IX das Condições Gerais e na cláusula 4.01 da minuta do contrato de empréstimo, devendo ser cumpridas de forma satisfatória por parte do Mutuário. Dessa forma, de modo a evitar o pagamento desnecessário da comissão de compromisso prevista no item 2.04 da minuta do contrato (SEI 0376358 fl. 182), bem como permitir um bom início de execução do Programa, entendemos que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado pelo Ministério da Fazenda, o grau de cumprimento dessas condicionalidades, incluindo manifestação prévia da Instituição Financeira.

44. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BIRD terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido na seção 7.06 do artigo VII das Condições Gerais (SEI 0376358 fl. 267). Cabe destacar que no item (a) da referida seção 7.06 é prevista a inadimplência cruzada (*cross default*) com outros contratos do ente com o BIRD.

45. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não-financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

46. Cabe esclarecer, também, que o BIRD acompanha periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que os mutuários apresentem relatórios com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos.

47. A seção 7.02 (d) da minuta das Condições Gerais prevê o *cross suspension*, suspensão de desembolsos da operação no caso de suspensão de desembolsos em outro contrato do mutuário com o BIRD ou com a IDA – International Development Association, instituição subsidiária do BIRD, que faz parte do World Bank Group. No entanto, por tratar-se de causa de suspensão de desembolsos, e não de vencimento antecipado, não representa risco relevante ao Tesouro Nacional.

#### HONRA DE AVAL

48. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Portaria MF 501/2017, foi realizada consulta ao Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Controle de obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com posição em 13/4/2018 (SEI 0534523), em que foi verificado não haver, em nome do Município de Fortaleza, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas ou registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União que sejam impeditivos a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento do Ente.

#### AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE GARANTIAS

49. Em 21/12/2015, mediante a Portaria STN nº 763 (SEI 0534488), foi instituído, no âmbito do Tesouro Nacional, o Comitê de Garantias, fórum colegiado interno que tem como objetivo subsidiar a atuação da STN no que se refere à concessão de garantias da União. A Portaria STN nº 109, de 25/02/2016 (SEI 0534494), aprovou o regimento interno do referido Comitê, atribuindo a seus Grupos Técnicos a avaliação técnica e a deliberação acerca da admissibilidade dos pleitos de concessão de garantia.

50. O Grupo Técnico de Entes Subnacionais do Comitê de Garantias da STN entendeu, em sua 5ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/05/2016, que, até que haja definição sobre procedimentos em atendimento ao Art. 40 do RI-CGR, as operações externas, financiadas por Organismos Multilaterais, que tenham contragarantias suficientes, tenham Capacidade de Pagamento A, B ou C\* (C\* somente com pronunciamento favorável do Secretário do Tesouro Nacional, conforme art. 9º da Portaria MF nº 306/2012), e cumpram os demais limites e condições da legislação, conforme análise da COPEM, estão recomendadas, condicionadas à manifestação favorável da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) quanto ao custo de cada operação individualmente.

51. Cabe esclarecer que a Portaria MF nº 306/2012 foi revogada pela Portaria MF nº 501/2017, em que foi definido, no inciso I do art. 12, que são elegíveis à concessão de garantia da União, relativamente ao risco do Tesouro Nacional, operações de crédito que, além de atenderem aos artigos 7º e 9º daquela Portaria, sejam pleiteadas por Unidade da Federação que tenha capacidade de pagamento calculada e classificada em A ou B.

52. Por sua vez, a CODIP em verificação do atendimento do art. 9º da Portaria MF nº 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação conforme informação consignada no Memorando SEI nº 34/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF-DF, de 12/4/2018 (SEI 0545722 fls. 3-4).

17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer

53. Assim, considerando a classificação "A" da capacidade de pagamento do município de Fortaleza, a operação em análise é elegível à garantia da União nos termos da deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico e do inciso I do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017.

#### IV. CONCLUSÃO

54. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

55. Considerando o disposto na Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 dias, contados a partir de 17/04/2018, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%. Entretanto, caso a operação não seja contratada até 31/12/2018 e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar desta STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018.

56. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

57. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o ente cumpre com os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União.

58. Diante do exposto, considerando a verificação das exigências constantes da RSF nº 48/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios para a concessão da pleiteada garantia da União, que fica condicionada:

1. ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;
2. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
3. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

59. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, "a" da Portaria MEF nº 497/1990.

À consideração superior.

Otávio Augusto Gonçalves Jardim  
Auditor Federal de Finanças e Controle

Helena Cristina Dill  
Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Marcelo Callegari Hoertel  
Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Renato da Motta Andrade Neto  
Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Pricilla Maria Santana  
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN/COF para as providências de sua alçada.

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Gonçalves Jardim, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 17/04/2018, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 17/04/2018, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com

17/05/2018

SEI/MF - 0546870 - Parecer



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 18/04/2018, às 07:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 18/04/2018, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 18/04/2018, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Ladeira de Medeiros, Secretário(a) do Tesouro Nacional Substituto(a)**, em 19/04/2018, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0546870** e o código CRC **3042AA97**.

Referência: Processo nº 17944.001265/2016-43

SEI nº 0546870

Criado por otavio.jardim, versão 18 por helena.dill em 17/04/2018 15:15:39.





Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Em 5 de março de 2018.

**Assunto:** Município Fortaleza (CE). Análise da Capacidade de Pagamento – Portarias MF nº 501 de 23 de novembro de 2017, STN nº 1.049, de 13 de dezembro de 2017.

1. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), por meio do Memorando SEI nº 74/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 02 de março de 2018, do Processo SEI nº 17944.101745/2018-75, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Município de Fortaleza (CE), a fim de subsidiar a deliberação do Comitê de Análise de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional acerca da concessão de aval ou garantia da União à operação de crédito de interesse do Município.

## I – METODOLOGIA DE ANÁLISE

2. A presente Nota de análise da capacidade de pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501 de 23/11/17 e os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049 de 13/12/2017. Nesse sentido, a classificação final da capacidade de pagamento é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

I – Endividamento;

II – Poupança Corrente; e

III – Liquidez.

3. Como fontes de informação para o cálculo da capacidade de pagamento foram utilizados dados referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, da Declaração de Contas Anuais e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2016, todos disponibilizados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

4. As informações utilizadas no cálculo dos indicadores da análise da capacidade de pagamento devem observar os conceitos e definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do anexo da Portaria STN nº 1.049/2017. Os ajustes necessários à adequação das informações obtidas na forma do parágrafo anterior aos conceitos e definições aplicáveis ao processo de análise da capacidade de pagamento estão descritos no Anexo desta Nota.

5. A cada indicador econômico-financeiro, foi atribuída uma letra – A, B ou C – que representa a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores da tabela, apresentado no art. 2º da Portaria MF 501/17.

Pg. nº 2 de 8 da Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05/02/2018.

INDICADOR	SIGLA	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C
Poupança Corrente	PC	PC < 90%	A
		90% ≤ PC < 95%	B
		PC ≥ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

6. A classificação final da capacidade de pagamento do ente foi obtida a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme a tabela no art. 3º da Portaria MF nº 501 de 23/11/17.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

## II – RESULTADO E ENCAMINHAMENTOS

7. A classificação final da capacidade de pagamento do Município Fortaleza (CE) é “A”.

8. Conforme Portaria STN nº 763/15, compete ao Comitê de Análise de Garantias (CGR) as avaliações técnicas dos pleitos de concessão de garantia. E, nos termos do regimento interno do Comitê de Análise de Garantias (CGR), aprovado pela Portaria STN nº 109, de 25 de fevereiro de 2016, compete à COREM a “análise da capacidade de pagamento e do risco de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art. 6º) e manifestar voto e posicionar-se em relação aos itens da pauta do CGR (art. 28 a 30).

9. Visando subsidiar deliberação do CGR, o posicionamento (ou voto) da COREM é que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para concessão de garantia da União, nos mesmos termos do disposto no art. 10 da MF nº 501 de 23/11/17, desde que observados todos os demais requisitos legais para a concessão de garantia da União.

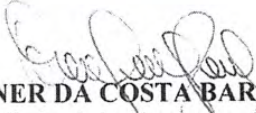


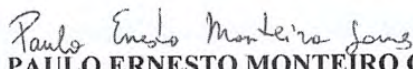
Pg. nº 3 de 8 da Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05/02/2018.

10. Adicionalmente, em atendimento ao Art. 5º da Portaria MF 501/2017, não se verificou indícios de piora na situação fiscal do Município e que a nova condição apresentada permite a manutenção da nota “A”.

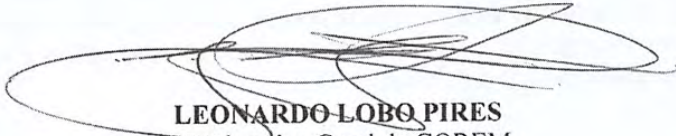
11. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

À consideração superior.

  
**WEIDNER DA COSTA BARBOSA**  
Auditora Federal de Finanças e Controle

  
**PAULO ERNESTO MONTEIRO GOMES**  
Gerente da GEAFI V / COREM

De acordo. Encaminhe-se à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

  
**LEONARDO LOBO PIRES**  
Coordenador-Geral da COREM

Pg. nº 4 de 8 da Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05/02/2018.

## ANEXO À NOTA SEI Nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da capacidade de pagamento, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/17, e a Portaria STN nº 1.049/2017, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017.

### **Cálculo da Classificação da Capacidade de Pagamento**

2. O cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito do Município foi realizado tendo por base os dados referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, da Declaração de Contas Anuais e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2016, todos disponibilizados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.
3. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017 as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

### **Indicador I – Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/ Receita Corrente Líquida**

#### **Aspectos Considerados na Apuração**

##### **Quanto à Dívida Consolidada Bruta**

4. A **Dívida Consolidada Bruta** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
5. Conforme “Anexo 02 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 a Dívida Consolidada Bruta do Município era de R\$1.219.302.592,65

##### **Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL**

6. A **Receita Corrente Líquida (RCL)** corresponde às receitas correntes deduzidas da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.
7. Conforme “Anexo 02 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 a Receita Corrente Líquida do Município era de R\$5.363.994.044,87.
8. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de endividamento, bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 1.049/2017.

*E. Pab*

Pg. nº 5 de 8 da Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05/02/2018.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
DC	R\$1.219.302.592,65	22,73%	A
RCL	R\$5.363.994.044,87		

W  
R



Pg. nº 6 de 8 da Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05/02/2018.

### Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

#### Aspectos Considerados na Apuração

##### Quanto à Despesas Correntes - DCO

9. O item **Despesas Correntes** corresponde aos gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Desconsidera as perdas líquidas com o FUNDEB.

##### Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

10. O item **Receitas Correntes Ajustadas** corresponde às receitas orçamentárias, receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Deverão ser incluídas as receitas correntes intraorçamentárias, o retorno dos recursos do FUNDEB e deduzidas as restituições de receitas, a dedução da receita para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.
11. Dados os valores de Despesas Correntes e Receitas Correntes Ajustadas apresentados acima, a tabela a seguir demonstra o cálculo do indicador Poupança Corrente, além da classificação parcial do indicador, obtidos conforme §3º do art. 1º e o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	2014	2015	2016	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
PESO	0,2	0,3	0,5	89,95%	A
DCO	R\$4.847.583.718,51	R\$5.253.391.364,79	R\$5.484.194.476,46		
RCA	R\$5.057.313.145,92	R\$5.797.018.962,89	R\$6.290.171.101,52		

63  
R66

Pg. nº 7 de 8 da Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05/02/2018.

### Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

#### Aspectos Considerados na Apuração

#### Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta

12. O item **Obrigações Financeiras** corresponde às obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
13. O item **Disponibilidade de Caixa Bruta** corresponde aos ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
14. Os valores apurados para o cálculo do indicador de Liquidez estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS
Obrigações Financeiras (OF)	R\$34.285.912,06
Disponibilidade de Caixa Bruta (DCB)	R\$177.389.984,04

15. Não foram realizados ajustes nesse item.
16. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de liquidez (IL), bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
OF	R\$34.285.912,06	19,33%	A
DCB	R\$177.389.984,04		

*Assinatura*

Pg. nº 8 de 8 da Nota SEI nº 21/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05/02/2018.

### **Classificação Final da Capacidade de Pagamento**

17. A tabela a seguir demonstra as classificações parciais dos três indicadores utilizados para a classificação final da capacidade de pagamento. Conforme dispõe o art. 3º da Portaria STN nº 1.049/2017, o Município Fortaleza (CE) obteve a classificação **A**.

INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Endividamento (DC)	A	A
Poupança Corrente (PC)	A	
Liquidez (IL)	A	

17



Memorando SEI nº 34/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF

Ao Coordenador-Geral da COPEM,

**Assunto: Análise de Custo - Operação de crédito de interesse do município de Fortaleza com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.**

1. Referimo-nos ao Memorando nº 77/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (SEI nº 0386030), de 12/04/2018, o qual solicita manifestação desta Coordenação-Geral acerca do custo da operação de crédito pleiteada pelo município de **Fortaleza** com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões, trezentos mil dólares dos EUA).
2. Após efetuar a análise, encontramos um custo efetivo para a operação de **4,10% a.a.**, com *duration* de **14,07 anos**, com base nas informações fornecidas pela COPEM.
3. Informamos que o custo de captação estimado para emissões da União em dólares, com mesma *duration*, é de 5,75% a.a., superior ao custo efetivo calculado para a operação.
4. Deste modo, sob a análise de estrita responsabilidade dessa Coordenação-Geral, **não vemos óbice** à contratação sob as condições financeiras propostas.
5. Anexo, segue o fluxo de pagamentos da operação (SEI nº 0544956).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

**MÁRCIA FERNANDA DE OLIVEIRA TAPAJÓS**

Coordenadora-Geral da CODIP Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Fernanda de Oliveira Tapajos, Coordenador(a)**, em 12/04/2018, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0544913** e o código CRC **64ABA317**.

Referência: Processo nº 17944.101748/2018-17.

SEI nº 0544913

Secretaria do Tesouro Nacional  
Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública - CODIP  
Gerência de Operações - GEOPE



### Cálculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Interno

Informações da Operação		Condições Financeiras	
Interessado	Fortaleza	Nº Amortizações	49
Credor	BIRD	Periodicidade	Semestral
Valor	73.300.000,00	Carência (meses)***	72
Moeda	USD	Com. de Compromisso (a.a.)	0,25%
Data de início *	30/04/2018	Com. de Abertura (flat)	0,25%
Prazo Total (anos)	30,0	Com. de Avaliação	\$ -
TIR USD (a.a.)	4,10%	Indexador	Libor 6m
Duration (anos)	14,07	Spread 1	0,96%
Data de Referência da Análise ***	12/04/2018		

\* Data considerada, para efeitos de simplificação dos cálculos, como data hipotética de assinatura e de primeiro desembolso (hipótese mais conservadora).

\*\* Data de referência das estimativas das curvas de juros utilizadas no cálculo.

\*\*\* Considera sistema de pagamentos antecipados.

PAGAMENTOS						
Data	Desembolso	Saldo devedor	Amortização	Juros	Comissões	Total de Pag.
30/04/2018	2.500.000,00	2.500.000,00	-	-	183.250,00	183.250,00
30/10/2018	-	2.500.000,00	-	62.521,25	89.975,00	152.496,25
30/04/2019	6.000.000,00	8.500.000,00	-	65.827,66	89.483,33	155.311,00
30/10/2019	-	8.500.000,00	-	164.735,65	82.350,00	247.085,65
30/04/2020	11.000.000,00	19.500.000,00	-	171.004,15	82.350,00	253.354,15
30/10/2020	-	19.500.000,00	-	384.894,94	68.370,83	453.265,77
30/04/2021	15.000.000,00	34.500.000,00	-	389.494,43	67.997,22	457.491,66
30/10/2021	-	34.500.000,00	-	680.074,37	49.308,33	729.382,70
30/04/2022	15.000.000,00	49.500.000,00	-	682.206,61	49.038,89	731.245,50
30/10/2022	-	49.500.000,00	-	972.838,10	30.245,83	1.003.083,93
30/04/2023	15.000.000,00	64.500.000,00	-	972.516,67	30.080,56	1.002.597,22
30/10/2023	-	64.500.000,00	-	1.268.922,88	11.183,33	1.280.106,21
30/04/2024	8.800.000,00	71.804.081,63	1.495.918,37	1.273.374,70	11.183,33	2.780.476,40
30/10/2024	-	70.308.163,27	1.495.918,37	1.411.457,70	-	2.907.376,07
30/04/2025	-	68.812.244,90	1.495.918,37	1.379.438,40	-	2.875.356,76
30/10/2025	-	67.316.326,53	1.495.918,37	1.367.237,60	-	2.863.155,97
30/04/2026	-	65.820.408,16	1.495.918,37	1.335.406,86	-	2.831.325,23
30/10/2026	-	64.324.489,80	1.495.918,37	1.320.005,66	-	2.815.924,03
30/04/2027	-	62.828.571,43	1.495.918,37	1.288.718,98	-	2.784.637,34
30/10/2027	-	61.332.653,06	1.495.918,37	1.276.750,61	-	2.772.668,97
30/04/2028	-	59.836.734,69	1.495.918,37	1.249.864,71	-	2.745.783,08
30/10/2028	-	58.340.816,33	1.495.918,37	1.206.108,16	-	2.702.026,53
30/04/2029	-	56.844.897,96	1.495.918,37	1.173.084,28	-	2.669.002,65
30/10/2029	-	55.348.979,59	1.495.918,37	1.152.801,12	-	2.648.719,49
30/04/2030	-	53.853.061,22	1.495.918,37	1.119.767,72	-	2.615.686,09
30/10/2030	-	52.357.142,86	1.495.918,37	1.098.885,38	-	2.594.803,75
30/04/2031	-	50.861.224,49	1.495.918,37	1.065.838,17	-	2.561.756,54
30/10/2031	-	49.365.306,12	1.495.918,37	1.044.345,39	-	2.540.263,75
30/04/2032	-	47.869.387,76	1.495.918,37	1.016.836,15	-	2.512.754,52
30/10/2032	-	46.373.469,39	1.495.918,37	989.164,54	-	2.485.082,91
30/04/2033	-	44.877.551,02	1.495.918,37	953.029,28	-	2.448.947,65
30/10/2033	-	43.381.632,65	1.495.918,37	903.493,93	-	2.399.412,30
30/04/2034	-	41.885.714,29	1.495.918,37	869.668,69	-	2.365.587,06
30/10/2034	-	40.389.795,92	1.495.918,37	845.336,48	-	2.341.254,85
30/04/2035	-	38.893.877,55	1.495.918,37	811.701,31	-	2.307.619,68
30/10/2035	-	37.397.959,18	1.495.918,37	786.920,35	-	2.282.838,72
30/04/2036	-	35.902.040,82	1.495.918,37	757.612,99	-	2.253.531,35
30/10/2036	-	34.406.122,45	1.495.918,37	728.238,14	-	2.224.156,51
30/04/2037	-	32.910.204,08	1.495.918,37	694.976,28	-	2.190.894,65
30/10/2037	-	31.414.285,71	1.495.918,37	669.282,05	-	2.165.200,41
30/04/2038	-	29.918.367,35	1.495.918,37	633.234,71	-	2.129.153,07
30/10/2038	-	28.422.448,98	1.495.918,37	581.477,67	-	2.077.396,04
30/04/2039	-	26.926.530,61	1.495.918,37	548.829,70	-	2.044.748,07
30/10/2039	-	25.430.612,24	1.495.918,37	522.266,95	-	2.018.185,32
30/04/2040	-	23.934.693,88	1.495.918,37	492.743,50	-	1.988.661,87
30/10/2040	-	22.438.775,51	1.495.918,37	463.275,64	-	1.959.194,00
30/04/2041	-	20.942.857,14	1.495.918,37	431.493,28	-	1.927.411,64
30/10/2041	-	19.446.938,78	1.495.918,37	404.509,71	-	1.900.428,07
30/04/2042	-	17.951.020,41	1.495.918,37	373.162,84	-	1.869.081,20
30/10/2042	-	16.455.102,04	1.495.918,37	345.975,33	-	1.841.893,69
30/04/2043	-	14.959.183,67	1.495.918,37	315.065,81	-	1.810.984,18
30/10/2043	-	13.463.265,31	1.495.918,37	287.678,84	-	1.783.597,21
30/04/2044	-	11.967.346,94	1.495.918,37	258.621,84	-	1.754.540,21
30/10/2044	-	10.471.428,57	1.495.918,37	229.626,78	-	1.725.545,15
30/04/2045	-	8.975.510,20	1.495.918,37	199.597,81	-	1.695.516,18
30/10/2045	-	7.479.591,84	1.495.918,37	171.825,86	-	1.667.744,23
30/04/2046	-	5.983.673,47	1.495.918,37	142.240,19	-	1.638.158,56
30/10/2046	-	4.487.755,10	1.495.918,37	114.283,00	-	1.610.201,36
30/04/2047	-	2.991.836,73	1.495.918,37	85.142,72	-	1.581.061,09
30/10/2047	-	1.495.918,37	1.495.918,37	57.073,69	-	1.552.992,06
30/04/2048	-	-	1.495.918,37	28.536,85	-	1.524.455,21
<b>Total</b>	<b>73.300.000,00</b>		<b>73.300.000,00</b>	<b>42.291.045,05</b>	<b>844.816,67</b>	<b>116.435.861,72</b>



Memorando SEI nº 18/2018/GECEN III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM,

**Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Município de Fortaleza - CE.**

*Referência:* Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.101740/2018-42.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 71/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, por meio do qual é solicitada a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para as operações de crédito do Município de Fortaleza - CE, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017.
2. De acordo com a metodologia presente na portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações pleiteadas:
  - Margem: R\$ 3.166.289.161,38;
  - OG: R\$ 66.144.965,22.
3. Portanto, nos termos da referida portaria, como o valor da margem é superior ao valor da OG, são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 09/04/2018, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0527800** e o código CRC **8CEB0DDF**.

Referência: Processo nº 17944.101740/2018-42.

SEI nº 0527800

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

### CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Fortaleza - CE
VERSÃO BALANÇO:	2016
VERSÃO RREO:	2016
MARGEM =	3.166.289.161,38
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	RREO

### Balanço Anual (DCA)

RECEITAS PRÓPRIAS		1.181.739.744,43
1.1.1.2.02.00.00	IPTU	394.985.621,73
1.1.1.2.08.00.00	ITBI	107.901.004,79
1.1.1.3.05.00.00	ISSQN	678.853.117,91
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		2.115.266.803,32
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	252.642.691,45
1.7.2.1.01.02.00	FPM	775.018.302,94
1.7.2.1.01.05.00	ITR	3.628,23
1.7.2.2.01.01.00	ICMS	878.348.000,53
1.7.2.2.01.02.00	IPVA	206.569.667,23
1.7.2.2.01.04.00	IPI Exportação	2.684.512,94
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	32.152.703,63
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	77.947.834,68
Margem		3.186.906.009,44

### Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO: 6º bimestre

RECEITAS PRÓPRIAS		1.181.739.744,43
Total dos últimos 12 meses	IPTU	394.985.621,73
	ISS	678.853.117,91
	ITBI	107.901.004,79
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		2.172.597.789,94
Total dos últimos 12 meses	IRRF	252.642.691,45
	Cota-Parte do FPM	832.213.350,22
	Cota-Parte do ICMS	878.348.000,53
	Cota-Parte do IPVA	206.569.667,23
	Cota-Parte do ITR	3.628,23
	Transferências da LC nº 87/1996	2.820.452,28
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	52.183.794,81
	Serviço da Dívida Externa	57.916.743,50
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	77.947.834,68
Margem		3.166.289.161,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERS FINANCEIROS - COAFI

A PREENCHER  
RESULTADO

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Fortaleza - CE
MEMO SEL:	71/2018
RESULTADO OG =	66.144.965,22

Média da Operação	23.520.745,19
Ano do último pagamento	2034
Credor	BIRD
Valor de face da operação	73.300.000,00
Moeda	Dólar
Taxa de câmbio	3,2449
Dia da taxa de câmbio	28/02/2018

Média da Operação	12.660.184,44
Ano do último pagamento	2042
Credor	BID
Valor de face da operação	65.475.000,00
Moeda	Dólar
Taxa de câmbio	3,3036
Dia da taxa de câmbio	13/12/2017

Média da Operação	7.732.498,45
Ano do último pagamento	2034
Credor	CEF
Valor de face da operação	48.885.559,47
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Média da Operação	22.222.537,13
Ano do último pagamento	2034
Credor	CAF
Valor de face da operação	83.250.000,00
Moeda	Dólar
Taxa de câmbio	3,2449
Dia da taxa de câmbio	28/02/2018

Total de reembolsos	123.272.109,56
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	478.692,43
2019	3.125.905,79
2020	3.678.769,97
2021	3.976.869,72
2022	7.535.392,25
2023	10.755.734,85
2024	10.245.146,02
2025	9.909.497,83
2026	9.569.409,44
2027	9.213.649,23
2028	8.844.243,16
2029	8.491.439,30
2030	8.133.817,53
2031	7.773.894,83
2032	7.395.365,17
2033	7.016.847,10
2034	6.637.327,83
2035	6.257.808,56
2036	5.878.289,29
2037	5.498.769,99
2038	5.119.250,72
2039	4.739.731,45
2040	4.360.212,18
2041	3.980.692,91
2042	3.601.173,64
2043	3.221.654,37

Total de reembolsos	95.805.972,61
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	249.623,44
2019	589.049,80
2020	855.482,83
2021	1.261.104,16
2022	1.736.514,20
2023	2.054.596,41
2024	5.508.351,11
2025	5.466.570,85
2026	5.397.656,96
2027	5.280.054,54
2028	5.160.184,83
2029	5.033.776,25
2030	4.907.367,66
2031	4.780.959,07
2032	4.654.550,48
2033	4.528.141,89
2034	4.401.733,30
2035	4.275.324,71
2036	4.148.916,12
2037	4.022.507,53
2038	3.896.098,94
2039	3.769.690,35
2040	3.643.281,76
2041	3.516.873,17
2042	3.390.464,58
2043	3.264.056,00

Total de reembolsos	61.859.987,59
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)
2017	1.033.067,43
2018	10.258.164,19
2019	10.398.531,08
2020	9.819.699,87
2021	9.216.626,71
2022	8.640.674,52
2023	8.064.722,34
2024	4.428.501,45
2025	
2026	
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	
2036	
2037	
2038	
2039	
2040	
2041	
2042	

Total de reembolsos	123.272.109,56
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	478.692,43
2019	3.125.905,79
2020	3.678.769,97
2021	3.976.869,72
2022	7.535.392,25
2023	10.755.734,85
2024	10.245.146,02
2025	9.909.497,83
2026	9.569.409,44
2027	9.213.649,23
2028	8.844.243,16
2029	8.491.439,30
2030	8.133.817,53
2031	7.773.894,83
2032	7.395.365,17
2033	7.016.847,10
2034	6.637.327,83
2035	6.257.808,56
2036	5.878.289,29
2037	5.498.769,99
2038	5.119.250,72
2039	4.739.731,45
2040	4.360.212,18
2041	3.980.692,91
2042	3.601.173,64
2043	3.221.654,37

EM BRANCO

---

**AGREED MINUTES OF NEGOTIATIONS  
AMONG THE  
MUNICIPALITY OF FORTALEZA, THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL,  
AND  
THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT  
(IBRD)  
REGARDING THE  
FORTALEZA SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT PROJECT  
("PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL")  
MARCH 29 AND 30, 2017**

---

1. **Introduction.** Negotiations for a loan of US\$ 73.3 million for the Fortaleza Sustainable Urban Development Project (*Programa Fortaleza Cidade Sustentável*) were held among representatives of the Municipality of Fortaleza (the Borrower), the Federative Republic of Brazil (the Guarantor), and the International Bank for Reconstruction and Development (the Bank), at the Bank's office in Brasília and with video connection to Washington, D.C on March 29 and 30, 2017. Members of the Municipality of Fortaleza, the Federative Republic of Brazil and the World Bank delegations are listed in Annex 1 to these Minutes.
2. These Minutes record and clarify key understandings regarding the proposed Project. They are not a complete record of the negotiations, but are intended to reflect the supplementary understandings reached among the Borrower's, the Guarantor's and the Bank's delegations.
3. **Documents Discussed.** During the meeting the Loan Agreement, the Guarantee Agreement, the Loan Choice Worksheet, the Amortization Schedule, the Disbursement Letter and the Project Appraisal Document were discussed and agreed. Copies of the agreed documents are attached in Annexes 2 through 6.
4. **Loan Agreement.** The main discussions regarding the content of the Loan Agreement are listed below. Other minor technical changes agreed upon are reflected in the Loan Agreement, attached in Annex 2.
  - (a) Clause 2.08 (c) and Category (3) in the Category Table on Schedule 2, Section IV.A.2 were removed as the Borrower confirmed that the Cap and Collar premium will be paid by the Borrower from own resources.
  - (b) The ceiling for retroactive financing on Schedule 2, Section IV. B.1, was changed to USD 7,330,000 (10% of the loan amount).
  - (c) The Amortization Schedule in Schedule 3 was updated based on the revised Loan Choice Worksheet and updated Closing Date.
  - (d) The definition of the Project Operational Manual was expanded to include a reference to counterpart funds and communication and grievance mechanisms for the Project.
  - (e) The effectiveness deadline will be 120 days after the signature of the Loan Agreement.
5. **Closing Date.** It was agreed that the Project's Closing Date is March 31, 2024. The Guarantor advised that an extension of the Closing Date or any changes to the Loan Agreement



would require approval from the *Comissão de Financiamentos Externos (COFIE)* through GTEC, and shall be formally requested by the Borrower to COFIE.

6. **Conditions of Effectiveness.** The meeting agreed to maintain the following additional conditions of effectiveness:

(a) The adoption, by the Borrower, of the Project Operational Manual, through the publication of a 'Portaria'. The Project Operational Manual was submitted by the Borrower on March 24, 2017 and the Bank had found it acceptable on March 27, 2017. As per the discussions conducted during Negotiations, a few edits were proposed to the Operational Manual. The Manual was changed and reapproved on March 30, 2017.

(b) The establishment, by the Borrower through the publication of a 'Portaria' of the Project Management Unit, as provided in Section I.A.1 of Schedule 2 to the Loan Agreement, and in a manner satisfactory to the Bank.

7. The Borrower's delegation clarified that the key composition and staff in the Project Management Unit have already been designated and are detailed in the Project Operational Manual. Therefore, the above conditions should be fulfilled before loan signature.

8. **Loan Terms.** The Borrower selected a US Dollar-denominated IBRD Flexible Loan with a variable-spread, with disbursement-linked amortization schedule consisting of level repayments of principal, with payment dates on each March 15 and September 15 of each year, with 24 years final maturity, including 6 years of grace period and with all conversion options. The Front-end Fee equal to 0.25% of the loan amount will be financed out of the loan proceeds. The Commitment charge equal to 0.25% per annum payable by the Borrower on the Unwithdrawn Loan Balance. The Bank clarified that the commitment charge is effective 60 days after the loan signature and its payment is due twice a year. The selection reflects the Borrower's preference for repayment schedule linked to disbursements. The Loan Choice Worksheet with the Borrower's selection is attached as Annex 4 to these Minutes, together with the Amortization Schedule on Annex 5.

9. **Exposure surcharge.** The Bank team clarified the additional Loan conditions approved by the Bank's Board of Governors on February 11, 2014. They apply to loans containing the clause providing for situations in which the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit (as said terms are defined in sub-paragraphs (b)(ii) and (b)(iii) of Section 2.09 of Article II of the Loan Agreement). For any loan amount exceeding the previous Single Borrower Limit of US\$ 16.5 Billion up to the increased ceiling of US\$ 19.0 Billion, the Borrower shall pay to the Bank a surcharge at the rate of one half of one percent (0.5%) per annum of the amount of excess exposure multiplied by the proportion that the current loan constitutes of all World Bank loans disbursed to the Guarantor or guaranteed by the Guarantor, which contain the clause on allocated excess exposure.

10. **Disbursement Letter.** The Draft Disbursement Letter was discussed with the Borrower's and the Guarantor's delegations, and disbursement procedures were clarified. It was confirmed that the Designated Account will be segregated, denominated in USD and opened at the *Banco do Brasil* in the name of SEFIN. The negotiated Disbursement Letter is attached to these minutes as Annex 6.



11. **Procurement.** The Borrower furnished to the Bank a satisfactory Project Procurement Strategy for Development (PPSD) and Project Procurement Plan, both dated March 29, 2017. During the meeting, the Bank delegation provided clarifications about the New Procurement Framework and Regulations for Projects (dated July 1, 2016). An overall explanation of the main changes compared to the previous Guidelines was also provided. Finally, it was made clear to the meeting that the new regulation will apply to the proposed Project. The Guarantor informed that a legal opinion will be issued by a Federal body on the constitutionality of the new Bank procurement regulations. This will not condition the issuance of the legal opinion by the Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) regarding the proposed Project for appreciation of the Federal Senate.

12. **Update of the Project Appraisal Document (PAD).** The Bank presented the PAD and the changes introduced since the version sent formally with the negotiations package. The changes mainly included editorial modifications to reduce the main text to 15 pages, effectiveness and closing dates, in addition to updates of Annex 3 regarding the Project's Procurement aspects and Flow of Funds. The PAD dated March 30, 2017 reflects all modifications agreed during the negotiations. It is fully in line with the content of the legal documents.

13. **Statutory Committee.** According to Article III, Section 4 (iii) of International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) Articles of Agreement, an operation proposed to be financed or guaranteed by IBRD/IDA shall be accompanied by a report/recommendation ("Statutory Committee report") to be issued by a competent committee ("Statutory Committee") whose members shall include an expert selected by the Governor representing the member in whose territories the operation in question is located. The Governor representing the Federative Republic of Brazil on the IBRD Board of Governors agreed, by a letter dated November 8, 2014, that the official designated and authorized by the Government of the Federative Republic of Brazil to represent the Federative Republic of Brazil in the Negotiations of IBRD financing provided to or guaranteed by the Federative Republic of Brazil shall be considered to be the Federative Republic of Brazil expert on the Statutory Committee, and that said official's signature of the signed Minutes of Negotiations for such IBRD financing shall be deemed to constitute the signature of the Statutory Committee Report. The parties acknowledged that the *Procuradoria Geral da Fazenda Nacional* (PGFN) should be designated for signing these Minutes of Negotiations with respect to the financing for this Project.

14. **Access to Information.** The Project Appraisal Document was reviewed and updated to take into account comments and observations made by Borrower Delegation during negotiations. Pursuant to the World Bank Policy on Access to Information, the Bank will disclose the Project Appraisal Document, the related legal agreements and other information related to the operation and the legal agreements, including any supplemental letters. The Borrower Delegation confirms that the Bank may publicly release this PAD after consideration of the operation by the Bank's Board of Executive Directors.

15. **Acceptance of Negotiated Documents.** The Borrower and Guarantor Delegations confirm that their agreement with the negotiated legal agreements and these Minutes constitutes the full and final agreement of the Government with the aforementioned documents, and no additional confirmation or evidence of approval of these documents is required prior to the submission of the proposed financing for the consideration by the Bank's Board of Executive Directors.

7

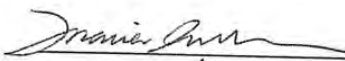
3

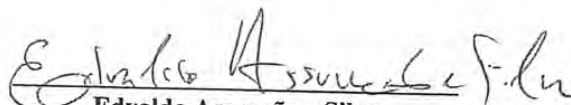
16. **Next Steps.**

- (a) The Borrower and the Bank agreed that both the Proposal for Fortaleza's Annual Budget Law for 2018 (*Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2018*) and the Fortaleza's Multiyear Plan 2018-2021 (*Plano Plurianual 2018-2021*) will include the proposed Project.
- (b) The Bank's delegation informed that the proposed Project will be presented to the Bank's Board of Directors on April 28, 2017.
- (c) Following the Bank's Board of Executive Directors approval, the Borrower and the Guarantor will expedite the necessary procedural and administrative steps for the issuance of the Federal Guarantee and subsequent internal steps required for the signature of the Loan Agreement.


*Signed in Brasilia, Brazil on March 30, 2017.*


**For the Borrower:**


  
**Águeda Muniz**  
 Secretária Titular  
 Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio  
 Ambiente de Fortaleza (SEUMA)

  
**Edvaldo Assunção e Silva**  
 Procurador do Município de Fortaleza  
 Procuradoria do Município de Fortaleza

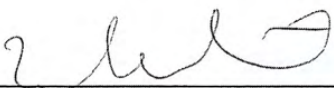
**For the Guarantor:**

  
**Arthur Batista de Sousa**  
 Auditor Federal de Finanças e Controle  
 (Secretaria do Tesouro Nacional, STN)

  
**Paulo Magaldi Netto**  
 Procurador da Fazenda Nacional  
 (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional,  
 PGFN)

  
**Eliane Bucar**  
 Coordenadora de Projetos de Infraestrutura (COOPI / SEAIN / MP)

**For the Bank:**

---

**Emanuela Monteiro**  
Task Team Leader  
World Bank

**LIST OF ANNEXES:**

- |          |                       |
|----------|-----------------------|
| Annex 1. | List of Attendance    |
| Annex 2. | Loan Agreement        |
| Annex 3. | Guarantee Agreement   |
| Annex 4. | Loan Choice Worksheet |
| Annex 5. | Amortization Schedule |
| Annex 6. | Disbursement Letter   |

## Annex 1. List of Attendance

### **Brazilian Federal Government Delegation**

#### *Ministry of Finance*

Arthur Batista de Sousa, Auditor Federal de Finanças e Controle (Secretaria do Tesouro Nacional, STN)

Paulo Magaldi Netto, Procurador da Fazenda Nacional (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, PGFN)

#### *Ministry of Planning / Secretariat of International Affairs (Secretaria de Assuntos Internacionais, SEAIN)*

Eliane Bucar, Coordenadora de Projetos de Infraestrutura (COOPI), Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (COGEX)

Gustavo Piccinini Dullius, Especialista em Políticas Públicas (EPPGG), Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (COGEX)

### **Municipality of Fortaleza Delegation**

#### *Procuradoria Geral do Município de Fortaleza*

Edvaldo Assunção e Silva, Procurador

#### *Municipal Secretariat for Urban Development and Environment (Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, SEUMA)*

Águeda Muniz, Secretária Titular

Jorge André Nunes Verçosa, Assessor Especial da SEUMA, Coordenador do Projeto

#### *Municipal Secretariat of Finances (Secretaria Municipal de Finanças de Fortaleza, SEFIN)*

Maurício Paes Soares, Assessor de Captação de Recursos

Tristão Rocha, Assessor de Captação de Recursos

### **World Bank Delegation**

Paul Procee, Acting Country Operations Officer

Emanuela Monteiro, Task Team Leader

Isabella Micali Drossos, Senior Counsel

Waleska Pedrosa, Paralegal

Tatiana de Abreu, Finance Officer

Susana Amaral, Financial Management Specialist

Tania Lettieri, Operations Officer

Luciano Wuerzius, Senior Procurement Specialist

Beatriz Eraso Puig, Urban Specialist (via videoconference)

Christopher Dychala, WBG Analyst (via webex)



**Annex 2. Loan Agreement**

Legal Department  
CONFIDENTIAL DRAFT

Cristian D'Amelj/Isabella Micali Drossos  
March 30, 2017

NEGOTIATED TEXT

LOAN NUMBER \_\_\_\_-\_\_

# **Loan Agreement**

(Fortaleza Sustainable Urban Development Project)  
*Programa Fortaleza Cidade Sustentável*

between

MUNICIPALITY OF FORTALEZA

and

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION  
AND DEVELOPMENT

Dated \_\_\_\_\_, 2017

May 9, 2014

Model Simplified IBRD Loan Agreement for an Investment Project

**CONFIDENTIAL**

**NOT FOR CIRCULATION**

## **LOAN AGREEMENT**

Agreement dated \_\_\_\_\_, 2017, between MUNICIPALITY OF FORTALEZA ("Borrower") and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank"). The Borrower and the Bank hereby agree as follows:

### **ARTICLE I — GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS**

- 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to this Agreement) constitute an integral part of this Agreement.
- 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Appendix to this Agreement.

### **ARTICLE II — LOAN**

- 2.01. The Bank agrees to lend to the Borrower, on the terms and conditions set forth or referred to in this Agreement, the amount of seventy-three million three hundred thousand Dollars (\$73,300,000), as such amount may be converted from time to time through a Currency Conversion in accordance with the provisions of Section 2.08 of this Agreement ("Loan"), to assist in financing the project described in Schedule 1 to this Agreement ("Project").
- 2.02. The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with Section IV of Schedule 2 to this Agreement. The Borrower's Representative for purposes of taking any action required or permitted to be taken pursuant to this Section is SEUMA's Secretary.
- 2.03. The Front-end Fee payable by the Borrower shall be equal to one quarter of one percent (0.25%) of the Loan amount.
- 2.04. The Commitment Charge payable by the Borrower shall be equal to one quarter of one percent (0.25%) per annum on the Unwithdrawn Loan Balance.
- 2.05. The interest payable by the Borrower for each Interest Period shall be at a rate equal to the Reference Rate for the Loan Currency plus the Variable Spread; provided, that upon a Conversion of all or any portion of the principal amount of the Loan, the interest payable by the Borrower during the Conversion Period on such amount shall be determined in accordance with the relevant provisions of Article IV of the General Conditions. Notwithstanding the foregoing, if any

amount of the Withdrawn Loan Balance remains unpaid when due and such non-payment continues for a period of thirty days, then the interest payable by the Borrower shall instead be calculated as provided in Section 3.02 (e) of the General Conditions.

- 2.06. The Payment Dates are March 15 and September 15 in each year.
- 2.07. The principal amount of the Loan shall be repaid in accordance with the provisions of Schedule 3 to this Agreement.
- 2.08. (a) The Borrower may at any time request, in each case with prior no-objection of the Guarantor, through the Secretariat of the National Treasury of the Guarantor's Ministry of Finance, any of the following Conversions of the terms of the Loan in order to facilitate prudent debt management: (i) a change of the Loan Currency of all or any portion of the principal amount of the Loan, withdrawn or unwithdrawn, to an Approved Currency; (ii) a change of the interest rate basis applicable to: (A) all or any portion of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding from a Variable Rate to a Fixed Rate, or vice versa; or (B) all or any portion of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding from a Variable Rate based on a Reference Rate and the Variable Spread to a Variable Rate based on a Fixed Reference Rate and the Variable Spread, or vice versa; or (C) all of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding from a Variable Rate based on a Variable Spread to a Variable Rate based on a Fixed Spread; and (iii) the setting of limits on the Variable Rate or the Reference Rate applicable to all or any portion of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding by the establishment of an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar on the Variable Rate or the Reference Rate.
- (b) Any conversion requested pursuant to paragraph (a) of this Section that is accepted by the Bank shall be considered a "Conversion", as defined in the General Conditions, and shall be effected in accordance with the provisions of Article IV of the General Conditions and of the Conversion Guidelines.
- 2.09. (a) If on any given day, the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit (as said terms are defined in sub-paragraphs (b)(ii) and (b)(iii) of this Section), the Borrower shall pay to the Bank a surcharge at the rate of one half of one percent (0.5%) per annum of the Allocated Excess Exposure Amount (as defined in sub-paragraph (b)(i) of this Section) for each said day ("Exposure Surcharge"). The Exposure Surcharge (if any) shall be payable semi-annually in arrears on each Payment Date.



(b) For purposes of this Section the following terms have the meanings set forth below:

- (i) "Allocated Excess Exposure Amount" means for each day during which the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit, the product of: (A) the total amount of said excess; and (B) the ratio of all (or, if the Bank so determines), a portion of the Loan to the aggregate amount of all (or the equivalent portions) of the loans made by the Bank to the Borrower, the Guarantor and to other borrowers guaranteed by the Guarantor that are also subject to an exposure surcharge, as said excess and ratio are reasonably determined from time to time by the Bank.
- (ii) "Standard Exposure Limit" means the standard limit on the Bank's financial exposure to the Guarantor which, if exceeded, would subject the Loan to the Exposure Surcharge, as determined from time to time by the Bank.
- (iii) "Total Exposure" means for any given day, the Bank's total financial exposure to the Guarantor, as reasonably determined by the Bank

#### ARTICLE III — PROJECT

- 3.01. The Borrower, through SEUMA, declares its commitment to the objectives of the Project. To this end, the Borrower shall carry out the Project in accordance with the provisions of Article V of the General Conditions.
- 3.02. Without limitation upon the provisions of Section 3.01 of this Agreement, and except as the Borrower and the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall ensure that the Project is carried out in accordance with the provisions of Schedule 2 to this Agreement.

#### ARTICLE IV — EFFECTIVENESS; TERMINATION

- 4.01. The Additional Condition of Effectiveness consists of the following:
  - (a) The Project Operational Manual has been adopted by SEUMA in form and substance acceptable to the Bank;
  - (b) The PMU has been established by the Borrower as provided in Section I.A.1 of Schedule 2 to this Agreement and in a manner satisfactory to the Bank.



4

- 4.02. The Additional Legal Matter consists of the following, namely that the Loan has been registered with the Guarantor's Central Bank.
- 4.03. The Effectiveness Deadline is the date one hundred and twenty (120) days after the date of this Agreement.

#### ARTICLE V — REPRESENTATIVE; ADDRESSES

- 5.01. Except as provided in Section 2.02 of this Agreement, the Borrower's Representative is the Mayor of the Municipality of Fortaleza.
- 5.02. The Borrower's Address is:

Prefeitura Municipal de Fortaleza  
 Rua São José, 1- Centro  
 60765-170  
 Fortaleza, Ceará  
 Facsimile: +55 85-31051165

Secretaria Municipal de Urbanismo e Ambiente  
 Avenida Deputado Paulino Rocha, 1343 - Cajazeiras  
 60864-310  
 Fortaleza/CE  
 Facsimile: +55 85-3253-3911

- 5.03. The Bank's Address is:

International Bank for Reconstruction and Development  
 1818 H Street, N.W.  
 Washington, D.C. 20433  
 United States of America

Telex: 248423(MCI) or 64145(MCI)  
 Facsimile: 1-202-477-6391

AGREED at \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, as of the day and year first above written.

**MUNICIPALITY OF FORTALEZA**

**By**

-4-

5

\_\_\_\_\_  
**Authorized  
Representative**

**Name:** \_\_\_\_\_

**Title:** \_\_\_\_\_

**INTERNATIONAL BANK FOR  
RECONSTRUCTION AND**

**DEVELOPMENT**

**By**

\_\_\_\_\_  
**Authorized  
Representative**

**Name:** \_\_\_\_\_

**Title:** \_\_\_\_\_

-5-

## SCHEDULE 1

### Project Description

The objectives of the Project are to: (a) strengthen the capacity of the Borrower for land use planning and land-based financing; and (b) enhance urban environment and rehabilitate public spaces, through interventions in selected areas of the Vertente Marítima Basin and of the Rachel de Queiroz Park.

The Project consists of the following parts:

#### Part 1: Urban and Environmental Restoration

- (a) Restoring the Rachel de Queiroz Park, through the improvement of, *inter alia*: (i) the overall accessibility, including access roads, paving and walking paths; (ii) basic amenities, including lighting, landscaping, signage, outdoor furnishings and sporting equipment; (iii) the connectivity of surrounding neighborhoods to bus transportation lines and commercial areas through, *inter alia*, bicycle paths and walking paths.
- (b) Reducing point-source pollution along the Vertente Marítima Basin, through the carrying out of, *inter alia*, the following activities: (i) strengthening of the Borrower's monitoring and enforcement capacity to ensure selected households connect to the sewage network; (ii) financing sewage connections for low-income households; (iii) carrying out interventions for capturing and diverting dry-weather flows from storm water drains discharging along the coast; (iv) piloting on-site water resource treatment technologies to attenuate pollution in selected water bodies; and (v) carrying out communication and environmental education campaigns.

#### Part 2: Strengthening Planning and Land-based Financing

- (a) Upgrading planning instruments and licensing tools, through the carrying out of, *inter alia*, the following activities: (i) the upgrade of the existing cadaster and the development of a spatial information platform; and (ii) the optimization of processes and services related to environmental and urban management.
- (b) Implementation of land-based financing instruments through, *inter alia*: (i) designing and structuring of an OUC in selected areas surrounding the Rachel de Queiroz Park and its surroundings; and (ii) strengthening of SEUMA's capacity to promote urban redevelopment.

#### Part 3: Project management

7

Provision of support for, *inter alia*: (i) the technical and administrative management and the monitoring and evaluation of the Project; (ii) the carrying out the Project's financial management and procurement requirements; (iii) the carrying out of outreach activities in connection with the Project; (iv) the provision of equipment and training (on, *inter alia*, technical, environmental and social safeguards management) to SEUMA's staff for the purpose of Project implementation; and (v) the provision of technical assistance and supplies to strengthen the Borrower's auditing, financial control and procurement capacity.

-7-

## SCHEDULE 2

### Project Execution

#### Section I. Implementation Arrangements

##### A. Institutional Arrangements

1. The Borrower shall establish, and thereafter operate and maintain, throughout the implementation of the Project, the PMU within SEUMA, with functions and responsibilities (including the responsibility to oversee the administration, financial management and procurement aspects under the Project), composition and staff with qualifications, experience and in numbers satisfactory to the Bank.
2. (a) The Borrower, through SEUMA, shall: (i) carry out the Project in accordance with the Project Operational Manual; and (ii) not amend, suspend, abrogate, repeal or waive any provision of said Project Operational Manual without the prior written approval of the Bank.
- (b) In case of any conflict between the terms of the Project Operational Manual and this Agreement, the terms of this Agreement shall prevail.

##### B. Anti-Corruption

The Borrower shall ensure that the Project is carried out in accordance with the provisions of the Anti-Corruption Guidelines.

##### C. Safeguards.

1. The Borrower, through SEUMA, shall implement the Project in accordance with the provisions of the ESMF, the RPF, the RDQ PARK RAP No. 1, the RDQ PARK RAP No. 2, and the RAPs, as applicable.
2. The Borrower shall not assign, amend, abrogate, or waive, or permit to be assigned, amended, abrogated or waived any of the Safeguards Documents or provision thereof, without the prior approval of the Bank.

#### Section II. Project Monitoring Reporting and Evaluation

##### A. Project Reports

The Borrower shall monitor and evaluate the progress of the Project and prepare Project Reports in accordance with the provisions of Section 5.08 of the General Conditions and on the basis of the indicators acceptable to the Bank. Each Project Report shall cover the period of one calendar semester, and shall be furnished to



the Bank not later than thirty days after the end of the period covered by such report.

**B. Financial Management, Financial Reports and Audits**

1. The Borrower shall maintain or cause to be maintained a financial management system in accordance with the provisions of Section 5.09 of the General Conditions.
2. Without limitation on the provisions of Part A of this Section, the Borrower shall prepare and furnish to the Bank not later than sixty days after the end of each calendar quarter, interim unaudited financial reports for the Project covering the quarter, in form and substance satisfactory to the Bank.
3. The Borrower shall have its Financial Statements audited in accordance with the provisions of Section 5.09 (b) of the General Conditions. Each audit of the Financial Statements shall cover the period of one fiscal year of the Borrower. The audited Financial Statements for each such period shall be furnished to the Bank not later than six months after the end of such period.

**Section III. Procurement**

All goods, works, non-consulting services and consulting services required for the Project and to be financed out of the proceeds of the Loan shall be procured in accordance with the requirements set forth or referred to in the Procurement Regulations and the provisions of the Procurement Plan.

**Section IV. Withdrawal of Loan Proceeds**

**A. General**

1. The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with the provisions of Article II of the General Conditions, this Section, and such additional instructions as the Bank shall specify by notice to the Borrower (including the "World Bank Disbursement Guidelines for Projects" dated February 2017, as revised from time to time by the Bank and as made applicable to this Agreement pursuant to such instructions), to finance Eligible Expenditures as set forth in the table in paragraph 2 below.
2. The following table specifies the categories of Eligible Expenditures that may be financed out of the proceeds of the Loan ("Category"), the allocation of the amounts of the Loan to each Category, and the percentage of expenditures to be financed for Eligible Expenditures in each Category.

Category	Amount of the Loan Allocated (expressed in USD)	Percentage of Expenditures to be financed (inclusive of Taxes)
(1) Goods, works, non-consulting services, consulting services, Training and Operating Costs under the Project	73,116,750	100%
(2) Front-end Fee	183,250	Amount payable pursuant to Section 2.03 of this Agreement in accordance with Section 2.07 (b) of the General Conditions
<b>TOTAL AMOUNT</b>	<b>73,300,000</b>	

For the purposes of this Section:

- (a) the term “training” means expenditures (other than those for consulting services) incurred by the Borrower in connection with the carrying out of training, seminars, and workshops, including, *inter alia*, the reasonable travel costs (e.g. accommodations, transportation costs and *per diem*) of trainees and trainers (if applicable), catering, rental of training facilities and equipment, training registration fees, as well as training materials and equipment under the Project; and
- (b) the term “Operating Costs” means the reasonable incremental operating costs (which would not have been incurred absent the Project) incurred by the Borrower, related to the technical and administrative management, monitoring and supervision required under the Project, including, *inter alia*, remuneration for operational and administrative staff (but excluding expenditures for civil servants’ salaries and related benefits), rental and operation of vehicles, fuel and insurance, reasonable external auditing costs, non-durable office supplies and equipment, reasonable bank charges, travel costs (including accommodations, transportation costs and *per diem*), printing services, communication costs, utilities, maintenance of office equipment and facilities, and logistics services.

**B. Withdrawal Conditions; Withdrawal Period**

- 1. Notwithstanding the provisions of Part A of this Section, no withdrawal shall be made for payments made prior to the date of this Agreement, except that

withdrawals up to an aggregate amount not to exceed fourteen million six hundred thousand Dollars (\$7,330,000) may be made for payments made up to twelve months prior to the date of this Agreement), for Eligible Expenditures.

2. The Closing Date is March 31, 2024. The Bank shall only grant an extension of the Closing Date after the Guarantor's Ministry of Finance has informed the Bank that it agrees with such extension.

### SCHEDULE 3

#### Amortization Schedule

1. Subject to the provisions of paragraph 2 of this Schedule, the Borrower shall repay each Disbursed Amount in semiannual installments payable on each March 15 and September 15, the first installment to be payable on the thirteenth - (13th) Payment Date following the Maturity Fixing Date for the Disbursed Amount and the last installment to be payable on the forty-eighth - (48th) Payment Date following the Maturity Fixing Date for the Disbursed Amount. Each installment except for the last one shall be equal to one thirty-sixth (1/36) of the Disbursed Amount. The last installment shall be equal to the remaining outstanding amount of the Disbursed Amount.
2. If any one or more installments of principal of the Disbursed Amount would, pursuant to the provisions of paragraph 1 of this Schedule, be payable after March 15, 2048, the Borrower shall also pay on such date the aggregate amount of all such installments.
3. The Bank shall notify the Loan Parties of the amortization schedule for each Disbursed Amount promptly after the Maturity Fixing Date for the Disbursed Amount.
4. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 through 3 of this Schedule, in the event of a Currency Conversion of all or any portion of a Disbursed Amount to an Approved Currency, the amount so converted in the Approved Currency that is repayable on any Principal Payment Date occurring during the Conversion Period, shall be determined by the Bank by multiplying such amount in its currency of denomination immediately prior to the Conversion by either: (i) the exchange rate that reflects the amounts of principal in the Approved Currency payable by the Bank under the Currency Hedge Transaction relating to the Conversion; or (ii) if the Bank so determines in accordance with the Conversion Guidelines, the exchange rate component of the Screen Rate.
5. If the Withdrawn Loan Balance is denominated in more than one Loan Currency, the provisions of this Schedule shall apply separately to the amount denominated in each Loan Currency.



## APPENDIX

## Section I. Definitions

1. “Anti-Corruption Guidelines” means the “Guidelines on Preventing and Combating Fraud and Corruption in Projects Financed by IBRD Loans and IDA Credits and Grants”, dated October 15, 2006 and revised in January 2011 and as of July 1, 2016.
2. “Category” means a category set forth in the table in Section IV of Schedule 2 to this Agreement.
3. “Displaced Person” means a person who, on account of the execution of the Project, has experienced or would experience direct economic and social impacts caused by: (i) the involuntary taking of land, resulting in: (A) relocation or loss of shelter; (B) loss of assets or access to assets; or (C) loss of income sources or means of livelihood, whether or not such person must move to another location; or (ii) the involuntary restriction to access to legally designated parks and protected areas, resulting in adverse impacts on the livelihood of such person, and “Displaced Persons” means, collectively, the plural thereof.
4. “ESMF” means the Environmental and Social Management Framework dated December 1, 2016, satisfactory to the Bank, as published on the Bank’s external website on January 23, 2017, which contains the environmental protection measures in respect of the Project, including, *inter alia*: (i) measures for chance finding of cultural property, protection of natural habitats and pest management; (ii) identification of existing environmental conditions and potential direct and indirect environmental impacts resulting from the carrying out of the Project; (iii) guidelines for the carrying out of environmental assessments and the preparation of environmental and social management plans, when applicable; (iv) the recommendation of mitigation measures for each negative impact identified; and (v) measures for enhancing each identified positive impact.
5. “General Conditions” means the “International Bank for Reconstruction and Development General Conditions for Loans”, dated March 12, 2012, with the modifications set forth in Section II of this Appendix.
6. “Guarantor” means the Federative Republic of Brazil.
7. “OUC” means *Operação Urbana Consorciada*, an urban operation jointly carried out by public and private stakeholders aimed at improving the urban, social and natural environment, as defined in article 32 of Guarantor’s Law No. 10257, dated July 10, 2001.

8. "PMU" means the Project Management Unit referred to in Section I.A.1 of Schedule 2 to this Agreement, or any successor thereto acceptable to the Bank.
9. "Procurement Plan" means the Borrower's procurement plan for the Project, dated March 29, 2017 and provided for under Section IV of the Procurement Regulations, as the same may be updated from time to time in agreement with the Bank.
10. "Procurement Regulations" means the "World Bank Procurement Regulations for Borrowers under Investment Project Financing", dated July 1, 2016.
11. "Project Operational Manual" means the Borrower's manual, acceptable to the Bank, setting forth detailed procedures and guidelines for the implementation of the Project, including, *inter alia*: (i) the functions, responsibilities and staffing of the PMU, including coordination mechanisms with other stakeholders involved in the Project; (ii) detailed procedures for financial management, disbursement, payment, accounting and auditing systems; (iii) the counterpart funds; (iv) procedures for the monitoring and evaluation of Project implementation, including the monitoring indicators; (v) the criteria for selecting the areas of the Vertente Marítima Basin and the Rachel de Queiroz Park where the Project will be carried out; (vi) the criteria for selecting the households to be connected to the sewage network under Part I(b) of the Project; and (vii) Project communication and grievance mechanisms, as said manual may be amended from time to time with the prior written concurrence of the Bank.
12. "RDQ PARK RAP No. 1" means the Resettlement Action Plan dated November 1, 2016, satisfactory to the Bank, as published on the Bank's external website on November 29, 2016, and containing, *inter alia*, a program of actions, measures and policies for the acquisition of land and other assets, compensation, rehabilitation and other forms of assistance (including the grievance process) of Displaced Persons located in sections 3, 4B, 5B, 6B and 7 of the Rachel de Queiroz Park (as such sections are defined in the Project Operational Manual), including budget and cost estimates, and sources of funding, together with adequate institutional, monitoring and reporting arrangements capable of ensuring proper implementation of, and regular feedback on compliance with its terms, in connection with the works under Part I(a) of the Project.
13. "RDQ PARK RAP No. 2" means the Resettlement Action Plan dated November 1, 2016, satisfactory to the Bank, as published on the Bank's external website on November 29, 2016, and containing, *inter alia*, a program of actions, measures and policies for the acquisition of land and other assets, compensation, resettlement, rehabilitation and other forms of assistance (including the grievance process) of Displaced Persons located in section 10



of the Rachel de Queiroz Park (as such section is defined in the Project Operational Manual), including budget and cost estimates, and sources of funding, together with adequate institutional, monitoring and reporting arrangements capable of ensuring proper implementation of, and regular feedback on compliance with its terms, in connection with the works under Part I(a) of the Project.

14. "RAP" means any resettlement action plan (other than the RDQ Park RAP No. 1 and the RDQ Park RAP No. 2), satisfactory to the Bank, prepared and disclosed by the Borrower, and containing, *inter alia*, a program of actions, measures and policies for the acquisition of land and other assets, compensation, resettlement, rehabilitation and other forms of assistance (including the grievance process) of Displaced Persons, including budget and cost estimates, and sources of funding, together with adequate institutional, monitoring and reporting arrangements capable of ensuring proper implementation of, and regular feedback on compliance with its terms, in connection with the works under Part I(a) the Project (not covered by the RDQ Park RAP No. 1 and the RDQ Park RAP No. 2); "RAPs" means the plural thereof.
15. "RPF" means the Resettlement Policy Framework dated December 1, 2016, satisfactory to the Bank, as published on the Bank's external website on January 23, 2017, setting forth, *inter alia*, the policies and procedures for the acquisition of land and other assets, compensation, resettlement, rehabilitation and other forms of assistance (including the grievance process) of Displaced Persons, as the case may be, and for the preparation of specific RAPs as may be required for Project activities, as said framework may be revised from time to time with the prior written concurrence of the Bank; and such term includes all schedules and agreements supplemental to said framework.
16. "Safeguard Documents" means the ESMF, the RPF, the RDQ PARK RAP No. 1, the RDQ PARK RAP No. 2, and the RAPs, as the same may be amended, supplemented or otherwise modified from time to time with the prior written agreement of the Bank.
17. "SEUMA" means *Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente*, the Borrower's Secretary of Urban Development and Environment, or any successor thereto acceptable to the Bank

## Section II. Modifications to the General Conditions

The General Conditions are hereby modified as follows:

1. In the **Table of Contents**, the references to Sections, Section names and Section numbers are modified to reflect the modifications set forth in the paragraphs below.

2. Section 3.01. (*Front-end Fee*) is modified to read as follows:

“Section 3.01. *Front-end Fee; Commitment Charge*

- (a) The Borrower shall pay the Bank a front-end fee on the Loan amount at the rate specified in the Loan Agreement (the “Front-end Fee”).
  - (b) The Borrower shall pay the Bank a commitment charge on the Unwithdrawn Loan Balance at the rate specified in the Loan Agreement (the “Commitment Charge”). The Commitment Charge shall accrue from a date sixty days after the date of the Loan Agreement to the respective dates on which amounts are withdrawn by the Borrower from the Loan Account or cancelled. The Commitment Charge shall be payable semi-annually in arrears on each Payment Date.”
3. In the Appendix, **Definitions**, all relevant references to Section numbers and paragraphs are modified, as necessary, to reflect the modification set forth in paragraph 2 above.
4. The Appendix is modified by inserting a new paragraph 19 with the following definition of “Commitment Charge”, and renumbering the subsequent paragraphs accordingly:
- “19. “Commitment Charge” means the commitment charge specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 3.01(b).”
5. In the renumbered paragraph 49 (originally paragraph 48) of the Appendix, the definition of “Front-end Fee” is modified by replacing the reference to Section 3.01 with Section 3.01 (a).
6. In the renumbered paragraph 68 (originally paragraph 67) of the Appendix, the definition of the term “Loan Payment” is modified to read as follows:
- “68. “Loan Payment” means any amount payable by the Loan Parties to the Bank pursuant to the Legal Agreements or these General Conditions, including (but not limited to) any amount of the Withdrawn Loan Balance, interest, the Front-end Fee, the Commitment Charge, interest at the Default Interest Rate (if any), any prepayment premium, any transaction fee for a Conversion or early termination of a Conversion, the Variable Spread Fixing Charge (if any), any premium payable upon the establishment of an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar, and any Unwinding Amount payable by the Borrower.”
7. In the renumbered paragraph 73 (originally paragraph 72) of the Appendix, the definition of “Payment Date” is modified by deleting the word “is” and inserting the words “and Commitment Charge are” after the word “interest”.

16

**Annex 3. Guarantee Agreement**

Legal Department

CONFIDENTIAL DRAFT  
Cristian D'Amelj/Isabella Micali Drossos  
March 30, 2017

NEGOTIATED TEXT

LOAN NUMBER \_\_\_\_-\_\_

## **Guarantee Agreement**

(Fortaleza Sustainable Urban Development Project)  
*Programa Fortaleza Cidade Sustentável*

between

**FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL**

and

**INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION  
AND DEVELOPMENT**

Dated \_\_\_\_\_, 2017

-16-


**BANCO MUNDIAL**

BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

LOAN NUMBER \_\_\_\_ - \_\_

## GUARANTEE AGREEMENT

AGREEMENT, dated \_\_\_\_\_, 2017, entered into between FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ("Guarantor") and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank") ("Guarantee Agreement") in connection with the Loan Agreement of same date between the Bank and MUNICIPALITY OF FORTALEZA ("Borrower") ("Loan Agreement"). The Guarantor and the Bank hereby agree as follows:

### ARTICLE I – GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS

Section 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to the Loan Agreement) constitute an integral part of this Agreement.

Section 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Loan Agreement.

### ARTICLE II – GUARANTEE; PROVISION OF FUNDS

Section 2.01. The Guarantor hereby unconditionally guarantees, as primary obligor and not as surety merely, the due and punctual payment of all Loan Payments payable by the Borrower pursuant to the Loan Agreement.

### ARTICLE III – REPRESENTATIVE; ADDRESSES

Section 3.01. The Guarantor's Representative is its Ministry of Finance.

Section 3.02. The Guarantor's Address is:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8º andar  
70048-900 Brasília, DF  
Brazil

Facsimile: (55-61) 3412-1740

Section 3.03. The Bank's Address is:

International Bank for  
Reconstruction and Development  
1818 H Street, N.W.  
Washington, D.C. 20433  
United States of America

Telex:

Facsimile:





248423 (MCI) or  
64145 (MCI)

(202) 477-6391

AGREED at \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ as of the day and year first above written.

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

By

Authorized Representative

INTERNATIONAL BANK FOR  
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

By

Authorized Representative


**BANCO MUNDIAL**

BIRD - AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

## Annex 4. Loan Choice Worksheet

TERMOS FINANCEIROS DO EMPRESTIMO FLEXIVEL DO BIRD (IFL) FORMULÁRIO PARA SELEÇÃO DOS	
PREENCHA O FORMULÁRIO ELETRONICAMENTE. IMPRIMA E ASSINE: Utilize a tecla "tab" para deslocar-se para as áreas sombreadas e inserir informações. Clique no local indicado para selecionar entre os itens do menu	
<b>1. INFORMAÇÕES SOBRE O EMPRESTIMO</b>	
1a	Nome do país: República Federativa do Brasil
1b	Nome do projeto ou do programa: Fortaleza Cidade Sustentável
1c	Mutuatário: Município de Fortaleza
1d	Moeda do montante do empréstimo (selecione UMA): Dólar Americano
1d	Montante do empréstimo: 73.300.000,00
<b>2. MARGEM SOBRE A LIBOR</b>	
Selecione apenas UMA das seguintes opções: <input type="checkbox"/> Margem fixa OU <input checked="" type="checkbox"/> Margem variável	
<b>3. TERMOS DE AMORTIZAÇÃO</b>	
3a	Selecione as datas de pagamento semestral: 15 de Março e 15 de Setembro.
3b	Período de carência. Especifique o número de anos (de 0 a 19,5): 6 Anos
3c	Prazo total de amortização incluindo o período de carência (sem exceder o limite final de vencimento). Especifique o número de anos (de 0 a 35): 24 Anos
3d	Selecione apenas UMA das seguintes opções: <input type="checkbox"/> Cronograma de amortização fixado no momento da aprovação do empréstimo OU <input checked="" type="checkbox"/> Cronograma de amortização vinculado aos desembolsos (Obs: se for selecionado o cronograma de amortização vinculado aos desembolsos, os únicos perfis de amortização disponíveis são: (i) Amortização constante e (ii) Pagamento constante (Tabela Price)
3e	Selecione apenas UM dos seguintes perfis de amortização: <input checked="" type="checkbox"/> I. Amortização constante <input type="checkbox"/> II. Pagamento constante (tabela price) <input type="checkbox"/> III. Amortização única (bullet) <input type="checkbox"/> IV. Outras amortizações não padronizadas (especifique as datas dos pagamentos programados e os montantes a serem pagos nas datas de pagamento do principal. Caso necessite de espaço adicional, favor anexar uma folha separada)
<b>4. COMISSÃO INICIAL</b>	
Selecione apenas UMA das seguintes opções: <input checked="" type="checkbox"/> Financiada com os fundos do empréstimo (capitalizado) OU <input type="checkbox"/> Pagamento antecipado com recursos do próprio mutuário	

 Francisco Assunção e Silva  
 Secretária Municipal de Finanças  
 Assessor Especial  
 Matr. 69128





**BANCO MUNDIAL**  
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

<b>5. OPÇÕES DE CONVERSÃO</b>	
<b>5a</b>	<p>Selecione apenas UMA das seguintes opções:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Todas opções de conversão (Conversão de moeda, conversão de taxa de juros e tetos e bandas)</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma opções de conversão</p>
<b>5b</b>	<p>Se Mutuário escolher ter opções de conversão, selecione APENAS uma das seguintes alternativas:</p> <p><input type="checkbox"/> Prêmio de tetos ou bandas a ser financiado com os recursos do empréstimo (enquanto houver disponibilidade de fundos a serem desembolsados)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Prêmio de tetos ou bandas a ser pago pelo mutuário com recursos próprios</p>
<b>6. OPÇÕES DE CONVERSÃO AUTOMÁTICA</b>	
<p><input type="checkbox"/> Fixação automática da taxa de juros (ARF)</p> <p><b>OBS.: Selecione esta opção somente se você quiser o BIRD para fixar automaticamente a taxa de juros de cada desembolso do empréstimo.</b></p> <p>Por favor, especifique uma das opções abaixo:</p> <p>Período: (igual a um ou mais períodos de juros):</p> <p style="text-align: center;">CL</p> <p style="text-align: center;">IQUE AQUI OU</p> <p>Montante: (mínimo de US\$ 3 milhões ou 10% do empréstimo, ou o que for maior)</p>	
<p>Conversão automática da moeda no ato do desembolso:</p> <p><b>OBS.: Esta opção converterá automaticamente cada desembolso do empréstimo e sua amortização para outra moeda, inclusive a moeda nacional. Favor de contatar o Departamento de Consultoria Financeira e Bancária para obter informações sobre as moedas disponíveis, montantes, prazos e taxas, bem como para obter instruções e formulários</b></p>	
<b>7. DECLARAÇÃO DAS RAZÕES DO MUTUÁRIO PARA A ESCOLHA DOS TERMOS DO EMPRÉSTIMO</b>	
<p>Os termos e condições financeiras apresentados neste formulário foram escolhidos a partir uma análise criteriosa realizada pelos órgãos internos Assessoria Especial e Coordenadoria do Tesouro Municipal, destacando-se a célula de Controle da Dívida Pública, que realizou avaliação das alternativas disponibilizadas pelo BIRD. Vale ressaltar, analisamos o comportamento histórico da LIBOR e sua tendência, as margens fixa e variável a serem determinadas sobre essa taxa referencial, a sua distribuição segundo o prazo médio ponderado de amortização, o significado da carência para a aplicação da mesma junto o Município, e por sua vez as estruturas não padronizadas. Com base nesses principais aspectos considerados, dado a macroeconomia brasileira, dado a conjuntura do município de Fortaleza, e dado a análise e mensuração de risco pelo Grupo Técnico desta Secretaria das Finanças de Fortaleza, escolhemos as condições acima relacionadas, pois as mesmas estão plenamente adequadas ao fluxo de caixa esperado pelo Município de Fortaleza, destacando-se tanto a geração futura de caixa (arrecadação própria e transferências), como o nível de comprometimento com os custos operacionais (custeio dos diversos Programas multissetoriais), e o fluxo de saídas de caixa estimado para amortização e serviço da dívida fundada.</p>	
<b>8. DECLARAÇÃO</b>	
<p>O mutuário declara que não só tomou suas próprias decisões para obter o Empréstimo em conformidade com os termos contidos neste Formulário assim como também ser o Empréstimo adequado para ele com base no seu próprio julgamento. O mutuário não recebeu quaisquer comunicação (oral ou por escrito) do Banco Mundial como uma recomendação para tomar o Empréstimo de acordo com os termos selecionados neste documento, ficando entendido que quaisquer informações e explicações relacionadas com os termos e condições do Empréstimo não serão consideradas uma recomendação para se tomar o Empréstimo. O mutuário declara ainda que compreende e aceita os termos, condições e riscos do Empréstimo.</p>	
<b>9. ASSINATURA DO MUTUÁRIO E DATA</b>	
Assinatura:	Data:
 Jeremir Cruz Condum Filho Secretário Municipal de Finanças	 Francisco Assunção e Silva Secretário Municipal de Finanças Assessor Especial Mat. 69428


**BANCO MUNDIAL**  
 BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

**Annex 5. Amortization Schedule**

Amortization Schedule					
Project	P153012-Fortaleza Sustainable Urban Development	Region	LATIN AMERICA AND CARIBBEAN	Country	Brazil
TTL	EmmanuelMonteiro	Lending Instrument	IPF		
Loan	IBRD T7512-	Financial Product	IFL - Variable Spread Loan	Status	Draft
Amnt in CoC	USD 73,300,000.00	Loan Description	Fortaleza Sustainable Urban Development		
Amortization Schedule					
Borr City	BR-Brazil	Income Category	4	Avg Repay Maturity (Years)	10.00
Amortization Schedule Parameters					
Maturity Profile	CUSTOM	Maturity Type	LEVEL		
Repayment Term	DISBURSEMENT_LINKED	Repay Freq (in months)	006		
Grace Periods (in months)	072	Final Maturity (in months)	288		
First Maturity Dt	13 <sup>th</sup> Int Pymt Dt	Last Maturity Dt	48 <sup>th</sup> Int Pymt Dt		
Est Last Disb Dt	31Mar2024	Disb Grouping (in months)	006		
Payment Day / Month	15/03	Annuity Rate (%)	0.00		
Cut-Off Date	15Mar2048				
Version Number: 002					
Repayment Schedule for each disbursed amount					
Repay No	Repay Per				
001	2.78000				
002	2.78000				
003	2.78000				
004	2.78000				
005	2.78000				
006	2.78000				
007	2.78000				
008	2.78000				
009	2.78000				
010	2.78000				
011	2.78000				
012	2.78000				
013	2.78000				
014	2.78000				
015	2.78000				
016	2.78000				
017	2.78000				
018	2.78000				
019	2.78000				
020	2.78000				
021	2.78000				
022	2.78000				
023	2.78000				
024	2.78000				
025	2.78000				
026	2.78000				
027	2.78000				
028	2.78000				
029	2.78000				
030	2.78000				
031	2.78000				
032	2.78000				
033	2.78000				
034	2.78000				
035	2.78000				
036	2.78000				
Total	100.00000				

Printed 29/Mar/2017, 15:51:54

Amortization Schedule

Source PRD

Page : 1 of 2





**BANCO MUNDIAL**  
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

Disbursement Schedule						
Undistributed		0.00	0.00			
Disb No	Sem End Dt	Disb Amt (USD)	Disb Pct	Maturity Type	Grace Periods	Loan Terms
001	14Sep2017	0.00	0.00	LEVEL	072	288
002	14Mar2018	0.00	0.00	LEVEL	072	288
003	14Sep2018	2,500,000.00	3.41	LEVEL	072	288
004	14Mar2019	2,500,000.00	3.41	LEVEL	072	288
005	14Sep2019	3,500,000.00	4.77	LEVEL	072	288
006	14Mar2020	3,500,000.00	4.77	LEVEL	072	288
007	14Sep2020	7,500,000.00	10.23	LEVEL	072	288
008	14Mar2021	7,500,000.00	10.23	LEVEL	072	288
009	14Sep2021	7,500,000.00	10.23	LEVEL	072	288
010	14Mar2022	7,500,000.00	10.23	LEVEL	072	288
011	14Sep2022	7,500,000.00	10.23	LEVEL	072	288
012	14Mar2023	7,500,000.00	10.23	LEVEL	072	288
013	14Sep2023	7,500,000.00	10.23	LEVEL	072	288
014	14Mar2024	8,800,000.00	12.03	LEVEL	072	288
015	14Sep2024	0.00	0.00	LEVEL	072	288
Total		73,300,000.00	100.00			
Average Repayment Maturity						
Expected Average Disbursement Period (EADP)			4.68			
Sub Loan Average Repayment Maturity (ARM)			19.92			
ARM Saving			0.08			

Printed 29Mar2017, 15:31:54

Amortization Schedule

Source: PRD

Page: 2 of 2



## Annex 6. Disbursement Letter

<Loan signing date>

His Excellency  
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra  
Mayor  
Municipality of Fortaleza  
Rua São José, 01  
Centro  
60765-170 - Fortaleza, CE  
Brazil

Excellency,

Re: IBRD Loan - IBRD-XXXX  
(Fortaleza Sustainable Urban Development Project  
- *Programa Fortaleza Cidade Sustentável*)

Additional Instructions: Disbursement Letter

I refer to the Loan Agreement between the International Bank for Reconstruction and Development (the “Bank”) and the Municipality of Fortaleza (the “Borrower”) for the above-referenced project, dated <loan signing date>. The Agreement provides that the Bank may issue additional instructions regarding the withdrawal of the proceeds of Loan IBRD-XXXX (“Loan”). This letter (“Disbursement Letter”), as revised from time to time, constitutes the additional instructions.

The attached *World Bank Disbursement Guidelines for Projects*, dated February, 2017, (“Disbursement Guidelines”) (Attachment 1), are an integral part of the Disbursement Letter. The manner in which the provisions in the Disbursement Guidelines apply to the Loan is specified below. Sections and subsections in parentheses below refer to the relevant sections and subsections in the Disbursement Guidelines and, unless otherwise defined in this letter, the capitalized terms used have the meanings ascribed to them in the Disbursement Guidelines.

### **I. Disbursement Arrangements**

(i) *Disbursement Methods (section 2)*. The following Disbursement Methods may be used under the Loan:

- Direct Payment
- Reimbursement
- Advance

(ii) *Disbursement Deadline Date (subsection 3.7)*. The Disbursement Deadline Date is 4 months after the Closing Date specified in the Loan Agreement. Any changes to this date will be



notified by the Bank.

*(iii) Disbursement Conditions (subsection 3.8).* Please refer to the Disbursement Condition(s) in the Loan Agreement.

## **II. Withdrawal of Loan Proceeds**

### *(i) Authorized Signatures (subsection 3.1).*

An authorized signatory letter in the Form attached (Attachment 2) should be furnished to the Bank at the address indicated below providing the name(s) and specimen signature(s) of the official(s) authorized to sign Applications:

Banco Mundial  
Setor Comercial Norte,  
Quadra 02, Lote A  
Edifício Corporate Financial Center, 7º Andar  
70712-900 Brasília, DF - Brazil  
Attention: Mr. Martin Raiser, Director Brazil-Country Management Unit

*(ii) Applications (subsections 3.2 - 3.3).* Please provide completed and signed (a) applications for withdrawal, together with supporting documents, to the address indicated below:

Banco Mundial  
Setor Comercial Norte,  
Quadra 02, Lote A  
Edifício Corporate Financial Center, 7º Andar  
70712-900 Brasília, D.F - Brazil  
Attention: Departamento de Desembolsos

*(iii) Electronic Delivery (subsection 3.4)* The Bank may permit the Borrower to electronically deliver to the Bank Applications (with supporting documents) through the Bank's Client Connection, web-based portal. The option to deliver Applications to the Bank by electronic means may be effected if: (a) the Borrower has designated in writing, pursuant to the terms of subparagraph (i) of this Section, its officials who are authorized to sign and deliver Applications and to receive secure identification credentials ("SIDC") from the Bank for the purpose of delivering such Applications by electronic means; and (b) all such officials designated by the Borrower have registered as users of Client Connection. If the Bank agrees, the Bank will provide the Borrower with SIDC for the designated officials. Following which, the designated officials may deliver Applications electronically by completing Form 2380, which is accessible through Client Connection (<https://clientconnection.worldbank.org>). The Borrower may continue to exercise the option of preparing and delivering Applications in paper form. The Bank reserves the right and may, in its sole discretion, temporarily or permanently disallow the electronic delivery of Applications by the Borrower.



(iv) *Terms and Conditions of Use of SIDC to Process Applications.* By designating officials to use SIDC and by choosing to deliver the Applications electronically, the Borrower confirms through the authorized signatory letter its agreement to: (a) abide by the *Terms and Conditions of Use of Secure Identification Credentials in connection with Use of Electronic Means to Process Applications and Supporting Documentation* ("Terms and Conditions of Use of Secure Identification Credentials") provided in Attachment 3; and (b) to cause such official to abide by those terms and conditions.

(v) *Minimum Value of Applications (subsection 3.5).* The Minimum Value of Applications for Reimbursement and Direct Payment is USD 1,000,000 equivalent.

(vi) *Advances (sections 5 and 6) to Municipal Secretariat of Finance (SEFIN)*

- **Type of Designated Account (subsection 5.3):** Segregated
- **Currency of Designated Account (subsection 5.4):** USD
- **Financial Institution at which the Designated Account Will Be Opened (subsection 5.5):** Banco do Brasil
- **Ceiling (subsection 6.1):** USD 10,000,000

### III. Reporting on Use of Loan Proceeds

(i) *Supporting Documentation (section 4).* Supporting documentation should be provided with each application for withdrawal as set out below:

- *For requests for Reimbursement and reporting eligible expenditures paid from the Designated Account:*
  - Statement of Expenditures in the form attached (Attachment 4) for payments made for Goods, Works, Consulting Services, Non-Consulting Services, Training and Operating Costs;
  - Designated Account Bank Statement(s) and Reconciliation Sheet in the form attached (Attachment 5) applicable only when reporting eligible expenditures paid from the Designated Account.

(ii) *Frequency of Reporting Eligible Expenditures Paid from the Designated Account (subsection 6.3):* Quarterly

### V. Other Important Information

For additional information on disbursement arrangements, please refer to the Disbursement Handbook available on the Bank's public website at <https://www.worldbank.org> and its secure



website “Client Connection” at <https://clientconnection.worldbank.org>. Print copies are available upon request.

From the Client Connection website, you will be able to prepare and deliver Applications, monitor the near real-time status of the Loan, and retrieve related policy, financial, and procurement information.

If you have not already done so, the Bank recommends that you register as a user of the Client Connection website (<https://clientconnection.worldbank.org>). From this website you will be able to prepare and deliver Applications, monitor the near real-time status of the Loan, and retrieve related policy, financial, and procurement information. All Borrower officials authorized to sign and deliver Applications by electronic means are required to register with Client Connection before electronic delivery can be effected. For more information about the website and registration arrangements, please contact the Bank by email at [clientconnection@worldbank.org](mailto:clientconnection@worldbank.org).

If you have any queries in relation to the above, please contact Tatiana de Abreu, Finance Officer at [tdeabreu@worldbank.org](mailto:tdeabreu@worldbank.org) using the above Project name and Loan number as a reference in the subject line.

Yours sincerely,

Martin Raiser  
Director  
Latin America and the Caribbean Region

Attachments:

1. *World Bank Disbursement Guidelines for Projects*, dated February, 2017
2. Form for Authorized Signatures
3. *Terms and Conditions of Use of Secure Identification Credentials in connection with Use of Electronic Means to Process Applications and Supporting Documentation*, dated March 1, 2013
4. Form of Statement of Expenditures
5. Designated Account Reconciliation

**FOR OFFICIAL USE ONLY:**

Draft by Tatiana de Abreu, WFALA

Cleared with and cc: Isabella Micali, LEGLE  
Emanuela Monteiro, GSURR

Cc with copies:

Attachment 1

## **DIRETRIZES SOBRE DESEMBOLSOS**

### **PARA O FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO**

**FEVEREIRO DE 2017**



## 1. Objetivo

1.1 O objetivo destas Diretrizes sobre Desembolsos para o Financiamento de Projetos de Investimento (doravante, as diretrizes) é definir os procedimentos e requisitos do Banco Mundial para o desembolso de recursos para projetos.<sup>1</sup> Mais especificamente, as diretrizes estabelecem: a) os diferentes arranjos usados pelo Banco Mundial para desembolsar recursos da Conta de Financiamento;<sup>2</sup> b) os requisitos para saques da Conta de Financiamento; c) os tipos de documentos comprobatórios que poderão ser solicitados ao mutuário para que este demonstre o uso de recursos da Conta de Financiamento para realizar despesas elegíveis; d) os critérios para a abertura de Contas Designadas;<sup>3</sup> e) os termos e condições aplicáveis aos adiantamentos; f) os tipos de medidas relacionadas a desembolsos que o Banco Mundial pode tomar caso determine que os recursos da Conta de Financiamento não são necessários ou foram usados para fins inelegíveis; e g) a consequência das devoluções com respeito aos desembolsos.

## 2. Métodos de Desembolso

2.1 O Banco Mundial estabelece os arranjos de desembolso para um projeto mediante consulta ao mutuário, considerando, entre outras coisas, uma avaliação dos sistemas de gestão financeira e de aquisições do mutuário, as necessidades de fluxo de caixa do projeto e a experiência do Banco com o mutuário em termos de desembolsos. Esses arranjos estão descritos no Acordo de Financiamento<sup>4</sup> e informações adicionais são fornecidas na Carta de Desembolso.<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Neste documento, *Banco Mundial* abrange o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), seja atuando por sua própria conta ou como administrador de fundos fiduciários financiados por doadores.

*Financiamento* ou *empréstimo do Banco Mundial* abrange todo empréstimo, crédito ou doação por parte do Banco usando recursos próprios, recursos de fundos fiduciários financiados por outros doadores e administrados pelo Banco Mundial ou uma combinação de ambos.

*Mutuário* significa um mutuário ou entidade que recebe um empréstimo do Banco Mundial para um projeto ou qualquer outra entidade envolvida na implementação do projeto financiado pelo empréstimo do Banco. Estas diretrizes se aplicam a todos os empréstimos do Banco para o financiamento de um projeto de investimento. Elas não se aplicam ao Financiamento de Programas por Resultados, ao Financiamento de Políticas de Desenvolvimento ou a doações feitas pelo Banco Mundial financiadas com recursos de fundos fiduciários financiados por outros doadores e administrados pelo Banco Mundial quando, excepcionalmente, as condições do acordo com o doador preveem requisitos diferentes.

<sup>2</sup> A Conta de Financiamento refere-se à conta aberta pelo Banco Mundial no seu sistema de contabilidade, em nome do mutuário, na qual o montante do financiamento é creditado.

<sup>3</sup> Uma *Conta Designada* é uma conta bancária em que o Banco Mundial pode depositar montantes retirados da Conta de Financiamento para pagar despesas admissíveis à medida que forem realizadas.

<sup>4</sup> O *Acordo de Financiamento* é o acordo entre o Banco Mundial e o mutuário que dispõe sobre o empréstimo do Banco Mundial.

<sup>5</sup> A Carta de Desembolso contém instruções adicionais que descrevem os arranjos de desembolso para o saque de recursos da Conta de Financiamento em um determinado projeto de investimento.



desembolsa, ao mutuário ou a pedido deste, recursos da Conta de Financiamento criada para cada empréstimo, usando um ou mais dos seguintes métodos de desembolso, conforme determinação do Banco Mundial.

- a) **Reembolso:** o Banco Mundial poderá reembolsar ao mutuário as despesas elegíveis para financiamento, conforme estipulado no Acordo de Financiamento (despesas elegíveis), que tenham sido pré-financiadas com recursos do próprio mutuário.
- b) **Adiantamento:** o Banco Mundial poderá adiantar recursos da Conta de Financiamento para uma Conta Designada do mutuário para financiar despesas elegíveis à medida que elas sejam incorridas e para as quais posteriormente serão fornecidos documentos comprobatórios (ver seção 5 Contas Designadas).
- c) **Pagamento direto:** o Banco Mundial poderá efetuar pagamentos, a pedido do mutuário, diretamente a um terceiro (por exemplo, fornecedor, contratado, empreiteiro ou consultor) referentes a despesas elegíveis.
- d) **Compromisso especial:** o Banco Mundial poderá efetuar pagamentos a terceiros, relativos a despesas elegíveis no âmbito de compromissos especiais celebrados, por escrito, a pedido do mutuário e nos termos e condições acordados entre o Banco Mundial e o mutuário.

### 3. Saque de Recursos da Conta de Financiamento

3.1 **Assinaturas Autorizadas.** Recursos da Conta de Financiamento somente poderão ser sacados ou comprometidos após o representante autorizado do mutuário (conforme designado no Acordo de Financiamento) haver transmitido ao Banco Mundial, por meio eletrônico, por intermédio do website *Client Connection* (<http://clientconnection.worldbank.org>), ou por meio de uma carta de designação dos signatários autorizados, o nome do funcionário ou funcionários autorizados a a) assinar pedidos de saque e pedidos de compromisso especial (coletivamente denominados Pedidos); e b) receber as Credenciais de Identificação Segura (SIDC, na sigla em inglês) do Banco Mundial. Sempre que houver uma mudança relativa aos assinantes autorizados, o mutuário deverá notificar o Banco Mundial, por meio eletrônico, no website *Client Connection* ou por meio de uma carta de designação dos signatários autorizados atualizada.

3.2 **Termos e condições de uso das Credenciais de Identificação Segura (SIDC) para processar pedidos.** Ao designar funcionários para usar as SIDC e ao optar por enviar os pedidos por meio eletrônico, o mutuário confirma que concorda com os termos e condições de uso das SIDC.<sup>1</sup>

3.3 **Pedidos.** Os pedidos deverão ser enviados ao Banco Mundial no formato requerido para ter acesso aos recursos da Conta de Financiamento e conter as informações que o Banco Mundial possa razoavelmente solicitar.

<sup>1</sup> Os termos e condições para o uso das SIDC estão previstos na Carta de Desembolso.

3.4 Os pedidos e os documentos comprobatórios necessários (ver seção 4 Requisitos de documentação comprobatória) deverão ser enviados por meio eletrônico e conforme os termos e condições especificados pelo Banco Mundial, por intermédio do website *Client Connection*. O Banco Mundial poderá proibir, a seu critério e em caráter temporário ou permanente, o envio de pedidos por meio eletrônico pelo mutuário. O Banco Mundial poderá permitir ao mutuário preencher e enviar os pedidos manualmente, em papel. Os formulários de pedido são disponibilizados no website *Client Connection* ou poderão ser solicitados ao Banco.

3.5 **Valor mínimo dos pedidos.** O Banco Mundial estabelece um valor mínimo para os pedidos de reembolso, pagamento direto e compromisso especial. O Banco Mundial reserva-se o direito de não aceitar pedidos inferiores a esse valor mínimo.

3.6 **Período de desembolso do empréstimo.** O Banco Mundial processará os pedidos apenas após o Acordo de Financiamento haver sido declarado efetivo, em conformidade com os termos dele constantes. As despesas para as quais os pedidos serão efetuados deverão ser:

a) **Pagas** na data ou após a data do Acordo de Financiamento ou, alternativamente, no caso de projetos que permitam o financiamento retroativo, na data ou após a primeira data especificada no Acordo de Financiamento para aquela finalidade; e

b) **Incorridas** até a data de encerramento especificada ou mencionada no Acordo de Financiamento (Data de Encerramento), salvo determinação em contrário acordada com o Banco Mundial.

3.7 O período de desembolso do empréstimo se encerrará na data final estabelecida pelo Banco Mundial para que este receba os pedidos de saque e a documentação comprobatória (Prazo Final de Desembolso). O prazo final de Desembolso poderá ser igual à data de encerramento ou, no máximo, quatro meses após essa data. Para auxiliar a conclusão ordenada do projeto e o encerramento da Conta de Financiamento, o Banco Mundial não aceitará pedidos de saque nem documentação comprobatória recebidos após o Prazo Final de Desembolso. O mutuário deverá informar imediatamente o Banco Mundial sobre possíveis atrasos na implementação ou questões administrativas excepcionais antes dessas datas. O Banco Mundial notificará o mutuário de qualquer exceção que o Banco possa fazer com respeito ao Prazo Final de Desembolso.

3.8 **Condições de desembolso.** Se o Acordo de Financiamento estabelecer uma condição de desembolso para uma determinada categoria de despesa, o Banco somente desembolsará recursos da Conta de Financiamento para aquela categoria após essa condição haver sido cumprida e o Banco Mundial haver notificado o mutuário nesse sentido.

#### 4. Requisitos da Documentação Comprobatória

4.1 O mutuário encaminhará documentação comprobatória ao Banco Mundial para demonstrar que os recursos da Conta de Financiamento foram ou estão sendo usados para financiar despesas elegíveis.



4.2 No caso de compromissos especiais, o banco comercial confirmará diretamente ao Banco Mundial que as condições para a liberação dos pagamentos comprometidos para saque foram cumpridas.

4.3 **Tipos de documentação comprobatória.** O Banco Mundial exige cópias dos comprovantes originais das despesas elegíveis (Registros) ou relatórios resumidos de despesa (Relatórios Resumidos) que cumpram, na forma e conteúdo, os requisitos especificados pelo Banco Mundial. Os Registros são documentos como faturas e recibos. O Relatório Resumido pode ser: a) o relatório financeiro periódico não auditado exigido pelo Acordo de Financiamento (Relatório Financeiro Intermediário) ou b) um demonstrativo de gastos resumindo as despesas elegíveis pagas durante um determinado período (Declaração de Gastos). Em todos os casos, o mutuário será responsável por manter os comprovantes originais das despesas elegíveis e disponibilizá-los para auditoria ou inspeção.

4.4 Considerando o método de desembolso utilizado, o Banco Mundial determinará o tipo de documentação comprobatória que o mutuário precisará fornecer. A documentação comprobatória poderá ser a seguinte:

- a) **Para pedidos de reembolso:** i) Relatórios Financeiros Intermediários; ii) Declarações de Gastos ou (iii) Registros;
- b) **Para informação sobre o uso de adiantamentos:** (i) Relatórios Financeiros Intermediários; (ii) Declarações de Gastos ou (iii) Registros;
- c) **Para pedidos de pagamentos diretos:** i) Registros tais como cópias de recibos e faturas de fornecedores ou ii) uma garantia bancária para pagamento de adiantamento ou retenção;
- d) **Para pedidos de compromisso especial:** Cópia da Carta de Crédito (dentro do prazo de validade) que o banco comercial, conhecido como o banco de abertura, tenha emitido. Para pagamento, uma mensagem SWIFT (Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais) deverá ser enviada pelo banco comercial; e
- e) Outros documentos comprobatórios que o Banco Mundial possa solicitar por meio de notificação ao mutuário ou que estejam especificados na Carta de Desembolso.

4.5 **Não apresentação de demonstrações financeiras auditadas.** Se o mutuário descumprir a obrigação de apresentar qualquer uma das demonstrações financeiras auditadas conforme exigido e dentro do prazo especificado no Acordo de Financiamento, o Banco Mundial, a seu critério, poderá não aceitar pedidos de saque respaldados por Relatórios Resumidos, mesmo que tais relatórios estejam acompanhados por Registros.

## 5. Contas Designadas

5.1 O mutuário poderá abrir uma ou mais contas designadas, nas quais o Banco Mundial poderá, a pedido do mutuário, depositar montantes sacados da Conta de Financiamento com a finalidade de pagar despesas elegíveis à medida que elas forem incorridas. Para que o Banco Mundial possa autorizar a abertura de uma conta designada, o mutuário deverá ter capacidade administrativa, controles internos e procedimentos contábeis e de auditoria adequados que assegurem uso eficaz dos recursos depositados na Conta Designada.

5.2 O Banco Mundial poderá não autorizar o uso de Contas Designadas em novos projetos, caso o mutuário não tenha restituído adiantamentos não documentados da Conta Designada de qualquer outro empréstimo, quer tenha sido concedido ao mutuário ou garantido por ele, no prazo de dois meses após o Prazo Final de Desembolso de tal empréstimo.

5.3 *Tipo de Conta Designada.* A Conta Designada poderá ser aberta de duas formas: segregada ou comum, conforme apropriado para o projeto em questão e de acordo com a determinação e notificação do Banco Mundial.

a) *Conta Segregada:* uma conta do mutuário na qual somente poderão ser depositados recursos da Conta de Financiamento;

b) *Conta Comum:* uma conta do mutuário na qual poderão ser depositados recursos da Conta de Financiamento e recursos de outras fontes de financiamento para o projeto (por exemplo, recursos do mutuário ou financiamento concedido por outros parceiros de desenvolvimento).

5.4 *Moeda da Conta Designada.* As Contas Designadas deverão ser abertas em uma moeda aceitável para o Banco Mundial. Nos países que tem moeda de livre conversibilidade, as Contas Designadas poderão ser mantidas na moeda do mutuário ou em qualquer moeda de livre conversibilidade. O Banco Mundial também poderá aceitar Contas Designadas em moeda nacional quando, entre outras coisas, a moeda do país (mesmo que não seja de livre conversibilidade) seja estável e as despesas a serem financiadas sejam, principalmente, em moeda local. O mutuário assumirá todos os riscos relacionados às variações cambiais entre a) a moeda na qual o empréstimo está expresso e a moeda da Conta Designada do mutuário e b) a moeda em que a Conta Designada do mutuário está expressa e a(s) moeda(s) das despesas do projeto.

5.5 *Instituição financeira.* As Contas Designadas precisarão ser abertas e mantidas em uma instituição financeira<sup>2</sup> selecionada pelo mutuário e aceitável para o Banco Mundial. A instituição financeira será aceitável se cumprir os seguintes requisitos:

- a) Tem solidez financeira;
- b) Tem boa reputação

<sup>2</sup> A instituição financeira poderá ser o banco central do país, um banco de desenvolvimento local ou um banco comercial.



- c) Está autorizada a manter a Conta Designada na moeda acordada entre o Banco Mundial e o mutuário;
- d) É objeto de auditorias regulares e receber relatórios de auditoria satisfatórios;
- e) Tem capacidade para executar prontamente um grande número de transações;
- f) Tem capacidade para oferecer uma ampla gama de serviços bancários de forma satisfatória;
- g) Tem capacidade para fornecer extratos detalhados da Conta Designada;
- h) Faz parte de uma rede bancária correspondente satisfatória;
- i) Cobra taxas razoáveis por seus serviços.

5.6 O Banco Mundial reserva-se o direito de não transferir recursos para uma instituição financeira se essa instituição tiver reivindicado, ou reivindicar, o direito de compensação, apreensão ou penhora de recursos de qualquer empréstimo do Banco Mundial depositado em uma Conta Designada mantida por essa instituição.

## 6. Termos e Condições Aplicáveis aos Adiantamentos

6.1 **Teto.** O Banco Mundial notificará o mutuário sobre o montante máximo de recursos da Conta de Financiamento que poderá ser depositado na Conta Designada (Teto). O Banco Mundial, a seu critério, poderá definir o Teto como: a) um montante fixo ou b) um montante que será ajustado periodicamente durante a implementação do projeto, com base em previsões periódicas das necessidades de fluxo de caixa do projeto.

6.2 **Pedidos de adiantamentos.** O mutuário poderá solicitar um adiantamento em um montante até o Teto, deduzido o valor agregado dos adiantamentos que o mutuário tenha recebido anteriormente e para os quais ainda não tenha fornecido a documentação comprobatória. Normalmente, para auxiliar o encerramento ordenado da Conta de Financiamento, o Banco Mundial não adiantará recursos da Conta de Financiamento para a Conta Designada após a Data de Encerramento.

6.3 **Frequência da apresentação de relatórios de despesas elegíveis pagas a partir da Conta Designada.** O mutuário apresentará relatórios sobre o uso de recursos da Conta de Financiamento adiantados para a Conta Designada em intervalos especificados pelo Banco Mundial por meio de notificação ao mutuário. O mutuário precisará prestar contas de todos os montantes depositados na Conta Designada e informar sobre seu uso antes do Prazo Final de Desembolso. Após essa data, o mutuário deverá restituir ao Banco Mundial os adiantamentos dos quais ainda não tenha prestado conta ou que permaneçam na Conta Designada.

6.4 **Retenção de adiantamentos.** O Banco Mundial não será obrigado a fazer depósitos na Conta Designada se:

- a) O Banco Mundial concluir que o pagamento do depósito excederá o Teto (ver subseção 6.2: Pedidos de Adiantamentos);

- b) O Banco Mundial discordar que as despesas do projeto previstas pelo mutuário justificam o depósito. O Banco Mundial poderá ajustar o montante a ser depositado ou reter outros depósitos na Conta Designada até considerar que as necessidades financeiras do projeto justifiquem depósitos adicionais; c) O mutuário deixar de tomar as medidas necessárias em conformidade com as determinações especificadas pelo Banco Mundial nas subseções 7.1 e 7.2 destas diretrizes;
- d) Dentro do prazo estabelecido no Acordo de Financiamento, o mutuário não cumprir a obrigação de apresentar alguma das demonstrações financeiras auditadas e exigidas nos termos do Acordo de Financiamento;
- e) O Banco Mundial determinar que todos os outros saques de recursos da Conta de Financiamento deverão ser feitos pelo mutuário diretamente da Conta de Financiamento; ou
- f) O Banco Mundial houver notificado o mutuário da sua intenção de suspender, na totalidade ou em parte, o direito do mutuário de fazer saques da Conta de Financiamento.

**6.5 Adiantamentos excedentes.** Se, a qualquer momento, o Banco Mundial determinar que um montante depositado na Conta Designada não será necessário para fazer face a pagamentos adicionais de despesas elegíveis (Montante Excedente), o Banco Mundial, a seu critério, poderá exigir que o mutuário adote uma das duas medidas a seguir relacionadas a desembolsos:

- a) Apresentar evidências satisfatórias ao Banco Mundial, dentro do prazo especificado pelo Banco Mundial, de que o Montante Excedente será utilizado para pagar despesas elegíveis. Caso as evidências não sejam apresentadas dentro do prazo especificado, o mutuário deverá devolver imediatamente o Montante Excedente ao Banco Mundial; ou
- b) Devolver, de imediato, o Montante Excedente.

Após receber a notificação do Banco Mundial, o mutuário deverá cumprir, de imediato, a ação nela solicitada.

## **7. Despesas Inelegíveis**

**7.1 Despesas inelegíveis em geral.** Se o Banco Mundial determinar que algum montante dos recursos da Conta de Financiamento foi utilizado para pagar uma despesa inelegível nos termos do Acordo de Financiamento (Despesa Inelegível), o Banco Mundial, a seu critério, poderá exigir que o mutuário adote uma das duas medidas a seguir relacionadas a desembolsos, sem prejuízo ao direito do Banco Mundial de valer-se das medidas previstas nas Condições Gerais<sup>3</sup> ou nas Condições Padronizadas<sup>4</sup> e no Acordo de Financiamento.

<sup>3</sup> As *Condições Gerais* estabelecem certos termos e condições aplicados de forma geral aos empréstimos do BIRD e aos créditos e doações da IDA.

<sup>4</sup> As *Condições Padronizadas* estabelecem certos termos e condições aplicados de forma geral a fundos fiduciários e adiantamentos efetuados pelo Banco no âmbito do Mecanismo de Preparação de Projetos.



- a) Devolver montante equivalente ao Banco Mundial;
- b) Excepcionalmente, apresentar documentação substituta comprovando outras despesas elegíveis.

Após receber a notificação do Banco Mundial, o mutuário deverá cumprir, de imediato, a ação nela solicitada.

**7.2 Despesas inelegíveis pagas a partir da Conta Designada.** Se o Banco Mundial determinar que as evidências apresentadas não justificam um pagamento efetuado a partir da Conta Designada, ou que o pagamento tenha sido efetuado para fazer face a uma despesa inelegível, o Banco Mundial, a seu critério, poderá exigir que o mutuário tome uma das medidas a seguir:

- a) Apresentar as evidências adicionais solicitadas pelo Banco Mundial;
- b) Depositar montante equivalente na Conta Designada;
- c) Devolver montante equivalente ao Banco Mundial;
- d) Excepcionalmente, apresentar documentação substituta comprovando outras despesas elegíveis.

Após receber a notificação do Banco Mundial, o mutuário deverá cumprir, de imediato, a ação nela solicitada.

## 8. Devoluções

**8.1 Devolução por decisão do mutuário.** O mutuário, após notificação ao Banco Mundial, poderá restituir ao Banco Mundial a totalidade ou parte do empréstimo depositado na Conta Designada para crédito na Conta de Financiamento.

**8.2 Consequência das devoluções.** O Banco Mundial deverá determinar se as devoluções feitas a ele em conformidade com as seções 6 e 7 e com a subseção 8.1 destas diretrizes serão creditadas na Conta de Financiamento. As restituições de recursos para a Conta de Financiamento poderão acarretar a) taxas de liquidação de *swap*, b) custos de cancelamento correspondentes aos montantes cuja base da taxa de juros ou moeda tenha sido objeto de conversão ou cobertura ou c) ambos.

**8.3 Outros direitos e obrigações não afetados pelas devoluções.** As devoluções de montantes do empréstimo não afetarão outros direitos e obrigações legais das partes previstos no Acordo de Financiamento.

Attachment 2

[Letterhead]  
 [Municipality of Fortaleza]  
 [Street address]  
 [City] [Country]

[DATE]

Banco Mundial  
 Setor Comercial Norte,  
 Quadra 02, Lote A  
 Edifício Corporate Financial Center  
 7º Andar  
 70712-900 Brasília, DF  
 Brazil

Attention: Ms. Martin Raiser, Director Brazil-Country Management Unit

**Re: IBRD Loan XXXX-BR**  
**(BR Fortaleza Sustainable Urban Development Project)**

Dear Mr. Raiser:

I refer to the Loan Agreement between the International Bank for Reconstruction and Development ("Bank") and the Municipality of Fortaleza ("Borrower"), dated \_\_\_\_\_, providing the above Loan. For the purposes of Section 2.03 of the General Conditions as defined in the Loan Agreement, any 5[one] of the persons whose authenticated specimen signatures appear below is authorized on behalf of the Borrower to sign Applications for withdrawal under this Loan.

For the purpose of delivering Applications to the Bank, 6[each] of the persons whose authenticated specimen signatures appears below is authorized on behalf of the Borrower, acting 7[individually] 8[jointly], to deliver Applications, and evidence in support thereof on the terms and conditions specified by the Bank.

<sup>5</sup> Instruction to the Borrower: Stipulate if more than one person needs to sign Applications, and how many or which positions, and if any thresholds apply. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

<sup>6</sup> Instruction to the Borrower: Stipulate if more than one person needs to jointly sign Applications, if so, please indicate the actual number. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

<sup>7</sup> Instruction to the Borrower: Use this bracket if any one of the authorized persons may sign; if this is not applicable, please delete. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

<sup>8</sup> Instruction to the Borrower: Use this bracket only if several individuals must jointly sign each Application; if this is not applicable, please delete. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*



9[This confirms that the Borrower is authorizing such persons to accept Secure Identification Credentials (SIDC) and to deliver the Applications and supporting documents to the Bank by electronic means. In full recognition that the Bank shall rely upon such representations and warranties, including without limitation, the representations and warranties contained in the *Terms and Conditions of Use of Secure Identification Credentials in connection with Use of Electronic Means to Process Applications and Supporting Documentation* (“*Terms and Conditions of Use of SIDC*”) the Borrower represents and warrants to the Bank that it will cause such persons to abide by those terms and conditions.]

This Authorization replaces and supersedes any Authorization currently in the Bank records with respect to this Agreement.

[Name], [position] Specimen Signature: \_\_\_\_\_

[Name], [position] Specimen Signature: \_\_\_\_\_

[Name], [position] Specimen Signature: \_\_\_\_\_

Yours truly,

/ signed /

\_\_\_\_\_  
[Secretary of Urban Development and Environment]

<sup>9</sup> Instruction to the Borrower: Add this paragraph if the Borrower wishes to authorize the listed persons to accept Secure Identification Credentials and to deliver Applications by electronic means; if this is not applicable, please delete the paragraph. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

**Termos e condições de uso de dispositivos seguros de identificação  
em conexão com o uso de meios eletrônicos  
para processar pedidos de saque e documentação de apoio**

1º de março de 2013

O Banco Mundial<sup>10</sup> fornecerá credenciais de identificação seguras (SIDC-sigla em inglês) para permitir que o Mutuário<sup>11</sup> entregue pedidos de saque e pedidos de compromissos especiais nos termos do(s) Contrato(s) de Empréstimo, bem como documentação de apoio (tais pedidos e documentação de apoio conjuntamente denominados nestes Termos e Condições de Uso como Pedidos de Saque) ao Banco Mundial por meio eletrônico, nos termos e condições de uso especificados neste documento.

O SIDC pode ser: a) baseado em hardware (*Token Físico*) ou baseado em software (*Token Virtual*). O Banco Mundial reserva-se o direito de determinar o tipo de SIDC mais apropriado.

**A. Identificação de Usuários.**

1. Será pedido ao Mutuário que identifique em uma Carta de Assinatura Autorizada (ASL- sigla em inglês), devidamente entregue ao Banco Mundial e por ele recebida, cada pessoa que estará autorizada a entregar Pedidos de Saque. O Banco Mundial fornecerá o SIDC a cada pessoa identificada na ASL (Signatário), conforme disposto abaixo. O Mutuário deverá também notificar imediatamente o Banco Mundial se um Signatário não estiver mais autorizado pelo Mutuário a atuar como Signatário.
2. Cada Signatário deverá cadastrar-se como usuário no website do Banco Mundial *Client Connection* (CC) (<https://clientconnection.worldbank.org>) antes da entrega de seu SIDC. Para cadastrar-se na CC o Signatário deverá criar uma senha na CC (Senha CC). O Signatário não revelará sua Senha da CC a ninguém nem a armazenará ou a registrará por escrito ou de qualquer outra forma. Ao cadastrar-se como usuário da CC, o Signatário receberá um nome de conta de identificação exclusivo.

**B. Inicialização do SIDC.**

1. O Signatário, antes de começar a inicialização do SIDC, deverá confirmar que leu, compreendeu e acordou estar obrigado por estes Termos e Condições de Uso.

<sup>10</sup> O "Banco Mundial" inclui o BIRD e a AID.

<sup>11</sup> O "mutuário" inclui o mutuário de um empréstimo do BIRD, crédito da AID ou adiantamento do Mecanismo de Preparação de Projetos e o beneficiário de um doação.

2. Caso se use um *Token Físico*, imediatamente após o recebimento do *Token Físico* o Signatário acessará a CC utilizando seu nome de conta e Senha da CC, registrará seu *Token Físico*, bem como criará um número de identificação pessoal (PIN) a ser usado juntamente com o seu *Token Físico*, após o que o *Token Físico* estará inicializado para ser usado pelo Signatário exclusivamente para entregar Pedidos de Saque. Caso se use um *Token Virtual*, o Signatário acessará a CC utilizando seu nome de conta e Senha da CC e criará um número de identificação pessoal (PIN) a ser usado juntamente com o seu *Token Virtual*, após o que o *Token Virtual* estará inicializado para ser usado pelo Signatário exclusivamente para entregar Pedidos de Saque. Após a inicialização do SIDC, o Signatário será um “Usuário do SIDC”. O Banco Mundial manterá em seu banco de dados uma conta de usuário (Conta) para cada Usuário do SIDC a fim de administrar o SIDC do Usuário de SIDC. Nem o Mutuário nem o Usuário do SIDC terão qualquer acesso à Conta.
3. Antes da primeira utilização do SIDC pelo Usuário do SIDC, o Mutuário deverá assegurar-se de que o Usuário do SIDC tenha recebido os materiais de treinamento fornecidos pelo Banco Mundial acerca do uso do SIDC.

**C. Uso do SIDC.**

1. O uso do SIDC é estritamente limitado à entrega de Pedidos de Saque pelo Usuário do SIDC na forma prescrita pelo Banco Mundial no(s) Contrato(s) de Empréstimo e nestes Termos e Condições. É vedado qualquer outro uso do SIDC.
2. O Banco Mundial não assume qualquer responsabilidade pelo uso inadequado do SIDC pelo Usuário do SIDC, outros representantes do Mutuário ou terceiros.
3. O Mutuário é responsável por assegurar e declara e garante para o Banco Mundial (o Banco Mundial confia inteiramente em tal declaração e garantia na entrega de um SIDC a cada usuário do SIDC) que todo usuário do SIDC compreende estes Termos e Condições de Uso e agirá em conformidade com os mesmos, incluindo o seguinte, embora não de forma exclusiva:
  4. ***Segurança***
    - 3.1. O Usuário do SIDC não revelará seu PIN a ninguém nem o armazenará ou o registrará por escrito ou de qualquer outra forma.
    - 3.2. O Usuário do SIDC não permitirá que nenhuma outra pessoa utilize um SIDC para entregar uma Pedido de Saque ao Banco Mundial.
    - 3.3. O Usuário do SIDC sempre efetuará o *logout* da CC quando não estiver utilizando o sistema. Se o *logout* não for efetuado adequadamente, poderá ser criada uma rota desprotegida para o sistema.



- 3.4. Se o Usuário do SIDC acreditar que um terceiro tenha tomado conhecimento de seu PIN ou caso tenha perdido seu *Token* Físico, deverá notificar imediatamente a [clientconnection@worldbank.org](mailto:clientconnection@worldbank.org).
- 3.5. O Mutuário notificará imediatamente o Banco Mundial pelo e-mail [clientconnection@worldbank.org](mailto:clientconnection@worldbank.org) a respeito de qualquer perda, roubo ou comprometimento do SIDC e tomará outras medidas razoáveis para assegurar que tal SIDC seja desativado imediatamente.
5. ***Reserva de direito de desativar o SIDC***
  - 5.1. O Mutuário reservar-se-á o direito de revogar, por qualquer motivo, a autorização de um Usuário do SIDC para usar o SIDC.
  - 5.2. O Banco Mundial reserva-se o direito de, a seu critério exclusivo, desativar temporária ou permanentemente um SIDC, desativar uma Conta de Usuário de SIDC ou ambos.
6. ***Cuidado dos Tokens Físicos***
  - 6.1. Os *Tokens* Físicos continuarão a ser propriedade do Banco Mundial.
  - 6.2. O Banco Mundial manualmente entregará um *Token* Físico a cada Signatário designado a recebê-lo de uma forma a ser determinada e que seja satisfatória para o Banco Mundial.
  - 6.3. Os *Tokens* Físicos contêm instrumentação delicada e sofisticada e, portanto, devem ser manuseados com o devido cuidado e não devem ser imersos em líquidos, expostos a temperaturas extremas, comprimidos ou curvados. Além disso, os *Tokens* Físicos devem ser mantidos a uma distância superior a cinco (5) centímetros de dispositivos que produzam radiação eletromagnética (REM), como telefones celulares, *PDA*s ativados por telefone, *smart phones* e outros dispositivos semelhantes. Os *Tokens* Físicos devem ser transportados e armazenados separadamente de qualquer dispositivo REM. À curta distância (menos de 5 cm), esses dispositivos podem liberar altos níveis de REM capazes de interferir na operação apropriada de equipamentos eletrônicos, inclusive do *Token* Físico.
  - 6.4. Sem desprezar estes Termos e Condições de Uso, outras instruções técnicas acerca do uso e cuidado adequados de *Tokens* Físicos estão disponíveis em <http://www.rsa.com>.
7. ***Substituição***
  - 7.1. Os *Tokens* Físicos perdidos, danificados, comprometidos (nos termos do item 4.5, acima) ou destruídos serão substituídos às custas do Mutuário.



- 7.2. O Banco Mundial reserva-se o direito de, a seu critério exclusivo, não substituir qualquer *Token* Físico no caso de uso inadequado ou de não reativar a Conta do Usuário do SIDC.

Conciliação da Conta Designada	
Empréstimo / Doação Nº:	
Nome do Banco	
Número da Conta:	
1. Total de Depósitos	-
2. Menos Total que já foi documentado	-
3. Saldo Pendente (por documentar)	-
4. Saldo da Conta Designada em ____ / ____ / ____ (de acordo com o extrato bancário anexo)	-
5. Valor a ser documentado no presente Pedido nº ____	-
6. Mais valor pendente de reposição pelo Banco <sup>1</sup>	-
7. Mais saques efetuados ainda não documentados ao Banco <sup>2</sup>	-
8. Menos valores debitados depois do extrato bancário anexo	-
9. Menos rendimentos gerados na Conta Designada	-
10. Total (4 + 5 + 6 + 7 + 8 - 9)	-
11. Discrepâncias entre (3 e 10) <sup>3</sup>	-
<b>Observações:</b>	
1 Valores pendentes de reposição pelo Banco	
Pedido Nº	Valor
-	-
2 Saques efetuados ainda não documentados ao Banco	
Data	Descrição
	Valor
3 Outras explicações por discrepância identificada na linha 11	

Obs.: a moeda da conciliação deve ser a mesma moeda da Conta Designada

1. Preencher com a soma de todos os valores que foram adiantados pelo Banco para a Conta Designada\*
2. Preencher com a soma de todos os valores que já foram documentados ao Banco (em pedidos anteriores)\*
3. Linha 1 menos linha 2\*
4. Preencher com o valor que consta como saldo no extrato bancário que está anexo a esta conciliação
5. Preencher com o valor total que será documentado no presente Pedido
6. Preencher apenas para o caso de existir reposições que já foram solicitadas ao Banco, mas cujos valores ainda não estão refletidos no extrato bancário enviado em anexo.
7. Preencher com os valores que já foram sacados da conta para realizar pagamentos, mas que ainda não foram documentados ao Banco e/ou se encontram na Conta Operativa (detalhar valores nas observações)
8. Preencher somente se existir valores que foram sacados da Conta Designada depois da data do extrato bancário que está em anexo.
9. Preencher somente no caso de existir rendimentos que foram gerados na Conta Designada.

\* Disponível para consulta no Client Connection (Desembolsos -> Contas Designadas/LIJI)



EM BRANCO





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

Eu, abaixo assinado, tradutor juramentado de inglês, matrícula N° 0390511/2011, certifico e dou fé que me foi apresentado o documento *Agreed Minutes of Negotiations*, exarado em idioma inglês para que fosse por mim traduzido para o vernáculo, o que cumprí, em razão do meu ofício, como se segue:

**ATA ACORDADA DAS NEGOCIAÇÕES  
ENTRE O  
MUNICÍPIO DE FORTALEZA, A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
E O  
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
(BIRD)  
RELATIVA AO  
PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL  
29 E 30 DE MARÇO DE 2017**

1. **Introdução.** Nos dias 29 e 30 de março de 2017, foram realizadas negociações em torno de um empréstimo de US\$ 73,3 milhões para o Programa Fortaleza Cidade Sustentável, em uma reunião entre representantes do Município de Fortaleza (Mutuário), da República Federativa do Brasil (Avalista) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco), na sede do Banco em Brasília e com ligação em videoconferência para Washington D.C. Os nomes dos membros das delegações do Município de Fortaleza, da República Federativa do Brasil e do Banco Mundial, estão listados no Anexo 1 à presente Ata.
2. Esta Ata registra e esclarece os entendimentos-chave relacionados ao Projeto proposto. Não é um registro completo das negociações, mas tem o objetivo de refletir os entendimentos suplementares acordados entre as delegações do Mutuário, do Avalista e do Banco.
3. **Documentos Discutidos.** Durante as reuniões foram discutidos e acordados o Contrato de Empréstimo, o Contrato de Garantia, a Planilha de Escolha do Empréstimo, o Cronograma de Amortização, a Carta de Desembolso e o Documento de Avaliação do Projeto. Cópias dos documentos acordados estão juntadas como Anexos 2 a 6.
4. **Acordo de Empréstimo.** As principais discussões com relação ao conteúdo do Acordo de Empréstimo estão listadas a seguir. Outras mudanças técnicas menos importantes estão registradas no Acordo de Empréstimo, apensado como Anexo 2.
  - (a) A cláusula 2.08 (c) e a Categoria (3) na Tabela de Categoria do Cronograma 2, Seção IV.A.2 foram removidas, pois o Mutuário confirmou que o ágio de Teto e *Collar* (proteção de teto e piso) será pago pelo Mutuário com recursos próprios.
  - (b) O teto do financiamento retroativo no Anexo 2, Seção IV.B.1 foi modificado para USD 7.330.000 (10% do valor do empréstimo).
  - (c) O Cronograma de Amortização do Anexo 3 foi atualizado com base na Planilha de Escolha do Empréstimo revisada e na Data de Encerramento atualizada.
  - (d) A definição do Manual Operacional do Projeto foi expandida para incluir uma referência aos recursos de contrapartida e aos mecanismos de comunicação e reclamação do Projeto.
  - (e) A data limite de efetividade será 120 dias após a assinatura do Contrato de Empréstimo.
5. **Data de Encerramento.** Ficou acordado que a Data de Encerramento do Projeto é 31 de março de 2024. O Avalista informou que uma extensão da Data de Encerramento ou qualquer mudança no Contrato de Empréstimo exigirá a aprovação da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), por meio do GTEC, e deverá ser formalmente solicitada pelo Mutuário à COFIEEX.

I

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula Nº 0390511

6. **Condições de Efetividade.** Os participantes da reunião concordaram pela manutenção das seguintes condições de efetividade adicionais:

- (a) A adoção, pelo Mutuário, do Manual Operacional do Projeto, por meio da publicação de uma Portaria. O Manual Operacional do Projeto foi apresentado pelo Mutuário em 24 de março de 2017 e o Banco o considerou aceitável em 27 de março de 2017. Após as discussões ocorridas durante as Negociações, foram propostas algumas alterações ao Manual Operacional. O Manual foi modificado e novamente aprovado em 30 de março de 2017.
- (b) A criação, pelo Mutuário, por meio da publicação de uma Portaria, da Unidade Gerenciadora do Projeto (UGP), conforme o previsto na Seção I.A.1 do Anexo 2 do Contrato de Empréstimo, de maneira que seja considerada satisfatória pelo Banco.

7. A delegação do Mutuário esclareceu que a composição básica e a equipe da Unidade Gerenciadora do Projeto já estavam designadas e estão detalhadas no Manual Operacional do Projeto. Portanto, as condições acima estarão cumpridas antes da assinatura do empréstimo.

8. **Termos do Empréstimo.** O Mutuário optou por um Empréstimo Flexível do BIRD em dólares norte-americanos com spread variável, e cronograma de amortização vinculado aos desembolsos, com uma agenda de amortização consistindo de reembolsos nivelados do principal, com datas de pagamento nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, com 24 anos de prazo de vencimento final, incluindo um período de carência de 6 anos e com todas as opções de conversão. A Comissão Inicial, igual a 0,25% do valor do empréstimo, será financiada com recursos do empréstimo. A comissão de compromisso é igual a 0,25% a.a., pagável pelo Mutuário contra o Saldo do Empréstimo não Sacado. O Banco esclareceu que a comissão de compromisso entrará em efetividade 60 dias após a assinatura do empréstimo e o seu pagamento será devido duas vezes por ano. A escolha reflete a preferência do Mutuário pelo cronograma de reembolso ligado aos desembolsos. A Planilha de Escolha do Empréstimo, com a seleção do Mutuário constitui o Anexo 4 desta Ata, e o Cronograma de Amortização o Anexo 5.

9. **Sobretaxa de Exposição.** A equipe do Banco esclareceu as condições adicionais do empréstimo, aprovadas pelo Conselho de Governadores do Banco em 11 de fevereiro de 2014. Elas se aplicam a empréstimos que contenham a cláusula que prevê situações em que a exposição total excede o Limite de Exposição Padrão (Esses termos estão definidos nas alíneas (b)(ii) e (b)(iii), Seção 2.09 do Artigo II do Contrato de Empréstimo). Para qualquer montante de empréstimo superior ao Limite anterior do Mutuário, de US\$ 16,5 bilhões, até o limite de teto máximo de US\$ 19,0 bilhões, o Mutuário deverá pagar ao Banco uma sobretaxa de exposição de metade de um por cento (0,5%) a. a., sobre o produto do excedente ao limite de exposição pela razão entre o saldo devedor do presente Empréstimo e todos os empréstimos do Banco Mundial desembolsados para o Avalista, ou garantidos pelo Avalista, que contenham a cláusula de sobretaxa de exposição.

10. **Carta de Desembolso.** A Minuta de Carta de Desembolso foi discutida com as delegações do Mutuário e do Avalista, e os procedimentos de desembolso foram esclarecidos. Ficou confirmado que a conta designada será segregada, denominada em USD e aberta no Banco do Brasil em nome da SEFIN. A Carta de Desembolso negociada está ajuntada a esta Ata como Anexo 6.

EB

05/06/18





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

11. **Aquisições.** O Mutuário apresentou ao Banco uma Estratégia de Aquisições para o Desenvolvimento do Projeto (PPSD) e um Plano de Aquisições do Projeto, ambos considerados satisfatórios, e datados de 29 de março de 2017. Durante a reunião, a delegação do Banco prestou esclarecimentos sobre o novo Arcabouço de Aquisições e Regulamentos para Projetos (datado de 1º de julho de 2016). Foi apresentada também uma explicação geral das principais alterações em relação às orientações anteriores. Por fim, ficou claro para os participantes da reunião que o novo regulamento será aplicável ao Projeto proposto. O Avalista informou que será emitido um parecer jurídico por um órgão federal sobre a constitucionalidade dos novos regulamentos de aquisições do Banco. Isto não condicionará a emissão do parecer jurídico da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre o Projeto proposto a ser apreciado pelo Senado Federal.

12. **Atualização do Documento de Avaliação do Projeto (DAP).** O Banco apresentou o DAP e as alterações introduzidas na versão anterior, enviada formalmente junto com o pacote de negociações. As mudanças incluíram principalmente modificações editoriais, para reduzir o texto principal para 15 páginas, datas de efetividade e de encerramento, além de alterações no Anexo 3 do Projeto, sobre aspectos relativos às aquisições públicas e ao fluxo de recursos. O DAP, datado de 30 de março de 2017, reflete todas as modificações acordadas durante as negociações. Ele está totalmente alinhado com o conteúdo dos documentos legais.

13. **Comissão Estatutária.** De acordo com o artigo III, Seção 4 (iii) do Estatuto do Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), uma operação proposta para ser financiada ou garantida pelo BIRD/ADI será acompanhada de um relatório/recomendação ("Relatório da Comissão Estatutária") a ser emitido por uma autoridade legal ("Comissão"), cujos membros incluem um especialista selecionado pelo Diretor que representa o membro em cujo território a operação em questão está localizada. O Diretor que representa a República Federativa do Brasil no Conselho de Governadores do BIRD concordou, mediante carta datada de 8 de novembro de 2014, que o funcionário designado e autorizado pelo Governo da República Federativa do Brasil para representar a República Federativa do Brasil nas negociações de financiamentos do BIRD destinados a, ou garantidos pela República Federativa do Brasil, será o especialista da Comissão Estatutária da República Federativa do Brasil, e que a assinatura do referido funcionário na ata oficial de negociações para tal financiamento do BIRD é considerada como sendo a assinatura no relatório da Comissão Estatutária. As partes reconheceram que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) deverá ser designada para assinar esta Ata de Negociações no que diz respeito ao financiamento para este Projeto.

14. **Acesso à Informação.** O Documento de Avaliação do Projeto foi revisado e atualizado para incorporar os comentários e observações feitos pela Delegação do Mutuário durante as negociações. Em conformidade com a Política do Banco Mundial sobre o Acesso à Informação, o Banco divulgará o Documento de Avaliação do Projeto, os respectivos acordos legais e outras informações relacionadas à operação e os acordos legais, incluindo quaisquer cartas suplementares. A Delegação do Mutuário confirma que o Banco pode tornar público este DAP após análise da operação pela Diretoria Executiva do Banco.

15. **Aceitação dos Documentos Negociados.** As delegações do Mutuário e do Avalista confirmam que sua concordância com os acordos legais negociados e com esta Ata constitui a aceitação plena e final do Governo dos documentos acima referidos e que nenhuma confirmação adicional ou evidência de aprovação destes documentos será necessária antes da apresentação da proposta de financiamento para a apreciação da Diretoria Executiva do Banco.

EC

07/06/18



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

**16. Próximas Etapas.**

- (a) O Mutuário e o Banco concordaram que a Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2018 e o Plano Plurianual 2018-2021 de Fortaleza incluirão o Projeto proposto.
- (b) A delegação do Banco informa que o Projeto proposto será apresentado à Diretoria Executiva do Banco em 28 de abril de 2017.
- (c) Após a aprovação pela Diretoria Executiva do Banco, o Mutuário e o Avalista providenciarão as etapas processuais e administrativas necessárias para a emissão do Aval Federal e as etapas internas subsequentes exigidas para a assinatura do Contrato de Empréstimo.

*Assinado em Brasília, Brasil em 30 de março de 2017.*

*LG**28/06/18***Pelo Mutuário:****[consta assinatura]**

**Águeda Muniz**  
Secretária Titular  
Secretaria Municipal de Urbanismo e  
Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA)

**[consta assinatura]**

**Edvaldo Assunção e Silva**  
Procurador do Município de Fortaleza  
Procuradoria do Município de Fortaleza

**Pelo Avalista:****[consta assinatura]**

**Eliane Bucar**  
Coordenadora de Projetos de Infraestrutura (CCPI / SEAIN / MP)





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

**Pelo Banco:**

**[consta assinatura]**

**Emanuela Monteiro**

Task Team Leader

Banco Mundial

**LISTA DE ANEXOS:**

Anexo 1.	Lista de Participantes
Anexo 2.	Contrato de Empréstimo
Anexo 3.	Contrato de Garantia
Anexo 4.	Planilha de Escolha de Empréstimo
Anexo 5.	Cronograma de Amortização
Anexo 6.	Carta de Desembolso

20

03/06/18



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

## **Anexo 1. Lista de Participantes**

### **Delegação do Governo Federal Brasileiro**

#### *Ministério da Fazenda*

Arthur Batista de Sousa, Auditor Federal de Finanças e Controle (Secretaria do Tesouro Nacional, STN)

Paulo Magaldi Netto, Procurador da Fazenda Nacional (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, PGFN)

#### *Ministério do Planejamento / Secretaria de Assuntos Internacionais, SEAIN*

Eliane Bucar, Coordenadora de Projetos de Infraestrutura (CCPI), Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (COGEX)

Gustavo Piccinini Dullius, Especialista em Políticas Públicas (EPPGG), Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (COGEX)

### **Delegação do Município de Fortaleza**

#### *Procuradoria Geral do Município de Fortaleza*

Edvaldo Assunção e Silva, Procurador

#### *Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, SEUMA*

Águeda Muniz, Secretária Titular

Jorge André Nunes Verçosa, Assessor Especial da SEUMA, Coordenador do Projeto

#### *Secretaria Municipal de Finanças de Fortaleza, SEFIN*

Maurício Paes Soares, Assessor de Captação de Recursos

Tristão Rocha, Assessor de Captação de Recursos

### **Delegação do Banco Mundial**

Paul Procee, Oficial de Operações de Países em Exercício

Emanuela Monteiro, Líder de Equipe

Isabela Micalí Drossos, Advogado Sênior

Valeska Pedrosa, Assistente Jurídico

Tatiana de Abreu, Oficial de Finanças

Susana Amaral, Especialista em Gestão Financeira

Tania Lettieri, Oficial de Operações

Luciano Wuerzius, Especialista Sênior em Aquisições

Beatriz Eraso Puig, Especialista em Urbanismo (via videoconferência)

Christopher Dychala, Analista WBG (via webex)

60

03/06/15



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

## Anexo 2. Contrato de Empréstimo

**Departamento Jurídico**  
**MINUTA CONFIDENCIAL**

**Christian D'Ameli/Isabella Micali Drossos**  
**30 de março de 2017**

**TEXTO NEGOCIADO**

**EMPRÉSTIMO NÚMERO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_**

## Contrato de Empréstimo

Programa Fortaleza Cidade Sustentável

entre o

**MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

e o

**BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO**

Datado de \_\_\_\_\_, 2017

7

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

6/5

1

03/06/18

9 de maio de 2014

Modelo Simplificado de Acordo de Empréstimo do BIRD para um Projeto de Investimento

**CONFIDENCIAL**

**PROIBIDO CIRCULAR**

### CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Contrato datado de \_\_\_\_\_, 2017, entre o MUNICÍPIO DE FORTALEZA (“Mutuário”) e o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (“Banco”). O Mutuário e o Banco neste ato acordam o seguinte:

#### ARTIGO I – CONDIÇÕES GERAIS, DEFINIÇÕES

- 1.01. As Condições Gerais (conforme definidas no Apêndice a este Acordo) constituem parte integral deste Contrato.
- 1.02. A não ser que o contexto exija de outra forma, os termos em letras maiúsculas usados neste Contrato têm os significados que lhes são atribuídos nas Condições Gerais ou no Apêndice a este Contrato.

#### ARTIGO II – EMPRÉSTIMO

- 2.01. O Banco concorda em emprestar ao Mutuário, nos termos e condições estabelecidos e referidos neste Contrato, a quantia de setenta e três milhões e trezentos mil dólares (US\$ 73.300.000,00). Tal quantia pode ser convertida periodicamente por meio de uma Conversão de Moeda, de acordo com as disposições da Seção 2.08 deste Contrato (“Empréstimo”) para apoio ao financiamento do projeto descrito no Anexo I deste Contrato (“Projeto”).
- 2.02. O Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo de acordo com a Seção IV do Anexo 2 deste Contrato. O Representante do Mutuário para fins de qualquer ação exigida ou permitida de acordo com esta Seção é o/a Secretário/a da SEUMA.
- 2.03. A Comissão Inicial pagável pelo Mutuário será igual a um quarto de um por cento (0,25%) do montante do Empréstimo.
- 2.04. A Comissão de Compromisso pagável pelo Mutuário será igual a um quarto de um por cento (0,25%) por ano do Saldo do Empréstimo não Sacado.
- 2.05. O juro amortizável pelo Mutuário, a cada Período de Juros deverá ser a uma taxa igual à Taxa de Referência para a Moeda do Empréstimo mais o Spread Variável; desde que, após uma Conversão do todo, ou de parte do montante principal do Empréstimo, o juro amortizável pelo Mutuário durante o Período de Conversão sobre tal quantia seja determinado de acordo com as disposições pertinentes do Artigo IV das Condições Gerais. Não obstante o exposto, se qualquer montante do Saldo do Empréstimo Sacado permanecer não-pago, quando vencido, e assim continuar por um período de trinta dias, então o juro amortizável pelo Mutuário deverá ser calculado de acordo com o disposto na Seção 3.02(e) das Condições Gerais.

-1-

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

2

- 2.06. As Datas de Pagamento são 15 de março e 15 de setembro de cada ano.
- 2.07. O montante principal do Empréstimo deverá ser pago (reembolsado) de acordo com as disposições estabelecidas no Anexo 3 deste Contrato.
- 2.08. (a) O Mutuário poderá a qualquer momento, em cada caso, com a não-objeção prévia do Avalista, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda do Avalista, requerer quaisquer das seguintes Conversões dos termos do Empréstimo, para facilitar uma prudente gestão do débito: (i) mudança da Moeda do Empréstimo de todo ou de parte do montante principal do Empréstimo, sacado ou não, para uma Moeda Aprovada; (ii) mudança da base da taxa de juros aplicável para: (A) todo ou parte do montante principal do Empréstimo sacado e em aberto, de uma Taxa Variável a uma Taxa Fixa, ou vice-versa; ou (B) todo ou parte do montante principal do Empréstimo sacado e em aberto, de uma Taxa Variável com base em uma Taxa de Referência e com Spread Variável, para uma Taxa Variável com base em uma Taxa de Referência Fixa e Spread Variável, ou vice-versa; (C) todo o valor principal do Empréstimo sacado ou em aberto, de uma Taxa Variável com base em um Spread Variável, para uma Taxa Variável com base em um Spread Fixo; e (iii) o estabelecimento de limites sobre a Taxa Variável ou Taxa de Referência, aplicáveis a todo ou a parte do valor principal do Empréstimo sacado ou em aberto, pelo estabelecimento de um teto para a Taxa de Juros, ou *Collar* (proteção de teto e piso) de Taxa de Juros sobre a Taxa Variável ou Taxa de Referência.
- (b) Qualquer conversão solicitada nos termos do parágrafo (a) desta Seção, que for aceita pelo Banco, será considerada uma “Conversão”, conforme definido nas Condições Gerais, e será efetuada em conformidade com as disposições do Artigo IV das Condições Gerais e das Diretrizes de Conversão.
- 2.09. (a) Se em qualquer tempo, a Exposição Total exceder o Limite Padrão de Exposição (conforme a definição destes termos nas alíneas (b)(ii) e (b)(iii) desta Seção), o Mutuário pagará ao Banco uma sobretaxa no valor de metade de um por cento (0,5%) a. a. do Valor Alocado Excedente de Exposição (conforme definição contida na alínea (b)(i) desta Seção) para cada dia referido (“Sobretaxa de Exposição”). A Sobretaxa de Exposição será paga semestralmente na data de vencimento de cada de Pagamento.
- (b) Para os objetivos desta Seção os termos listados abaixo têm o significado determinado a seguir:
- (i) “Valor Alocado Excedente de Exposição” significa, para cada dia em que a Exposição Total exceder o Limite Padrão de Exposição, o produto de: (A) o valor total do referido excedente; e (B) a razão entre o todo ou (se o Banco assim determinar) parte do Empréstimo e o valor agregado de todos (ou partes equivalentes) os empréstimos concedidos pelo Banco ao Mutuário, ao Avalista e a outros tomadores avalizados pelo Avalista que também estiverem sujeitos a uma sobretaxa de exposição, quando tal excedente e razão forem razoavelmente determinados, de tempos em tempos, pelo Banco.

-2-



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

3

- (ii) “Limite Padrão de Exposição” significa o limite padrão de exposição financeira do Banco ao Avalista, conforme definição pertinente do Banco.
- (iii) “Exposição Total” significa, em qualquer tempo, a exposição financeira total do Banco ao Avalista, conforme definição pertinente do Banco.

EB

### ARTIGO III – PROJETO

07/06/19

- 3.01 Por meio da SEUMA, o Mutuário declara seu compromisso com os objetivos do Projeto. Para este fim, o Mutuário executará o Projeto em conformidade com as disposições do Artigo V das Condições Gerais.
- 3.02. Sem limitação das disposições da Seção 3.01 do presente Contrato, e exceto se o Mutuário a o Banco acordarem de outra forma, o Mutuário assegura que o Projeto será realizado em conformidade com as disposições do Anexo 2 do presente Contrato.

### ARTIGO IV – EFETIVIDADE; RESCISÃO

- 4.01. As Condições Adicionais de Efetividade consistem do seguinte:
  - (a) O Manual Operacional do Projeto foi adotado pela SEUMA em forma e conteúdo aprovados pelo Banco;
  - (b) A UGP foi estabelecida pelo Mutuário, conforme o disposto na Seção I.A.1 do Anexo 2 do presente Contrato, de maneira considerada satisfatória pelo Banco.
- 4.02. O Tópico Jurídico Adicional consiste do seguinte, a saber, que o Empréstimo foi registrado junto ao Banco Central do Avalista.
- 4.03. A Data Limite de Efetividade é cento e vinte (120) dias a contar da data deste Contrato.

-3-



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

4

## ARTIGO V – REPRESENTANTES; ENDEREÇOS

5.01. À exceção do disposto na Seção 2.02 deste Contrato, o Representante do Mutuário é o Prefeito Municipal de Fortaleza.

5.02. O endereço do Mutuário é o seguinte:

Prefeitura Municipal de Fortaleza  
Rua São José, 1 – Centro  
60765-170  
Fortaleza, Ceará  
Facsimile: +55 85 3105-1165

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente  
Avenida Deputado Paulino Rocha, 1343 – Cajazeiras  
60864-310  
Fortaleza/CE  
Facsimile: +55 85 3253-3911

5.03. O endereço do Banco é o seguinte:

International Bank for Reconstruction and Development  
1818 h Street, N. W.  
Washington, D. C. 20433  
Estados Unidos da América

Telex:	Facsimile:
248423(MCI) ou	1-202-477-6391
64145(MCI)	

ACORDADO em: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, no dia e ano escritos acima

**MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

**Por**

-4-





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

5

**Representante Autorizado**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

**BANCO INTERNACIONAL PARA  
RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Por \_\_\_\_\_

**Representante Autorizado**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

ET

05/06/18

-5-





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

6

## ANEXO 1

### Descrição do Projeto

Os objetivos do Projeto são: (a) Fortalecer a capacidade do Mutuário no planejamento do uso do solo e financiamento baseado no solo; e (b) promover a recuperação do ambiente urbano e reabilitar espaços públicos, por meio de intervenções em áreas selecionadas da Bacia da Vertente Marítima e do Parque Rachel de Queiroz.

O Projeto compreende os seguintes componentes:

#### Parte 1: Recuperação Urbana e Ambiental

- (a) Recuperação do Parque Rachel de Queiroz, por meio de melhorias, entre outras, de:
  - (i) acessibilidade geral, incluindo vias de acesso, pavimentação e calçadas de pedestres;
  - (ii) amenidades básicas, incluindo iluminação, paisagismo, sinalização, mobiliário urbano externo e equipamentos esportivos;
  - (iii) ligação de bairros da vizinhança a linhas de transporte por ônibus e áreas comerciais, por meio de ciclovias e calçadas de pedestres, entre outros.
- (b) Redução de fontes pontuais de poluição ao longo da Bacia da Vertente Marítima, por meio da realização, entre outras, das seguintes atividades: (i) fortalecimento da capacidade de monitoramento e execução do Mutuário para assegurar que domicílios selecionados sejam conectados à rede de esgoto; (ii) financiamento de ligações à rede de esgoto para domicílios de baixa renda; (iii) execução de intervenções destinadas a captar e desviar os fluxos de águas servidas dos drenos de águas pluviais que são despejados ao longo da costa; (iv) implementação de ações-piloto, com tecnologias de tratamento de recursos hídricos no local, para mitigar a poluição em corpos de água selecionados; e (v) implantação de campanhas de comunicação e educação ambiental.

#### Parte 2: Fortalecimento do Planejamento e do Financiamento Urbano

- (a) Modernização dos instrumentos de planejamento e das ferramentas de licenciamento, por meio da realização, entre outras, das seguintes atividades: (i) atualização do cadastro existente e desenvolvimento de uma plataforma de informações espaciais; e (ii) otimização dos processos e serviços relacionados à gestão urbana e ambiental.
- (b) Implementação de instrumentos de financiamento urbano com base no solo, por meio de: (i) formulação e implementação de uma OUC (Operação Urbana Consorciada) em áreas selecionadas dos arredores do Parque Rachel de Queiroz e suas vizinhanças; e (ii) fortalecer a capacidade da SEUMA de promover um desenvolvimento urbano renovado.

#### Parte 3: Gerenciamento do Projeto

-6-



Provisão de apoio para, entre outros: (i) a gestão técnica e administrativa e o monitoramento e avaliação do Projeto; (ii) execução da gestão financeira do Projeto e dos requisitos de aquisições; (iii) execução de atividades de difusão e participação relacionadas ao Projeto; (iv) provisão de equipamentos e capacitação (nas áreas do gerenciamento das salvaguardas técnicas, ambientais e sociais, entre outras) para a equipe da SEUMA, para fins de implementação do Projeto; e (v) o fornecimento de assistência técnica e insumos para o fortalecimento das capacidades de auditoria, controle financeiro e aquisições do Mutuário.

EC

08/06/18



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula Nº 0390511

8

## ANEXO 2

### Execução do Projeto

#### Seção I. Arranjos de Implementação

##### A. Arranjos Institucionais

1. O Mutuário deverá criar uma UGP (Unidade de Gerenciamento do Projeto) dentro da SEUMA e operá-la e mantê-la durante a implementação do Projeto, com funções e responsabilidades (inclusive responsabilidade pela supervisão da administração, gestão financeira e aspectos de aquisições, no âmbito do Projeto), composição e equipe com qualificações e experiência e em número considerado satisfatório pelo Banco.
2. (a) O Mutuário, através da SEUMA deverá: (i) executar o Projeto em conformidade com o Manual Operacional do Projeto; e (ii) não alterar, suspender, revogar, anular ou dispensar nenhum dispositivo do referido Manual Operacional do Projeto, sem o prévio consentimento por escrito do Banco.
- (b) Caso haja algum conflito entre os termos do Manual Operacional do Projeto e este Contrato, os termos deste Contrato prevalecerão.

##### B. Anticorrupção

O Mutuário deverá assegurar que o Projeto será executado em conformidade com as disposições das Diretrizes Anticorrupção.

##### C. Salvaguardas.

1. O Mutuário, por meio da SEUMA deverá implementar o Projeto em conformidade com as disposições do ESMF, do RPF, do DAP Parque Raquel de Queiroz Nº 1, do DAP Parque Raquel de Queiroz Nº 2 e dos DAPs, quando aplicáveis.
2. O Mutuário não deverá delegar, modificar, revogar ou dispensar, ou permitir a delegação, modificação, revogação ou dispensa de nenhum dos Documentos de Salvaguardas ou das disposições neles contidas, sem a prévia aprovação do Banco.

#### Seção II. Monitoramento, Relatoria e Avaliação do Projeto

##### A. Relatórios do Projeto

O Mutuário deverá monitorar e avaliar o progresso do Projeto a elaborar Relatórios de Projeto, em conformidade com as disposições da Seção 5.08 das Condições Gerais e com base nos indicadores de desempenho aceitáveis pelo Banco. Cada Relatório de Projeto deverá abranger o período de um semestre civil e deverá ser encaminhado ao Banco em um prazo não superior a trinta dias contados após o encerramento do período coberto por tal relatório.

-8-



**B. Gestão Financeira, Relatórios Financeiros e Auditorias**

1. O Mutuário deverá manter ou criar condições para a manutenção de um sistema de gestão financeira, em conformidade com as disposições da Seção 5.09 das Condições Gerais.
2. Sem prejuízo das disposições da Parte A desta Seção, o Mutuário deverá elaborar e encaminhar ao Banco, até sessenta dias após o final de cada trimestre, relatórios financeiros provisórios não auditados do Projeto, cobrindo o trimestre, em forma e conteúdo aceitáveis pelo Banco.
3. O Mutuário deverá ter os seus Demonstrativos Financeiros auditados, em conformidade com as disposições da Seção 5.09 das Condições Gerais. Cada auditoria dos Demonstrativos Financeiros deverá cobrir o período de um exercício fiscal do Mutuário. Os Demonstrativos Financeiros auditados para cada período deverão ser encaminhados ao Banco em um prazo não superior a seis meses, contados a partir do encerramento de cada exercício.

**Seção III. Aquisições**

Todos os bens, obras e serviços de consultoria ou não, exigidos pelo Projeto, e a serem financiados com recursos do Empréstimo serão adquiridos em conformidade com os requisitos estabelecidos ou contidos nas Regulações das Aquisições e nas disposições do Plano de Aquisições.

**Seção IV. Retirada dos Proventos do Empréstimo****A. Geral**

1. O Mutuário poderá fazer retiradas dos proventos do Empréstimo em conformidade com as disposições do Artigo II das Condições Gerais, desta Seção, e das instruções adicionais especificadas pelo Banco em notificação ao Mutuário (inclusive as “Diretrizes do Banco Mundial de Desembolsos para Projetos” de fevereiro de 2017, revisada periodicamente pelo Banco, e aplicáveis a este Contrato conforme tais instruções), para financiar Despesas Elegíveis, de acordo com o estabelecido na tabela do parágrafo 2 abaixo.
2. A tabela a seguir especifica as categorias de Despesas Elegíveis que podem ser financiadas com recursos do Empréstimo (“Categoria”), a atribuição dos montantes do Empréstimo para cada categoria, e o percentual de despesas a serem financiadas para Despesas Elegíveis em cada Categoria.

08/06/18





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

10

<b>Categoria</b>	<b>Montante do Empréstimo Alocado (expresso em USD)</b>	<b>Percentual de Gastos a ser financiado (inclusive impostos)</b>
(1) Bens, obras e serviços de consultoria ou não, Treinamento e Custos Operacionais no âmbito do Projeto	73.116.750	100%
(2) Comissão Inicial	183.250	Montante pagável em conformidade com a Seção 2.03 deste Contrato, de acordo com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais.
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>73.300.000</b>	

Para os objetivos desta Seção:

- (a) o termo “treinamento” quer dizer gastos (outros que não sejam com serviços de consultoria) feitos pelo Mutuário, relativos à realização de treinamentos, seminários e oficinas, inclusive, entre outros, os custos de viagem (p. ex. acomodação, custos de transporte e diárias) dos instrutores e treinandos (se aplicável), alimentação, aluguel de instalações e equipamento de treinamento, taxas de registro em programas de treinamento, bem como materiais e equipamentos de treinamento no âmbito do Projeto; e
- (b) o termo “custos operacionais” significa os custos incrementais pertinentes (que não ocorreriam na ausência do Projeto) da parte do Mutuário, relativos à gestão, monitoramento e supervisão técnica e administrativa requeridos no âmbito do Projeto, inclusive a remuneração da equipe administrativa e operacional (excluídos os gastos com os salários e benefícios relacionados dos servidores públicos) aluguel e operação de veículos, combustível e seguro, custos pertinentes de auditoria externa, material de escritório não durável e equipamentos, cobranças bancárias pertinentes, custos de viagens (inclusive acomodações, custos de transporte e diárias), serviços de impressão, custos de comunicação, serviços públicos, manutenção de equipamentos e instalações de escritório e serviços de logística.

#### **B. Condições de Retiradas; Período de Retirada**

- I. Não obstante as disposições da Parte A desta Seção, nenhuma retirada será feita para pagamentos realizados antes da data deste Contrato. Exceto que se retiradas até um montante agregado que não

20

-10-

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
 Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com

03/06/19



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

## II

ultrapasse o equivalente a quatorze milhões e seiscentos mil dólares (US\$ 7.330.000) possam ser feitas para pagamentos efetuados durante os doze meses imediatamente anteriores à data deste Contrato, para Despesas Elegíveis.

2. A Data de Encerramento é 31 de março de 2024. O Banco só concederá uma prorrogação da Data de Encerramento, quando o Ministério da Fazenda do Avalista tiver informado ao Banco que concorda com tal prorrogação.

4.6

### ANEXO 3

#### Cronograma de Amortização

02/06/18

1. Sem prejuízo das disposições do parágrafo 2 do presente Anexo, o Mutuário reembolsará cada Montante Desembolsado em parcelas semestrais a pagar em cada 15 de março e 15 de setembro, a primeira parcela a ser paga no décimo terceiro (13º) Dia de Pagamento após a Data de Fixação do Vencimento para o Montante Desembolsado e a última parcela a ser paga no quadragésimo oitavo (48º) Dia de Pagamento após a Data de Fixação de Vencimento do Montante Desembolsado. Cada parcela, exceto a última, será igual a um trinta e seis avos (1/36) do Montante Desembolsado. A última parcela deverá ser igual ao valor remanescente em aberto do Montante Desembolsado.
2. Se qualquer uma ou mais parcelas do principal do Montante Desembolsado for, de acordo com as disposições do parágrafo 1 deste Anexo, pagável após 15 de março de 2048, o Mutuário também pagará, em tal data, o valor agregado referente a todas estas prestações.
3. O Banco notificará as Partes do Empréstimo sobre o cronograma de amortização para cada Montante Desembolsado imediatamente após a Data de Fixação de Vencimento do Montante Desembolsado.
4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 a 3 do presente Anexo, em caso de Conversão de Moeda, do todo ou parte de um Montante Desembolsado para uma Moeda Aprovada, o montante assim convertido para a Moeda Aprovada, que é reembolsável em qualquer Data de Pagamento Principal que ocorrer durante o Período de Conversão, será determinado pelo Banco, multiplicando esse valor na sua moeda de denominação imediatamente anterior à conversão por meio de: (i) taxa de câmbio, que reflita os montantes do principal na Moeda Aprovada e paga pelo Banco de acordo com a Operação *Hedge* de Moeda relativa à Conversão; ou (ii) se o Banco assim determinar, de acordo com as Diretrizes de Conversão, o componente taxa de câmbio da Taxa Screen.
5. Se o Saldo de Retirada do Empréstimo for denominado em mais de uma Moeda de Empréstimo, as disposições do presente Anexo se aplicarão separadamente ao montante denominado em cada Moeda do Empréstimo.

-11-

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

12

cy

## APÊNDICE

### Seção I. Definições

43/06/13

1. “Diretrizes Anticorrupção” significa as “Diretrizes para a Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção em Projetos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da ADI”, datadas de 15 de outubro de 2006 e revisadas em janeiro de 2011 e 1 de julho de 2016.
2. “Categoria” significa uma categoria estabelecida na tabela da Seção IV do Anexo 2 do presente Contrato.
3. “Pessoa Deslocada” refere-se à pessoa que, por conta da execução do Projeto, sofreu ou sofrerá impactos econômicos e sociais diretos provocados por: (i) tomada involuntária de terra, resultando em: (A) Realocação ou perda do teto; (B) perda de patrimônio ou de acesso ao patrimônio; (C) perda de fontes de renda, ou meios de sobrevivência, mesmo que essa pessoa tenha ou não que mudar para outro local; ou (ii) restrição involuntária de acesso a parques e áreas de proteção designados legalmente, resultando em impactos adversos sobre o sustento dessa pessoa. “Pessoas Deslocadas” quer dizer, coletivamente o plural do termo.
4. “ESMF” quer dizer Arcabouço de Gestão Social e Ambiental, datado de 01 de dezembro de 2016, aprovado pelo Banco e publicado no site externo do Banco em 23 de janeiro de 2017, que contém as medidas de proteção ambiental relativas ao Projeto, incluindo, entre outros: (i) medidas para lidar com a descoberta acidental de objetos com valor cultural, proteção de *habitats* naturais e gestão de pragas; (ii) identificação das condições ambientais existentes e os potenciais impactos ambientais, diretos ou indiretos, resultantes da implantação do Projeto; (iii) diretrizes para a realização de avaliações ambientais e para a elaboração de planos de gestão social e ambiental, quando for o caso; (iv) recomendação de medidas mitigadoras para cada impacto negativo identificado; e (v) medidas para aperfeiçoar cada impacto positivo identificado.
5. “Condições Gerais” quer dizer “Condições Gerais para Empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento”, datado de 12 de março de 2012, com as modificações incluídas na Seção II deste Apêndice.
6. “Avalista” significa a República Federativa do Brasil.
7. “OUC” quer dizer “Operação Urbana Consorciada”, uma intervenção urbana executada conjuntamente por atores públicos e privados, voltada à melhoria do ambiente urbano, social e natural, conforme definido no artigo 32 da Lei N° 10257 de 10 de julho de 2001.

-12-



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

C.B.

13

03/06/18

8. “UGP” significa a Unidade Gerenciadora do Projeto referida na Seção I.A.1 do Anexo 2 deste Contrato, ou qualquer outra que venha a sucedê-la, e que seja aceitável pelo Banco.
9. “Plano de Aquisições” é o plano de aquisições do Mutuário, datado de 29 de março de 2017 e indicado na Seção IV das Regulações de Aquisições; o mesmo poderá ser atualizado periodicamente com a anuência do Banco.
10. “Regulações de Aquisições” significa as “Regulações de Aquisições do Banco Mundial para Mutuários no âmbito do Financiamento de Investimento do Projeto”, datada de 1 de julho de 2016.
11. “Manual Operacional do Projeto” é o manual do Mutuário, aprovado pelo Banco, que estabelece procedimentos e diretrizes detalhadas para a implementação do Projeto, incluindo, entre outros: as funções, responsabilidades e pessoal da UGP, inclusive os mecanismos de coordenação com os atores envolvidos no Projeto; (ii) procedimentos detalhados de gestão financeira, desembolsos, pagamentos, sistemas de contabilidade e auditoria; (iii) recursos de contrapartida; (iv) procedimentos de monitoramento e avaliação da implementação do Projeto, inclusive indicadores de monitoramento; (v) critérios de seleção das áreas da Bacia da Vertente Marítima e do Parque Rachel de Queiroz, onde o Projeto será implementado; (vi) critérios de seleção dos domicílios que serão ligados à rede de esgoto, no âmbito da Parte I(b) do Projeto; e (vii) mecanismos de comunicação e reclamação; o referido manual pode sofrer modificações periódicas, sempre com a anuência prévia do Banco, por escrito.
12. “RAP Parque RDQ N°1” significa Plano de Ação de Reassentamento, datado de 1 de novembro de 2016, aceito pelo Banco e publicado no site externo do Banco em 29 de novembro de 2016, que contém, entre outros, um programa de ações, medidas e políticas para a aquisição de terras e outros ativos, compensação, reabilitação e outras formas de assistência (inclusive o processo de reclamação) às Pessoas Deslocadas, contido nas Seções 3, 4B, 5B, 6B e 7 do Parque Rachel de Queiroz (conforme a definição dessas seções contidas no Manual Operacional do Projeto), inclusive orçamento e estimativa de custos e fontes de financiamento, juntamente com os arranjos institucionais, de monitoramento e relatoria adequados, capazes de assegurar a correta implementação e o *feedback* regular sobre o cumprimento dos seus termos, em relação às obras da Parte I(a) do Projeto.
13. “RAP Parque RDQ N°2” significa Plano de Ação de Reassentamento, datado de 1 de novembro de 2016, aceito pelo Banco e publicado no site externo do Banco em 29 de novembro de 2016, que contém, entre outros, um programa de ações, medidas e políticas para a aquisição de terras e outros ativos, compensação, reassentamento, reabilitação e outras formas de assistência (inclusive o processo de reclamação) às Pessoas Deslocadas, contido na Seção 10 do Parque Rachel de Queiroz (conforme a definição dessa seção contida no Manual Operacional do Projeto), inclusive orçamento e estimativa de custos e fontes de financiamento, juntamente com os arranjos institucionais, de monitoramento e relatoria adequados, capazes de assegurar a adequada implementação e o *feedback* regular sobre o cumprimento de seus termos, em relação às obras da Parte I(a) do Projeto.

-13-

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
 Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

14

03/06/18

14. “RAP” quer dizer qualquer plano ação de reassentamento (diferente dos RAP Parque RDQ N°1 e RAP Parque RDQ N°2), aceito pelo Banco, elaborado e tornado público pelo Mutuário, contendo, entre outros, um programa de ações, medidas e políticas para a aquisição de terras e outros ativos, compensação, reassentamento, reabilitação e outras formas de assistência (inclusive o processo de reclamação) às Pessoas Deslocadas, inclusive orçamento e estimativa de custos e fontes de financiamento, juntamente com os arranjos institucionais, de monitoramento e relatoria adequados, capazes de assegurar a adequada implementação e feedback regular do cumprimento dos seus termos, em relação às obras da Parte 1(a) do Projeto (não coberto por RAP Parque RDQ N°1 e RAP Parque RDQ N°2); RAPs significa o plural de RAP.
15. “RPF” é o Arcabouço de Política de Reassentamento datado de 1 de dezembro de 2016, aceito pelo Banco e publicado no site externo do Banco em 23 de janeiro de 2017, que estabelece, entre outros, as políticas e procedimentos para a aquisição de terras e outros ativos, compensação, reassentamento, reabilitação e outras formas de assistência (inclusive o processo de reclamação) às Pessoas Deslocadas, conforme o caso, e para a elaboração de RAPs específicos, conforme sejam necessários para as atividades do Projeto; o referido arcabouço poderá ser revisado de tempos em tempos, com o consentimento prévio do Banco por escrito; e esse termo inclui todos os anexos e acordos complementares ao referido arcabouço.
16. “Documentos de Salvaguarda” são o ESMF, o RPF, o RAP Parque RDQ N°1, o RAP Parque RDQ N°2, e os RAPs, e os mesmos poderão ser revisados de tempos em tempos, com o consentimento prévio, por escrito, do Banco.
17. “SEUMA” é a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, do Mutuário, ou qualquer órgão que a suceder, aprovado pelo Banco.

## Seção II. Modificações nas Condições Gerais

As Condições Gerais estão doravante modificadas conforme o seguinte:

1. No **Índice**, as referências a Seções, nomes de Seção e números de Seção foram modificadas para refletir as modificações feitas nos parágrafos abaixo.

-14-



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

15

2. Seção 3.1. (*Taxa Inicial*) foi modificada e passa a ser o seguinte:

08/06/18

“Seção 3.01. *Comissão Inicial; Comissão de Compromisso*

- (a) O Mutuário deverá pagar ao Banco uma taxa inicial sobre o montante do Empréstimo à taxa especificada no Contrato de Empréstimo (“Comissão inicial”).
  - (b) O Mutuário deverá pagar ao Banco uma comissão de compromisso sobre o Saldo não Sacado do Empréstimo a uma taxa especificada no Contrato de Empréstimo (Comissão de Compromisso). A Comissão de Compromisso entra em vigor a partir de uma data de sessenta dias após a data do Contrato de Empréstimo até as respectivas datas em que montantes forem sacados da Conta do Empréstimo pelo Mutuário ou cancelados. A Comissão de Compromisso deverá ser paga semestralmente no vencimento de cada Data de Pagamento.
3. No Apêndice, **Definições**, todas as referências pertinentes aos números das Seções e aos parágrafos são modificadas, quando necessário, para refletir a modificação efetuada no parágrafo 2 acima.
  4. O Apêndice foi modificado, incluindo um novo parágrafo 19 com a seguinte definição de “Comissão de Compromisso”, renumerando assim os parágrafos subsequentes:  
“19. “Comissão de Compromisso”, significa a taxa de compromisso especificada no Contrato de Empréstimo para os objetivos da Seção 3.01(b).”
  5. No parágrafo renumerado 49 (originalmente parágrafo 48) do Apêndice, a definição de “Comissão Inicial” foi modificada, com a substituição da referência à Seção 3.01 por Seção 3.01(a).
  6. No parágrafo renumerado 68 (originalmente parágrafo 67) do Apêndice, a definição do termo “Pagamento do Empréstimo” foi modificada, passando a ser:  
“68. “Pagamento do Empréstimo” significa qualquer valor a ser pago pelas Partes do Empréstimo ao Banco, de acordo com os Acordos Legais ou com estas Condições Gerais, inclusive (mas não limitado a) qualquer quantia do Saldo Sacado do Empréstimo, juros, Comissão Inicial, Comissão de Compromisso, juros na taxa de juro default (se houver), qualquer pré-pagamento de ágio, qualquer taxa por transação de Conversão ou antecipação do encerramento de uma Conversão, taxa de Fixação do Spread Variável (se houver), qualquer ágio pagável pela fixação de um Teto para a taxa de juros ou *Collar* para a taxa de juros e qualquer valor pago pelo Mutuário por cancelamento.”
  7. No parágrafo renumerado 73 (originalmente parágrafo 72) do Apêndice, a definição de “Data de Pagamento” foi modificada, eliminando a palavra “é” e inserindo as palavras “e Comissão de Compromisso são”, após a palavra “juros”.

-15-

Certifico que o precedente é a tradução fiel e completa para o português da versão original em inglês. Em testemunho do que, firmo a presente tradução,  
em Fortaleza/CE, 08 de junho de 2018

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com

EMMANUEL CAVALCANTE PORTO

Tradutor Público e Intérprete Comercial - Inglês

MATRÍCULA 0390511





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511

Eu, abaixo assinado, tradutor juramentado de inglês, matrícula N° 0390511/2011, certifico e dou fé que me foi apresentado o documento *Guarantee Agreement*, exarado em idioma inglês para que fosse por mim traduzido para o vernáculo, o que cumpri, em razão do meu ofício, como se segue:

16

### Anexo 3, Contrato de Garantia

Departamento Jurídico

**MINUTA CONFIDENCIAL**

**Christian D'Amely/Isabella Micali Drossos**

**30 de março de 2017**

**TEXTO NEGOCIADO**

**EMPRÉSTIMO NÚMERO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_**

## Contrato de Garantia

(Programa Fortaleza Cidade Sustentável)

entre a

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

e o

**BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO**

**Datado de \_\_\_\_\_, 2017**

-16-



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511



**BANCO MUNDIAL**  
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

EMPRÉSTIMO NÚMERO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

## CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO, datado de \_\_\_\_\_, 2017, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ("Avalista") e o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ("Banco") ("Contrato de Garantia") relativo ao Contrato de Empréstimo de mesma data entre o Banco e o MUNICÍPIO DE FORTALEZA ("Mutuário") ("Contrato de Empréstimo"). O Fiador e o Banco, acordam no seguinte:

### ARTIGO I – CONDIÇÕES GERAIS, DEFINIÇÕES

Seção 1.01. As Condições Gerais (definidas no Apêndice do Contrato de Empréstimo) constituem parte integrante deste Contrato.

Seção 1.02. A menos que o contexto exija de outra forma, os termos em letras maiúsculas utilizados neste Contrato têm o significado que lhes é atribuído nas Condições Gerais ou no Contrato de Empréstimo.

### ARTIGO II – GARANTIA; PROVISÃO DE RECURSOS

Seção 2.01. O Avalista, neste ato garante incondicionalmente, como garantidor principal, e não com um mero aval, o pagamento devido e pontual de todos os Pagamentos do Empréstimo pagáveis pelo Mutuário, nos termos do Contrato de Empréstimo.

### ARTIGO III – REPRESENTANTE; ENDEREÇOS

Seção 3.01. O Representante do Avalista é o seu Ministério da Fazenda.

Seção 3.02. O Endereço do Avalista é:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" – 8º andar  
70048-900 Brasília, DF  
Brasil

Facsimile: (55-61) 3412-1740

Seção 3.03. O Endereço do Banco é:

International Bank for Reconstruction and Development  
1818 H Street, N. W.  
Washington, D.C. 20433  
Estados Unidos da América

Telex:

Facsimile:

-17-

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511



**BANCO MUNDIAL**  
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

248423 (MCI) ou  
64145 (MCI)

(202) 477-6391

ACORDADO em \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ no dia e ano primeiramente indicado  
acima.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

por

Representante Autorizado

por

Representante Autorizado

26

06/06/18

-18-

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 50.160-070  
Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com



EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511



**BANCO MUNDIAL**  
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

2/1

06/06/18

#### Anexo 4. Planilha de Escolha do Empréstimo

TERMOS FINANCEIROS DO EMPRÉSTIMO FLEXÍVEL DO BIRD (IFL) FORMULÁRIO PARA SELEÇÃO DOS	
<b>PREENCHA O FORMULÁRIO ELETRONICAMENTE, IMPRIMA E ASSINE</b> Utilize a tecla "tab" para deslocar-se para as áreas sombreadas e inserir informações. Clique no local indicado para selecionar entre os itens do menu.	
<b>1. INFORMAÇÕES SOBRE O EMPRÉSTIMO</b>	
1a	Nome do país: República Federativa do Brasil
1b	Nome do projeto ou do programa: Fortaleza Cidade Sustentável
1c	Mutuário: Município de Fortaleza
1d	Moeda do montante do empréstimo (selecione UMA): Dólar Americano Montante do empréstimo: 73.300.000,00
<b>2. MARGEM SOBRE A LIBOR</b>	
Selecione apenas UMA das seguintes opções:	
<input type="checkbox"/>	Margem fixa
OU	
<input checked="" type="checkbox"/>	Margem variável
<b>3. TERMOS DE AMORTIZAÇÃO</b>	
3a	Selecione as datas de pagamento semestral: 15 de março e 15 de setembro.
3b	Período de carência: Especifique o número de anos (de 0 a 19,5): 6 anos
3c	Prazo total de amortização incluindo o prazo de carência (sem exceder o limite final de vencimento). Especifique o número de anos (de 0 a 35): 24 anos.
3d	Selecione apenas UMA das seguintes opções: <input type="checkbox"/> Cronograma de amortização fixado no momento da aprovação do empréstimo OU <input checked="" type="checkbox"/> Cronograma de amortização vinculado aos desembolsos (Obs. Se for selecionado o cronograma de amortização vinculado aos desembolsos, os únicos perfis de amortização disponíveis são: (I) Amortização constante, e (II) Pagamento constante (Tabela Price)
3e	Selecione apenas UM dos seguintes perfis de amortização:
<input checked="" type="checkbox"/>	I. Amortização constante
<input type="checkbox"/>	II. Pagamento constante (tabela price)
<input type="checkbox"/>	III. Amortização única (bullet)
<input type="checkbox"/>	IV. Outras amortizações não padronizadas (especifique as datas dos pagamentos programados e os montantes a serem pagos nas datas de pagamento do principal. Caso necessite de espaço adicional, favor anexar uma folha separada).
<b>4. COMISSÃO INICIAL</b>	
Selecione apenas UMA das seguintes opções:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Financiada com os fundos do empréstimo (capitalizada) OU
<input type="checkbox"/>	Pagamento antecipado com recursos próprios do mutuário.

[consta carimbo e assinatura]





EMMANUEL CAVALCANTE PORTO – Tradutor Público do Estado do Ceará – Matrícula N° 0390511


**BANCO MUNDIAL**  
 BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

5. OPÇÕES DE CONVERSÃO	
5a	Selecione apenas UMA das seguintes opções: <input type="checkbox"/> Todas as opções de conversão (Conversão de moeda, conversão de taxas de juros e tetos e bandas) <input type="checkbox"/> Nenhuma opção de conversão
5b	Se o Mutuário escolher ter opções de conversão, selecione apenas UMA das seguintes alternativas: <input type="checkbox"/> Prêmio de tetos ou bandas a ser financiado com recursos do empréstimo (enquanto houver disponibilidade de fundos a serem desembolsados). <input type="checkbox"/> Prêmio de tetos ou bandas a ser pago pelo mutuário com recursos próprios.
6. OPÇÕES DE CONVERSÃO AUTOMÁTICA	
	<input type="checkbox"/> Fixação automática da taxa de juros (ARF)  OBS. Selecione esta opção somente se você quiser que o BIRD fixe automaticamente a taxa de juros de cada desembolso do empréstimo.  Por favor especifique uma das opções abaixo:  Período: (igual a um ou mais períodos de juros):  <div style="text-align: right;">CL 06/06/18</div> <div style="text-align: center;">CLIQUE AQUI OU</div> Montante: (mínimo de US\$ 3 milhões ou 20% do empréstimo, ou o que for maior)
	Conversão automática da moeda no ato do desembolso.  Obs. Esta opção converterá automaticamente cada desembolso do empréstimo e sua amortização para outra moeda, inclusive a moeda nacional. Favor contatar o Departamento de Consultoria Financeira e Bancária para obter informações sobre as moedas disponíveis, montantes, prazos e taxas, bem como para obter instruções e formulários.
7. DECLARAÇÃO DAS RAZÕES DO MUTUÁRIO PARA A ESCOLHA DOS TERMOS DO EMPRÉSTIMO	
Os termos e condições financeiras apresentados neste formulário foram escolhidos a partir de uma análise criteriosa realizada pelos órgãos internos da Assessoria Especial e Coordenadoria do Tesouro Municipal, destacando-se a Célula de Controle da Dívida Pública, que realizou avaliação das alternativas disponibilizadas pelo BIRD. Vale ressaltar, analisamos o comportamento histórico da LIBOR e sua tendência, as margens fixa e variável a serem determinadas sobre essa taxa referencial, a sua distribuição segundo o prazo médio ponderado de amortização, o significado da carência para a aplicação da mesma junto ao Município, e por sua vez as estruturas não padronizadas. Com base nesses principais aspectos considerados, dado a macroeconomia brasileira, dado a conjuntura do Município de Fortaleza, e dado a análise e mensuração de risco pelo Grupo Técnico desta Secretaria das Finanças de Fortaleza, escolhemos as condições acima relacionadas, pois as mesmas estão plenamente adequadas ao fluxo e caixa esperado pelo Município de Fortaleza, destacando-se tanto a geração futura de caixa (arrecadação própria e transferências), como o nível de comprometimento com os custos operacionais (custeio dos diversos Programas multissetoriais), e o fluxo de saídas de caixa estimado para amortização e serviço da dívida fundada.	
8. DECLARAÇÃO	
O mutuário declara que não só tomou suas próprias decisões para obter o Empréstimo em conformidade com os termos contidos neste Formulário, assim como também ser o Empréstimo adequado para ele com base no seu próprio julgamento. O mutuário não recebeu qualquer comunicação (oral ou por escrito) do Banco Mundial como uma recomendação para tomar o empréstimo de acordo com os termos selecionados neste documento, ficando entendido que quaisquer informações e explicações relacionadas com os termos e condições do Empréstimo não serão consideradas uma recomendação para se tomar o Empréstimo. O mutuário declara ainda que compreende e aceita os termos, condições e riscos do Empréstimo.	
9. ASSINATURA DO MUTUÁRIO E DATA	
Assinatura:	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">[consta carimbo e assinatura]</div>
Data:	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">[consta carimbo e assinatura]</div>

Esta tradução não implica julgamento sobre a forma, a autenticidade e/ou o conteúdo do documento traduzido. Nada mais continha o referido documento que fielmente traduzi para o português, conferi, achei conforme e dou fé.

Fortaleza, 06 de junho de 2018

  
 EMMANUEL CAVALCANTE PORTO

Rua Antonele Bezerra, 280 apt. 901, Meireles – Fortaleza, CE - 60.160-070  
 Telephone: 55 85 3077-2149; mobile: 55 85 9992-2401; email: ec.porto@hotmail.com

Tradutor Público e Intérprete Comercial - Inglês

EM BRANCO



Vol. 24, N.3 Março/2018

# Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, abril de 2018



2

21  
20  
19  
18  
17  
17  
16  
15  
14  
13  
12  
12  
11  
8  
7  
6  
5  
5  
3

*Panorama Geral do Resultado do Governo Central*  
*Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior*  
Visão Geral  
Recetas do Governo Central  
Transferências do Tesouro Nacional  
Despesas do Governo Central  
Previdência Social  
*Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior*  
Visão Geral  
Recetas do Governo Central  
Transferências do Tesouro Nacional  
Despesas do Governo Central  
Previdência Social  
*Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior*  
Visão Geral  
Recetas do Governo Central  
Transferências do Tesouro Nacional  
Despesas do Governo Central  
Previdência Social

**Sumário**

## Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018 .....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	7
Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018 .....	8
Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018 .....	8
Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018 .....	12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	14
Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018 .....	15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	16
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018 .....	17
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018 .....	18
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	19
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018 .....	20
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018 .....	21
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018 .....	22



## Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPJExp	RS Mil
Acre	AC	30.580,7	186.979,2	25,1	
Alagoas	AL	128.331,5	227.250,3	750,5	
Amazonas	AM	92.106,0	155.043,7	1.559,2	
Amapá	AP	22.533,3	185.757,8	543,7	
Bahia	BA	523.067,0	509.088,6	14.342,7	
Ceará	CE	283.111,9	397.289,2	3.150,1	
Distrito Federal	DF	9.806,2	37.457,2	425,8	
Espírito Santo	ES	101.684,5	83.195,5	13.516,7	
Goiás	GO	208.857,9	155.260,9	7.831,2	
Maranhão	MA	239.335,7	391.383,5	3.850,9	
Minas Gerais	MG	747.412,3	243.200,5	41.446,2	
Mato Grosso do Sul	MS	83.556,2	72.787,4	6.084,1	
Mato Grosso do Sul	MT	103.918,6	125.502,1	4.660,0	
Pará	PA	200.071,7	332.779,0	20.001,4	
Paraná	PB	178.796,7	259.711,7	286,2	
Pernambuco	PE	280.183,1	373.869,9	4.701,3	
Piauí	PI	151.395,7	234.908,8	88,3	
Paraná	PR	384.542,6	155.970,7	31.658,9	
Rio de Janeiro	RJ	167.572,2	85.158,5	59.769,5	
Rio Grande do Norte	RN	141.104,8	226.214,2	288,0	
Roraima	RR	50.473,2	154.176,5	988,7	
Rio Grande do Sul	RS	385.029,3	126.250,3	30.534,0	
Santa Catarina	SC	222.054,5	69.903,6	19.924,2	
Sergipe	SE	85.179,1	224.839,5	215,6	
São Paulo	SP	758.588,8	53.739,3	66.742,5	
Tocantins	TO	81.100,1	234.629,5	313,0	
<b>TOTAL</b>		<b>5.690.042,7</b>	<b>5.437.151,8</b>	<b>333.712,7</b>	

Cts., valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferecias-constitucionais-legalis>

**Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT**

**Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios - GERED**

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

E-mail: [cont@atualizacao.gov.br](mailto:cont@atualizacao.gov.br) ou [transferecias-tn@fazenda.gov.br](mailto:transferecias-tn@fazenda.gov.br)

4

Discriminação	R\$ Milhões		Variação (2018/2017)		R\$ Milhões		Variação (2018/2017)		R\$ Milhões		Variação (2018/2017)	
	2017	2018	Diferença	%	2017	2018	Diferença	%	2017	2018	Diferença	%
	Jan-Mar				Março				a preços correntes			
I. Receita Total	334.174,9	369.482,9	35.307,9	10,6%	102.839,3	107.048,1	4.208,7	4,1%	1.4%	2.434,7	15,9%	12,8%
II. Transf. por Repartição de Receita	58.880,3	65.529,6	6.649,3	11,3%	15.336,8	17.771,6	2.434,7	15,9%	12,8%			
III. Receita Líquida Total (-II)	275.294,7	303.953,3	28.658,6	10,4%	87.502,5	89.276,5	1.774,0	2,0%	-0,6%			
IV. Despesa Total	294.857,8	316.933,5	22.075,8	7,5%	98.733,9	114.104,5	15.370,6	15,6%	12,6%			
V. Fundo Soberano do Brasil - FSF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	-			
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-19.563,1	-12.980,2	6.582,9	-33,6%	-11.231,4	-24.828,0	-13.596,6	121,1%	115,3%			
Tesouro Nacional e Banco Central	20.446,3	36.072,3	15.625,9	76,4%	1.857,8	-4.701,3	-6.559,1	-47,5%				
Previdência Social (RGP5)	-40.009,4	-49.052,5	-9.043,1	22,6%	-13.089,2	-20.126,7	-7.037,4	53,8%	49,8%			
Memorando:												
VII. Resultado Primário/PB	-1,2%	-0,8%	-	-	-	-	-	-	-			
Resultado do Tesouro Nacional	20.474,8	36.206,8	15.732,0	76,8%	1.823,0	-4.743,9	-6.566,8	-22,1%	18,9%			
Resultado do Banco Central	-28,5	-134,5	-106,1	372,6%	34,9	42,6	7,7	22,1%	18,9%			
Resultado da Previdência Social	-40.009,4	-49.052,5	-9.043,1	22,6%	-13.089,2	-20.126,7	-7.037,4	53,8%	49,8%			

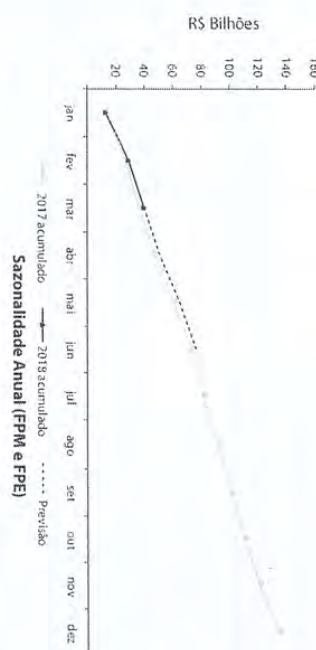
Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

## Panorama Geral do Resultado do Governo Central

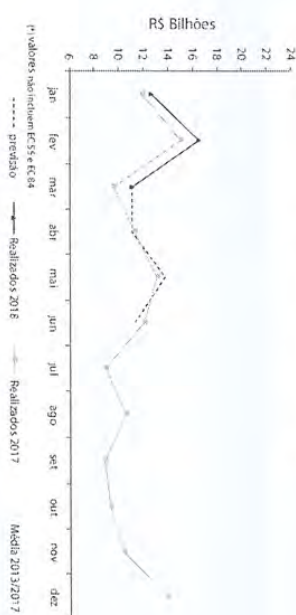


## Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2018 a 20/03/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões				Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR	Credito	FPE	FPM	IPESOP	TOTAL
FEV/3º DEC	2.701,2	13.690,4	16.391,6	MAR/1º DEC	2.819,4	2.950,5	216,1	5.985,9
MAR/1º DEC	877,1	1.945,2	2.822,3	MAR/2º DEC	485,4	508,0	70,2	1.063,6
MAR/2º DEC	593,1	11.804,4	12.397,5	MAR/3º DEC	2.137,2	2.231,5	47,4	4.411,4
<b>TOTAL</b>	<b>4.171,4</b>	<b>27.439,9</b>	<b>31.611,3</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.437,2</b>	<b>5.690,0</b>	<b>333,7</b>	<b>11.460,9</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IPI e IR estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recolhimento de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Resultado do Tesouro Nacional - Março/2018

## Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

## Visão Geral

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	344.193,8	370.219,8	26.026,1	7,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	222.689,7	245.497,8	22.808,1	10,2%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	86.798,7	88.445,2	1.646,5	1,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	34.705,4	36.276,9	1.571,4	4,5%
II. Transferências por Repartição de Receita	60.633,6	65.636,4	5.002,8	8,3%
III. Receita Líquida Total (I-II)	283.560,2	304.583,4	21.023,2	7,4%
IV. Despesa Total	303.608,0	317.453,5	13.845,5	4,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	127.995,2	137.570,0	9.574,8	7,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	69.422,1	74.224,8	4.802,7	6,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	53.949,0	49.797,8	-4.151,2	-7,7%
IV.4 Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes	52.241,7	55.860,8	3.619,1	6,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	-	-	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-20.047,8	-12.870,1	7.177,7	-35,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	21.148,7	36.254,7	15.106,0	71,4%
Previdência Social (RGPS)	-41.196,5	-49.124,8	-7.928,3	19,2%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	21.178,6	36.390,0	15.211,4	71,8%
Resultado do Banco Central	-29,9	-135,3	-105,4	352,9%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-41.196,5	-49.124,8	-7.928,3	19,2%

março e abril do ano vigente é um importante elemento na explicação da despesa acumulada até março de 2018.

A preços de março de 2018, comparativamente a 2017, houve melhora de R\$ 7,2 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 20,0 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 12,9 bilhões neste ano. Essa melhora no resultado decorreu do crescimento da receita líquida (7,4%) em taxa superior à elevação da despesa total (4,6%).

Sobre o aumento da receita, merece destaque a elevação da arrecadação do PIS/Cofins ocasionada em grande medida pelo aumento das alíquotas sobre combustíveis (Decreto 9.101/17) bem como o desempenho da arrecadação associada aos programas de parcelamentos da Dívida Ativa, PERT e PRT. Sublinhe-se ainda, que outra fonte de elevação de receita tem sido a recuperação da atividade econômica e de indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação.

Por seu turno, a elevação da despesa primária deu-se em benefícios previdenciários, despesa de pessoal e em despesas discrecionárias, sendo parcialmente compensada pela redução observada em outras despesas obrigatórias, com destaque para subsídios e subvenções. Importante destacar que a antecipação no calendário de pagamento de precatórios executado nos meses de maio e junho, ocorrido em 2017 para

# Boletim

## FPM / FPE / IPI-Exportação

Em março de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -32,7% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 11,1 bilhões, ante R\$ 16,5 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.banco.brasil.com.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link "Banco do Brasil".

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	2017			2018			Variação Nominal	
	Fevereiro	Março	Abril-Março	Fevereiro	Março	Abril-Março	Mar/18 Fev/18	Abr/Mar/18 Mar/17
FPM	7.813,5	4.895,6	18.804,0	8.449,8	5.690,0	20.603,4	-32,7%	16,2%
FPE	7.466,2	4.678,1	17.967,6	8.074,3	5.437,2	19.687,7	-32,7%	16,2%
IPI - Exp	312,1	245,3	841,3	400,1	333,7	1.126,0	-16,6%	36,1%
								33,8%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%). Os valores de dezembro incluem o FPM 1%.

Obs. 2.Ana variação do FPM de janeiro sobre o mês anterior, foram considerados para o mês de dezembro o repasse ordinário somado ao FPM 1% - ECSS/2007

### Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Março	-38,6%	-32,7%	-38,6%	-32,7%	-18,3%	-16,6%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

### Estimativa Trimestral

FUNDOS		Abril	Maio	Junho
FPM	-0,1%	24,0%	-18,0%	-18,0%
FPE	-0,1%	24,0%	-18,0%	-18,0%
IPI - EXP	1,7%	9,0%	-7,0%	-7,0%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	2017		2018	Variação	% Real
	Jan-Mar	Real			
I. Receita Total	344.193,8	370.219,8	26.026,1	7,6%	
I.1 Receita Administrada pela RFB	222.689,7	245.497,8	22.808,1	10,2%	
Imposto de Importação	7.563,3	9.267,1	1.703,8	22,5%	
IPI	10.594,0	13.700,2	3.106,2	29,3%	
Imposto de Renda	98.938,4	102.712,5	3.774,1	3,8%	
IOF	8.334,4	8.678,6	344,2	4,1%	
COFINS	52.001,9	60.442,7	8.440,8	16,2%	
PIS/PASEP	14.438,3	16.539,2	2.100,9	14,6%	
CSLL	25.223,5	26.140,8	917,3	3,6%	
CPMF	0,0	0,0	0,0	-	
CIDE Combustíveis	1.407,6	1.287,6	-120,0	-8,5%	
Outras	4.188,4	6.729,2	2.540,8	60,7%	
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	86.798,7	88.445,2	1.646,5	1,9%	
Urbana	84.981,7	86.256,6	1.274,9	1,5%	
Rural	1.817,0	2.188,6	371,6	20,5%	
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	34.705,4	36.276,9	1.571,4	4,5%	
Concessões e Permissões	577,5	701,2	123,7	21,4%	
Dividendos e Participações	1.820,0	482,8	-1.337,2	-73,5%	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	3.147,9	3.137,5	-10,4	-0,3%	
Coatite de Compensações Financeiras	9.443,2	11.559,9	2.116,8	22,4%	
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	3.306,3	3.301,1	-5,2	-0,2%	
Contribuição do Salário Educação	6.036,9	6.077,2	40,3	0,7%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.340,4	1.253,6	-86,8	-6,5%	
Operações com Ativos	269,8	278,0	8,2	3,0%	
Demais Receitas	8.763,5	9.485,5	722,0	8,2%	

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 26,0 bilhões (7,6%) em relação ao acumulado até março de 2017. Esse comportamento deveu-se à elevação de R\$ 22,8 bilhões (10,2%) nas receitas administradas pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 1,6 bilhões (1,9%) na arrecadação líquida para o RGPS e com o aumento de R\$ 1,6 bilhões (4,6%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- aumento de R\$ 8,4 bilhões (16,2%) na Cofins e R\$ 2,1 bilhões (14,6%) no PIS/Pasep decorrente do efeito combinado no reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis (Decreto 9.101/17) e aumento do volume de venda de bens;
- elevação de R\$ 3,8 bilhões (3,8%) no imposto de renda, sendo esta determinada pelo aumento na arrecadação de IPRJ (R\$ 1,7 bilhão) e no IRRF (R\$ 2,8 bilhões); e
- aumento de R\$ 3,1 bilhões (29,3%) no IPI influenciado principalmente pelo crescimento de 4,34% na produção industrial de dezembro de 2017 a março de 2018 em comparação à produção de dezembro de 2016 a março de 2017.



Tabela 9.4 - Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017 Jan-Mar	2018 Jan-Mar	Diferença Jan-Mar/18	Variável (%) Jan-Mar/17
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>351.407,6</b>	<b>350.274,7</b>	<b>-28.467,1</b>	<b>-8,1%</b>
<b>1. Poder Executivo</b>	<b>338.984,7</b>	<b>305.817,3</b>	<b>-27.322,6</b>	<b>-8,1%</b>
1.1. Câmara dos Deputados	2.379,5	2.392,4	11,9	0,5%
1.2. Senado Federal	1.460,0	1.311,1	-148,9	-10,2%
1.3. Poder Judiciário	1.235,7	444,6	-791,1	-64,1%
1.3.1. Superior Tribunal de Justiça	9.292,2	10.123,3	831,1	8,9%
1.3.2. Superior Tribunal Federal	132,7	141,5	8,8	6,6%
1.3.3. Superior Tribunal de Contas da União	302,3	320,1	17,8	5,9%
1.3.4. Justiça Militar da União	2.474,2	2.553,4	79,2	3,2%
1.3.5. Justiça Eleitoral	1.110,0	1.057,7	-52,3	-4,7%
1.3.6. Justiça do Trabalho	1.110,0	1.610,0	500,0	45,0%
1.3.7. Conselho Nacional de Justiça	1.110,0	1.110,0	0,0	0,0%
1.3.8. Conselho Nacional de Justiça	594,7	620,0	25,3	4,2%
1.4. Defesa Nacional	26,1	30,9	4,8	18,3%
1.5. Ministério Público da União	141,9	118,4	-23,5	-16,5%
1.5.1. Ministério Público da União	1.392,5	1.201,2	-191,3	-13,7%
1.5.2. Conselho Nacional do Ministério Público	1.382,6	1.487,2	104,6	7,6%
<b>II. Poder Legislativo</b>	<b>16,7</b>	<b>16,0</b>	<b>-0,7</b>	<b>-4,1%</b>
II.1. Câmara dos Deputados	287.003,1	289.183,9	21.180,8	7,4%
II.2. Senado Federal	271.362,9	281.565,5	10.202,6	3,7%
II.3. Poder Judiciário	2.659,2	2.092,4	-566,8	-21,3%
II.3.1. Superior Tribunal de Justiça	1.235,7	1.317,1	81,4	6,6%
II.3.2. Superior Tribunal Federal	886,4	930,7	44,3	5,0%
II.3.3. Superior Tribunal de Contas da União	441,1	444,6	3,5	0,8%
II.3.4. Justiça Militar da União	9.292,2	10.110,3	818,1	8,8%
II.3.5. Justiça Eleitoral	322,6	341,5	18,9	5,9%
II.3.6. Justiça do Trabalho	1.110,0	1.610,0	500,0	45,0%
II.3.7. Conselho Nacional de Justiça	2.474,2	2.553,4	79,2	3,2%
II.3.8. Conselho Nacional de Justiça	1.110,0	1.110,0	0,0	0,0%
II.3.9. Conselho Nacional de Justiça	594,7	620,0	25,3	4,2%
II.4. Defesa Nacional	26,1	30,9	4,8	18,3%
II.5. Ministério Público da União	141,9	118,4	-23,5	-16,5%
II.5.1. Ministério Público da União	1.392,5	1.201,2	-191,3	-13,7%
II.5.2. Conselho Nacional do Ministério Público	1.382,6	1.487,2	104,6	7,6%
II.6. Demais	16,7	16,0	-0,7	-4,1%

Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Mar	
	2017	2018
Banco do Brasil	146,3	475,8
BNB	0,0	0,0
BNDES	1.606,1	0,0
Caixa	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	3,7	0,0
Petrobras	0,0	0,0
Demais	63,9	7,0
<b>Total</b>	<b>1.820,0</b>	<b>482,8</b>

Destaque-se ainda que, para o período, houve elevação de R\$ 9,3 bilhões relativa ao Programa de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação (Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL, PRT e demais parcelamentos da Dívida Ativa).

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 1,6 bilhão (4,5%) quando comparadas ao mesmo período de 2017. Essa elevação é explicada, principalmente, pela elevação de R\$ 2,1 bilhões em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo, em conjunto com o aumento de R\$ 722,0 milhões em demais receitas não administradas pela RFB.

## Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>II. Transferências por Repartição de Receita</b>	<b>60.633,6</b>	<b>65.636,4</b>	<b>5.002,8</b>	<b>8,3%</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	48.417,5	51.857,3	3.439,7	7,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.082,4	2.032,4	-50,0	-2,4%
Repassé Total	3.227,2	3.439,6	212,4	6,6%
Superávit dos Fundos	-1.144,7	-1.407,1	-262,4	22,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	3.616,4	3.659,8	43,4	1,2%
II.4 Compensações Financeiras	5.837,9	7.431,9	1.594,1	27,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	447,7	426,4	-21,3	-4,7%
II.6 Demais	231,7	228,6	-3,1	-1,3%

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 5,0 bilhões (8,3%), em relação ao acumulado até março de 2017, passando de R\$ 60,6 bilhões em 2017 para R\$ 65,6 bilhões em 2018. As principais variações no período foram:

- elevação de R\$ 3,4 bilhão (7,1%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE; e
- acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (27,3%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e Compensações Financeiras.






Tabela 3.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" - V - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017		2018		Diferença	Variação (%)		Diferença	Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Fevereiro		Mar/18	Mar/17			
<b>I. DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	<b>118.430,6</b>	<b>124.029,2</b>	<b>133.359,8</b>	<b>131.859,8</b>	<b>8.182,1</b>	<b>7,55</b>	<b>12.184,6</b>	<b>10,15</b>	<b>36,12</b>	
I.1 Poder Executivo	109.815,1	119.701,3	128.667,0	126.956,7	7.856,7	7,16	10.845,5	9,13	12,36	
I.1.1 Câmara dos Deputados	879,5	879,1	887,3	84,2	8,8	1,0	16,3	1,8	1,95	
I.1.2 Senado Federal	1.227,7	1.227,7	1.227,7	1.227,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
I.1.3 Poder Judiciário	2.917,1	2.900,3	3.115,4	3.115,4	200,0	6,87	210,0	7,21	2,42	
I.1.3.1 Supremo Tribunal Federal	144,2	144,3	144,2	0,0	0,0	0,0	-1,9	-1,3	-1,3	
I.1.3.2 Superior Tribunal de Justiça	2.844,8	2.844,8	3.365,3	3.142,2	511,5	18,00	511,5	18,00	17,46	
I.1.3.3 Justiça Federal	55,1	47,7	44,7	0,0	-6,1	-11,0	-5,4	-9,4	-9,96	
I.1.3.4 Justiça Militar da União	10,0	10,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
I.1.3.5 Justiça Eleitoral	762,9	762,9	817,4	48,1	55,5	7,29	48,1	6,31	6,31	
I.1.6 Justiça do Trabalho	1.303,6	1.303,6	1.303,6	1.303,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
I.1.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	407,1	406,3	523,7	27,4	116,6	28,6	27,4	6,73	6,73	
I.4 Benefícios Sociais	1.303,6	1.303,6	1.303,6	253,2	12,8	0,98	278,1	21,36	21,36	
I.4.1 Benefícios Sociais	1.303,6	1.303,6	1.303,6	253,2	12,8	0,98	278,1	21,36	21,36	
I.5 Ministério Público da União	7,6	9,1	11,2	2,2	3,6	46,10	3,6	46,10	46,10	
I.5.1 Ministério Público da União	9,5	4,5	4,5	1,8	-4,8	-50,53	4,2	-16,25	-16,25	
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	425,5	425,2	451,5	14,3	3,3	0,78	28,9	6,78	6,78	
I.5.2.1 Conselho Nacional do Ministério Público	425,5	425,2	451,5	14,3	3,3	0,78	28,9	6,78	6,78	
I.5.2.2 Conselho Nacional do Ministério Público	425,5	425,2	451,5	14,3	3,3	0,78	28,9	6,78	6,78	
<b>II. DESPESAS PRIMÁRIAS SUBSTITUÍDAS AO TTD DA LC 52/2016</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
II.1 Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.1 Câmara dos Deputados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.2 Senado Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.3 Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.3.1 Supremo Tribunal Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.3.2 Superior Tribunal de Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.3.3 Justiça Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.3.4 Justiça Militar da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.3.5 Justiça Eleitoral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.6 Justiça do Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.1.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.4 Benefícios Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.4.1 Benefícios Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.5 Ministério Público da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.5.1 Ministério Público da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

**Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018**  
R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Discriminação	2017		Variação
	Jan-Mar	2018	
<b>IV. Despesa Total</b>	<b>303.608,0</b>	<b>317.453,5</b>	<b>4,6%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	127.995,2	137.570,0	7,5%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	100.093,2	108.322,2	8,2%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	27.901,9	29.247,8	4,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	69.422,1	4.802,7	6,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	53.949,0	49.797,8	-7,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	52.241,7	55.860,8	6,9%
IV.4.1 Despesas Discricionárias - Executivo	49.853,6	53.041,9	6,4%
PAC	3.579,7	3.644,6	1,8%
d/q MCMV	3.579,7	3.644,6	1,8%
Emissões de TDA	0,0	3,7	-
Demais	46.274,0	49.393,6	6,7%
Discricionárias LEU/MPU	2.388,0	2.819,0	18,0%
Outras Despesas de Custo e Capital*	58.722,8	67.932,4	5,1%
Outras Despesas de Capital	5.922,8	8.539,4	44,2%

A despesa total do Governo Central no acumulado até março de 2018 atingiu R\$ 317,5 bilhões, 4,6% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 303,6 bilhões. Essa variação se deve ao efeito combinado da elevação em R\$ 9,6 bilhões (7,5%) em Benefícios Previdenciários, R\$ 4,8 bilhões (6,9%) em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 3,6 bilhões (6,9%) em Despesas Discricionárias, parcialmente compensada pela redução de R\$ 4,2 bilhões (7,7%) em outras despesas obrigatórias.

A elevação das despesas com benefícios previdenciários e encargos sociais foi condicionada, em grande medida, pela antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril de 2018. Em março de 2018 foram pagos, conforme calendário acordado com Conselho de Justiça Federal (CJF), em sentenças judiciais e precatórios R\$ 4,9 bilhões referentes a benefícios previdenciários, R\$ 3,5 bilhões referentes a pessoal e encargos sociais e R\$ 1,0 bilhão referente a outras despesas discricionárias – todos os poderes apresentaram elevação de R\$ 3,6 bilhões (6,9%) explicada, quase na totalidade, pelo aumento nas demais despesas discricionárias (R\$ 3,2 bilhões) que respondem pelo custo e investimento dos ministérios.

## Despesas do Governo Central

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Variação

2018

2017

Jan-Mar

Discriminação

✱

5118	5119	5120	5121	5122	5123	5124	5125	5126	5127	5128	5129	5130	5131	5132	5133	5134	5135	5136	5137	5138	5139	5140	5141	5142	5143	5144	5145	5146	5147	5148	5149	5150	5151	5152	5153	5154	5155	5156	5157	5158	5159	5160	5161	5162	5163	5164	5165	5166	5167	5168	5169	5170	5171	5172	5173	5174	5175	5176	5177	5178	5179	5180	5181	5182	5183	5184	5185	5186	5187	5188	5189	5190	5191	5192	5193	5194	5195	5196	5197	5198	5199	5200	5201	5202	5203	5204	5205	5206	5207	5208	5209	5210	5211	5212	5213	5214	5215	5216	5217	5218	5219	5220	5221	5222	5223	5224	5225	5226	5227	5228	5229	5230	5231	5232	5233	5234	5235	5236	5237	5238	5239	5240	5241	5242	5243	5244	5245	5246	5247	5248	5249	5250	5251	5252	5253	5254	5255	5256	5257	5258	5259	5260	5261	5262	5263	5264	5265	5266	5267	5268	5269	5270	5271	5272	5273	5274	5275	5276	5277	5278	5279	5280	5281	5282	5283	5284	5285	5286	5287	5288	5289	5290	5291	5292	5293	5294	5295	5296	5297	5298	5299	5300	5301	5302	5303	5304	5305	5306	5307	5308	5309	5310	5311	5312	5313	5314	5315	5316	5317	5318	5319	5320	5321	5322	5323	5324	5325	5326	5327	5328	5329	5330	5331	5332	5333	5334	5335	5336	5337	5338	5339	5340	5341	5342	5343	5344	5345	5346	5347	5348	5349	5350	5351	5352	5353	5354	5355	5356	5357	5358	5359	5360	5361	5362	5363	5364	5365	5366	5367	5368	5369	5370	5371	5372	5373	5374	5375	5376	5377	5378	5379	5380	5381	5382	5383	5384	5385	5386	5387	5388	5389	5390	5391	5392	5393	5394	5395	5396	5397	5398	5399	5400	5401	5402	5403	5404	5405	5406	5407	5408	5409	5410	5411	5412	5413	5414	5415	5416	5417	5418	5419	5420	5421	5422	5423	5424	5425	5426	5427	5428	5429	5430	5431	5432	5433	5434	5435	5436	5437	5438	5439	5440	5441	5442	5443	5444	5445	5446	5447	5448	5449	5450	5451	5452	5453	5454	5455	5456	5457	5458	5459	5460	5461	5462	5463	5464	5465	5466	5467	5468	5469	5470	5471	5472	5473	5474	5475	5476	5477	5478	5479	5480	5481	5482	5483	5484	5485	5486	5487	5488	5489	5490	5491	5492	5493	5494	5495	5496	5497	5498	5499	5500	5501	5502	5503	5504	5505	5506	5507	5508	5509	5510	5511	5512	5513	5514	5515	5516	5517	5518	5519	5520	5521	5522	5523	5524	5525	5526	5527	5528	5529	5530	5531	5532	5533	5534	5535	5536	5537	5538	5539	5540	5541	5542	5543	5544	5545	5546	5547	5548	5549	5550	5551	5552	5553	5554	5555	5556	5557	5558	5559	5560	5561	5562	5563	5564	5565	5566	5567	5568	5569	5570	5571	5572	5573	5574	5575	5576	5577	5578	5579	5580	5581	5582	5583	5584	5585	5586	5587	5588	5589	5590	5591	5592	5593	5594	5595	5596	5597	5598	5599	5600	5601	5602	5603	5604	5605	5606	5607	5608	5609	5610	5611	5612	5613	5614	5615	5616	5617	5618	5619	5620	5621	5622	5623	5624	5625	5626	5627	5628	5629	5630	5631	5632	5633	5634	5635	5636	5637	5638	5639	5640	5641	5642	5643	5644	5645	5646	5647	5648	5649	5650	5651	5652	5653	5654	5655	5656	5657	5658	5659	5660	5661	5662	5663	5664	5665	5666	5667	5668	5669	5670	5671	5672	5673	5674	5675	5676	5677	5678	5679	5680	5681	5682	5683	5684	5685	5686	5687	5688	5689	5690	5691	5692	5693	5694	5695	5696	5697	5698	5699	5700	5701	5702	5703	5704	5705	5706	5707	5708	5709	5710	5711	5712	5713	5714	5715	5716	5717	5718	5719	5720	5721	5722	5723	5724	5725	5726	5727	5728	5729	5730	5731	5732	5733	5734	5735	5736	5737	5738	5739	5740	5741	5742	5743	5744	5745	5746	5747	5748	5749	5750	5751	5752	5753	5754	5755	5756	5757	5758	5759	5760	5761	5762	5763	5764	5765	5766	5767	5768	5769	5770	5771	5772	5773	5774	5775	5776	5777	5778	5779	5780	5781	5782	5783	5784	5785	5786	5787	5788	5789	5790	5791	5792	5793	5794	5795	5796	5797	5798	5799	5800	5801	5802	5803	5804	5805	5806	5807	5808	5809	5810	5811	5812	5813	5814	5815	5816	5817	5818	5819	5820	5821	5822	5823	5824	5825	5826	5827	5828	5829	5830	5831	5832	5833	5834	5835	5836	5837	5838	5839	5840	5841	5842	5843	5844	5845	5846	5847	5848	5849	5850	5851	5852	5853	5854	5855	5856	5857	5858	5859	5860	5861	5862	5863	5864	5865	5866	5867	5868	5869	5870	5871	5872	5873	5874	5875	5876	5877	5878	5879	5880	5881	5882	5883	5884	5885	5886	5887	5888	5889	5890	5891	5892	5893	5894	5895	5896	5897	5898	5899	5900	5901	5902	5903	5904	5905	5906	5907	5908	5909	5910	5911	5912	5913	5914	5915	5916	5917	5918	5919	5920	5921	5922	5923	5924	5925	5926	5927	5928	5929	5930	5931	5932	5933	5934	5935	5936	5937	5938	5939	5940	5941	5942	5943	5944	5945	5946	5947	5948	5949	5950	5951	5952	5953	5954	5955	5956	5957	5958	5959	5960	5961	5962	5963	5964	5965	5966	5967	5968	5969	5970	5971	5972	5973	5974	5975	5976	5977	5978	5979	5980	5981	5982	5983	5984	5985	5986	5987	5988	5989	5990	5991	5992	5993	5994	5995	5996	5997	5998	5999	6000
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

R\$ milhões - a preços de mar/2018-

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real
Total	46.274,0	49.393,6	3.119,6	6,7%
Ministério da Saúde	22.995,5	24.929,1	1.933,5	8,4%
Ministério da Educação	6.449,2	5.539,2	-909,9	-14,1%
Ministério do Desenvolvimento Social	8.341,8	8.185,8	-156,0	-1,9%
Ministério da Defesa	2.451,2	720,4	-1.730,8	-70,6%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	800,6	119,2	-681,4	-85,1%
Demais órgãos do Executivo	5.235,7	9.899,9	4.664,2	89,1%

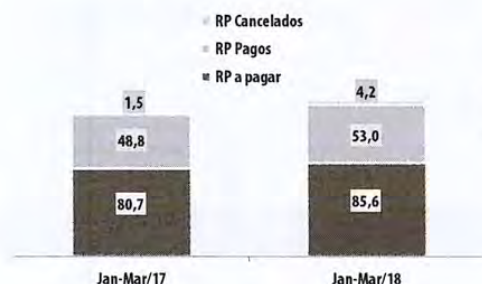









Tabela 8.2 - Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017 Jan-Mar	2018 Jan-Mar	Diferença Jan-Mar/18 (Jan-Mar/15)	Varição (%)
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>218.981,5</b>	<b>248.319,3</b>	<b>29.337,8</b>	<b>13,4%</b>
1.1.1 - Imposto de Importação	7.550,3	12.810,5	1.988,7	18,6%
1.1.2 - IPI	1.179,4	1.408,9	279,4	24,7%
1.1.2.1 - IPI - Fumo	768,6	747,6	-20,9	-2,7%
1.1.2.2 - IPI - Bebidas	501,4	1.607,1	1.105,7	11,7%
1.1.2.3 - IPI - Automóveis	3.052,3	3.823,1	772,7	25,3%
1.1.2.4 - IPI - Vinculado a Importação	4.970,1	5.821,8	851,8	17,1%
1.1.2.5 - IPI - Outros	95.906,2	101.392,8	5.486,6	5,7%
1.1.3 - Imposto de Renda	4.773,2	4.804,7	31,5	0,7%
1.1.3.1 - IR - Pessoa Física	42.207,0	42.472,6	2.667,7	6,3%
1.1.3.1.1 - IR - Renda na Fonte	35.904,1	35.904,1	0,0	0,0%
1.1.3.1.2 - IR - Rendimentos do Trabalho	30.072,1	30.072,1	0,0	0,0%
1.1.3.1.3 - IR - Rendimentos do Capital	12.837,1	11.402,6	-6.935,4	-5,4%
1.1.3.2 - IR - Rendimentos do Exterior	6.864,2	8.277,1	1.412,9	20,6%
1.1.3.3 - IR - Rendimentos de Imóveis	2.291,3	1.772,9	-302,7	-13,2%
1.1.3.4 - IR - Outros Rendimentos	2.600,6	8.568,7	3.902,7	4,8%
1.1.4 - IOF	8.178,5	6.215,3	-8.697,4	-17,4%
1.1.5 - COFINS	51.308,0	16.306,9	-2.084,9	-14,4%
1.1.6 - PIS/PASEP	14.258,0	24.953,7	9.975,5	2,3%
1.1.7 - CLL	24.356,2	0,0	-10,1	-7,4%
1.1.8 - CPMF	0,0	1.367,0	0,0	-
1.1.9 - CIDE Combustíveis	1.367,0	1.367,0	0,0	-
1.1.10 - Outros	5.317,4	14.090,8	8.773,4	16,4%

## Previdência Social

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>86.798,7</b>	<b>88.445,2</b>	<b>1.646,5</b>	<b>1,9%</b>
Arrecadação Bruta	98.758,2	100.496,0	1.737,8	1,8%
Contribuição Previdenciária	85.687,6	87.363,2	1.675,6	2,0%
Simples/Nacional/PAES	9.368,8	10.090,3	721,5	7,7%
REFIS	63,1	1,1	-61,9	-98,2%
Depósitos Judiciais	395,9	392,5	-3,4	-0,9%
Compensação RGPS	3.242,8	2.648,8	-594,0	-18,3%
(-) Restituição/Devolução	-135,9	-165,7	-29,8	21,9%
(-) Transferências a Terceiros	-11.823,6	-11.885,1	-61,5	0,5%
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>127.995,2</b>	<b>137.570,0</b>	<b>9.574,8</b>	<b>7,5%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-41.196,5</b>	<b>-49.124,8</b>	<b>-7.928,3</b>	<b>19,2%</b>

Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ Milhões - A preços de nov/16 (IPCA)

R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>86.798,7</b>	<b>88.445,2</b>	<b>1.646,5</b>	<b>1,9%</b>
Urbano	84.981,7	86.256,6	1.274,9	1,5%
Rural	1.817,0	2.188,6	371,6	20,5%
<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>127.995,2</b>	<b>137.570,0</b>	<b>9.574,8</b>	<b>7,5%</b>
Urbano	100.093,2	108.322,2	8.229,0	8,2%
Rural	27.901,9	29.247,8	1.345,9	4,8%
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-41.196,5</b>	<b>-49.124,8</b>	<b>-7.928,3</b>	<b>19,2%</b>
Urbano	-15.111,6	-22.065,6	-6.954,1	46,0%
Rural	-26.084,9	-27.059,2	-974,2	3,7%

Comparando os valores acumulados de março de 2018 com o mesmo período de 2017, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 41,2,7 bilhões para R\$ 49,1 bilhões (19,2%) a preços de março de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 9,6 bilhões (7,5%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à supracitada antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril em 2018 com impacto de R\$ 4,9 bilhões em março de 2018, à elevação de 604,8 mil (2,1%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 7,06 (0,6%); e
- elevação real de R\$ 1,6 bilhão (1,9%) na arrecadação líquida, explicada pela elevação da contribuição previdenciária (R\$ 1,7 bilhão, 2,0%) e pelo aumento na arrecadação referente ao Simples (R\$ 721,5 bilhões, 7,7%), parcialmente compensadas pela redução de R\$ 594,0 bilhões (18,3%) na compensação do RGPS. Contribuiu para a elevação da contribuição previdenciária o crescimento real de 0,93% da massa salarial habitual de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, em relação a igual período do ano anterior.

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

### Visão Geral

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Discriminação	2018		2017		Variação % Real
	Março	2018	Março	2017	
I. Receita Total	105.596,3	107.048,1	1.451,8	64.123,3	1,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	64.123,3	67.867,8	3.744,4	5,8%	
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.783,5	29.454,4	-329,1	11.689,4	-16,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	11.689,4	9.725,9	-1.963,5	15.748,0	-12,8%
II. Transferência por Repartição de Receita	15.748,0	17.771,6	2.023,6	101.380,8	12,6%
III. Receita Líquida Total (I-II)	89.848,3	89.276,5	-571,8	114.104,5	-0,6%
IV. Despesa Total	101.380,8	114.104,5	12.723,7	43.223,6	14,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.223,6	49.581,1	6.357,4	21.885,2	18,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.885,2	25.906,8	4.021,6	20.758,9	13,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.513,1	15.022,0	-491,1	0,0	-3,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.758,9	23.594,7	2.835,8	0,0	13,7%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-11.532,5	115,3%
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-11.532,5	-24.828,0	-13.295,5	-1.907,6	-49,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	-1.907,6	-4.701,3	-6.608,9	1.871,8	-6,6%
Resultado do Tesouro Nacional	1.871,8	-4.743,9	-6.615,7	35,8	18,9%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-13.440,1	-20.126,7	-6.686,5	-13.440,1	49,8%
Memorando:					
Referentes a pessoal e encargos sociais e R\$ 1,0 bilhão referente a outras despesas de custeio e capital (OCC).	-	-	-	-	49,8%

A preços de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 11,5 bilhões em 2017 para um déficit de R\$ 24,8 bilhões no mesmo mês de 2018, o que representou elevação de R\$ 13,3 bilhões (115,9%). Essa elevação decorreu da redução da receita líquida em R\$ 571,8 milhões (0,6%) somada à elevação de R\$ 12,7 bilhões (12,6%) da despesa total.

Sobre a redução da receita líquida, destaque-se os aumentos em COFINS, IPI e IR compensados pelo aumento nas transferências de repartição de receitas e pela redução nas receitas de Dividendos e Participações. Com relação ao aumento da despesa, destaque para a elevação das despesas com benefícios previdenciários e com pessoal e encargos sociais foi condicionada, em grande medida, pela antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril em 2018. Em março de 2018 foram pagos, R\$ 4,9 bilhões referentes a benefícios previdenciários, R\$ 3,5 bilhões referentes a pessoal e encargos sociais e R\$ 1,0 bilhão referente a outras despesas de custeio e capital (OCC).

Tabela K.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal  
R\$ Bilhões - Valores Correntes

Discriminação	2017		2018		Diferença - Variação (%)	Mar/18	Mar/17	Variação (%)	2019 (até março)	
	Março	Fevereiro	Março	Fevereiro					Mar/18	Mar/17
I.1 - Receita Administrada pelo IRS	63.827,7	62.180,3	69.435,5	68.435,5	5.607,8	1.008,2	1.008,2	1,0%	5.127,2	9,1%
I.1.1 - Imposto de Renda	3.742,4	3.742,4	4.181,1	4.181,1	438,7	11,5%	11,5%	11,5%	444,5	11,9%
I.1.2 - Imposto de Renda	505,1	458,8	479,9	479,9	-25,2	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-84,5	-16,6%
I.1.2.1 - IR - Fato	234,4	224,8	206,4	206,4	-28,0	-12,0%	-12,0%	-12,0%	-78,0	-33,3%
I.1.2.2 - IR - Retidas	270,7	234,0	273,5	273,5	3,8	1,4%	1,4%	1,4%	10,5	3,9%
I.1.2.3 - IR - Retidas	1.128,6	1.174,1	1.300,7	1.254,4	122,1	10,4%	10,4%	10,4%	205,8	18,3%
I.1.2.4 - IR - Retidas	1.259,2	1.311,5	1.305,8	1.284,4	46,6	3,7%	3,7%	3,7%	324,6	25,4%
I.1.2.5 - IR - Outros	25.993,8	25.172,7	27.402,6	27.055,0	408,8	1,6%	1,6%	1,6%	1.473,8	5,7%
I.1.3 - Imposto de Renda	1.231,5	1.180,1	1.307,2	1.257,2	75,7	6,1%	6,1%	6,1%	76,9	6,2%
I.1.3.1 - IR - Pessoa Física	911,5	868,4	918,4	865,4	6,9	0,8%	0,8%	0,8%	17,1	1,9%
I.1.3.1.1 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.771,2	11,5%
I.1.3.1.2 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.3 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.4 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.5 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.6 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.7 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.8 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.9 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.10 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.11 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.12 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.13 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.14 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.15 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.16 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.17 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.18 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.19 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.20 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.21 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.22 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.23 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.24 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.25 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.26 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.27 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.28 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.29 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.30 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.31 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.32 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.33 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.34 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.35 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.36 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.37 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.38 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.39 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.40 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.41 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.42 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.43 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.44 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.45 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.46 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.47 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.48 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.49 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.50 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.51 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.52 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.53 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.54 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.55 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.56 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.57 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.58 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.59 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.60 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.61 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.62 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.63 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.64 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.65 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.66 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.67 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.68 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.69 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.70 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.71 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.72 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.73 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.74 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.75 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.76 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.77 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.78 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.79 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.80 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.213,7	4.826,6	697,4	15,4%	15,4%	15,4%	510,8	11,3%
I.1.3.1.81 - IR - Retido na Fonte	15.569,9	14.482,1	16.922,1	16.455,9	1.352,2	8,7%	8,7%	8,7%	1.524,3	9,9%
I.1.3.1.82 - IR - Retido na Fonte	9.063,3	8.507,9	9.809,4	9.210,7	746,1	8,2%	8,2%	8,2%	731,2	8,0%
I.1.3.1.83 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.84 - IR - Retido na Fonte	2.316,4	2.162,1	2.718,6	2.515,4	402,5	17,3%	17,3%	17,3%	492,2	21,3%
I.1.3.1.85 - IR - Retido na Fonte	746,7	681,4	831,4	768,9	25,0	3,3%	3,3%	3,3%	114,1	15,3%
I.1.3.1.86 - IR - Retido na Fonte	2.382,7	2.263,3	2.761,9	2.594,4	378,6	16,0%	16,0%	16,0%	379,9	15,9%
I.1.3.1.87 - IR - Retido na Fonte	1.133,1	1.087,5	1.192,7	1.138,9	105,2	9,3%	9,3%	9,3%	105,2	9,3%
I.1.3.1.88 - IR - Retido na Fonte	4.516,3	4.156,3	5.							



- Aumento de R\$ 815,1 milhões no imposto de renda, principalmente devido ao crescimento no imposto retido na fonte ligado recolhimentos de PLR e dos recolhimentos ligados às aposentadorias do regime geral e do servidor público, parcialmente compensado por redução no IRRPJ devido à queda de 31,66% na arrecadação referente à estimativa mensal das empresas financeiras e à queda de 26,96% no ajuste anual, o qual ainda reflete a lucratividade





**TESOURONACIONAL**

Descrição	2017		2018		Diferença 2018/2017	Variação (%)	Diferença 2017/2016	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março	Fevereiro				
<b>1. RECEITAS ORÇAMENTAIS DO BACEN</b>	16.455,5	6.661,1	58.099,3	32.092,3	34.643,8	34,65%	42.273,7	219,4%
Emissão de títulos	0,0	-2.654,3	35.541,9	32.092,3	35.541,9	35,41%	231,9	0,1%
Remuneração das Disponibilidades	7.541,6	8.200,6	7.466,8	8.118	-174,8	-2,32%	-174,8	-2,32%
Remuneração das Reservas do BACEN	0,0	0,0	15.555,8	15.915,8	360,0	2,30%	7.006,6	88,1%
2. DESPESAS DO BACEN	0,0	2.200,0	0,0	0,0	-180,0%	-180,0%	0,0	0,0%
Resgate de títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Exercício do DMRF	0,0	0,0	58.799,3	49.090,3	-9.709,0	-16,50%	219,4	0,1%
3. RESULTADO	16.455,5	4.461,1	58.099,3	49.090,3	-9.009,0	-15,50%	42.273,7	219,4%

Obs.: Dados expressos em milhares de reais.

Os dados são sujeitos a auditoria independente.

As Varções percentuais foram calculadas da seguinte forma:  $\frac{\text{Valor atual} - \text{Valor anterior}}{\text{Valor anterior}} \times 100$ .

[illegible]

## Despesas do Governo Central

**Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018**

R\$ milhões - a preços de mar/2018- IPCA

Discriminação	Março		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>IV . Despesa Total</b>	<b>101.380,8</b>	<b>114.104,5</b>	<b>12.723,7</b>	<b>12,6%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.223,6	49.581,1	6.357,4	14,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	33.854,3	39.118,7	5.264,4	15,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.369,3	10.462,3	1.093,0	11,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.885,2	25.906,8	4.021,6	18,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.513,1	15.022,0	-491,1	-3,2%
Abono e Seguro Desemprego	7.051,7	5.719,2	-1.332,5	-18,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.540,1	4.782,8	242,7	5,3%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	853,0	788,8	-64,2	-7,5%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	67,2	40,7	-26,5	-39,4%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	1.098,8	866,6	-232,2	-21,1%
FUNDEB (Complem. União)	943,6	963,9	20,3	2,2%
Fundo Constitucional DF	138,8	109,4	-29,4	-21,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	135,1	1.102,3	967,2	716,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	83,8	368,5	284,7	339,7%
FIES	200,9	-2,2	-203,1	-
Demaís	400,1	281,9	-118,1	-29,5%
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>20.758,9</b>	<b>23.594,7</b>	<b>2.835,8</b>	<b>13,7%</b>
Discricionárias Executivo	19.715,3	22.354,5	2.639,2	13,4%
PAC	1.586,0	1.703,2	117,2	7,4%
d/q MCMV	77,4	57,7	-19,6	-25,4%
Emissões de TDA	0,0	3,7	3,7	-
Demaís	18.129,3	20.647,5	2.518,2	13,9%
Discricionárias LEJU/MPU	1.043,5	1.240,2	196,7	18,8%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	24.577,6	27.709,2	3.131,5	12,7%
Outras Despesas de Custeio	21.714,6	22.266,9	552,3	2,5%
Outras Despesas de Capital	2.863,0	5.442,2	2.579,2	90,1%

Em março de 2018, houve elevação de R\$ 12,7 bilhões (12,6%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 101,4 bilhões para R\$ 114,1 bilhões. Essa variação se deve, principalmente à antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril em 2018. Em março de 2018 foram pagos, conforme calendário acordado com Conselho de Justiça Federal (CJF), em sentenças judiciais e precatórios R\$ 4,9 bilhões referentes a benefícios previdenciários, R\$ 3,5 bilhões referentes a pessoal e encargos sociais e R\$ 1,0 bilhão referente a outras despesas de custeio e capital (OCC).

As outras despesas obrigatórias diminuíram R\$ 491,1 milhões (3,2%) principalmente devido às despesas com Abono e Seguro Desemprego (R\$ 1,3 bilhão, 18,9%) compensado parcialmente pelo aumento em Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC (R\$ 967,2 milhões, 716%), devido à antecipação do pagamento de precatórios, enquanto as despesas discricionárias - todos os poderes apresentaram aumento de R\$ 2,8 bilhões (13,7%) concentrado principalmente nas demais despesas discricionárias do Poder Executivo (R\$ 2,5 bilhões, 13,9%).



Discriminação		Março		Variação	
2017		2018		Diferença	
Total		18.129,3		20.647,5	
Ministério da Saúde		8.874,8		9.978,0	
Ministério da Educação		2.604,9		2.568,1	
Ministério do Desenvolvimento Social		2.849,5		3.024,8	
Ministério da Defesa		1.109,9		1.041,7	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		328,1		334,0	
Demais órgãos do Executivo		2.362,1		3.700,9	
Total		18.129,3		20.647,5	
Variação		2018		Diferença	
2017		2.518,2		1.338,9	
Total		13,9%		56,7%	

R\$ milhões - 2017/2018 - Brasil - IPCA

Tabela 2.5 - Demais Despesas Discriminadas dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

## Previdência Social

Discriminação		Março		Variação	
2017		2018		Diferença	
Arrecadação Líquida		29.783,5		-329,1	
Arrecadação Bruta		32.990,8		-286,7	
Contribuição Previdenciária		28.808,7		-81,0	
Simples/Nacional/PACS		2.921,8		63,1	
REFIS		10,0		143,3	
Depósitos Judiciais		151,6		-169,9	
Compensação RGPS		1.098,8		-232,2	
(-) Restituição/Devolução		-74,2		-90,2	
(-) Transferências a Terceiros		-3.133,2		-26,4	
Benefícios Previdenciários		43.223,6		6.357,4	
Resultado Primário		-13.440,1		-20.126,7	

R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 13,4 bilhões em março de 2017 para déficit de R\$ 20,1 bilhões em março de 2018, representando uma diferença de R\$ 6,7 bilhões de benefícios previdenciários em R\$ 4,9 bilhões a elevação de 657,0 mil (2,2%) no número de benefícios emitidos.

A Arrecadação Líquida do RGPS diminuiu em R\$ 329,1 milhões (1,1%), principalmente devido à redução de R\$ 232,2 milhões (21,1%) na Compensação RGPS.

Tabela 3.1 - Investimentos do Governo Federal por Órgão - Brasil - Arrebatados no Ano

Órgão	Discriminação	Março		Variação	
		2017		Diferença	
164	Investimento Total	65.546		4.262,7	
		Capital		4.262,7	
164	Operação	61.283,3		0,0	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0		2.092,0	
		Despesa com Serviços		1.354,2	
164	Despesa com Investimentos	4.262,7		4.262,7	
		Despesa com Transferências		1.354,2	
164	Despesa com Outros	1.354,2		1.354,2	
		Despesa com Pessoal		15.948,8	
164	Despesa com Materiais	2.092,0</			



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Discriminação	2017		2018		Diferença - 2017 (R\$ mil)	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar		
<b>IV. Despesa Total</b>	<b>103.606,0</b>	<b>103.745,5</b>	<b>103.745,5</b>	<b>103.745,5</b>	<b>139,5</b>	<b>0,1%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	127.797,2	131.797,2	131.797,2	131.797,2	4.000,0	3,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	27.900,9	29.100,9	29.100,9	29.100,9	1.200,0	4,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	28.865,5	32.805,0	32.805,0	32.805,0	3.939,5	13,7%
IV.5 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	4.442,4	4.442,4	4.442,4	4.442,4	0,0	0,0%
IV.6 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	19.423,1	19.423,1	19.423,1	19.423,1	0,0	0,0%
IV.7 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.8 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.9 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.10 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.11 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.12 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.13 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.14 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.15 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.16 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.17 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.18 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.19 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.20 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.21 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.22 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.23 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.24 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.25 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.26 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.27 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.28 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.29 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.30 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.31 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.32 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.33 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.34 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.35 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.36 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.37 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.38 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.39 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.40 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.41 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.42 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.43 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.44 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.45 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.46 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.47 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.48 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.49 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.50 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.51 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.52 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.53 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.54 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.55 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.56 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.57 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.58 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.59 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.60 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.61 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.62 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.63 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.64 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.65 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.66 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.67 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.68 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.69 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.70 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.71 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.72 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.73 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.74 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.75 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.76 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.77 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.78 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.79 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.80 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.81 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.82 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.83 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.84 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.85 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.86 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.87 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.88 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.89 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.90 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.91 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.92 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.93 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.94 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.95 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.96 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.97 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%
IV.98 Despesas Discricionárias - Poder Judiciário	13.848,4	13.848,4	13.848,4	13.848,4	0,0	0,0%
IV.99 Despesas Discricionárias - Poder Executivo	10.042,4	10.042,4	10.042,4	10.042,4	0,0	0,0%
IV.100 Despesas Discricionárias - Poder Legislativo	4.999,8	4.999,8	4.999,8	4.999,8	0,0	0,0%

## Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

### Visão Geral

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	fevereiro	março	Diferença	% Real
<b>I. Receita Total</b>	<b>106.158,7</b>	<b>107.048,1</b>	<b>889,4</b>	<b>0,8%</b>
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.330,3	67.867,8	537,5	0,8%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.959,9	29.454,4	-505,5	-1,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.868,5	9.725,9	857,4	9,7%
<b>II. Transferência por Repartição de Receita</b>	<b>27.826,9</b>	<b>17.771,6</b>	<b>-10.055,4</b>	<b>-36,1%</b>
<b>III. Receita Líquida Total (I-II)</b>	<b>78.331,8</b>	<b>89.276,5</b>	<b>10.944,7</b>	<b>14,0%</b>
<b>IV. Despesa Total</b>	<b>97.559,7</b>	<b>114.104,5</b>	<b>16.544,7</b>	<b>17,0%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.444,8	49.581,1	5.136,3	11,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.598,1	25.906,8	3.308,7	14,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.545,2	15.022,0	1.476,7	10,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	16.971,6	23.594,7	6.623,0	39,0%
<b>V. Fundo Soberano do Brasil - FSB</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)</b>	<b>-19.228,0</b>	<b>-24.828,0</b>	<b>-5.600,0</b>	<b>29,1%</b>
Tesouro Nacional e Banco Central	-4.743,1	-4.701,3	41,8	-0,9%
Previdência Social (RGPS)	-14.484,9	-20.126,7	-5.641,8	38,9%
<b>Memorando:</b>				
Resultado do Tesouro Nacional	-4.739,2	-4.743,9	-4,7	0,1%
Resultado do Banco Central	-3,9	42,6	46,5	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-14.484,9	-20.126,7	-5.641,8	38,9%

Em março de 2018, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 24,8 bilhões, contra déficit de R\$ 19,2 bilhões em fevereiro de 2018 a preços constantes de março. Essa evolução é explicada principalmente por fatores sazonais associados à antecipação do pagamento de precatórios em março sem contrapartida em fevereiro. Houve aumento da receita líquida em R\$ 10,9 bilhões (14,0%), resultado principalmente da redução das Transferências por Repartição de Receita e aumento da despesa total em R\$ 16,5 bilhões (17,0%), decorrente principalmente de fatores sazonais.

Em valores atualizados de março de 2018, a receita total do Governo Central apresentou aumento de R\$ 889,4 milhões (0,8%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 106,2 bilhões em fevereiro de 2018 para R\$ 107 bilhões em março de 2018. Esta variação resulta do efeito conjuguado dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 2,0 bilhões (7,8%) no imposto de renda referente principalmente ao encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e do CSLL, referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2017.
- Redução de R\$ 1,1 bilhão (3,3%) na CDFINS e de R\$ 643,4 (28,4%) milhões em outras receitas.
- Acréscimo de R\$ 857,4 milhões (9,7%) nas receitas não administradas pela RFB: Aumentos de R\$ 788,8 milhões em complemento do FGTS e de R\$ 475,6 milhões em Dividendos e Participações principalmente referentes ao Banco do Brasil parcialmente compensados pela redução em R\$ 552,5 milhões (24,9%) em Cota parte de Compensações Financeiras.

Discriminação	Fevereiro	março	Diferença	Variação %	R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA
<b>I. Receita Total</b>	<b>106.158,7</b>	<b>107.048,1</b>	<b>889,4</b>	<b>0,8%</b>	
1.1 Receita Administrada pela RFB	67.330,3	67.867,8	537,5	0,8%	
Imposto de Importação	2.836,2	3.175,0	338,8	11,9%	
Imposto de Renda	25.262,8	27.226,2	1.963,4	7,8%	
IOF	4.092,9	4.316,3	223,5	5,5%	
COFINS	18.974,9	17.913,7	-1.061,2	-5,6%	
PIS/PASEP	5.119,9	4.952,5	-167,4	-3,3%	
CSLL	5.448,3	5.460,1	11,8	0,2%	
CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0%	
CIDE Combustíveis	414,3	413,0	-1,3	-0,3%	
Outras	2.268,9	1.625,5	-643,4	-28,4%	
1.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0%	
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.959,9	29.454,4	-505,5	-1,7%	
Urbana	29.272,9	28.699,8	-573,1	-2,0%	
Rural	687,0	75,6	-611,4	-89,0%	
1.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.868,5	9.725,9	857,4	9,7%	
Concessões e Permissões	136,5	139,4	2,8	2,1%	
Dividendos e Participações	1,8	477,4	475,6	27.533,3%	
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.060,4	1.047,3	-13,1	-1,2%	
Cota parte de Compensações Financeiras	2.215,4	1.662,9	-552,5	-24,9%	
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.061,4	1.156,3	94,9	8,9%	
Contribuição do Salário Educação	1.627,5	1.608,3	-19,2	-1,2%	
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	788,8	100,0%	
Operações com Ativos	88,7	84,9	-3,8	-4,3%	
Demaís Receitas	2.676,8	2.760,6	83,8	3,1%	

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018 - IPCA

Tabela 4.2 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2017 Jan-Mar	2018 Jan-Mar	Diferença	Variação (%)
<b>IV. DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	<b>284.837,8</b>	<b>135.913,3</b>	<b>-22.897,3</b>	<b>-7,9%</b>
IV.1. Benefícios Previdenciários	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.1. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.2. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.3. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.4. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.5. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.6. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.7. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.8. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.9. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.10. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.11. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.12. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.13. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.14. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.15. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.16. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.17. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.18. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.19. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.20. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.21. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.22. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.23. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.24. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.25. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.26. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.27. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.28. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.29. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.30. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.31. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.32. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.33. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.34. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.35. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.36. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.37. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.38. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.39. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.40. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.41. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.42. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.43. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.44. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.45. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.46. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.47. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.48. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.49. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.50. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.51. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.52. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.53. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.54. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.55. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.56. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.57. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.58. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.59. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.60. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.61. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.62. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.63. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.64. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.65. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.66. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.67. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.68. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.69. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.70. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.71. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.72. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.73. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.74. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.75. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.76. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.77. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.78. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.79. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.80. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.81. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.82. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.83. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.84. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.85. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.86. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.87. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.88. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.89. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.90. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.91. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.92. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.93. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.94. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.95. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.96. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.97. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.98. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.99. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.100. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.101. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.102. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.103. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.104. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.105. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.106. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.107. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.108. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.109. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.110. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.111. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.112. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.113. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.114. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.115. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.116. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.117. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.118. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.119. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.120. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.121. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.122. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.123. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.124. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.125. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.126. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.127. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.128. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.129. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.130. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.131. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.132. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.133. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.134. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.135. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.136. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.137. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.138. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.139. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.140. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.141. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.142. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.143. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.144. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.145. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.146. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.147. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.148. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.149. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.150. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.151. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.152. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.153. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.154. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.155. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.156. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.157. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.158. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.159. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.160. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7	10.911,1	56,7%
IV.1.1.161. Benefícios Previdenciários - Urbana	19.241,6	108.152,7</		



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensais  
R\$ milhões - Valores de 1997/98 - IPCA

[illegible]

Discriminação	2018		Variação	
	fevereiro	março	Diferença	% Real
<b>II. Transferência por Repartição de Receita</b>	<b>27.826,9</b>	<b>17.771,6</b>	<b>-10.055,4</b>	<b>-36,1%</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.174,3	14.326,1	-6.848,2	-32,3%
II.2 Fundos Constitucionais	691,4	680,0	-11,4	-1,6%
Repasse Total	1.409,6	948,3	-461,2	-32,7%
Superávit dos Fundos	-718,1	-268,3	449,8	-62,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.699,6	974,7	-724,8	-42,6%
II.4 Compensações Financeiras	4.251,0	1.753,5	-2.497,4	-58,7%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	10,6	37,1	26,5	250,1%

Em março de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram redução de R\$ 10,1 bilhões (36,1%), totalizando R\$ 17,8 bilhões, contra R\$ 27,8 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre principalmente das transferências do conjunto FPE/FPM/IPI-EE (redução de R\$ 6,8 bilhões, 32,3%) e das Compensações Financeiras (redução de R\$ 2,5 bilhões, 58,7%) sazonalmente maiores no mês de fevereiro pelo fato de as receitas correspondentes se concentrarem no mês de janeiro.





Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURONACIONAL

Discriminação	2017 Jan-Mar	2018 Jan-Mar	Diferença Jan-Mar/18 Jan-Mar/17	Variação (%)
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.772,1</b>	<b>482,8</b>	<b>-1.289,3</b>	<b>-72,8%</b>
Banco do Brasil	142,5	475,8	333,4	2,3
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	1.564,1	0,0	-1.564,1	-1,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	3,6	0,0	-3,6	-1,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	61,8	6,9	-54,9	-0,9

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Mar/18 - IPCA

Discriminação	2017 Jan-Mar	2018 Jan-Mar	Diferença Jan-Mar/18 Jan-Mar/17	Variação (%)
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.820,0</b>	<b>482,8</b>	<b>-1.337,2</b>	<b>-73,5%</b>
Banco do Brasil	146,3	475,8	329,6	2,3
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	1.606,1	0,0	-1.606,1	-1,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	3,7	0,0	-3,7	-1,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	63,9	7,0	-56,9	-0,9

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discrecionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	fevereiro	março	Diferença	% Real
<b>Total</b>	<b>14.867,6</b>	<b>20.647,5</b>	<b>5.779,9</b>	<b>38,9%</b>
Ministério da Saúde	7.697,1	9.978,0	2.280,9	29,6%
Ministério da Educação	1.758,4	2.568,1	809,6	46,0%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.631,1	54,1	-2.577,0	-97,9%
Ministério da Defesa	1.163,7	46,8	-1.116,9	-96,0%
Min. da Ciência Tecnologia e Inovação	262,5	334,0	71,4	27,2%
Demais órgãos do Executivo	1.354,8	7.666,5	6.311,8	465,9%

## Previdência Social

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de mar/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	fevereiro	março	Diferença	% Real
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>29.959,9</b>	<b>29.454,4</b>	<b>-505,5</b>	<b>-1,7%</b>
Arrecadação Bruta	33.213,7	32.704,2	-509,6	-1,5%
Contribuição Previdenciária	29.087,4	28.727,6	-359,7	-1,2%
Simples/NACIONAL/PAES	3.128,9	2.984,9	-144,0	-4,6%
Depósitos Judiciais	98,4	143,3	44,9	45,6%
Refis	10,5	-18,3	-28,8	-
Compensação RGPS	888,5	866,6	-21,9	-2,5%
(-) Restituição/Devolução	-40,5	-90,2	-49,7	122,9%
(-) Transferências a Terceiros	-3.213,4	-3.159,6	53,8	-1,7%
Benefícios Previdenciários	44.444,8	49.581,1	5.136,3	11,6%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-14.484,9</b>	<b>-20.126,7</b>	<b>-5.641,8</b>	<b>38,9%</b>

Em março de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 20,1 bilhões, contra déficit de R\$ 14,5 bilhões no mês anterior. O aumento do déficit de R\$ 5,6 bilhões (38,9%) se deve principalmente ao aumento de R\$ 5,1 bilhões nos benefícios previdenciários devido à antecipação do pagamento de precatórios de benefícios.

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preço Corrente

**TESOURO NACIONAL**

Discriminação	2017		2018		Diferença	Variação (%)		Diferença	Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Fevereiro	Mar/18 Fev/18	Mar/18 Fev/18	Mar/18 Fev/18	Mar/18 Fev/18	Mar/18 Fev/18	Mar/18 Fev/18
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.762,6</b>	<b>1.8</b>	<b>477,4</b>	<b>475,8</b>	<b>475,8</b>	<b>333,4</b>	<b>-1.292,2</b>	<b>-72,0%</b>		
Banco do Brasil	342,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	1.564,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-1.564,1	-100,0%	-100,0%	-	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletronorte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	0,0	0,0	1,8	1,5	-0,2	-12,1%	-	-	1,5	-

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Mar/18 - IPCA

Discriminação	2017		2018		Diferença	Variação (%)		Diferença	Variação (%)	
	Março	Fevereiro	Março	Fevereiro	Mar/18 Nov/18	Mar/18 Nov/18	Mar/18 Nov/18	Mar/18 Nov/18	Mar/18 Nov/18	Mar/18 Nov/18
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.752,4</b>	<b>1,8</b>	<b>477,4</b>	<b>475,8</b>	<b>475,8</b>	<b>-1.275,0</b>	<b>-72,8%</b>			
Banco do Brasil	346,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	1.605,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-1.605,1	-100,0%	-100,0%	-	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletronorte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	0,0	0,0	1,8	1,5	-0,2	-12,2%	-	-	1,5	-



 **TESOURO NACIONAL**

 **TESOURO NACIONAL**

TESOURONACION

TESOURONACION

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

RS Milhões - Valores de 100/18 - ICA

Discriminação	2017		2018		Diferença		Variação (%)		Tendência	
	Março	Fevereiro	Março	Fevereiro	Mar/18	Fev/18	Mar/18	Fev/18	Mar/18	Fev/18
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>64.226,3</b>	<b>64.226,3</b>	<b>64.226,3</b>	<b>64.226,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
I.1 - Receita Administrada pela RFB	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.1 - Imposto de Importação	1.017,9	1.017,9	1.017,9	1.017,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2 - Imposto de Renda	2.498,8	2.498,8	2.498,8	2.498,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.3 - IOf	1.848,7	1.848,7	1.848,7	1.848,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.4 - COFINS	5.809,0	5.809,0	5.809,0	5.809,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.5 - CPMF	401,5	401,5	401,5	401,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.6 - Contribuintes	1.848,7	1.848,7	1.848,7	1.848,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.7 - Demais	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2 - Incentivos Fiscais	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.1 - Arrecadação líquida para o RGPS	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.2 - Superávit dos Fundos	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.3 - Contribuição do Salário Educação	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.4 - Contribuição do Salário Educação	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.5 - Contribuintes	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.6 - Demais	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.1 - FPM / FPE / FPF / FPI	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2 - Fundos Constitucionais	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.1 - Repasse Total	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.2 - Superávit dos Fundos	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.3 - Contribuição do Salário Educação	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.4 - Contribuição do Salário Educação	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.5 - Contribuintes	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.6 - Demais	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	2.785,4	2.785,4	2.785,4	2.785,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões - A Propos Correntes

Discriminação	2017		2018		Diferença		Variação (%)	
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>33.138,9</b>	<b>33.138,9</b>	<b>33.138,9</b>	<b>33.138,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
I.1 - Receita Administrada pela RFB	13.138,9	13.138,9	13.138,9	13.138,9	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.1 - Imposto de Importação	4.956,6	4.956,6	4.956,6	4.956,6	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2 - Imposto de Renda	13.138,9	13.138,9	13.138,9	13.138,9	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.3 - IOf	10.287,6	10.287,6	10.287,6	10.287,6	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.4 - COFINS	1.408,9	1.408,9	1.408,9	1.408,9	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.5 - CPMF	770,5	770,5	770,5	770,5	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.6 - Contribuintes	1.099,8	1.099,8	1.099,8	1.099,8	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.7 - Demais	1.408,9	1.408,9	1.408,9	1.408,9	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2 - Incentivos Fiscais	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.1 - Arrecadação líquida para o RGPS	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.2 - Superávit dos Fundos	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.3 - Contribuição do Salário Educação	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.4 - Contribuição do Salário Educação	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.5 - Contribuintes	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2.6 - Demais	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.1 - FPM / FPE / FPF / FPI	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2 - Fundos Constitucionais	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.1 - Repasse Total	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.2 - Superávit dos Fundos	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.3 - Contribuição do Salário Educação	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.4 - Contribuição do Salário Educação	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.5 - Contribuintes	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2.6 - Demais	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	20.000,0	20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0



**Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano**  
**R\$ Milhões - A Preços Correntes**

	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	1st-M	1st-M	1st-M/18	1st-M/17
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>338.324,9</b>	<b>350.432,9</b>	<b>12.108,0</b>	<b>3,60</b>
<b>I.1 - Receita Administrativa para o RPS</b>	<b>216.174,5</b>	<b>244.084,9</b>	<b>27.910,4</b>	<b>12,93</b>
I.1.1 Imposto de Importação	7.345,6	9.514,2	2.168,6	29,52
I.1.2 IPI	11.874,4	13.847,2	1.972,8	16,62
I.1.3 Imposto de Renda	96.020,0	102.404,6	6.384,6	6,67
I.1.4 IRPJ	50.917,7	52.400,0	1.482,3	2,91
I.1.5 COFINS	50.097,7	62.319,4	12.221,7	24,41
I.1.6 PIS/PASEP	14.020,0	16.500,2	2.480,1	17,70
I.1.7 CMLL	24.049,6	26.071,7	2.022,1	8,41
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.9 CDT Contributivos	1.964,8	1.283,4	-681,4	-34,68
I.1.10 Outras Fretas	2.367,7	2.367,7	0,0	0,0
I.2 - Receita não Administrativa para o RPS	<b>60,0</b>	<b>60,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>I.3 - Arrecadação Liquidada para o RPS</b>	<b>63.090,4</b>	<b>68.299,6</b>	<b>5.209,2</b>	<b>8,26</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administrativas para o RPS</b>	<b>33.059,1</b>	<b>38.198,6</b>	<b>5.139,5</b>	<b>15,55</b>
I.4.1 Contribuintes e Participações	5.562,1	6.094	531,9	9,56
I.4.2 Dividendos e Participações	1.722,1	4.028	2.305,9	133,35
I.4.3 Contr. para o Seguridade Social do Servidor	1.916,9	1.317,3	-599,6	-31,29
I.4.4 Contribuição para o Seguro de Vida	9.166,1	11.506,6	2.340,5	25,54
I.4.5 Receitas Provenientes de Fretos 30.31 e 42)	3.212,2	3.207,7	-4,5	-0,14
I.4.6 Contribuição de Salário-Função	3.835,5	6.064,1	2.228,6	58,13
I.4.7 Compensação para o CIG (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,03
I.4.8 Operações com Ativos	36,9	77,5	40,6	110,03
I.4.9 Outras Receitas	36.807,7	45.239,6	8.431,9	22,91
<b>II. DESPESA TOTAL DO CECIS</b>	<b>36.807,7</b>	<b>45.239,6</b>	<b>8.431,9</b>	<b>22,91</b>
<b>II.1 Função / PPS / PPS-E</b>	<b>4.016,2</b>	<b>2.023,1</b>	<b>-1.993,1</b>	<b>-49,62</b>
<b>II.2 Fundos/Contribuintes</b>	<b>2.024,2</b>	<b>2.024,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
II.2.1 Regime Total	3.333,9	3.431,9	98,00	2,94
II.2.2 Superfundo dos Fundos	-1.111,5	-1.408,8	-297,3	-26,74
<b>II.3 Contribuição do Salário-Função</b>	<b>2.012,4</b>	<b>2.422,1</b>	<b>409,7</b>	<b>20,36</b>
<b>II.4 CDT Contributivos</b>	<b>4.015,6</b>	<b>4.447</b>	<b>431,4</b>	<b>10,74</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>234,6</b>	<b>227,9</b>	<b>-6,7</b>	<b>-2,86</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-III)</b>	<b>275.294,7</b>	<b>303.953,3</b>	<b>28.658,6</b>	<b>10,41</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>294.537,8</b>	<b>318.919,5</b>	<b>24.381,7</b>	<b>8,28</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>224.116,8</b>	<b>179.253,4</b>	<b>-44.863,4</b>	<b>-20,02</b>
<b>IV.2 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>27.907,3</b>	<b>49.668,9</b>	<b>21.761,6</b>	<b>77,98</b>
<b>IV.3 Aluguel e Seguro Desemprego</b>	<b>18.095,2</b>	<b>17.045,6</b>	<b>-1.049,6</b>	<b>-5,80</b>
<b>IV.3.2 Antídotos</b>	<b>33,9</b>	<b>46,4</b>	<b>12,5</b>	<b>37,17</b>
<b>IV.3.3 Apoio Fin. E/ou IM</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>IV.3.4 Aluguel CDE</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>IV.3.5 Benefícios de Terceiros</b>	<b>11.347,2</b>	<b>13.900,5</b>	<b>2.553,3</b>	<b>22,50</b>
<b>IV.3.6 Benefícios de Previdência Complementar da UOAE/RW</b>	<b>1.100,2</b>	<b>1.253,7</b>	<b>153,5</b>	<b>13,90</b>
<b>IV.3.7 Compensação do IGTS (LC nº 11/01)</b>	<b>335,3</b>	<b>91,9</b>	<b>-243,4</b>	<b>-72,59</b>
<b>IV.3.8 Créditos Extraordinários (exeto PAQ)</b>				



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes

[illegible]

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Mar/18 - IPCA

Discriminação	2017		2015		Cálculo		Variação (%)	
	Jan-Dez	2017	Jan-Mar	2015	Jan-Mar/15	Jan-Mar/17		
<b>I. RECEITA TOTAL</b>								
I.1 - Receita Administrada pela RFB		232.009,9		102.915,8		72,9%		
I.1.1 - Imposto de Importação		7.593,1		9.267,1		22,5%		
I.1.2 - IPI		10.950,0		13.700,2		29,3%		
I.1.3 - Imposto de Renda		98.938,4		102.712,5		3,8%		
I.1.4 - IRPF		8.314,4		8.878,6		4,1%		
I.1.5 - COFINS		16.428,3		16.428,3		0,0%		
I.1.6 - PIS/PASEP		14.938,3		16.849,2		14,6%		
I.1.7 - CCL		25.273,5		26.140,8		3,6%		
I.1.8 - CMF		0,0		0,0		0,0%		
I.1.9 - CDF Contribuintes		1.607,6		1.287,6		-8,3%		
I.1.10 - CDF		0,0		2.000,0		60,7%		
I.1.11 - DIF		0,0		0,0		0,0%		
<b>I.2 - Intenções Fiscais</b>		<b>0,0</b>		<b>0,0</b>		<b>0,0%</b>		
<b>I.3 - Anulações Liquidadas para e RGPS</b>		<b>86.798,7</b>		<b>88.445,2</b>		<b>1,9%</b>		
<b>I.4 - Retenções Não Administradas pela RFB</b>		<b>34.705,4</b>		<b>36.276,9</b>		<b>4,5%</b>		
I.4.1 - Concessões e Permissões		577,5		701,2		21,4%		
I.4.2 - Contribuição do Fisco		3.627,9		3.627,9		0,0%		
I.4.3 - Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		3.627,9		3.337,5		-8,3%		
I.4.4 - Contribuição de Compensações Financeiras		9.641,2		11.559,9		22,8%		
I.4.5 - Recotas Próprias (fontes 50, 81 e 82)		3.066,3		3.102,1		1,2%		
I.4.6 - Contribuição do Salário Educação		6.036,9		6.077,2		0,7%		
I.4.7 - Contribuição do Salário Família		1.246,6		1.246,6		0,0%		
I.4.8 - Contribuição do FOS (LC nº 110/01)		1.246,6		1.246,6		0,0%		
I.4.9 - Outras Contribuições		8.793,5		9.788,5		11,4%		
I.4.9 - Demais Receitas		8.793,5		9.788,5		11,4%		
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>		<b>48.417,2</b>		<b>65.816,4</b>		<b>35,9%</b>		
II.1 - PMU / PPE / PPE-E		48.417,2		65.816,4		35,9%		
II.1.1 - PMU - Contribuintes		2.222,4		2.202,4		-0,9%		
II.1.2 - PMU - Total		2.222,4		2.202,4		-0,9%		
II.2 - Supra-anos e Fundos		1.144,7		1.207,1		5,5%		
II.3 - Contribuição do Salário Educação		3.616,4		3.659,8		1,2%		
II.4 - Compensações Financeiras		5.937,9		7.831,9		31,9%		
II.5 - CDF - Contribuintes		241,7		264,4		9,4%		
II.6 - CDF - Total		241,7		264,4		9,4%		
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I+II)</b>		<b>280.527,1</b>		<b>168.732,2</b>		<b>66,2%</b>		
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>		<b>317.050,0</b>		<b>317.853,5</b>		<b>2,8%</b>		
IV.1 - Benefícios Previdenciários		127.993,2		137.570,0		7,5%		
IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais		86.622,1		74.224,8		-14,1%		
IV.3 - Outras Despesas Correntes		18.624,8		17.973,5		-3,5%		
IV.3.1 - Abono de Seguro Desemprego		18.624,8		17.973,5		-3,5%		
IV.3.2 - Anistias		5,5		46,4		745,5%		
IV.3.3 - Abono fn. EJ/VNM		0,0		0,0		0,0%		
IV.3.4 - Auxílio CR		0,0		0,0		0,0%		
IV.3.5 - Benefícios Especiais e Indenizações		0,0		0,0		0,0%		
IV.3.6 - Benefícios de Prestação Continuada da CMAS/DMV		19.931,1		13.932,2		-30,1%		
IV.3.7 - Complemento do FOS (LC nº 110/01)		1.304,2		1.253,6		-3,8%		
IV.3.8 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)		252,2		92,0		-63,5%		
IV.3.9 - Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha		3.324,8		2.648,8		-20,6%		
IV.3.10 - Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha		3.324,8		2.648,8		-20,6%		
IV.3.11 - Doulos		13,5		0,0		-100,0%		
IV.3.12 - Fiação em Cédulas e Moedas		56,2		105,1		86,5%		
IV.3.13 - Fiação em Cédulas e Moedas		56,2		105,1		86,5%		
IV.3.14 - Fundo Constitucional Unif		4.900,1		4.856,6		-0,9%		
IV.3.15 - Fundo Constitucional Unif		4.900,1		4.856,6		-0,9%		
IV.3.16 - Lei de Renda (LC nº 87/96 e 102/00)		38,9		32,1		-17,5%		
IV.3.17 - Reserva de Contingência		500,0		0,0		-100,0%		
IV.3.18 - Resarc. Ed/Mun. Comb. Fixos		0,0		0,0		0,0%		
IV.3.19 - Resarc. Ed/Mun. Comb. Fixos		0,0		0,0		0,0%		
IV.3.19 - Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC		371,1		1.007,0		376,7%		
IV.3.20 - Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC		371,1		1.007,0		376,7%		
IV.3.21 - Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC		371,1		1.007,0		376,7%		
IV.3.22 - Transferências Multas ANEL		2.553		218,2		-91,5%		
IV.3.23 - FES		1.202,7		344,3		-71,4%		
IV.3.24 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.25 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.26 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.27 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.28 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.29 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.30 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.31 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.32 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.33 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.34 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.35 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.36 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.37 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.38 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.39 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.40 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.41 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.42 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.43 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.44 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.45 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.46 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.47 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.48 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.49 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.50 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.51 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.52 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.53 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.54 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.55 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.56 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.57 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.58 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.59 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.60 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.61 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.62 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.63 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.64 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.65 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.66 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.67 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.68 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.69 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.70 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.71 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.72 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.73 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.74 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.75 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.76 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.77 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.78 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.79 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.80 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.81 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.82 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.83 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.84 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.85 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.86 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.87 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.88 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.89 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.90 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.91 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.92 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.93 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.94 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.95 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.96 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.97 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.98 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.3.99 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.1 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.2 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.3 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.4 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.5 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.6 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.7 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.8 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.9 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.10 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.11 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.12 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.13 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.14 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.15 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.16 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.17 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.18 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.19 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.20 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.21 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.22 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.23 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.24 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.25 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.26 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.27 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.28 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.29 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.30 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.31 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.32 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.33 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		
IV.4.34 - Despesa Deslocamento - Todos os Poderes		52.247,7		55.860,8		6,9%		

## Lista de Assinaturas

## Assinatura: 1

Digitally signed by ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA:54211638300  
Date: 2018.04.04 15:22:14 GMT-03:00  
Perfil: Chefe de Ente  
Instituição: Fortaleza  
Cargo: Prefeito

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

**Dados básicos****Tipo de Interessado:** Município**Interessado:** Fortaleza**UF:** CE**Número do PVL:** PVL02.000643/2016-17**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 20/03/2018**Data Limite de Conclusão:** 03/04/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Desenvolvimento sustentável**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 73.300.000,00**Analista Responsável:** Luis Fernando Nakachima**Vínculos****PVL:** PVL02.000643/2016-17**Processo:** 17944.001265/2016-43**Situação da Dívida:****Data Base:**





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Checklist

**Legenda:** AD Adequado (17) - IN Inadequado (7) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Adimplemento com a União (COAFI/COREM)	-	46
AD	Comprovação de adimplência nos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União (COREM)	Indeterminada	46
AD	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
IN	Manifestação do GT do Comitê de Garantias	-	68/70; 75
AD	Adimplência com o Sistema Financeiro Nacional	-	149
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	84/143
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	98/99
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	53/54; 142/143
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	39
AD	Aba "Cronograma Financeiro"	-	54v/55
AD	Aba "Operações não contratadas"	-	71/74; 157/162
IN	Aba "Operações contratadas"	-	57
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	144/145
AD	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	59v/62v
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	146/147
IN	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	40
AD	Autorização legislativa	-	03
IN	Parecer do Órgão Jurídico	-	04
IN	Parecer do Órgão Técnico	-	05/21
IN	Certidão do Tribunal de Contas	Indeterminada	150/156
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	148
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	-	27; 29/31; 148
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	
IN	Aba "Informações Contábeis"	-	58v/59

## Observações sobre o PVL

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

---

**Informações sobre o interessado**

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

**Outros lançamentos**

COFIEX

Nº da Recomendação:

Data da Recomendação:

Data da homologação da Recomendação:

Validade da Recomendação:

Valor autorizado (US\$):

Contrapartida mínima (US\$):

-----  
**Registro de Operações Financeiras ROF**

Nº do ROF:

-----  
**PAF e refinanciamentos**

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

-----  
**Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Garantia da União

### Condições financeiras

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:

Desembolso:

Amortização:

Juros:

Juros de mora:

Outras despesas:

Outras informações:

Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):

Financiamento de políticas públicas:

### Operação de crédito

Número do parecer da operação de crédito:

Data do parecer da operação de crédito:

Validade do parecer da operação de crédito (dias):

Validade do parecer da operação de crédito (data):

Contrato da operação de crédito já foi assinado?

### Capacidade de pagamento

Dispensa análise da capacidade de pagamento: Não

Capacidade de Pagamento:

### Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.

**SADIPEM**

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

**Processo nº 17944.001265/2016-43**



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Dados Complementares

**Nome do projeto/programa:** Programa Fortaleza Cidade Sustentável

**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** Destinados ao financiamento do Programa Fortaleza Cidade Sustentável

**Taxa de Juros:** Libor semestral para dólares norte-americano + margem variável a ser determinada pelo BIRD periodicamente.

**Demais encargos e comissões (discriminar):** Comissão de compromisso (commitment charge), calculada à taxa de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsado do financiamento.

**Indexador:** Taxa de abertura (front-end fee), calculada à taxa de 0,25% sobre o valor do financiamento.  
Sobretaxa de exposição (exposure surcharge), aplicável caso a exposição do Banco Mundial ao Brasil exceda o limite da exposição padrão. Será calculada à taxa de 0,50% a.a. nos termos da cláusula 2.09 do contrato de financiamento.

Variação cambial

**Prazo de carência (meses):** 72

**Prazo de amortização (meses):** 288

**Prazo total (meses):** 360

**Ano de início da Operação:** 2018

**Ano de término da Operação:** 2048





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	275.153,10	275.153,10
2019	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	352.221,20	352.221,20
2020	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00	608.410,40	608.410,40
2021	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00	1.054.871,66	1.054.871,66
2022	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00	1.551.578,40	1.551.578,40
2023	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00	2.083.797,43	2.083.797,43
2024	8.800.000,00	8.800.000,00	69.500,00	2.563.699,18	2.633.199,18
2025	0,00	0,00	375.300,00	2.627.181,59	3.002.481,59
2026	0,00	0,00	875.700,00	2.669.156,78	3.544.856,78
2027	0,00	0,00	1.709.700,00	2.668.750,09	4.378.450,09
2028	0,00	0,00	2.543.700,00	2.643.975,07	5.187.675,07
2029	0,00	0,00	3.377.700,00	2.565.711,69	5.943.411,69
2030	0,00	0,00	3.830.840,00	2.420.921,31	6.251.761,31
2031	0,00	0,00	4.075.480,00	2.263.281,25	6.338.761,25
2032	0,00	0,00	4.075.480,00	2.114.021,02	6.189.501,02
2033	0,00	0,00	4.075.480,00	1.936.848,09	6.012.328,09
2034	0,00	0,00	4.075.480,00	1.777.411,13	5.852.891,13
2035	0,00	0,00	4.075.480,00	1.624.148,26	5.699.628,26
2036	0,00	0,00	4.075.480,00	1.475.086,17	5.550.566,17
2037	0,00	0,00	4.075.480,00	1.317.604,40	5.393.084,40
2038	0,00	0,00	4.075.480,00	1.135.879,64	5.211.359,64
2039	0,00	0,00	4.075.480,00	976.901,91	5.052.381,91
2040	0,00	0,00	4.075.480,00	831.206,56	4.906.686,56
2041	0,00	0,00	4.075.480,00	680.746,19	4.756.226,19
2042	0,00	0,00	4.001.980,00	532.714,78	4.534.694,78

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2043	0,00	0,00	3.694.580,00	384.336,91	4.078.916,91
2044	0,00	0,00	3.187.780,00	254.859,09	3.442.639,09
2045	0,00	0,00	2.353.780,00	148.043,17	2.501.823,17
2046	0,00	0,00	1.519.780,00	71.706,48	1.591.486,48
2047	0,00	0,00	691.780,00	25.070,73	716.850,73
2048	0,00	0,00	237.600,00	4.146,78	241.746,78
<b>Total:</b>	<b>73.300.000,00</b>	<b>73.300.000,00</b>	<b>73.300.000,00</b>	<b>41.639.440,46</b>	<b>114.939.440,46</b>



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.000355/2014-55

### Dados da Operação de Crédito

**Tipo de operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)

**Finalidade:** Infraestrutura

**Credor:** Corporação Andina de Fomento

**Moeda:** Dólar dos EUA

**Valor:** 83.250.000,00

**Status:** Em retificação pelo interessado

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	22.284.989,00	46.999.400,00	0,00	478.692,43	478.692,43
2019	15.422.911,00	22.992.600,00	0,00	3.125.905,79	3.125.905,79
2020	23.251.300,00	8.500.000,00	0,00	3.678.769,97	3.678.769,97
2021	22.290.800,00	4.758.000,00	0,00	3.976.869,72	3.976.869,72
2022	0,00	0,00	3.468.750,00	4.066.642,25	7.535.392,25
2023	0,00	0,00	6.937.500,00	3.818.234,85	10.755.734,85
2024	0,00	0,00	6.937.500,00	3.648.034,94	10.585.534,94
2025	0,00	0,00	6.937.500,00	3.307.646,02	10.245.146,02
2026	0,00	0,00	6.937.500,00	2.971.997,83	9.909.497,83
2027	0,00	0,00	6.937.500,00	2.631.909,44	9.569.409,44
2028	0,00	0,00	6.937.500,00	2.276.149,23	9.213.649,23
2029	0,00	0,00	6.937.500,00	1.906.743,16	8.844.243,16



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2030	0,00	0,00	6.937.500,00	1.553.939,30	8.491.439,30
2031	0,00	0,00	6.937.500,00	1.196.317,53	8.133.817,53
2032	0,00	0,00	6.937.500,00	836.394,83	7.773.894,83
2033	0,00	0,00	6.937.500,00	457.865,17	7.395.365,17
2034	0,00	0,00	3.468.750,00	89.997,10	3.558.747,10
<b>Total:</b>	<b>83.250.000,00</b>	<b>83.250.000,00</b>	<b>83.250.000,00</b>	<b>40.022.109,56</b>	<b>123.272.109,56</b>

#### Taxas de câmbio

Foi identificado o uso de moedas estrangeiras nas operações informadas. Para fins de cálculos de limites e condições todos os valores serão transformados para Reais do Brasil. As taxas de câmbio podem ser visualizadas e atualizadas na aba de Resumo.



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

### Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	198.373.863,26	0,00	70.139.247,12	268.513.110,38
2019	27.264.166,39	0,00	71.607.674,34	98.871.840,73
2020	0,00	0,00	66.060.346,50	66.060.346,50
2021	0,00	0,00	51.981.912,00	51.981.912,00
2022	0,00	0,00	17.327.304,00	17.327.304,00
<b>Total:</b>	<b>225.638.029,65</b>	<b>0,00</b>	<b>277.116.483,96</b>	<b>502.754.513,61</b>

### Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	108.976.151,92	34.703.689,99	10.624.408,54	8.241.098,88	119.600.560,46	42.944.788,87
2019	109.083.081,92	31.984.476,33	20.799.722,58	19.949.337,63	129.882.804,50	51.933.813,96
2020	109.280.193,04	30.240.835,68	21.401.901,68	21.420.397,46	130.682.094,72	51.661.233,14
2021	101.183.517,42	26.615.030,57	24.778.271,67	21.715.983,90	125.961.789,09	48.331.014,47
2022	96.694.177,73	23.697.341,63	25.149.976,65	20.927.021,33	121.844.154,38	44.624.362,96
2023	96.925.272,55	20.558.187,77	36.374.172,65	18.903.617,58	133.299.445,20	39.461.805,35



TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios



TESOURO NACIONAL

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2024	95.665.771,78	17.437.611,62	32.363.066,90	16.594.674,11	128.028.838,68	34.032.285,73
2025	74.178.722,00	14.553.920,15	21.512.503,75	15.085.319,20	95.691.225,75	29.639.239,35
2026	74.455.268,68	11.870.739,70	21.984.750,87	13.962.708,09	96.440.019,55	25.833.447,79
2027	55.076.000,10	9.255.731,14	22.486.125,34	12.798.833,29	77.562.125,44	22.054.564,43
2028	42.133.319,27	6.928.498,33	23.018.423,41	11.609.399,19	65.151.742,68	18.537.897,52
2029	27.599.076,61	5.609.475,33	23.583.552,47	10.336.956,14	51.182.629,08	15.946.431,47
2030	23.468.729,30	4.696.944,65	24.183.537,47	9.033.383,13	47.652.266,77	13.730.327,78
2031	23.786.087,04	3.832.780,67	24.820.528,37	7.677.385,27	48.606.815,41	11.510.165,94
2032	24.182.114,17	2.942.084,86	25.496.807,47	6.279.007,23	49.678.921,64	9.221.092,09
2033	24.113.533,55	2.010.005,41	25.526.864,43	4.798.641,73	49.640.397,98	6.808.647,14
2034	14.957.481,94	1.351.836,33	13.855.824,20	3.825.631,12	28.813.306,14	5.177.467,45
2035	14.475.941,05	1.011.858,61	13.855.824,20	3.372.036,80	28.331.765,25	4.383.895,41
2036	6.551.724,00	724.182,65	13.855.824,20	2.926.749,82	20.407.548,20	3.650.932,47
2037	6.551.724,00	570.056,92	13.855.824,20	2.464.848,16	20.407.548,20	3.034.905,08
2038	6.551.724,00	418.013,97	13.855.824,20	2.011.253,84	20.407.548,20	2.429.267,81
2039	6.551.724,00	265.971,02	13.855.824,20	1.557.659,51	20.407.548,20	1.823.630,53
2040	6.551.724,00	114.344,63	13.855.824,20	1.107.401,63	20.407.548,20	1.221.746,26
2041	0,00	0,00	10.829.564,98	668.392,63	10.829.564,98	668.392,63
2042	0,00	0,00	10.829.564,98	286.289,48	10.829.564,98	286.289,48
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>1.148.993.060,07</b>	<b>251.393.617,96</b>	<b>502.754.513,61</b>	<b>237.554.027,15</b>	<b>1.651.747.573,68</b>	<b>488.947.645,11</b>



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

**Taxas de câmbio**

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,24490	28/02/2018

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Informações Contábeis

**Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior**

**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário

**Relatório:** RREO publicado

**Exercício:** 2017

**Período:** 6º Bimestre

**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 98.204.621,34

**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 486.836.947,34

-----  
**Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**

**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário

**Relatório:** RREO

**Exercício:** 2018

**Período:** 1º Bimestre

**Despesas de capital (dotação atualizada):** 909.029.000,00

-----  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**

**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

**Relatório:** RREO

**Exercício:** 2018

**Período:** 1º Bimestre

**Receita corrente líquida (RCL):** 5.733.812.128,80

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

---

**Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**

---

**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2017**Período:** 3º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 1.170.550.699,75**Deduções:** 515.406.826,94**Dívida consolidada líquida (DCL):** 532.493.577,94**Receita corrente líquida (RCL):** 5.618.803.666,25**% DCL/RCL:** 9,48



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

**Declaração do chefe do poder executivo**

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

**Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares**

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

**Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF**

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto ao outro Ente da Federação?

Não

**Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001**

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

**Operações do Reluz**

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

**Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001**

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

**Cálculo dos limites de endividamento**

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

#### Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

#### Municípios que tiveram garantia concedida pelo Estado

Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, o Município teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas?

Não

#### Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas de "Impostos de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidos se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2017

3º Quadrimestre

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Despesa bruta com pessoal	3.449.850.555,12	115.965.138,12
Despesas não computadas	806.294.995,21	59.850,26





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00
Contribuições patronais		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00
Inativos e pensionistas	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	2.643.555.559,91	115.905.287,86
Receita Corrente Líquida (RCL)	5.618.803.666,25	5.618.803.666,25
TDP/RCL	47,05	2,06
Limite máximo	54,00	6,00

#### Declaração sobre o orçamento

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

10660

Data da LOA

27/12/2017

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	2893 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1048 - RECUPERAÇÃO DO AMBIENTE SOCIAL, URBANO E AMBIENTAL - FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1222 - GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E CONSULTORIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA FORTALEZA CIDADE
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1249 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS - FORTALEZA CIDADE
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1463 - URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO DE FUNDOS DE VALE

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

FONTE	AÇÃO
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1507 - IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO E AMBIENTAL
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1673 - GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E CONSULTORIA
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1674 - DESAPROPRIAÇÃO, INDENIZAÇÃO, LICENÇAS E DESPESAS AFINS
3102 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	1675 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1048 - RECUPERAÇÃO DO AMBIENTE SOCIAL, URBANO E AMBIENTAL - FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1249 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS - FORTALEZA CIDADE
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1463 - URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO DE FUNDOS DE VALE
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1507 - IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO E AMBIENTAL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1673 - GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E CONSULTORIA
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1674 - DESAPROPRIAÇÃO, INDENIZAÇÃO, LICENÇAS E DESPESAS AFINS
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1675 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1675 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1675 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1675 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1675 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS
0101 - RECURSOS ORDINARIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRACAO DIRETA	1675 ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

-----





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

### Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

10645

Data da Lei do PPA

23/11/2017

Ano de início do PPA

2018

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	2893 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1048 - RECUPERAÇÃO DO AMBIENTE SOCIAL, URBANO E AMBIENTAL - FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1222 - GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E CONSULTORIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1249 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS - FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1463 - URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO DE FUNDOS DE VALE
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1507 - IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO E AMBIENTAL
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1673 - GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E CONSULTORIA
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1674 - DESAPROPRIAÇÃO, INDENIZAÇÃO, LICENÇAS E DESPESAS AFINS
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	1675 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS

-----  
Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

**Processo nº 17944.001265/2016-43**

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000

25,77 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino

27,86 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

---

#### Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

---

#### Restos a pagar

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

Sim

-----  
**Repasse de recursos para o setor privado**

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

-----  
**Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC**

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Notas Explicativas

### Observação:

\* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

#### **Nota 8 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 04/04/2018 12:23:25**

Sobre o pedido do ajuste da taxa de câmbio, por meio de Ofício n. 479/2018/COPEM/SURIN/STN-MF-DF, para posição de 28/02/2018, que tem repercussões no cronograma de pagamento (dívida consolidada), vimos justificar, em razão de redução na taxa de câmbio verificada entre o final de 2017 e 28/02/2018, isto é, apreciação do real frente a moeda estrangeira (US\$), que estamos deixando de promover o efetivo ajuste no cronograma, tendo vista o princípio do conservadorismo.

#### **Nota 7 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 13/03/2018 10:01:33**

O valor Dívida Consolidada (31/12/2017) R\$ 1.170.550.699,75, apresentando uma diferença de R\$ 21.557.639,65. Trata-se de Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco do Brasil S.A., em 07 de novembro de 2014, com prazo de vigência de 60 meses, reconhecido com base no Regime de Competência (NBCASP). Vale ser ressaltado, tratar-se de contrato, literalmente, de Receita, não gerando, em princípio, nem obrigação financeira, nem fluxo de pagamentos finitos, nem tampouco fixação de juros. O impacto é, essencialmente, contábil, e o valor de R\$ 21.557.639,65, deverá ser eliminado, mediante lançamento entre Contas Patrimoniais: Patrimônio Líquido e Passivo Permanente, até o final do Contrato em referência.

#### **Nota 6 - Inserida por Ynna Keyse Targino Silveira | CPF 04741827380 | Perfil Operador de Ente | Data 14/07/2017 10:31:03**

Número do ROF: TA802091

#### **Nota 5 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 14/07/2017 09:27:03**

O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município, para o exercício de 2018, em elaboração, será entregue na Câmara dos Vereadores, até 15 de outubro próximo, onde deverão ser incluídos os recursos necessários e suficientes para atender à operação em questão uma vez que a previsão para sua contratação é para o referido exercício. Da mesma forma, encontra-se em elaboração o Plano Plurianual de Investimento - PPA para o período 2018 - 2021 onde será inserido o Programa em análise.

#### **Nota 4 - Inserida por Tristão Faria De Carvalho Rocha | CPF 04997999334 | Perfil Operador de Ente | Data 30/06/2017 15:13:17**

DISBURSMENT-LINKED AMORTIZATION - A Prefeitura de Fortaleza analisou as opções quanto as condições do financiamento, e levou em consideração os seguintes elementos: i) seleção do sistema de amortização; ii) o prazo de carência; iii) o prazo de amortização; e, iv) a taxa de juros e encargos.

Além desses elementos, consideramos também: o fluxo de caixa anual das obrigações já contratadas e em tramitação no âmbito do Município de Fortaleza, o que determina a trajetória do comprometimento das receitas com amortização e serviço da dívida. A avaliação dessa trajetória permitiu que escolhêssemos, para a contratação dessa nova operação junto ao Banco Mundial, uma estrutura, associada as principais variáveis, que nos proporcionasse um fluxo de caixa mais adequado, sem comprometer as diretrizes de prazo médio máximo oferecidas pelo BIRD.

Assim, descrevendo brevemente a decisão do município de Fortaleza, e assim constituem núcleo das condições de financiamento: i) opção pelo sistema de amortização constante (SAC); ii) a carência de 72 meses e amortização de 36 parcelas semestrais e iguais, naturalmente associados a cada valor desembolsado (tranche). Para cada tranche, será observada os prazos de carência e de amortização; iii) os juros calculados sobre o saldo devedor. Em síntese, de outro modo, podemos dizer, associada a cada tranche temos 72 meses de carência, 216 meses de amortização, perfazendo um total de 288 meses, estando determinado como prazo final da operação de crédito (Cut-Of Date) a data de 15/MARÇO/2.048.

#### **Nota 3 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 14/06/2017 15:26:29**

As LIBERAÇÕES relativas à operação CPAC-OGU (Processo 17944.001621/2014-67), contratada em 31/03/2015, mas até hoje sem a necessária garantia da União, estão contempladas na "Aba Operações Contratadas - Cronograma de liberações".

#### **Nota 2 - Inserida por Raphael Aleixo Mendes | CPF 01025002318 | Perfil Operador de Ente | Data 06/06/2017 10:58:12**

O valor Dívida Consolidada (30/04/2017) R\$ 1.212.264.609,55, apresentando uma diferença de R\$ 38.223.251,76. Trata-se de





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

**Processo nº 17944.001265/2016-43**

Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco do Brasil S.A., em 07 de novembro de 2014, com prazo de vigência de 60 meses, reconhecido com base no Regime de Competência (NBCASP). Vale ser ressaltado, tratar-se de contrato, literalmente, de Receita, não gerando, em princípio, nem obrigação financeira, nem fluxo de pagamentos finitos, nem tampouco fixação de juros. O impacto é, essencialmente, contábil, e o valor de R\$ 38.223.251,76, deverá ser eliminado, mediante lançamento entre Contas Patrimoniais: Patrimônio Líquido e Passivo Permanente, até o final do Contrato em referência.

**Nota 1 - Inserida por Tristão Faria De Carvalho Rocha | CPF 04997999334 | Perfil Operador de Ente | Data 05/06/2017 11:29:53**

Os reembolsos a débito do financiamento respeitarão o cronograma financeiro utilizado para a análise prévia dos limites para contratação da operação de crédito.



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

### Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	10.543	18/11/2016	Dólar dos EUA	73.300.000,00	21/06/2017	DOC00.004501/2017-11

### Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	DOM Nº16170s Pág163 - <a href="http://apps.fortaleza.ce.gov.br/diariooficial/download-diario.php?objectId=workspace://SpacesStore">http://apps.fortaleza.ce.gov.br/diariooficial/download-diario.php?objectId=workspace://SpacesStore</a>	28/12/2017	15/03/2018	DOC00.016755/2018-63
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO Nº354/	04/04/2018	04/04/2018	DOC00.019203/2018-15
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do TCE nº 175/2018	14/03/2018	15/03/2018	DOC00.016754/2018-19
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão 124	25/04/2017	19/05/2017	DOC00.003751/2017-34
Documentação adicional	Certidão de Regularidade de Precatórios	06/03/2018	15/03/2018	DOC00.016854/2018-45
Documentação adicional	ROF TA802091 BACEN	06/06/2017	30/06/2017	DOC00.004743/2017-13
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico Fortaleza Cidade Sustentável	03/04/2018	04/04/2018	DOC00.019120/2018-18
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO MODELO MIP	12/03/2018	15/03/2018	DOC00.016732/2018-59
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Ajustado OF STN 384 item 6	10/07/2017	13/07/2017	DOC00.005086/2017-13
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico - PGM	15/12/2016	21/06/2017	DOC00.004503/2017-19
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico Fortaleza Cidade Sustentável	03/04/2018	04/04/2018	DOC00.019121/2018-62
Parecer do Órgão Técnico	Parecer do Órgão Técnico - FCS	13/03/2018	20/03/2018	DOC00.017246/2018-58
Parecer do Órgão Técnico	Parecer do Órgão Técnico - SEUMA	07/06/2017	21/06/2017	DOC00.004502/2017-66
Recomendação da COFIEIX	Recomendação nº 03/0112, da 112ª Reunião da COFIEIX	15/12/2015	05/06/2017	DOC00.004111/2017-41

### Minutas

Não há tramitações de documentos.





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

#### Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 02/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	479	29/03/2018

Em retificação pelo interessado - 07/03/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	327	07/02/2018

Arquivado pela STN - 18/07/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Despacho de arquivamento pela STN	Sem número	18/07/2017

Pendente de correções ou ajustes - 29/05/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	384	24/05/2017

Processo pendente de distribuição - 18/05/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	38	11/05/2017

Encaminhado para agendamento da negociação - 13/02/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	49	08/02/2017
Nota técnica pré-negociação	155	29/12/2016





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

## Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

### Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,24490	28/02/2018

### Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	8.112.250,00	421.021.463,44	429.133.713,44
2019	19.469.400,00	173.480.528,47	192.949.928,47
2020	35.693.900,00	93.641.996,50	129.335.896,50
2021	48.673.500,00	67.421.146,20	116.094.646,20
2022	48.673.500,00	17.327.304,00	66.000.804,00
2023	48.673.500,00	0,00	48.673.500,00
2024	28.555.120,00	0,00	28.555.120,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00

#### Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	892.844,29	164.098.658,40	164.991.502,69
2019	1.142.922,57	191.959.870,16	193.102.792,73
2020	1.974.230,91	194.280.568,54	196.254.799,44
2021	3.422.953,05	187.197.348,11	190.620.301,16
2022	5.034.716,75	190.920.111,65	195.954.828,40
2023	6.761.714,28	207.662.534,56	214.424.248,85
2024	8.544.468,02	196.410.126,74	204.954.594,76
2025	9.742.752,51	158.574.939,42	168.317.691,93





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2026	11.502.705,77	154.428.796,85	165.931.502,61
2027	14.207.632,70	130.668.466,56	144.876.099,26
2028	16.833.486,83	113.587.010,59	130.420.497,42
2029	19.285.776,59	95.827.745,18	115.113.521,77
2030	20.286.340,27	88.936.465,93	109.222.806,21
2031	20.568.646,38	86.510.205,85	107.078.852,23
2032	20.084.311,86	84.125.525,06	104.209.836,92
2033	19.509.403,42	80.446.265,56	99.955.668,98
2034	18.992.046,43	45.538.552,05	64.530.598,48
2035	18.494.723,74	32.715.660,66	51.210.384,40
2036	18.011.032,17	24.058.480,67	42.069.512,84
2037	17.500.019,57	23.442.453,28	40.942.472,85
2038	16.910.340,90	22.836.816,01	39.747.156,91
2039	16.394.474,06	22.231.178,73	38.625.652,79
2040	15.921.707,22	21.629.294,46	37.551.001,68
2041	15.433.478,36	11.497.957,61	26.931.435,97
2042	14.714.631,09	11.115.854,46	25.830.485,55
2043	13.235.677,48	0,00	13.235.677,48
2044	11.171.019,58	0,00	11.171.019,58
2045	8.118.166,00	0,00	8.118.166,00
2046	5.164.214,48	0,00	5.164.214,48
2047	2.326.108,93	0,00	2.326.108,93
2048	784.444,13	0,00	784.444,13
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

#### Exercício anterior

**Despesas de capital executadas do exercício anterior 486.836.947,34**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada 486.836.947,34**

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 98.204.621,34

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

**Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada 98.204.621,34**

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001

#### Exercício corrente

**Despesas de capital previstas no orçamento 909.029.000,00**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesa de capital do exercício ajustadas 909.029.000,00**

Liberações de crédito já programadas 421.021.463,44

Liberção da operação pleiteada 8.112.250,00

**Liberações ajustadas 429.133.713,44**

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	8.112.250,00	421.021.463,44	5.796.075.154,30	7,40	46,27



TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2019	19.469.400,00	173.480.528,47	5.871.683.894,01	3,29	20,54
2020	35.693.900,00	93.641.996,50	5.948.278.935,89	2,17	13,59
2021	48.673.500,00	67.421.146,20	6.025.873.146,07	1,93	12,04
2022	48.673.500,00	17.327.304,00	6.104.479.558,52	1,08	6,76
2023	48.673.500,00	0,00	6.184.111.377,25	0,79	4,92
2024	28.555.120,00	0,00	6.264.781.978,47	0,46	2,85
2025	0,00	0,00	6.346.504.912,92	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	6.429.293.908,10	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	6.513.162.870,57	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	6.598.125.888,31	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	6.684.197.233,07	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	6.771.391.362,76	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	6.859.722.923,93	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	6.949.206.754,14	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	7.039.857.884,54	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	7.131.691.542,35	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	7.224.723.153,42	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	7.318.968.344,84	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	7.414.442.947,52	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	7.511.162.998,93	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	7.609.144.745,71	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	7.708.404.646,44	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	7.808.959.374,42	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	7.910.825.820,42	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	8.014.021.095,56	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	8.118.562.534,19	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	8.224.467.696,75	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	8.331.754.372,78	0,00	0,00



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2047	0,00	0,00	8.440.440.583,86	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	8.550.544.586,67	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	892.844,29	164.098.658,40	5.796.075.154,30	2,85
2019	1.142.922,57	191.959.870,16	5.871.683.894,01	3,29
2020	1.974.230,91	194.280.568,54	5.948.278.935,89	3,30
2021	3.422.953,05	187.197.348,11	6.025.873.146,07	3,16
2022	5.034.716,75	190.920.111,65	6.104.479.558,52	3,21
2023	6.761.714,28	207.662.534,56	6.184.111.377,25	3,47
2024	8.544.468,02	196.410.126,74	6.264.781.978,47	3,27
2025	9.742.752,51	158.574.939,42	6.346.504.912,92	2,65
2026	11.502.705,77	154.428.796,85	6.429.293.908,10	2,58
2027	14.207.632,70	130.668.466,56	6.513.162.870,57	2,22
2028	16.833.486,83	113.587.010,59	6.598.125.888,31	1,98
2029	19.285.776,59	95.827.745,18	6.684.197.233,07	1,72
2030	20.286.340,27	88.936.465,93	6.771.391.362,76	1,61
2031	20.568.646,38	86.510.205,85	6.859.722.923,93	1,56
2032	20.084.311,86	84.125.525,06	6.949.206.754,14	1,50
2033	19.509.403,42	80.446.265,56	7.039.857.884,54	1,42
2034	18.992.046,43	45.538.552,05	7.131.691.542,35	0,90
2035	18.494.723,74	32.715.660,66	7.224.723.153,42	0,71
2036	18.011.032,17	24.058.480,67	7.318.968.344,84	0,57
2037	17.500.019,57	23.442.453,28	7.414.442.947,52	0,55
2038	16.910.340,90	22.836.816,01	7.511.162.998,93	0,53





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2039	16.394.474,06	22.231.178,73	7.609.144.745,71	0,51
2040	15.921.707,22	21.629.294,46	7.708.404.646,44	0,49
2041	15.433.478,36	11.497.957,61	7.808.959.374,42	0,34
2042	14.714.631,09	11.115.854,46	7.910.825.820,42	0,33
2043	13.235.677,48	0,00	8.014.021.095,56	0,17
2044	11.171.019,58	0,00	8.118.562.534,19	0,14
2045	8.118.166,00	0,00	8.224.467.696,75	0,10
2046	5.164.214,48	0,00	8.331.754.372,78	0,06
2047	2.326.108,93	0,00	8.440.440.583,86	0,03
2048	784.444,13	0,00	8.550.544.586,67	0,01
Média até 2027:				3,00
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				26,09
Média até o término da operação:				1,46
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				12,69

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Receita Corrente Líquida (RCL)	5.618.803.666,25
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	532.493.577,94
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	772.892.438,61
Valor da operação pleiteada	237.851.170,00

Saldo total da dívida líquida	1.543.237.186,55
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,27
Limite da DCL/RCL	1,20

Percentual do limite de endividamento	22,89%
---------------------------------------	--------



04/04/2018 - 15:22

Processo nº 17944.001265/2016-43

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 04/04/2018

-----  
Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 04/04/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	14/03/2018 11:20:03

EM BRANCO





## PARECER JURÍDICO

### PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL

**Processo Administrativo de Crédito junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sob o nº 17944.001265/2016-43.**

Verificação da regularidade da operação de crédito externo visando o financiamento do PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Em atenção ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do Município de Fortaleza para realizar operação de crédito com **Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD**, no valor de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada **PROGRAMA FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL (Lei Municipal nº 10.543, de 18 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Município do dia 25 de novembro de 2016)**, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: **Lei Orçamentária Anual, LOA nº 10.660, de 27/12/2017, publicada no Suplemento do Diário Oficial do Município nº 16.170, de 28/12/2017.**
- b) inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada;
- c) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.



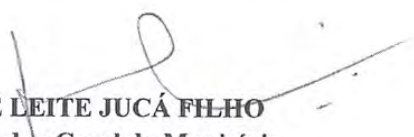
A negociação das minutas do contrato foi realizada entre os dias 29 e 30 de março de 2017, e plenamente concluídas, consoante Nota Técnica nº 38/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de maio de 2017.

### CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Em decorrência do colocado, esta Procuradoria entende que o Município cumpre todos os requisitos formais de legalidade e constitucionalidade, além de possuir, conforme pareceres técnicos, as condições de cumprir todas as condições e obrigações ínsitas ao Contrato negociado.

Fortaleza, 8 de maio de 2018.

  
**JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO**  
Procurador-Geral do Município.





### Parecer Jurídico para Operações de Crédito


Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do Município de Fortaleza, para realizar operação de crédito com o **Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**, no valor de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares), destinados ao financiamento do **Programa Fortaleza Cidade Sustentável**, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- a) Existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: Lei nº 10.543, de 18 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Município do dia 25 de novembro de 2016.
- b) Inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada; Lei Orçamentária Anual nº 10.660, de 27 de dezembro de 2017 para o exercício financeiro de 2018.
- c) Atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) Observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

### CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Fortaleza, 03 de abril de 2018.

  
JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO  
Procurador Geral do Município

  
JOÃO SAMILTO FILHO  
Prefeito de Fortaleza em exercício



EM BRANCO



### Parecer Jurídico para Operações de Crédito


Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do Município de Fortaleza, para realizar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares americanos), destinados ao financiamento do **Programa Fortaleza Cidade Sustentável**, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

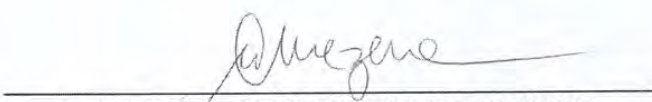
- a) Existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: Lei nº 10.543, de 18 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Município do dia 25 de novembro de 2016;
- b) Inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada; Lei Orçamentária Anual nº 10.660, de 27 de novembro de 2017 para o exercício financeiro de 2018;
- c) Atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) Observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

### CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Fortaleza, 12 de março de 2018

  
JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO  
Procurador Geral do Município

  
ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA  
Prefeito Municipal de Fortaleza

EM BRANCO





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

## Programa Fortaleza Cidade Sustentável

### Parecer do Órgão Técnico

Com a finalidade de atender ao disposto no inciso I, do artigo 21, da RSF n. 43/2001, e o disposto no § 1º, do artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), vimos apresentar o Parecer do Órgão Técnico para compor o processo administrativo de crédito do Programa Fortaleza Cidade Sustentável junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

#### I – OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA

Promover a integração do ambiente natural e do ambiente construído na cidade de Fortaleza, impactando de forma positiva na saúde ambiental e na segurança urbana da população, por meio de investimentos estruturantes integrados em infraestrutura urbana e ambiental, e fortalecimento da capacidade de gestão municipal.

#### II – OBJETIVOS ESPECIFICOS DO PROGRAMA

- Ampliar a eficiência da rede de esgotamento sanitário instalada na Bacia da Vertente Marítima do município, visando a melhoria da balneabilidade da orla de Fortaleza;
- Identificar e implementar soluções complementares e integradas de saneamento e recuperação ambiental em áreas estratégicas da Bacia da Vertente Marítima e do Parque Rachel de Queiroz, que possam, a um só tempo, ter efeito experimental e/ou demonstrativo, bem como contribuir com a melhoria da qualidade da água (da praia, dos rios, riachos e lagoas);
- Requalificar e urbanizar áreas degradadas através da implantação de parques urbanos e praças, conectados entre si;
- Ampliar o acesso a serviços, espaços públicos e/ou equipamentos públicos de qualidade por parte



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

da população diretamente afetada pelas intervenções do Projeto;

- Aumentar de forma significativa o percentual de arborização da cidade através de ações de plantio;
- Implementar ações na área de educação ambiental e gestão de resíduos sólidos, de forma a dar maior sustentabilidade às demais ações do Projeto e a fortalecer a capacidade de atuação da SEUMA no gerenciamento e destinação final inadequada do lixo;
- Estruturar Células de Controle da Poluição Ambiental, de forma a promover melhoria nos sistemas de monitoramento urbano e ambiental da cidade;
- Ampliar a capacidade do município em operacionalizar suas políticas urbanas e ambientais, através da revisão de seus instrumentos de planejamento (notadamente o Plano Diretor Participativo e as demais legislações correlatas) e da regulamentação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
- Disponibilizar à população um sistema WEB para licenciamento "online" automatizado e/ou semi-automatizado;
- Promover a atualização e modernização do Cadastro de Fortaleza, ampliando o banco de dados existente, possibilitando a sua integração entre as setoriais da PMF tornando-o de fato uma ferramenta multifinalitária (para o cumprimento de objetivos fiscais, de planejamento, de administração de terras, de transparência entre outros);
- Prospectar de quanto a receita municipal pode crescer se os instrumentos do Estatuto da Cidade forem bem utilizados;





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

- Identificar, delimitar e definir áreas prioritárias que sejam passíveis da aplicação do instrumento de Operação Urbana Consorciada (OUC);
- Desenvolver, estruturar e/ou implementar possíveis OUCs em áreas estratégicas do município, possibilitando, a partir de uma maior participação do setor privado no financiamento da infraestrutura urbana e social, a requalificação, transformação e/ou dinamização de áreas degradadas, não-utilizadas e/ou subutilizadas.

### **III – IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO OBJETO DE AVALIAÇÃO**

#### **III.1 – Aspectos Gerais**

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Fortaleza/Ceará, de operação de crédito no valor de USD 73.300.000 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao Programa Fortaleza Cidade Sustentável (FCS).

O Município de Fortaleza é o principal centro urbano cearense, concentrando o maior contingente populacional do Estado e ocupando o status de quinta maior cidade do Brasil, com população superior a 2,6 milhões de habitantes, estimativa Fundação IBGE para o ano de 2017, entretanto, trata-se da 19ª capital e o 467ª município brasileiro segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>1</sup> divulgado pela mesma Fundação. Em relação ao componente de renda também considerada no IDH, o Índice de Gini, que mede o nível de concentração de renda de determinada localidade, é de 0,63 na capital, fato que a classifica como a 11ª capital mais desigual do

<sup>1</sup> Referência IBGE (2010).





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

país.

Ao longo das últimas décadas, mesmo com notório crescimento econômico verificado a partir de meados da década de 1990, as questões ambientais e sociais não se desenvolveram no mesmo ritmo, fazendo surgir na cidade problemas ambientais, além de desigualdade social, com consequente aumento nos índices de violência.

Esse cenário de crescimento sem a respectiva indução ao desenvolvimento sustentável atrelado à concentração demográfica e à rápida expansão urbana trouxe consigo uma série de problemas urbano-ambientais, tais como deficiências nos sistemas de saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos), poluição dos recursos hídricos, degradação e diminuição de áreas verdes, ocupação da população em áreas inadequadas/irregulares, dentre outros.

Neste contexto, o Programa Fortaleza Cidade Sustentável se propõe a melhorar o ambiente natural e construído de Fortaleza por meio da execução de ações na área da Bacia da Vertente Marítima (toda orla da cidade) e do Parque Rachel de Queiroz localizado no centro oeste da cidade, minimizando e/ou eliminando, por conseguinte, as deficiências apresentadas nesta capital.

A Bacia Vertente Marítima ocupa a zona Norte de Fortaleza e é composta por 18 (dezoito) bairros que atualmente são alvo de um processo de ocupação indiscriminada, criminosa e cada vez mais intensa ao longo de seus cursos d'água, principalmente pela proliferação de habitações irregulares nas margens dos cursos e mananciais d'água que banham a área urbana e que ali despejam diretamente seus resíduos e dejetos sem qualquer tratamento. Ademais, destaca-se que a Bacia da Vertente Marítima possui nas suas extremidades oeste e noroeste bairros com as maiores densidades do Município e com altos índices de pobreza e violência.

4



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

Atualmente, mesmo a Vertente Marítima possuindo praticamente 100% de cobertura de rede esgoto, o número de imóveis não interligados à rede – na maioria localizados em bairros que possuem as menores rendas *per capita* – têm provocado um aumento constante nos índices de poluição dos recursos hídricos devido ao lançamento inadequado de esgotos à rede de drenagem e/ou diretamente no corpo hídrico (ligações clandestinas). Este fato tem como umas das principais consequências – além da degradação ambiental e da proliferação de doenças – a contaminação das praias de Fortaleza, que ao receber as águas pluviais poluídas tornam-se impróprias para banho.

Analogamente, a área do Parque Rachel de Queiroz vem sofrendo com os altos índices de poluição de seus recursos hídricos em grande parte devido à ausência de interligação de imóveis à rede de esgoto existente. A área destinada à implantação do referido parque é uma região que se encontra bastante deteriorada, carente de espaços verdes públicos e de equipamentos de lazer adequados para a população. Assim como outras áreas da cidade, tem passado por um crescente processo de urbanização que tem ocasionado uma série de impactos ambientais, como poluição sonora, visual e dos recursos hídricos, redução de áreas verdes e aumento na erosão e contaminação dos solos.

### III.2 – Horizonte Temporal e Componentes do Programa Fortaleza Cidade Sustentável

O Fortaleza Cidade Sustentável é um programa a ser desenvolvido ao longo de 6 (seis) anos e é composto por 2 Componentes e 5 subcomponentes.

O primeiro componente denominado de “Recuperação do Ambiente Social, Urbano e Ambiental” se distribui da seguinte forma:



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

i) *"Subcomponente Águas da Cidade"* tem como benefício melhores condições sanitárias para a população e melhoria na Balneabilidades das praias de Fortaleza por meio de interligações de imóveis a rede de esgoto, de tratamento de alguns riachos da orla e da eliminação de fontes de poluição das praias.

ii) *"Subcomponente Rede de Sistemas Naturais"* tem como benefícios a oferta de áreas de lazer e melhores condições urbano e ambientais para uma parte da cidade mais pobre. Isso será alcançado por meio da implantação do Parque Rachel de Queiroz e mais outros parques na cidade.

iii) *"Subcomponente Reciclando Atitudes"* tem como benefícios a redução dos pontos de lixo na cidade, redução dos gastos da Prefeitura com recolhimento do lixo, ampliar a coleta seletiva aumentando o volume de resíduos recicláveis e aumentar renda dos catadores de reciclados. Para alcançar tudo isso, serão executadas diversas ações de educação ambiental e estruturação da cadeia dos resíduos.

O segundo componente denominado "Governança, Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental" está organizado em 2 subcomponentes, quais sejam:

iv) *"Instrumentos de Planejamento e Controle Urbano e Ambiental"*: é o subcomponente que tem como benefícios o melhor ordenamento da cidade, desburocratização dos serviços de licenciamento e fortalecimento institucional no planejamento por meio da revisão e regulamentação do Plano Diretor Participativo, Fortaleza Online e Modernização do Cadastro Multifinalitário de Fortaleza.

v) *"Oportunidades de Negócios"*: apresenta como benefícios a oferta de melhorias nas infraestruturas em urbanismo e moradias, o aumento da arrecadação do município por meio da aplicação dos

N





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDRUB, aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e o desenvolvimento de Operações Urbanas Consorciadas.

#### **IV – RELAÇÃO CUSTOS VERSUS BENEFÍCIOS**

##### **IV.1 Benefícios Mensuráveis Financeiramente**

O projeto foi avaliado a partir de perspectivas econômicas, financeiras e complementadas com análise de sensibilidade.

##### **IV.1.1 - Análise Econômica e Financeira**

Todos os componentes foram avaliados por meio de análise de custos x benefícios.

Os benefícios do subcomponente “Águas da Cidade” que tem como objetivo a redução da poluição pontual ao longo do litoral da Vertente Marítima foram medidos utilizando a conta de esgoto mensal cobrada pela CAGECE, e assim, servimos da mesma para apontar o potencial e capacidade de pagamento. Os benefícios para a saúde resultantes da melhoria na qualidade das águas das praias ao longo da costa também foram adicionados.

Os benefícios da subcomponente “Rede de Sistemas Naturais com Enfoque na Restauração do Parque Raquel de Queiroz” foram medidos por meio do aumento dos preços de mercado das propriedades em uma área comparável de Fortaleza, com características socioeconômicas similares.

Os benefícios da subcomponente “Instrumentos de Planejamento e Controle Urbano e Ambiental”, que tem como projeto central a atualização dos instrumentos de planejamento e ferramentas de licenciamento, foram medidos por meio do aumento das receitas próprias do município, através do aumento do imposto incidente sobre a propriedade predial e territorial urbano (IPTU), como também das melhorias resultantes no cadastro e cobrança de taxas de licenciamento

*[Handwritten signature]*  
7



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

através dos serviços ofertados pelo ambiente eletrônico Fortaleza Online disponibilizados aos contribuintes.

#### *IV.1.1.1 – Impactos sobre o Desenvolvimento Econômico*

Os investimentos previstos demonstram, diante dos resultados estimados, um Programa com resultados econômicos e financeiros bastante positivo, além dos retornos sociais com enorme repercussão no desenvolvimento de Fortaleza. Todos os componentes demonstram viabilidade econômica com retornos acima de 9% (nove por cento) ano. O valor total dos benefícios é de duas vezes maior que os custos, o que permite um amplo espaço para incertezas considerando o longo tempo de vida dos investimentos a serem executados.

N 8



**Prefeitura de Fortaleza**

Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

**Tabela 1. Resultados da Avaliação Econômica**

Subcomponentes	Valor Presente do Fluxo de Caixa			
	(US\$ Mil)			
	Custos	Benefícios	Benefícios líquidos	IRR
1.1 Águas da Cidade (Redução da poluição pontual ao longo da Vertente Marítima)	14.542	18.293	3.751	9%
1.2 Rede de Sistemas Naturais (Requalificação do Parque Rachel de Queiroz)	51.827	70.734	18.907	27%
2.1. Instrumentos de Planejamento e gestão Urbano e Ambiental (Atualização dos instrumentos de planejamento e ferramentas de licenciamento)	20.381	83.425	61.906	49%
<b>Total do Projeto</b>	<b>86.750</b>	<b>172.452</b>	<b>84.564</b>	<b>32%</b>

Fonte: PAD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Segundo ainda informações contidas no *Project Appraisal Document* (PAD) do BIRD, quando considerada a inclusão de todos os custos operacionais do Programa, o benefício líquido do Programa é de US\$ 30 milhões (trinta milhões de dólares americanos) e a taxa interna de retorno é de 12%, acima dos 6 %, utilizado como taxa de desconto.

#### IV.1.2 – Considerações à Análise Financeira Segundo a Teoria de Finanças Corporativas

##### IV.1.2.1 – O Impacto sobre a Receita Tributária.

Seguindo o *mainstream* da teoria de Finanças, todo projeto é viável e deve ser implementado

*N* *A* 9





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

se possuir Valor Presente Líquido positivo ( $VPL > 0$ ). Para tanto, deverá gerar recursos que, já descontados pelo seu custo de oportunidade, sejam superiores ao capital investido para implementação do mesmo.

De outra forma, um projeto é viável e deve ser executado se o Valor Econômico Adicionado (EVA®) é positivo, o que, analogamente, implica que o projeto gerou lucro econômico e remunerou o capital pelo seu custo de oportunidade.

Assim sendo, cabe em um esforço inicial, investigar como um projeto desta natureza pode gerar recursos para a Prefeitura de Fortaleza. Para tanto, de posse das séries históricas para investimentos e para as despesas em gestão ambiental, urbanismo e saneamento, investiga-se a relação destas com a evolução da receita tributária municipal. Os gráficos 1 e 2 demonstram que a relação entre investimentos e os gastos em gestão ambiental com a receita tributária de Fortaleza no bimestre subsequente são similares. A relação é positiva e significativa.

Obviamente, os gráficos apresentados carecem de maior rigor teórico quantitativo para que seja possível quantificar o impacto preciso das despesas em gestão ambiental sobre a receita tributária de Fortaleza no período subsequente, afinal, diversos outros fatores influenciam o montante arrecadado que não apenas os gastos utilizados, entretanto, os resultados aqui apresentados já permitem constatar o estreito relacionamento entre tais dispêndios e a arrecadação nos períodos subsequentes.



**Prefeitura de  
Fortaleza**

Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

Gráfico 1: Relação entre a Receita Tributária e Investimentos realizados  
no bimestre anterior  
Em termos reais (2008-2016)

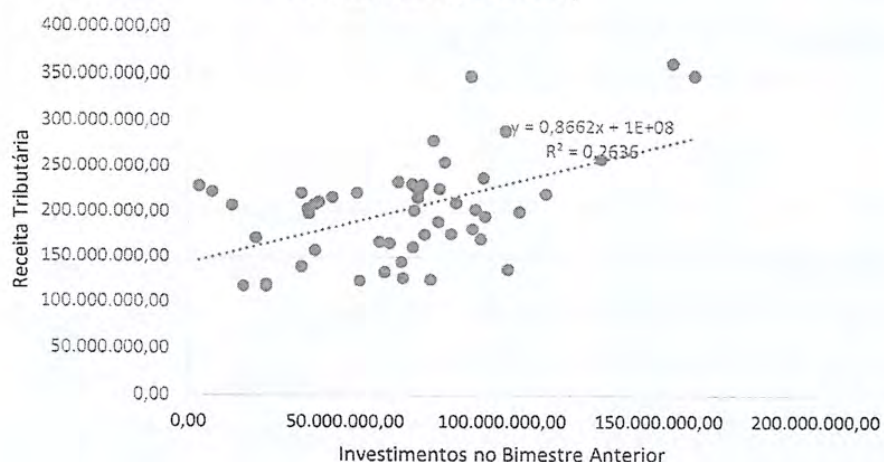
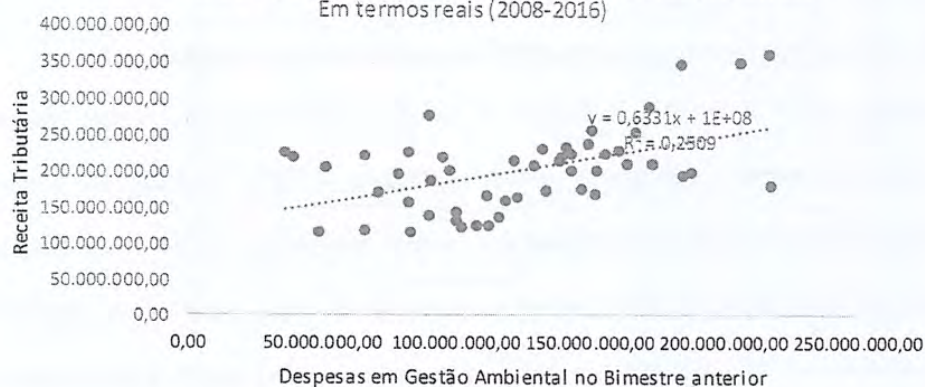


Gráfico 2: Relação entre a Receita Tributária e as Despesas em Gestão  
Ambiental, Urbanismo e Saneamento realizadas no bimestre anterior  
Em termos reais (2008-2016)



Fonte: Estimativas próprias com dados da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP 2016).

Em um exercício empírico com maior rigor teórico, quando se controla a sazonalidade da receita tributária e confronta-se, novamente com dados deflacionados, os gastos em gestão ambiental com a receita tributária no ano seguinte, estima-se como sendo da ordem de R\$1 real despendido em gestão ambiental para R\$0,42 aproximadamente de retorno via tributos futuros.

*[Handwritten signature]*



**Prefeitura de Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

**Tabela 2: Estimando a Receita Tributária em Função das Despesas**

<i>Estatística de regressão</i>		
R-Quadrado	0,52	
R-quadrado ajustado	0,45	
Observações	46	
<i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	145.822.424,92	0,00
UrbSaneGestaoAmb-6*	0,42	0,02
d1	113.606.601,30	0,00
d3	- 11.399.961,98	0,58
d4	-9.499.294,24	0,65
d5	- 13.626.067,74	0,52
d6	-3.742.670,14	0,86

Nota: "di", com i=1,3,4,5,6 representam as *dummies* de sazonalidade.

(\*) Representam as despesas em gestão ambiental, urbanismo e saneamento no ano anterior.

Novamente, muito embora reconheça-se a provável sobreestimação destes impactos, comprova-se o efeito positivo do investimento que representa o FCS e, considerando a elevada representatividade do valor intangível advindo do retorno dos investimentos deste programa, qualquer análise de viabilidade financeira baseada em modelos de valor presente com vida infinita também incorreria em tal imprecisão. Assim sendo, o restante desta análise será concentrada em uma análise por subcomponente do FCS.

#### *IV.1.2.2 – Análise de Viabilidade a partir do Custo do Capital Investido.*

Seguindo novamente os pressupostos da teoria tradicional de avaliação de ativos, comprova-se que para uma mesma taxa de retorno e mesmo montante investido, quanto menor o custo do





**Prefeitura de  
Fortaleza**

Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente


capital para realização de um projeto, mais viável será este. Para tanto, tomemos como exemplo a equação básica do método EVA®:

$$EVA = Cap. Investido [ROIC - WACC]$$

Cuja condição de viabilidade estabelece que  $EVA > 0$ . Novamente, como o capital investido e o seu retorno (ROIC) serão os mesmos quaisquer que sejam as fontes de financiamento, o menor custo (WACC) indicará a fonte mais viável para financiamento.

Neste aspecto, destacamos adiante as possibilidades para financiamento do FCS com seus respectivos custos estimados a partir das condições estabelecidas.

Tabela 03: Custo das Fontes de Financiamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA		 <b>Prefeitura de Fortaleza</b> Secretaria Municipal das Finanças		
SECRETARIA DAS FINANÇAS				
CUSTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	TAXA – INDICES BÁSICOS	% TAXA 13/3/2018	SPREAD %	TX EFETIVA %
Corporação Andina de Fomento - CAF	LIBOR 6 MESES	2,30425	2,05	4,40
Banco Mundial	LIBOR 6 MESES	2,30425	0,96	3,29
Bco. Nac. Des. Econ. e Social – BNDES	TJLP	6,76	1,90	8,79

A título de comparação entre as fontes de recursos para financiamento do Programa, destacamos o quadro acima, envolvendo os custos alternativos apresentados pela Corporação



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

Andina de Fomento, BNDES comparados com o Banco Mundial. E com base nesses dados podemos nos posicionar quanto a adequada escolha do Banco Mundial para o financiamento objeto deste Parecer.

#### IV.1.3 - A Análise de Sensibilidade.

O Subcomponente “Rede de Sistemas Naturais (Requalificação do Parque Rachel de Queiroz)” vai apresentar retornos positivos quando as propriedades se valorizarem pelo menos 5,9 por cento. Para o Subcomponente “Águas da Cidade” (Redução da poluição pontual ao longo da Vertente Marítima) a análise mostra que a taxa de interligação à rede de esgoto eficaz tem de ser de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos imóveis factíveis; e o custo de investimento não pode aumentar mais de 30% (trinta por cento). O Subcomponente “Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbano e Ambiental (Atualização dos instrumentos de planejamento e ferramentas de licenciamento)” irá apresentar retornos positivos quando pelo menos 40% (quarenta por cento) da meta de aumento de receita é alcançado.

Os resultados estão assegurados ainda que os benefícios importantes adicionais não tenham sido quantificados. A Requalificação do Parque Rachel de Queiroz vai contribuir para melhorar a segurança pública, a saúde e a conectividade para os residentes nas suas áreas circundantes, e contribuir para o desenvolvimento comunitário e da juventude. Além disso, espera-se que a remodelação desta área através de uma Operação Urbana Consorciada - OUC irá resultar em investimentos para melhorar as condições sociais e ambientais na área e o desenvolvimento de novas oportunidades de negócios. Além disso, está prevista a melhoria da qualidade das águas ao longo da costa que favorecerá a intensificação das atividades de turismo e aumentar a economia local.

#### IV.1.4 - Justificativa da Provisão do Setor Público

14





**Prefeitura de  
Fortaleza**

Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

O Projeto vai ajudar a promover uma melhora na abordagem integrada para o desenvolvimento da cidade e constitui um primeiro passo na transformação prevista para Fortaleza a longo prazo. O financiamento público é o instrumento mais adequado para este tipo de intervenções que não só irá melhorar a qualidade de vida da população mais pobre, mas também vai ajudar a impulsionar o desenvolvimento econômico e promover o envolvimento do setor privado. Haverá oportunidades para a criação de emprego, desenvolvimento da juventude e construção da comunidade.

#### IV.1.5 - Benefícios não Mensuráveis Financeiramente

Subcomponente Águas da cidade:

- i) Oferta de praias mais limpas;
- ii) Bairros mais salubres;
- iii) Redução nos índices de doenças;

Subcomponente Rede de Sistemas naturais;

- i) Oferta de mais áreas de lazer à população
- ii) Mais qualidade de vida para a população;
- iii) Desenvolvimento do comércio e mercado imobiliário local.

Subcomponente Reciclando Atitudes

- i) Diminuição dos pontos de lixo na cidade;
- ii) Melhoria na gestão dos resíduos sólidos (implantação de equipamentos ecopontos ecopolos);
- iii) Mais qualidade de vida para associações de catadores de reciclados

Subcomponente Instrumentos de Planejamento e Controle Urbano e Ambiental

- i) Melhor planejamento da cidade;





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

- ii) Aumento da capacidade de fiscalização e monitoramentos das poluições ambientais;
- iii) Desburocratização dos licenciamentos (Ambiente Fortaleza *On line*);
- iv) Incentivo ao uso de tecnologias e práticas sustentáveis (Fator Verde).

#### Subcomponente Oportunidades De Negócios Urbanos

- i) Desenvolvimento imobiliário, comercial e ambiental integrado das áreas afetadas.

### **V – INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO**

O Projeto FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL pretende concentrar intervenções físicas não apenas na Bacia da Vertente Marítima, onde são latentes os problemas vinculados ao saneamento. Um segundo ponto focal das intervenções é o Parque Rachel de Queiroz, que se estende ao longo de 10Km e 134,7 hectares na porção oeste da cidade.

A área destinada à implantação do Parque Rachel de Queiroz é compreendida por 14 dos 119 bairros de Fortaleza, 7 dos quais apresentando as piores faixas de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além de sofrer com os já mencionados problemas de poluição motivados pela ausência de interligação dos imóveis à rede de esgoto existente, exibe de maneira muito clara o resultado de um processo rápido e não planejado de urbanização. De um lado, imenso potencial de transformação urbana, ambiental e social; de outro, degradação ambiental, carência de espaços verdes públicos e de equipamentos de lazer adequados para a população, avanço de ocupações irregulares e subnormais sobre os recursos hídricos sem qualquer infraestrutura, etc.

Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, que prevê a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços degradados, o desenvolvimento econômico que concretamente objetiva melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e a melhoria das infraestruturas sociais.



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

Nessa ótica, o processo de renovação urbana possui estreita relação com o meio ambiente, que atua como um dos principais dinamizadores das dimensões econômica e social nos casos bem-sucedidos de revitalização de zonas degradadas, subutilizadas, mal utilizadas ou abandonadas. O desenvolvimento urbano sustentável deve ser feito por meio da melhoria das condições físicas, socioeconômicas e ambientais da cidade, a partir da disponibilidade de seu capital natural, do aumento da oferta e do acesso a serviços e equipamento públicos de qualidade.

Diante desse contexto, e com base na visão ampliada que se tem da realidade acima descrita, os problemas detectados – subutilização da rede existente de esgotamento sanitário; ineficácia no enfrentamento da questão dos resíduos sólidos; poluição dos recursos hídricos e praias; insuficiência de áreas verdes e espaços de lazer qualificados; ocupação de áreas inadequadas; expansão urbana desordenada; etc. – deverão ser estabelecidos como desafios de gestão e, principalmente, metas de planejamento de curto, médio e longo prazos.

A cidade precisa ofertar à população residente e turística praias balneáveis e áreas de lazer qualificadas (praças e parques preservados, estruturados e melhor arborizados); precisa também propiciar uma significativa melhora de suas condições sanitárias e ambientais gerais, com ganhos à saúde da população e ao meio ambiente; precisa, finalmente, melhor se instrumentalizar para responder de modo mais eficiente e eficaz aos desafios do planejamento e da gestão urbana e ambiental. Enfrentar de modo integrado estes desafios significa combater os problemas mais estruturantes de pobreza, desigualdade e exclusão social.



**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

## VI – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Ver anexo I.

## VII - CONCLUSÃO

O Programa Fortaleza Cidade Sustentável é viável do ponto de vista urbano e Ambiental quando consideradas as transformações nas áreas socialmente sensíveis e ambientalmente degradadas. No ponto de vista econômico e financeiro o retorno geral do projeto estar na ordem de 33% e benefícios líquidos em torno de USD 84 milhões. Portanto, o referido Programa, quando executado, trará melhorias ambientais e urbanísticas melhorando a qualidade de vida do fortalezense, impulsionando a economia do município, melhorando a capacidade arrecadatória do governo, desenvolvendo áreas desprovidas de serviços e áreas de lazer através das parcerias público privado, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção e da cidade como um todo, garantindo a sua função social.

Fortaleza, 03 de abril de 2018

Maria Águeda Pontes Caminha Muniz  
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

De acordo:

João Salmito Filho  
Prefeito de Fortaleza em Exercício



## Anexo I – Cronograma de Execução do Programa

ITEM	COMPONENTES/INTERVENÇÕES	Total		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
		PMF REAL	BRD DOLAR	PMF REAL	BRD DOLAR	PMF REAL	BRD DOLAR	PMF REAL	BRD DOLAR	PMF REAL	BRD DOLAR	PMF REAL	BRD DOLAR	PMF REAL	BRD DOLAR
1.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
1.1	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
1.2	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
2.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
2.1.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
2.2.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
3.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
3.1.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
3.2.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
3.3.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
3.4.	REDE DE SUSTENTABILIDADE NATURAL (Rede de Sustentabilidade Natural)	\$255.550.000,00	\$73.300.000,00	R\$ 8.748.355,00	\$2.676.531,18	R\$ 21.011.145,00	\$5.988.361,83	R\$ 38.482.500,00	\$10.967.517,50	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 52.490.130,00	\$14.959.687,05	R\$ 83.377.440,00	\$23.748.370,40
	FRONT - BRD - R\$ 10,25%														

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - C O F I E X

**112ª REUNIÃO**

**RECOMENDAÇÃO N.º 03/0112, de 15 de dezembro de 2015.**

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE X), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 2.º do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

**RECOMENDA**

Ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

- 1. Nome:** Fortaleza Cidade Sustentável
- 2. Mutuário:** Município de Fortaleza - CE
- 3. Garantidor:** República Federativa do Brasil
- 4. Entidade Financiadora:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD
- 5. Valor do Empréstimo:** pelo equivalente a até US\$ 73.300.000,00
- 6. Valor da Contrapartida:** de, no mínimo, igual ao valor do financiamento

**Ressalva(s):**

- a) À época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF n.º 306/2012; e
- b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

**Rodrigo Estrela de Carvalho**

**Secretário-Executivo**

**Francisco Gaetani**

**Presidente**

**De acordo.**

**Valdir Moysés Simão**

**Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**

**Nota:** A autorização concedida por esta Recomendação perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Estrela de Carvalho**, Secretário, em 06/01/2016, às 18:41.



:: SEI / MP - 1169565 - Recomendação ::

<https://seimp.planejamento.gov.br/sei/controlador.php?acao=document...>



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO GAETANI, Secretário-Executivo**, em 07/01/2016, às 12:40.



Documento assinado eletronicamente por **Valdir Moysés Simão, Ministro**, em 11/02/2016, às 09:39.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **1169565** e o código CRC **010FFE0F**.

Processo N° 03400.200598/2015-13

1169565

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 25 DE NOVEMBRO DE 2016

SEXTA-FEIRA - PÁGINA 4

LEI Nº 10.543, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

Autoriza ao Poder Executivo Municipal contratar financiamento com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões, trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), recursos destinados ao Programa Fortaleza Cidade Sustentável e ainda autoriza solicitar garantia à União Federal.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

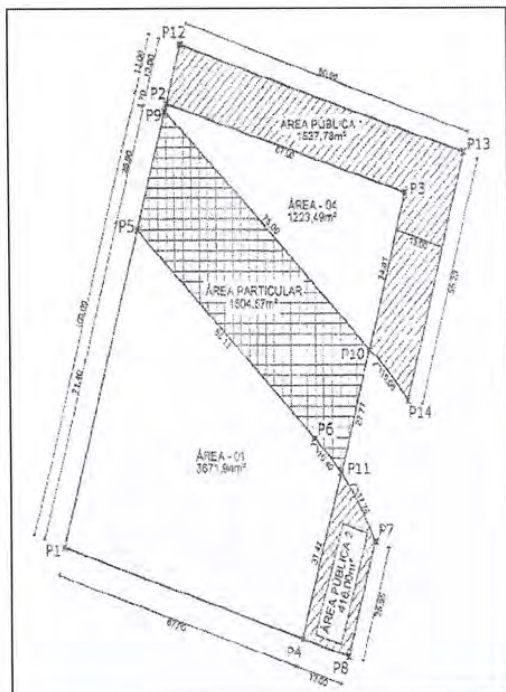
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Fortaleza autorizado a contratar, com garantia da União Federal, operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, até o limite de US\$ 73.300.000,00 (setenta e três milhões, trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado ao financiamento do Programa Fortaleza Cidade Sustentável, observadas as disposições legais em vigor para contratação de operação de crédito. Art. 2º - Para a garantia da operação de crédito, de que trata o art. 1º desta Lei, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a oferecer, como contragarantia à garantia da União Federal pela garantia que esta oferecerá ao BIRD, as cotas da Repartição das Receitas Tributárias, estabelecidas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidos no art. 156 da Constituição Federal, e nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas. Art. 3º - O Poder Executivo consignará, nos orçamentos anuais do Município, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras resultantes da operação autorizada por esta Lei, durante o prazo que vier a ser estabelecido no contrato correspondente. Art. 4º - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Fortaleza, no prazo de 60 (sessenta) dias após a lavratura do contrato de que trata o art. 1º, cópia dos respectivos contratos de financiamento e de contragarantia firmados pelo Município. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 18 de novembro de 2016. **Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra** - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA.

LEI Nº 10.544, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o Sistema de Museus de Fortaleza – SIMFOR e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

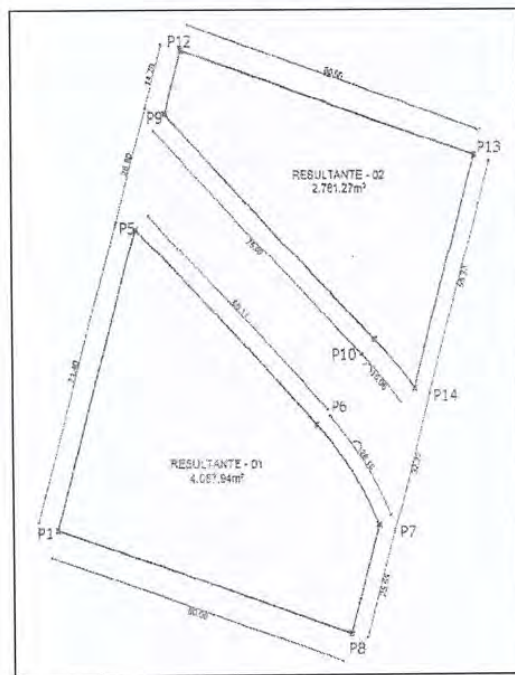
Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Sistema de Museus de Fortaleza – SIMFOR, que obedecerá ao disposto nesta Lei, seguindo as diretrizes do Sistema Brasileiro de Museus e Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM-CE). Parágrafo Único - O Sistema de Museus de Fortaleza – SIMFOR vincula-se à Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza – SECULTFOR, tendo por objetivo sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o município, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por essas instituições. Art. 2º - Para fins desta Lei, consideram-se unidades museológicas os museus ou entidades afins, existentes ou em fase de desenvolvimento, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, desde que sejam instituições de caráter



COMISSÃO DE PERÍCIAS E AVALIAÇÕES DA PMF

ANEXO II

CROQUI RESULTANTE



\*\*\* \*\* \*

EM BRANCO



## **1ª PARTE - DELIBERATIVA**

**2**



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 3, DE 2019**

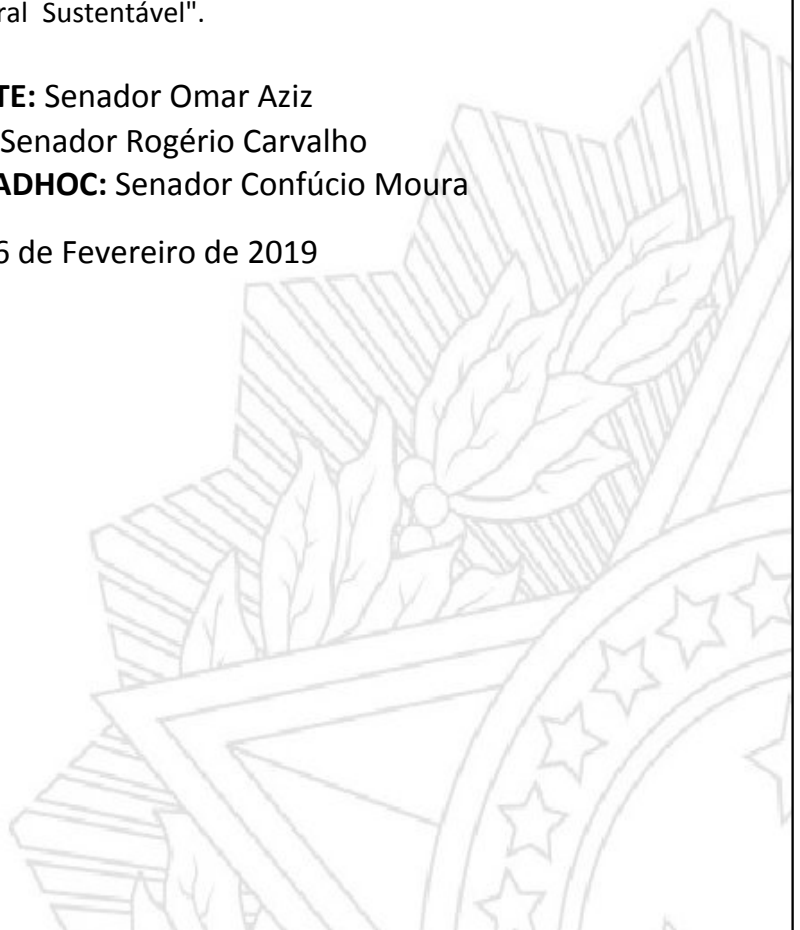
Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 8, de 2019, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz

**RELATOR:** Senador Rogério Carvalho

**RELATOR ADHOC:** Senador Confúcio Moura

26 de Fevereiro de 2019



**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem (SF) nº 8, de 2019 (MSG nº 59/2019, na origem), da Presidência da República, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Paraíba Rural Sustentável"*.



SF/19970.74331-87

Relator: Senador **ROGÉRIO CARVALHO**

**I – RELATÓRIO**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado da Paraíba, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA772403.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros *LIBOR* semestral, acrescida de margem variável, a ser definida pelo BIRD, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,21% a.a., flutuante com a



variação da *LIBOR*, inferior ao custo máximo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para essa modalidade de financiamento, que se situa em 5,87% a.a., considerada a *duration* de 9,33 anos.

## II – ANÁLISE

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Estado da Paraíba comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 502, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da STN, de 3 de dezembro de 2018, complementado pelo Parecer SEI nº 39, também da COPEM, de 8 de fevereiro de 2019, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado da Paraíba atende as condições e limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, cumpre os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do teto da dívida consolidada dos estados.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Estado da Paraíba apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 80, de 27 de novembro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado da Paraíba, conforme os termos das Leis Estaduais nºs 10.487, de 23 de junho de 2015, e 11.220 e 11.218, ambas de 19 de outubro de 2018, autorizativas da presente operação de crédito e da concessão de contragarantias pelo Estado. Nos termos dessas leis, é autorizada e prevista a formalização de contrato entre o Estado da Paraíba e



SF/19970.74331-87

o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se também que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado da Paraíba nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 119, de 30 de outubro de 2018, os resultados financeiros obtidos no estudo demonstram que o Estado apresenta classificação final da capacidade de pagamento “B”. Ficam atendidos, assim, os requisitos que tornam a operação pretendida elegível para recebimento de garantia da União, nos termos definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017. Note que, como enfatizado no relatório, a operação de crédito pleiteada apresenta custo efetivo favorável.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado da Paraíba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Relativamente às demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são elas atendidas pelo Estado da Paraíba, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão, a exceção de suas despesas com pessoal.

De acordo com informações disponibilizadas nos referidos pareceres da STN, todos os poderes e órgãos do Estado da Paraíba descumpriram os limites de gastos com pessoal previstos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos 1º e 2º quadrimestres de 2018, inclusive quanto ao somatório das despesas totais com pessoal, que ultrapassou o limite de 60% definido no inciso II de seu art. 19.

Todavia, por força de decisões judiciais, conforme histórico detalhado na Mensagem ora submetida ao Senado Federal, o Estado da



SF/19970.74331-87

Paraíba atende aos requisitos relativos às despesas com pessoal, encontrando-se, assim, apto a contratar a operação de crédito pretendida.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007; no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto aos limites e condições para a prestação de garantia por parte da União, inclusive parte de tal enquadramento decorre da matéria “sub judice” acima mencionada; bem como são cumpridas as exigências estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, ambas de 2001, relativamente à contratação da operação de crédito em exame.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

### III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Estado da Paraíba encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É o Estado da Paraíba autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor



de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

*Parágrafo único.* Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

**I – Devedor:** Estado da Paraíba;

**II – Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

**III – Garantidor:** República Federativa do Brasil;

**IV – Valor:** até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

**V – Juros:** taxa *LIBOR* para o dólar dos Estados Unidos da América de 6 (seis) meses mais margem variável a ser definida pelo BIRD, de acordo com as suas políticas de gestão de recursos;

**VI – Adicional de Taxa de Juros:** 0,5% (meio por cento) ao ano, a ser acrescido quando o limite de exposição do BIRD ao país for excedido;

**VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos:** US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US\$ 9.000.000,00 (nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2022; US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2023; e US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2024;

**VIII – Comissão de Compromisso:** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;



SF/19970.74331-87

**IX – Taxa de Abertura de Crédito:** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento, em pagamento único;

**X – Prazo de Amortização:** 144 (cento e quarenta e quatro) meses, após carência de 48 (quarenta e oito) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Fica permitido ao mutuário, com o consentimento formal do Garantidor, requerer as conversões dos termos do empréstimo, referentes às taxas de juros base e moeda, aplicáveis à totalidade ou parte do montante do empréstimo sacado e pendente, bem como o estabelecimento de limites sobre a taxa variável ou a taxa de referência aplicável a todo ou qualquer parte do montante principal do empréstimo sacado e pendente.

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

**Art. 3º** Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado da Paraíba na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado da Paraíba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Estado da Paraíba quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato.

**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19970.74331-87





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 26/02/2019 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. JADER BARBALHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. SIMONE TEBET
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. ESPERIDIÃO AMIN
DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE	7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		
TITULARES		SUPLENTES
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU	PRESENTE	3. ELIZIANE GAMA PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ANGELO CORONEL PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES		SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. JORGINHO MELLO PRESENTE



10

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

EDUARDO GOMES  
FABIANO CONTARATO  
EDUARDO GIRÃO  
LUIS CARLOS HEINZE  
MARCOS DO VAL  
PAULO ROCHA

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(MSF 8/2019)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

26 de Fevereiro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



REQ  
COMISSÃO DE ASSUNTOS  
ECONÔMICOS  
00012/2019

APROVADO EM / / 2019

## REQUERIMENTO Nº /CAE-2019

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que *“Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".*”

Em de fevereiro de 2019.

SENADOR



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2019

(nº 59/2019, na origem)

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".

**AUTORIA:** Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 59

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Paraíba Rural Sustentável”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia.

Brasília, 21 de fevereiro de 2019.



EM nº 00027/2019 ME

Brasília, 19 de Fevereiro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba – PB requereu a este Ministério da Economia a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, de que trata o Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2.017, e o Banco Central do Brasil efetuou o registro da operação.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam verificados: o cumprimento substancial das condições de efetividade; a adimplência do Ente com a União; e formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de submissão da operação de crédito em tela, bem como da concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificada a adimplência do Ente para com a União e suas entidades controladas, a comprovação do atendimento substancial das condições de efetividade do contrato e a formalização do contrato de contragarantia.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação

e de concessão da garantia da União ao Estado da Paraíba referente à operação financeira de crédito descrita nesta Exposição de Motivos, observadas as ressalvas acima.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Roberto Nunes Guedes*

17944.000652/2015-81



OFÍCIO Nº 14/2019/CC/PR

Brasília, 21 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Crédito externo.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 17944.000652/2015-81

SEI nº 1058933



DOCUMENTOS PARA O SENADO

**ESTADO DA PARAÍBA  
X  
BIRD**

“Projeto Paraíba Rural Sustentável”

**PROCESSO Nº 17944.000652/2015-81**

19/02/2019

SEI/ME - 1793654 - Parecer



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União

**PARECER SEI Nº 25/2019/COF/PGACFFS/PGFN-ME**

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado da Paraíba (PB) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312, de 1974; DL nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI nº 17944.000652/2015-81

**I**

1. Volta à análise desta Procuradoria-Geral (PGFN) o processo acima ementado, consistente em proposta de celebração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, para novo exame e parecer da minuta contratual que antecede a análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com as seguintes características:

**MUTUÁRIO:** Estado da Paraíba (PB);

**MUTUANTE:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

**GARANTIDOR:** República Federativa do Brasil;

**NATUREZA DA OPERAÇÃO:** empréstimo externo;

**VALOR:** até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

**JUROS:** Libor 6 meses em US\$, acrescida de margem variável;

**FINALIDADE:** financiar parcialmente o “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

19/02/2019

SEI/ME - 1793654 - Parecer

2. A operação retorna a esta PGFN em razão de a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ter conduzido novo exame, por meio do **PARECER SEI Nº 39/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME** (SEI 1746309) -- complementar ao Parecer SEI nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 30/11/2018 (SEI 1477331) -- do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o BIRD e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (RSF nº 43/2001) e da Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (RSF nº 48/2007).

3. Tal reexame pela STN se deu porque a Subsecretaria para Assuntos Econômicos deste Ministério da Economia, por meio do Despacho SE-SPA, de 07/01/2019 (SEI 1626275), restituiu o presente processo à STN para análise técnica complementar nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 151, de 12 de abril de 2018, tendo em vista o encerramento do exercício de 2018 sem que houvesse a contratação da operação de crédito em questão.

4. Conforme disposto no supracitado **PARECER SEI Nº 39/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME** (SEI 1746309):

3. *Salienta-se que, considerando o disposto no artigo 1º, § 4º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União de que trata o Parecer SEI nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 30/11/2018 (SEI 1477331) é de 270 dias, contados a partir de 30/11/2018. Desse modo, observa-se que o prazo de validade do referido Parecer encontra-se vigente na presente data.*

4. *Considerando ainda o conteúdo da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, são objeto de análise do presente Parecer complementar a observância do atendimento dos seguintes requisitos:*

*a. inciso III do art. 167 da Constituição Federal;*

*b. existência de prévia e expressa autorização para contratação por meio de lei específica;*

*c. existência de dotação na lei orçamentária para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, de previsão no plano plurianual ou, no caso de empresas estatais, de inclusão do projeto no orçamento de investimento;*

*d. limite referente ao montante das garantias concedidas pela União;*

*e. cumprimento dos limites constitucionais mínimos relativos aos gastos em educação e saúde; e*

*f. limite referente às parcerias público-privadas contratadas.*

5. O supracitado Parecer conclui da seguinte forma:

12. *Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos e a análise efetuada ao longo deste Parecer, o Ente **CUMPRE** os requisitos do art. 1º, § 2º, da*



19/02/2019

SEI/ME - 1793654 - Parecer

13. Considerando o disposto no art. 1º, § 4º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 dias, contados a partir de 30/11/2018, conforme exposto no Parecer SEI nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 30/11/2018 (SEI 1477331).

14. Ressalte-se que deverão ser observados o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

15. Diante do exposto, a concessão da garantia da União à operação de crédito tratada neste Parecer complementar, fica condicionada:

- a. ao cumprimento substancial das condições de efetividade;
- b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

16. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, "a" da Portaria MEFP nº 497/1990.

6. O Secretário do Tesouro Nacional, por sua vez, a propósito do item 16 do **Parecer STN 39/2019** supra, proferiu o seguinte despacho:

*De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para as providências de sua alçada.*

7. Juridicamente, importa reiterar a observação de que o pronunciamento desta PGFN restringe-se tão-somente aos aspectos jurídicos extrínsecos da garantia da União. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na versão atualizada das Resoluções do Senado Federal nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, e Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, como se acham em vigor, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais requisitos, conforme se constata nos parágrafos seguintes, foram obedecidos.

## II

8. Dessa forma, e no espírito da concisão e da economia de tempo, reiteramos, neste Parecer, todos os termos do **PARECER SEI Nº 171/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF** (SEI 1550682), exarado em 17/12/2018, em especial os itens 3-7 (**Análises da STN**); 8 (**Aprovação do projeto pela COFIEX**); 9-10 (**Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de**

19/02/2019

SEI/ME - 1793654 - Parecer

Orçamentária); 12-13 (Situação de adimplência do Ente em relação ao garantidor e Regularidade quanto ao pagamento de precatórios); 14-16 (Certidão do Tribunal de Contas do Ente); 17 (Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício não analisado e ao em curso); 18 (Limite de Restos a Pagar); 19 (Limite de Parcerias Público-Privadas); 20 (Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente); e 21 (Registro da Operação no Banco Central do Brasil).

9. Como se afirmou naquele Parecer, o empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, organismo multilateral do qual a República Federativa do Brasil faz parte, sendo certo que na respectiva minuta contratual foram estipuladas as cláusulas usuais de tais operações.

10. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

11. Finalmente, o mutuário é o Estado da Paraíba, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

### III

12. Ante todo o exposto, reitera-se a conclusão do **PARECER SEI Nº 171/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF** no sentido de que concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Economia para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) comprovação do atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso e/ou cumprimento substancial das condições de efetividade, se houver; (b) verificação, pelo Ministério da Economia, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; (c) formalização do respectivo contrato de contragarantia; e (d) verificação da manutenção das tutelas provisórias proferidas nos autos das ACOs referidas no item 16 do **PARECER SEI Nº 171/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF** (SEI 1550682), em favor do Estado da Paraíba, no caso de constatar-se inadimplência do ente federado quando da ocasião da verificação do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151/2018.

À superior consideração.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ HENRIQUE ALCOFORADO

Procurador da Fazenda Nacional

19/02/2019

SEI/ME - 1793654 - Parecer

De acordo. À aprovação da Senhora Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária.

Documento assinado eletronicamente

MAURÍCIO CARDOSO OLIVA

Coordenador-Geral

De acordo. Ao Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Documento assinado eletronicamente

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária

Aprovo o parecer. À Secretaria Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Economia.

Documento assinado eletronicamente

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

Procurador-Geral da Fazenda Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 18/02/2019, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Cardoso Oliva, Coordenador(a)-Geral de Operações Financeiras Externas da União**, em 18/02/2019, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Vasconcelos Alcoforado, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 18/02/2019, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



19/02/2019

SEI/ME - 1793654 - Parecer



Documento assinado eletronicamente por **Jose Levi Mello do Amaral Junior, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional**, em 18/02/2019, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1793654** e o código CRC **7C970913**.

**Referência:** Processo nº 17944.000652/2015-81

SEI nº 1793654

18/02/2019

SEI/ME - 1746309 - Parecer



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

**PARECER SEI Nº 39/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME**

Parecer Público. Ausência de informação classificada como de acesso restrito pelos artigos 23 e 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI.

Processo nº 17944.000652/2015-81.

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD no valor de US\$ 50.000.000,00.

Recursos destinados ao Projeto Paraíba Rural Sustentável.

**VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO****I. RELATÓRIO**

1. Trata o presente parecer, complementar ao Parecer SEI nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 30/11/2018 (SEI 1477331), de solicitação feita pelo Estado da Paraíba para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (RSF nº 43/2001) e da Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (RSF nº 48/2007), com as seguintes características:

- **Valor da operação:** US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Projeto Paraíba Rural Sustentável;
- **Juros:** Libor 6 meses em US\$, acrescida de margem variável (a ser definida pelo BIRD conforme o prazo médio de pagamento e o tipo do spread);
- **Atualização monetária:** variação cambial;
- **Demais encargos e comissões:** Adicional de taxa de juros (0,5% a.a.) a ser acrescido quando o limite de exposição do BIRD ao país for excedido. Taxa de abertura de crédito de 0,25% sobre o valor do financiamento, em pagamento único. Taxa de comissão de compromisso de 0,25% a.a. sobre o valor do saldo do financiamento não desembolsado;
- **Contrapartida:** US\$ 30.000.000,00;
- **Prazo total:** 192 (cento e noventa e dois) meses;
- **Prazo de carência:** 48 (quarenta e oito) meses;
- **Prazo de amortização:** 144 (cento e quarenta e quatro) meses;
- **Lei autorizadora:** Lei nº 10.487, de 23/06/2015 (SEI 0273737).

2. A Subsecretaria para Assuntos Econômicos do Ministério da Economia, por meio do Despacho SE-SPAE, de 07/01/2019 (SEI 1626275), restituiu o presente processo à STN para análise técnica complementar nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 151, de 12 de abril de 2018, tendo em vista o encerramento do exercício de 2018 sem que houvesse a contratação da operação de crédito em questão.

3. Salienta-se que, considerando o disposto no artigo 1º, § 4º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União de que trata o Parecer SEI nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 30/11/2018 (SEI 1477331) é de 270 dias, contados a partir de 30/11/2018. Desse modo, observa-se que o prazo de validade do referido Parecer encontra-se vigente na presente data.

4. Considerando ainda o conteúdo da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, são objeto de análise do presente Parecer complementar a observância do atendimento dos seguintes requisitos:

- a. inciso III do art. 167 da Constituição Federal;
- b. existência de prévia e expressa autorização para contratação por meio de lei específica;
- c. existência de dotação na lei orçamentária para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, de previsão no plano plurianual ou, no caso de empresas estatais, de inclusão do projeto no orçamento de investimento;
- d. limite referente ao montante das garantias concedidas pela União;
- e. cumprimento dos limites constitucionais mínimos relativos aos gastos em educação e saúde; e
- f. limite referente às parcerias público-privadas contratadas.

18/02/2019

SEI/ME - 1746309 - Parecer

**II. ANÁLISE COMPLEMENTAR DE QUE TRATA O ARTIGO 1º, § 2º, DA PORTARIA MF Nº 151/2018:**

5. O Ente interessado, mediante o documento “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1741475) encaminhado pelo canal “Fale Conosco” do SADIPEM (SEI 1741461), atestou o cumprimento dos seguintes requisitos para o exercício de 2018:

**a. inciso III do art. 167 da Constituição Federal**

6. Em relação ao atendimento do disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, a chamada “Regra de Ouro”, requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso I, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, foi verificado seu cumprimento nos exercícios de 2018 e 2019, conforme segue:

**a) Exercício anterior (2018): atendido**, com base nas informações declaradas pelo Chefe do Poder Executivo (SEI 1741475, fl. 2) e confrontadas com o Balanço Orçamentário do 6º bimestre de 2018 constante no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi (SEI 1741814). Foi constatada uma diferença entre o valor das Despesas de Capital informado na Declaração do Chefe do Poder Executivo e o publicado no RREO do 6º bimestre de 2018. Este último foi utilizado para verificação do atendimento à “Regra de Ouro”, conforme quadro abaixo:

<b>Exercício anterior</b>	
<b>Despesas de capital executadas no exercício anterior liquidadas até o dia 31/12 do exercício anterior + inscritas em restos a pagar não processados, conforme RREO do 6º bimestre do exercício anterior (a)</b>	R\$ 910.949.528,53
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	R\$ 0,00
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	R\$ 0,00
Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	R\$ 0,00
<b>Total de deduções (e = b + c + d)</b>	R\$ 0,00
<b>Despesas de capital executadas no exercício anterior ajustadas (f = a - e)</b>	R\$ 910.949.528,53
Receitas de operações de crédito realizadas até o 6º bimestre do exercício anterior (g)	R\$ 55.678.749,50
ARO contratada e não paga do exercício anterior (h)	R\$ 0,00
<b>Liberações ajustadas (i = g + h)</b>	R\$ 55.678.749,50
<b>Regra de ouro: f &gt; i</b>	Atendido

**b) Exercício corrente (2019): atendido**, com base nas informações declaradas pelo Chefe do Poder Executivo (SEI 1741475, fl. 2), do Anexo nº 1 da LOA de 2019 do Ente (SEI 1741584) e da Certidão do Tribunal de Contas competente datada de 31 de janeiro de 2019 (SEI 1741518), conforme quadro abaixo:

<b>Exercício corrente</b>	
<b>Despesas de capital previstas no orçamento - dotação atualizada no último RREO exigível ou Anexo I da LOA, de janeiro a março (a)</b>	R\$ 1.255.094.000,00
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	R\$ 0,00
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	R\$ 0,00
Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	R\$ 0,00
<b>Total de deduções (e = b + c + d)</b>	R\$ 0,00
<b>Despesas de capital do exercício corrente ajustadas (f = a - e)</b>	R\$ 1.255.094.000,00
<b>Desembolso, no exercício de 2019, da operação de crédito pleiteada (g)</b>	R\$ 15.499.200,00
Página 14 de 359 Parte integrante do Avulso da MSF nº 8 de 2019.	



18/02/2019

SEI/ME - 1746309 - Parecer

<b>Desembolsos, no exercício de 2019, de outras operações de crédito ainda não contratadas, em fase de tramitação na STN ou nas instituições financeiras (h)</b>	R\$ 224.861.082,99
<b>Desembolsos, no exercício de 2019, de outras operações de crédito já contratadas, com liberações previstas (i)</b>	R\$ 129.611.348,48
<b>Liberações ajustadas (j = g + h + i)</b>	R\$ 369.971.631,47
<b>Regra de ouro: f &gt; j</b>	Atendido

**b. existência de prévia e expressa autorização para contratação por meio de lei específica:**

7. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso II, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1741475), que indicou que a presente operação de crédito foi autorizada por meio da Lei Estadual Lei nº 10.487, de 23/06/2015 (SEI 0273737).

**c. existência de dotação na lei orçamentária para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, de previsão no plano plurianual ou, no caso de empresas estatais, de inclusão do projeto no orçamento de investimento;**

8. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso III, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1741475), que indicou que existência de dotação na Lei Orçamentária (LOA 2019: Lei Estadual nº 11.295, de 15 de janeiro de 2019) para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, e de previsão no Plano Plurianual (Lei Estadual nº 10.632, de 18 de janeiro de 2016).

**d. limite referente ao montante das garantias concedidas pela União;**

9. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso IV, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 3º quadrimestre de 2018 (SEI 1743415), tendo em vista que há margem para a concessão de garantia da União à operação de crédito em tela, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007, considerando que o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 34,51% de sua RCL.

**e. cumprimento dos limites constitucionais mínimos relativos aos gastos em educação e saúde;**

10. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso V, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, foi verificado seu cumprimento por meio da Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1741518), que atestou para os exercícios de 2017 e 2018 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal, e para o exercício de 2018 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Ademais, o Chefe do Poder Executivo, por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1741475), declarou o cumprimento dos artigos citados para os referidos exercícios.

**f. limite referente às parcerias público-privadas contratadas.**

11. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso VI, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1741475), em que o Ente atesta que não assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP) até a presente data. Ademais, o Demonstrativo de Parcerias Público-Privadas, constante do RREO relativo ao 6º bimestre de 2018 (SEI 1741814, fls. 41-42), corrobora tal afirmativa.

### III. CONCLUSÃO

12. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos e a análise efetuada ao longo deste Parecer, o Ente **CUMPRE** os requisitos do art. 1º, § 2º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018.

13. Considerando o disposto no art. 1º, § 4º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 dias, contados a partir de 30/11/2018, conforme exposto no Parecer SEI nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 30/11/2018 (SEI 1477331).

14. Ressalte-se que deverão ser observados o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

15. Diante do exposto, a concessão da garantia da União à operação de crédito tratada neste Parecer complementar, fica condicionada:

- a. ao cumprimento substancial das condições de efetividade;
- b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

16. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, “a” da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Paulo Roberto Checchia

Helena Cristina Dill

18/02/2019

SEI/ME - 1746309 - Parecer

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/ME.

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/ME

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para as providências de sua alçada.

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Checchia, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 06/02/2019, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 06/02/2019, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 06/02/2019, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 07/02/2019, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 07/02/2019, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 08/02/2019, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1746309** e o código CRC **41B86222**.

Referência: Processo nº 17944.000652/2015-81

SEI nº 1746309



## GOVERNO DA PARAÍBA

### Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado da Paraíba

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e no § 2º do artigo 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, no âmbito de pleito constante do processo nº 17944.000652/2015-81 para contratar operação de crédito com garantia da União entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao financiamento do Projeto Paraíba Rural Sustentável - PB RURAL SUSTENTÁVEL, declaro que:

I – O Estado da Paraíba cumpre com o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal e seguem, no anexo I desta Declaração, as informações necessárias para a Secretaria do Tesouro Nacional verificar tal cumprimento, bem como segue, em anexo a este documento, o Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964) relativo ao orçamento do exercício em curso (LOA de 2019). Ademais, segue, em anexo a este documento, Certidão do Tribunal de Contas competente atestando o cumprimento do artigo 167, inciso III, da Constituição Federal (Regra de Ouro) ou do art. 12, §2º da LRF, para o exercício de 2018.

II – A operação de crédito pleiteada, a ser contratada pelo Estado da Paraíba junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, atende às seguintes condições:

- a) existência de prévia e expressa autorização legislativa, no texto da Lei Estadual nº 10.487, de 23 de junho de 2015; e
- b) existência de dotação na lei orçamentária (LOA 2019: Lei Estadual nº 11.295, de 15 de janeiro de 2019) para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, e de previsão no plano plurianual (Lei Estadual nº 10.632, de 18 de janeiro de 2016).

III – O Estado da Paraíba cumpre o limite constitucional mínimo relativo aos gastos em educação (art. 212 da Constituição Federal) para o último exercício encerrado (2018), e cumpre o limite constitucional mínimo relativo aos gastos em saúde (art. 198 da Constituição Federal) para o último e o penúltimo exercícios encerrados (2018 e 2017), e para tal comprovação, envio, em anexo, Certidão do Tribunal de Contas competente atestando tal cumprimento.

IV - O Estado da Paraíba não assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP).

João Pessoa - Paraíba, 01 de fevereiro de 2019

**GILBERTO CARNEIRO DA GAMA**

Procurador Geral do Estado da Paraíba, OAB/PB nº 10.631

**JOÃO AZEVEDO LINS FILHO**

Governador do Estado da Paraíba



## ANEXO I

Exercício anterior (2018)	
Despesas de capital executadas no exercício anterior: liquidadas até o dia 31/12 do exercício anterior + inscritas em restos a pagar não processados, conforme RREO do 6º bimestre do exercício anterior (a)	R\$ 911.436.436,06
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	-
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	-
Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	-
Total de deduções (e = b + c + d)	-
Despesas de capital executadas no exercício anterior ajustadas (f = a - e)	R\$ 911.436.436,06
Receitas de operações de crédito realizadas até o 6º bimestre do exercício anterior (g)	R\$ 55.678.749,50
ARO contratada e não paga do exercício anterior (h)	-
Liberações ajustadas (i = g + h)	R\$ 55.678.749,50

Exercício corrente (2019)	
Despesas de capital previstas no orçamento - dotação atualizada no último RREO exigível ou Anexo I da LOA (janeiro a março) (a)	R\$ 1.255.094.000,00
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	-
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	-
Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	-
Total de deduções (e = b + c + d)	-
Despesas de capital do exercício corrente ajustadas (f = a - e)	R\$ 1.255.094.000,00
Desembolso previsto, no exercício corrente, da operação de crédito pleiteada (g)	R\$ 15.499.200,00
Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito ainda não contratadas, em fase de tramitação na STN ou nas instituições financeiras (h)	R\$ 224.861.082,99
Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito já contratadas, com liberações previstas no exercício corrente (i)	R\$ 129.611.348,48

Observações: As informações apresentadas neste Anexo poderão ser atualizadas com base nos dados constantes do último Relatório Resumido de Execução Orçamentária exigível e publicado pelo ente da Federação pleiteante no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

Salienta-se ainda que, quando do preenchimento da tabela "exercício anterior" deste Anexo I, ainda não esteja homologado o RREO do 6º bimestre do exercício anterior, as informações devem ser preenchidas com base no RREO do 5º bimestre incluídos os ajustes necessários relativos ao período do sexto bimestre. Ou seja, devem ser preenchidas informações relativas à posição de 31/12 do exercício anterior, independentemente do RREO do 6º bimestre do exercício anterior estar homologado no SICONFI.

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União

**PARECER SEI Nº 171/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF**

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado da Paraíba (PB) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312, de 1974; DL nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações. Processo SEI nº 17944.000652/2015-81

**I**

1. Vem à análise desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN a anexa proposta de celebração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, para exame e parecer da minuta contratual que antecede a análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com as seguintes características:

**MUTUÁRIO:** Estado da Paraíba (PB);

**MUTUANTE:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

**GARANTIDOR:** República Federativa do Brasil;

**NATUREZA DA OPERAÇÃO:** empréstimo externo;

**VALOR:** até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

**JUROS:** Libor 6 meses em US\$, acrescida de margem variável;

**FINALIDADE:** financiar parcialmente o “Projeto Paraíba Rural Sustentável”.

2. Juridicamente, importa observar que o pronunciamento desta PGFN restringe-se tão-somente aos aspectos jurídicos extrínsecos da garantia da União. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, e Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, como se acham em vigor, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais requisitos, conforme se constata nos parágrafos seguintes, foram obedecidos.

## II

### Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer SEI Nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN/MF, de 03/12/2018 (SEI 1477331), no qual constam os seguintes elementos:

- (a) verificação dos limites previstos nas Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
- (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e
- (c) informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

4. No tocante à verificação dos limites e condições de endividamento constantes dos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43/2001, e em conformidade com a Portaria STN nº 151, de 12 de abril de 2018, a STN estabeleceu o prazo de 270 dias, contados a partir de 30/11/2018, para validade da análise (Item 88 do Parecer COPEM/STN nº 502/2018).

5. Segundo informa a STN no supra mencionado Parecer, item 2, o Chefe do Poder Executivo do Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, mediante o Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, de que trata a Portaria nº 9/2017, da Secretaria do Tesouro Nacional.

6. O mencionado Parecer SEI Nº 502/2018 apresenta conclusão favorável à concessão da garantia da União (itens 49 e 85-86 do Parecer) e informa que o Ente cumpre os requisitos para a concessão de garantia da União. Condiciona, no entanto, a garantia da União:

- a. ao cumprimento substancial das condições de efetividade;
- b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

7. Conforme consignado pela STN na Nota Técnica nº 119/2018/GERAP/CORFI/SURIN/STN/MF-DF, de 30/10/2018 (SEI 1428899), a capacidade de pagamento



17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

de novembro de 2017 (item 67 do Parecer). Informou, ainda, no item 73 do Parecer SEI Nº 502/2018, que a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, conforme informado no Memorando SEI nº 124/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN/MF-DF, de 23/11/2018 (SEI 1448862), para verificação do atendimento ao art. 9º da Portaria MF nº 501/2007, concluindo aquela Secretaria que a operação de crédito pleiteada é elegível para concessão de garantia da União,

#### **Aprovação do projeto pela COFIEIX**

8. Foi recomendada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, mediante a Recomendação nº 05/0106, de 29 de agosto de 2014 (SEI 0389532), alterada pela Resolução nº 03/0118 (SEI 0273760), de 8 de novembro 2016, firmada pelo Presidente da COFIEIX em 24 de novembro de 2016.

#### **Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União**

9. Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, e informada à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM/STN mediante o Memorando SEI nº 80/2018/GECEN III/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 27/11/2018 (SEI 1467769, fls. 3-7), as contragarantias oferecidas pelo Ente (Leis estaduais nºs 10.487, de 23/06/2015, e 11.220 e 11.218, ambas de 19/10/2018) são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. As mencionadas Leis autorizam o Poder Executivo do Estado a contratar a operação de crédito em tela e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas tributárias relativas aos arts. 157 e 159 da Constituição Federal, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167 da mesma Carta, bem como outras garantias em direito admitidas.

10. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente deverá assinar contrato de contragarantia com a União previamente à concessão da garantia.

#### **Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária**

11. Consta do processo a Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM, em 26/11/2018 (SEI 1461563, fls. 18-24), informando que a operação está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Estado para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei estadual nº 10.632, de 18/01/2016. A declaração citada informa ainda que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLOA nº 1981), dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida.

#### **Situação de adimplência do Ente em relação ao garantidor e Regularidade quanto ao pagamento de precatórios**

12. A situação de adimplência do Estado, bem como a regularidade quanto ao pagamento de precatórios, deverão estar comprovadas por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato, conforme determina o art. 25, IV, a, c/c art. 40, §2º, da LRF e o art. 10, §4º, da Resolução nº 48, de 2001.

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

13. Cumpre informar, apenas, que em consulta ao CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) na data de 12/12/2018 o Ente tinha pendências perante o Poder Público Federal (CADIN) e quanto à previdência própria dos servidores públicos (regime próprio). O Ente apresentou duas decisões liminares expedidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ACOs nº 3187 MC/DF e 3191 MC/PB, que impediam a inscrição de inadimplência do Estado em cadastro federal de inadimplência, no que diga respeito, respectivamente, a supostas irregularidades na aplicação de recursos na área de educação no ano base de 2018 e ao item “Demonstrativo das aplicações de investimentos dos recursos – DAIR – Consistência”

#### Certidão do Tribunal de Contas do Ente

14. O Ente apresentou, na forma do art. 21 da Resolução nº 43/2001, do Senado, Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1415194) em que atesta:

a) quanto ao último exercício analisado (2015): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (publicações do RREO), 55, §2º (publicações do RGF) da LRF; e o atendimento aos arts. 198, § 2º (limite de Saúde) e 212 (limite de Educação), ambos da CF/88;

b) quanto aos exercícios não analisados (2016 e 2017): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 52 (publicações do RREO) e 55, §2º (publicações do RGF) da LRF; e o atendimento aos arts. 198, § 2º (limite de Saúde) e 212 (limite de Educação), ambos da CF/88; e

c) quanto ao exercício em curso (2018), relativamente à LRF, conforme dados e informações apresentados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO – 4º bimestre de 2018, o Estado da PB atende ao determinado nos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 12, §2º (Limite das receitas de Operações de Crédito em Relação às despesas de capital); 23 (Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida no Exercício de 2017); 52 (RREO, 4º bimestre de 2018); e 55, §2º da LRF (publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal).

15. No entanto, com relação às despesas com pessoal (art. 23 da LRF), esclareceu a STN o seguinte, concluindo, em síntese, que “o Estado da Paraíba atende, **por força de decisões judiciais**, aos requisitos necessários para a contratação de operação de crédito relativos às despesas com pessoal, dispostos no art. 23 da LRF”:

“16. Relativamente às despesas com pessoal, verificou-se na Certidão do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), de 24/10/2018 (SEI 1415194), que aquele órgão segue as orientações dispostas nos Pareceres PN-TC-77/00, PN-TC-05/04 e PN-TC 12-07, os quais, respectivamente, estabelecem que os gastos com inativos, o imposto de renda retido na fonte (IRRF) e a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos servidores estaduais não devem ser computados como despesas com pessoal para fins de apuração do limite a que se refere o art. 20 da LRF, conforme explicitado em nota explicativa do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF do 2º quadrimestre de

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

17. A Certidão indica, no “Quadro da despesa com pessoal (RGF – 2º quadrimestre – 2018)” valores numéricos e percentuais de cada Poder/órgão próximos ou idênticos aos informados (i) na aba “Declaração do Chefe do Poder do Executivo” do SADIPEM (SEI 1461563, fls. 18-24) e (ii) nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal dos RGFs de cada Poder/órgão relativos ao 2º quadrimestre de 2018 (SEI 1416520 e SEI 1416753), disponíveis no Siconfi.

18. Essa constatação já havia sido feita em períodos anteriores, inclusive em avaliações de outras operações de crédito do Estado. Assim, com a finalidade de apurar os limites de despesa com pessoal em conformidade com o disposto na LRF e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, é adotado o procedimento de solicitar ao Ente o encaminhamento de documento assinado pelo Chefe do Poder Executivo contendo quadro de despesa com pessoal, para cada poder e órgão, seguindo o modelo disponível no SADIPEM – “Aba Declaração do Chefe do Poder Executivo”, discriminando os valores relativos a “IRRF”, “Inativos e Pensionistas” e “Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social - Contribuições Patronais”.

19. Nesse contexto, houve a remessa, por parte do Estado da Paraíba, dos quadros trimestrais referentes às despesas de pessoal, com o detalhamento acima descrito, do 3º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2018 (SEI 0820501 e SEI 1442137).

20. Verificou-se que no 1º e 2º quadrimestres de 2018 todos os Poderes e órgãos do Estado da Paraíba descumpriram os limites de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), previstos no art. 20 da LRF. Verificados os quatro quadrimestres anteriores, constatou-se que, à exceção do Poder Executivo, os demais poderes e órgãos descumpriram sistematicamente os limites de despesas de pessoal nesse período, não atendendo dessa forma o disposto no art. 23, combinado com o art. 66, ambos da LRF.

21. Observou-se também, de acordo com os referidos quadros, que o somatório dos percentuais da despesa com pessoal em relação à RCL do Estado da Paraíba, considerado todos os Poderes e órgãos, ultrapassou o limite de 60%, definido no inciso II do art. 19 da LRF, em todos os últimos seis quadrimestres.

22. Diante do mencionado descumprimento sistemático, por todos os Poderes e órgãos (exceto o Executivo) dos limites de despesa com pessoal, bem como diante do descumprimento, por parte do Poder Executivo, de seu respectivo limite no 1º e no 2º quadrimestres de 2018, último ano do mandato de seu respectivo titular, no qual deve ser observado o disposto no § 4º do art. 23 da LRF, esta Secretaria entende serem aplicáveis ao ente, de forma imediata, as sanções previstas no § 3º do art. 23 da LRF.

(...)

23. A respeito da aplicação do disposto no art. 66 da LRF, cabe observar que, de acordo com consulta à página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (SEI 1481088), a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB nos quatro últimos trimestres, apurada no 4º trimestre de 2016, foi de -3,5%, entende-se que no presente caso aplica-se o referido dispositivo. Entretanto, destaca-se que, mesmo com a aplicação do disposto no art. 66 da LRF, os Poderes e órgãos do Estado da Paraíba (exceto o Executivo) não cumpriram o estabelecido pelo art. 23 da LRF.

24. Entretanto, cabe esclarecer que o descumprimento dos limites de despesa com pessoal em relação à RCL, pelos Poderes e órgãos do Estado da Paraíba, a exceção do Poder Executivo, já havia sido apurado em análises de outros pleitos de operações de crédito do Estado da Paraíba com o Banco do Brasil S.A., processos SEI 17944.000579/2016-29 e SEI 17944.000543/2016-45, consideradas as despesas de pessoal até o 2º quadrimestre de 2017.

25. Naquelas ocasiões houve a comunicação da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado da Paraíba ao Banco do Brasil S.A., processos SEI 17944.000579/2016-29 e SEI 17944.000543/2016-45, consideradas as despesas de pessoal até o 2º quadrimestre de 2017.



17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

descumprimento do artigo 23, combinado com o artigo 66, ambos da LRF, por parte da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado da Paraíba, e que naquela situação o Ente ficava impossibilitado de contratar operações de crédito, conforme previsto no inciso III, §3º, do artigo 23 da LRF, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visassem a redução das despesas de pessoal.

#### DECISÃO JUDICIAL EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, PODER JUDICIÁRIO E PODER LEGISLATIVO

26. Diante da impossibilidade de realizar as operações de crédito pretendidas, o Estado da Paraíba ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Originária (ACO) nº 3.047, com pedido de tutela de urgência, para que a União se abstivesse de impor as sanções previstas no art. 23, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal ao Autor, à conta de irregularidades já praticadas ou que pudessem vir a ser praticadas pelo **Ministério Público do Estado da Paraíba, pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo**.

27. Em 31/10/2017, o Ministro do STF, Edson Fachin, na Medida Cautelar na Ação Cível Originária nº 3.047/PB (SEI 0693530), concedeu tutela provisória ao Estado da Paraíba, *[com a finalidade de determinar que a Ré se abstenha de aplicar as sanções previstas no art. 23, §3º, da LC 101/2000, ao Poder Executivo estadual, em razão do descumprimento do limite percentual de gastos com pessoal por parte de outros Poderes e órgãos do Estado, notadamente Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público, nas seguintes avenças: (...) operação de crédito com o Banco Mundial destinada a reconstrução e desenvolvimento referente ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50.000,00.]*

28. Posteriormente, em 12/04/2018, o Ministro relator da ACO nº 3.047, Edson Fachin, deu procedência em menor extensão ao pleito do Estado da Paraíba, ratificando a liminar concedida previamente (...)

29. Assim, esta STN emitiu o Ofício SEI nº 566/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 20/04/2018 (SEI 0694538), à AGU solicitando esclarecimento a respeito da força executória e da abrangência/alcance da liminar concedida ao Estado em 12/04/2018, por meio da ACO nº 3.047/PB, especialmente em relação à operação de crédito com o Banco Mundial (BIRD) de que trata o presente parecer (...)

30. Em resposta, a AGU encaminhou o Ofício nº 00053/2018/GAB/SGCT/AGU, de 26/04/2018 (SEI 0695919, fl. 1), e o Parecer 00096/2018/ASSSGCT/SGCT/AGU, de 24/04/2018 (SEI 0695919, fls. 2-7), informando, sinteticamente, que:

*“16. A decisão judicial proferida, em 12.04.2018, pelo Ministro Edson Fachin tem caráter imperativo e possui exequibilidade imediata. De tal forma, deve ser cumprida a partir data de sua prolação (12.04.2018), mesmo que provisoriamente, uma vez que ainda não se operou o trânsito em julgado.*

*17. Em relação à eficácia subjetiva – a compreender que a decisão alcança as partes (autor e réu) envolvidas na relação jurídica processual -, o aludido provimento judicial tem condão de atingir o autor (Estado da Paraíba) e o réu (União).*

(...)

#### III - CONCLUSÃO

*22. Ante o exposto, denota-se que a decisão monocrática prolatada, em 12.04.2018, pelo Ministro relator Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, no Ação Cível Originária nº 3.047, tem força executória, devendo ser imediatamente cumprida*

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

(...)

34. Realizada consulta sobre o andamento da ACO nº 3.047 (SEI 1482689) na página do STF na internet, verificou-se que não houve decisão posterior que alterasse o posicionamento de 12/04/2018 daquela Corte Suprema.

#### DECISÃO JUDICIAL EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

35. Em relação ao descumprimento do artigo 23 da LRF pelo **Tribunal de Contas do Estado do Paraíba**, informa-se que existe liminar concedida em 03/12/2009 pelo Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Cautelar nº 2.511 (SEI 1471415), apensada à Ação Cível Originária nº 1.501, com os seguintes termos:

*"Ante o exposto, **defiro a medida liminar** para determinar a suspensão das limitações impostas ao Poder Executivo do Estado da Paraíba quanto às transferências voluntárias, obtenção de garantias diretas ou indiretas de outros entes e a contratação de operações de crédito em geral [art. 23, § 3º, I, II e III da LC 101/2000], sem prejuízo de melhor exame da matéria na ação principal a ser intentada.*

*A concessão da cautela **não implica**, porém, a suspensão de sanções aos entes públicos da Administração Direta daquele Estado-membro, vinculadas a qualquer dos Poderes, que estejam a descumprir os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que decorridos os prazos de readaptação previstos na LC 101/00."*

36. Em 11/03/2015, foi proferida decisão monocrática na ACO nº 1.501 (SEI 1471474), nos seguintes termos:

*"Ex positis, **julgo procedente o pedido, a fim de determinar a exclusão das inscrições do Requerente e da administração direta vinculada ao Poder Executivo em todo e qualquer sistema de restrição ao crédito utilizado pela União, que guardem absoluta pertinência com o descumprimento do limite de gastos com pessoal por parte do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**, nos termos do Ofício nº 1921/2009/COREF/SECAD-II/STN/MF-DF, de 24/11/2009."* (Grifo nosso)

37. Posteriormente, em 09/06/2015, foi proferido Acórdão do Supremo Tribunal Federal, o qual tratava de Agravo Regimental na ACO nº 1.501, em que o Ministro Luiz Fux votou a questão da seguinte maneira (SEI 1471505, fls. 10-11):

*"Reputo, assim, não haver equívoco na decisão agravada, visto que o limite dos seus efeitos e o alcance da procedência do pedido restaram claramente definidos. A exclusão de inscrições do Estado da Paraíba nos cadastros de inadimplentes mantidos pela União deve se dar apenas em relação aos registros referentes à controvérsia discutida no feito, isto é, que guardem pertinência com o descumprimento do limite de gastos com pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do Ofício nº 1921/2009/COREF/SECAD-II/STN/MF-DF, de 24/11/2009.*

*Ex positis, nego provimento ao agravo regimental."*

(...)

39. Em 29/09/2015 e 06/10/2015, foram rejeitados embargos de declaração na ACO nº 1.501 e na AC nº 2.511, respectivamente. Já em 04/11/2015 e 25/02/2016, foi declarado o **trânsito em julgado de ambas as ações** (SEI 1472224 e SEI 1472236).



17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

## DECISÃO JUDICIAL EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

40. Em relação ao descumprimento do limite das despesas de pessoal pelo **Poder Executivo**, existe decisão favorável ao Estado da Paraíba, nos autos da Ação Cautelar (AC) nº 2.588 e da Ação Cível Originária (ACO) nº 1.561 que tramitam no STF. O Estado da Paraíba ajuizou pedido de liminar com o objetivo de "(...) *determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e a contratação de operações de crédito em geral* (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) *com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado*". Tal pedido de liminar foi deferido em 07/04/2010, pelo Ministro do STF Celso de Melo, e posteriormente referendado pelo Tribunal, de acordo com o trecho destacado a seguir (SEI 0880715, fl. 46-49):

*"... **defiro**, "ad referendum" do E. Plenário do Supremo Tribunal Federal (RISTF, art. 21, inciso V), até final julgamento da causa principal, o pedido de medida liminar formulado pelo Estado da Paraíba, em ordem a "(...) **determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações** impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, **quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral** (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) **com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado**". (Destakes no original)*

41. Quanto ao alcance da referida liminar relativa à AC nº 2.588, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) posicionou-se, por meio da Nota PGFN/CRJ/Nº 971/2010, de 24/08/2010 (SEI 1472900), da seguinte forma:

*"Resposta: Conforme visto, da decisão proferida nos autos da AC n. 2588/PB decorre que o Estado da Paraíba não poderá, de forma imediata, ou seja, sem observância aos princípios consectários do devido processo legal, ser sancionado nos termos do art. 23, §3º da LC n. 101, em razão do descumprimento, pelo seu Poder Executivo, dos limites para despesas com pessoal previstos na mencionada Lei. Por outro lado, essa decisão **não alcança** as sanções aplicadas em razão do descumprimento dos limites legais pelos demais Poderes políticos do Estado da Paraíba ou pelo Ministério Público, de modo que tais sanções poderão ser aplicadas a esses Poderes independentemente da observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa."*

(...)

43. Considerando o tempo decorrido desde a última manifestação da AGU, bem como a situação verificada de descumprimento do limite de gastos com pessoal pelo Poder Executivo no 1º quadrimestre de 2018, último ano do mandato do titular do referido Poder, foi realizada nova consulta à AGU por intermédio do Ofício SEI nº 798/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 15/06/2018 (SEI 0880715, fls. 1-20) (...)

44. Em resposta, a AGU encaminhou a Nota n. 00300/2018/ASSSGCT/SGCT/AGU, de 05/07/2018 (SEI 0880715, fls. 23-26), com as seguintes orientações:

*"Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, defiro, ad referendum do E. Plenário do Supremo Tribunal Federal (RISTF, art. 21, inciso V), até o final julgamento da causa principal, o pedido de medida liminar formulado pelo Estado da Paraíba, em ordem a "(...) **determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral** (art. 23, §3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) **com fulcro no***



*Grifou-se*

4. Posteriormente, essa decisão foi apensada à ação principal (ACO 1.561), cujo mérito ainda não foi apreciado, conforme andamento processual em anexo. Percebe-se, portanto, que a decisão proferida na AC 2.588 **permanece vigente**, de forma que a União continua impedida de impor ao Estado da Paraíba as restrições previstas no art. 23, §3º, I, II, III da Lei Complementar nº 101/2000, **quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral**, por descumprimento do limite percentual dos gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado.

5. Destaque-se, em atenção à parte final do questionamento, que a decisão não tratou do prazo para a eliminação do excedente de gasto. No entanto, é possível deduzir que a referida decisão se presta, justamente, a impedir a aplicação das restrições previstas art. 23, §3º, I, II e III da Lei de Responsabilidade Fiscal **quando já decorridos os prazos de readequação da despesa com pessoal.** (...)

6. O questionamento contido no item "b" já foi analisado por esta SGCT tendo em vista solicitação da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária/PGFN (Ofício SEI nº 157/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MF, de 19/06/2018), por meio da **NOTA n. 00282/2018/ASSSGCT/SGCT/AGU**, de 22/06/2018 (em anexo), da qual se extrai o seguinte excerto:

"(...)

4. Pois bem, conforme consignado no parecer referido, por força da decisão em apreço, o ente central está impedido de aplicar as restrições previstas no §3º do art. 23 da LRF em caso de descumprimento do limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado da Paraíba. Não se tratou, destaque-se, do prazo para eliminação do excedente de gasto, mas apenas das restrições que decorrem do descumprimento do limite.

5. Sendo assim, embora o § 4º do art. 23 da LC 101/2001 não tenha sido objeto do decísium, é possível deduzir que, por decorrência lógica, tais restrições também não poderiam ser impostas no caso de descumprimento do limite de gasto com pessoal no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do titular do Poder Executivo do Estado da Paraíba."

45. Assim, verificado que tanto a AC 2.588 quanto a ACO 1.561 não possuem novos andamentos no STF desde o dia 16 de maio de 2014 (SEI 1473765 e SEI 1473776), permanece válida a decisão liminar de 07/04/2010.

46. Finalmente, cabe esclarecer que o Estado da Paraíba descumpre no 2º quadrimestre de 2018 o percentual global de 60% de despesas de pessoal em relação à RCL, definido no inciso II do art. 19 da LRF. Sobre esse assunto havia a dúvida se caberia a aplicação das penalidades previstas no §3º do art. 23 da LRF. Essa questão foi inicialmente abordada no âmbito da análise de outra operação de crédito do Estado da Paraíba, naquele processo foi elaborada consulta à PGFN por meio da Nota Técnica SEI nº 34/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 18/04/2018 (SEI 0716893, fls 8-12), com o seguinte questionamento:

"b. A referida decisão tem força executória para amparar o descumprimento de limites de despesa com pessoal de qualquer Poder ou órgão, ainda que o somatório dos limites apurados ultrapasse, como observado no 3º quadrimestre de 2017, o percentual de 60% definido no inciso II do art. 19 da LRF?"

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

47. Em resposta a PGFN encaminhou o Parecer SEI nº 58/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF, de 29/05/2018 (SEI 0716893, fls. 1-7), com a seguinte orientação:

*“8. **Desse modo, em resposta aos itens “a” e “b” dos questionamentos da STN, é de se manter o entendimento proferido pela CAF/PGFN no mencionado Parecer SEI nº 145, segundo o qual, da análise dos arts. 19, 20 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF[2], verifica-se que o legislador vinculou as penalidades inscritas no art. 23, §3º, apenas ao descumprimento do art. 20. Isso porque o cumprimento dos limites exigidos pelo art. 20 acarreta, necessariamente, o cumprimento do limite global indicado no art. 19. Por ser o art. 20, por conseguinte, mais rigoroso do que o art. 19, o legislador não entendeu necessário apenas o descumprimento deste último.”** (grifos no original)*

48. Por sua vez, o Parecer SEI nº 145/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MF, de 02/05/2018 (SEI 0848894), apresenta a seguinte manifestação:

*“8. Ante o exposto, conclui-se que:*

*ii. Admitido o cumprimento integral do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal por força de decisão judicial, não há amparo, no art. 23 da LRF, para a aplicação das consequências descritas no seu § 3º pelo descumprimento tão só dos limites globais de despesa com pessoal estabelecidos no art. 19 da referida Lei.”*

49. Assim, diante do exposto nos parágrafos 16 a 48 acima, conclui-se que o Estado da Paraíba atende, **por força de decisões judiciais**, aos requisitos necessários para a contratação de operação de crédito relativos às despesas com pessoal, dispostos no art. 23 da LRF.”

16. A propósito, cumpre referir que, previamente à formalização da garantia da União, deverá ser verificada a manutenção das tutelas provisórias proferidas nos autos das ações mencionadas acima, em particular as Ações Cíveis Originárias (ACOs) nºs 3047, 1501, 2588, 1561, 3187 e 3191/STF.

#### **Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício não analisado e ao em curso**

17. Consta Declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM/STN (SEI 1461563, fls. 18-24), quanto às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas (2016 e 2017), inclusive o em curso (2018), que o Ente cumpre o disposto nos arts. 11, 23, 33, 37, 52, §2º do art. 55, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como nos arts. 167, inciso III (“Regra de Ouro”), 198 (limite de Saúde) e 212 (limite de Educação), todos da CF/88, para fins do que determina o art. 21, IV, ‘c’, da Resolução nº 43, do Senado Federal.

#### **Limite de Restos a Pagar**

18. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante arts. 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, do Senado Federal, segundo Declaração do Chefe do Poder Executivo (SEI 1461563, fls. 18-24), o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (item 58 do supramencionado Parecer SEI Nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN/MF).

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

**Limite de Parcerias Público-Privadas**

19. Informou a STN (itens 64-65 do supracitado Parecer) que, conforme declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, o Ente não tem contrato na modalidade Parceria Público-Privada.

**Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente**

20. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu "Parecer Jurídico da Legalidade" (parecer sem número), de 11 de dezembro de 2018, para fins do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, em que conclui pela validade e exigibilidade da operação e das obrigações constantes da minuta contratual.

**Registro da Operação no Banco Central do Brasil**

21. A Secretaria do Tesouro Nacional informou, no item 72 do seu já assaz citado Parecer, ter verificado que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF), do Banco Central do Brasil – BACEN, sob o número TA772403 (SEI 1468757).

**III**

22. O empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, organismo multilateral do qual a República Federativa do Brasil faz parte, sendo certo que na respectiva minuta contratual foram estipuladas as cláusulas usuais de tais operações.

23. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

24. O mutuário é o Estado da Paraíba, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

25. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) comprovação do atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso e cumprimento substancial das condições de efetividade; (b) verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; (c) formalização do respectivo contrato de



17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

contragarantia; e (d) verificação da manutenção das tutelas provisórias proferidas nos autos das ACOs referidas no item 16 deste Parecer, em favor do Estado da Paraíba.

À superior consideração.

Brasília, 13 de dezembro de 2018.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ HENRIQUE ALCOFORADO

Procurador da Fazenda Nacional

De acordo. À aprovação da Senhora Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária.

Documento assinado eletronicamente

FABIANI FADEL BORIN

Coordenadora-Geral, substituta

De acordo. Ao Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Documento assinado eletronicamente

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária

Aprovo o parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

17/12/2018

SEI/MF - 1550682 - Parecer

FABRICIO DA SOLLER

Procurador-Geral da Fazenda Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 14/12/2018, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiani Fadel Borin, Coordenador(a)-Geral de Operações Financeiras Externas da União Substituto(a)**, em 14/12/2018, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Vasconcelos Alcoforado, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 14/12/2018, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício da Soller, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional**, em 17/12/2018, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1550682** e o código CRC **4C185802**.

Referência: Processo nº 17944.000652/2015-81

SEI nº 1550682

ENTRA=SEGUE      F9=TRANSACAO      F6=MENU      F12=ENCERRA      F3=RETORNA



ENTRA=SEGUE      F9=TRANSACAO      F6=MENU      F12=ENCERRA      F3=RETORNA



NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016  
CONCLUIDO

13. PERIODO DE JUROS.....	01	Abrir proximo periodo :	(S=sim,N=nao)
14. PRAZO VALIDADE DO PERIODO:	192	(meses)	
15. FORMA DE PAGAMENTO.....	P	(A=ANTECIPADO,P=POSTECIPADO)	
16. CONDICAO.....	10090	ASSINATURA CONTRATO	
17. DT.INICIO CONTAGEM.....			
18. MEIO PAGAMENTO.....	2	MOEDA	
19. PERIODICIDADE.....	6		
20. TAXA FIXA.....	0 , 0000 (00,0000) % ao ano		
21. TAXA VARIAVEL.....			
a) TAXA		b) SPREAD	c) DETALHAR (x)

JUSTIFICATIVA DA TAXA 2392

"(LIBOR-06 PARA US\$) + (SPREAD), CLAUSULA 2.05 DO CONTRATO DE EMPRESTIMO E ITENS 60 E 82 DO APENDICE DAS 'GENERAL CONDITIONS FOR LOANS', DE 12/03/2012"

PF3/15=RETORNA



SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA  
PCEX577D - CARACTERISTICAS DE ENCARGOS

30/11/2018 11:12  
MCEX577D

NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016  
CONCLUIDO

23.ENCARGO.....: 1  
24.COD.ENCARGO.....: 1000 COMISSAO DE COMPROMI  
25.VLR FIXO.....:  
26.PERCENTUAL.....: 0,2500  
27.BASE.....: 10000 - SALDO NAO DESEMBOLSA  
28.CONDICAO DE PAGAMENTO: 7 PERIODICAMENTE  
29.DATA DE PAGAMENTO....: (DDMMAAAA)  
30.PERIODICIDADE.....:  
31.NUM.PARCELAS.....:  
32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:  
2.04 - TAXA DE ENCARGOS SERÁ PAGA PELO DEVEDOR IGUAL A 0,25% A.A.  
POR VALORES NÃO DESEMBOLSADOS DO SALDO

ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA

SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770  
-----

S I S C O M E X  
REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA  
PCEX577D - CARACTERISTICAS DE ENCARGOS -----

NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016  
CONCLUIDO

30/11/2018 11:12  
MCEX577D

23.ENCARGO.....: 2  
24.COD.ENCARGO.....: 5000 OUTROS ENCARGOS  
25.VLR FIXO.....:  
26.PERCENTUAL.....: 0,2500  
27.BASE.....: 10020 - VALOR TOTAL DA OPERA  
28.CONDICAO DE PAGAMENTO: 5 PAGAMENTO UNICO  
29.DATA DE PAGAMENTO....: (DDMMAAAA)  
30.PERIODICIDADE.....:  
31.NUM.PARCELAS.....:  
32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:  
ARTIGO 2.03. A FRONT-AND-FEE SERÁ PAGA PELO DEVEDOR DEVERÁ SER IGUAL  
A 0,25% DO VALOR DO EMPRESTIMO.

ENTRA=SEGUE      F9=TRANSACAO      F6=MENU      F12=ENCERRA      F3=RETORNA

SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA

30/11/2018 11:12  
MCEX577D

----- PCEX577D - CARACTERISTICAS DE ENCARGOS -----

NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016  
CONCLUIDO

23.ENCARGO.....: 3  
24.COD.ENCARGO.....: 5000 OUTROS ENCARGOS  
25.VLR FIXO.....:  
26.PERCENTUAL.....: 0,5000  
27.BASE.....: 10020 - VALOR TOTAL DA OPERA  
28.CONDICAO DE PAGAMENTO: 7 PERIODICAMENTE  
29.DATA DE PAGAMENTO....: (DDMMAAAA)  
30.PERIODICIDADE.....:  
31.NUM.PARCELAS.....:

32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:

POSSÍVEL COBRANÇA CONFORME CLÁUSULA 2.06 DO LOAN AGREEMENT: "EXPOSURE  
SURCHARGE: SURCHARGE AT THE RATE ONE HALF PERCENT (0,5%) PER ANNUM OF  
THE ALLOCATED EXCESS ESPOSURE AMOUT".

-----  
ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA



NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016  
CONCLUIDO

23.ENCARGO.....: 4  
24.COD.ENCARGO.....: 1020 JUROS DE MORA  
25.VLR FIXO.....:  
26.PERCENTUAL.....: 0,5000  
27.BASE.....: 10085 - PARCELA VENCIDA  
28.CONDICAO DE PAGAMENTO: 9 JUNTAMENTE COM OS JUROS  
29.DATA DE PAGAMENTO,...: (DDMMAAAA)  
30.PERIODICIDADE.....:  
31.NUM.PARCELAS.....:  
32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:  
"0,5% CONFORME DISPOSTO NA SEÇÃO 3.02(E) E ITEM 28 DO APENDICE DAS  
NORMAS GERAIS".

ENTRA=SEGUE      F9=TRANSACAO      F6=MENU      F12=ENCERRA      F3=RETORNA

SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA

30/11/2018 11:12  
MCEX577J

----- PCEX577J - REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES -----

NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016  
CONCLUIDO

54. INFORMACOES COMPLEMENTARES:

MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
E BIRD PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL - LOAN  
NR.: P147158 DATADO DE 02/06/2016.  
ÓRGÃO EXECUTOR: PROJ. COOPERAR DO ESTADO DA PARAIBA  
PROCESSO GDC BB: 20160613000002842

55. DADOS DE IMPOSTO DE RENDA:

a) RESPONSABILIDADE...: 4 (1=CREDOR, 2=DEVEDOR, 3=AMBOS, 4=ISENTO)

ATENCAO: OBSERVAR O ART.880, DO DECRETO NR. 3.000, DE 26.03.1999, SOBRE REMES-  
SA DE RENDIMENTOS PARA FORA DO PAIS.

56. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA OPERACAO - PELO DEVEDOR

NOME.: MARIO SERGIO DE FREITAS LINS PEDROSA

CPF...: 16080327449

CARGO: SECRETARIO EXEC.DE ESTADO DO PLANEJ

TELEFONE: ( 083 ) 32184825

E-MAIL: MSERGIO@RECEITA.PB.GOV.BR

ENTRA=SEGUE

F6=MENU

F3=RETORNA

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/RUY                      S I S C O M E X                      30/11/2018 11:12  
TRANSACAO PCEX770                      REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA                      MCEX577R  
----- PCEX577X - REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA -----  
EXIBIR EVENTOS: ----- OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016  
CONCLUIDO  
CONTRATO CAMBIO SITUACAO

TIPO DE EVENTOS

- 7100 INFORMACOES COMPLEMENTARES
- 4001 MANIFESTACAO CREDOR/INVESTIDOR-FATURA
- 3349 EXIGENCIA ALTERACAO STN
- 3349 EXIGENCIA ALTERACAO STN
- 7001 CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL
- 3349 EXIGENCIA ALTERACAO STN
- 7100 INFORMACOES COMPLEMENTARES

MARQUE SUA OPCAO COM 'X' PARA DETALHAR

----- PAG. 1  
ENTRA=SEGUE                      F6=MENU                      F9=TRANSACAO                      F12=ENCERRA                      F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

30/11/2018 11:12  
PCEX577X

-----  
DADOS DE EVENTOS

OPERACAO: TA772403 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 7100 - INFORMACOES COMPLEMENTARES  
DATA DO EVENTO.....: 19 / 7 / 2016 VALOR..:

DESCRIÇÃO DO EVENTO:

"A PRESENTE CONTRATAÇÃO, DE ACORDO COM A SEÇÃO 2.09 DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO, OFERECE OS SEGUINTE PRODUTOS DE COBERTURA DE RISCO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO FORMAL DO CREDOR: I) CONVERSÃO DA TAXA DE JUROS APLICADA AO MONTANTE PARCIAL OU TOTAL DO EMPRÉSTIMO, DE FLUTUANTE PARA FIXA OU VICE-VERSA; II) ESTABELECIMENTO DE TETOS E BANDAS PARA FLUTUAÇÃO DA TAXA DE JUROS E III) ALTERAÇÃO DA MOEDA DE REFERÊNCIA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA O MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO E A DESEMBOLSAR. A UTILIZAÇÃO DESSOS PRODUTOS IMPLICARÁ NA COBRANÇA DE UMA COMISSÃO DE TRANSAÇÃO (TRANSACTION FEE)".

RESPONSÁVEL PELO EVENTO.: BB-IVANIZE 081-34257383

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

30/11/2018 11:12  
PCEX577X

-----  
DADOS DE EVENTOS

OPERACAO: TA772403 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 4001 - MANIFESTACAO CREDOR/INVESTIDOR-FATURA  
DATA DO EVENTO.....: 22 / 7 / 2016 VALOR..:

DESCRICAO DO EVENTO:

MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
E BIRD PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL - LOAN  
NR.: P147158 DATADO DE ../../2016.  
ÓRGÃO EXECUTOR: PROJ. COOPERAR DO ESTADO DA PARAIBA  
PROCESSO GDC BB: 20160613000002842

OBS: MINUTA NÃO DATADA. POR ESSE MOTIVO, IMPOSTAMOS DATA DO CADASTRAMENTO DO EVENTO.

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB-IVANIZE 081-34257383

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

30/11/2018 11:12  
PCEX577X

-----  
DADOS DE EVENTOS

OPERACAO: TA772403 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 3349 - EXIGENCIA ALTERACAO STN  
DATA DO EVENTO.....: 5 / 5 / 2017 VALOR..:

DESCRICAO DO EVENTO:

DEVOLUÇÃO DO ROF PARA AJUSTES POR PARTE DO MUTUÁRIO.

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: LUIS FERNANDO NAKACHIMA

-----  
ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/RUY

S I S C O M E X

30/11/2018 11:12

TRANSACAO PCEX770

ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

PCEX577X

----- DADOS DE EVENTOS -----

OPERACAO: TA772403 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 3349 - EXIGENCIA ALTERACAO STN

DATA DO EVENTO.....: 16 / 5 / 2017 VALOR..:

DESCRICAO DO EVENTO:

DEVOLUÇÃO PARA AJUSTES POR PARTE DO MUTUÁRIO.

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: RENATO DA MOTTA

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/RUY

S I S C O M E X

30/11/2018 11:12

TRANSACAO PCEX770

ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

PCEX577X

----- DADOS DE EVENTOS -----

OPERACAO: TA772403 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 7001 - CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL

DATA DO EVENTO.....: 2 / 6 / 2016 VALOR..:

## DESCRICAO DO EVENTO:

MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
E BIRD PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL - LOAN  
NR.: P147158 DATADO DE 02/06/2016.

ÓRGÃO EXECUTOR: PROJ. COOPERAR DO ESTADO DA PARAIBA

PROCESSO GDC BB: 20160613000002842

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB - PAULO BUREGIO 81.4009.1374

-----  
ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/RUY                      S I S C O M E X                      30/11/2018 11:12  
TRANSACAO PCEX770                      ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS                      PCEX577X  
----- DADOS DE EVENTOS -----  
OPERACAO: TA772403 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 3349 - EXIGENCIA ALTERACAO STN  
DATA DO EVENTO.....: 7 / 6 / 2017                      VALOR..:

DESCRICAO DO EVENTO:  
DEVOLUÇÃO PARA AJUSTES POR PARTE DO MUTUÁRIO

RESPONSÁVEL PELO EVENTO.: RENATO DA MOTTA

-----  
ENTRA=SEGUE                      F3=RETORNA                      F6=MENU                      F9=TRANSACAO                      F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

30/11/2018 11:12  
PCEX577X

----- DADOS DE EVENTOS -----

OPERACAO: TA772403 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 7100 - INFORMACOES COMPLEMENTARES  
DATA DO EVENTO.....: 20 / 4 / 2018 VALOR..:

DESCRICAO DO EVENTO:

NÚMERO DO PROCESSO REFERENTE À OPERAÇÃO NA STN (17944.000652/2015-81),  
CONFORME OFÍCIO Nº 570/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB - PAULO BUREGIO 81.4009.1374

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA  
CONSULTA DE OPERACAO FINANCEIRA

30/11/2018 11:13  
NCEX577X

NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016

EVENTOS NECESSARIOS PARA A CONCLUSAO DO REGISTRO:

4001 MANIFESTACAO CREDOR/INVESTIDOR-FATURA

SITUACAO:  
INCLUIDO

ENTRA=SEGUE

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/RUY  
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X  
REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA  
CONSULTA DE OPERACAO FINANCEIRA

30/11/2018 11:13  
NCEX5770

NUMERO DA OPERACAO: TA772403 DE: 23/06/2016

EVENTOS NECESSARIOS PARA GERACAO DE ESQUEMA DEFINITIVO:

EVENTO:

7001 CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL  
6012 ASSINATURA DO CONTRATO-DATA

SITUACAO:  
INCLUIDO  
NAO INCL.

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA

17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

# PARECER SEI Nº 502/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Processo nº 17944.000652/2015-81

Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Estado da Paraíba - PB e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 50.000.000,00.

Recursos destinados ao financiamento do Projeto Paraíba Rural Sustentável

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES E CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

## I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Estado da Paraíba para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), das Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 43/2001 e nº 48/2007, com as seguintes características (SEI 1461563, fls. 2 e 8-9):

- **Valor da operação:** US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Projeto Paraíba Rural Sustentável;
- **Juros:** Libor 6 meses em US\$, acrescida de margem variável (a ser definida pelo BIRD conforme o prazo médio de pagamento e o tipo do spread);
- **Atualização monetária:** Variação cambial;
- **Liberação:** US\$ 4.000.000,00 em 2019, US\$ 9.000.000,00 em 2020, US\$ 11.000.000,00 em 2021, US\$ 12.000.000,00 em 2022, US\$ 11.000.000,00 em 2023 e US\$ 3.000.000,00 em 2024;
- **Contrapartida:** US\$ 2.400.000,00 em 2019, US\$ 5.400.000,00 em 2020, US\$ 6.600.000,00 em 2021, US\$ 7.200.000,00 em 2022, US\$ 6.600.000,00 em 2023 e US\$ 1.800.000,00 em 2024;
- **Prazo total:** 192 (cento e noventa e dois) meses;
- **Prazo de carência:** 48 (quarenta e oito) meses;
- **Prazo de amortização:** 144 (cento e quarenta e quatro) meses;
- **Lei(s) autorizadora(s):** Lei nº 10.487, de 23/06/2015 (SEI 0273737);
- **Demais encargos e comissões:** Adicional de taxa de juros (0,5% a.a.) a ser acrescido quando o limite de exposição do BIRD ao país for excedido. Taxa de abertura de crédito de 0,25% sobre o valor do financiamento, em pagamento único. Taxa de comissão de compromisso de 0,25% a.a. sobre o valor do saldo do financiamento não desembolsado.

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado ao Ente no SADIPEM, assinado em 26/11/2018 pelo Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação (SEI 1461563). Os seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 0273737); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 1415812); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 1416071 e SEI 0570945); d. Certidão do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (SEI 1415194); e. Quadros Demonstrativos de Despesa de Pessoal do 3º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2018 (SEI 0820501 e SEI 1442137).

## II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 1416071 e SEI 0570945), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (SEI 0683884), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 1415812) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (SEI 1461563, fls. 18-24), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

- a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 0380235, fl. 3)	1.047.523,3
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	1.047.523,3
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 0380235, fl. 2)	49.470.190
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	49.470.190



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 1416444, fl. 3)	1.770.989,6
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	1.770.989,6
Liberações de crédito já programadas (SEI 1461563, fl. 33)	79.340.898,6
Liberação da operação pleiteada (SEI 1461563, fl. 33)	0,00
Liberações ajustadas	79.340.898,6

c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2018	0,00	79.340.898,13	9.495.478.272,54	0,84	5,22
2019	16.541.200,00	344.266.427,13	9.619.345.048,93	3,75	23,44
2020	37.217.700,00	164.526.277,47	9.744.827.644,76	2,07	12,94
2021	45.488.300,00	124.195.593,51	9.871.947.138,08	1,72	10,74
2022	49.623.600,00	147.111.994,05	10.000.724.881,93	1,97	12,30
2023	45.488.300,00	120.060.293,51	10.131.182.507,88	1,63	10,21
2024	12.405.900,00	76.483.587,71	10.263.341.929,69	0,87	5,41
2025	0,00	52.471.529,01	10.397.225.346,97	0,50	3,15
2026	0,00	26.235.764,50	10.532.855.248,93	0,25	1,56

\* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2018	0,00	777.737.806,96	9.495.478.272,54	8,19
2019	837.605,02	714.589.500,32	9.619.345.048,93	7,44
2020	1.636.493,28	673.095.610,03	9.744.827.644,76	6,92
2021	3.184.439,46	586.126.573,18	9.871.947.138,08	5,97
2022	4.916.664,93	560.089.714,42	10.000.724.881,93	5,65
2023	23.116.378,69	559.079.782,40	10.131.182.507,88	5,75
2024	23.705.038,65	746.656.612,81	10.263.341.929,69	7,51
2025	23.221.777,15	283.095.983,77	10.397.225.346,97	2,95
2026	22.627.948,07	284.160.122,65	10.532.855.248,93	2,91
2027	22.034.118,99	300.335.071,66	10.670.254.418,14	3,02
2028	21.440.289,91	216.330.056,85	10.809.445.934,37	2,20
2029	20.846.460,83	153.283.280,83	10.950.453.178,45	1,59
2030	20.252.631,75	134.832.878,41	11.093.299.836,23	1,40
2031	19.658.802,67	128.152.114,36	11.238.009.902,52	1,32
2032	19.064.973,59	118.880.647,75	11.384.607.685,15	1,21
2033	18.471.144,51	109.294.222,16	11.533.117.809,02	1,11
2034	17.877.315,43	104.136.491,83	11.683.565.220,27	1,04
2035	9.309.800,89	99.661.614,27	11.835.975.190,48	0,92
Média até 2027 :				5,63
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				48,96
Média até o término da operação :				3,73
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				32,41

\* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	9.454.544,8
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2.232.955,2
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	1.134.692,3
Valor da operação pleiteada	206.765,00



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

Saldo total da dívida líquida/RCL	0,38
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	18,90%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 4º Bimestre de 2018), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (SEI 1416444, fl. 16). Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "c" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 2º Quadrimestre de 2018), homologado no Siconfi (SEI 1416520, fl. 7).

7. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 3,73%, relativo ao período de 2019-2035.

8. Em conclusão, no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Estado da Paraíba atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado**;
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado**;
- e. DCL/RCL menor que 2: **Enquadrado**.

9. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

10. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1415194) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2015), aos exercícios não analisados (2016 e 2017) e ao exercício em curso (2018). Cabe observar que a referida Certidão aponta que, no 2º quadrimestre de 2018, "a Defensoria Pública não publicou, bem como não encaminhou as informações do RGF ao Siconfi" e posteriormente, em relação aos limites de despesas com pessoal, que "o percentual de 0,55% alcançado pela Defensoria Pública está incluído no total apurado pelo Poder Executivo". A esse respeito, cumpre destacar que a Defensoria Pública homologou no Siconfi os RGF atualmente exigíveis, conforme documentos SEI 1482220 e SEI 1416753.

11. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC (SEI 1468845), que o ente homologou as informações constantes da referida Portaria.

12. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o Ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o § 4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001 mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI 0537400 e SEI 1468776).

13. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, considera-se que o Estado encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União (SEI 1468845).

14. Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o Ente encontra-se adimplente nesta data, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço [sahem.tesouro.gov.br](http://sahem.tesouro.gov.br) (SEI 1470280).

15. Em consulta à relação de mutuários da União - situação em 14/06/2018 (SEI 0851967), verificou-se que o Ente consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI). Em decorrência disso, consultou-se a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM), que, conforme Memorando nº 115/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 07/07/2017 (SEI 0127885, fl. 349), atestou que a operação em análise está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Mutuário, revisado em 21/12/2016, no valor de US\$ 50.000.000,00, com validade até 31/12/2018. Além disso, a contratação da operação não constitui violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União, nos termos do inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.

#### DESPESA DE PESSOAL

16. Relativamente às despesas com pessoal, verificou-se na Certidão do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), de 24/10/2018 (SEI 1415194), que aquele órgão segue as orientações dispostas nos Pareceres PN-TC-77/00, PN-TC-05/04 e PN-TC 12-07, os quais, respectivamente, estabelecem que os gastos com inativos, o imposto de renda retido na fonte (IRRF) e a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos servidores estaduais não devem ser computados como despesas com pessoal para fins de apuração do limite a que se refere o art. 20 da LRF, conforme explicitado em nota explicativa do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF do 2º quadrimestre de 2018 do TCE-PB (SEI 1416753, fl. 07).

17. A Certidão indica, no "Quadro da despesa com pessoal (RGF - 2º quadrimestre - 2018)" valores numéricos e percentuais de cada Poder/órgão próximos ou idênticos aos informados (i) na aba "Declaração do Chefe do Poder do Executivo" do SADIPEM (SEI 1461563, fls. 18-24) e (ii) nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal dos RGFs de cada Poder/órgão relativos ao 2º quadrimestre de 2018 (SEI 1416520 e SEI 1416753), disponíveis no Siconfi.

18. Essa constatação já havia sido feita em períodos anteriores, inclusive em avaliações de outras operações de crédito do Estado. Assim, com a finalidade de apurar os limites de despesa com pessoal em conformidade com o disposto na LRF e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, é adotado o procedimento de solicitar ao Ente o encaminhamento de documento assinado pelo Chefe do Poder Executivo contendo quadro de despesa com pessoal, para cada poder e órgão, seguindo o modelo disponível no SADIPEM - "Aba Declaração do Chefe do Poder Executivo", discriminando os valores relativos a "IRRF", "Inativos e Pensionistas" e "Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social - Contribuições Patronais".

19. Nesse contexto, houve a remessa, por parte do Estado da Paraíba, dos quadros quadrimestrais referentes às despesas de pessoal, com o detalhamento acima descrito, do 3º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2018 (SEI 0820501 e SEI 1442137).

20. Verificou-se que no 1º e 2º quadrimestres de 2018 todos os Poderes e órgãos do Estado da Paraíba descumpriram os limites de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), previstos no art. 20 da LRF. Verificados os quatro quadrimestres anteriores, constatou-se que, à exceção do Poder Executivo, os demais poderes e órgãos descumpriram sistematicamente os limites de despesas de pessoal nesse período, não atendendo dessa forma o disposto no art. 23, combinado com o art. 66, ambos da LRF.

21. Observou-se também, de acordo com os referidos quadros, que o somatório dos percentuais da despesa com pessoal em relação à RCL do Estado da Paraíba, considerando todos os Poderes e órgãos, ultrapassou o limite de 60%, definido no inciso II do art. 19 da LRF, em todos os últimos seis quadrimestres.

22. Diante do mencionado descumprimento sistemático, por todos os Poderes e órgãos (exceto o Executivo) dos limites de despesa com pessoal, bem como diante do descumprimento, por parte do Poder Executivo, de seu respectivo limite no 1º e no 2º quadrimestres de 2018, último ano do mandato de seu respectivo titular, no qual deve ser observado o disposto no § 4º do art. 23 da LRF, esta Secretaria entende serem aplicáveis as notas de forma imediata, as quais são anexadas ao presente Parecer.



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

"Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art.20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art.22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art.169 da Constituição.

(...)

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

(...)

Art. 66. Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres." (Destaque nosso)

23. A respeito da aplicação do disposto no art. 66 da LRF, cabe observar que, de acordo com consulta à página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (SEI 1481088), a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB nos quatro últimos trimestres, apurada no 4º trimestre de 2016, foi de -3,5%, entende-se que no presente caso aplica-se o referido dispositivo. Entretanto, destaca-se que, mesmo com a aplicação do disposto no art. 66 da LRF, os Poderes e órgãos do Estado da Paraíba (exceto o Executivo) não cumpriram o estabelecido pelo art. 23 da LRF.

24. Entretanto, cabe esclarecer que o descumprimento dos limites de despesa com pessoal em relação à RCL, pelos Poderes e órgãos do Estado da Paraíba, a exceção do Poder Executivo, já havia sido apurado em análises de outros pleitos de operações de crédito do Estado da Paraíba com o Banco do Brasil S.A., processos SEI 17944.000579/2016-29 e SEI 17944.000543/2016-45, consideradas as despesas de pessoal até o 2º quadrimestre de 2017.

25. Naqueles processos houve a comunicação, por meio do Ofício nº 1037/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 25/09/2017 (SEI 0688574), do descumprimento do artigo 23, combinado com o artigo 66, ambos da LRF, por parte da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado da Paraíba, e que naquela situação o Ente ficava impossibilitado de contratar operações de crédito, conforme previsto no inciso III, §3º, do artigo 23 da LRF, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visassem a redução das despesas de pessoal.

**DECISÃO JUDICIAL EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, PODER JUDICIÁRIO E PODER LEGISLATIVO**

26. Diante da impossibilidade de realizar as operações de crédito pretendidas, o Estado da Paraíba ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Originária (ACO) nº 3.047, com pedido de tutela de urgência, para que a União se abstivesse de impor as sanções previstas no art. 23, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal ao Autor, à conta de irregularidades já praticadas ou que pudessem vir a ser praticadas pelo **Ministério Público do Estado da Paraíba, pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo**.

27. Em 31/10/2017, o Ministro do STF, Edson Fachin, na Medida Cautelar na Ação Cível Originária nº 3.047/PB (SEI 0693530), concedeu tutela provisória ao Estado da Paraíba, nos seguintes termos:

*"concedo a tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 do CPC, com a finalidade de determinar que a Ré se abstenha de aplicar as sanções previstas no art. 23, §3º, da LC 101/2000, ao Poder Executivo estadual, em razão do descumprimento do limite percentual de gastos com pessoal por parte de outros Poderes e órgãos do Estado, notadamente Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público, nas seguintes avenças: operação de crédito com o Banco do Brasil, destinada ao Programa de Investimento em Infraestrutura na Paraíba no valor de R\$ 112.800.000,00; operação de crédito com Banco do Brasil destinada à realização de despesas de capital do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV vinculado ao PAC-PB, no valor de R\$ 36.943.220,59; e operação de crédito com o Banco Mundial destinada a reconstrução e desenvolvimento referente ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50.000,00."*

28. Posteriormente, em 12/04/2018, o Ministro relator da ACO nº 3.047, Edson Fachin, deu procedência em menor extensão ao pleito do Estado da Paraíba, ratificando a liminar concedida previamente, nos seguintes termos (SEI 0693912):

*"Ante o exposto, conheço da ação cível originária a que se dá procedência em menor extensão ao pleiteado, nos termos dos arts. 355, I, e 487, I, do CPC, ratificando a liminar concedida previamente, com a finalidade de determinar que a Ré se abstenha de aplicar as sanções previstas no art. 23, §3º, da LC 101/2000, ao Poder Executivo estadual, em razão do descumprimento do limite percentual de gastos com pessoal por parte de outros Poderes e órgãos do Estado, notadamente Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público, unicamente nas seguintes avenças: operação de crédito com o Banco do Brasil, destinada ao Programa de Investimento em Infraestrutura na Paraíba no valor de R\$ 112.800.000,00; operação de crédito com Banco do Brasil destinada à realização de despesas de capital do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV vinculado ao PAC-PB, no valor de R\$ 36.943.220,59; e operação de crédito com o Banco Mundial destinada à reconstrução e desenvolvimento referente ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50.000,00."* (Primeiro grifo nosso, segundo grifo consta no original)

29. Assim, esta STN emitiu o Ofício SEI nº 566/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 20/04/2018 (SEI 0694538), à AGU solicitando esclarecimento a respeito da força executória e da abrangência/alcance da liminar concedida ao Estado em 12/04/2018, por meio da ACO nº 3.047/PB, especialmente em relação à operação de crédito com o Banco Mundial (BRD) de que trata o presente parecer:

*"2. Tramita nesta Secretaria do Tesouro Nacional pedido do Estado da Paraíba para a verificação de limites e condições para realizar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, destinada ao Programa Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos EUA).*

(...)

6. Ocorre que, em 12/04/2018, nova decisão foi proferida no âmbito da ACO nº 3.047/PB. A referida decisão encontra-se anexa ao presente ofício e, a respeito dela, apresentam-se os seguintes questionamentos:

a. A decisão proferida em 12/04/2018 no STF no âmbito da ACO nº 3.047/PB é dotada de força executória?

b. Em caso de resposta afirmativa ao questionamento do item "a", a referida decisão alcança de forma inequívoca o pleito identificado no parágrafo 2 deste Ofício, especialmente tendo em vista que o valor da operação mencionado na decisão judicial é de US\$ 50.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos EUA), enquanto o valor da operação pleiteada pelo Estado da Paraíba junto ao Banco Mundial que tramita nesta Secretaria, descrito no parágrafo 2 deste Ofício, é de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos EUA)? Observa-se que a operação de crédito em trâmite nesta Secretaria refere-se ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, tal como explicitado ao longo da Decisão Judicial em comento."

30. Em resposta, a AGU encaminhou o Ofício nº 00053/2018/GAB/SGCT/AGU, de 26/04/2018 (SEI 0695919, fl. 1), e o Parecer 00096/2018/ASSSGCT/SGCT/AGU, de 24/04/2018 (SEI 0695919, fls. 2-7), informando, sinteticamente, que:

*"16. A decisão judicial proferida, em 12.04.2018, pelo Ministro Edson Fachin tem caráter imperativo e possui exequibilidade imediata. De tal forma, deve ser cumprida a partir data de sua prolação (12.04.2018), mesmo que provisoriamente, uma vez que ainda não se operou o trânsito em julgado.*

*17. Em relação à eficácia subjetiva – a compreender que a decisão alcança as partes (autor e réu) envolvidas na relação jurídica processual –, o aludido*



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

18. Em termos objetivos, a decisão monocrática de procedência em menor extensão ao pleiteado, nos termos dos arts. 355, I, e 487, I, do CPC, ratificando a liminar concedida previamente, com a finalidade de determinar que a União se abstenha de aplicar as sanções previstas no art. 23, §3º, da LC 101/2000, ao Poder Executivo estadual, em razão do descumprimento do limite percentual de gastos com pessoal por parte de outros Poderes e órgãos do Estado, notadamente Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público, **unicamente nas seguintes avenças**: operação de crédito com o Banco do Brasil, destinada ao Programa de Investimento em Infraestrutura na Paraíba no valor de R\$ 112.800.000,00; operação de crédito com Banco do Brasil destinada à realização de despesas de capital do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV vinculado ao PAC-PB, no valor de R\$ 36.943.220,59; e operação de crédito com o Banco Mundial destinada a reconstrução e desenvolvimento referente ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50.000,00.

(...)

21. Por fim, cabe esclarecer que não compete a Secretaria-Geral de Contencioso se imiscuir na forma de implementação/operacionalização das decisões judiciais, em especial em aspectos de ordem procedimental, cabendo, tão-somente, se manifestar a respeito da executoriedade das decisões judiciais e esclarecer, quando necessário, os limites objetivos e subjetivos do decísium (art. 6º da Portaria AGU nº 1.547, de 2008).

### III - CONCLUSÃO

22. Ante o exposto, denota-se que a decisão monocrática prolatada, em 12.04.2018, pelo Ministro relator Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, na Ação Cível Originária nº 3.047, tem força executória, devendo ser imediatamente cumprida nos termos deste parecer."

31. Ante o exposto e considerando que o questionamento feito no item "b" da consulta não obteve resposta esclarecedora pela SGCT/AGU, foi realizada nova consulta à AGU por meio do Ofício SEI nº 618/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 09/05/2018 (SEI 0696014), com o seguinte questionamento:

"5. Diante do exposto, o questionamento desta Secretaria é o seguinte: a divergência constatada entre o valor da operação cujo pleito transita nesta Secretaria (US\$ 50.000.000,00) e aquele mencionado na decisão judicial proferida em 12/04/2018 na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.047/PB (US\$ 50.000,00) impede o alcance da mencionada decisão à verificação de limites e condições, realizada por esta Secretaria, relativa ao pleito do Estado para realizar operação de crédito no valor de US\$ 50.000.000,00 junto ao BIRD, destinada ao Projeto Paraíba Rural Sustentável?"

32. Em resposta, a AGU encaminhou o Ofício nº 00062/2018/GAB/SGCT/AGU, de 16/05/2018 (SEI 0696058, fls. 1-2), contendo a Nota nº 00228/2018/ASSSGCT/SGCT/AGU, de 10/05/2018 (SEI 0696058, fls. 3-5), informando, sinteticamente, que:

"6. Assim, verifica-se que o comando judicial, cuja executoriedade foi atestada pelo **PARECER Nº 00096/2018/ASSSGCT/SGCT/AGU** (Seq.45), refere-se à operação de crédito celebrada pelo Estado autor com o BIRD destinada à reconstrução e desenvolvimento referente ao projeto Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50 milhões de dólares.

7. Portanto, tendo em vista que o conjunto fático-probatório revela a existência de erro material na decisão, cabe esclarecer que a divergência de valores **não impede o alcance da decisão** à verificação de limites e condições, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativa ao pleito do Estado autor para realizar operação de crédito no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) junto ao BIRD, destinada ao Projeto Paraíba Rural Sustentável."

33. Ademais, o Estado da Paraíba também identificou o erro material no valor numérico da operação com o BIRD (US\$ 50.000,00 em vez de US\$ 50.000.000,00) na parte dispositiva da Decisão do Ministro Edson Fachin e solicitou a sua correção. O Ministro relator acatou o pedido e exarou nova decisão nos autos da ACO nº 3.047, em 18/05/2018 (SEI 0700593), publicada no DOU de 22/05/2018, com o seguinte posicionamento:

"Ante o exposto, diante de ponto material suscitado, acolho o pedido do Estado da Paraíba para determinar a retificação da decisão constante do eDOC 50, alterando-se formalmente a redação constante da parte final do dispositivo de "e operação de crédito com o Banco Mundial destinada à reconstrução e desenvolvimento referente ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50.000,00" para "e operação de crédito com o Banco Mundial destinada à reconstrução e desenvolvimento referente ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares)." (Destaque no original).

34. Realizada consulta sobre o andamento da ACO nº 3.047 (SEI 1482689) na página do STF na internet, verificou-se que não houve decisão posterior que alterasse o posicionamento de 12/04/2018 daquela Corte Suprema.

### DECISÃO JUDICIAL EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

35. Em relação ao descumprimento do artigo 23 da LRF pelo **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**, informa-se que existe liminar concedida em 03/12/2009 pelo Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Cautelar nº 2.511 (SEI 1471415), apensada à Ação Cível Originária nº 1.501, com os seguintes termos:

"11. Requer, liminarmente, a suspensão das limitações impostas ao Poder Executivo do Estado da Paraíba "quanto à obtenção de garantias, a contratação de operações de crédito em geral e o recebimento de transferências voluntárias (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar n. 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Tribunal de Contas do Estado, assim como seja impedida de considerar, na análise dos requisitos para a concessão de garantia em outras operações de crédito a serem celebradas com organismo internacional, pendências cadastrais relativas a órgãos da Administração Direta registrados no CNPJ/MF sob número diverso do ostentado pelo ente central"

(...)

13. No mérito, pede seja a ação cautelar julgada procedente, confirmando-se a medida liminar deferida.

(...)

Ante o exposto, **deferiu a medida liminar** para determinar a suspensão das limitações impostas ao Poder Executivo do Estado da Paraíba quanto às transferências voluntárias, obtenção de garantias diretas ou indiretas de outros entes e a contratação de operações de crédito em geral [art. 23, § 3º, I, II e III da LC 101/2000], sem prejuízo de melhor exame da matéria na ação principal a ser intentada.

A concessão da cautela **não implica**, porém, a suspensão de sanções aos entes públicos da Administração Direta daquele Estado-membro, vinculadas a qualquer dos Poderes, que estejam a descumprir os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que decorridos os prazos de readequação previstos na LC 101/00."

36. Em 11/03/2015, foi proferida decisão monocrática na ACO nº 1.501 (SEI 1471474), nos seguintes termos:

"Ex positis, **julga procedente o pedido, a fim de determinar a exclusão das inscrições do Requerente e da administração direta vinculada ao Poder Executivo em todo e qualquer sistema de restrição ao crédito utilizado pela União, que guardem absoluta pertinência com o descumprimento do limite de gastos com pessoal por parte do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**, nos termos do Ofício nº 1921/2009/COREF/SECAD-II/STN/MF-DF, de 24/11/2009." (Grifo nosso)

37. Posteriormente, em 09/06/2015, foi proferido Acórdão do Supremo Tribunal Federal, o qual tratava de Agravo Regimental na ACO nº 1.501, em que o Ministro Luiz Fux votou a questão da seguinte maneira (SEI 1471505, fls. 10-11):

"Reputo, assim, não haver equívoco na decisão agravada, visto que o limite dos seus efeitos e o alcance da procedência do pedido restaram claramente definidos. A exclusão de inscrições do Estado da Paraíba nos cadastros de inadimplentes mantidos pela União deve se dar apenas em relação aos registros referentes à controvérsia discutida no feito, isto é, que guardem pertinência com o descumprimento do limite de gastos com pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do Ofício nº 1921/2009/COREF/SECAD-II/STN/MF-DF, de 24/11/2009.

Ex positis, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto."



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

**"ACÓRDÃO"**

*Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator."*

39. Em 29/09/2015 e 06/10/2015, foram rejeitados embargos de declaração na ACO nº 1.501 e na AC nº 2.511, respectivamente. Já em 04/11/2015 e 25/02/2016, foi declarado o trânsito em julgado de ambas as ações (SEI 1472224 e SEI 1472236).

**DECISÃO JUDICIAL EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO**

40. Em relação ao descumprimento do limite das despesas de pessoal pelo **Poder Executivo**, existe decisão favorável ao Estado da Paraíba, nos autos da Ação Cautelar (AC) nº 2.588 e da Ação Cível Originária (ACO) nº 1.561 que tramitam no STF. O Estado da Paraíba ajuizou pedido de liminar com o objetivo de "(...) determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado". Tal pedido de liminar foi deferido em 07/04/2010, pelo Ministro do STF Celso de Mello, e posteriormente referendado pelo Tribunal, de acordo com o trecho destacado a seguir (SEI 0880715, fl. 46-49):

*"... defiro, "ad referendum" da E. Plenária do Supremo Tribunal Federal (RISTE art. 21, inciso V), até final julgamento da causa principal, o pedido de medida liminar formulado pelo Estado da Paraíba, em ordem a "(...) determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado" (Destaque no original)*

41. Quanto ao alcance da referida liminar relativa à AC nº 2.588, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) posicionou-se, por meio da Nota PGFN/CRJ/Nº 971/2010, de 24/08/2010 (SEI 1472900), da seguinte forma:

*"Resposta: Conforme visto, da decisão proferida nos autos da AC n. 2588/PB decorre que o Estado da Paraíba não poderá, de forma imediata, ou seja, sem observância aos princípios consecutórios do devido processo legal, ser sancionado nos termos do art. 23, §3º da LC n. 101, em razão do descumprimento, pelo seu Poder Executivo, dos limites para despesas com pessoal previstos na mencionada Lei. Por outro lado, essa decisão não alcança as sanções aplicadas em razão do descumprimento dos limites legais pelos demais Poderes políticos do Estado da Paraíba ou pelo Ministério Público, de modo que tais sanções poderão ser aplicadas a esses Poderes independentemente da observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa."*

42. Já a Advocacia Geral da União (AGU) se posicionou por meio dos seguintes Pareceres quanto ao alcance e eficácia dessa liminar:

**Parecer AGU/SGCT/ARL/Nº 034/2010, de 27/04/2010 (SEI 1473004):**

*"10. Em síntese, conclui-se que a decisão proferida nos autos da AC nº 2.588/PB, em curso no Supremo Tribunal Federal, produz eficácia imediata, desde o deferimento da medida, mesmo estando sujeita ao referendo do Tribunal Pleno.*

**Parecer AGU/SGCT/WMS/Nº 044/2013, de 24/12/2013 (SEI 1473036)**

*"10. Conforme se verifica dos trechos acima reproduzidos, as decisões proferidas nos autos das Ações Cautelares 2.511 e 2.588 pelos Ministros Eros Grau e Celso de Mello não se limitam apenas às contratações de operações de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, à Corporação Andina de Fomento - CAF e ao Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, porquanto o Ministro Relator determinou expressamente a "suspensão das limitações impostas ao Poder Executivo do Estado da Paraíba quanto às transferências voluntárias, obtenção de garantias diretas ou indiretas de outros entes e a contratação de operações de crédito em geral [art. 23, § 3º, I, II e III da LC 101/2000]" (DJe 11/12/2009, destaquei), com fundamento no princípio da intratranscendência das sanções jurídicas, bem como suspenderam-se, "em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da LC 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado" (DJe 13/04/2010, destaquei).*

*11. Assim, em resposta ao questionamento formulado pela Secretaria do Tesouro Nacional no item 13, alínea "a", da Nota nº 823/2013/COPEM/STN, conclui-se que as decisões liminares proferidas nos autos das Ações Cautelares 2.511 e 2.588 alcançam quaisquer operações de crédito pleiteadas pelo Estado da Paraíba que estejam sendo impedidas em decorrência da não observância pela União do princípio da intratranscendência das sanções jurídicas (Ação Cautelar 2.511, Ministro Eros Grau, DJe 11/12/2009) ou com base na limitação percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo da Paraíba (Ação Cautelar 2.588, Ministro Celso de Mello, DJe 13/04/2010).*

*(...)*

*15. É dizer, a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar 2.588 pelo Ministro Celso de Mello expressamente suspendeu, "em definitivo", até o julgamento da causa principal, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, quanto à contratação de operações de crédito em geral, fundadas na extrapolção do limite percentual de gastos com pessoal por parte do seu Poder Executivo."*

**Parecer nº 0095/2016/GAB/SGTC/AGU, de 08/04/2016 (SEI 1473092):**

*"9. A decisão do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, que julgou procedente a AC 2.588/PB, é de caráter imperativo e possui força executória. Operado o trânsito em julgado da decisão deve ela ser cumprida imediatamente.*

*10. Em que consiste, materialmente, a ordem? Nisso: na suspensão "em definitivo, limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da LC 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado".*

*(...)*

*13. Ante o exposto, concluo que a decisão do Ministro Luiz Fux na AC 2.588/PB tem força executória, devendo ser imediatamente cumprida, nos seguintes termos: "suspender em definitivo, limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da LC 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado".*

43. Considerando o tempo decorrido desde a última manifestação da AGU, bem como a situação verificada de descumprimento do limite de gastos com pessoal pelo Poder Executivo no 1º quadrimestre de 2018, último ano do mandato do titular do referido Poder, foi realizada nova consulta à AGU por intermédio do Ofício SEI nº 798/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 15/06/2018 (SEI 0880715, fls. 1-20), contendo, entre outros, o seguinte questionamento:

*"a) A decisão liminar, concedida em 07 de abril de 2010 favorável ao Estado da Paraíba, no âmbito da Ação Cautelar nº 2.588, ainda está vigente para amparar o descumprimento das despesas com pessoal do Poder Executivo do Estado? Em caso positivo, essa liminar deve ser utilizada para deferimento de quaisquer operações de crédito (com ou sem garantia da União) pleiteadas pelo ente federativo, mesmo quando já decorridos os prazos de readaptação da despesa com pessoal previstos na LRF?*

*b) Tendo em vista a recomendação da PGFN exposta na Nota SEI nº 80/2018/CAF/PAGCFFS/PGFN-MF, caso a resposta ao item "a)" acima seja positiva, questiona-se acerca do alcance da AC 2.588 e da ACO 1.561, quando há descumprimento de despesas com pessoal do Poder Executivo no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo e a consequente aplicação do disposto no art. 23, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF) para o Estado da Paraíba. Ou seja, as decisões liminares contidas na AC 2.588 e na ACO 1.561 afastam a aplicação do disposto no art. 23, § 4º da LRF para o Poder Executivo do Estado da Paraíba?"*



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

"3. Quanto ao item "a", vale lembrar o teor do dispositivo da decisão liminar proferida pelo Ministro Celso de Melo, relator, posteriormente referendada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal:

*"Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, defiro, ad referendum do E. Plenário do Supremo Tribunal Federal (RISTF, art. 21, inciso V), até o final julgamento da causa principal, o pedido de medida liminar formulado pelo Estado da Paraíba, em ordem a (...) determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, §3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado."*

Grifou-se

4. Posteriormente, essa decisão foi apensada à ação principal (ACO 1.561), cujo mérito ainda não foi apreciado, conforme andamento processual em anexo. Percebe-se, portanto, que a decisão proferida na AC 2.588 permanece vigente, de forma que a União continua impedida de impor ao Estado da Paraíba as restrições previstas no art. 23, §3º, I, II, III da Lei Complementar nº 101/2000, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral, por descumprimento do limite percentual dos gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado.

5. Destaque-se, em atenção à parte final do questionamento, que a decisão não tratou do prazo para a eliminação do excedente de gasto. No entanto, é possível deduzir que a referida decisão se presta, justamente, a impedir a aplicação das restrições previstas art. 23, §3º, I, II e III da Lei de Responsabilidade Fiscal quando já decorridos os prazos de readequação da despesa com pessoal. (...)

6. O questionamento contido no item "b" já foi analisado por esta SGCT tendo em vista solicitação da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária/PGFN (Ofício SEI nº 137/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MF, de 19/06/2018), por meio da NOTA n. 00282/2018/ASSSGCT/SGCT/AGU, de 22/06/2018 (em anexo), da qual se extrai o seguinte excerto:

"(...)"

4. Pois bem, conforme consignado no parecer referido, por força da decisão em apreço, o ente central está impedido de aplicar as restrições previstas no §3º do art. 23 da LRF em caso de descumprimento do limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado da Paraíba. Não se tratou, destaque-se, do prazo para eliminação do excedente de gasto, mas apenas das restrições que decorrem do descumprimento do limite.

5. Sendo assim, embora o § 4º do art. 23 da LC 101/2001 não tenha sido objeto do decurso, é possível deduzir que, por decorrência lógica, tais restrições também não poderiam ser impostas no caso de descumprimento do limite de gasto com pessoal no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do titular do Poder Executivo do Estado da Paraíba.

"(...)"

45. Assim, verificado que tanto a AC 2.588 quanto a ACO 1.561 não possuem novos andamentos no STF desde o dia 16 de maio de 2014 (SEI 1473765 e SEI 1473776), permanece válida a decisão liminar de 07/04/2010.

46. Finalmente, cabe esclarecer que o Estado da Paraíba descumprir no 2º quadrimestre de 2018 o percentual global de 60% de despesas de pessoal em relação à RCL, definido no inciso II do art. 19 da LRF. Sobre esse assunto havia a dúvida se caberia a aplicação das penalidades previstas no §3º do art. 23 da LRF. Essa questão foi inicialmente abordada no âmbito da análise de outra operação de crédito do Estado da Paraíba, naquele processo foi elaborada consulta à PGFN por meio da Nota Técnica SEI nº 34/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 18/04/2018 (SEI 0716893, fls 8-12), com o seguinte questionamento:

"b. A referida decisão tem força executória para amparar o descumprimento de limites de despesa com pessoal de qualquer Poder ou órgão, ainda que o somatório dos limites apurados ultrapasse, como observado no 3º quadrimestre de 2017, o percentual de 60% definido no inciso II do art. 19 da LRF?"

47. Em resposta a PGFN encaminhou o Parecer SEI nº 58/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF, de 29/05/2018 (SEI 0716893, fls. 1-7), com a seguinte orientação:

"8. Desse modo, em resposta aos itens "a" e "b" dos questionamentos da STN, é de se manter o entendimento proferido pela CAF/PGFN no mencionado Parecer SEI nº 145, segundo o qual, da análise dos arts. 19, 20 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF[2], verifica-se que o legislador vinculou as penalidades inscritas no art. 23, §3º, apenas ao descumprimento do art. 20. Isso porque o cumprimento dos limites exigidos pelo art. 20 acarreta, necessariamente, o cumprimento do limite global indicado no art. 19. Por ser o art. 20, por conseguinte, mais rigoroso do que o art. 19, o legislador não entendeu necessária apenas o descumprimento deste último." (grifos no original)

48. Por sua vez, o Parecer SEI nº 145/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MF, de 02/05/2018 (SEI 0848894), apresenta a seguinte manifestação:

"8. Ante o exposto, conclui-se que:

i. (...)

ii. Admitido o cumprimento integral do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal por força de decisão judicial, não há amparo, no art. 23 da LRF, para a aplicação das consequências descritas no seu § 3º pelo descumprimento não só dos limites globais de despesa com pessoal estabelecidos no art. 19 da referida Lei."

49. Assim, diante do exposto nos parágrafos 16 a 48 acima, conclui-se que o Estado da Paraíba atende, **por força de decisões judiciais**, aos requisitos necessários para a contratação de operação de crédito relativos às despesas com pessoal, dispostos no art. 23 da LRF.

### III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

50. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, 43/2001 e 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

- a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1;
- b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

#### III.1 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

51. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, "c", e 11, parágrafo único, "j" e "l", da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item "II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" deste Parecer.

#### RECOMENDAÇÃO DA COFIEIX

52. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), por meio da Recomendação nº 05/0106 (SEI 0389532) de 29/08/2014, recomendou a preparação do programa com financiamento no valor de até US\$ 50.000.000,00, provenientes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, com contrapartida de no mínimo de US\$ 30.000.000,00. Foram apresentadas as seguintes ressalvas: a) O Acordo de Empréstimo deverá estabelecer um prazo de encerramento (closing date) de 6 anos; b) À época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF nº 306/2012; c) A negociação do contrato de empréstimo fica condicionada à assinatura da revisão do PAF 2014/2016; e d) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

53. Posteriormente, a COFIEIX por intermédio da Resolução nº 03/0118 (SEI 0273760), de 08/11/2016, excluiu a ressalva "a) O Acordo de Empréstimo deverá



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

54. Em relação às ressalvas (b), (c) e (d), informamos que: i) a Portaria MF nº 306/2012 foi revogada pela Portaria MF nº 501, de 23/11/2017, e análise do pleito do Estado segue os critérios dessa nova portaria; ii) segundo o Memorando nº 115/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF (SEI 0127885, fl. 349), de 07/07/2017, o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF do Estado da Paraíba foi revisado em 21/12/2016, e nele consta a operação de crédito com o BIRD, destinada ao Projeto Paraíba Rural Sustentável, limitado ao valor de US\$ 50.000.000,00; e iii) Segundo Declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado (SEI 1461563, fls. 18-24) consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 dotação orçamentária necessária e suficiente para o aporte da contrapartida, além disso o referido Projeto está inserido no Plano Plurianual do Estado.

#### DÍVIDA MOBILIÁRIA

55. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do Ente garantido, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, alínea “c” da RSF nº 48/2007, é de se informar que, até a presente data, o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no parágrafo 5º deste Parecer.

#### OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

56. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 2º quadrimestre de 2018 (SEI 1416520, fl. 15), que o Ente não possui valores contratados em operações dessa natureza.

#### RESTOS A PAGAR

57. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme exarado no Parecer SEI nº 323/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MFPGFN/COF, de 09/11/2018 (SEI 1481821), tem o seguinte entendimento:

*“16. [...] o art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não fixa nenhum limite de inscrição de Restos a Pagar e, consequentemente, não pode fundamentar a negação de concessão de garantia pela União por descumprimento da alínea “c” do inciso II do art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, e nem tampouco pela alínea “e” do mesmo dispositivo da citada resolução do Senado Federal ou do inciso IV do § 1º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e (2) [...] o mesmo art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não se presta como exigência para a concessão de garantia pela União.*

*17. Finalmente, sugiro a revogação parcial do Parecer PGFN/COF/Nº 468/2008, especificamente dos seus itens 10 e 15”*

58. Ainda com relação aos limites de restos a pagar, destaca-se que, segundo Declaração do Chefe do Poder Executivo (SEI 1461563, fls. 18-24), o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

#### INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

59. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 26/11/2018 (SEI 1461563, fls. 18-24), informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Estado para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei estadual nº 10.632, de 18/01/2016. A declaração citada informa ainda que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, PLOA nº 1981, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida.

#### AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

60. A Lei estadual nº 10.487, de 23/06/2015 (SEI 0273737), autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

#### GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

61. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 24/10/2018 (SEI 1415194), atestou para os exercícios de 2016 e 2017 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2017 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Ademais, o Chefe do Poder Executivo, em Declaração preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM, atestou o cumprimento dos artigos citados para o exercício de 2017 (SEI 1461563, fls. 18-24).

#### EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

62. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 24/10/2018 (SEI 1415194), atestou para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 o cumprimento do pleno exercício de competência tributária pelo Ente (art. 11 da LRF).

#### DESPESAS COM PESSOAL

63. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante nos parágrafos 16 a 49 deste parecer.

#### PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

64. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

65. A esse respeito, o Ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 26/11/2018, que não firmou, até aquela data, contrato na modalidade de PPP (SEI 1461563, fl. 23), o que corrobora a informação constante em seu RREO relativo ao 4º bimestre de 2018 (SEI 1416444, fls. 32/33).

#### LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

66. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. Conforme as informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 2º quadrimestre de 2018 (SEI 1468553, fl. 8), o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 37,72% da RCL.

#### CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

67. Para o cumprimento do art. 23, inciso I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do pleiteante à garantia, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017, utilizando os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049/2017. Conforme consignado na Nota Técnica nº 119/2018/GERAF/CORFI/SURIN/STN/MF-DF, de 30/10/2018 (SEI 1428899), a capacidade de pagamento do Ente foi classificada em “B”. Essa classificação atendeu ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o inciso I do artigo 12 da Portaria MF nº 501/2017. A operação de crédito de que trata este parecer atende, portanto, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

#### CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

68. Em cumprimento ao art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF nº 48, foi realizada pela COAFI a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Memorando SEI nº 80/2018/GECEM III/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 27/11/2018 (SEI 1467769, fls. 3-7), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

69. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 1416071 e SEI 0570945), em conformidade com a Nota nº 436/2013-STN/COPEM (SEI 0683884), juntamente com os dados básicos e as abas "Dados Complementares" e "Cronograma Financeiro" preenchidas no SADIPEM (SEI 1461563, fls. 2, 8 e 9), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990.

#### ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

70. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o Ente se encontra adimplente, conforme já mencionado no parágrafo 14 deste parecer.

#### PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

71. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em atendimento ao disposto no art. 97, inciso IV, alínea a, e no art. 104, Parágrafo Único, ambos do ADCT, a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

#### REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - ROF

72. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA72403 (SEI 1468757).

#### CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

73. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, tendo em vista o disposto no Capítulo III da Portaria MF 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Memorando SEI 124/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF (SEI 1448862, fls. 3-4), de 23/11/2018. O custo efetivo da operação foi apurado em 4,21% a.a. para uma *duration* de 9,33 anos. Considerada a mesma *duration*, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 5,87% a.a., portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação. Nessa condição, não há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme deliberação do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN registrada na Resolução GECGR nº 3, de 25/07/2018 (SEI 1475504).

#### HONRA DE AVAL

74. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Portaria MF 501/2017, foi realizada consulta ao Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Controle de obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com posição em 30/11/2018 (SEI 1475634), em que foi verificado não haver, em nome do Estado da Paraíba, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas ou registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União que sejam impeditivos a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento do Ente.

#### MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

75. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de financiamento (SEI 0274777 e SEI 0127885, fl. 307), das Condições Gerais (SEI 0127845 fls. 431-486) e do contrato de garantia (SEI 0274765).

### III.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOURO NACIONAL

#### ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

76. Em relação aos riscos para o Tesouro Nacional, destacam-se os pontos abaixo, os quais refletem condições normalmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em operações com organismos multilaterais.

77. As condições de efetividade do referido contrato estão discriminadas no artigo IX das Condições Gerais (SEI 0127845 fls. 464-465), devendo ser cumpridas de forma satisfatória por parte do Mutuário. Dessa forma, de modo a evitar o pagamento desnecessário da comissão de compromisso prevista no item 2.04 da minuta do contrato (SEI 0274777, fl. 2), bem como permitir um bom início de execução do Programa, entendemos que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado pelo Ministério da Fazenda, o grau de cumprimento dessas condicionalidades, incluindo manifestação prévia da Instituição Financeira.

78. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BIRD terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido na seção 7.06 do artigo VII das Condições Gerais (SEI 0127845 fls. 453-460). Cabe destacar que no item (a) da referida seção 7.06 é prevista a inadimplência cruzada (*cross default*) com outros contratos do ente com o BIRD.

79. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não-financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

80. Cabe esclarecer, também, que o BIRD acompanha periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que os mutuários apresentem relatórios com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos.

81. A seção 7.02 (d) da minuta das Condições Gerais prevê o *cross suspension*, suspensão de desembolsos da operação no caso de suspensão de desembolsos em outro contrato do mutuário com o BIRD ou com a IDA – *International Development Association*, instituição subsidiária do BIRD, que faz parte do *World Bank Group*. No entanto, por tratar-se de causa de suspensão de desembolsos, e não de vencimento antecipado, não representa risco relevante ao Tesouro Nacional.

#### REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2017

82. Em 22 de maio de 2017, foi publicada a Lei Complementar – LC nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal – RRF dos estados e do Distrito Federal – DF. Dentre os dispositivos constantes dessa LC, destaca-se o artigo 17, o qual, em suma, impede a União de executar contragarantias, durante a vigência do RRF, em caso de inadimplência em operações de crédito que sejam por esta garantidas e que foram contratadas anteriormente à homologação do pedido de adesão do ente ao referido Regime.

83. Ao estabelecer esse mecanismo, o mencionado artigo implica em uma elevação dos riscos a que o Tesouro Nacional está sujeito ao conceder garantia em operações de crédito de estados e Distrito Federal após a publicação da citada Lei Complementar, caso da operação de crédito objeto deste Parecer. Assim, faz-se relevante salientar que a concessão da garantia da União para o presente caso eleva o montante total de dívidas garantidas que podem vir a ser honradas pela União sem a execução imediata da contragarantia, nos termos do artigo 17 da citada Lei Complementar, caso o ente tomador do recurso faça adesão ao RRF.

84. Ainda no que tange ao RRF, o art. 13, inciso III, da Portaria MF nº 501/2017, veda a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento de entes que apresentarem elevado risco de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, verificado mediante o atingimento cumulativo de pelo menos 90% dos três requisitos constantes nos incisos I, II e III, do caput do art. 3º da LC nº 159/2017. De acordo com o Memorando nº 11/2018/CORFI/SURIN/STN-MF, de 09/08/2018 (SEI 1476741, fl. 06), a COREM apurou que se encontra em risco de aderir ao RRF o estado de Minas Gerais. Dessa forma, a operação em comento não se enquadra na vedação do citado inciso III do artigo 13 da Portaria MF nº 501/2017.

#### IV. CONCLUSÃO

85. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE, por força de decisões judiciais**, os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

86. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o Ente **CUMPRE, por força de decisões judiciais**, relacionadas nos parágrafos 16 a 18 deste parecer.



17/12/2018

SEI/MF - 1477331 - Parecer

- a. ao cumprimento substancial das condições de efetividade;
- b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

87. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

88. Considerando o disposto no § 1º, do art. 1º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de 30/11/2018, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%. Entretanto, caso a operação não seja contratada até 31/12/2018 e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar desta STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018.

89. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, "a" da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Ruy Takeo Takahashi  
Auditor Federal de Finanças e Controle

Daniel Maniezo Barboza  
Gerente da GEPEX/COPEM, substituto

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Marcelo Callegari Hoertel  
Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Renato da Motta Andrade Neto  
Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Pricilla Maria Santana  
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para as providências de sua alçada.

Mansueto Facundo de Almeida Júnior  
Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Ruy Takeo Takahashi, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 30/11/2018, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Maniezo Barboza, Gerente Substituto(a)**, em 30/11/2018, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 30/11/2018, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais Substituto(a)**, em 30/11/2018, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 03/12/2018, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1735621&infra...](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1735621&infra...)

Memorando SEI nº 80/2018/GECEM III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

**Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado da Paraíba.**

*Referência:* Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102651/2017-32.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 546, de 23/11/2018, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Estado da Paraíba.
2. Informamos que as Leis estaduais nº 10.487, de 23/06/2015, 11.220 e 11.218, ambas de 19/10/18, concederam ao Estado da Paraíba autorização para prestar como contragarantia ao Tesouro Nacional das mencionadas operações, as receitas a que se referem os artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.
3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:
  - a) Margem R\$ 9.145.923.163,59
  - b) OG R\$ 60.108.597,62
4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Estado da Paraíba.
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria MF nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexos:

I - [Anexo MARGEM e OG] (SEI nº 1453433).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente  
**DENIS DO PRADO NETTO**  
Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 27/11/2018, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1453276** e o código CRC **B86867B2**.

Referência: Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 1453276

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

### CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

<b>ENTE:</b>	<b>Estado da Paraíba</b>
<b>VERSÃO BALANÇO:</b>	<b>2017</b>
<b>VERSÃO RREO:</b>	<b>6º bimestre de 2017</b>
<b>MARGEM =</b>	<b>9.145.923.163,59</b>
<b>DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =</b>	<b>RREO</b>

### Balanço Anual (DCA) de 2017

Balanco Anual (DCA) de 2017		
RECEITAS PRÓPRIAS		5.406.270.897,52
1.1.1.2.07.00.00	ITCD	28.504.973,98
1.1.1.3.02.00.00	ICMS	5.067.823.466,14
1.1.1.2.05.00.00	IPVA	309.942.457,40
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		4.395.494.051,36
1.7.2.1.01.01.00	FPE	3.971.862.322,80
1.7.2.1.01.12.00	IPI EXPORTAÇÃO (UF)	4.961.835,48
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	418.669.893,08
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	138.299.896,40
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	311.491.915,11
3.3.20.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.889.280,00
3.3.30.00.00.00		0,00
3.3.40.00.00.00		47.353.596,91
3.3.41.00.00.00		1.989.911,14
3.3.45.00.00.00		
3.3.46.00.00.00		
3.3.50.00.00.00		59.009.503,98
3.3.60.00.00.00		
3.3.70.00.00.00		
3.3.71.00.00.00		
3.3.73.00.00.00		
3.3.74.00.00.00		
3.3.75.00.00.00		
3.3.76.00.00.00		
3.3.80.00.00.00		
Margem		9.234.730.845,34

### Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017

<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>		5.404.673.997,07
Total dos últimos 12 meses	ICMS	5.066.472.551,45
	IPVA	309.784.591,88
	ITCD	28.416.853,74
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS</b>		4.394.709.715,99
Total dos últimos 12 meses	IRRF	418.642.705,63
	Cota-Parte do FPE	3.971.862.322,80

meses	Transferências da LC nº 87/1996	4.204.687,56
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	299.600.667,42
	Serviço da Dívida Externa	42.367.966,94
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	311.491.915,11
Total dos últimos 12 meses	Transferências Constitucionais e Legais	
<b>Margem</b>		<b>9.145.923.163,59</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

**CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)**

<b>ENTE:</b>	<b>Estado da Paraíba</b>
<b>MEMO SEI:</b>	546, de 23/11/2018
<b>RESULTADO OG:</b>	<b>60.108.597,62</b>

**Operação nº 1**

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	BIRD 1
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	50.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	4,0720
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	31/08/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	65.823.975,00
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2035
Qtd. de anos de reembolso:	17
Total de reembolso em reais:	268.035.226,20
Reembolso médio(R\$):	15.766.778,01

**Operação nº 3**

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	BID
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	45.197.310,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	4,0720
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	31/08/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	66.724.940,33
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2044
Qtd. de anos de reembolso:	26
Total de reembolso em reais:	271.703.957,02
Reembolso médio(R\$):	10.450.152,19

**Operação nº 2**

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	BIRD 2
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	126.886.874,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	4,0720
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	31/08/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	183.108.222,75
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2040
Qtd. de anos de reembolso:	22
Total de reembolso em reais:	745.616.683,04
Reembolso médio(R\$):	33.891.667,41



Memorando SEI nº 124/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF

Ao Coordenador-Geral da COPEM

**Assunto: Análise de Custo - Operação de crédito de interesse do município da Paraíba com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.**

1. Referimo-nos ao Memorando nº 538/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (SEI nº 1428995), de 22/11/2018, o qual solicita manifestação desta Coordenação-Geral acerca do custo da operação de crédito pleiteada pelo município da Paraíba com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares).
2. Após efetuar a análise, encontramos um custo efetivo para a operação de **4,21% a.a.**, com *duration* de **9,33 anos**, com base nas informações fornecidas pela COPEM.
3. Informamos que o custo de captação estimado para emissões da União em dólares, com mesma *duration*, é de **5,87% a.a.**, superior ao custo efetivo calculado para a operação.
4. Deste modo, sob a análise de estrita responsabilidade dessa Coordenação-Geral, **não vemos óbice** à contratação sob as condições financeiras propostas.
5. Anexo, segue o fluxo de pagamentos da operação (SEI nº 1442210).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

**ROBERTO BEIER LOBARINHAS**

Coordenador da CODIP



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Beier Lobarinhas, Coordenador(a)**, em 23/11/2018, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1442169** e o código CRC **8F390B8B**.

Referência: Processo nº 17944.102472/2017-03.

SEI nº 1442169

Secretaria do Tesouro Nacional  
Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública - CODIP  
Gerência de Operações - GEOPE



### Cálculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Externo

Informações da Operação	
Interessado	Paralba
Credor	BIRD
Valor	50.000.000,00
Moeda	USD
Data de início *	15/05/2019
Prazo Total (anos)	16,0
TIR USD (a.a.)	4,21%
Duration (anos)	9,33
Data de Referência da Análise ***	22/11/2018

Condições Financeiras	
Nº Amortizações	25
Periodicidade	Semestral
Carência (meses)***	48
Com. de Compromisso (a.a.)	0,25%
Com. de Abertura (flat)	0,25%
Com. de Avaliação	\$ -
Indexador	Libor 6m
Spread 1	0,79%
Spread 2	-
Início do Spread 2	-

\* Data considerada, para efeitos de simplificação dos cálculos, como data hipotética de assinatura e de primeiro desembolso (hipótese mais conservadora).

\*\* Data de referência das estimativas das curvas de juros utilizadas no cálculo.

\*\*\* Considera sistema de pagamentos antecipados.

Considera sistema de pagamentos antecipados.

			PAGAMENTOS			
Data	Desembolso	Saldo devedor	Amortização	Juros	Comissões	Total de Pag.
15/05/2019	4.000.000,00	4.000.000,00	-	-	125.000,00	125.000,00
15/11/2019	-	4.000.000,00	-	149.266,59	58.777,78	208.044,36
15/05/2020	9.000.000,00	13.000.000,00	-	81.938,04	58.138,89	140.076,93
15/11/2020	-	13.000.000,00	-	267.114,24	47.277,78	314.392,01
15/05/2021	11.000.000,00	24.000.000,00	-	252.493,21	46.506,94	299.000,15
15/11/2021	-	24.000.000,00	-	475.414,47	33.222,22	508.636,69
15/05/2022	12.000.000,00	36.000.000,00	-	465.170,29	32.680,56	497.850,85
15/11/2022	-	36.000.000,00	-	710.856,11	17.888,89	728.745,00
15/05/2023	11.000.000,00	45.000.000,00	2.000.000,00	686.987,87	17.597,22	2.704.585,09
15/11/2023	-	43.000.000,00	2.000.000,00	870.900,12	3.833,33	2.874.733,45
15/05/2024	3.000.000,00	44.000.000,00	2.000.000,00	854.149,21	3.791,67	2.857.940,88
15/11/2024	-	42.000.000,00	2.000.000,00	889.139,78	-	2.889.139,78
15/05/2025	-	40.000.000,00	2.000.000,00	830.296,68	-	2.830.296,68
15/11/2025	-	38.000.000,00	2.000.000,00	806.358,95	-	2.806.358,95
15/05/2026	-	36.000.000,00	2.000.000,00	782.711,90	-	2.782.711,90
15/11/2026	-	34.000.000,00	2.000.000,00	760.669,00	-	2.760.669,00
15/05/2027	-	32.000.000,00	2.000.000,00	701.153,32	-	2.701.153,32
15/11/2027	-	30.000.000,00	2.000.000,00	674.604,58	-	2.674.604,58
15/05/2028	-	28.000.000,00	2.000.000,00	616.652,83	-	2.616.652,83
15/11/2028	-	26.000.000,00	2.000.000,00	583.833,58	-	2.583.833,58
15/05/2029	-	24.000.000,00	2.000.000,00	535.594,05	-	2.535.594,05
15/11/2029	-	22.000.000,00	2.000.000,00	504.704,25	-	2.504.704,25
15/05/2030	-	20.000.000,00	2.000.000,00	457.027,87	-	2.457.027,87
15/11/2030	-	18.000.000,00	2.000.000,00	424.165,19	-	2.424.165,19
15/05/2031	-	16.000.000,00	2.000.000,00	377.134,86	-	2.377.134,86
15/11/2031	-	14.000.000,00	2.000.000,00	342.258,92	-	2.342.258,92
15/05/2032	-	12.000.000,00	2.000.000,00	297.509,70	-	2.297.509,70
15/11/2032	-	10.000.000,00	2.000.000,00	258.940,06	-	2.258.940,06
15/05/2033	-	8.000.000,00	2.000.000,00	213.202,05	-	2.213.202,05
15/11/2033	-	6.000.000,00	2.000.000,00	174.159,75	-	2.174.159,75
15/05/2034	-	4.000.000,00	2.000.000,00	123.452,24	-	2.123.452,24
15/11/2034	-	2.000.000,00	2.000.000,00	83.656,06	-	2.083.656,06
15/05/2035	-	-	2.000.000,00	41.212,87	-	2.041.212,87
	-	-	-	-	-	-
Total	50.000.000,00		50.000.000,00	15.292.728,67	444.715,28	65.737.443,94



01/11/2018

SEI/MF - 1309972 - Nota Técnica

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Gerência de Análise de Capacidade de Pagamento e Publicações de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 119/2018/GERAP/CORFI/SURIN/STN-MF

**Assunto: Análise da Capacidade de Pagamento – Portarias MF nº 501 de 23 de novembro de 2017, e STN nº 1.049, de 13 de dezembro de 2017 - Estados e Distrito Federal.**

Senhora Coordenadora-Geral substituta da COREM,

1. Com a finalização da avaliação de metas e compromissos dos Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de 2017, novos números foram apurados para o cálculo da capacidade de pagamento dos Estados e do Distrito Federal, conforme o § 4º do Art. 2º da Portaria STN nº 1.049/17. Sendo assim, a presente Nota tem por objetivo apresentar a classificação final da capacidade de pagamento dos Estados e do Distrito Federal para o exercício de 2018.

#### 1 – METODOLOGIA DE ANÁLISE

2. A presente Nota de análise da capacidade de pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501 de 23/11/17 e os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049 de 13/12/2017. Nesse sentido, a classificação final da capacidade de pagamento é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

I – Endividamento;

II – Poupança Corrente; e

III – Liquidez.

3. Como fontes de informação para o cálculo da capacidade de pagamento foram utilizados os números apurados no processo da avaliação preliminar dos cumprimentos de metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), de acordo com o § 4º do Art. 2º da Portaria STN nº 1.049/17.

4. As informações utilizadas no cálculo dos indicadores da análise da capacidade de pagamento devem observar os conceitos e definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do anexo da Portaria STN nº 1.049/17.

5. Neste sentido, os Estados signatários do PAF, à exceção de AM, DF e RR, firmaram aditivo aos contratos de refinanciamento da Lei nº 9.496/97 aderindo aos novos conceitos do Programa e revisaram, em 2017, o primeiro PAF no novo formato. Quanto aos Estados que não aderiram ao novo PAF em 2017, cabe destacar que as avaliações ainda foram feitas de acordo com as metas e conceitos anteriores à LRF. Há também o caso específico do RJ e RS que, por terem pleiteado ingresso no Regime de Recuperação Fiscal - RRF, foram dispensados da fixação de metas do PAF de 2017, embora tenham aderido aos novos termos do PAF. Por fim, cabe destacar também que quatro Estados não são signatários do PAF, são eles: AP, PI, RN e TO.

6. Assim, para fins de padronização e com o objetivo de obter uma base de dados consolidada de todos os Estados, a COREM estendeu os ajustes realizados para adequação ao MDF/MCASP aos dados de 2015 e 2016 de todos os Estados, e de 2017 para AM, DF, RR, RJ, RS, AP, PI, RN e TO, que não tiveram seus dados ajustados na avaliação de 30 de junho. Os valores ajustados seguem em anexo na Nota Técnica SEI 92/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF (Processo 17944.109043/2018-30, documento SEI nº 1337023).

7. Para os Estados que firmaram o aditivo aos contratos de refinanciamento da Lei nº 9.496/97 referente ao Novo PAF os ajustes realizados para adequação dos dados estão explicados nas notas e processos relacionados abaixo.

Estado	Número do Processo SEI	Nota Técnica	Nº documento SEI
Acre	17944.105200/2018-38	Nota Técnica SEI nº 55/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1198998
Alagoas	17944.105218/2018-30	Nota Técnica SEI nº 77/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1209891
Bahia	17944.105201/2018-82	Nota Técnica SEI nº 79/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1216076
Ceará	17944.105219/2018-84	Nota Técnica SEI nº 54/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1198854
Espírito Santo	17944.105202/2018-27	Nota Técnica SEI nº 57/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199049
Goiás	17944.105199/2018-41	Nota Técnica SEI nº 58/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199058
Maranhão	17944.105220/2018-17	Nota Técnica SEI nº 59/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199067
Minas Gerais	17944.105204/2018-16	Nota Técnica SEI nº 68/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199105
Mato Grosso do Sul	17944.105207/2018-50	Nota Técnica SEI nº 67/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199104
Mato Grosso	17944.105208/2018-02	Nota Técnica SEI nº 60/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199075
Pará	17944.105209/2018-49	Nota Técnica SEI nº 69/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199109
Paraíba	17944.105221/2018-53	Nota Técnica SEI nº 61/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199080
Pernambuco	17944.105222/2018-06	Nota Técnica SEI nº 63/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199096
Paraná	17944.105210/2018-73	Nota Técnica SEI nº 62/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199093
Rondônia	17944.105213/2018-15	Nota Técnica SEI nº 66/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199103
Santa Catarina	17944.105215/2018-04	Nota Técnica SEI nº 65/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199101
Sergipe	17944.105216/2018-41	Nota Técnica SEI nº 73/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1204712
São Paulo	17944.105217/2018-95	Nota Técnica SEI nº 64/2018/GECOF/COREM/SURIN/STN-MF	1199098

8. A cada indicador econômico-financeiro, foi atribuída uma letra – A, B ou C – que representa a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores da tabela, apresentado no art. 2º da Portaria MF 501/17.

INDICADOR	SIGLA	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
-----------	-------	-------------------	-----------------------



01/11/2018

SEI/MF - 1309972 - Nota Técnica

Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C
Poupança Corrente	PC	PC < 90%	A
		90% ≤ PC < 95%	B
		PC ≥ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

9. A classificação final da capacidade de pagamento do ente foi obtida a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme a tabela no art. 3º da Portaria MF nº 501/17.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	D
C	C	C	
Demais combinações de classificações parciais			C

## II – DO CÁLCULO DOS INDICADORES

### Indicador I - Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/Receita Corrente Líquida

#### Aspectos Considerados na Apuração

##### Quanto à Dívida Consolidada Bruta

10. **Dívida Pública Consolidada** – montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

##### Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

11. **Receita Corrente Líquida** – somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes (inclusive os recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb) e outras receitas também correntes, deduzidas as transferências Constitucionais a Municípios, a Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, a Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, a Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e os pagamentos para formação do FUNDEB.

### Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

#### Aspectos Considerados na Apuração

##### Quanto às Despesas Correntes - DCO

12. **Despesas Correntes** – gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Abrange as transferências a Municípios e desconsidera os lançamentos das perdas líquidas com o FUNDEB. Utilizar-se-ão as despesas empenhadas do exercício.

##### Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

13. **Receita Corrente Ajustada** – somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes (inclusive os recursos recebidos do FUNDEB) e outras receitas também correntes, consideradas as receitas intraorçamentárias e os recursos repassados aos Municípios e desconsideradas as restituições de receitas, os pagamentos para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.

### Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

#### Aspectos Considerados na Apuração

##### Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta

14. **Obrigações Financeiras** – obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão considerados apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

15. **Disponibilidade de Caixa Bruta** – ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão considerados apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

## III - RESULTADOS DOS INDICADORES

16. A seguir são apresentados os valores apurados para cada um dos indicadores necessários à capacidade de pagamento e a classificação final de cada ente, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/17, e a Portaria STN nº 1.049/2017, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017.

Estado	Indicador 1 -	Nota	Indicador 2 - Poupança	Nota	Indicador 3 -	Nota	CAPAG
--------	---------------	------	------------------------	------	---------------	------	-------

01/11/2018

## SEI/MF - 1309972 - Nota Técnica

	Endividamento	Indicador 1	Corrente	Indicador 2	Liquidez	Indicador 3	
Acre	82,07%	B	94,40%	B	15,05%	A	B
Alagoas	126,48%	B	89,88%	A	74,82%	A	B
Amazonas	55,74%	A	92,89%	B	88,93%	A	B
Amapá	63,92%	B	82,73%	A	26,82%	A	B
Bahia	72,89%	B	96,38%	C	87,58%	A	C
Ceará	69,11%	B	91,34%	B	47,84%	A	B
Distrito Federal	40,81%	A	99,35%	C	541,81%	C	C
Espírito Santo	55,30%	A	89,07%	A	11,69%	A	A
Goiás	93,37%	B	95,27%	C	1820,59%	C	C
Maranhão	56,05%	A	95,39%	C	76,43%	A	C
Minas Gerais	199,24%	C	104,41%	C	N.D.	-	-
Mato Grosso do Sul	90,25%	B	103,66%	C	151,27%	C	C
Mato Grosso	46,94%	A	96,63%	C	-561,39%	C	C
Pará	19,67%	A	90,85%	B	34,20%	A	B
Paraíba	47,93%	A	92,99%	B	85,88%	A	B
Pernambuco	68,46%	B	96,61%	C	168,14%	C	C
Piauí	59,71%	A	94,02%	B	34,00%	A	B
Paraná	64,61%	B	94,64%	B	34,54%	A	B
Rio de Janeiro	288,46%	C	108,67%	C	-450,91%	C	D
Rio Grande do Norte	22,90%	A	97,04%	C	374,61%	C	C
Rondônia	69,38%	B	89,39%	A	52,06%	A	B
Roraima	65,64%	B	90,23%	B	N.D.	-	-
Rio Grande do Sul	212,42%	C	101,55%	C	601,20%	C	D
Santa Catarina	109,87%	B	96,66%	C	47,24%	A	C
Sergipe	71,03%	B	98,13%	C	339,89%	C	C
São Paulo	202,92%	C	94,73%	B	66,88%	A	B
Tocantins	47,15%	A	89,51%	A	608,88%	C	C

17. O detalhamento do cálculo dos indicadores dos Estados e do Distrito Federal é apresentado no Anexo I - Informações Fiscais dos Estados (documento SEI nº 1310864), desta Nota Técnica.

18. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017, para os anos de 2015 e 2016, as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

19. As análises de capacidade de pagamento realizadas são válidas até a próxima avaliação quanto ao cumprimento de metas do referido Programa, para os Estados com Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal e o Distrito Federal, ou até a publicação do próximo Balanço Consolidado, para os demais Estados. Não obstante isto, os resultados apresentados nesta Nota estão sujeitos à aplicação do art. 5º da Portaria MF nº 501, de 2017.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente  
LAÉRCIO MARQUES DA AFONSECA JUNIOR  
Gerente de Projeto da GERAP

Do  
PAUL

De acordo. À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente  
ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ  
Coordenador da CORFI

De acordo. Encaminhe-se a COPEM com vistas a deliberação do Grupo Técnico do CGR.

Documento assinado eletronicamente  
SARAH TARSILA ARAUJO ANDREOZZI  
Coordenadora-Geral da COREM - Substituta

01/11/2018

SEI/MF - 1309972 - Nota Técnica



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernesto Monteiro Gomes**, Gerente, em 30/10/2018, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Laercio Marques da Afonseca Junior**, Gerente de Projeto, em 30/10/2018, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Tarsila Araujo Andreozzi**, Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios Substituto(a), em 30/10/2018, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Itanielson Dantas Silveira Cruz**, Coordenador(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais, em 30/10/2018, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1309972** e o código CRC **9AD89307**.

Referência: Processo nº 17944.109259/2018-03.

SEI nº 1309972



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios  
Gerência de análise e acompanhamento Fiscal dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Nota Técnica SEI nº 71/2018/GEAFI V/COREM/SURIN/STN-MF

**Assunto: Estado da Paraíba.**

**Análise da Capacidade de Pagamento – Portarias MF nº 501 de 23 de novembro de 2017, STN nº 1.049, de 13 de dezembro de 2017.**

Senhor Coordenador-Geral da COPEM,

1. Com a finalização da avaliação preliminar de metas e compromissos dos Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de 2017, novos números foram apurados para o cálculo da capacidade de pagamento do Estado da Paraíba, conforme o § 4º do Art. 2º da Portaria STN nº 1.049/17. Sendo assim, a presente Nota tem por objetivo apresentar a classificação final da capacidade de pagamento do Estado da Paraíba para o exercício de 2018.

#### I – METODOLOGIA DE ANÁLISE

2. A presente Nota de análise da capacidade de pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501 de 23/11/17 e os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049 de 13/12/2017. Nesse sentido, a classificação final da capacidade de pagamento é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

I – Endividamento;

II – Poupança Corrente; e

III – Liquidez.

3. Como fontes de informação para o cálculo da capacidade de pagamento foram utilizados os números apurados no processo da avaliação preliminar dos cumprimentos de metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), de acordo com o § 4º do Art. 2º da Portaria STN nº 1.049/17.

4. As informações utilizadas no cálculo dos indicadores da análise da capacidade de pagamento devem observar os conceitos e definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCAASP), do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do anexo da Portaria STN nº 1.049/17. Os ajustes necessários à adequação das informações obtidas na forma do parágrafo anterior aos conceitos e definições aplicáveis ao processo de análise da capacidade de pagamento estão descritos no Anexo desta Nota.

5. A cada indicador econômico-financeiro, foi atribuída uma letra – A, B ou C – que representa a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores da tabela, apresentado no art. 2º da Portaria MF 501/17.

INDICADOR	SIGLA	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C
Poupança Corrente	PC	PC < 90%	A
		90% ≤ PC < 95%	B
		PC ≥ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

6. A classificação final da capacidade de pagamento do ente foi obtida a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme a tabela no art. 3º da Portaria MF nº 501/17.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	D
C	C	C	

## II – DO CÁLCULO DOS INDICADORES

7. A seguir são apresentados os valores apurados para cada um dos indicadores necessários à capacidade de pagamento do Estado da Paraíba, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/17, e a Portaria STN nº 1.049/2017, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017.

### Cálculo da Classificação da Capacidade de Pagamento

8. O cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito do Estado foi realizado tendo por base os números apurados no processo da avaliação preliminar dos cumprimentos de metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) de 2017, de acordo com o § 4º do Art. 2º da Portaria STN nº 1.049/17.

9. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017, para os anos de 2015 e 2016, as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

10. Os ajustes eventualmente realizados são detalhados no documento "Anexo I - Ajustes e Justificativas" anexo desta Nota Técnica

### Indicador I – Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/ Receita Corrente Líquida

#### Aspectos Considerados na Apuração

##### Quanto à Dívida Consolidada Bruta

11. A **Dívida Consolidada Bruta** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.

12. Conforme apurada na avaliação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), a Dívida Consolidada Bruta do Estado era de R\$ 4.974.985.758,60.

##### Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

13. A **Receita Corrente Líquida (RCL)** corresponde às receitas correntes deduzidas da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.

14. Conforme apurada na avaliação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), a Receita Corrente Líquida do Estado era de R\$ 9.117.745.185,10.

15. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de endividamento, bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 1.049/2017.

	Valores	Indicador	Classificação Parcial
DC	R\$ 4.974.985.758,60	54,56%	A
RCL	R\$ 9.117.745.185,10		

### Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

#### Aspectos Considerados na Apuração

##### Quanto às Despesas Correntes - DCO

16. O item **Despesas Correntes** corresponde aos gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Desconsidera as perdas líquidas com o FUNDEB.

##### Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

17. O item **Receitas Correntes Ajustadas** corresponde às receitas orçamentárias, receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Deverão ser incluídas as receitas correntes intraorçamentárias, o retorno dos recursos do FUNDEB e deduzidas as restituições de receitas, a dedução da receita para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.

18. Dados os valores de Despesas Correntes e Receitas Correntes Ajustadas apresentados acima, a tabela a seguir demonstra o cálculo do indicador Poupança Corrente, além da classificação parcial do indicador, obtidos conforme §3º do art. 1º e o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	2015	2016	2017	Indicador	Classificação Parcial
Peso	0,2	0,3	0,5	92,99%	B
DCO	R\$ 9.610.965.124,61	R\$ 10.070.456.330,49	R\$ 10.444.794.316,16		
RCA	R\$ 9.974.202.667,19	R\$ 10.971.137.456,53	R\$ 11.308.518.724,43		



**Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta**

19. O item **Obrigações Financeiras** corresponde às obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

20. O item **Disponibilidade de Caixa Bruta** corresponde aos ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

21. Os valores apurados para o cálculo do indicador de Liquidez estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

	Total dos Recursos Não Vinculados
Obrigações Financeiras (OF)	R\$ 354.212.342,36
Disponibilidade de Caixa Bruta (DCB)	R\$ 412.437.209,06

22. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de liquidez (IL), bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	Valores	Indicador	Classificação Parcial
OF	R\$ 354.212.342,36	85,88 %	A
DCB	R\$ 412.437.209,06		

**Classificação Final da Capacidade de Pagamento**

23. A tabela a seguir demonstra as classificações parciais dos três indicadores utilizados para a classificação final da capacidade de pagamento, conforme dispõe o art. 3º da Portaria STN nº 1.049/2017:

Indicador	Classificação Parcial	Classificação Final
Endividamento (DC)	A	B
Poupança Corrente (PC)	B	
Liquidez (IL)	A	

**II – RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS**

24. A classificação final da capacidade de pagamento do Estado da Paraíba é “B”.

25. A classificação apurada nesta Nota permanece válida até que seja realizada a avaliação definitiva do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, no dia 30 de setembro de cada exercício.

26. Conforme Portaria STN nº 763/15, compete ao Comitê de Análise de Garantias (CGR) as avaliações técnicas dos pleitos de concessão de garantia. E, nos termos do regimento interno do Comitê de Análise de Garantias (CGR), aprovado pela Portaria STN nº 109, de 25 de fevereiro de 2016, compete à COREM a “análise da capacidade de pagamento e do risco de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art. 6º) e manifestar voto e posicionar-se em relação aos itens da pauta do CGR (art. 28 a 30).

27. Visando subsidiar deliberação do CGR, o posicionamento (ou voto) da COREM é que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para concessão de garantia da União, nos mesmos termos do disposto no art. 10 da Portaria MF nº 501/17, desde que observados todos os demais requisitos legais para a concessão de garantia da União.

28. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

**PAULO ERNESTO MONTEIRO GOMES**

Gerente da GERAP/CORFI/COREM/STN

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

**ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ**

Coordenador da CORFI/COREM/STN

De acordo. Encaminhe-se à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR



Documento assinado eletronicamente

**LEONARDO LOBO PIRES**

Coordenador-Geral da COREM/STN



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernesto Monteiro Gomes, Gerente**, em 05/07/2018, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lobo Pires, Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios**, em 05/07/2018, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Itanielson Dantas Silveira Cruz, Coordenador(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 05/07/2018, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0847646** e o código CRC **9043CD1A**.

Referência: Processo nº 17944.102748/2018-26.

SEI nº 0847646

## ANEXO À NOTA Nº 71/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da capacidade de pagamento, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/17, e a Portaria STN nº 1.049/17, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 501/17.

**Cálculo da Classificação da Capacidade de Pagamento**

1. O cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito do Estado foi realizado tendo por os números apurados pela avaliação de metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de 2017, conforme o § 4º do Art. 2º da Portaria STN nº 1.049/17.
2. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 501/17 as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

**Indicador I – Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/ Receita Corrente Líquida****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto à Dívida Consolidada Bruta**

3. A **Dívida Consolidada Bruta** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
4. O valor da Dívida Consolidada Bruta foi calculado conforme quadro a seguir

2017					R\$ 1,00
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C	
		Gerais B	Específicos C		
(=) Dívida Pública Consolidada	4.267.319.522,66	707.666.235,94	0,00	4.974.985.758,60	
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	2.616.482.635,47	707.666.235,94	0,00	3.324.148.871,41	
Dívida Contratual Interna	2.309.097.340,80	707.666.235,94	0,00	3.016.763.576,74	
Dívida Contratual Externa	307.385.294,67	0,00	0,00	307.385.294,67	
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	1.650.836.887,19	0,00	0,00	1.650.836.887,19	
(+) Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	

5. O valor da Dívida Consolidada Bruta para fins da análise da capacidade de pagamento está divergente do valor apresentado no Anexo 2 do RGF do 3º quadrimestre de 2017. A divergência diz respeito à dívida declarada no Anexo 16 do Balanço Geral do Estado, como sendo autorizada pela Lei Nº 6.404 de 15/12/1976 (Empresas dependentes), e não contabilizada no RGF. Dessa forma, fez-se o ajuste de R\$ 707.666.235,94.

**Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL**

6. A **Receita Corrente Líquida (RCL)** corresponde às receitas correntes deduzidas das transferências Constitucionais e Legais a Municípios, da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.



7. O valor apurado para a RCL em 2017 está disposto no quadro apresentado a seguir:

R\$ 1,00				
2017				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	9.132.263.289,02	-14.518.103,92	0,00	9.117.745.185,10
(+) Receita Corrente	12.449.448.162,14	-14.609.666,15	0,00	12.434.838.495,99
(-) Transferências Constitucionais e Legais	1.419.103.618,79	0,00	0,00	1.419.103.618,79
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	279.906.257,94	-91.562,23	0,00	279.814.695,71
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	247.147.614,93	-91.562,23	0,00	247.056.052,70
Contrib. dos Militares para o Custeio das Pensões	32.758.643,01	0,00	0,00	32.758.643,01
(-) Compensação Financ. entre Regimes Previdência	30.456.603,51	0,00	0,00	30.456.603,51
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.587.718.392,88	0,00	0,00	1.587.718.392,88

8. Os ajustes gerais na Receita Corrente e na contribuição do Servidor para o Plano de Previdência referem-se às outras deduções de receitas correntes, nos valores de R\$ 2.695.439,47 e R\$ 91.562,23, respectivamente.
9. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de endividamento, bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 501/17.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
DC	R\$ 4.974.985.758,60	54,56%	A
RCL	R\$ 9.117.745.185,10		



## Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

### Aspectos Considerados na Apuração

#### Quanto à Despesas Correntes - DCO

10. O item **Despesas Correntes** corresponde aos gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Abrange as transferências constitucionais aos Municípios e desconsidera as perdas líquidas com o FUNDEB.
11. Os valores apurados para o cálculo das **Despesas Correntes** nos anos de 2015, 2016 e 2017 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	8.388.748.058,37	1.222.217.066,24	0,00	9.610.965.124,61

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	8.748.729.208,37	1.321.727.122,12	0,00	10.070.456.330,49

2017				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	9.025.690.697,37	1.419.103.618,79	0,00	10.444.794.316,16

12. Os ajustes gerais realizados na despesa em 2015 referem-se:

- Transferências Constitucionais e Legais: Realocação das deduções de receitas referentes às transferências aos municípios, no valor de R\$ 1.220.957.875,39. Além disso, houve o acréscimo de R\$ 1.259.190,85, referentes às transferências a municípios de IPI Exportação, as quais estavam registradas como outras deduções.

13. Os ajustes gerais realizados na despesa em 2016 referem-se:

- Transferências Constitucionais e Legais: Realocação das deduções de receitas referentes às transferências aos municípios, no valor de R\$ 1.321.727.122,12.

14. Os ajustes gerais realizados na despesa em 2017 referem-se:

- Transferências Constitucionais e Legais: Realocação das deduções de receitas referentes às transferências aos municípios, no valor de R\$ 1.419.103.618,79.

#### Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

15. O item **Receitas Correntes Ajustadas** corresponde às receitas orçamentárias, receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Deverão ser incluídas as receitas correntes intraorçamentárias, o retorno dos recursos do FUNDEB e os recursos

repassados aos Municípios, e deduzidas as restituições de receitas, a dedução da receita para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.

16. Os valores apurados para o cálculo das **Receitas Correntes Ajustadas** nos anos de 2015, 2016 e 2017 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	10.708.222.173,71	-735.278.697,37	1.259.190,85	9.974.202.667,19
(+) Receitas Correntes	10.918.299.356,15	-735.278.697,37	734.428.333,45	10.917.448.992,23
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	480.618.396,59	0,00	0,00	480.618.396,59
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	690.695.579,03	0,00	733.169.142,60	1.423.864.721,63

R\$ 1,00

2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	10.972.792.744,98	-1.655.288,45	0,00	10.971.137.456,53
(+) Receitas Correntes	12.050.369.241,37	-1.655.288,45	0,00	12.048.713.952,92
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	492.024.916,88	0,00	0,00	492.024.916,88
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	1.569.601.413,27	0,00	0,00	1.569.601.413,27

R\$ 1,00

2017				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	11.323.128.390,58	-14.609.666,15	0,00	11.308.518.724,43
(+) Receitas Correntes	12.449.448.162,14	-14.609.666,15	0,00	12.434.838.495,99
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	461.398.621,32	0,00	0,00	461.398.621,32
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	1.587.718.392,88	0,00	0,00	1.587.718.392,88

17. Os ajustes gerais realizados em 2015, 2016 e 2017 referem-se às outras deduções de receitas correntes.

18. Os ajustes específicos realizados em 2015 dizem respeito a:

- Receitas Correntes:
  - FPE: valor de R\$ 731.572.690,63 registrado erroneamente na Declaração de Contas Anuais como “Outras Deduções”.
  - IPI Exportação: valor de R\$ 2.014.705,36 registrado erroneamente na Declaração de Contas Anuais como “Outras Deduções”.
  - Lei Kandir: valor de R\$ 840.937,46 registrado erroneamente na Declaração de Contas Anuais como “Outras Deduções”.
- FUNDEB:
  - FPE: valor de R\$ 731.572.690,63 registrado erroneamente na Declaração de Contas Anuais como “Outras Deduções”.
  - IPI Exportação: valor de R\$ 755.514,51 registrado erroneamente na Declaração de Contas Anuais como “Outras Deduções”.
  - Lei Kandir: valor de R\$ 840.937,46 registrado erroneamente na Declaração de Contas Anuais como “Outras Deduções”.

19. Dados os valores de Despesas Correntes e Receitas Correntes Ajustadas apresentados acima, as tabelas a seguir demonstram o cálculo do indicador Poupança Corrente, além da classificação parcial do indicador, obtidos conforme §3º do art. 1º e o art. 2º da Portaria MF nº 501/17.

	2015	2016	2017	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
PESO	0,2	0,3	0,5	92,99%	B
DCO	R\$ 9.610.965.124,61	R\$ 10.070.456.330,49	R\$ 10.444.794.316,16		
RCA	R\$ 9.974.202.667,19	R\$ 10.971.137.456,53	R\$ 11.308.518.724,43		





**Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta**
**Aspectos Considerados na Apuração**
**Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta**

20. O item **Obrigações Financeiras** corresponde às obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
21. O item **Disponibilidade de Caixa Bruta** corresponde aos ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
22. Os valores apurados para o cálculo do indicador de Liquidez estão dispostos no quadro apresentado a seguir:

	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS
Obrigações Financeiras (OF)	R\$ 354.212.342,36
Disponibilidade de Caixa Bruta (DCB)	R\$ 412.437.209,06

23. Não foram realizados ajustes nesse item.
24. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de liquidez (IL), bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 501/17.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
OF	R\$ 354.212.342,36	85,88%	A
DCB	R\$ 412.437.209,06		

### Classificação Final da Capacidade de Pagamento

25. A tabela a seguir demonstra as classificações parciais dos três indicadores utilizados para a classificação final da capacidade de pagamento. Conforme dispõe o art. 3º da Portaria MF nº 501/17, o Estado da Paraíba obteve a classificação B.

INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Endividamento (DC)	A	B
Poupança Corrente (PC)	B	
Liquidez (IL)	A	



Memorando SEI nº 36/2018/GECEN III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

**Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado da Paraíba.**

**Referência:** Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102651/2017-32.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 309/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção de garantia da União para as operações de crédito do Estado da Paraíba.
2. Informamos que a Lei Estadual nº 10.487, de 23 de junho de 2015, concedeu autorização para que o Estado preste ao Tesouro Nacional contragarantias às mencionadas operações, por meio das receitas a que se referem os artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.
3. De acordo com a metodologia contida na Portaria nº 501/2017, foram apuradas as seguintes Margem e Operações Garantidas (OG) para o ente federativo:
  - Margem: R\$ 7.726.819.544,64;
  - OG: R\$ 37.092.844,00.
4. Assim, tendo em vista que o valor da Margem é superior ao valor da OG, são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da portaria nº 501/2017 pelo Estado da Paraíba.
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual, referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas no SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados,

Anexos:

I - Planilha Margem (SEI nº 0849282);

II - Planilha OG (SEI nº 0849290);



Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 05/07/2018, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0849249** e o código CRC **8D0D9EFE**.

Referência: Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 0849249

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVRES FINANCEIROS - COAFI

#### CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Paraíba
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	2017
MARGEM =	7.726.819.544,64
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	RREO

#### Balanço Anual (DCA)

RECEITAS PRÓPRIAS		5.406.270.897,52
1.1.1.2.07.00.00	ITCD	28.504.973,98
1.1.1.3.02.00.00	ICMS	5.067.823.466,14
1.1.1.2.05.00.00	IPVA	309.942.457,40
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		4.395.494.051,36
1.7.2.1.01.01.00	FPE	3.971.862.322,80
1.7.2.1.01.12.00	IPI EXPORTAÇÃO	4.961.835,48
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	418.669.893,08
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	138.299.896,40
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	311.491.915,11
3.3.20.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.889.280,00
3.3.30.00.00.00		
3.3.40.00.00.00		47.353.596,91
3.3.41.00.00.00		1.989.911,14
3.3.45.00.00.00		
3.3.46.00.00.00		
3.3.50.00.00.00		59.009.503,98
3.3.60.00.00.00		
3.3.70.00.00.00		
3.3.71.00.00.00		
3.3.73.00.00.00		
3.3.74.00.00.00		
3.3.75.00.00.00		
3.3.76.00.00.00		
3.3.80.00.00.00		
Margem		9.234.730.845,34

#### Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO: 6º bimestre

RECEITAS PRÓPRIAS		5.404.673.997,07
Total dos últimos 12 meses	ICMS	5.066.472.551,45
	IPVA	309.784.591,88
	ITCD	28.416.853,74
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		4.394.709.715,99
Total dos últimos 12 meses	Cota-Parte do FPE	3.971.862.322,80
	Transferências da LC nº 87/1996	4.204.687,56
	IRRF	418.642.705,63
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	299.600.667,42
	Serviço da Dívida Externa	42.367.966,94
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	311.491.915,11
Total dos últimos 12 meses	Transferências Constitucionais e Legais	1.419.103.618,95
Margem		7.726.819.544,64

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

**CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)**

A PREENCHER  
RESULTADO

ENTE:	Paraliba
MEMO SEI:	309/2018
RESULTADO OG =	37.092.844,00

Média da Operação	13.916.894,24	16.525.751,70	6.650.198,06
Ano do último pagamento	2035	2026	2024
Credor	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Banco do Brasil	Banco do Brasil
Valor de face da operação	50.000.000,00	112.800.000,00	36.943.220,59
Moeda	Dólar	Real	Real
Taxa de câmbio	3,8558	1,0000	1,0000
Dia da taxa de câmbio	29/06/2018	-	-

Total de reembolsos	64.968.125,00	148.731.765,31	46.551.386,40
Localização do fluxo	SADIPEM	SADIPEM	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)	Reembolso (Amortização + Juros)	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	166.900,00	1.764.066,67	8.533.877,87
2019	270.962,50	23.297.193,84	8.299.921,57
2020	573.987,50	22.158.270,55	7.806.857,42
2021	948.312,50	21.019.347,26	7.302.652,48
2022	1.340.462,50	19.880.423,97	6.804.017,93
2023	5.759.100,00	18.741.500,69	6.305.383,37
2024	5.615.500,00	17.602.577,40	1.498.675,76
2025	5.471.900,00	16.463.654,11	
2026	5.328.300,00	7.804.730,82	
2027	5.184.700,00		
2028	5.041.100,00		
2029	4.897.500,00		
2030	4.753.900,00		
2031	4.610.300,00		
2032	4.466.700,00		
2033	4.323.100,00		
2034	4.179.500,00		
2035	2.035.900,00		

Total de reembolsos	46.551.386,40	148.731.765,31	46.551.386,40
Localização do fluxo	SADIPEM	SADIPEM	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)	Reembolso (Amortização + Juros)	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	8.533.877,87	1.764.066,67	8.533.877,87
2019	8.299.921,57	23.297.193,84	8.299.921,57
2020	7.806.857,42	22.158.270,55	7.806.857,42
2021	7.302.652,48	21.019.347,26	7.302.652,48
2022	6.804.017,93	19.880.423,97	6.804.017,93
2023	6.305.383,37	18.741.500,69	6.305.383,37
2024	1.498.675,76	17.602.577,40	1.498.675,76
2025		16.463.654,11	
2026		7.804.730,82	
2027			
2028			
2029			
2030			
2031			
2032			
2033			
2034			
2035			



Memorando SEI nº 36/2018/GECEN III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

**Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado da Paraíba.**

**Referência:** Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102651/2017-32.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 309/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção de garantia da União para as operações de crédito do Estado da Paraíba
2. Informamos que a Lei Estadual nº 10.487, de 23 de junho de 2015, concedeu autorização para que o Estado preste ao Tesouro Nacional contragarantias às mencionadas operações, por meio das receitas a que se referem os artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.
3. De acordo com a metodologia contida na Portaria nº 501/2017, foram apuradas as seguintes Margem e Operações Garantidas (OG) para o ente federativo:
  - Margem: R\$ 7.726.819.544,64;
  - OG: R\$ 37.092.844,00.
4. Assim, tendo em vista que o valor da Margem é superior ao valor da OG, são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da portaria nº 501/2017 pelo Estado da Paraíba.
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual, referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas no SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados,

Anexos:

I - Planilha Margem (SEI nº 0849282);

II - Planilha OG (SEI nº 0849290);

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente  
**DENIS DO PRADO NETTO**  
Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 05/07/2018, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0849249** e o código CRC **8D0D9EFE**.

Referência: Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 0849249

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

**CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA**

ENTE:	Paraíba
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	2017
MARGEM =	7.726.819.544,64
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	RREO

Balanço Anual (DCA)		
RECEITAS PRÓPRIAS		5.406.270.897,52
1.1.1.2.07.00.00	ITCD	28.504.973,98
1.1.1.3.02.00.00	ICMS	5.067.823.466,14
1.1.1.2.05.00.00	IPVA	309.942.457,40
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		4.395.494.051,36
1.7.2.1.01.01.00	FPE	3.971.862.322,80
1.7.2.1.01.12.00	IPI EXPORTAÇÃO	4.961.835,48
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	418.669.893,08
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	138.299.896,40
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	311.491.915,11
3.3.20.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.889.280,00
3.3.30.00.00.00		
3.3.40.00.00.00		47.353.596,91
3.3.41.00.00.00		1.989.911,14
3.3.45.00.00.00		
3.3.46.00.00.00		
3.3.50.00.00.00		59.009.503,98
3.3.60.00.00.00		
3.3.70.00.00.00		
3.3.71.00.00.00		
3.3.73.00.00.00		
3.3.74.00.00.00		
3.3.75.00.00.00		
3.3.76.00.00.00		
3.3.80.00.00.00		
Margem		9.234.730.845,34

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO: 6º bimestre		
RECEITAS PRÓPRIAS		5.404.673.997,07
Total dos últimos 12 meses	ICMS	5.066.472.551,45
	IPVA	309.784.591,88
	ITCD	28.416.853,74
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		4.394.709.715,99
Total dos últimos 12 meses	Cota-Parte do FPE	3.971.862.322,80
	Transferências da LC nº 87/1996	4.204.687,56
	IRRF	418.642.705,63
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	299.600.667,42
	Serviço da Dívida Externa	42.367.966,94
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	311.491.915,11
Total dos últimos 12 meses	Transferências Constitucionais e Legais	1.419.103.618,95
Margem		7.726.819.544,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVÊRES FINANCEIROS - COAFI

A PREENCHER  
RESULTADO

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Paraíba
MEMO SEI:	309/2018
RESULTADO OG =	37.092.844,00

Média da Operação	13.916.894,24
Ano do último pagamento	2035
Credor	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Valor de face da operação	50.000.000,00
Moeda	Dólar
Taxa de câmbio	3,8558
Dia da taxa de câmbio	29/06/2018

Média da Operação	16.525.751,70
Ano do último pagamento	2026
Credor	Banco do Brasil
Valor de face da operação	112.800.000,00
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Média da Operação	6.650.198,06
Ano do último pagamento	2024
Credor	Banco do Brasil
Valor de face da operação	36.943.220,59
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Total de reembolsos	64.968.125,00
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	166.900,00
2019	270.962,50
2020	573.987,50
2021	948.312,50
2022	1.340.462,50
2023	5.759.100,00
2024	5.615.500,00
2025	5.471.900,00
2026	5.328.300,00
2027	5.184.700,00
2028	5.041.100,00
2029	4.897.500,00
2030	4.753.900,00
2031	4.610.300,00
2032	4.466.700,00
2033	4.323.100,00
2034	4.179.500,00
2035	2.035.900,00

Total de reembolsos	148.731.765,31
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	1.764.066,67
2019	23.297.193,84
2020	22.158.270,55
2021	21.019.347,26
2022	19.880.423,97
2023	18.741.500,69
2024	17.602.577,40
2025	16.463.654,11
2026	15.324.730,82
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	

Total de reembolsos	46.551.386,40
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolso (Amortização + Juros)
2018	8.533.877,87
2019	8.299.921,57
2020	7.806.857,42
2021	7.302.652,48
2022	6.804.017,93
2023	6.305.383,37
2024	1.498.675,76
2025	
2026	
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	



Nota nº 32/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Em 03 de abril de 2018.

**Assunto:** Estado da Paraíba. Análise da Capacidade de Pagamento – Portarias MF nº 501, de 23 de novembro de 2017, STN nº 1.049, de 13 de dezembro de 2017.

1. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), por meio do Memorando SEI nº 143/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de março de 2018, do Processo SEI nº 17944.102748/2018-26, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Estado da Paraíba, a fim de subsidiar a deliberação do Comitê de Análise de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional acerca da concessão de aval ou garantia da União à operação de crédito de interesse do Estado.

## I – METODOLOGIA DE ANÁLISE

2. A presente Nota de análise da capacidade de pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/17 e os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049/17. Nesse sentido, a classificação final da capacidade de pagamento é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

- I – Endividamento;
- II – Poupança Corrente; e
- III – Liquidez.

3. Como fontes de informação para o cálculo da capacidade de pagamento foram utilizados os Balanços Gerais do Estado referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2016, publicados conforme previsto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

4. As informações utilizadas no cálculo dos indicadores da análise da capacidade de pagamento devem observar os conceitos e definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do anexo da Portaria STN nº 1.049/17. Os ajustes necessários à adequação das informações obtidas na forma do parágrafo anterior aos conceitos e definições aplicáveis ao processo de análise da capacidade de pagamento estão descritos no Anexo desta Nota.

5. A cada indicador econômico-financeiro, foi atribuída uma letra – A, B ou C – que representa a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores da tabela, apresentado no art. 2º da Portaria MF 501/17.



Pg. nº 2 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

INDICADOR	SIGLA	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Endividamento	DC	$DC < 60\%$	A
		$60\% \leq DC < 150\%$	B
		$DC \geq 150\%$	C
Poupança Corrente	PC	$PC < 90\%$	A
		$90\% \leq PC < 95\%$	B
		$PC \geq 95\%$	C
Liquidez	IL	$IL < 1$	A
		$IL \geq 1$	C

6. A classificação final da capacidade de pagamento do ente foi obtida a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme a tabela no art. 3º da Portaria MF nº 501/17.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

## II – RESULTADO E ENCAMINHAMENTOS

7. A classificação final da capacidade de pagamento do Estado da Paraíba é “B”.

8. Conforme Portaria STN nº 763/15, compete ao Comitê de Análise de Garantias (CGR) as avaliações técnicas dos pleitos de concessão de garantia. E, nos termos do regimento interno do Comitê de Análise de Garantias (CGR), aprovado pela Portaria STN nº 109, de 25 de fevereiro de 2016, compete à COREM a “análise da capacidade de pagamento e do risco de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art. 6º) e manifestar voto e posicionar-se em relação aos itens da pauta do CGR (art. 28 a 30).

9. Visando subsidiar deliberação do CGR, o posicionamento (ou voto) da COREM é que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para concessão de garantia da União, nos mesmos termos do disposto no art. 10 da Portaria MF nº 501/17, desde que observados todos os demais requisitos legais para a concessão de garantia da União.





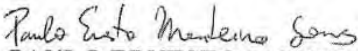
Pg. nº 3 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

10. Adicionalmente, em atendimento ao Art. 5º da Portaria MF 501/2017, não se verificou indícios de piora na situação fiscal do Estado e que a nova condição apresentada permite a manutenção da nota “B”.

11. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

À consideração superior.

  
**WEIDNER DA COSTA BARBOSA**  
Auditor Federal de Finanças e Controle

  
**PAULO ERNESTO MONTEIRO GOMES**  
Gerente da GEAFI V/COREM

De acordo. Encaminhe-se à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

  
**LEONARDO LOBO PIRES**  
Coordenador-Geral da COREM

Pg. nº 4 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

## ANEXO À NOTA Nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da capacidade de pagamento, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/17, e a Portaria STN nº 1.049/17, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/17.

### Cálculo da Classificação da Capacidade de Pagamento

2. O cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito do Estado da Paraíba foi realizado tendo por base os Balanços Gerais do Estado referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2016, publicados conforme previsto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
3. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/17 as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

### Indicador I – Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/ Receita Corrente Líquida

#### Aspectos Considerados na Apuração

#### Quanto à Dívida Consolidada Bruta

4. A **Dívida Consolidada Bruta** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
5. Não foram realizados ajustes nesse item. As informações do estoque da dívida apuradas a partir dos dos Balanços Gerais do Estado coincidem com as apresentadas nos RGFs, conforme o quadro a seguir:

R\$ 1,00			
EXERCÍCIO	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA – BALANÇO (A)	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA – RGF (B)	DIFERENÇA (B) - (A)
2016	4.458.664.218,68	4.458.664.218,68	0,00

cf  
7/6

Pg. nº 5 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

6. O valor da Dívida Consolidada Bruta foi calculado conforme quadro a seguir:

2016				
R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Dívida Pública Consolidada	4.458.664.218,68	0,00	0,00	4.458.664.218,68
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	2.797.474.066,27	0,00	0,00	2.797.474.066,27
Dívida Contratual Interna	2.474.121.216,06	0,00	0,00	2.474.121.216,06
Dívida Contratual Externa	323.352.850,21	0,00	0,00	323.352.850,21
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	1.661.190.152,41	0,00	0,00	1.661.190.152,41
(+) Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Não foram realizados ajustes gerais nesse item.

#### Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

8. A **Receita Corrente Líquida (RCL)** corresponde às receitas correntes deduzidas das transferências Constitucionais e Legais a Municípios, da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.

9. O valor apurado para a Receita Corrente Líquida a partir do Balanço Geral de 2016 é demonstrado no quadro a seguir:

2016				
R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	10.168.791.000,23	-1.323.130.125,13	-11.533,43	8.845.649.341,67
(+) Receita Corrente	12.050.369.241,37	-1.655.288,45	-11.533,43	12.048.702.419,49
(-) Transferências Constitucionais e Legais	0,00	1.321.727.122,12	0,00	1.321.727.122,12
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	284.547.228,32	-252.285,44	0,00	284.294.942,88
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	247.350,15	0,00	0,00	247.350,15
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	205.266.858,14	0,00	0,00	205.266.858,14
Contribuição do Servidor Ativo Militar	30.372.065,35	0,00	0,00	30.372.065,35
Contribuição do Servidor Inativo Civil	27.428.411,89	0,00	0,00	27.428.411,89
Contribuição do Servidor Inativo Militar	2.140.229,63	0,00	0,00	2.140.229,63
Contribuição do Pensionista Civil	14.689.859,54	0,00	0,00	14.689.859,54
Contr. p/Custeio Pensões Militares	469.384,57	0,00	0,00	469.384,57
Outras Contribuições para o RPPS	3.933.069,05	-252.285,44	0,00	3.680.783,61
(-) Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS => RPPS)	27.429.599,55	0,00	0,00	27.429.599,55
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.569.601.413,27	0,00	0,00	1.569.601.413,27

10. Foi constatada divergência de R\$ 1.323.141.658,56 entre a RCL apurada a partir do Balanço e a apresentada no RREO do 6º bimestre de 2016, conforme o quadro a seguir:

R\$ 1,00			
EXERCÍCIO	RCL – BALANÇO (A)	RCL – RREO 6º BIMESTRE (B) (B)	DIFERENÇA (B) - (A)
2016	10.168.791.000,23	8.845.649.341,67	(1.323.141.658,56)



Pg. nº 6 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

11. Os valores das RCLs apuradas nos Balanços do Estado encontram-se brutos das deduções de impostos e das restituições de receitas. Por fim, as deduções das transferências constitucionais e legais aos Municípios foram incluídas nos cálculos por meio de ajustes, considerando que o Estado informa essas transferências por meio de deduções de receitas.
12. Mesmo com os ajustes realizados restou uma diferença não explicada entre a RCL apurada para fins desta análise de capacidade de pagamento e aquela apresentada pelo Estado no RREO do 6º bimestre de 2016, conforme quadro de conciliação abaixo:

R\$ 1,00			
EXERCÍCIO	RCL – BALANÇO (A)	RCL – RREO 6º BIMESTRE (B) (B)	DIFERENÇA (B) - (A)
2016	8.845.660.875,10	8.845.649.341,67	(11.533,43)

13. Considerando que os valores das RCLs do RREOs para os exercícios de 2014 e 2016 são superiores aos obtidos a partir dos dados dos Balanços, optou-se, prudencialmente, por utilizar os valores dos RREOs.
14. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de endividamento, bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 501/17.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
DC	4.458.664.218,68	50,41%	A
RCL	8.845.649.341,67		

up 356

Pg. nº 7 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

## Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

### Aspectos Considerados na Apuração

#### Quanto à Despesas Correntes - DCO

15. O item **Despesas Correntes** corresponde aos gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Abrange as transferências constitucionais aos Municípios e desconsidera as perdas líquidas com o FUNDEB.
16. Os valores apurados para o cálculo das **Despesas Correntes** nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

2014 R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	7.874.668.523,28	1.185.596.937,57	0,00	9.060.265.460,85

2015 R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	8.388.748.058,37	1.222.217.066,26	0,00	9.610.965.124,63

2016 R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	8.748.729.208,37	1.321.727.122,12	0,00	10.070.456.330,49

17. Foram realizados ajustes nesse item nos valores abaixo especificados:

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	1.185.596.937,57	1.222.217.066,26	1.321.727.122,12
<b>TOTAL</b>	<b>1.185.596.937,57</b>	<b>1.222.217.066,26</b>	<b>1.321.727.122,12</b>

18. Os ajustes gerais realizados dizem respeito ao acréscimo das transferências constitucionais e legais aos Municípios nas Despesas Correntes, uma vez que o Estado informa essas transferências por meio de deduções de receitas.

#### Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

19. O item **Receitas Correntes Ajustadas** corresponde às receitas orçamentárias, receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Deverão ser incluídas



Pg. nº 8 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

as receitas correntes intraorçamentárias, o retorno dos recursos do FUNDEB e os recursos repassados aos Municípios, e deduzidas as restituições de receitas, a dedução da receita para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.

20. Os valores apurados para o cálculo das **Receitas Correntes Ajustadas** nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00				
2014				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	9.681.747.300,26	-1.197.040,53	0,00	9.680.550.259,73
(+) Receitas Correntes	10.587.179.980,45	-1.197.040,53	0,00	10.585.982.939,92
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	463.823.019,84	0,00	0,00	463.823.019,84
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	1.369.255.700,04	0,00	0,00	1.369.255.700,04

R\$ 1,00				
2015				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	9.975.053.031,12	-850.363,92	0,00	9.974.202.667,20
(+) Receitas Correntes	10.918.299.356,15	-850.363,92	0,00	10.917.448.992,23
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	480.618.396,59	0,00	0,00	480.618.396,59
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	1.423.864.721,62	0,00	0,00	1.423.864.721,62

R\$ 1,00				
2016				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos Indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Correntes	10.972.792.744,98	-1.655.288,45	0,00	10.971.137.456,53
(+) Receitas Correntes	12.050.369.241,37	-1.655.288,45	0,00	12.048.713.952,92
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	492.024.916,88	0,00	0,00	492.024.916,88
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	1.569.601.413,27	0,00	0,00	1.569.601.413,27

21. Foram realizados ajustes nesse item nos valores abaixo especificados:

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016
Deduções de Impostos e Restituições de Receitas	1.197.040,53	850.363,92	1.655.288,45
<b>TOTAL</b>	<b>1.197.040,53</b>	<b>850.363,92</b>	<b>1.655.288,45</b>

22. Os valores das receitas correntes apuradas nos Balanços Gerais encontram-se brutos das deduções de impostos e das restituições de receitas. Em razão disso, os ajustes gerais realizados no triênio 2014-2016 correspondem às restituições de receitas, registradas na rubrica 9.0.0.0.00.00 – Deduções de Receitas (exceto FUNDEB);

23. Dados os valores de Despesas Correntes e Receitas Correntes Ajustadas apresentados acima, as tabelas a seguir demonstram o cálculo do indicador Poupança Corrente, além da classificação parcial do indicador, obtidos conforme §3º do art. 1º e o art. 2º da Portaria MF nº 501/17.

W 756



Pg. nº 9 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

	2014	2015	2016	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
PESO	0,2	0,3	0,5	93,52%	B
DCO	9.060.265.460,85	9.610.965.124,63	10.070.456.330,49		
RCA	9.680.550.259,73	9.974.202.667,20	10.971.137.456,53		



Pg. nº 10 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

### Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

#### Aspectos Considerados na Apuração

#### Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta

24. O item **Obrigações Financeiras** corresponde às obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
25. O item **Disponibilidade de Caixa Bruta** corresponde aos ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
26. Os valores apurados para o cálculo do indicador de Liquidez estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS
Obrigações Financeiras (OF)	422.720.046,02
Disponibilidade de Caixa Bruta (DCB)	916.309.248,37

27. Não foram realizados ajustes nesse item.

28. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de liquidez (IL), bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 501/17.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
OF	493.589.202,35	53,87%	A
DCB	916.309.248,37		

*2/26*

Pg. nº 11 de 11 da Nota nº 32/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03/04/2018.

### **Classificação Final da Capacidade de Pagamento**

29. A tabela a seguir demonstra as classificações parciais dos três indicadores utilizados para a classificação final da capacidade de pagamento. Conforme dispõe o art. 3º da Portaria MF nº 501/17, o Estado da Paraíba obteve a classificação **B**.

INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Endividamento (DC)	A	B
Poupança Corrente (PC)	B	
Liquidez (IL)	A	



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 21/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Assunto: **definição de procedimentos para verificação do cumprimento dos artigos 51, 52 e 54, todos da LRF, inciso XIII, art. 21 da RSF nº 43, de 2001, alínea 'e', inciso II, art. 10 da RSF nº 48, de 2007, e artigos 4º, 6º e 8º, todos da Portaria STN nº 896, de 2017.**

Senhora Subsecretária,

1. Trata a presente Nota da definição de procedimentos a serem adotados por esta Secretaria para a verificação do cumprimento de limites e condições para a contratação de operações de crédito e para a concessão de garantia da União, quanto ao disposto nos artigos 51, 52 e 54, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), inciso XIII, art. 21 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, alínea ‘e’, inciso II, art. 10 da RSF nº 48, de 2007, e artigos 4º, 6º e 8º, todos da Portaria STN nº 896, de 31 e outubro de 2017.

2. Ressalte-se que os procedimentos para a verificação do cumprimento de que trata o § 3º, art. 48 da LRF, bem como do art. 27 da RSF nº 43, de 2001, serão tratadas em Nota Técnica a ser elaborada por esta Coordenação-Geral.

3. Os referidos procedimentos, em que não se inclui a verificação do disposto no art. 8º da Portaria STN nº 896, de 2017, estão, atualmente, definidos na Nota nº 41/2008-COPEM/STN, de 19 de janeiro de 2008, segundo a qual:

9. Considerando o exposto acima, por ocasião da instrução dos pedidos de autorização para contratar operações de crédito de Estados, Municípios e Distrito Federal, sugerimos que seja solicitada a homologação dos relatórios do SISTN relativos apenas aos dois últimos exercícios e ao exercício em curso, conforme proposto no S 7º desta nota. Registre-se que o procedimento proposto merecerá destaque quando da solicitação de documentação complementar, trará agilidade no processo de instrução de operações, não cria qualquer insegurança jurídica, atende aos requisitos legais e, por fim, não requer adaptações no Manual de Instrução de Pleitos - MIP

4. Contudo, no interregno compreendido entre a elaboração da Nota em comento e esta data, ocorreram diversas modificações, tanto na legislação quanto nos sistemas utilizados para a coleta de dados contábeis e fiscais dos entes da Federação, engendrando a necessidade de revisão dos procedimentos de verificação do cumprimento dos itens de exigência relativos ao envio da Declaração de Contas Anuais (DCA) e dos Demonstrativos Fiscais.

5. Além disso, com fulcro no § 2º, art. 48 da LRF, o inciso V, art. 3º da Portaria STN nº 896, de 2017, incluiu a obrigatoriedade de inserção, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), do conjunto de informações primárias de natureza contábil, orçamentária e fiscal utilizadas para geração automática de relatórios e demonstrativos de propósito geral, denominado Matriz de Saldos Contábeis – MSC.

6. Assim, em relação à legislação, foram efetuadas modificações na LRF, alterando o marco legal sobre o assunto, conforme segue:

*Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; os prestação de contas e o respectivo parecer prévio; o*



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

*Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*

*§ 1º A transparência será assegurada também mediante:*

*I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;*

*II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e*

*III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.*

*§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.*

*§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32.*

*§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51.*

*§ 5º Nos casos de envio conforme disposto no § 2º, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput.*

*§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.*

7. A referida alteração na LRF deu ensejo à edição de outros normativos, como a Portaria STN nº 896, de 2017, e a Portaria STN nº 55, de 2018.

8. No que tange às modificações dos sistemas de informação, quando da edição da Nota nº 41/2008-COPEM/STN, utilizava-se, para o registro e divulgação dos relatórios de que trata o Capítulo IX da LRF e para o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa de que cuida o § 4º, art. 32, também da LRF, o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN). Contudo, tal Sistema, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, foi descontinuado em 28 de fevereiro de 2015.

9. Em substituição, esta Secretaria implementou o Siconfi, com o objetivo de proporcionar a automatização do recebimento de informações qualificadas e confiáveis, disseminar práticas de transparência pública e de controle social, bem como tornar-se instrumento voltado à modernização das práticas contábeis aplicadas no Setor Público nacional.

10. Diante do cenário apresentado, com fulcro no § 2º, art. 48 da LRF, segundo o qual os entes da Federação disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, esta Secretaria editou a Portaria STN nº 896, de 2017, que, entre suas disposições atinentes ao assunto de que trata esta Nota, determinou que:

*Art. 1º A disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no exercício de 2018, observarão as regras acerca de formato, de periodicidade e de sistema definidos nesta Portaria.*

*Parágrafo único. Conforme definido no § 4º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a inobservância das regras desta Portaria impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.*

12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

11. Essa mesma Portaria estabelece, em consonância com a LRF, os seguintes prazos para publicação dos documentos que trazem as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes federados:

*Art. 4º O recebimento das contas anuais na forma do §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000 será efetuado pelo Siconfi mediante o preenchimento da DCA, sem prejuízo do disposto no art. 8º desta Portaria.*

*(...)*

*§ 4º Para o envio da DCA, aplicam-se os prazos previstos no § 1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, quais sejam:*

*I – municípios, até trinta de abril;*

*II – estados e Distrito Federal, até trinta e um de maio.*

*(...)*

*Art. 6º Conforme os prazos de publicação a que se referem o caput do art. 52 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão inseridas, obrigatoriamente, no Siconfi:*

*I – pelo Poder Executivo de cada ente da Federação, as informações do RREO até trinta dias após o encerramento de cada bimestre;*

*II – por todos os Poderes e Órgãos dos entes da Federação elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e pelas defensorias públicas, as informações do RGF até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.*

*(...)*

*§ 3º Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem, nos termos do art. 63 da Lei Complementar nº 101, de 2000, pela publicação semestral do RGF e dos demonstrativos do RREO previstos no art. 53 da mesma Lei, deverão registrar essa opção no Siconfi para o exercício pretendido e inserir os dados até trinta dias após o encerramento de cada semestre.*

*(...)*

*Art. 8º Os entes da Federação encaminharão para a STN, mensalmente, a MSC gerada a partir do leiaute definido para o exercício de 2018 conforme Anexo II desta Portaria.*

*§ 1º Os entes da Federação encaminharão a MSC até trinta dias após o mês de referência.*

*§ 2º A disponibilização dos dados e informações contábeis, orçamentárias e fiscais por meio do leiaute definido para a MSC conforme Anexo II desta Portaria, será obrigatória para:*

*I – a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios das capitais dos estados: a partir de janeiro de 2018;*

*II – os municípios que possuem regimes próprios de previdência, com exceção dos municípios das capitais dos estados: a partir de julho de 2018; e*

*III – os demais municípios não abrangidos nos incisos I e II: a partir de janeiro de 2019.*

12. Quanto à forma de verificação do cumprimento do prazo para a disponibilização das citadas informações, considerando que o disposto no parágrafo único, art. 1º da Portaria STN nº 896, de 2017, estabelece que a inobservância das regras da referida Portaria impedirá que o ente da Federação receba tanto transferências voluntárias, quanto contrate operações de crédito, entende-se possível que se adotem as mesmas regras aplicáveis ao exame de adimplência para recebimento de transferências voluntárias à verificação do cumprimento dessas obrigações para fins de contratação de operações de crédito.

13. A verificação dos requisitos para o recebimento de transferências voluntárias, conforme Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, poderá ser realizada por meio do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) que, nos termos da Instrução Normativa STN nº 1, de 6 de outubro de 2017, espelha informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, discriminadas na Instrução Normativa em questão.

14. As condições para a realização das transferências voluntárias estão estabelecidas no art. 22 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, que, acerca da disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, dispõe, no inciso XIX desse mesmo artigo, que:

*Art. 22. São condições para a celebração de instrumentos, a serem cumpridas pelo conveniente, conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas demais normas aplicáveis:*

*(...)*



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

*XIX - disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos em normativo específico do órgão central de contabilidade da União, nos termos do § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, alterado pela Lei Complementar nº 156, de 2016, incluindo: (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 451, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017).*

- 1. Relatórios de Gestão Fiscal – RGF;*
- 2. Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO;*
- 3. Declarações das Contas Anuais – DCA;*
- 4. Matrizes de Saldos Contábeis – MSC; e*
- 5. Atualizações e alterações posteriores de formato definido no referido ato normativo vigente.*

15. A forma de verificação desses itens está disciplinada, atualmente, nos incisos I a IV, art. 2º da Portaria STN nº 55, de 18 de janeiro de 2018, nos seguintes termos:

*Art. 2º O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi realizará, de forma automática e segundo os dados enviados pelos entes da Federação a atualização dos seguintes itens do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC:*

*I – Item 3.1 - Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal - RGF;*

*II Item 3.2 - Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária- RREO;*

*III - Item 3.3 - Encaminhamento das Contas Anuais;*

*IV - Item 3.4 - Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis - MSC; e*

*(...)*

*§ 1º A adimplência do item descrito no inciso I será observada mediante a homologação no Siconfi de todos os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, do exercício em curso e do anterior, de cada um dos Poderes e órgãos elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, inclusive as defensorias públicas, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55, ou semestre, para os entes que cumpram os requisitos e façam a opção prevista no art. 63, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000, com validade até a data-limite da homologação referente ao período subsequente.*

*§ 2º A adimplência do item descrito no inciso II dar-se-á mediante a homologação no Siconfi de todos os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO, do exercício em curso e do anterior, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, em atendimento ao disposto nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com validade até a data limite da homologação referente ao período subsequente.*

*§ 3º A adimplência do item descrito no inciso III dar-se-á mediante a homologação no Siconfi da Declaração das Contas Anuais – DCA, relativas aos 5 (cinco) últimos exercícios, em atendimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverá ocorrer até as datas limite de 30 de abril do exercício subsequente, para os Municípios, e de 31 de maio do exercício subsequente, para Estados e Distrito Federal, na forma definida pelas normas gerais relacionadas à consolidação nacional, e por esfera de governo, editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.*

*§ 4º A adimplência do item descrito no inciso IV será observada pelo encaminhamento ao Siconfi das Matrizes de Saldos Contábeis – MSC, em periodicidade mensal, até o último dia do mês seguinte ao mês de referência relativas ao exercício em curso e aos 4 imediatamente anteriores.*

*(...)*

*§ 6º O encaminhamento mencionado no § 4º será aplicado a partir do exercício de 2018.*

16. Conforme se verifica, a forma de comprovação da publicação dos demonstrativos estabelecida na Portaria STN nº 55, de 2018, é suficiente, quanto à abrangência e periodicidade, para a realização das atividades relacionadas à verificação dos limites e condições para a contratação de operações de crédito e para a concessão de garantia da União, tendo em vista que, além de atender ao disposto na Portaria STN nº 896, de 2016, garante que o ente da Federação pleiteante tenha publicado os relatórios necessários para realização de tais atividades.

17. Ademais, a utilização do CAUC para fins da verificação dos requisitos de que trata esta Nota atende ao que preceitua o disposto no inciso VI, parágrafo único, art. 2º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que determina a observância, nos processos administrativos, entre outros, de critérios de adequação

entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

18. Dessa forma, exigir que se publiquem os demonstrativos informações e dados contábeis dos entes federados em abrangência e periodicidade superiores àquelas definidas na Portaria STN nº 55, de 2018, constituir-se-á em mero procedimento burocrático.

19. Além disso, a verificação da publicação do RGF por meio do CAUC é mais abrangente do que aquela disposta na Nota nº 41/2008-COPEM/STN, pois, enquanto nesta a verificação de publicação do referido relatório ocorre somente para o Poder Executivo, na forma disposta pela Portaria STN nº 55, de 2018, o ente somente estará adimplente quando ocorrer publicação de todos os Poderes e órgãos elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, inclusive as defensorias públicas, sendo, portanto, mais abrangente e consentânea com as normas e princípios trazidos pela LRF e demais normativos atinentes à matéria.

20. Diante de todo o exposto, propõe-se, para fins de verificação de que tratam os artigos 51, 52 e 54, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), inciso XIII, art. 21 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, alínea ‘e’, inciso II, art. 10 da RSF nº 48, de 2007, e 4º, 6º e 8º, todos da Portaria STN nº 896, de 2017, no âmbito da verificação do cumprimento de limites e condições para contratação de operações de crédito e para a concessão de garantia pela União, seja utilizado o extrato do CAUC, considerando que o ente da Federação pleiteante cumpra os citados dispositivos legais quando estiver em situação de adimplência com os itens do CAUC referentes a tais obrigações, revogando-se da Nota nº 41/2008-COPEM/STN, tendo em vista que os procedimentos nela descritos estão obsoletos em relação aos sistemas de informação hoje disponíveis, bem como à legislação vigente.

À consideração superior,

Documento assinado eletronicamente

Rodrigo Guanaes Cavalcanti

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

**Carlos Renato do Amaral Portilho**

Gerente da GEAPPE

Documento assinado eletronicamente

### Helena Cristina Dill

Gerente da GEPEX

Documento assinado eletronicamente <b>Bruno Galetti Caetano de Paula</b> Gerente da GEPIN	Documento assinado eletronicamente <b>Alberto Cardoso</b> Gerente da GDATA
---	--

De acordo. À consideração do Sr. Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Documento assinado eletronicamente



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica

**Marcelo Callegari Hoertel**

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Sra. Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais.

Documento assinado eletronicamente

**Renato da Motta Andrade Neto**

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. Concorde com a adoção dos procedimentos descritos nesta Nota Técnica e convalido todos os atos praticados em data anterior à sua elaboração que estejam em conformidade aos entendimentos aqui esposados, bem como revogo a Nota nº 41/2008-COPEM/STN, de 19 de janeiro de 2008.

Documento assinado eletronicamente

**Pricilla Maria Santana**

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Renato do Amaral Portilho, Gerente**, em 07/03/2018, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Cardoso, Gerente**, em 07/03/2018, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.  
Nº de Série do Certificado: 1284386



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Guanaes Cavalcanti, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 07/03/2018, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



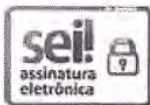
Documento assinado eletronicamente por **Bruno Galete Caetano de Paula, Gerente**, em 08/03/2018, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 08/03/2018, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 08/03/2018, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 09/03/2018, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 12/03/2018, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



12/03/2018

SEI/MF - 0399593 - Nota Técnica



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0399593** e o código CRC **F4D2A9F9**.

Referência: Processo nº 17944.101899/2018-67.

SEI nº 0399593

21/03/2018

SEI/MF - 0453543 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária  
Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros

PARECER SEI Nº 78/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MF

Consulta.

Secretaria do Tesouro Nacional. Questão referente à interpretação do art. 17 da Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017.

Processo SEI nº 17944.101621/2018-90

## I

A STN – Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Memorando SEI nº 10/2018/GEAFI V/COREM/SURIN/STN-MF, submete a esta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional questão referente à interpretação do art. 17 da Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017, assim vernaculamente posta:

(...) considerando que o artigo 17 da Portaria nº 501/2017 determina que análises anteriores, elaboradas com amparo na Portaria MF nº 306/2002, permanecem válidas e não demandam reanálise, pergunta-se: as CAPAGs calculadas com base nas determinações da Portaria MF nº 306/2002 e que eram válidas no dia 24 de novembro de 2017 (consequentemente, abarcadas pelo art. 17), mantêm-se aplicáveis caso ocorram alterações das informações fiscais do ente? E se ocorrerem alterações das condições das operações de crédito (inclusive alteração do cronograma de desembolsos)?

## II

2. Matéria com várias nuances[1] no âmbito do direito é a que envolve o conflito de leis no tempo, que se traduz na contraposição entre dois dispositivos normativos quando alterado o tratamento jurídico dado a determinada questão.

3. No caso concreto sob exame, as análises da capacidade de pagamento dos pleiteantes de garantia da União em operações de crédito eram regidas pela Portaria MF nº 306, de 10 de setembro de 2012, que foi sucedida pela Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017.

4. O art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro[2] dispõe que “a [L]ei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”, consubstanciando a máxima, há muito tempo presente, *tempus regit actum*.

5. Em relação às três figuras protegidas ante a vigência de novas normas[3], ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada, sua previsão está inserida na Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXVI, e, embora se dirija, primariamente, ao legislador, tem alcance reflexo nos órgãos judiciais e administrativos. [4]

6. A despeito de as figuras supramencionadas estarem previstas na Constituição Federal, é no referido art. 6º da que se encontra uma tentativa de conceituá-las, nos seguintes termos:

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbitrio de outrem. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

7. Nessa perspectiva, embora o postulado básico no direito intertemporal seja o de que a lei nova não atinge os fatos anteriores ao início de sua vigência, extrai-se da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o que realmente condiciona a atividade do Estado, no tocante à irretroatividade das normas, são as “hipóteses expressamente previstas pela Constituição, em ordem a inibir a ação do Poder Público eventualmente configuradora de restrição gravosa (a) ao *status libertatis* da pessoa (CF, art. 5º, XL), (b) ao *status subjectiois* do contribuinte em matéria tributária (CF, art. 150, III, a) e (c) à segurança jurídica no domínio das relações sociais (CF, art. 5º, XXXVI)[5]”

8. Desse modo, no tocante à Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017, embora seja cediço que a nova regra de cálculo da capacidade de pagamento não se aplica aos contratos de garantia já celebrados, porquanto se subsumem na proteção do ato jurídico perfeito, eis que consumados segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuaram, sobreleva relevante o dispositivo de direito intertemporal, consagrado no art. 17 da referida Portaria, porquanto dispõe sobre a conservação da eficácia de análise efetuada pela Administração Pública no âmbito do processo de concessão de garantia da União. Confira-se o teor do aludido dispositivo normativo:

Art. 17. As análises da capacidade de pagamento do devedor elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional com amparo na Portaria MF nº 306, de 10 de setembro de 2002, permanecem válidas e não demandam reanálise, incluindo aquelas elaboradas sem o cálculo dos incisos II e III do art. 8º da referida Portaria e que contem com a prévia anuência da Secretária do Tesouro Nacional, ficando convalidados todos os atos praticados com base nessa análise.

21/03/2018

SEI/MF - 0453543 - Parecer

9. Feita essa digressão no intuito da compreensão da relevância do dispositivo de direito intertemporal[6] acima transcrito, volta-se o foco para a resposta objetiva ao questionamento da consulente.
10. Observe-se que o referido dispositivo normativo preceitua a validade das análises da capacidade de pagamento do devedor elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional diante de um fato novo ensejado pela própria edição da Portaria MF nº 501, de 2017, que são as novas regras estatuídas para a referida análise, entretanto, tal norma não possui o condão de conferir validade a análises realizadas em que ocorra alteração de situações que constituem os próprios parâmetros nos quais a análise fulcra-se.

## III

11. Dessarte, tem-se que, alterados os parâmetros nos quais está fulcrada a classificação da capacidade de pagamento do ente subnacional pleiteante de garantia da União, exsurge -se a necessidade de nova análise.

[1] Em relação ao ordenamento processual, v.g., no aspecto do direito intertemporal, foi consagrado o sistema do isolamento dos atos processuais, segundo o qual suas normas não de ser aplicadas aos feitos em curso. In NÓBREGA, G. P. **Direito intertemporal e lei processual no tempo: anotações sobre o (ainda) novo Código que desponta no alvorecer de sua aguardada vigência**. Migalhas, v. 1, p. 1, 2016.

[2] Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

[3] São corolários da segurança jurídica, que se encontra no cerne do Estado de Direito, estando a segurança positivada como um direito na Constituição Federal, ao lado dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade, consoante preceituado no *caput* do art. 5º.

[4] BARROSO, Luis Roberto. **Em algum lugar do passado: segurança Jurídica, direito intertemporal e o novo Código Civil**. In: ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (Org.). *Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada*. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

[5] ADInMC 605-DF, Relator Ministro Celso de Mello *RTJ*, 145:463, 1993.

[6] Ao direito intertemporal compete fixar os limites do domínio de cada uma dentre duas disposições jurídicas consecutivas sobre o mesmo assunto. In BARROSO, Luis Roberto. **Em algum lugar do passado: segurança Jurídica, direito intertemporal e o novo Código Civil**. In: ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (Org.). *Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada*. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

Brasília, 16 de março de 2018.

À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS

Documento assinado eletronicamente

**SOPHIA DIAS LOPES**

Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo, À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS

Documento assinado eletronicamente

**MAÍRA SOUZA GOMES**

Coordenadora-Geral de Assuntos Financeiros

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria do Tesouro Nacional.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado eletronicamente

**ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT**

Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária



Documento assinado eletronicamente por **Sophia Dias Lopes, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 20/03/2018, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**.



21/03/2018

SEI/MF - 0453543 - Parecer



Documento assinado eletronicamente por **Maira Souza Gomes**, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária Substituto(a), em 20/03/2018, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt**, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária, em 20/03/2018, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0453543** e o código CRC **9F097DCD**.

Referência: Processo nº 17944.101621/2018-90

SEI nº 0453543

Memorando SEI nº 10/2017/GECEN III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM,

**Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantias. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado da Paraíba.**

**Referência:** Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102651/2017-32.

1. Referimo-nos aos memorandos SEI nº 469/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, de 30/11/2017, e SEI nº 483/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, de 4/12/2017, por meio dos quais é solicitada a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para as operações de crédito do Estado da Paraíba, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017.
2. De acordo com a metodologia descrita na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo, nas operações pleiteadas:
  - Margem: R\$ 7.547.303.547,66.
  - OG: R\$ 122.389.579,40.
3. Portanto, nos termos da referida Portaria, como o valor da margem é superior ao valor da OG, são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto**, **Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 05/12/2017, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0204216** e o código CRC **E71727D0**.

Referência: Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 0204216

Memorando SEI nº 483/2017/COPEM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COAFI

Assunto: **Complementação ao Memorando nº 469/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF. Suficiência de contragarantias. Operações de crédito do Estado da Paraíba.**

1. Em relação ao solicitado no Memorando SEI nº 469/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 30 de novembro de 2017, solicitamos a inclusão na análise da suficiência de contragarantias da operação a seguir do Estado da Paraíba cujo protocolo ocorreu nesta Secretaria na data de 01/12/2017:

Interessado	UF	Tipo de Interessado	Processo	Tipo de operação	Credor	Moeda	Valor	Status	Data
Paraíba	Paraíba	Paraíba	17944.102715/2017-03	Operação contratual interna (com garantia da União)	Caixa Econômica Federal	Real	149.910.684,89	Em análise	01/12/2017

2. O pleito constante da tabela refere-se à renegociação contratual com base no artigo 2º da Lei Complementar nº 156/2016 e o Cronograma Financeiro segue em anexo a este Memorando (doc. SEI nº 0205413). A Lei autorizadora consta do doc. SEI nº 0199153.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 04/12/2017, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0205329** e o código CRC **8EBA0201**.

Referência: Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 0205329



## ANEXO II ao Ofício GG 161 à COPEM

JOÃO PESSOA/PB  
Cronograma financeiro

TOMADOR Nº SIAFF PROGRAMA	ESTADO DA PARAÍBA 0398870-34 CPAC	Informações Financeiras		Periodos		Valores em R\$ 1,00
		Taxas e Valores		Assinatura	dez/17	
		encargos	4,128819	Nº Liberações	12	
		Financiamento	59.643.489,71	Sld devedor teórico		90.267.195,18
		Contrapartida	-	Sld a desembolsar		59.643.489,71
		Indexador	% excedente à TJLP 6%			
LEI AUTORIZATIVA	Lei nº 10.929 de 29/06/2017	TJLP	2,028819			

ANO	Contrapartida	Sld devedor/Liberações previstas	Taxas pag (a)	Amortização (b)	Total (a+b)
Sld devedor teórico	-	90.267.195,18			
2018	-	59.643.489,71	5.016.157,77	-	5.016.157,77
2019	-	-	6.159.830,02	-	6.159.830,02
2020	-	-	6.176.620,02	-	6.176.620,02
2021	-	-	6.159.830,02	-	6.159.830,02
2022	-	-	5.813.698,47	18.356.410,39	24.170.108,86
2023	-	-	5.059.433,52	18.356.410,39	23.415.843,91
2024	-	-	4.317.504,13	18.356.410,39	22.673.914,52
2025	-	-	3.550.903,75	18.356.410,39	21.907.314,14
2026	-	-	2.796.638,86	18.356.410,39	21.153.049,25
2027	-	-	2.042.373,93	18.356.410,39	20.398.784,32
2028	-	-	1.292.220,85	18.356.410,39	19.648.631,24
2029	-	-	533.844,11	18.356.410,39	18.890.254,50
2030	-	-	16.015,96	3.059.401,73	3.075.417,69
Total	-	59.643.489,71	48.935.071,41	149.910.686,99	198.845.756,30

RICARDO VIEIRA COUTINHO - GOVERNADOR



Memorando SEI nº 23/2017/GECEN III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM,

**Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado da Paraíba.**

**Referência:** Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102651/2017-32.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 483/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, por meio do qual é solicitada a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para as operações de crédito do Estado do Ceará, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017.
2. De acordo com a metodologia presente na portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações pleiteadas:
  - Margem: R\$ 7.547.303.547,66;
  - OG: R\$ 116.032.702,23.
3. Portanto, nos termos da referida portaria, como o valor da margem é superior ao valor da OG, são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

**HILTON FERREIRA DOS SANTOS**

Coordenador de Haveres Financeiros, substituto



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Ferreira dos Santos, Coordenador de Suporte aos Haveres Financeiros Substituto**, em 15/12/2017, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0232054** e o código CRC **142259F1**.

**Referência:** Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 0232054

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERS FINANCEIROS - COAF

A PREENCHER  
RESULTADO

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE	PARAIBA
MEMO SEI:	483/2017
RESULTADO OG =	316.032.702,23

Média da Operação	14.203.268,31	
Ano do último pagamento	2030	CEF
Credor		
Valor de face da operação	149.910.664,80	Real
Moeda		
Taxa de câmbio	1,0000	
Dia da taxa de câmbio		

Média da Operação	17.801.209,74	88
Ano do último pagamento	2025	BB
Credor		
Valor de face da operação	112.806.000,00	Real
Moeda		
Taxa de câmbio	1,0000	
Dia da taxa de câmbio		

Média da Operação	11.442.660,87	2035	BIRD
Ano do último pagamento	2035		
Credor			
Valor de face da operação	90.000.000,00	Dólar	
Moeda			
Taxa de câmbio	3,2796		
Dia da taxa de câmbio	31/10/2017		

Média da Operação	13.268.867,26	2030	BNDGS
Ano do último pagamento	2030		
Credor			
Valor de face da operação	109.111.675,94	Real	
Moeda			
Taxa de câmbio	1,0000		
Dia da taxa de câmbio			

Média da Operação	53.897.773,75	2043	BNDGS
Ano do último pagamento	2043		
Credor			
Valor de face da operação	641.240.596,10	Real	
Moeda			
Taxa de câmbio	1,0000		
Dia da taxa de câmbio			

Total de reembolsos	198.845.756,30	
Localização do fluxo	Documento SEI 0205413	
PERÍODO		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		
2035		
2036		

Total de reembolsos	154.810.876,70	
Localização do fluxo	SAD/PEM	
PERÍODO		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		
2035		
2036		

Total de reembolsos	46.551.386,40	
Localização do fluxo	SAD/PEM	
PERÍODO		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		
2035		
2036		

Total de reembolsos	67.450.488,50	
Localização do fluxo	SAD/PEM	
PERÍODO		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		
2035		
2036		

Total de reembolsos	185.764.141,69	
Localização do fluxo	Documento SEI 0199129	
PERÍODO		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		
2035		
2036		

Total de reembolsos	1.455.239.891,28	
Localização do fluxo	Documento SEI 0199129	
PERÍODO		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		
2035		
2036		



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

#### CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Paraíba
VERSÃO BALANÇO:	2016
VERSÃO RREO:	2016
MARGEM =	7.547.303.547,66
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	RREO

Balanco Anual (DCA)		
RECEITAS PRÓPRIAS		5.040.463.866,47
1.1.1.2.07.00.00	ITCD	30.150.680,65
1.1.1.3.02.00.00	ICMS	4.713.985.735,59
1.1.1.2.05.00.00	IPVA	296.327.450,23
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		4.572.361.516,65
1.7.2.1.01.01.00	FPE	4.153.047.849,73
1.7.2.1.01.12.00	IPI EXPORTAÇÃO	4.468.975,86
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	414.844.691,06
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	172.363.266,43
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	351.559.097,66
3.3.20.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.417.322,00
3.3.30.00.00.00		
3.3.40.00.00.00		71.204.095,32
3.3.41.00.00.00		
3.3.45.00.00.00		
3.3.46.00.00.00		
3.3.50.00.00.00		53.406.002,10
3.3.60.00.00.00		
3.3.70.00.00.00		
3.3.71.00.00.00		
3.3.73.00.00.00		
3.3.74.00.00.00		
3.3.75.00.00.00		
3.3.76.00.00.00		
3.3.80.00.00.00		
Margem		8.958.875.599,61

## Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO: 6º bimestre

<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>		<b>5.039.634.316,14</b>
Total dos últimos 12 meses	ICMS	4.713.478.234,29
	IPVA	296.160.301,78
	ITCD	29.995.780,07
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS</b>		<b>4.572.097.228,35</b>
Total dos últimos 12 meses	Cota-Parte do FPE	4.153.047.849,73
	Transferências da LC nº 87/1996	4.204.687,56
	IRRF	414.844.691,06
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	<b>Serviço da Dívida Interna</b>	349.107.385,91
	<b>Serviço da Dívida Externa</b>	42.034.391,00
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>	351.559.097,66
Total dos últimos 12 meses	<b>Transferências Constitucionais e Legais</b>	1.321.727.122,26
<b>Margem</b>		<b>7.547.303.547,66</b>

Memorando SEI nº 87/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COAFI

Assunto: **Suficiência de contragarantias. Operações de crédito do Estado da Paraíba.**

1. A fim de subsidiar a manifestação desta Coordenação-Geral na elaboração de parecer de verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para as operações de crédito do Estado da Paraíba, **solicito informar, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017, se as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes**, tendo vista que os cronogramas financeiros das operações sofreram alterações desde o envio do Memorando nº 483/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, de 04/12/2017.

2. Seguem as operações que se encontram: em tramitação na STN e que foram deferidas pela Secretaria do Tesouro Nacional a partir de 1º de janeiro de 2017.

Interessado	UF	Tipo de Interessado	Processo	Tipo de operação	Credor	Moeda	Valor	Status	Data
Paraíba	PB	Estado	17944.000579/2016-29	Operação contratual interna (com garantia da União)	Banco do Brasil S/A	Real	112.800.000,00	Em apreciação de pendências (1ª revisão)	30/11/2017
Paraíba	PB	Estado	17944.000543/2016-45	Operação contratual interna (com garantia da União)	Banco do Brasil S/A	Real	36.943.220,59	Em retificação pelo credor	16/11/2017
Paraíba	PB	Estado	17944.000652/2015-81	Operação contratual externa (com garantia da União)	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Dólar dos EUA	50.000.000,00	Em análise	14/11/2017
Paraíba	PB	Estado	17944.102348/2017-30	Operação contratual interna (com garantia da União)	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Real	109.111.675,94	Em análise	24/11/2017
Paraíba	PB	Estado	17944.102313/2017-09	Operação contratual interna (com garantia da União)	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Real	641.240.596,10	Em análise	24/11/2017
Paraíba	PB	Estado	17944.102715/2017-03	Operação contratual interna (com garantia da União)	Caixa Econômica Federal	Real	149.910.684,89	Em análise	01/12/2017

3. Informo que as Lei Autorizadoras e os Cronogramas Financeiros dos três primeiros pleitos da tabela acima estão disponíveis nos respectivos processos no SADIPEM nas abas "Documentos" e "Cronograma Financeiro". O quarto, o quinto e o sexto pleitos na tabela referem-se a renegociações contratuais com base no artigo 2º da Lei Complementar nº 156/2016 e os Cronogramas Financeiros e a Lei Autorizadora das referidas renegociações encontram-se no presente processo (SEI 0199129, 0205413 e 0199153).

4. Por fim, listo o representante do Ente, para eventual necessidade de solicitação de documentos e informações:

- Nome: Waldson Dias de Souza
- Cargo: Secretário de Estado do Planejamento
- Fone: (83) 3218-4833
- e-mail: tarciopessoa@me.com

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, substituto





Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel**, **Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios Substituto(a)**, em 06/03/2018, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0396650** e o código CRC **5DDEB8F4**.

Referência: Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 0396650

Memorando SEI nº 6/2018/GECEM III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM,

**Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado da Paraíba.**

**Referência:** Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102651/2017-32.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 87/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, por meio do qual é solicitada a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para as operações de crédito do Estado da Paraíba, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017.
2. De acordo com a metodologia presente na portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações pleiteadas:
  - Margem: R\$ 7.547.303.547,66;
  - OG: R\$ 115.909.516,38.
3. Portanto, nos termos da referida portaria, como o valor da margem é superior ao valor da OG, são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto**, **Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 08/03/2018, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0415714** e o código CRC **0813EE75**.

Referência: Processo nº 17944.102651/2017-32.

SEI nº 0415714

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

A PREENCHER  
RESULTADO

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	PARAÍBA
MEMO SEI:	87/2018
RESULTADO OG =	113.909.516,38

Média da Operação	14.201.268,31
Ano do último pagamento	2030
Credor	CEF
Valor de face da operação	149.910.694,99
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Média da Operação	17.201.208,74
Ano do último pagamento	2035
Credor	BB
Valor de face da operação	112.800.000,00
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Média da Operação	5.818.932,30
Ano do último pagamento	2024
Credor	BB
Valor de face da operação	36.943.720,59
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Média da Operação	11.518.475,01
Ano do último pagamento	2035
Credor	BRD
Valor de face da operação	50.000.000,00
Moeda	Dólar
Taxa de câmbio	3,2449
Dia da taxa de câmbio	28/02/2018

Média da Operação	13.268.867,26
Ano do último pagamento	2030
Credor	BNDES
Valor de face da operação	109.111.675,94
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Média da Operação	53.897.773,75
Ano do último pagamento	2043
Credor	BNDES
Valor de face da operação	641.240.596,10
Moeda	Real
Taxa de câmbio	1,0000
Dia da taxa de câmbio	-

Total de reembolsos	198.845.756,30
Localização do fluxo	Documento SEI 0205413
PERÍODO	Reembolsos (Amortização + Juros)
2017	
2018	
2019	
2020	
2021	
2022	
2023	
2024	
2025	
2026	
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	

Total de reembolsos	154.810.878,70
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolsos (Amortização + Juros)
2017	1.138.000,00
2018	13.893.380,62
2019	21.913.870,94
2020	22.599.232,59
2021	21.284.575,84
2022	19.469.978,30
2023	18.655.286,75
2024	17.340.633,21
2025	16.025.985,65
2026	
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	

Total de reembolsos	46.551.386,40
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolsos (Amortização + Juros)
2017	8.538.877,87
2018	9.299.921,57
2019	7.805.657,42
2020	7.302.652,46
2021	6.804.077,63
2022	6.305.843,37
2023	1.498.072,76
2024	
2025	
2026	
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	

Total de reembolsos	67.450.488,50
Localização do fluxo	SADIPEM
PERÍODO	Reembolsos (Amortização + Juros)
2017	165.983,00
2018	420.632,75
2019	898.191,50
2020	1.305.304,35
2021	1.575.085,00
2022	1.714.407,00
2023	5.714.152,00
2024	5.274.235,00
2025	5.494.303,00
2026	5.294.371,00
2027	5.154.493,00
2028	4.274.575,00
2029	4.734.643,00
2030	4.594.711,00
2031	4.454.779,00
2032	4.314.847,00
2033	4.174.915,00
2034	2.034.983,00
2035	

Total de reembolsos	185.764.141,69
Localização do fluxo	Documento SEI 0193129
PERÍODO	Reembolsos (Amortização + Juros)
2017	
2018	
2019	
2020	
2021	
2022	
2023	
2024	
2025	
2026	
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	

Total de reembolsos	1.455.239.891,28
Localização do fluxo	Documento SEI 0199129
PERÍODO	Reembolsos (Amortização + Juros)
2017	
2018	
2019	
2020	
2021	
2022	
2023	
2024	
2025	
2026	
2027	
2028	
2029	
2030	
2031	
2032	
2033	
2034	
2035	



Ministério da Fazenda  
 Secretaria do Tesouro Nacional  
 Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
 Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Nota Técnica nº 678/2015/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 21 de Setembro de 2015.

Processo nº 17944.000652/2015-81 - Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Estado da Paraíba - PB e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento no valor de US\$ 50.000.000,00 - Análise preliminar para fins de negociação dos contratos.

1. A presente análise tem como propósito verificar o cumprimento, nos termos do inciso VIII do art. 3º da Portaria MF nº 497, de 27/08/1990, dos requisitos mínimos necessários para pré-negociar e negociar as minutas contratuais relativas ao pleito do Estado da Paraíba - PB para contratar Operação contratual externa (com garantia da União) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, destinada a FINANCIAMENTO DO PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL, com as seguintes características (fls. 139-142):

- Valor da operação: US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos EUA);
- Destinação dos recursos: FINANCIAMENTO DO PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL;
- Juros: LIBOR SEMESTRAL + TAXA VARIÁVEL (CUSTO MEDIO DE FINANCIAMENTO DO BANCO);
- Atualização monetária: Variação cambial;
- Liberações: US\$ 2.000.000,00 em 2015, US\$ 15.000.000,00 em 2016, US\$ 18.000.000,00 em 2017, US\$ 11.000.000,00 em 2018, US\$ 4.000.000,00 em 2019;
- Prazo total: 216 (duzentos e dezesseis) meses;
- Prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;
- Prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta) meses;
- Lei(s) autorizadora(s): 10487, de 23/06/2015 (fl. 4).

2. Conforme análise preliminar realizada por esta Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao atendimento dos limites e condições estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40/2001, 43/2001 e 48/2007, observa-se que todas as informações necessárias à efetiva análise estão presentes nos autos.

3. Ademais, ressalta-se quanto aos limites constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, esta Coordenação efetuou os cálculos pertinentes e o Ente apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:



Continuação da Nota técnica nº 678

a) Art. 6º § 1º Inciso I da RSF nº 43/2001 (despesas de capital relativas ao exercício anterior):

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (fls. 24-25)	1.458.803.000,00
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	1.458.803.000,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (fls. 24-25)	636.792.000,00
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	636.792.000,00

b) Art. 6º § 1º Inciso II da RSF nº 43/2001 (despesas de capital relativas ao exercício corrente):

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (fls. 21-22)	2.065.466.124,78
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	2.065.466.124,78
Liberações de crédito já programadas	484.665.117,45
Liberação da operação pleiteada	6.205.200,00
Liberações ajustadas	490.870.317,45

c) Art. 7º Inciso I da RSF nº 43/2001 (Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício - MGA em relação à Receita Corrente Líquida - RCL):

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2015	6.205.200,00	484.665.117,45	8.000.675.248,47	6,14	38,35
2016	46.539.000,00	149.245.935,02	8.267.368.109,86	2,37	14,80
2017	55.846.800,00	69.330.160,75	8.542.950.856,19	1,47	9,16
2018	34.128.600,00	66.227.767,11	8.827.719.821,03	1,14	7,11
2019	12.410.400,00	52.072.048,66	9.121.981.215,92	0,71	4,42



Continuação da Nota técnica nº 678



d) Art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 (Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos - CAED em relação à RCL):

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2015	387.825,00	528.434.095,00	8.000.675.248,47	6,61
2016	2.065.168,12	555.868.543,98	8.267.368.109,86	6,75
2017	1.756.847,25	544.633.030,27	8.542.950.856,19	6,40
2018	1.630.804,12	524.011.313,14	8.827.719.821,03	5,95
2019	1.559.056,50	499.509.677,73	9.121.981.215,92	5,49
2020	7.740.987,00	459.080.400,20	9.426.051.459,56	4,95
2021	13.854.039,78	295.028.566,03	9.740.257.518,09	3,17
2022	13.731.176,82	262.322.024,70	10.064.937.256,67	2,74
2023	13.608.313,86	256.655.051,22	10.400.439.802,82	2,60
2024	13.485.450,90	447.396.699,80	10.747.125.921,75	4,29
2025	13.362.587,94	211.620.767,38	11.105.368.404,40	2,03
2026	13.239.724,98	202.184.135,52	11.475.552.468,19	1,88
2027	13.116.862,02	197.455.074,48	11.858.076.171,35	1,78
2028	12.993.999,06	132.696.881,49	12.253.350.840,87	1,19
2029	12.871.136,10	99.997.067,46	12.661.801.514,83	0,89
2030	12.748.273,14	87.592.430,90	13.083.867.399,47	0,77
2031	12.625.410,18	83.242.185,70	13.520.002.341,39	0,71
2032	12.502.547,22	57.188.762,06	13.970.675.315,67	0,50
Média até 2027 :				4,20
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				36,54
Média até o término da operação :				3,26
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				28,35

e) Art. 7º Inciso III da RSF nº 43/2001 (número de vezes o valor da RCL relativamente ao montante da Dívida Consolidada Líquida - DCL):

Receita Corrente Líquida (RCL)	7.848.437.552,42
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2.574.362.994,10
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	821.541.028,99
Valor da operação pleiteada	155.130.000,00
Saldo total da dívida líquida	3.551.034.023,09
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,45
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	22,62%



Continuação da Nota técnica nº 678



4. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (RREO - 3º Bimestre de 2015), base para a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior, têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 23) coletado junto ao SICONFI. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) tem como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 1º Quadrimestre de 2015), coletado junto ao SICONFI (fls. 19-20).

5. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36, de 11/11/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o cálculo do limite a que se refere o item d passa a ser calculado da seguinte forma:

"Art. 7º

[...]

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I - todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou  
II - os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027."

6. Assim, para atender o disposto, o cálculo foi realizado para os dois períodos, sendo considerado o mais benéfico para o Ente.

7. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (fls. 16-18) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF, relativamente ao último exercício analisado (2013), ao(s) exercício(s) ainda não analisado(s) (2014) e ao exercício em curso (2015), à exceção do art. 52 da LRF referente ao último RREO exigível, que se encontra devidamente publicado no SICONFI (fls. 26-27, 154). A PGFN entende, por meio do Parecer PGFN/CAF/Nº 520/2010, que a verificação da publicação do RREO pode ser feita pelo SISTN (substituído pelo SICONFI), sendo desnecessária a emissão de nova Certidão do Tribunal de Contas competente para demonstrar a publicação do relatório, tendo em vista que, in verbis:

Ora, se o cumprimento da obrigação de publicar os relatórios pode ser verificado por toda sociedade, certamente também o será pelo órgão consulente, que, conforme consta na consulta, é o responsável pela sua homologação no SISTN.

## OBSERVAÇÕES

### DESPESAS COM PESSOAL

8. O quadro de despesas com pessoal apresentado junto à Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 99-100), bem como o Demonstrativo de Despesa com Pessoal publicado junto ao Relatório de Gestão Fiscal publicado no SICONFI (fl. 06), demonstram o descumprimento dos limites de gastos com pessoal previstos para os Poderes Executivo e Legislativo (Tribunal de Contas) e Ministério Público no período referente ao primeiro quadrimestre de 2015.

9. Por outro lado, a Certidão do Tribunal de Contas jurisdicionante (fls. 16-18) apresentou percentual de gastos de despesa com pessoal enquadrado dentro do limite legal para o período referente ao primeiro quadrimestre de 2015 para todos os Poderes.

10. O Tribunal de Contas jurisdicionante, no cômputo dos valores da despesa de pessoal para o exercício analisado (2013), excluiu os valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Continuação da Nota técnica nº 678



(Parecer Normativo nº 05/04 do TCE-PB - fls. 111-117) e aos Inativos e Pensionistas (Parecer Normativo nº 77/00 do TCE-PB - fl. 138), conforme consta na Certidão do Tribunal de Contas (fls. 16-18), diferentemente da metodologia definida pela Lei Complementar nº 101/2000.

11. A respeito do assunto, o Supremo Tribunal Federal concedeu liminares que tratam das extrapolações dos limites de despesas de pessoal pelo Estado da Paraíba, cujas decisões transcrevemos a seguir:

a. Decisão proferida em 11/03/2015, nos autos da Ação Cível Originária nº 1.501 (fls. 132-137):

*Ex positis, confirmando a medida liminar concedida, julgo procedente o pedido, a fim de determinar a suspensão das inscrições do requerente e da Administração direta vinculada ao Poder Executivo em todo e qualquer sistema de restrição ao crédito utilizado pela União, que guardem absoluta pertinência com o descumprimento do limite de gastos com pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do Ofício nº 1921/2009/COREF/SECAD-II/STN/MF-DF, de 24/11/2009*

b. Decisão proferida em 07/04/2010, nos autos da Ação Cautelar nº 2.588 (fls. 120-125):

*defiro [...] o pedido de medida liminar formulado pelo Estado da Paraíba, em ordem a (...) determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado*

12. Conforme consta na Nota nº 823/2013/COPEM/STN (fls. 155-157), de 04/10/2013, foi feito o seguinte questionado à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio do Ofício nº 4556/2010/COPEM/SUBSEC4/STN/MF-DF, a respeito do alcance aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da decisão proferida em 07/04/2010 na Ação Cautelar nº 2.588:

*a) A Ação Cautelar nº 2588, de 07 de abril de 2010 proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de autoria do Ministro Celso de Mello, alcança também os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público?*

13. Consta na Nota nº 823/2013/COPEM/STN (fls. 155-157) que a AGU respondeu por meio do Ofício nº 596/2010/AGU/SGCT/GAB:

*II - EFICÁCIA DA DECISÃO NA CAUTELAR Nº 2588:*

*Comp. E*  
*W*

*B*





Continuação da Nota técnica nº 678

6. (...) a decisão impõe que se suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba. Tal comando integralmente confirmado pelo Plenário da Corte Excelsa - conforme assinala o Ministro Celso de Mello no voto condutor do Tribunal Pleno -, tem exequibilidade e deve ser cumprido, ainda que se interponha recurso cujo efeito seria meramente devolutivo.
7. Note-se que, expressamente, diante da eficácia subjetiva da decisão, o seu comando alcança o Estado da Paraíba. Assim, estariam incluídos os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público Estadual.
14. Na Nota nº 823/2013/COPEM/STN (fls. 155-157) foi, ainda, feito questionamento à AGU quanto ao alcance para quaisquer operações de crédito pleiteadas pelo ente federativo com qualquer instituição financeira:
13. a) *As liminares obtidas pelo Estado da Paraíba nas Ações Cautelares nº 2.511 e nº 2.588 alcançam quaisquer operações de crédito pleiteadas pelo ente federativo com qualquer instituição financeira?*
15. A AGU, por meio do Parecer AGU/SGCT/WMS/Nº 044/2013 (fls. 158-163), respondeu da seguinte forma:
11. (...) as decisões liminares proferidas nos autos das Ações Cautelares 2.511 e 2.588 alcançam quaisquer operações de crédito pleiteadas pelo Estado da Paraíba que estejam sendo impedidas em decorrência da não observância pela União do princípio da intranscendência das sanções jurídicas (Ação Cautelar 2.511, Ministro Eros Grau, DJe 11/12/2009) ou com base na limitação percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo da Paraíba (Ação Cautelar 2.588, Ministro Celso de Mello, DJe 13/04/2010).

#### NOTA TÉCNICA Nº 219/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

16. Conforme pode ser verificado nas Observações sobre o PVL (fls. 139-140), há pendências relativas aos requisitos necessários à contratação de operação de crédito. Contudo, o Ente cumpre os requisitos mínimos necessários para pré-negociar e negociar as minutas contratuais relativas ao pleito de que se trata, nos termos da Nota Técnica nº 219/2014/COPEM/SURIN/STN-MF-DF, DE 03/11/2014 (fl. 110), que estabelece procedimento simplificado para agendamento de negociação de minutas contratuais de operação de crédito externo com garantia da União.

#### CONCLUSÃO

17. À vista do exposto, e considerando a "suspensão das inscrições do requerente a todo e qualquer sistema de restrição ao crédito utilizado pela União", conforme entendimento exposto nas decisões transcritas, e as decisões das liminares das Ações Cautelares 1.501 e 2.588 continuarem vigentes (fls.

8

1



Continuação da Nota técnica nº 678



118-119, 126-131), entendemos que podem ser autorizadas a pré-negociação e a negociação da presente operação. Dessa forma, sugere-se o encaminhamento de ofício à SEAIN/MP, informando a não objeção desta Secretaria para a realização das referidas negociações.

À consideração superior.

*Frederico Jungblut Bodur*  
Frederico Jungblut Bodur  
Analista de Finanças e Controle

*Ho Yiu Cheng*  
Ho Yiu Cheng  
Gerente da GEAPE II

*Leandro Enrique Pereira Espino*  
Leandro Enrique Pereira Espino  
Gerente-substituto da GERFI

De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

*Cinthia de Fátima Rocha*  
Cinthia de Fátima Rocha  
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

*Carlos Renato do Amaral Portilho*  
Carlos Renato do Amaral Portilho  
Gerente  
STN/COPEM/GEAPE I

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

*Suzana Teixeira Braga*  
Suzana Teixeira Braga  
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. Em 28/10/2015.

*Pricilla Maria Santana*  
Pricilla Maria Santana  
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF



Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica nº 219/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 3 de novembro de 2014.

**ASSUNTO: Operação de crédito de Estados e Municípios – Procedimentos para elaboração da Nota pré-negociação.**

1. A presente Nota tem por objetivo estabelecer procedimento interno simplificado para autorização de agendamento de negociação das minutas contratuais de operação de crédito externo com garantia da União. O objetivo é simplificar os procedimentos de análise para elaboração de Nota pré-negociação, verificando a presença, nos processos, das informações necessárias, ainda que não totalmente suficientes, para efeitos das análises dos itens relativos às Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 43/2001 e 48/2007.
2. A Nota pré-negociação tem como finalidade verificar o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para negociar as minutas contratuais, com o intuito de informar à SEAIN/MP ou à PGFN a não objeção desta Secretaria para a realização das referidas negociações. Neste sentido, para a elaboração da referida Nota, deverá ser verificado se o ente federativo atende, no mínimo, aos itens a seguir:
  - a) Cumprimento do artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
  - b) Enquadramento aos limites previstos nos incisos I e II do § 1º do artigo 6º e incisos I a III do artigo 7º, todos da RSF nº 43/2001;
  - c) Atendimento aos limites constitucionais mínimos relativos aos gastos de saúde e educação, bem como quanto a sua competência tributária para o último exercício analisado e para o último não analisado;
  - d) A operação de crédito pleiteada deverá possuir autorização legislativa;
  - e) A operação de crédito pleiteada não poderá representar violação dos acordos de refinanciamento com a União, conforme inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.
3. Eventuais situações não previstas nesta Nota deverão ser encaminhadas à alçada do Sr. Subsecretário e adicionalmente, se necessário, do Sr. Secretário do Tesouro Nacional para manifestação.



Em 4 de outubro de 2013.

**ASSUNTO: Medidas liminares nas Ações Cautelares nº 2.511 e 2.588, impetrada pelo Estado da Paraíba contra União, relativa a contratações de operações de crédito.**

1. Em Ação Cautelar nº 2.511, apensada à Ação Cível Originária nº 1.501, com pedido de medida cautelar, movida pelo Estado da Paraíba contra a União, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou-se:

*"(...) liminarmente, a suspensão das limitações impostas ao Poder Executivo do Estado da Paraíba 'quanto à obtenção de garantias, a contratação de operações de crédito em geral e o recebimento de transferências voluntárias (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar n. 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Tribunal de Contas do Estado assim como seja impedida de considerar, na análise dos requisitos para a concessão de garantia em outras operações de crédito a serem celebradas com organismo internacional, pendências cadastrais relativas a órgãos da Administração Direta registrados no CNPJ/MF sob número diverso do ostentado pelo ente central'"*

2. Em seu requerimento, o Estado faz referência a operações de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a Corporação Andina de Fomento – CAF e com o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, conforme destaca abaixo:

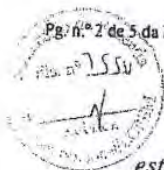
*"O Estado-membro recebeu ofício expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional informando que aquela Secretaria "estaria impedida de prosseguir na análise de garantia da União nas operações de crédito externo [...] com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a Corporação Andina de Fomento – CAF e com o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, sob fundamento de descumprimento dos limites de despesa com pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado (art. 23, § 3º, da LRF)"*

3. A liminar foi concedida em 03/12/2009, pelo Ministro Eros Grau, daquela Egrégia Corte, de acordo com o trecho destacado a seguir:

*"Ante o exposto, defiro a medida liminar para determinar a suspensão das limitações impostas ao Poder Executivo do Estado da Paraíba quanto às transferências voluntárias, obtenção de garantias diretas ou indiretas de outros entes e a contratação de operações de crédito em geral [art. 23, § 3º, I, II e III da LC 101/2000], sem prejuízo de melhor exame da matéria na ação principal a ser intentada."*

*A concessão da cautela não implica, porém, a suspensão de sanções aos entes públicos da Administração Direta daquele Estado-membro, vinculadas a qualquer dos Poderes, que*





estejam a descumprir os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que decorridos os prazos de readequação previstos na LC 101/00”.

4. Posteriormente, o Estado da Paraíba ingressou no STF, com a Ação Cautelar nº 2.588, apensada à Ação Cível Originária nº 1.561, com o objetivo de:

*“(…) determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado”*

5. Neste requerimento, o Estado novamente fez referência a operações de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e com a Corporação Andina de Fomento - CAF e com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA.

6. Segue trecho da decisão liminar proferida pelo STF na Ação Cautelar nº 2.588:

*“Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, defiro, “ad referendum” do E. Plenário do Supremo Tribunal Federal (RISTF, art. 21, inciso V), até final julgamento da causa principal, o pedido de medida liminar formulado pelo Estado da Paraíba, em ordem a “(…) determinar à União que suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba, em especial ao seu Poder Executivo, quanto à obtenção de garantias e à contratação de operações de crédito em geral (art. 23, § 3º, I, II e III da Lei Complementar nº 101/2000) com fulcro no limite percentual de gastos com pessoal por parte do Poder Executivo do Estado”.*

7. Com o objetivo de obter o esclarecimento jurídico necessário a um melhor entendimento do conteúdo das referidas liminares, foi encaminhada consulta à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, solicitando esclarecimentos acerca do alcance das referidas liminares.

8. A esse respeito a PGFN, por meio da Nota PGFN/CRJ/Nº 971/2010, de 24/08/2010, entendeu que:

*“25. Feitas as considerações acima, já se faz possível responder os questionamentos formulados pela consulente, o que será feito de forma bem direta, tendo em conta que os fundamentos que explicam as respostas dadas a seguir já se encontram, todos, deduzidos nos tópicos anteriores desta Nota.*

***1º - A Ação Cautelar n. 2588, de 07 de abril de 2010, proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de autoria do Ministro Celso de Mello, alcança também os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público?”***

*Resposta: Conforme visto, da decisão proferida nos autos da AC n. 2588/PB decorre que o Estado da Paraíba não poderá, de forma imediata, ou seja, sem observância aos princípios consecutórios do devido processo legal, ser sancionado nos termos do art. 23, §3º da LC n. 101, em razão do descumprimento, pelo seu Poder Executivo, dos limites para despesas com pessoal previstos na mencionada Lei. Por outro lado, essa decisão não alcança as sanções aplicadas em razão do descumprimento dos limites legais pelos demais Poderes políticos do Estado da Paraíba ou pelo Ministério Público, de modo que tais sanções poderão ser aplicadas a esses Poderes independentemente da observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.*



Pg. n.º 3 de 5 da Nota n.º 823/2013/COPEM/STN, de 04/10/2013.



**2º - A Ação Cautelar n. 2511, de 03 de dezembro de 2009, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, de autoria do Ministro Eros Grau, alcança também os Poderes Executivos, Legislativo (Assembleia Legislativa), Judiciário e Ministério Público?**

*Resposta: Conforme visto, considera-se que, como decorrência lógica dos comandos contidos na decisão judicial proferida nos autos da AC n. 2511/PB, o Poder Executivo do Estado da Paraíba não poderá ser sancionado nos termos do art. 23, §3º da LC n. 101/2000 em razão da extrapolação, por órgão de outro Poder político (Poder Judiciário e Poder Legislativos, sendo certo que, neste último, está incluído não apenas o Tribunal de Contas, mas, também, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba) ou pelo Ministério Público, dos seus respectivos limites para despesa com pessoal previstos na LC 101/2000.*

9. Em 01/09/2010, esta Secretaria oficializou os questionamentos à Secretária-Geral de Contencioso da AGU, por meio do Ofício n.º 4556/2010/COPEM/SUBSEC4/STN/MF-DF, solicitando esclarecimentos sobre as seguintes questões:

a) A Ação Cautelar n.º 2588, de 07 de abril de 2010 proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de autoria do Ministro Celso de Mello, alcança também os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público?

b) A Ação Cautelar n.º 2511, de 03 de dezembro de 2009 proferida pelo Supremo Tribunal Federal, de autoria do Ministro Eros Grau, alcança também os Poderes Executivo, Legislativo (Assembleia Legislativa), Judiciário e Ministério Público?

10. Em 27/09/2010, a Advocacia-Geral da União, enviou o Ofício n.º 596/2010/AGU/SGCT/GAB, cujo anexo respondeu a consulta formulada no ofício supracitado, nos seguintes termos:

**"II - EFICÁCIA DA DECISÃO NA CAUTELAR N.º 2588:**

6. (...) a decisão impõe que se "suspenda, em definitivo, as limitações impostas ao Estado da Paraíba". Tal comando "integralmente" confirmado pelo Plenário da Corte Excelsa – conforme assinala o Ministro Celso de Mello no voto condutor do Tribunal Pleno –, tem exequibilidade e deve ser cumprido, ainda que se interponha recurso cujo efeito seria meramente devolutivo.

7. Note-se que, expressamente, diante da eficácia subjetiva da decisão, o seu comando alcança o Estado da Paraíba. Assim, estariam incluídos os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público Estadual.

**III – EFICÁCIA IMEDIATA DA DECISÃO NA AÇÃO CAUTELAR N.º 2511**

10. Portanto, o provimento judicial é exequível, provisoriamente, devendo o requerente observar o prazo de 30 (trinta dias) para o ajuizamento da ação principal, sob pena de cassação dos efeitos da liminar.

11. Por outro lado, tal medida determina ao ente político central a suspensão das limitações impostas ao Poder Executivo do Estado da Paraíba quanto às transferências voluntárias, obtenção de garantias diretas ou indiretas de outros entes e a contratação de operações de crédito em geral [art.23, §3º, I,II e III da LC 101/2000], sem prejuízo de melhor exame da matéria na ação principal a ser intentada. (...)”





Pg. n.º 4 de 8, da Nota n.º 823/2013/COPEM/STN, de 04/10/2013.

11. Com base nas liminares concedidas (em anexo), e tendo em vista o entendimento da AGU exarado no Parecer n.º 066/2010, de 16/09/2010, esta Secretaria, em análises de pleitos de verificação de limites e condições solicitados pelo Estado para fins de contratação de operações de crédito, emitiu Pareceres favoráveis aos pleitos abaixo discriminados com instituições financeiras diversas daquelas referenciadas nas ações judiciais impetradas pelo Estado:

N.º DO PROCESSO	FINALIDADE DA OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR	DATA OFÍCIO AO ENTE CUMPRIMENTO
17944.000807/2010-75	Programa Emergencial de Financiamento II	CAIXA	R\$ 287.334.000,00	02/05/2011
17944.000705/2012-11	Saneamento para Todos	CAIXA	R\$ 129.944.684,54	03/07/2012
17944.001129/2012-20	Programa Paraíba Sustentável	BNDES	R\$ 500.000.000,00	19/09/2012
17944.001399/2012-31	Proinveste	BNDES	R\$ 689.222.444,22	30/11/2012
17944.001481/2012-65	Contrapartidas do PAC (CPAC)	CAIXA	R\$ 211.570.365,91	26/04/2013

12. Diante do exposto, esta Secretaria solicita nova manifestação da PGFN, na condição de órgão de assessoramento jurídico deste Ministério, acerca da força executória da liminar concedida nas Ações Cautelares em epígrafe, ainda vigentes, com cópia para a Advocacia-Geral da União (AGU), na condição de órgão responsável pelo contencioso.

13. Além disso, encaminho os seguintes questionamentos relacionados a itens específicos que suscitaram dúvidas durante a análise de pleitos do Estado em trâmite nesta Secretaria:

- a) As liminares obtidas pelo Estado da Paraíba nas Ações Cautelares n.º 2.511 e n.º 2.588 alcançam quaisquer operações de crédito pleiteadas pelo ente federativo com qualquer instituição financeira?
- b) Tendo em vista que o descumprimento, detectado pela União, dos limites de despesas com pessoal, para todos os Poderes, referiu-se ao 1.º, 2.º e 3.º quadrimestres de 2009 e que, por consequência, o prazo para reenquadramento ao limite encerrou-se em agosto de 2010, conforme previsão contida no artigo 66 da LRF c/c o 'caput' do artigo 23 da LRF, e considerando que tal argumento embasou o requerimento do Estado, na Ação Cautelar n.º 2.588, segundo o qual a restrição imposta pela União deveria ter respeitado o prazo de reenquadramento, pergunta-se:

b.1) As liminares obtidas nessas ações judiciais podem continuar sendo aplicadas para análise de pleitos de operações de crédito, uma vez que o Poder Executivo conseguiu atingir o reenquadramento previsto na LRF somente no 3.º quadrimestre de 2011, portanto, além do prazo legal, e tendo em vista que os Relatórios de Despesa com Pessoal, constantes dos RGFs subsequentes, indicam novamente o descumprimento dos limites com pessoal do Poder Executivo, permanecem válidas as decisões liminares obtidas nas Ações Cautelares n.ºs 2.511 e 2.588?

b.2) Para o caso dos demais poderes, em que não foi detectado, em nenhum período até o momento, o reenquadramento aos limites da LRF, as referidas liminares permanecem válidas?

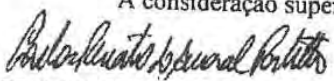
14. Com vistas a obter o conforto jurídico necessário à continuidade das análises de operações de crédito do Estado do Rio Grande do Norte, sugerimos o encaminhamento da presente Nota à PGFN e à AGU para manifestação sobre o assunto. Para tanto, seguem anexas cópias dos seguintes documentos:



Pg. n.º 5 de 5 da Nota n.º 823/2013/COPEM/STN, de 04/10/2013.

1. Medida Liminar concedida na Ação Cautelar nº 2511;
2. Medida Liminar concedida na Ação Cautelar nº 2588;
3. Nota PGFN/CRJ/Nº 971/2010, de 24/08/2010;
4. Ofício nº 4556/2010/COPEM/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 01/09/2010; e
5. Ofício nº 596/2010/AGU/SGCT/GAB, de 27/09/2010.

À consideração superior.


  
**CARLOS RENATO DO AMARAL PORTILHO**  
Gerente de Projeto da GEAPE II

  
**HO YIU CHENG**  
Gerente da GEAPE II

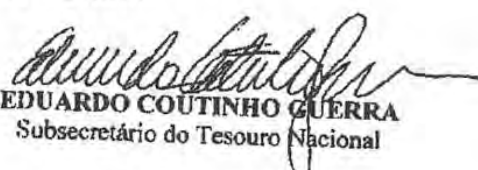
De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.

  
**CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA**  
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Senhor Subsecretário do Tesouro Nacional.

  
**SUZANA TEIXEIRA BRAGA**  
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. Encaminhe-se à PGFN e à AGU.

  
**EDUARDO COUTINHO GUERRA**  
Subsecretário do Tesouro Nacional



Nota n.º 436/2013 - STN/COPEM

Brasília (DF), 13 de junho de 2013.

**- Parecer Técnico para pleitos destinados à realização de operações de crédito - inciso I, art. 21 da RSF nº 43/2001 e § 1º, art. 32 da LRF.**

1. Fazemos referência ao inciso I, art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 e ao § 1º, art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratam da necessidade de o ente encaminhar ao pedido de verificação de limites e condições para a contratação de operação de crédito acompanhado de parecer de seu órgão técnico demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

2. Ocorre que em muitos programas a serem financiados pelas operações de crédito pretendidas há dificuldade por parte dos entes da mensuração financeira dos benefícios gerados, tendo em vista as peculiaridades dos programas e projetos, tais como os de cunho social e de fortalecimento institucional. Podemos citar, também, como exemplo programas como o Caminho da Escola (aquisição de ônibus escolar), Provias (aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários), PROUCA (Programa Um Computador por Aluno), Saneamento e Pró-Moradia<sup>1</sup>.

3. Observa-se também que ao exigir a demonstração da relação custo-benefício, os dispositivos legais referidos não definem a forma pela qual os benefícios devem ser mensurados, se quantitativamente ou qualitativamente.

<sup>1</sup> a) Caminho da Escola – itens financiáveis, conforme art. 9º-J da Resolução CMN nº 2.827/2001: veículos automotores de transporte coletivo, assim como embarcações, novos, de fabricação nacional, específicos para o transporte de alunos da educação básica das escolas públicas dos Estados e Municípios;

b) Provias – itens financiáveis, conforme art. 9º-K da Resolução CMN nº 2.827/2001: máquinas rodoviárias e equipamentos para pavimentação, chassi de caminhão, carrocerias e tratores, desde que customizados para atividades de intervenção viária;

c) PROUCA – itens financiáveis, conforme o BNDES e Resolução nº 17/2010 do Conselho Deliberativo do FNDE/MEC: computadores portáteis novos, com conteúdos pedagógicos, destinados ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem;

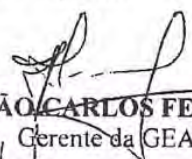
d) Saneamento Ambiental – contempla ações relacionadas a abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos, gestão de recursos hídricos, drenagem urbana sustentável, dentre outras;

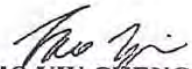
e) Pró-Moradia – contempla ações relacionadas a: urbanização e regularização de assentamentos precários, produção e aquisição de conjuntos habitacionais e desenvolvimento institucional (gestão urbana e políticas públicas).

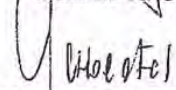
Continuação da Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/06/2013

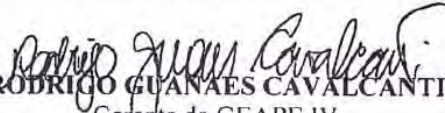
4. Diante da dificuldade técnica na mensuração financeira dos benefícios, pelos motivos já expostos, bem como da correspondente ausência de definição legal desta mensuração, de forma a garantir o cumprimento da demonstração da relação custo-benefício, conforme inciso I, art. 21 da RSF nº 43/2001 e § 1º, art. 32 da LRF, sugerimos que o assunto seja encaminhado à apreciação do Sr. Secretário do Tesouro Nacional.

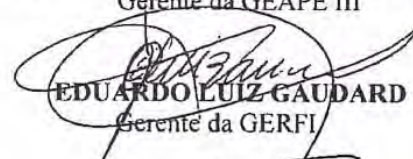
À consideração superior.

  
**JOÃO CARLOS FERREIRA**  
Gerente da GEAPE I

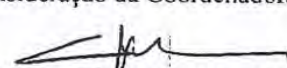
  
**HO YIU CHENG**  
Gerente da GEAPE II

  
**MARCELO CALLEGARI HOERTEL**  
Gerente da GEAPE III

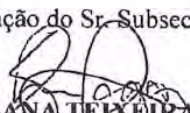
  
**RODRIGO GUANAES CAVALCANTI**  
Gerente da GEAPE IV

  
**EDUARDO LUIZ GAUDARD**  
Gerente da GERFI

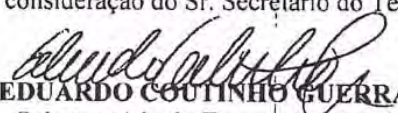
De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.

  
**CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA**  
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

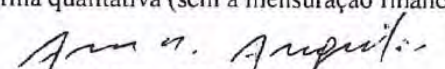
De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.

  
**SUZANA TEIXEIRA BRAGA**  
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional

  
**EDUARDO COUTINHO GUERRA**  
Subsecretário do Tesouro Nacional

Tendo em vista o exposto, determino que o procedimento adotado pela COPEM seja de entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos quando o ente apresentar os benefícios de forma qualitativa (sem a mensuração financeira).

  
**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
Secretário do Tesouro Nacional





Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota-Conjunta nº 43/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 09 de junho de 2017.

**Concessão de garantias da União a operações de crédito de entes subnacionais.** Tutela Antecipada na Ação Cível Originária (ACO) nº 2.981. Ministro Luiz Fux. Execução de contragarantias decorrentes de Honra de Aval. Decisão acerca do sistema de concessão de garantias da União.

1. A presente Nota trata dos impactos, sobre o sistema de concessão de garantias da União, da decisão do Ministro Luiz Fux no âmbito da Ação Cível Originária – ACO nº 2.981 ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro em face da União, do Banco do Brasil S/A – BB e da Caixa Econômica Federal – CEF, na qual a União deverá se abster de executar o bloqueio dos montantes relativos às contragarantias de empréstimos inadimplidos pelo Estado do Rio de Janeiro, celebrados em data anterior ao ajuizamento da ação.

2. Inicialmente, cumpre esclarecer que, em janeiro de 2017, a Ministra Carmem Lúcia concedeu decisões favoráveis ao Estado do Rio de Janeiro no âmbito da ACO nº 2.972, as quais, em linhas gerais, impediram a União de cobrar os valores devidos pelo ente em 5 contratos de contragarantias em que a União figura como garantidora de acordos celebrados com a Corporação Andina de Fomento – CAF, o BB e a CEF.

3. Em função dessas decisões, esta Secretaria emitiu a Nota-Conjunta nº 005/COAFI/CODIV/STN/MF-DF, de 05/01/2017, na qual optou por sobrestar a concessão de novas

garantias e análises das contragarantias correspondentes, apoiada, dentre outros argumentos jurídicos, nos impactos sobre a gestão da dívida pública federal; no risco ao sistema de garantias da União; no aumento do custo de financiamento dos Estados e Municípios; no custo fiscal associado à materialização de passivos contingentes; e na insegurança jurídica do Sistema Financeiro e sobre os contratos em geral.

4. A retomada da concessão de aval da União ficou condicionada à realização de consultas jurídicas necessárias à real avaliação dos riscos representados pelas decisões judiciais concedidas em sede de liminar nos autos da ACO nº 2972, com fins de conferir a segurança jurídica entendida como indispensável à normalização do sistema de garantias da União.

5. Em 26.01.2017, considerando que o Estado do Rio de Janeiro encontrava-se em grave situação financeira, tendo, inclusive, apresentado ao final do ano de 2016 receita corrente líquida inferior à dívida consolidada, a União e aquele ente federado celebraram Termo de Compromisso, com o objetivo de promover um ajuste fiscal e o reequilíbrio financeiro das contas fluminenses. O plano prevê duração de três anos – 2017 a 2019 – podendo ou não ser renovado no fim do período. Importante salientar que, no dia seguinte à celebração do Termo de Compromisso, o estado do Rio de Janeiro ajuizou junto ao Supremo Tribunal Federal a ACO nº 2981, requerendo, em síntese, a antecipação do que foi acordado no Termo de Compromisso.

6. Diante da celebração do referido acordo e, após dirimidos, em grande parte, os riscos de que a União fosse impedida de executar as contragarantias ofertadas em operações de crédito de entes subnacionais, amparada ainda em manifestações da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, esta Secretaria emitiu a Nota-Conjunta nº 24/2017/COPEM/COAFI/CODIV/STN/MF-DF, de 28/03/2017, na qual optou por normalizar o sistema de concessão de garantias da União, condicionando a revisão desse entendimento à ocorrência de fato novo que justificasse a reavaliação do risco relacionado à concessão de garantia da União.

7. Em 31.05.2017, o Ministro Luiz Fux deferiu parcialmente a tutela provisória de urgência no âmbito da ACO nº 2981, para determinar que a União se abstenha de executar o bloqueio dos montantes relativos às contragarantias de empréstimos inadimplidos pelo Estado do Rio de Janeiro, celebrados em data anterior ao ajuizamento da ação. Em seu despacho, alegou, a respeito da solicitação de

antecipação do que foi acordado entre o ente e a União, *que a edição da Lei Complementar nº 159/2017 fornece, ainda que indiretamente, validade jurídica para a execução das cláusulas avençadas no Termo:*

*(...) Nesse sentido, a divergência interpretativa outrora existente quanto à possibilidade de implementação imediata do acordo entre as partes, em decorrências (sic) das restrições legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, não mais assume substancial relevância no deslinde da controvérsia, na medida em que se encontra em vigor no ordenamento jurídico nova regra especial que fornece substrato jurídico aos termos avençados. (...)*

8. A Lei Complementar nº 159/2017, de 19/05/2017, instituiu Regime de Recuperação Fiscal - RRF dos Estados e do Distrito Federal, destinado a corrigir desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas dos entes, por meio da implementação de medidas emergenciais e reformas institucionais determinadas no Plano de Recuperação elaborado previamente pelo ente federativo que desejar aderir a esse Regime. O art. 17 da LC nº 159/2017 dispõe que:

*Art. 17. Durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, na hipótese de inadimplência em operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União e contratadas em data anterior à homologação do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, fica a União impedida de executar as contragarantias ofertadas.*

9. Diante da determinação contida na referida Lei Complementar, esta Secretaria entende que a União deverá se abster de conceder garantia da União para aqueles entes com risco iminente de adesão ao RRF.

10. Conforme o art. 3º da referida LC, considera-se habilitado para aderir ao RRF o Estado que atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

*I – receita corrente líquida anual menor que a dívida consolidada ao final do exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;*

*II – despesas liquidadas com pessoal, apuradas na forma do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com juros e amortizações, que somados representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) da receita corrente líquida aferida no exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal; e*

*III – valor total de obrigações contraídas maior que as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação, a ser apurado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.*

11. Em levantamento realizado pela Coordenação de Relações Financeiras Intergovernamentais desta Secretaria - CORFI, com data-base em 01/06/2017 (em anexo), apurou-se que se encontram em






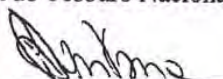
risco de aderir ao RRF, verificado mediante o atingimento de pelo menos 90% das três condições abordadas no art. 3º da LC nº 159/2017, os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

12. Considerando, portanto, que o entendimento externado por intermédio da Nota-Conjunta nº 005/COAFI/CODIV/STN/MF-DF, de 05/01/2017, estava condicionado à ocorrência de fato novo que justificasse a reavaliação do risco relacionado à concessão de garantia da União, e que a decisão parcialmente favorável ao estado do Rio de Janeiro proferida pelo Ministro Luiz Fux no âmbito da ACO nº 2972, com base no disposto na LC nº 159/2017, gerou uma situação de fragilidade para a União relativamente aos quatro entes que se encontram em risco de adesão ao RRF, recomenda-se que a União se abstenha de conceder novas garantias em operações de crédito interno ou externo dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, pelos motivos já elencados no capítulo IV da mencionada Nota-Conjunta (Impactos da decisão sobre o instituto da garantia).


À consideração superior,

  
RENATO DA MOTTA ANDRADE NETO  
Coordenador-Geral da COPEM

De acordo. À consideração da Secretária do Tesouro Nacional

  
PRICILLA MARIA SANTANA  
Subsecretária da SURIN

Diante do exposto, oriento que, a partir desta data, a União se abstenha de conceder garantias em operações de crédito interno ou externo dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. Saliento que esta Secretaria reavaliará esta decisão se constatado fato novo que impacte a percepção de risco na concessão de garantia da União a operações de crédito dos entes mencionados.

  
ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI  
Secretária do Tesouro Nacional



Legal Department  
NEGOTIATIONS DRAFT  
C. Portelo  
June 2, 2016

LOAN NUMBER \_\_\_\_-\_\_

## Loan Agreement

(Paraíba Sustainable Rural Development Project  
*Projeto Paraíba Rural Sustentável*)

between

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION  
AND DEVELOPMENT

and

STATE OF PARAIBA

Dated

, 201\_

## LOAN AGREEMENT

AGREEMENT dated \_\_\_\_\_, 201\_, between INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank") and STATE OF PARAIBA ("Borrower"). The Borrower and the Bank hereby agree as follows:

### ARTICLE I — GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS

- 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to this Agreement) constitute an integral part of this Agreement.
- 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Appendix to this Agreement.

### ARTICLE II — LOAN

- 2.01. The Bank agrees to lend to the Borrower, on the terms and conditions set forth or referred to in this Agreement, the amount of fifty million Dollars (\$50,000,000), as such amount may be converted from time to time through a Currency Conversion in accordance with the provisions of Section 2.09 of this Agreement ("Loan"), to assist in financing the project described in Schedule 1 to this Agreement ("Project").
- 2.02. The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with Section IV of Schedule 2 to this Agreement. The Borrower's Representative for purposes of taking any action required or permitted to be taken pursuant to this Section is the Secretary of Planning, Budget, Management and Finance.
- 2.03. The Front-end Fee payable by the Borrower shall be equal to one quarter of one percent (0.25%) of the Loan amount.
- 2.04. The Commitment Charge payable by the Borrower shall be equal to one quarter of one percent (0.25%) per annum on the Unwithdrawn Loan Balance.
- 2.05. The interest payable by the Borrower for each Interest Period shall be at a rate equal to the Reference Rate for the Loan Currency plus the Variable Spread; provided, that upon a Conversion of all or any portion of the principal amount of the Loan, the interest payable by the Borrower during the Conversion Period on such amount shall be determined in accordance with the relevant provisions of Article IV of the General Conditions. Notwithstanding the foregoing, if any amount of the Withdrawn Loan Balance remains unpaid when due and such non-payment continues for a period of thirty days, then the interest payable by the





Borrower shall instead be calculated as provided in Section 3.02 (e) of the General Conditions.

- 2.06. (a) If on any given day, the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit (as said terms are defined in sub-paragraphs (b)(ii) and (b)(iii) of this Section), the Borrower shall pay to the Bank a surcharge at the rate of one half of one percent (0.5%) per annum of the Allocated Excess Exposure Amount (as defined in sub-paragraph (b)(i) of this Section) for each said day ("Exposure Surcharge"). The Exposure Surcharge (if any) shall be payable semi-annually in arrears on each Payment Date.
- (b) For purposes of this Section the following terms have the meanings set forth below:
- (i) "Allocated Excess Exposure Amount" means for each day during which the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit, the product of: (A) the total amount of said excess; and (B) the ratio of all (or, if the Bank so determines, a portion) of the Loan to the aggregate amount of all (or the equivalent portions) of the loans made by the Bank to the Borrower, the Guarantor and to other borrowers guaranteed by the Guarantor that are also subject to an exposure surcharge, as said excess and ratio are reasonably determined from time to time by the Bank.
  - (ii) "Standard Exposure Limit" means the standard limit on the Bank's financial exposure to the Guarantor which, if exceeded, would subject the Loan to the Exposure Surcharge, as determined from time to time by the Bank.
  - (iii) "Total Exposure" means for any given day, the Bank's total financial exposure to the Guarantor, as reasonably determined by the Bank.
- 2.07. The Payment Dates are May 15 and November 15 in each year.
- 2.08. The principal amount of the Loan shall be repaid in accordance with the amortization schedule set forth in Schedule 3 to this Agreement.
- 2.09. (a) The Borrower may at any time, in each case with prior non-objection of the Guarantor, through the Secretariat of the National Treasury of the Guarantor's Ministry of Finance, request any of the following Conversions of the terms of the Loan in order to facilitate prudent debt management: (i) a change of the Loan Currency of all or any portion of the principal amount of the Loan, withdrawn or unwidrawn, to an Approved Currency; (ii) a change of the interest rate basis applicable to:

(A) all or any portion of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding from a Variable Rate to a Fixed Rate, or vice versa; or (B) all or any portion of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding from a Variable Rate based on a Reference Rate and the Variable Spread to a Variable Rate based on a Fixed Reference Rate and the Variable Spread, or vice versa; or (C) all of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding from a Variable Rate based on a Variable Spread to a Variable Rate based on a Fixed Spread; and (iii) the setting of limits on the Variable Rate or the Reference Rate applicable to all or any portion of the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding by the establishment of an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar on the Variable Rate or the Reference Rate.

- (b) Any conversion requested pursuant to paragraph (a) of this Section that is accepted by the Bank shall be considered a "Conversion", as defined in the General Conditions, and shall be effected in accordance with the provisions of Article IV of the General Conditions and of the Conversion Guidelines.
- (c) Promptly following the Execution Date for an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar for which the Borrower has requested that the premium be paid out of the proceeds of the Loan, the Bank shall, on behalf of the Borrower, withdraw from the Loan Account and pay to itself the amounts required to pay any premium payable in accordance with Section 4.05 (c) of the General Conditions up to the amount allocated from time to time for the purpose in the table in Section IV of Schedule 2 to this Agreement.

### ARTICLE III — PROJECT

- 3.01. The Borrower declares its commitment to the objective of the Project. To this end, the Borrower shall carry out the Project through COOPERAR, with the assistance of: (a) Community Associations (CA) for Parts 1 (b) and 2 (a) and (b) of the Project; (b) Productive Organizations (PO) for Parts 1 (c) and 3 of the Project; (c) AESA for Part 2 (c) of the Project; (d) SEIRHMACT for Part 1 (e) of the Project; and (e) CINEP for Parts 1 (f) and 3 of the Project, all in accordance with the provisions of Article V of the General Conditions.
- 3.02. Without limitation upon the provisions of Section 3.01 of this Agreement, and except as the Borrower and the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall ensure that the Project is carried out in accordance with the provisions of Schedule 2 to this Agreement.



#### ARTICLE IV — EFFECTIVENESS; TERMINATION

- 401. The Additional Condition of Effectiveness consists of the following, namely, that the Operational Manual has been adopted by the Borrower in a manner acceptable to the Bank.
- 4.02. The Additional Legal Matters consist of the following, namely that the Loan has been validly registered by the Guarantor's Central Bank.
- 4.03. The Effectiveness Deadline is the date ninety (90) days after the date of this Agreement.

#### ARTICLE V — REPRESENTATIVE; ADDRESSES

- 5.01. The Borrower's Representative is its Governor.
- 5.02. The Borrower's Address is:

Governo do Estado da Paraíba  
 Palácio da Redenção  
 Praça Presidente Epitácio Pessoa S/N, Centro  
 58.013-140, João Pessoa, PB  
 Brazil  
 Phone: (55-83) 3216-8015  
 Facsimile: (55-83) 3214-1891

With copies to:

Projeto Cooperar  
 BR 230 – KM 14 – Estrada de Cabedelo  
 58.310-000, PB  
 Phone: (55-83) 3246-8644  
 E-mail: [gestor.cooperar@gmail.com](mailto:gestor.cooperar@gmail.com)

Controladoria Geral do Estado da Paraíba  
 Av. Avenida Rio Grande do Sul, 1280 - Bairro dos Estados  
 58.030-021, João Pessoa, PB  
 Phone: (55-83) 3218-7537/7515  
 E-mail: [gecrefi@cge.pb.gov.br](mailto:gecrefi@cge.pb.gov.br)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Assuntos Internacionais  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "K" - 5º andar  
70040-906, Brasília, DF  
Brazil  
Facsimile: (55-61) 2020-5006

5.03. The Bank's Address is:

International Bank for Reconstruction and Development  
1818 H Street, N.W.  
Washington, D.C. 20433  
United States of America

Cable address:	Telex:	Facsimile:
INTBAFRAD Washington, D.C.	248423(MCI) or 64145(MCI)	1-202-477-6391

AGREED at \_\_\_\_\_, as  
of the day and year first above written.

INTERNATIONAL BANK FOR  
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

By

Authorized Representative

STATE OF PARAIBA

By

Authorized Representative



## SCHEDULE 1

### Project Description

The objective of the Project is to improve access to water, reduce agro-climatic vulnerability and increase access to markets of the Borrower's rural inhabitants.

The Project consists of the following parts:

#### Part 1 – Institutional Strengthening

- (a) Carrying out a communication campaign to: (i) inform stakeholders about the scope and rules of the Project; (ii) publish and disseminate the Project; and (iii) promote investments and attract buyers in rural value chains under the Project.
- (b) Strengthening the institutional capacity of CAs and Municipal Councils to: (i) improve their governance and managerial skills for operations and maintenance of community infrastructure; (ii) provide hygiene, environmental and nutritional training to CA members; and (iii) provide training to farmers to facilitate adoption of good agricultural and environmental practices, including the use of climate information for decision making.
- (c) Strengthening the institutional capacity of POs to: (i) comply with organizational and business regulations; and (ii) improve organizational, managerial, business and risk-management skills.
- (d) (i) Provisions of training to technical service providers which may provide technical support to CAs, POs, COOPERAR and any other selected public institution, under the Project; and (ii) establish a technical service provider database.
- (e) Strengthening the institutional capacity of SEIRHMACT and other selected public institutions to implement a management model for improving rural water and sanitation services, including, *inter alia*, the provision of support to: (i) define and establish sub-sector institutional arrangements; (ii) improve coordination between sub-sector institutions and programs; (iii) establish an information system for registering and monitoring the status of rural water and sanitation systems; (iv) pilot the implementation of technical assistance mechanisms and management models for rural water systems; (v) support the federation CAs; and (vi) provide training and technical assistance to improve the capacities of CAs to manage, operate and maintain rural water systems.
- (f) Strengthening of CINEP's capacity and other selected partners for targeting and reaching out to potential investors and buyers, and facilitating their decision to enter into Productive Alliances.

**Part 2 – Water Access and Agro-Climatic Vulnerability Reduction**

- (a) Provision of support for:
  - (i) identifying water supply investments, including, *inter alia*, construction and rehabilitation of piped and non-piped water systems, desalinization facilities and household rainwater harvesting systems, and Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subprojects;
  - (ii) carrying out pre-investment studies for water supply investments identified under sub-paragraph (a) (i) herein, and for Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subprojects; and
  - (iii) carrying out the water supply investments mentioned under (i) herein.
- (b) Provisions of Matching Grants to the CAs for carrying out the Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subprojects.
- (c) Provision of support to AESA for the establishment of an Agro-Climatic Risk Information System.

**Part 3 – Productive Alliances**

- (a) Provision of support for:
  - (i) identifying, and implementing Productive Alliances; and
  - (ii) carrying out pre-investment studies for Productive Alliances, including the formulation of business plans and associated to Productive Alliance Subprojects;
- (b) Provision of Matching Grants to the POs for carrying out the Productive Alliance Subprojects.

**Part 4 – Project Management, Monitoring and Evaluation**

Provision of support to the Borrower for carrying out:

- (a) Project coordination and management;
- (b) monitoring, results evaluation and impact assessment of Project activities;
- (c) Project fiduciary administration, internal controls and audits;





- (d) Project safeguards management;
- (e) independent financial and technical evaluations of Productive Alliances' business plans;
- (f) a citizen's engagement mechanism (*Ouvidoria*); and
- (g) Project related studies.

**SCHEDULE 2****Project Execution****Section I. Implementation Arrangements****A. Institutional Arrangements**

1. The Borrower shall operate and maintain, throughout the implementation of the Project, a Project coordination unit (COOPERAR), headed by a Project coordinator and with structure, functions and responsibilities acceptable to the Bank, including, *inter alia*: (a) the responsibility of the overall management, planning, coordination, monitoring and evaluation of the Project, including the fiduciary activities and safeguards compliance; and (b) the provision of technical cooperation and support to the CAs and POs during the carrying out of their respective activities under the Project.
2. The Borrower shall: (a) at least once a year during Project implementation and not later than December 7 of each year, commencing on the first such date after the Effective Date, prepare and furnish to the Bank, a plan (the Annual Operating Plan), acceptable to the Bank, for the Project's operation during the following twelve months; and (b) thereafter, carry out and/or cause to be carried out, the pertinent Annual Operating Plan in accordance with its terms and in a manner acceptable to the Bank.

**B. Operational Manual**

1. The Borrower shall carry out the Project, and/or cause the Project to be carried out, in accordance with the provisions of a manual (the Operational Manual), satisfactory to the Bank, which shall include, *inter alia*:
  - (a) the procedures for the implementing, monitoring and evaluation of the Project (including the technical, procurement, disbursement, financial management, social and environmental requirements thereof);
  - (b) the eligibility criteria for the selection of POs and CAs;
  - (c) detailed social, economic, financial, technical and environmental criteria for the selecting, evaluation and ranking of Subprojects;
  - (d) the functions, responsibilities, structure and key staff composition of the COOPERAR;
  - (e) the criteria for selecting the investments under Part 2 (a) of the Project;



- (f) the negative list of the type of investments that will not be supported under the Project;
  - (g) model forms of Subproject Agreements;
  - (h) indicators to be used for Project monitoring and evaluation; and
  - (i) the Safeguard Documents.
2. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not amend, waive or fail to enforce any provision of the Operational Manual without the Bank's prior written approval. In case of any conflict between the terms of the Operational Manual and those of this Agreement, the terms of this Agreement shall prevail.

**C. Anti-Corruption**

The Borrower shall ensure that the Project is carried out in accordance with the provisions of the Anti-Corruption Guidelines.

**D. Technical Cooperation Agreements**

- 1. Prior to the carrying out of any Project activity which requires the assistance of SEIRHMACT, AESA, CINEP, or any other selected public institution, the Borrower, through COOPERAR, shall enter into a cooperation agreement with each of said entities (the "Technical Cooperation Agreement"), under terms and conditions acceptable to the Bank, which shall include, *inter alia*, the obligation of SEIRHMACT, AESA, CINEP and any other selected public institution to: (a) assist the Borrower in the carrying out of said Project activity or activities; and (b) comply with the pertinent obligations under this Agreement, all as applicable to the corresponding Project activity.
- 2. The Borrower, through COOPERAR, shall exercise its rights and carry out its obligations under each Technical Cooperation Agreement in such manner as to protect the interests of the Borrower and the Bank and to accomplish the purposes of the Loan. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate, waive, terminate or fail to enforce any Technical Cooperation Agreement or any of its provisions.

**E. Subprojects**

For the purposes of carrying out Parts 2 (b) and 3 (b) of the Project, the Borrower, through COOPERAR, shall:



- (a) after having selected any given Subproject in accordance with the guidelines and procedures set forth in the Operational Manual, enter into an agreement with the relevant PO or CA, as the case may be, ("Subproject Agreement"), under terms and conditions approved by the Bank and included in the Operational Manual, for the provision of the corresponding Matching Grant for the implementation of said Subproject; and
- (b) exercise its rights and carry out its obligations under each Subproject Agreement in such manner as to protect the interests of the Borrower and the Bank and to accomplish the purposes of the Loan. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate, waive, terminate or fail to enforce any Subproject Agreement or any provision thereof.

**F. Safeguards**

1. The Borrower shall cause the CAs, POs, AESA, SEIRHMACT and/or CINEP to implement the Project in accordance with the provisions of the Environmental and Social Management Framework (ESMF), the Involuntary Resettlement Policy Framework (IRPF), and the Indigenous and Quilombola Peoples Planning Framework (IQPPF). The Borrower shall not assign, amend, abrogate, or waive, or permit to be assigned, amended, abrogated or waived any of the Safeguards Documents or provision thereof, without the prior approval of the Bank.
2. If any Project activity (including any Subproject) requires Resettlement, the Borrower shall: (a) prior to carrying out any such Project activity (including any Subproject), prepare a resettlement action plan in accordance with the IRPF, and disclose said plan in accordance with the procedures set forth in the IRPF, and thereafter (b) implement, or cause to be implemented, all necessary measures under said plan, in accordance with its terms and in a manner acceptable to the Bank.
3. If any Project activity (including any Subproject) involves the presence of Indigenous and/or Quilombola Peoples, the Borrower shall: (a) prior to carrying out any such Project activity (including any Subproject), prepare an indigenous peoples development plan in accordance with the IQPPF, and disclose said plan in accordance with the procedures set forth in the IQPPF, and thereafter (b) implement, or cause to be implemented, all necessary measures under said plan, in accordance with its terms and in a manner acceptable to the Bank.
4. The following activities shall not be eligible to be carried out under and/or to be funded under the Project:



- (a) any activities that would lead to conversion or degradation of critical natural habitats or their supporting areas;
  - (b) any activities that would lead to conversion or degradation of critical forest areas, related critical natural habitats, clearing of forests or forest ecosystems; and
  - (c) the construction of any Dams that are 10 meters or more in height, all as further described in the Operation Manual.
5. If any activity financed by the Project includes the construction of a Dam that is less than 10 meters in height and/or substantial remedial work of an existing Dam of 10 meters or more in height, the Borrower shall, prior to carrying out any said Project activity, appoint qualified engineers, with qualifications, experience and terms of reference acceptable to the World Bank, to design and supervise said activity and/or remedial works.
6. The Borrower shall ensure, and/or cause the CA, PO, AESA, SEIRHMACT, and/or CINEP to ensure, that the terms of reference for any consultancy in respect of any Project activity shall be satisfactory to the Bank following its review thereof and, to that end, such terms of reference shall duly incorporate the requirements of the applicable Bank Safeguards Policies, as applied to the advice conveyed through such technical assistance.

## **Section II. Project Monitoring, Reporting and Evaluation**

### **A. Project Reports**

The Borrower shall monitor and evaluate the progress of the Project and prepare Project Reports in accordance with the provisions of Section 5.08 of the General Conditions and on the basis of the performance indicators set forth in the Operational Manual. Each Project Report shall cover the period of one calendar semester, and shall be furnished to the Bank not later than 30 days after the end of the period covered by such report.

### **B. Financial Management, Financial Reports and Audits**

- 1. The Borrower shall maintain or cause to be maintained a financial management system in accordance with the provisions of Section 5.09 of the General Conditions.
- 2. Without limitation on the provisions of Part A of this Section, the Borrower shall prepare and furnish to the Bank not later than forty-five (45) days after the end of each calendar semester, interim unaudited financial reports for the Project covering the semester, in form and substance satisfactory to the Bank.



3. The Borrower shall have its Financial Statements audited in accordance with the provisions of Section 5.09 (b) of the General Conditions. Each audit of the Financial Statements shall cover the period of one fiscal year of the Borrower. The audited Financial Statements for each such period shall be furnished to the Bank not later than six (6) months after the end of such period.

### Section III. Procurement

#### A. General

1. **Goods, Works and Non-consulting Services.** All goods, works and Non-consulting services required for the Project and to be financed out of the proceeds of the Loan shall be procured in accordance with the requirements set forth or referred to in Section I of the Procurement Guidelines, and with the provisions of this Section.
2. **Consultants' Services.** All consultants' services required for the Project and to be financed out of the proceeds of the Loan shall be procured in accordance with the requirements set forth or referred to in Sections I and IV of the Consultant Guidelines and with the provisions of this Section.
3. **Definitions.** The capitalized terms used below in this Section to describe particular procurement methods or methods of review by the Bank of particular contracts refer to the corresponding method described in Sections II and III of the Procurement Guidelines, or Sections II, III, IV and V of the Consultant Guidelines, as the case may be.

#### B. Particular Methods of Procurement of Goods, Works and Non-consulting Services

1. **International Competitive Bidding.** Except as otherwise provided in paragraph 2 below, goods, works and Non-consulting services shall be procured under contracts awarded on the basis of International Competitive Bidding.
2. **Other Methods of Procurement of Goods, Works and Non-Consulting Services.** The following table specifies the methods of procurement, other than International Competitive Bidding, which may be used for goods, works and Non-consulting services. The Procurement Plan shall specify the circumstances under which such methods may be used.





<b>Procurement Method</b>
(a) National Competitive Bidding (including the method known as “ <i>pregão eletrônico</i> ”, as provided in the Guarantor’s Law No. 10520, of July 17, 2002, under an e-procurement system approved by the Bank), subject to the following additional procedure, namely, that the bidding documents shall be acceptable to the Bank
(b) Shopping
(c) Direct Contracting
(d) Framework Agreements
(e) Community Participation in Procurement procedures, as set forth in the Operational Manual
(f) Commercial Practices which have been acceptable to the Bank

**C. Particular Methods of Procurement of Consultants’ Services**

1. **Quality- and Cost-based Selection.** Except as otherwise provided in paragraph 2 below, consultants’ services shall be procured under contracts awarded on the basis of Quality and Cost-based Selection.
2. **Other Methods of Procurement of Consultants’ Services.** The following table specifies the methods of procurement, other than Quality and Cost-based Selection, which may be used for consultants’ services. The Procurement Plan shall specify the circumstances under which such methods may be used.

<b>Procurement Method</b>
(a) Selection based on Consultant’s Qualifications
(b) Quality-based Selection
(c) Least Cost Selection
(d) Fixed Budget Selection
(e) Procedures set forth in Section V of the Consultants Guidelines for the Selection of Individual Consultants
(f) Single Source Selection of consulting firms
(g) Single Source Selection of Individual Consultants set forth in paragraph 5.6 of the Consultant Guidelines
(h) Commercial Practices which have been found acceptable to the Bank

**D. Review by the Bank of Procurement Decisions**

The Procurement Plan shall set forth those contracts which shall be subject to the Bank’s Prior Review. All other contracts shall be subject to Post Review by the Bank.

**Section IV. Withdrawal of Loan Proceeds****A. General**

1. The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with the provisions of Article II of the General Conditions, this Section, and such additional instructions as the Bank shall specify by notice to the Borrower (including the "World Bank Disbursement Guidelines for Projects" dated May 2006, as revised from time to time by the Bank and as made applicable to this Agreement pursuant to such instructions), to finance Eligible Expenditures as set forth in the table in paragraph 2 below.
2. The following table specifies the categories of Eligible Expenditures that may be financed out of the proceeds of the Loan ("Category"), the allocation of the amounts of the Loan to each Category, and the percentage of expenditures to be financed for Eligible Expenditures in each Category.



Category	Amount of the Loan Allocated (US Dollars)	Percentage of Expenditures to be financed (inclusive of Taxes)
(1) Works, goods, Non-consulting services, consultant's Services, Training and Operating Costs under the Project, excluding Categories (2) and (3)	31,641,100	100%
(2) Works, goods, Non-consulting services, and consultant's Services, under Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subprojects	5,172,792	100% of the relevant Matching Grant
(3) Works, goods, Non-consulting services, and consultant's services under Productive Alliances Subprojects	13,061,108	100% of the relevant Matching Grant
(4) Front-end Fee	125,000	Amount payable pursuant to Section 2.03 of the Loan Agreement in accordance with Section 2.07 (b) of the General Conditions
(5) Premium for Interest Rate Caps and Collars	0	Amount payable pursuant to Section 2.09 (c) of the Loan Agreement
<b>TOTAL AMOUNT</b>	<b>50,000,000</b>	

3. For the purposes of this table:

- (a) the term "Operating Costs" means the reasonable incremental operational costs (which would not have been incurred absent the Project), related to Project technical and administrative management, monitoring and supervision required under the Project, including *inter alia*, administrative and operational support staff, office equipment, supplies, travel costs (including accommodations, transportation costs and *per*



*diem*), printing services, communication costs, utilities, maintenance of office equipment and facilities, vehicle operation and maintenance costs, and logistics services; and

- (b) the term "Training" means expenditures (other than those for consultants' services) incurred by the Borrower in connection with the carrying out of training, seminars, and workshops, including the reasonable travel costs (e.g. accommodations, transportation costs and *per diem*) of trainees and trainers (if applicable), course enrollment fees, catering, rental of training facilities and equipment, logistics and printing services, as well as training materials and equipment needed under the Project.

**B. Withdrawal Conditions; Withdrawal Period**

1. Notwithstanding the provisions of Part A of this Section, no withdrawal shall be made for payments prior to the date of this Agreement, except that withdrawals up to an aggregate amount not to exceed two million dollars (\$2,000,000) equivalent may be made for payments made within one year prior to this date but in no case before July 15, 2015, for Eligible Expenditures.
2. The Closing Date is December 15, 2022. The Bank shall only grant an extension of the Closing Date after the Guarantor's Ministry of Finance has informed the Bank that it agrees with such extension.



### SCHEDULE 3

#### Amortization Schedule

1. The following table sets forth the Principal Payment Dates of the Loan and the percentage of the total principal amount of the Loan payable on each Principal Payment Date ("Installment Share"). If the proceeds of the Loan have been fully withdrawn as of the first Principal Payment Date, the principal amount of the Loan repayable by the Borrower on each Principal Payment Date shall be determined by the Bank by multiplying: (a) Withdrawn Loan Balance as of the first Principal Payment Date; by (b) the Installment Share for each Principal Payment Date, such repayable amount to be adjusted, as necessary, to deduct any amounts referred to in paragraph 4 of this Schedule, to which a Currency Conversion applies.

Principal Payment Date	Installment Share (Expressed as a Percentage)
On each May 15 and November 15 Beginning May 15, 2022 through May 15, 2034	4%

2. If the proceeds of the Loan have not been fully withdrawn as of the first Principal Payment Date, the principal amount of the Loan repayable by the Borrower on each Principal Payment Date shall be determined as follows:
  - (a) To the extent that any proceeds of the Loan have been withdrawn as of the first Principal Payment Date, the Borrower shall repay the Withdrawn Loan Balance as of such date in accordance with paragraph 1 of this Schedule.
  - (b) Any amount withdrawn after the first Principal Payment Date shall be repaid on each Principal Payment Date falling after the date of such withdrawal in amounts determined by the Bank by multiplying the amount of each such withdrawal by a fraction, the numerator of which is the original Installment Share specified in the table in paragraph 1 of this Schedule for said Principal Payment Date ("Original Installment Share") and the denominator of which is the sum of all remaining Original Installment Shares for Principal Payment Dates falling on or after such date, such amounts repayable to be adjusted, as necessary, to deduct any amounts referred to in paragraph 4 of this Schedule, to which a Currency Conversion applies.
3. (a) Amounts of the Loan withdrawn within two calendar months prior to any Principal Payment Date shall, for the purposes solely of calculating the principal amounts payable on any Principal Payment Date, be treated as

withdrawn and outstanding on the second Principal Payment Date following the date of withdrawal and shall be repayable on each Principal Payment Date commencing with the second Principal Payment Date following the date of withdrawal.

- (b) Notwithstanding the provisions of sub-paragraph (a) of this paragraph, if at any time the Bank adopts a due date billing system under which invoices are issued on or after the respective Principal Payment Date, the provisions of such sub-paragraph shall no longer apply to any withdrawals made after the adoption of such billing system.
4. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 of this Schedule, upon a Currency Conversion of all or any portion of the Withdrawn Loan Balance to an Approved Currency, the amount so converted in the Approved Currency that is repayable on any Principal Payment Date occurring during the Conversion Period, shall be determined by the Bank by multiplying such amount in its currency of denomination immediately prior to the Conversion by either: (i) the exchange rate that reflects the amounts of principal in the Approved Currency payable by the Bank under the Currency Hedge Transaction relating to the Conversion; or (ii) if the Bank so determines in accordance with the Conversion Guidelines, the exchange rate component of the Screen Rate.
5. If the Withdrawn Loan Balance is denominated in more than one Loan Currency, the provisions of this Schedule shall apply separately to the amount denominated in each Loan Currency, so as to produce a separate amortization schedule for each such amount.





## APPENDIX

### Section I. Definitions

1. "AESA" means *Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba*, the Borrower's Executive Agency for Water Management, created by Law No. 7.779, dated July 7, 2005, and under the administrative jurisdiction of SEIRHMACT or any successor thereto acceptable to the Bank.
2. "Agro-Climatic Risk Information System" means *Sistema Estadual de Informações sobre Riscos Agrohidroclimáticos (SEIRA)*, an online interactive database that provides access to hydrological and agro-climatic information aimed at supporting decision making and increased resilience to climate related risks.
3. "Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subproject" means any eligible investment aimed at improving resilience of farmers and their livelihoods to climate related risk, including, *inter alia*: (i) water supply for agricultural production; (ii) agriculture diversification and natural resources management; (iii) food security and nutritional improvement; and (iv) improvement of rural roads access, all identified and prioritized by the CAs with support of Municipal Councils and approved by the Borrower in accordance with relevant provisions of the Operational Manual and to be carried out by a CA.
4. "Anti-Corruption Guidelines" means the "Guidelines on Preventing and Combating Fraud and Corruption in Projects Financed by IBRD Loans and IDA Credits and Grants", dated October 15, 2006 and revised in January 2011.
5. "Annual Operating Plan" means each plan referred to in Section I.A.2 of Schedule 2 to this Agreement.
6. "Bank Safeguards Policies" means the Bank's operational policies and procedures set forth in the Bank's Operational Manual under OP/BPs 4.01, 4.04, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.36, 4.37, 7.50 and 7.60. "Category" means a category set forth in the table in Section IV of Schedule 2 to this Agreement.
7. "CINEP" means *Companhia de Desenvolvimento da Paraíba*, the Borrower's Development Company, created by the Borrower's law No. 6.037, dated July 2, 1996 or any successor thereto acceptable to the Bank.
8. "Community Association" or "CA" means any civil association formed by members of a community (*associação civil*), or any private association, all duly established in the Borrower's territory in accordance with the Guarantor's laws, including communities of Indigenous and Quilombola Peoples, and which meets

the criteria set forth in the Operational Manual (as hereinafter defined) for participating in the Project.

9. "Consultant Guidelines" means the "Guidelines: Selection and Employment of Consultants under IBRD Loans and IDA Credits and Grants by World Bank Borrowers" dated January 2011 and revised July 2014.
10. "COOPERAR" means *Projeto Cooperar do Estado da Paraíba*, the unit referred to in Section I.A of Schedule 2 to this Agreement, linked to SEAFDS and established by the Borrower's Law No. 10,676, dated September 11, 1997 and amended by Decree No. 15.723, dated January 3, 2015, or any successor thereto acceptable to the Bank.
11. "Dam" means any dam, underground water retention dam, local silt retention dam, farm pond and/or low embankment tank.
12. "Environmental and Social Management Framework" or "ESMF" means the Borrower's integrated environmental and social impact assessment dated March 28, 2016, acceptable to the Bank, published and made available to the public on the website <http://www.cooperar.pb.gov.br>, which contains the environmental protection measures in respect of the Project, including: (i) measures for chance findings of physical cultural resources; (ii) protection of natural habitats; (iii) guidelines for the identification of existing environmental conditions and potential direct and indirect environmental impacts resulting from the carrying out of the Project (including Subprojects); (iv) guidelines for the carrying out of environmental assessments and the preparation of environmental and social management plans, when applicable; (v) the recommendation of mitigation measures for each negative impact identified; (vi) measures for enhancing each identified positive impact; (vii) guidance and procedures for the use of pesticides and other chemicals; (viii) guidance and procedures for interventions involving existing Dams and the construction of farm ponds; (ix) guidance and procedures for the restoration of native forests and sustainable management of non-timber forest resources; and (x) the Environmental and Social Manual for Civil Works (containing complementary guidance and procedures for the carrying out and monitoring of civil works, including Subprojects); as the same may be amended, supplemented or otherwise modified from time to time with the prior written agreement of the Bank.
13. "General Conditions" means the "International Bank for Reconstruction and Development General Conditions for Loans", dated March 12, 2012, with the modifications set forth in Section II of this Appendix.
14. "Indigenous and Quilombola Peoples Planning Framework" or "IQPPF" means the Borrower's framework dated March 28, 2016, acceptable to the Bank, published and available to the public on the website





<http://www.cooperar.pb.gov.br> , detailing measures to mitigate any adverse impact on Indigenous and Quilombola Peoples as a result of any activity carried out under the Project (including Subprojects) and to ensure that they benefit from the Project, including procedures for the preparation and implementation of any pertinent plans, as such framework may be amended from time to time with the prior agreement of the Bank.

15. "Involuntary Resettlement Policy Framework" or "IRPF" means the Borrower's framework dated March 28, 2016, acceptable to the Bank, published and available to the public on the website <http://www.cooperar.pb.gov.br> , outlining general implementation procedures, mitigation measures and monitoring procedures for Resettlement under the Project, including the procedures for the preparation and implementation of resettlement action plans, as such framework may be amended from time to time with the prior agreement of the Bank.
16. "Matching Grant" means a grant made out of the proceeds of the Loan to a selected PO (for Productive Alliance Subprojects) or a selected CA (for Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subprojects), for the partial financing of the cost of the pertinent Subproject, subject to the specific terms and conditions set forth in the Operational Manual and in the relevant Subproject Agreement.
17. "Municipal Council" means a *Conselho Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável* or any other entity supporting Project follow-up in the Borrower's territory at the municipal level, and operating in accordance with the Operational Manual.
18. "Non-consulting services" means surveys and other services of non-intellectual and non-advisory nature that can be procured on the basis of performance or measurable physical outputs.
19. "Operational Manual" means the Borrower's manual referred to in Section I.B.1 of Schedule 2 to this Agreement, as the same may be amended from time to time with the agreement of the Bank.
20. "Procurement Guidelines" means the "Guidelines: Procurement of Goods, Works and Non-consulting Services under IBRD Loans and IDA Credits and Grants by World Bank Borrowers" dated January 2011 and revised July 2014.
21. "Procurement Plan" means the Borrower's procurement plan for the Project, dated May 20, 2016 and referred to in paragraph 1.18 of the Procurement Guidelines and paragraph 1.25 of the Consultant Guidelines, as the same shall be updated from time to time in accordance with the provisions of said paragraphs.
22. "Producer Organization" or "PO" means any producer-based organization vested with legal personality and/or any group of rural citizens organized into a legally



established private association, which, upon meeting the criteria set forth in the Operational Manual, is eligible to receive a Matching Grant, for the carrying out of a Productive Alliance Subproject.

23. "Productive Alliance" means any alliance between a Producers Organization and a buyer, which specifies product characteristics, quantity to be produced/bought, delivery modalities and price determination criteria, and which forms the basis for the formulation of a Productive Alliance Subproject.
24. "Productive Alliance Subproject" means any eligible productive and market-oriented investment aimed at supporting POs to comply with market requirements, including, *inter alia*: (i) minor on-farm infrastructure; (ii) soil and water conservation measures; (iii) provision and utilization of inputs, equipment and tools; (iv) technical assistance services; and (v) off-farm infrastructure for storage, processing and packaging, all identified and prioritized by PO and buyers in the relevant Productive Alliance business plan, and approved by the Borrower in accordance with relevant provisions of the Operational Manual and to be carried out by a PO.
25. "Quilombola Peoples" means any Afro-Brazilian descendent of ex-slaves living in the Borrower's territory which maintain distinct subcultural traditions and have received recognition, as such, by the Guarantor's Ministry of Culture's Fundação Cultural Palmares.
26. "Resettlement" means the impact of: (i) an involuntary taking of land under the Project, which taking causes affected persons to have their: (a) income source or means of livelihood adversely affected (whether or not the affected persons must move to another location); or (b) right, title or interest in any house, land (including premises, agricultural and grazing land) or any other fixed or movable asset acquired or possessed, temporarily or permanently; or (c) access to productive assets adversely affected, temporarily or permanently; or (d) business, occupation, work or place of residence or habitat adversely affected, temporarily or permanently; or (ii) an involuntary restriction of access to natural resources in legally designated parks and protected areas (including reserves) which causes an adverse impact on the livelihoods of the affected persons.
27. "Safeguard Documents" means the ESMF, the IQPPF and the IRPF (including any environmental and social management plan, indigenous peoples plan and resettlement action plan), as the same may be amended, supplemented or otherwise modified from time to time with the prior written agreement of the Bank.
28. "SEAFDS" means *Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido*, the Borrower's Secretariat of Family Agriculture and Development of the Semiárido, or any successor thereto acceptable to the Bank.



29. "SEIRHMACT" means *Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia*, the Borrower's Secretariat of Infrastructure, Water Resources, Environment and Science and Technology, or any successor thereto acceptable to the Bank.
30. "Subproject" means any Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subproject and/or any Productive Alliance Subproject.
31. "Subproject Agreement" means each agreement to be entered into between the Borrower and a PO (for Productive Alliance Subprojects) or a CA (for Agro-Climatic Vulnerability Reduction Subprojects), as the case may be, as specified in Section I.F.(a) of Schedule 2 to this Agreement.
32. "Technical Cooperation Agreement" means any of the agreements referred to in Section I.E.1 of Schedule 2 to this Agreement.

**Section II. Modifications to the General Conditions**

The General Conditions are hereby modified as follows:

1. In the **Table of Contents**, the references to Sections, Section names and Section numbers are modified to reflect the modifications set forth in the paragraphs below.
2. Section 3.01. (*Front-end Fee*) is modified to read as follows:  

"Section 3.01. *Front-end Fee; Commitment Charge*

(a) The Borrower shall pay the Bank a front-end fee on the Loan amount at the rate specified in the Loan Agreement (the "Front-end Fee").

(b) The Borrower shall pay the Bank a commitment charge on the Unwithdrawn Loan Balance at the rate specified in the Loan Agreement (the "Commitment Charge"). The Commitment Charge shall accrue from a date sixty days after the date of the Loan Agreement to the respective dates on which amounts are withdrawn by the Borrower from the Loan Account or cancelled. The Commitment Charge shall be payable semi-annually in arrears on each Payment Date."
3. In the Appendix, **Definitions**, all relevant references to Section numbers and paragraphs are modified, as necessary, to reflect the modification set forth in paragraph 2 above.



4. The Appendix is modified by inserting a new paragraph 19 with the following definition of "Commitment Charge", and renumbering the subsequent paragraphs accordingly:

"19. "Commitment Charge" means the commitment charge specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 3.01(b)."
5. In the renumbered paragraph 49 (originally paragraph 48) of the Appendix, the definition of "Front-end Fee" is modified by replacing the reference to Section 3.01 with Section 3.01 (a).
6. In the renumbered paragraph 68 (originally paragraph 67) of the Appendix, the definition of the term "Loan Payment" is modified to read as follows:

"68. "Loan Payment" means any amount payable by the Loan Parties to the Bank pursuant to the Legal Agreements or these General Conditions, including (but not limited to) any amount of the Withdrawn Loan Balance, interest, the Front-end Fee, the Commitment Charge, interest at the Default Interest Rate (if any), any surcharge, any prepayment premium, any transaction fee for a Conversion or early termination of a Conversion, the Variable Spread Fixing Charge (if any), any premium payable upon the establishment of an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar, and any Unwinding Amount payable by the Borrower."
7. In the renumbered paragraph 73 (originally paragraph 72) of the Appendix, the definition of "Payment Date" is modified by deleting the word "is" and inserting the words "and Commitment Charge are" after the word "interest".





Legal Department  
NEGOTIATIONS DRAFT  
C. Portelo  
June 2, 2016

LOAN NUMBER \_\_\_\_-BR

## Guarantee Agreement

(Paraíba Sustainable Rural Development Project  
*Projeto Paraíba Rural Sustentável*)

between

**FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL**

and

**INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION  
AND DEVELOPMENT**

Dated

, 201\_

LOAN NUMBER \_\_\_\_-BR

**GUARANTEE AGREEMENT**

AGREEMENT, dated \_\_\_\_\_, 201\_, entered into between FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ("Guarantor") and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank") ("Guarantee Agreement") in connection with the Loan Agreement of same date between the Bank and the STATE OF PARAIBA ("Borrower") ("Loan Agreement"). The Guarantor and the Bank hereby agree as follows:

**ARTICLE I – GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS**

Section 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to the Loan Agreement) constitute an integral part of this Agreement.

Section 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Loan Agreement.

**ARTICLE II – GUARANTEE**

Section 2.01. The Guarantor hereby unconditionally guarantees, as primary obligor and not as surety merely, the due and punctual payment of all Loan Payments payable by the Borrower pursuant to the Loan Agreement.


**ARTICLE III – REPRESENTATIVE; ADDRESSES**

Section 3.01. The Guarantor's Representative is its Minister of Finance.

Section 3.02. The Guarantor's Address is:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco "P", 8º. Andar  
700048-900, Brasília, DF  
BRAZIL

Facsimile: (55-61) 3412-1740





Section 3.03. The Bank's Address is:

International Bank for  
Reconstruction and Development  
1818 H Street, N.W.  
Washington, D.C. 20433  
United States of America

Cable:	Telex:	Facsimile:
INTBAFRAD Washington, D.C.	248423 (MCI) or 64145 (MCI)	(202) 477-6391

AGREED at \_\_\_\_\_ as of  
the day and year first above written.

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

By

Authorized Representative

INTERNATIONAL BANK FOR  
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

By

Authorized Representative

- 2 -



Departamento Jurídico  
ESBOÇO CONFIDENCIAL  
(Sujeito a alterações)  
C. Portelo  
25 de Abril de 2016

Empréstimo de número \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

**Acordo de Empréstimo**  
(Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba)

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO

*e*

ESTADO DA PARAÍBA

Datado \_\_\_\_\_, 201\_\_ .

## ACORDO DE EMPRÉSTIMO

ACORDO datado \_\_\_\_\_, 201\_\_, entre BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (“Banco”) e ESTADO DA PARAÍBA (“Mutuário”), o Mutuário e o Banco pelo presente concordam com o que seque:

### ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES

- 1.01. As Condições Gerais (como definidas no Apêndice deste Acordo) constituem parte integrante deste Acordo.
- 1.02. . Ressalvadas as disposições em contrário, os termos capitalizados utilizados neste Acordo possuem os significados a eles atribuídos nas Condições Gerais ou no Apêndice deste Acordo.

### ARTIGO II – DO EMPRÉSTIMO

- 2.01. O Banco concorda em emprestar ao Mutuário, nos termos e condições estabelecidos adiante ou referidos neste acordo, a quantia de cinquenta milhões de Dólares americanos (USD\$ 50.000.000,00), tal qual quantia pode ser convertida de tempos em tempos através da Conversão de Moeda de acordo com as disposições da Seção 2.09 deste Acordo (“Empréstimo”). Para ajudar no financiamento do projeto descrito no Anexo 1 deste Acordo (“Projeto”).
- 2.02. O Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo de acordo com a Seção IV do Anexo 2 do presente Acordo. [O Representante do Tomador para fins de tomar qualquer ação requerida ou permitida de ser tomada de acordo com esta Seção é \_\_\_\_\_].
- 2.03. A Taxa Administrativa Inicial<sup>1</sup> pagável pelo Mutuário deve ser equivalente a um quarto de um por cento (0,25%) do montante do Empréstimo.

<sup>1</sup> Front End Fee/Taxa Administrativa Inicial: no direito financeiro é uma comissão de venda considerada como remuneração dos intermediários do empréstimo. É uma despesa do tomador, do investidor.

2.04. A taxa de compromisso a pagar pelo Mutuário deverá ser igual a um quarto de um por cento (0,25%) ao ano sobre o saldo do empréstimo não sacado.<sup>2</sup>

2.05. Os juros devidos pelo Mutuário para cada Período de Juros devem ser um percentagem igual à Taxa de Referência para a Moeda do Empréstimo, mais o Spread Variável; contanto que na Conversão de todo ou qualquer parte do montante principal do Empréstimo, os juros pagáveis pelo mutuário durante o Período de Conversão em tal montante devem ser determinados em conformidade com as disposições pertinentes do Artigo IV das Condições Gerais. Não obstante o ora mencionado, se qualquer montante do saldo de Empréstimo Sacado remanescer não pago no vencimento e este não pagamento perdurar por um período de trinta dias, então os juros devidos pelo Mutuário serão então calculados como previsto na Seção 3.02 (e) das Condições Gerais.

2.06. (a) Se a qualquer dia, o Total Exposure<sup>3</sup> ultrapassar o Standart Exposure Limit<sup>4</sup> (como tais termos são definidos nos sub-parágrafos (b) (ii) e (b)(iii) desta Seção), o Mutuário deverá pagar ao Banco uma sobretaxa no percentual de meio por cento (0,5%) por ano do Allocated Excess Exposure Amount (como definido no sub-parágrafo (b)(i) desta Seção) para cada dia em questão (“Exposure Surcharge”). A Sobretaxa de Exposição<sup>5</sup> (caso exista) deverá ser paga semestralmente pela inadimplência/em atraso em cada Dia de Pagamento.

(b) Para os fins desta Seção, os seguintes termos têm os significados estabelecidos abaixo:

(i) “Allocated Excess Exposure Amount” significa que para cada dia em que o Total de Exposição [Total Exposure] exceder o Limite Padrão de Exposição [Standart Exposure Limit], o produto do: (A) o montante total do referido excesso; e (B) a proporção de todos (ou, se o Banco assim determinar, uma parcela/parte) do Empréstimo o montante agregado de todos (ou as porções equivalentes) dos

<sup>2</sup> Commitment Charge/Comissão de Reserva ou taxa de compromisso: é uma taxa cobrada ao mutuário por uma linha de crédito não utilizada ou pelo montante de empréstimo ainda a ser retirado (undisbursed loan).

<sup>3</sup> Total Exposure: montante total de crédito conferido ao mutuário. Financial Exposure é a exposição, o risco financeiro.

<sup>4</sup> Standart Exposure Limit: Limite Padrão de Exposição.

<sup>5</sup> Sobretaxa pela Exposição, Risco.



empréstimos concedidos pelo Banco ao Mutuário, ao Garantidor e para outros mutuários garantidos pelo Garantidor que também sejam objeto de uma sobretaxa de exposição, como já dito excesso e proporção serão razoavelmente determinados de tempos em tempos/oportunamente pelo Banco.

(ii) “Standart Exposure Limit” [Limite Padrão de Exposição] significa o limite padrão no risco/exposição financeira do Banco para o Garantidor que, se excedido, sujeitará o Empréstimo à Sobretaxa de Exposição, como determinado de tempos em tempos/oportunamente pelo banco.

(iii) “Total Exposure” [Exposição Total] significa que em qualquer dia, o total da exposição financeira do Banco para o Garantidor, como razoavelmente determinado pelo Banco.

2.07. As Datas de Pagamento serão 15 de Maio e 15 de Novembro de cada ano.

2.08. O montante principal do empréstimo deve ser reembolsado de acordo com o cronograma de amortização estabelecido no Anexo 3 do presente Acordo.

2.09.(a) O Mutuário pode, a qualquer tempo, e em cada caso com a prévia não objeção do Garantidor, através da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda<sup>6</sup> do Garantidor, requerer quaisquer das seguintes Conversões dos termos do Empréstimo para fins de facilitar a prudente gestão do débito: (i) mudança da Moeda do Empréstimo do total ou parte do montante principal do empréstimo, não retirado ou não sacado, para uma moeda aprovada; (ii) mudança da taxa de juros base aplicável a:

(A) ) a totalidade ou parte do montante principal do Empréstimo sacado e pendente de uma Taxa Variável para uma Taxa Fixa, ou vice-versa; ou (B) toda ou qualquer parte do montante principal do Empréstimo sacado e pendente de uma Taxa Variável com base em uma taxa de referência e o spread variável para uma taxa variável, com base em uma taxa fixa de referência e o spread variável, ou vice-versa; ou (C) a totalidade do montante principal do Empréstimo sacado e pendente de uma Taxa Variável em um spread variável para uma taxa variável, com base em um spread fixo, e (iii) o estabelecimento de limites sobre a Taxa

<sup>6</sup> Ministério da Fazenda

Variável ou a Taxa de referência aplicável a todo ou qualquer parte do montante principal do Empréstimo sacado e pendente com o estabelecimento de uma Interest Rate Cap<sup>7</sup> ou Interest Rate Collar<sup>8</sup> na Taxa Variável ou a Taxa de referência.

(b) Qualquer conversão solicitada nos termos do parágrafo (a) desta Seção que seja aceita pelo Banco, deverá ser considerada uma “Conversão”, como definida nas Condições Gerais, e deve ser implementada em conformidade com as disposições do Artigo IV das Condições Gerais e das Diretrizes de Conversão.

(c) Imediatamente seguinte à Data de Execução para um Interest Rate Cap ou Interest Rate Collar para o qual o Mutuário requereu que o prêmio fosse pago com os recursos do do Empréstimo, o Banco deve, em nome do Mutuário, sacar da Conta de Empréstimo e pagar a si mesmo os montantes requeridos para pagar qualquer prêmio pagar em conformidade com a Seção 4.05 © das Condições Gerais até o montante alocado de tempos em tempos para os fins na tabela na Seção IV do anexo 2 do presente Acordo.

### ARTIGO III – DO PROJETO

3.01. O Mutuário declara seu compromisso para com o objetivo do Projeto. Para este fim, o Mutuário deverá conduzir o Projeto através do SEAFDS, com a assistência de: (a) Associações Comunitárias (CA) para os Componentes 1 (b) e 2 (a) e (b) do Projeto; (b) Organizações Produtivas (PO) para Componente 1 (c) e 3 do Projeto; (c) AESA para Componente 2 do Projeto; (d) SEIRHMACT para Componente 1 (a) do Projeto; e (e) CINEP para Componente 3 do Projeto, tudo em conformidade com as disposições do Artigo V das Condições Gerais.

3.02. Sem limitação sobre as provisões da Seção 3.01. deste Acordo, e salvo convencionem o Banco e Mutuário de forma diversa, o Mutuário deverá garantir que o Projeto seja conduzido em conformidade com as disposições do anexo 2 do presente acordo.

<sup>7</sup> Taxa de Juros Máxima; limite máximo à taxa de juros.

<sup>8</sup> Collar são, no mundo financeiro, contratos negociados na Bolsa de Valores. Interest Rate Collar estabelece um limite máximo e mínimo de variação da taxa de juros, limitando a exposição/riscos à mudança nas taxas de juros.

## ARTIGO IV – EFETIVIDADE; RESCISÃO

- 4.01. A Condição Adicional de Efetividade consiste no seguinte, nomeadamente, que o Manual de Operação tenha sido adotado pelo Mutuário de forma aceitável pelo Banco.
- 4.02. As matérias legais adicionais consistem no seguinte, ou seja, que o empréstimo tenha sido validamente registrado pelo Banco Central do Garantidor.
- 4.03. O Prazo de Efetividade é datado de noventa (90) dias após a data deste Acordo.

## ARTIGO V – REPRESENTANTE/MANDATÁRIO; ENDEREÇOS

- 5.01. O Representante do Mutuário é \_\_\_\_\_.
- 5.02. O endereço do Mutuário é:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Brasil

Telefone:

Facsimile:

Com cópias para:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Assuntos Internacionais  
Esplanada dos Ministérios, Bloco “K” – 5º Andar  
Brasília – DF, 70040-906,  
Brasil  
Facsimile: (55-61) 2020-5006

- 5.03. O endereço do Banco é:
- International Bank for Reconstruction and Development  
1818 H Street, N.W.  
Washington, D.C. 20433  
United States of America  
Cable Address      Telex:      Facsimile:



INTBAFRAD 248423 (MCI) ou 1-202-477-6391

Washington D.C. 64145 (MCI)

4.04. Acordado no \_\_\_\_\_, a  
partir do dia e ano acima mencionados.

INTERNATIONAL BANK FOR  
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

*por*

Representante Autorizado

ESTADO DA PARAÍBA

*Por*

Representante Autorizado.

## ANEXO 1

### Descritivo do Projeto

O objetivo do Projeto é melhorar o acesso à água, reduzir vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados para os habitantes rurais do Mutuário.

O Projeto consiste nos seguintes Componentes:

#### **Componente 1 – Fortalecimento Institucional**

- (a) Realização de campanha de comunicação para: (i) informar as partes interessadas acerca do escopo e regras do Projeto; (ii) publicar e disseminar o Projeto; e (iii) promover investimentos e atrair compradores em cadeias do meio rural sob o Projeto.
- (b) Fortalecer a capacidade institucional das CAs e dos Conselhos Municipais para: (i) melhorar sua governança e habilidades de gestão para operações e manutenção da infraestrutura comunitária; (ii) prover treinamento ambiental, nutricional e sobre higiene para os membros da CA; e (iii) promover treinamento para os agricultores para facilitar a adoção de boas práticas agrícolas e ambientais, incluindo o uso de informações climáticas para tomada das decisões.
- (c) Fortalecimento das capacidades institucionais dos POs para: (i) cumprir com as regulações de negócios e organizacionais; e (ii) aprimorar as capacidades organizacionais, negocial e de gestão de risco.
- (d) (i) Promover o treinamento técnico dos prestadores de serviço que podem fornecer suporte técnico para as CAs, POs, COOPERAR ou qualquer outra instituição pública selecionada, sob o Projeto; e (ii) estabelecer banco de dados sobre prestadores de serviço técnico.
- (e) Fortalecer a capacidade institucional da SEIRHMACT e outras instituições públicas selecionadas para implementar um modelo de gerenciamento para melhorar os serviços de água e saneamento rurais, incluindo, entre outras coisas, prestação de apoio para: (i) definir e estabelecer acordos institucionais subsetoriais; (ii) melhorar a coordenação entre os programas e os setores institucionais; (iii) estabelecer um sistema de informação para registro e monitoramento dos sistemas de saneamento e de água rurais; (iv) implantar de mecanismos de assistência técnica e modelos de gestão para sistemas de água

rurais; (v) apoiar a federações de CAs; e (vi) promover treinamento e assistência técnica para melhorar as capacidades do CA de gerir, operar e manter os sistemas rurais de água.

- (f) Fortalecer a capacidade da CINEP e outros parceiros selecionados para identificar e alcançar potenciais investidores e compradores, facilitando sua decisão de adesão em Alianças Produtivas.

## **Parte 2 – Acesso a Água e Redução de Vulnerabilidade Agroclimática**

- (a) Fornecimento de suporte para:
  - (i) Identificação de investimentos para fornecimento de água, incluindo, *entre outras coisas*, construção e reabilitação de sistemas de água encanada e não encanada, instalações de dessalinização e sistema familiar de coleta de água, e Subprojetos de Redução de Vulnerabilidade Agroclimática; e
  - (ii) Realização estudos pré-investimento para investimentos em abastecimento de água sobre (i) e para Subprojetos de Redução de Vulnerabilidade Agroclimática; e
  - (iii) Realização dos investimentos de abastecimento de água referidos (i) anexo,.
- (b) Fornecimento de subsídios (Matching Grands<sup>9</sup>) para as CAs para realização dos Subprojetos de Redução de Vulnerabilidade Agroclimática.
- (c) Fornecimento de suporte para AESA para o estabelecimento de um Sistema Estadual de Informação de Risco Agrohidroclimático.

## **Parte 3 – Alianças Produtivas**

- (a) Fornecimento de apoio para:
  - (i) Identificação e implementação de Alianças produtivas; e
  - (ii) Realização de estudos pré-investimentos para Alianças Produtivas, incluindo a formulação de planos de negócios associados aos Subprojetos de Aliança Produtiva
- (b) Fornecimento de subsídios (Matching Grants) às POs para realização de Subprojetos de Aliança Produtiva.

<sup>9</sup> Matching Grands são uma forma de financiar pequenos projetos, especialmente aqueles que contam com participação comunitária. São fundos destinados/designados a estes tipos de projetos.



#### Parte 4 – Gestão de Projeto, Monitoramento e Avaliação

Fornecimento de suporte ao Mutuário pela realização de:

- (a) Coordenação e gestão de Projeto
- (b) Monitoramento, avaliação de resultados e avaliação de impactos das atividades do Projeto;
- (c) Administração fiduciária, controle interno e auditorias do Projeto;
- (d) Gestão de salvaguardas do Projeto
- (e) Avaliações técnica e financeira independentes dos planos de negócio das Alianças Produtivas;
- (f) Mecanismo de engajamento do cidadão (ouvidoria); e
- (g) Estudos relacionados ao Projeto

### ANEXO 2

#### Execução do Projeto

#### Seção I. Disposições de Implementação

##### A. Disposições Institucionais

1. O Mutuário deverá operar e manter, durante a implementação do projeto, um unidade de coordenação de Projeto (COOPERAR) dentro do SEAFDS, liderado por um Coordenador de Projeto e com estrutura, funções e responsabilidade aceitáveis pelo Banco, incluindo, *entre outras*: (a) responsabilidade pela gestão, planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação do Projeto como um todo, incluindo as atividades fiduciárias e cumprimento das salvaguardas; e (b) fornecimento de cooperação e suporte técnico para as CAs e POs durante a realização de suas atividades respectivas sob o Projeto.
2. O Mutuário deverá: (a) ao menos uma vez ao ano durante a implementação do Projeto e não mais tardar até 7 de Dezembro de cada ano, começando no primeiro dia após a Data de Efetividade, preparar e fornecer ao Banco, um plano (o Plano Operacional Anual), aceitável pelo Banco, para a operação do projeto durante os doze meses seguintes; e (b) posteriormente, realizar e / ou

fazer com que seja realizado, o pertinente Plano Operacional Anual de acordo com os termos e na maneira aceitável pelo Banco.

## **B. Manual Operacional**

1. O Mutuário executará o Projeto, e / ou fará com que o projeto seja realizado, de acordo com as disposições de um manual (o Manual Operacional), satisfatório ao Banco, que deverá incluir, *entre outros*:
  - (a) Os procedimentos para implementação, monitoramento e avaliação do Projeto (incluindo os seus requisitos técnicos, de aquisição, desembolso, gestão financeira, social e ambiental);
  - (b) Critérios de elegibilidade para a seleção de POs e CAs;
  - (c) Detalhados critérios sociais, econômicos, financeiros, técnicos e ambientais para a seleção, avaliação e classificação dos Subprojetos;
  - (d) As funções, responsabilidades, estrutura e composição do pessoal-chave do COOPERAR;
  - (e) Critério de seleção dos investimentos do subcomponente 2 (a) do Projeto;
  - (f) A lista negativa dos tipos de investimento que não serão amparados pelo Projeto
  - (g) Formulários modelo dos Acordos de Subprojeto;
  - (h) Indicadores para serem utilizados pelo monitoramento e avaliação do Projeto;
  - e
  - (i) Documentos de Salvaguarda.
  
2. Salvo quando o Banco concorde de outra forma, o mutuário não deve alterar, renunciar ou deixar de cumprir qualquer disposição do Manual Operacional sem a prévia e escrita aprovação do Banco. Em caso de quaisquer conflitos entre os termos do Manual Operacional e aqueles deste Acordo, os termos deste Acordo prevalecerão.

## **C. <sup>10</sup>**

<sup>10</sup> O documento original não apresenta o Item C, passando do B ao D.

#### **D. Anti-Corrupção**

O Mutuário deverá assegurar que o Projeto seja realizado em conformidade com as disposições de Diretrizes de Anti-Corrupção.

#### **E. Acordos de Cooperação**

1. Anteriormente à realização de quaisquer atividades do Projeto que requeiram a assistência da, SEIRHMACT, AESA ou CINEP, ou qualquer outra instituição pública, o Mutuário através do SEAFDS, deverá firmar acordo de cooperação com cada uma das dita entidades (o “Acordo de Cooperação”), sob os termos e condições aceitáveis pelo Banco, que devem incluir, entre outras, a obrigação da SEIRHMACT, AESA e CINEP, ou qualquer outra instituição pública de: (a) auxiliar o Mutuário na realização da atividade ou atividades do dito Projeto; e (b) cumprir as obrigações pertinentes ao abrigo deste Acordo, todos como aplicáveis à atividade de projeto correspondente.
2. O Mutuário, através do SEAFDS, deve exercer seus direitos e realizar suas obrigações dentro de cada Acordo de Cooperação de maneira a proteger os interesses do Mutuário e do Banco e para atingir os objetivos do Projeto. Salvo caso de outra forma o Banco concorde, o Mutuário não cederá, alterará, revogará, renunciará, cancelará ou deixará de cumprir qualquer acordo de cooperação ou de qualquer das suas disposições.

#### **F. Subprojetos**

Para os fins de realização dos Componentes 2 (b) e 3 do Projeto, o Mutuário, através do SEAFDS, deverá:

- (a) Após haver selecionado qualquer Subprojeto de acordo com as diretrizes e procedimentos estabelecidos no Manual Operacional, firmará convênio com a PO ou CA correspondente, conforme o caso, (“Acordo de Subprojeto”), sob os termos e condições aprovados pelo Banco e incluídos no Manual Operacional, para o fornecimento do correspondente subsídio (Matching Grant) para a implementação do dito Subprojeto.
- (b) Exercer seus direitos e realização das obrigações sob cada Acordo de Subprojeto de maneira a proteger os interesses do Mutuário e do Banco e para



realizar os fins do Empréstimo. Exceto conforme o Banco concorde de outra forma, o Mutuário não poderá ceder, alterar, revogar, renunciar, cancelar ou deixar de cumprir qualquer acordo Subprojeto ou de qualquer disposição dos mesmos.

### **G. Salvaguardas**

1. O Mutuário deverá, e deverá dar causa às CAs, POs e/ou AESA, SEIRHMACT ou CINEP a, implementar, , o Projeto de acordo com as cláusulas da Estrutura de Gestão Social e Ambiental (ESMF)<sup>11</sup>, e da Estrutura de Planejamento da População Indígena e de Quilombolas (IQPPF)<sup>12</sup>. Mutuário não pode atribuir, alterar, revogar, ou renunciar, ou permitir que sejam atribuídos, alterada, revogada ou renunciada qualquer um dos documentos de salvaguardas ou a prestação dos mesmos, sem a aprovação prévia do Banco.
2. Se qualquer atividade do Projeto (incluindo qualquer Subprojeto) requer Reassentamento, o Mutuário deverá: (a) previamente à realização de qualquer atividade do Projeto (incluindo Subprojeto), preparar um plano de ação de reassentamento em conformidade com o IRPF, e, posteriormente (b) implementar, ou fazer com que sejam implementadas, todas as medidas necessárias nos termos do referido plano, de acordo com seus termos e de forma aceitável para o Banco.
3. Caso qualquer atividade do Projeto (incluindo qualquer Subprojeto) envolverá a presença de População Indígena e/ou de Quilombola, o Mutuário deverá: (a) anteriormente à realização de qualquer atividade do Projeto (incluindo qualquer Subprojeto), preparar um plano de desenvolvimento de população indígena de acordo com o IQPPF, e revelar tal plano de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo IQPPF, e em seguida (b) implementar, ou fazer com que sejam implementadas, todas as medidas necessárias nos termos do referido plano, de acordo com seus termos e de forma aceitável para o Banco).

<sup>11</sup> ESMF – Environmental and Social Management Framework

<sup>12</sup> IQPPF – Indigenous and Quilombola Peoples Planning Framework

4. As seguintes atividades não deverão ser elegíveis para serem realizadas e/ou a serem financiadas no âmbito do Projeto:
  - (a) Quaisquer atividades que levem à conversão ou degradação de habitats naturais críticos ou nas suas zonas de apoio;
  - (b) Quaisquer atividades que possam levar à conversão ou degradação de áreas florestais críticas, relacionadas habitats naturais críticos, derrubada de florestas ou ecossistemas florestais; e
  - (c) A construção de quaisquer Barragens que sejam 10 metros ou mais de altura, tudo como doravante descrito no Manual Operacional.
5. Se quaisquer atividades financiadas pelo Projeto incluir a construção de Barragem que seja inferior a 10 metros de altura e/ou substancial trabalho corretivo/reparador de uma Barragem existente de 10 metros ou mais de altura, o Mutuário deverá, anteriormente à realização de qualquer dita atividade do Projeto, contratar engenheiros qualificados, com qualificações, experiência e termos de referência aceitáveis pelo Banco Mundial, para projetar e supervisionar tal atividade e/ou trabalhos corretivos.
6. O Mutuário deverá assegurar, ou provocar a CA, PO e/ou AESA, SEIRHMACT, e CINEP a assegurar, que os termos de referência para qualquer consultoria em qualquer atividade do Projeto seja satisfatório ao Banco, seguinte a sua revisão da mesma e, deste jeito, tais termos de referência devem devidamente incorporar os requisitos das Políticas de Salvaguarda do Banco, como aplicados às recomendações transmitidas através da assistência técnica.

## **Seção II. Relatórios de Monitoramento e Avaliação do Projeto**

### **A. Relatórios de Projeto**

O Mutuário deverá monitorar e avaliar o progresso do Projeto e preparar Relatórios de Projeto de acordo com as determinações da Seção 5.08 das Condições Gerais e com base nos indicadores de desempenho estabelecidos no Manual Operacional. Cada Relatório de Projeto deverá cobrir o período de um

semestre civil, e deverá ser fornecido ao Banco não mais tarde que 30 dias após o fim do período coberto por tal relatório.

#### **B. Gestão Financeira, Relatórios Financeiros e Auditorias**

1. O Mutuário deverá manter, ou fazer com que seja mantido um sistema de gestão financeiro de acordo com os requisitos da Seção 5.09 das Condições Gerais.
2. Sem prejuízo dos requisitos da Parte A desta Seção, o Mutuário deverá preparar e fornecer ao Banco o mais tardar quarenta e cinco (45) dias após o término de cada semestre civil, relatórios financeiros não auditados temporários para o Projeto cobrindo o semestre, na forma e em substância satisfatórios para o Banco.
3. O Mutuário deve ter suas Demonstrações Financeiras auditadas de acordo com as disposições da Seção 5.09 (b) das Condições Gerais. Cada auditoria das Demonstrações Financeiras deverá cobrir o período de um ano fiscal do Mutuário. As Demonstrações Financeiras auditadas para cada período em questão, deverão ser fornecidas ao Banco não mais tarde que seis (6) meses após o fim de tal período.

### **Seção III. Aquisições**

#### **A. Geral**

- 1 Bens, Obras e Serviços de Não Consultoria.** Todos os bens, obras e serviços de não consultoria requeridos para o Projeto e a ser financiados com recursos do Empréstimo deverão ser adquiridos em conformidade com os requisitos estabelecidos ou referidos na Seção I das Diretrizes de Aquisição, e com as disposições da presente seção.
- 2 Serviços dos Consultores/de Consultoria.** Todos os serviços de consultores requeridos para o Projeto e a serem financiados com recursos do Empréstimo deverão ser adquiridos em conformidade com os requisitos estabelecidos nas Seções I e IV das Diretrizes de Consultoria e com os requisitos desta Seção.
- 3 Definições.** Os termos em letras maiúsculas e utilizados abaixo nesta Seção para descrever métodos específicos de aquisições ou métodos de revisão pelo



Banco de contratos específicos refere-se ao correspondente método descrito nas Seções II e III das Diretrizes de Aquisições, ou Seções II, III, IV e V das Diretrizes de Consultoria, conforme o caso.

#### **4 Métodos Específicos de Aquisições de Bens, Obras e Serviços de Não Consultoria**

1. **Concorrência Internacional (International Competitive Bidding).** Exceto de forma diversa estabelecida no parágrafo 2 abaixo, bens, obras e serviços de não consultoria deverão ser adquiridos sob contratos ao abrigo de contratos adjudicados com base de Concorrência Internacional.
2. **Outros Métodos de Obtenção de Bens, Obras e Serviços de Não Consultoria.** A tabela abaixo especifica os métodos de Aquisição, além da Concorrência Internacional, que pode ser utilizada para bens, obras e serviços de não consultoria. O Plano de Aquisições deverá especificar as circunstâncias sobre as quais tais métodos podem ser utilizados.

<b><u>Método de Aquisição</u></b>
(a) Licitação Pública Nacional (incluindo método conhecido como “ <i>pregão eletrônico</i> ”, como estipulado na Lei do Garantidor No. 10.520, de 17 de Julho de 2002, sob uma sistema de e-obtenção aprovado pelo Banco, sujeito ao seguinte procedimento adicional, ou seja, que os documentos de licitação sejam aceitáveis pelo Banco
(b) Shopping
(c) Contratação Direta
(g) Acordos Estruturais
(e) Participação Comunitária nos procedimentos de Aquisição, como estabelecidos no Manual Operacional
(f) Práticas Comerciais que devem ser aceitáveis pelo Banco

## 5 Métodos Específicos de Aquisição de Serviços de Consultoria

1. **Seleção Baseada em Qualidade e Custo**<sup>13</sup>. Salvo de outra forma estipulado no parágrafo 2 abaixo, serviços de consultoria devem ser obtidos sob contratos adjudicados com base na Seleção Baseada de Qualidade e Custo.
2. **Outros Métodos de Obtenção de Serviços de Consultoria**. A tabela abaixo especifica métodos de aquisição, além da Seleção Baseada em Qualidade e Custo, que pode ser usado para serviços de consultoria. O Plano de Aquisições deve especificar as circunstâncias sob as quais tais métodos podem ser utilizados.

<b>Método de Aquisição</b>
(a) Seleção baseada na Qualificação dos Consultores
(b) Seleção baseada em Qualidade
(c) Seleção de Menor Custo
(d) Seleção de Orçamento Fixo
(e) Procedimentos estabelecidos na Seção V das Diretrizes de Consultores para a Seleção Individual de Consultores
(f) Seleção de Fonte Única de firmas de consultoria
(g) Seleção de Fonte única de Consultores Individuais estabelecido no parágrafo 5.6 das Diretrizes de Consultoria
(h) Práticas Comerciais que tenham sido consideradas aceitáveis pelo Banco

## 6 Revisão pelo banco das Decisões de Aquisição

O Plano de Aquisição deverá estabelecer quais contratos terão que ser sujeitos à Revisão Prévia do Banco. Todos os outros contratos serão objeto de Revisão Posterior pelo Banco.

<sup>13</sup> O texto original utiliza o termo "Quality and Cost-Based Selection", que não se confunde e não se traduz como Custo e benefício que seria "cost-benefit ratio".

#### Seção IV. Saque de Recursos do Empréstimo

##### a. Geral

1. O Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo em conformidade com as disposições do Artigo II das Condições Gerais, desta Seção, e tais instruções adicionais que o Banco deverá especificar por notificação ao Mutuário (incluindo o “Diretrizes do Banco Mundial de Desembolso para Projetos<sup>14</sup>” datado de Maio de 2006, como revisado de tempos em tempos pelo Banco e, tal como aplicáveis ao presente acordo em conformidade com tais instruções), para financiar Despesas Elegíveis como estabelecido na tabela no parágrafo 2 abaixo.

2. A tabela seguinte especifica as categorias de Despesas Elegíveis que podem ser financiadas com recursos do Empréstimo (“Categoria”), a alocação dos montantes do Empréstimo para cada Categoria, e a porcentagem de despesas a serem financiadas para Despesas Elegíveis em cada categoria.

<b>Categoria</b>	<b>Montante do Empréstimo Alocado (USD – Doláres Americanos)</b>	<b>Percentual das Despesas a ser financiado (incluindo Impostos)</b>
(1) Obras, bens, serviços de não consultoria, Custos de Treinamento Operacional no âmbito do Projeto, excluindo Categorias (2) e (3).	10.142.730,00	100%
(2) Obras, bens, serviços de não consultoria, serviços de consultoria, e/ou Treinamento no âmbito dos Projetos de Redução da	18.889.035,00	100% Do relevante subsídio (Matching Grant)

<sup>14</sup> “World Bank Disbursement Guidelines for Projects



Vulnerabilidade Agrolimática		
(3) Obras, bens, serviços de não consultoria, serviços de consultoria e ou Treinamento no âmbito dos Subprojetos de Alianças Produtivas	20.843.235,00	100% Do relevante subsídio (Matching Grant)
(4) Taxa Inicial (Front-end Fee)	125.000,00	Montante pagável em seguida a Seção 2.03 do Empréstimo de acordo com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais
(5) Prêmio para Taxa Máxima de Juros e Collars (Interest Rate Caps e Collars)	0	Montante pagável em seguida a Seção 2.09 (c) do Acordo de Empréstimo.
<b>MONTANTE TOTAL</b>	<b>50.000.000,00</b>	

3. Para os fins desta tabela:

(a) o termo “Custos de Operação” significa o razoável aumento de custo operacional (que não teriam sido incorridos ausente do Projeto <sup>15</sup>), relacionado à gestão administrativa e técnica do Projeto, monitoramento e supervisão necessários ao Projeto, incluindo, *entre outros*, equipe de suporte administrativo e operacional, suprimentos, custos de viagem (incluindo acomodações, custo de transporte e diárias (*per diem* <sup>16</sup>)), serviços de impressão, custos de comunicação, utilidades, manutenção de instalações, s e

<sup>15</sup> O texto original traz: “(ewhich would not have been incurred absent the Project)”.

<sup>16</sup> Por dia

equipamentos de escritório, operação de veículo e custos de manutenção, e serviços de logística; e

- (b) o termo “Treinamento” significa despesas (outras além daquelas de serviços de consultoria) em que incorreu o Mutuário em razão da realização de treinamento, seminários, e workshops, incluindo razoáveis custos de viagem (p.ex. acomodações, custos de transporte e *diárias*) dos treinandos e treinadores (se aplicável), taxas de matrícula de cursos, alimentação, aluguel de instalações e equipamento de treinamento, serviços de logística e impressão, bem como equipamento e materiais de treinamento necessários para este Projeto.

#### **B. Condições de Desembolso; Períodos de Desembolso**

1. Não obstante as cláusulas da parte A desta Seção, nenhum saque deverá ser feito para pagamentos anteriores a data do Acordo, exceto saques até o montante agregado não superior a equivalente a dois milhões de dólares (USD\$ 2.000.000,00), pode ser feito para pagamentos realizados dentro de um ano anterior a esta data, mas em nenhum caso anterior a 15 de Julho de 2015, para Despesas Elegíveis.
2. O Prazo Final é 30 de Setembro de 2022. O Banco apenas concederá uma extensão do Prazo Final após o Ministério da Fazenda do Garantidor ter informado ao Banco que concorda com tal extensão.

### **ANEXO 3**

#### **Cronograma de Amortização**

1. A tabela seguinte estabelece as Datas de Pagamento do Principal do Empréstimo e a percentagem do montante total principal do Empréstimo pagável em cada Data de Pagamento Principal (“parcela” “*Installment Share*”<sup>17</sup>). Se o recurso do Empréstimo tiver sido totalmente sacado a partir do primeiro Prazo para

<sup>17</sup> Parcela Periódica

Pagamento Principal, o montante principal do Empréstimo reembolsável pelo Mutuário em cada Prazo para Pagamento Principal será determinado pelo Banco multiplicando: (a) Retirada do saldo do Empréstimo com vigência a partir do primeiro Prazo de Pagamento Principal; por (b) Parcela Periódica para cada Prazo de Pagamento Principal, tal montante reembolsável a ser ajustado, como necessário, a deduzir quaisquer montantes referidos no parágrafo 4 deste Cronograma, ao qual a Conversão de Moeda aplica-se.

<b>Data de Pagamento Principal</b>	<b>Parcela Periódica (Expresso como uma porcentagem)</b>
Em cada dia 15 de Maio e 15 de Novembro Começando a 15 de Maio de 2022 até 15 de Maio de 2034	4%

2. Se os recursos do Empréstimo não tiverem sido totalmente sacados a partir do primeiro Prazo de Pagamento Principal, o montante principal do Empréstimo reembolsável pelo Mutuário em cada Prazo de Pagamento Principal deve ser determinado como segue:
  - (a) Na medida em que quaisquer recursos do Empréstimo tenham sido retirados a partir da primeira Data de Pagamento do Principal, o mutuário deve reembolsar o saldo do empréstimo retirado a partir desta data, de acordo com o parágrafo 1 deste Cronograma
  - (b) Qualquer montante sacado após o primeiro Prazo de Pagamento Principal deve ser reembolsado/restituído em cada Prazo de Pagamento Principal, caindo após a data de tal saque por uma fração, o numerador do qual é a Parcela Periódica especificada na tabela no parágrafo 1 deste Cronograma para o dito Prazo de Pagamento Principal (“parcela original” “Original Installment Share”<sup>18</sup>) e o denominador do qual é a soma de todo o Original Installment Share remanescente para o Prazo de Pagamento Principal

<sup>18</sup> Parcela Periódica Originária



cadente no ou após tal data [<sup>19</sup>, tais montantes reembolsáveis serão ajustados, como necessário, para deduzir quaisquer montantes referidos no parágrafo 4 deste Cronograma, aos quais a Conversão de Moeda aplica-se.

3. (a). Montantes do Empréstimo sacado dentro de dois meses do calendário anterior a qualquer Prazo de Pagamento Principal deverá, para os propósitos exclusivamente de calculo dos montantes principais pagáveis em qualquer Prazo de Pagamento Principal, ser tratado como saque e devido no segundo Prazo de Pagamento Principal começando no segundo Prazo de Pagamento Principal seguinte à data do saque.  
 (b) Não obstante as cláusulas do subparágrafo (a) deste parágrafo, se a qualquer tempo o Banco adotar um sistema de data de vencimento de faturamento sob o qual faturas/notas são emitidos na ou após o respectivo Prazo de Pagamento Principal, as cláusulas de tal subparágrafo não mais serão aplicadas a qualquer saque feito após a adoção de tal sistema de faturamento.
4. Não obstante as cláusulas dos parágrafos 1 e 2 deste Cronograma, sobre a Conversão de Moeda de todo ou parte do saldo do Empréstimo para uma Moeda Aprovada, o montante então convertido na Moeda Aprovada que é reembolsável em qualquer Prazo de Pagamento Principal ocorrente durante o Período de Conversão, deverá ser determinado pelo Banco multiplicando tal montante na sua moeda de denominação imediatamente anterior à Conversão por ou: (i) a taxa de câmbio que reflita os montantes principal na Moeda Aprovada pagável pelo Banco sob a Currency Hedge Transaction relacionado à Conversão; ou (ii) caso o Banco assim o determine de acordo com as Diretrizes de Conversão, a taxa de câmbio componente da Taxa de Tela (Screen Rate).
5. Caso o saldo do Empréstimo seja denominado em mais de uma Moeda de Empréstimo, as cláusulas deste Cronograma deverão ser aplicadas separadamente ao montante denominado em cada Moeda de Empréstimo, de forma a produzir um separado cronograma de amortização para cada montante.

<sup>19</sup> Signo constante do original

## APÊNDICE

### Seção I. Definições

1. “AESA” significa *Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba*, a Agência Executiva do Mutuário para Gestão de Água, criada pela Lei No. 7.779, de 7 de Julho de 2005, e sob a jurisdição administrativa da SEIRHMACT.
2. “Sistema de Informação de Risco Agroclimático” significa um banco de dados online interativo que fornece acesso à informação hidrológica e agroclimática visando a dar suporte aos processos de decisão e aumentar a resiliência aos riscos relacionados com o clima.
3. “Subprojeto de Redução da Vulnerabilidade Agroclimático” significa qualquer investimento elegível visando a aumentar a resiliência de agricultores e sua subsistência aos riscos climáticos, incluindo, *entre outros*: (i) abastecimento de água para produção agrícola; (ii) diversificação da agricultura e gestão dos recursos naturais; (iii) melhoria nutricional e de segurança dos alimentos; e (iv) melhoria das vias de acesso rurais, tudo identificável e priorizado pelas CAs com o apoio dos Conselhos Municipais e aprovado pelo Mutuário de acordo com disposições relevantes do Manual Operacional e a ser realizado pelas CAs.
4. “*Diretrizes Anticorrupção*” significa as “Diretrizes para Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção em Projetos Financiados pelos Empréstimos do IBRD – BIRD e Créditos e Concessões do IDA”, datado de 15 de Outubro de 2006 e revisado em Janeiro de 2011.
5. “Plano Operacional Anual” significa cada plano referido na Seção I.A.2. do Anexo 2 deste Acordo.
6. “Políticas de Salvaguarda do Banco” significa que as políticas operacionais do Banco e os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Banco sob o OP/BPs 4.01, 4.04, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.36, 4.37, 7.5 e 7.6 “Categoria” significa uma categoria estabelecida na tabela da Seção IV do Anexo 2 deste Acordo.

7. “CINEP” significa *Companhia de Desenvolvimento da Paraíba*, a Companhia de Desenvolvimento do Mutuário, criado pela Lei Estadual de No. 6.037 de 2 de Julho de 1996.
8. “Associação Comunitária ou CA” significa associação civil formada por membros de uma comunidade (*associação civil*), ou qualquer associação privada, todos devidamente estabelecidos no território do Mutuário de acordo com as leis do Garantidor, incluindo comunidade de População Indígena ou Quilombola, e que preencha os critérios estabelecidos no Manual Operacional (como doravante definido) para participação no Projeto.
9. “Diretrizes de Consultoria” significa as “Diretrizes: Seleção e Contratações dos Consultores sob o IBRD/BIRD e Créditos e doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial, datado de Janeiro de 2011 e revisado em Julho de 2014.
10. “COOPERAR” significa unidade referida na Seção I.A. do Anexo 2 deste Acordo, estabelecido pela Lei Estadual de No. 10.676, datado de 11 de Setembro de 1997 e emendado pelo Decreto No. 15.723 de 3 de Janeiro de 2015, ou qualquer sucessor a este aceito pelo Banco.
11. “Acordo de Cooperação” significa quaisquer acordos referidos na Seção I.E.I. do Anexo 2 deste Acordo.
12. “Barragem” significa qualquer barragem, represa de retenção de água subterrânea, barragem de retenção de sedimentos local, lagoa da exploração agrícola e / ou tanque de baixo aterro.
13. “Estrutura de Gestão Social e Ambiental” ou “ESMF” significa a integrada avaliação de impacto social e ambiental datado de 28 de Março de 2016, aceitável pelo Banco, publicado e tornado acessível ao público no sítio de internet <http://cooperar.pb.gov.br>, que contém as medidas de proteção ambiental relativas ao Projeto, incluindo: (i) medidas para a ocasional descoberta de recursos físicos culturais; (ii) proteção de habitats naturais; (iii) diretrizes para a identificação das condições ambientais existentes e potenciais impactos ambientais diretos e indiretos resultantes da realização do Projeto (incluindo Subprojetos); (iv) diretrizes para a



realização da avaliação ambiental e preparação social e ambiental dos planos de gestão, quando aplicável; (v) recomendação para medidas de mitigação de cada impacto negativo identificado; (vi) medidas para melhoria/incremento de cada impacto positivo identificado; (vii) direção e procedimentos para o uso de pesticidas e outros químicos; (viii) orientação e procedimentos para intervenções envolvendo Barragens e a construção de tanques de cultivo existentes; (ix) ) orientações e procedimentos para a restauração das florestas nativas e gestão sustentável dos recursos florestais não madeireiro<sup>20</sup>, e (x) Manual Social e Ambiental de Obras Civil (contendo diretrizes complementares e procedimentos para realização e monitoramento das obras civis, incluindo Subprojetos); como o mesmo pode ser emendado, suplementado ou diferentemente modificado de tempos em tempos com o prévio e expresse consentimento do Banco.

14. “Condições Gerais” significa as “Condições Gerais de Empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento”, datado de 12 de Março de 2012, com as modificações estabelecidas na Seção II deste Apêndice.
15. “Estrutura de Planejamento da População Indígena e Quilombola” ou “IQPPF” significa quadro do Mutuário, datada de 28 de Março de 2016, aceitável pelo Banco, publicado e disponibilizado ao público no sítio de internet <http://www.cooperar.pb.gov.br>, detalhando as medidas para mitigar quaisquer impactos adversos sobre as Populações Indígenas e Quilombolas como resultado da atividade realizada no âmbito do Projeto (incluindo Subprojetos) e para garantir que eles beneficiem-se do Projeto, incluindo procedimentos de preparação e implementação dos planos pertinentes, como tal quadro pode ser alterado de tempos em tempos com prévia concordância do Banco.
16. “Política de Estruturação de Reassentamento Involuntário” significa um quadro do Mutuário datado de 28 de Março de 2016, aceitável pelo Banco, publicado disponibilizado ao público no sítio de internet <http://www.cooperar.pb.gov.br>,

<sup>20</sup> Non-timber forest resources ou recursos florestais non-timber/sem madeira: são produtos ou recursos secundários de florestais, não madeiras, que são úteis ou podem ser commodities, obtidos de florestas que não requerem a coleta de madeira. Incluem animais, frutos, frutas, cogumelos, óleos, plantas medicinais, etc. São fundamentais para a gestão sustentável de florestas.

delineando os procedimentos gerais de implementação, medidas de mitigação e procedimentos de monitoramento para o Reassentamento no âmbito do Projeto, incluindo procedimentos para a preparação e implementação dos planos de realocação, tal quadro pode ser alterado de tempos em tempos com prévia concordância do Banco.

17. “Conselho Municipal” *Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável* ou qualquer outra entidade dando apoio ao acompanhamento do Projeto no território do Mutuário a nível municipal, e operando de Acordo com o Manual Operacional.
18. “Matching Grant”/subsídios significa uma concessão feita com recursos do Empréstimo para uma selecionada PO (para Subprojetos de Aliança Produtiva) ou uma selecionada CA (para Subprojeto de Redução da Vulnerabilidade Agroclimática), para o financiamento parcial do custo pertinente ao Subprojeto, sujeito a termos e condições específicos , como tal quadro estabelecidos no Manual Operacional e no pertinente Acordo de Subprojeto.
19. “Serviços de Não Consultoria” significa pesquisas e outros serviços não intelectuais e de natureza não consultivos que podem ser produzidos com base em performance ou resultados fisicamente mensuráveis.
20. “Manual Operacional” significa o manual do Mutuário referido na Seção I.B.1 do Anexo 2 deste Acordo, que pode ser alterado de tempos em tempos com concordância do Banco.
21. “Diretrizes de Aquisições” significa “Diretrizes: Aquisição de Bens, Obras e Serviços Não Consultivos sob Empréstimos do IBRD e Créditos e Concessões do IDA pelos Mutuários do Banco Mundial” datado de Janeiro de 2011 e revisado em Julho de 2014.
22. “Plano de Aquisições” significa os planos de aquisições do Mutuário para o Projeto, datado de \_\_\_\_\_ e referido no parágrafo 1.18 das Diretrizes de Aquisições e parágrafo 1.25 das Diretrizes Consultivas, e tais devem ser atualizados de tempos em tempos de acordo com as cláusulas dos supracitados parágrafos.



23. “Organização de Produtores ou PO” significa uma organização baseada em produtores investido de personalidade jurídica e/ou qualquer grupo de cidadãos rurais organizados em uma sociedade privada legalmente estabelecida, que, em atendendo aos critérios estabelecidos no Manual Operacional, é elegível para receber subsídios/Matching Grant, para a realização de um Projeto de Aliança Produtiva.
24. “Aliança Produtiva” significa qualquer aliança entre a Organização de Produtores e um comprador, que especifica as características do produto, quantidades a ser produzida/comprada, modalidades de entrega e critérios de determinação de preço, e que forma a base para a formulação do Subprojeto de Aliança Produtiva.
25. “Subprojeto de Aliança Produtiva” significa um investimento produtivo elegível e orientado ao mercado visando a dar a apoiar as organizações de produtores para cumprir com as exigências do mercado, incluindo, *entre outras*: (i) mínima exploração de infraestrutura; (ii) medidas de conservação do solo e da água; (iii) provisão e utilização de insumos, equipamentos e ferramentas; (iv) serviços de assistência técnica; e (v) a infraestrutura não agrícola para armazenamento, processamento e embalagem, todos identificados e priorizados pelas POs e compradores no pertinente plano de negócios da Aliança Produtiva, e aprovado pelo Mutuário de acordo com as pertinentes cláusulas do Manual Operacional e a ser conduzido/realizado pela PO.
26. “População Quilombola” significa qualquer descendente de escravos Afro-Brasileiro vivendo nas terras do Mutuário que mantém distintas tradições subculturis e que tenham recebido reconhecimento, como tal, pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura do Garantidor.
27. “Reassentamento” significa o impacto do: (i) tomada de terra involuntária no âmbito do Projeto, cuja tomada cause efeito sobre as pessoas e seus: (a) fonte de rendimento ou meios de subsistência adversamente afetado (tenham as pessoas afetadas que se mover para outra localidade ou não); ou (b) direito, título ou recurso em qualquer casa, terra (incluindo premissas, terrenos agrícolas ou de pastagens), ou qualquer recurso fixo ou bem móvel adquirido ou possuído, temporária ou permanentemente; ou (c) acesso a recursos de produção adversamente afetados, temporariamente ou



permanentemente; ou (d) negócios, ocupações, local de trabalho ou residência ou habitat adversamente afetado, temporária ou permanentemente; ou (ii) uma involuntária restrição de acesso a recursos naturais parques legalmente designados e áreas de proteção (incluindo reservas) que causem um impacto adverso na subsistência das pessoas afetadas.

28. “Documentos de Salvaguarda” significam o ESMF, o IQPPF e o IRPF (incluindo qualquer plano de gestão ambiental e social, plano de pessoas indígenas e plano de ação de ressentamento), e como tais podem ser emendados, suplementados ou diferentemente modificados de tempos em tempos com a prévia e expressa aquiescência do Banco.
29. “SEAFDS” significa *Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido*, a Secretaria do Mutuário da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido, ou qualquer outro sucessor a esta, aceitável pelo Banco.
30. “SEIRHMACT” significa *Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia*, a Secretaria do Mutuário para Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, ou qualquer sucessor a esta, aceitável pelo Banco.
31. “Subprojeto” significa Subprojeto de Redução da Vulnerabilidade Agroclimática e/ou qualquer Subprojeto de Aliança Produtiva.
32. “Contrato de Subprojeto” significa cada acordo a ser inserido entre o Mutuário e a PO (para Subprojetos de Aliança Produtiva) ou uma CA (para Subprojetos de Redução da Vulnerabilidade Agroclimática), conforme for o caso, e como especificado na Seção I.F.(a) do Anexo 2 deste Acordo.

## **Seção II. Modificações das Condições Gerais**

As Condições Gerais serão por este meio modificados como segue:

1. Na **Tabela de Conteúdo**(/Índices), as referências a Seções, nomes de Seções e número de Seções serão modificados a refletir as modificações estabelecidas nos parágrafos abaixo.
2. Seção 3.01. (Front-end Fee/ Taxa Inicial) é modificada e lê-se como se segue:  
 “Seção 3.01. *Front-end Fee; Commitment Charge*<sup>21</sup>  
 (a) O Mutuário deverá pagar ao Banco a taxa de compromisso (commitment charge) sobre o saldo de Empréstimo Não Sacado em uma taxa especificada pelo Acordo de Empréstimo (a “Commitment Charge”). A taxa de compromisso (Commitment Charge) deverá acumular da data de sessenta dias após a data do Acordo de Empréstimo até as respectivas datas em que os montantes são sacados pelo Mutuário da Conta de Empréstimo ou cancelado. A taxa de compromisso (Commitment Charge) deverá ser paga semestralmente, em atraso<sup>22</sup>, em cada Data de Pagamento.
3. No Apêndice, **Definições**, todas as referências relevantes para os números de Seção e parágrafos são modificados, caso necessário, para refletir a modificação estabelecida no parágrafo 2 acima.
4. O Apêndice é modificado com a inserção de um novo parágrafo 19 com a seguinte definição de “taxa de compromisso” (“Commitment Charge”), e renumerando os parágrafos subsequentes adequadamente:  
 “19. “Taxa de Compromisso” (“Commitment Charge”) significa a taxa de compromisso especificada no Acordo de Empréstimo par fins da Seção 3.01 (b)”.
5. No parágrafo renumerado 49 (originalmente parágrafo 48) do Apêndice, definição de “Front-end Fee” é modificada pela substituição da referência à Seção 3.01 com a Seção 3.01(a).
6. No renumerado parágrafo 68 (originalmente parágrafo 67) do Apêndice, definição do termo “Pagamento do Empréstimo” é modificado para ler-se como segue:  
 “68. “Pagamento do Empréstimo” significa qualquer montante pagável pelas Partes do Empréstimo para o Banco conforme os Acordos Legais ou estas Condições Gerais, incluindo (mas não limitado a) qualquer montante do saldo de Empréstimo Sacado, juros, a Front-end Fee, a Taxa de Compromisso (Commitment Charge), juros e Taxa de Juros de Inadimplência (caso haja),

<sup>21</sup> Taxa Inicial; Taxa de Compromisso

<sup>22</sup> O texto original traz expressamente “in arrears”, que significa em atraso

qualquer sobretaxa, qualquer pagamento prêmio, qualquer taxa de transação para Conversão ou terminação antecipada de Conversão, Taxa de Fixação de Spread Variável (caso haja), qualquer prêmio pagável no estabelecimento de uma Interest Rate Cap (limite máximo de taxa de juros) ou Interest Rate Collar, e qualquer Unwinding Amount<sup>23</sup> pagável pelo Tomador.

7. No renumerado parágrafo 73 (originalmente parágrafo 72) do Apêndice, a definição de “Data de Pagamento” é modificada pela supressão da palavra “é” e inserindo as palavras “e Commitment Charge são” após a palavra “juros”.

---

<sup>23</sup> Unwinding em finanças é uma ação complexa, retificadora, resultante geralmente de um erro em que a empresa precisára, por exemplo, liberar uma ação ou acordo errôneo e adquirir o correto.



**Departamento Jurídico**  
**ESBOÇO CONFIDENCIAL**  
**(Sujeito à alterações)**  
**C. Portelo**  
**2 de Dezembro de 2015**

**EMPRÉSTIMO NÚMERO \_\_\_\_\_ - BR**

**ACORDO DE GARANTIAS**

**(Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba)**

**Entre**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**e**

**BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO**

**Datado \_\_\_\_\_, 201 \_\_\_\_.**

EMPRÉSTIMO NÚMERO \_\_\_\_\_ - BR.

### ACORDO DE GARANTIA

ACORDO, datado \_\_\_\_\_, 201 \_\_\_\_, entrado em<sup>1</sup> entre REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, (“Garantidor”) e BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (“Banco”) (“Acordo de Garantia”) em conexão com o Acordo de Empréstimo de mesma data entre o Banco e o ESTADO DA PARAÍBA (“Tomador”) (“Acordo de Empréstimo”). O Garantidor e o Banco por este meio concordam com o que segue:

#### ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES

Seção 1.01. As Condições Gerais (como definidas no Apêndice do Acordo de Empréstimo) constituem parte integral deste Acordo.

Seção 1.02. Amenos que o contexto requeira de forma diversa, os termos capitalizados usados neste Acordo possuem os significados a eles atribuídos nas Condições Gerais ou no Acordo de Empréstimo.

#### ARTIGO II – DA GARANTIA

Seção 2.01. O Garantidor por meio deste garante incondicionalmente, como primeiro obrigador<sup>2</sup> e não como apenas mero fiador, o pagamento devido e pontual de todos os Pagamentos de Empréstimo pagáveis pelo Tomador conforme o Acordo de Empréstimo.

#### ARTIGO III – REPRESENTANTE/MANDATÁRIO; ENDEREÇOS

3.01. O Representante do Garantidor é seu Ministro da Fazenda.

<sup>1</sup> Texto original lê-se “entered into between”

<sup>2</sup> Texto original usa o termo “obligator” que é aquele que estabelece uma obrigação sob a lei.

## 3.02. O Endereço do Garantidor é:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco "P", 8º Andar  
700048-900, Brasília, DF  
BRASIL

Facsimile: (55-61) 3412-1740

## 3.03. O Endereço do Banco é:

International Bank for  
Reconstruction and Development  
1818 H Street, N.W.  
Washington D.C. 20433  
United States of America

Cable	Telex	Facsimile
INTBAFRAD	248423 (MCI) ou	(202) 477-6391
Washington D.C. 64145 (MCI)		

Acordado em \_\_\_\_\_ tal qual data e ano acima escrito.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por

Representante Autorizado

INTERNACIONAL BANK FOR



## RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

Por

Representante Autorizado



**TESOURO NACIONAL**

**Ministro da Fazenda**  
Eduardo Reginetti Guardia

**Secretária-Executiva**  
Ana Paula Vitelli Janes Vescovi

**Secretário do Tesouro Nacional**  
Mansueto Facundo de Almeida Junior

**Secretário Adjunto do Tesouro Nacional**  
Olavio Ladeira de Medeiros

**Subsecretários**  
Adriano Pereira de Paula  
Glendon Batista Dantas Milhomem  
José Franco Medeiros de Moraes  
Lisio Fábio de Brasil Camargo  
Pedro Jucá Maciel  
Priscila Maria Santana

**Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais**  
Felipe Palmeira Bardella

**Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais**  
Alex Pereira Benício

**Equipe Técnica**  
Fábio Felipe Daquilha Prates  
Fernando Cardoso Ferraz  
Gabriel Gdalevid Junqueira  
Karla de Lima Rocha  
Vitor Henrique Barbosa Fabel

**Assessoria de Comunicação Social**  
(ASCOM/Tesouro Nacional)  
Telefone: (61) 3412-1843  
E-mail: ascom@tesouro.gov.br  
Disponível em: www.tesouro.gov.br

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

E, permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

**Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional** – v. 24, n. 10 (Outubro 2018). – Brasília : STN, 1995.

Mensal.  
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.  
ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.  
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

*Vol. 24, N.10, outubro/2018*

# Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, novembro de 2018

## Sumário

### *Panorama Geral do Resultado do Governo Central*

#### *Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior*

Visão Geral

Receitas do Governo Central

Transferências do Tesouro Nacional

Despesas do Governo Central

Previdência Social

#### *Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior*

Visão Geral

Receitas do Governo Central

Transferências do Tesouro Nacional

Despesas do Governo Central

Previdência Social

#### *Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior*

Visão Geral

Receitas do Governo Central

Transferências do Tesouro Nacional

Despesas do Governo Central

Previdência Social

4

5

5

6

8

9

12

13

13

14

15

16

17

18

18

19

20

21

22



## Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018 .....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	7
Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018 .....	8
Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018 .....	8
Tabela 1.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018 .....	12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	14
Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018 .....	15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	16
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018 .....	17
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018 .....	18
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 .....	19
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018 .....	20
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018 .....	21
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018 .....	22

## Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

a preços correntes

Discriminação	Jan-Out					Outubro				
	R\$ Milhões		Variação (2018/2017)			R\$ Milhões		Variação (2018/2017)		
	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. Receita Total	1.106.658,1	1.215.418,6	108.760,4	9,8%	6,0%	120.262,9	132.016,5	11.753,7	9,8%	5,0%
II. Transf. por Repartição de Receita	185.349,8	204.017,0	18.667,3	10,1%	6,3%	17.037,4	17.247,2	209,9	1,2%	-3,2%
III. Receita Líquida Total (I-II)	921.308,4	1.011.401,5	90.093,2	9,8%	6,0%	103.225,5	114.769,3	11.543,8	11,2%	6,3%
IV. Despesa Total	1.025.801,4	1.087.745,8	61.944,4	6,0%	2,3%	98.152,2	105.318,7	7.166,5	7,3%	2,6%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	4.021,0	4.021,0	-	-	0,0	0,0	0,0	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-104.493,0	-72.323,3	32.169,7	-30,8%	-33,5%	5.073,3	9.450,6	4.377,3	86,3%	78,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	50.727,5	96.012,5	45.285,0	89,3%	83,0%	18.875,9	22.671,4	3.795,5	20,1%	-6,3%
Previdência Social (RGPS)	-155.220,5	-168.335,8	-13.115,3	8,4%	4,6%	-13.802,6	-13.220,8	581,8	-4,2%	-8,4%
VII. Resultado Primário/PIB	-1,9%	-1,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	51.342,4	96.516,7	45.174,3	88,0%	81,7%	18.836,7	22.671,4	3.834,7	20,4%	47,6%
Resultado do Banco Central	-614,9	-504,2	110,7	-18,0%	-29,1%	39,2	0,0	-39,2	-100,0%	-100,0%
Resultado da Previdência Social	-155.220,5	-168.335,8	-13.115,3	8,4%	4,6%	-13.802,6	-13.220,8	581,8	-4,2%	-8,4%
Fonte: Tesouro Nacional.										

Em outubro de 2018, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 9,5 bilhões contra superávit de 5,1 bilhões em outubro de 2017. Em termos reais, a receita líquida apresentou aumento de (6,3%) enquanto a despesa total apresentou acréscimo de (2,6%). Tais variações são justificadas principalmente pela elevação na receita de Cota-Parte de compensações financeiras e das despesas discricionárias.

Comparativamente ao acumulado até outubro de 2017, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 104,5 bilhões em 2017 para déficit de 72,3 bilhões em 2018. Em termos reais a receita líquida apresentou elevação de 6,0% enquanto a despesa cresceu 2,3%. Os principais fatores de variação pelo lado da receita foram elevação da COFINS, Cota-Parte de compensação financeiras e concessões e permissões. Pelo lado da despesa as maiores variações foram nas despesas discricionárias e em benefícios previdenciários.



## Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

### Visão Geral

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Out 2017	2018	Diferença	Varição % Real
I. Receita Total	1.167.858,5	1.238.236,3	70.377,7	6,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	725.496,6	767.596,7	42.100,1	5,8%
I.2 Incentivos Fiscais	-20,7	-12,3	8,4	-40,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	311.254,2	311.339,2	85,0	0,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	131.128,5	159.312,6	28.184,1	21,5%
II. Transferências por Repartição de Receita	195.640,1	207.972,5	12.332,5	6,3%
III. Receita Líquida Total (I-II)	972.218,5	1.030.263,7	58.045,3	6,0%
IV. Despesa Total	1.082.318,7	1.107.548,4	25.229,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	474.938,7	482.591,6	7.653,0	1,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	241.534,9	243.875,9	2.341,0	1,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	165.974,0	161.133,5	-4.840,5	-2,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	199.871,2	219.947,4	20.076,2	10,0%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	-	4.112,8	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-110.100,2	-73.171,8	36.928,4	-33,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	53.584,2	98.080,5	44.496,3	83,0%
Previdência Social (RGPS)	-163.684,4	-171.252,4	-7.567,9	4,6%

#### Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	54.227,5	98.536,4	44.308,9	81,7%
Resultado do Banco Central	-643,3	-455,9	187,4	-29,1%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-163.684,4	-171.252,4	-7.567,9	4,6%

discricionária, além de benefícios previdenciários e de despesa de pessoal.

A preços de outubro de 2018, comparativamente a 2017, houve melhora de R\$ 36,9 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 110,1 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 73,2 bilhões em 2018. Essa melhora decorreu principalmente do crescimento da receita líquida (6,0%) em taxa superior à elevação da despesa total (2,3%).

O acréscimo na receita líquida decorre, principalmente:

- da elevação na arrecadação do PIS/Cofins ocasionada em grande medida pelo aumento das alíquotas sobre combustíveis (Decreto 9.101/17);
- do desempenho da arrecadação associada aos programas de Parcelamentos da Dívida Ativa, PERT e PRT; e
- da melhora da atividade econômica e dos indicadores macroeconômicos e setoriais que influenciam a arrecadação, com destaque para o acréscimo na receita de Cota-Parte de Compensações Financeiras.

Por seu turno, a despesa primária segue pressionada principalmente, pela elevação da despesa



## Receitas do Governo Central

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	1.167.858,5	1.238.236,3	70.377,7	6,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	725.496,6	767.596,7	42.100,1	5,8%
Imposto de Importação	28.110,8	35.059,9	6.949,1	24,7%
IPi	40.098,3	46.596,2	6.497,9	16,2%
Imposto de Renda	299.945,9	303.771,2	3.825,3	1,3%
IOF	30.148,8	30.756,6	607,9	2,0%
COFINS	184.703,5	210.657,7	25.954,3	14,1%
PIS/PASEP	49.350,4	55.529,8	6.179,4	12,5%
CSLL	64.726,1	69.315,5	4.589,4	7,1%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	5.120,6	3.520,0	-1.600,7	-31,3%
Outras	23.292,2	12.389,8	-10.902,4	-46,8%
I.2 Incentivos Fiscais	-20,7	-12,3	8,4	-40,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	311.254,2	311.339,2	85,0	0,0%
Urbana	303.334,2	303.716,9	382,6	0,1%
Rural	7.920,0	7.622,4	-297,6	-3,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	131.128,5	159.312,6	28.184,1	21,5%
Concessões e Permissões	5.466,4	14.939,4	9.473,0	173,3%
Dividendos e Participações	5.104,4	6.631,9	1.527,5	29,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.085,4	10.806,9	-278,5	-2,5%
CotaParte de Compensações Financeiras	34.097,2	54.572,1	20.474,9	60,0%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.737,9	12.478,6	740,7	6,3%
Contribuição do Salário Educação	17.790,2	18.431,2	640,9	3,6%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.620,8	4.309,2	-311,6	-6,7%
Operações com Ativos	979,6	925,0	-54,5	-5,6%
Demais Receitas	40.246,7	36.218,2	-4.028,5	-10,0%

aumento do volume de venda de bens e serviços;

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 70,4 bilhões (6,0%) em relação ao acumulado até outubro de 2017. Esse comportamento deveu-se à elevação de R\$ 42,1 bilhões (5,8%) nas receitas administradas pela RFB juntamente com o aumento de R\$ 28,2 bilhões (21,5%) nas receitas não administradas pela RFB e o acréscimo de R\$ 85,0 milhões (0,0%) na arrecadação líquida para o RGPS.

Ressalte-se que nas receitas administradas pela RFB houve reclassificação de resíduo do estoque de parcelamentos especiais que não foram reclassificados em novembro de 2017 (ver relatórios de nov/2017 e dez/2017). Esta reclassificação, apesar de não impactar o total da receita administrada, influenciou sua composição, majorando, principalmente, imposto de renda, Cofins, PIS/PASEP e CSLL e minorando outras receitas administradas. Deste modo, a comparação interanual em relação ao período que antecede novembro de 2017 deve levar em consideração esse efeito estatístico.

Ademais desse efeito, a receita administrada pela RFB foi afetada pelos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 26,0 bilhões (14,1%) na Cofins e R\$ 6,2 bilhões (12,5%) no PIS/Pasep decorrente do efeito combinado do reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis com efeitos a partir de agosto de 2017 (Decreto 9.101/17) e do

- elevação de R\$ 6,5 bilhões (16,2%) no IPI influenciado principalmente pelo crescimento de 2,14% na produção industrial de dezembro de 2017 a setembro de 2018 em comparação à produção de dezembro de 2016 a setembro de 2017;
- aumento de R\$ 6,9 bilhões (24,7%) no Imposto de Importação derivado, principalmente, da elevação de 14,0% da taxa média de câmbio e aumento de 21,8% no valor em dólares das importações;
- aumento de R\$ 3,8 bilhões (1,3%) no Imposto de Renda, sendo este determinado pelo aumento na arrecadação de IRPJ (R\$ 2,1 bilhões); e
- elevação de R\$ 4,6 bilhões (7,1%) na CSLL condicionada pelo incremento na arrecadação referente à estimativa mensal relativa a empresas não financeiras.

Destaque-se ainda que, para o período, houve elevação de R\$ 1,1 bilhões relativa ao Programa de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação (Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL), PRT e demais parcelamentos da Dívida Ativa.

**Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018**

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Out	
	2017	2018
Banco do Brasil	980,3	1.443,1
BNB	106,4	80,1
BNDES	3.607,7	1.536,8
Caixa	0,0	2.873,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	55,6	61,6
Petrobras	0,0	380,4
Demais	354,2	257,0
<b>Total</b>	<b>5.104,4</b>	<b>6.631,9</b>

Fonte: Tesouro Nacional

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 28,2 bilhões (21,5%) quando comparadas ao mesmo período de 2017. Essa elevação é explicada, principalmente por:

- elevação de R\$ 20,5 bilhões (60,0%) em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente a desvalorização cambial e a elevação no preço internacional do petróleo; e
- aumento de R\$ 9,5 bilhões (173,3%) nas receitas de concessões e permissões por conta dos pagamentos de 2018 de R\$ 8,0 bilhões referentes a 15ª rodada de concessão de petróleo e gás e de R\$ 3,2 bilhões referentes ao leilão da 4ª rodada de partilha de pré-sal distribuídos nos meses de agosto, setembro e outubro.



## Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferências por Repartição de Receita	195.640,1	207.972,5	12.332,5	6,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	156.307,4	160.213,9	3.906,5	2,5%
II.2 Fundos Constitucionais	6.932,5	7.055,5	123,0	1,8%
Repassse Total	10.069,4	10.325,8	256,4	2,5%
Superávit dos Fundos	-3.137,0	-3.270,4	-133,4	4,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	10.669,2	10.594,8	-74,4	-0,7%
II.4 Compensações Financeiras	18.667,4	27.453,7	8.786,3	47,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.792,3	1.385,4	-406,9	-22,7%
II.6 Demais	1.271,2	1.269,2	-2,0	-0,2%

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 12,3 bilhões (6,3%) em relação ao acumulado até outubro de 2017, passando de R\$ 195,6 bilhões em 2017 para R\$ 208,0 bilhões em 2018. As principais variações no período foram:

- acréscimo de R\$ 8,8 bilhões (47,1%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e Compensações Financeiras; e
- elevação de R\$ 3,9 bilhões (2,5%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE, reflexo do aumento dos tributos compartilhados (IR e IPI).



## Despesas do Governo Central

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV - Despesa Total	1.082.318,7	1.107.548,4	25.229,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	474.938,7	482.591,6	7.653,0	1,6%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	372.527,0	380.619,2	8.092,3	2,2%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	102.411,7	101.972,4	-439,3	-0,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	241.534,9	243.875,9	2.341,0	1,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	165.974,0	161.133,5	-4.840,5	-2,9%
Abono e Seguro Desemprego	48.847,2	46.282,2	-2.564,9	-5,3%
Benefícios Prest. Continuada LOAS/RMV	47.308,2	47.549,0	240,8	0,5%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.620,8	4.303,7	-317,1	-6,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	668,0	2.159,8	1.491,8	223,3%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	13.025,7	11.969,8	-1.055,9	-8,1%
FUNDEB (Complem. União)	11.931,2	12.141,9	210,7	1,8%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.731,2	1.731,2	-
Sentenças Judiciais e Precatórios	10.926,8	13.901,4	2.974,6	27,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	19.034,0	13.607,8	-5.426,2	-28,5%
FIES	3.897,8	2.183,8	-1.714,0	-44,0%
Demais	5.714,2	5.302,8	-411,4	-7,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	199.871,2	219.947,4	20.076,2	10,0%
Discricionárias Executivo	190.453,2	209.577,9	19.124,7	10,0%
PAC	18.731,9	19.442,1	710,2	3,8%
d/q MCMV	2.225,2	3.212,1	986,9	44,3%
Emissões de TDA	35,2	41,7	6,4	18,2%
Doações e Convênios	0,0	196,3	196,3	-
Demais	171.686,0	189.897,9	18.211,8	10,6%
Discricionárias LEIU/MPU	9.418,0	10.369,5	951,6	10,1%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	249.844,2	272.929,7	23.085,5	9,2%
Outras Despesas de Custeio	219.898,1	236.749,8	16.851,7	7,7%

A despesa total do Governo Central no acumulado até outubro de 2018 atingiu R\$ 1.107,5 bilhões, 2,3% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 1.082,3 bilhões. Essa variação se deve ao efeito combinado dos seguintes fatores:

- elevação em R\$ 7,7 bilhões (1,6%) em Benefícios Previdenciários;
- aumento de R\$ 2,3 bilhões (1,0%) em Pessoal e Encargos Sociais;
- incremento em R\$ 20,1 bilhões (10,0%) em Despesas Discricionárias; e
- redução R\$ 4,8 bilhões Outras Despesas Obrigatórias (2,9%).

O comportamento dos gastos em Outras Despesas Obrigatórias deveu-se principalmente a:

- redução de R\$ 5,4 bilhões em Subsídios, Subvenções e Proagro, resultado do processo de racionalização desses gastos;
- diminuição de R\$ 2,6 bilhões em Abono e Seguro Desemprego, devido à queda do número de demissões em relação mesmo período do ano anterior;
- redução de R\$ 1,7 bilhão em FIES;
- elevação de R\$ 3,0 bilhões em sentenças judiciais e precatórios;
- aumento de R\$ 1,5 bilhão em crédito extraordinário em virtude, principalmente, da

- subvenção econômica à comercialização de óleo diesel (Medida Provisória nº 838, de 2018); e
- execução de R\$ 1,7 bilhão em despesas referentes ao financiamento e campanha eleitoral sem contrapartida em 2017.

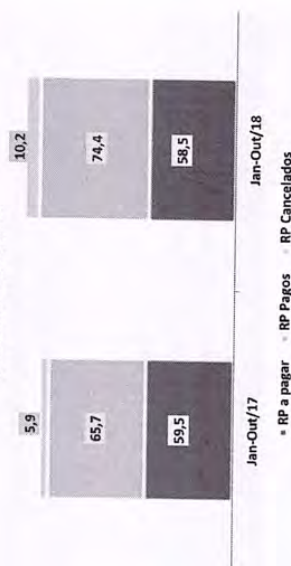
**Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018**

*R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA*

Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>Total</b>	<b>171.686,0</b>	<b>189.897,9</b>	<b>18.211,8</b>	<b>10,6%</b>
Ministério da Saúde	83.656,2	90.974,0	7.317,8	8,7%
Ministério da Educação	25.503,4	25.047,2	-456,1	-1,8%
Ministério do Desenvolvimento Social	28.253,8	29.428,2	1.174,4	4,2%
Ministério da Defesa	10.479,6	11.875,4	1.395,8	13,3%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	3.050,2	2.715,1	-335,1	-11,0%
Demais órgãos do Executivo	20.742,9	29.858,0	9.115,1	43,9%

O aumento de R\$ 18,2 bilhões (10,6%) observado nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes pode ser explicado, principalmente, pelas discricionárias do poder executivo que respondem pelas despesas de custeio dos ministérios e emendas parlamentares impositivas.

**Gráfico 1. Execução de Restos a Pagar (exceto financeiro) 2017/2018 - R\$ Bilhões**



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até outubro de 2018 correspondeu a R\$ 74,4 milhões, contra R\$ 65,7 milhões no mesmo período do ano anterior.



Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>Agricultura</b>	<b>9.757,3</b>	<b>7.268,2</b>	<b>-2.489,0</b>	<b>-25,5%</b>
Equalização de custeio agropecuário	2.138,6	1.142,1	-996,5	-46,6%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.294,0	1.613,4	-680,6	-29,7%
Política de preços agrícolas	285,5	486,6	201,1	70,4%
Pronaf	4.278,1	2.923,3	-1.354,8	-31,7%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	136,3	551,8	415,5	304,8%
Alcool	48,8	28,7	-20,1	-41,2%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	9,1	304,6	295,5	-
Funcafé	85,1	75,9	-9,2	-10,8%
Revitaliza	17,3	9,4	-7,9	-45,5%
Proagro	464,5	132,5	-332,0	-71,5%
<b>Outros</b>	<b>9.276,8</b>	<b>6.339,6</b>	<b>-2.937,2</b>	<b>-31,7%</b>
Proex	511,8	369,3	-142,5	-27,8%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.376,7	5.124,9	-3.251,8	-38,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de cré. dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,7	6,8	0,1	1,6%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	466,6	559,9	93,3	20,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parc. à Rem. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	50,0	45,6	-4,5	-8,9%
Sudene	0,0	341,7	341,7	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-7,7	-50,7	-43,1	561,1%
PNAFE	-127,3	-57,7	69,6	-54,7%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	<b>19.034,0</b>	<b>13.607,8</b>	<b>-5.426,2</b>	<b>-28,5%</b>

11



## Previdência Social

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>311.254,2</b>	<b>311.339,2</b>	<b>85,0</b>	<b>0,0%</b>
Arrecadação Bruta	347.306,2	346.485,8	-820,4	-0,2%
Contribuição Previdenciária	299.252,2	298.505,7	-746,5	-0,2%
Simples/Nacional/PAES	33.169,4	34.291,2	1.121,8	3,4%
REFIS	158,1	108,4	-49,7	-31,4%
Depósitos Judiciais	1.700,8	1.610,7	-90,1	-5,3%
Compensação RGPS	13.025,7	11.969,8	-1.055,9	-8,1%
(-) Restituição/Devolução	-955,8	-843,3	112,5	-11,8%
(-) Transferências a Terceiros	-35.096,2	-34.303,3	792,9	-2,3%
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>474.938,7</b>	<b>482.591,6</b>	<b>7.653,0</b>	<b>1,6%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-163.684,4</b>	<b>-171.252,4</b>	<b>-7.567,9</b>	<b>4,6%</b>

Comparando os valores acumulados até outubro de 2018 com o mesmo período de 2017, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 163,7 bilhões para R\$ 171,3 bilhões (4,6%) a preços de outubro de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 7,7 bilhões (1,6%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à diminuição de 2,4 milhões (8,3%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 6,72 (0,5%); e
- elevação real de R\$ 85,0 milhões (0,0%) na arrecadação líquida, associado à redução real (IPCA) da massa salarial (0,47%), referente ao período dezembro-setembro de ambos os anos.

Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ Milhões - A preços de nov/16 (IPCA)

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>311.254,2</b>	<b>311.339,2</b>	<b>85,0</b>	<b>0,0%</b>
Urbano	303.334,2	303.716,9	382,6	0,1%
Rural	7.920,0	7.622,4	-297,6	-3,8%
<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>474.938,7</b>	<b>482.591,6</b>	<b>7.653,0</b>	<b>1,6%</b>
Urbano	372.527,0	380.619,2	8.092,3	2,2%
Rural	102.411,7	101.972,4	-439,3	-0,4%
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-163.684,4</b>	<b>-171.252,4</b>	<b>-7.567,9</b>	<b>4,6%</b>
Urbano	-69.192,7	-76.902,4	-7.709,6	11,1%
Rural	-94.491,7	-94.350,0	141,7	-0,1%

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

### Visão Geral

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Outubro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	125.743,3	132.016,5	6.273,3	5,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	78.950,4	79.177,2	226,8	0,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.562,5	32.038,8	476,3	1,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	15.230,4	20.800,5	5.570,1	36,6%
II. Transferência por Repartição de Receita	17.813,8	17.247,2	-566,5	-3,2%
III. Receita Líquida Total (I-II)	107.929,5	114.769,3	6.839,8	6,3%
IV. Despesa Total	102.625,0	105.318,7	2.693,7	2,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	45.994,0	45.259,6	-734,5	-1,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.226,4	22.585,6	359,2	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.001,0	13.195,0	-806,0	-5,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.403,5	24.278,5	3.875,0	19,0%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	5.304,5	9.450,6	4.146,1	78,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	19.736,0	22.671,4	2.935,3	14,9%
Previdência Social (RGPS)	-14.431,6	-13.220,8	1.210,8	-8,4%
<b>Memorando:</b>				
Resultado do Tesouro Nacional	19.695,1	23.027,6	3.332,5	16,9%
Resultado do Banco Central	41,0	-356,2	-397,2	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-14.431,6	-13.220,8	1.210,8	-8,4%

A preços de outubro de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit de R\$ 5,3 bilhões em outubro de 2017 para um superávit de R\$ 9,5 bilhões no mesmo mês de 2018, o que representou aumento de R\$ 4,1 bilhões (78,2%). Essa variação decorreu do aumento da receita líquida em R\$ 6,8 bilhões (6,3%) somada à elevação de R\$ 2,7 bilhões (2,6%) da despesa total.

Sobre a aumento da receita líquida, destaque-se o ganho de arrecadação em Cota-Parte Compensações Financeiras decorrentes da elevação da taxa de câmbio e do preço internacional do petróleo.

Sobre a elevação da despesa, destaque-se o aumento das despesas discricionárias.



## Receitas do Governo Central

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA

Discriminação	Outubro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	125.743,3	132.016,5	6.273,3	5,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	78.950,4	79.177,2	226,8	0,3%
Imposto de Importação	3.214,4	3.944,2	729,8	22,7%
IPI	5.121,6	4.821,8	-299,8	-5,9%
Imposto de Renda	30.979,4	29.631,0	-1.348,4	-4,4%
IOF	2.968,1	3.023,0	55,0	1,9%
COFINS	20.538,6	22.500,8	1.962,2	9,6%
PIS/PASEP	5.285,6	5.615,3	329,8	6,2%
CSLL	7.454,9	7.290,3	-164,6	-2,2%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	512,9	230,7	-282,2	-55,0%
Outras	2.874,9	2.120,0	-755,0	-26,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.562,5	32.038,8	476,3	1,5%
Urbana	30.711,7	31.657,4	945,6	3,1%
Rural	850,7	381,4	-469,3	-55,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	15.230,4	20.800,5	5.570,1	36,6%
Concessões e Permissões	231,4	1.655,1	1.423,7	615,3%
Dividendos e Participações	86,1	95,2	9,1	10,5%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.108,7	1.045,8	-62,9	-5,7%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	6.172,4	11.732,6	5.560,2	90,1%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.212,5	1.355,3	142,8	11,8%
Contribuição do Salário Educação	1.628,0	1.604,3	-23,8	-1,5%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	451,4	377,8	-73,6	-16,3%
Operações com Ativos	157,2	84,6	-72,5	-46,2%
Demais Receitas	4.182,6	2.849,9	-1.332,8	-31,9%

A receita total do governo central apresentou aumento real de R\$ 6,3 bilhões (5,0%), passando de R\$ 125,7 bilhões em outubro de 2017 para R\$ 132,0 bilhões em outubro de 2018. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 5,0 bilhões (54,4%) na receita não administrada pela RFB compensado parcialmente pela redução de R\$ 1,5 bilhão (4,7%) na arrecadação líquida para o RGPS e de R\$ 559,1 milhões (0,8%) nas receitas administradas.

Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- elevação de R\$ 2,0 bilhões (9,6%) em Cofins, pelo melhor desempenho econômico;
- redução de R\$ 1,3 bilhões (4,4%) no IR, explicado pela redução no IRPJ; e

A variação das receitas não administradas em R\$ 5,6 bilhões é explicada:

- pela elevação em Concessões e Permissões (R\$ 1,4 bilhão), devido aos recebimentos associados ao leilão da 4ª rodada de partilha de pré-sal; e
- pelo crescimento de R\$ 5,6 bilhão em Cota-Parte de Compensações Financeiras, explicado pela elevação na taxa de câmbio e no preço internacional do petróleo.



## Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Outubro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	17.813,8	17.247,2	-566,5	-3,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.654,8	12.763,6	-891,2	-6,5%
II.2 Fundos Constitucionais	654,6	777,9	123,3	18,8%
Repasso Total	1.029,0	905,6	-123,4	-12,0%
Superávit dos Fundos	374,4	127,8	-246,7	-65,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.005,4	983,6	-21,7	-2,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.227,6	1.709,7	482,1	39,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	464,5	187,6	-276,9	-59,6%
II.6 Demais	806,9	824,9	17,9	2,2%

As transferências por repartição de receita apresentaram redução de R\$ 566,5 milhões (3,2%), passando de R\$ 17,8 bilhões em outubro de 2017 para R\$ 17,2 bilhões no mesmo mês de 2018. As principais variações foram:

- redução de R\$ 891,2 milhões (R\$ 6,5%) em FPM/FPE/IPI-EE e
- elevação de R\$ 482,1 milhões (R\$ 39,3%) em Compensações Financeiras.

## Despesas do Governo Central

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	Outubro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV - Despesa Total	102.625,0	105.318,7	2.693,7	2,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	45.994,0	45.259,6	-734,5	-1,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano	36.221,8	35.748,1	-473,7	-1,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.772,3	9.511,5	-260,7	-2,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.226,4	22.585,6	359,2	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.001,0	13.195,0	-806,0	-5,8%
Abono e Seguro Desemprego	4.946,3	4.492,9	-453,4	-9,2%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.773,8	4.706,2	-67,6	-1,4%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	451,4	377,8	-73,6	-16,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	61,3	116,5	55,3	90,2%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	993,8	1.065,2	71,3	7,2%
FUNDEB (Complem. União)	912,8	963,9	51,1	5,6%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	138,2	158,2	20,1	14,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	477,3	570,3	93,0	19,5%
FIES	662,9	103,1	-559,8	-84,4%
Demais	583,3	640,9	57,6	9,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.403,5	24.278,5	3.875,0	19,0%
Discricionárias Executivo	19.439,2	23.077,6	3.638,3	18,7%
PAC	2.092,7	3.091,3	998,7	47,7%
d/q MCMV	148,0	748,5	600,4	405,6%
Emissões de TDA	3,9	3,2	-0,7	-18,3%
Demais	17.342,7	19.983,0	2.640,4	15,2%
Discricionárias LEIU/MPU	964,3	1.201,0	236,7	24,5%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	24.106,3	27.598,9	3.492,6	14,5%
Outras Despesas de Custeio	21.017,1	23.763,3	2.746,2	13,1%
Outras Despesas de Capital	3.089,2	3.835,7	746,4	24,2%

Em outubro de 2018, houve elevação de R\$ 2,7 bilhões (2,6%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 102,6 bilhões para R\$ 105,3 bilhões. Essa variação se deve principalmente a elevação nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes (R\$ 3,9 bilhões), que, por sua vez, concentrou-se nas Despesas Discricionárias do Executivo (R\$ 3,6 bilhões).

As outras despesas obrigatórias apresentaram redução de R\$ 806,0 milhões (5,8%) principalmente devido à diminuição nas despesas com Abono e Seguro Desemprego (R\$ 453,4 milhões) e FIES (R\$ 559,8 milhões).



Tabela 2.5 - Demais Despesas Discrecionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

*R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA*

Discriminação	Outubro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
<b>Total</b>	<b>17.342,7</b>	<b>19.947,8</b>	<b>2.605,2</b>	<b>15,0%</b>
Ministério da Saúde	7.923,2	9.282,5	1.359,2	17,2%
Ministério da Educação	2.816,9	2.781,8	-35,1	-1,2%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.638,2	2.954,4	316,1	12,0%
Ministério da Defesa	1.279,0	1.719,8	440,8	34,5%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	287,6	388,9	101,3	35,2%
Demais órgãos do Executivo	2.397,7	2.820,5	422,8	17,6%

## Previdência Social

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

*R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA*

Discriminação	Outubro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	31.562,5	32.038,8	476,3	1,5%
Arrecadação Bruta	34.865,7	34.345,2	-520,5	-1,5%
Contribuição Previdenciária	30.245,3	29.491,5	-753,9	-2,5%
Simples/Nacional/PAES	3.458,6	3.510,6	52,0	1,5%
REFIS	8,7	264,4	255,8	-
Depósitos Judiciais	159,2	13,5	-145,7	-91,5%
Compensação RGPS	993,8	1.065,2	71,3	7,2%
(-) Restituição/Devolução	-55,7	-144,1	-88,3	158,5%
(-) Transferências a Terceiros	-3.247,5	-2.162,3	1.085,2	-33,4%
Benefícios Previdenciários	45.994,0	45.259,6	-734,5	-1,6%
Resultado Primário	-14.431,6	-13.220,8	1.210,8	-8,4%

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 14,4 bilhões em outubro de 2017 para déficit de R\$ 13,2 bilhões em outubro de 2018, representando uma diferença de R\$ 1,2 bilhão. Essa variação é explicada pela elevação de R\$ 479,3 milhões (1,5%) na arrecadação líquida, e pela redução de R\$ 734,5 milhões (1,6%) nos Benefícios Previdenciários, influenciada pela diminuição de R\$ 27,99 (2,1%) do valor médio dos benefícios, parcialmente compensada pelo crescimento de 563,8 mil do número de beneficiários emitidos.



## Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

### Visão Geral

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	setembro	outubro	Diferença	% Real
I. Receita Total	111.616,8	132.016,5	20.399,8	18,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.411,4	79.177,2	11.765,8	17,5%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.019,2	32.038,8	2.019,6	6,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	14.186,1	20.800,5	6.614,4	46,6%
II. Transferência por Repartição de Receita	14.956,6	17.247,2	2.290,7	15,3%
III. Receita Líquida Total (I-II)	96.660,2	114.769,3	18.109,1	18,7%
IV. Despesa Total	119.639,0	105.318,7	-14.320,3	-12,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	61.491,0	45.259,6	-16.231,4	-26,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.497,7	22.585,6	87,9	0,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.854,7	13.195,0	-659,7	-4,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.795,6	24.278,5	2.482,9	11,4%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-22.978,8	9.450,6	32.429,4	-
Tesouro Nacional e Banco Central	8.492,9	22.671,4	14.178,4	166,9%
Previdência Social (RGPS)	-31.471,8	-13.220,8	18.251,0	-58,0%
<b>Memorando:</b>				
Resultado do Tesouro Nacional	8.492,9	22.671,4	14.178,4	166,9%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-31.471,8	-13.220,8	18.251,0	-58,0%

Em outubro de 2018, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 9,5 bilhões, contra déficit de R\$ 23,0 bilhões em setembro de 2018 a preços constantes de outubro.

A receita líquida do Governo Central em outubro de 2018 foi superior em R\$ 18,1 bilhões (18,7%) à registrada no mês anterior, devido à sazonalidade trimestral de arrecadação de IRPJ/CSLL e participação especial (cota-parte de compensação financeira).

Houve redução da despesa total em R\$ 14,3 bilhões (12,0%), decorrente principalmente do pagamento, em setembro, da primeira parcela do 13º salário para a segunda metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo e para aqueles que recebem benefícios superiores a este valor.

## Receitas do Governo Central

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	setembro	outubro	Diferença	% Real
I. Receita Total	112.118,9	132.016,5	19.897,6	17,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.714,7	79.177,2	11.462,5	16,9%
Imposto de Importação	3.545,7	3.944,2	398,5	11,2%
IPI	4.667,7	4.821,8	154,1	3,3%
Imposto de Renda	23.503,7	29.631,0	6.127,3	26,1%
IOF	3.210,9	3.023,0	-187,9	-5,9%
COFINS	20.078,5	22.500,8	2.422,3	12,1%
PIS/PASEP	5.385,2	5.615,3	230,1	4,3%
CSLL	5.075,7	7.290,3	2.214,6	43,6%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	225,7	230,7	5,1	2,2%
Outras	2.021,6	2.120,0	98,4	4,9%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.154,3	32.038,8	1.884,5	6,2%
Urbana	29.766,8	31.657,4	1.890,5	6,4%
Rural	387,5	381,4	-6,0	-1,6%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	14.249,9	20.800,5	6.550,6	46,0%
Concessões e Permissões	2.920,8	1.655,1	-1.265,7	-43,3%
Dividendos e Participações	125,0	95,2	-29,8	-23,9%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.051,3	1.045,8	-5,6	-0,5%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	2.688,8	11.732,6	9.043,7	336,3%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	988,3	1.355,3	367,0	37,1%
Contribuição do Salário Educação	2.447,9	1.604,3	-843,7	-34,5%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	443,8	377,8	-66,0	-14,9%
Operações com Ativos	84,8	84,6	-0,2	-0,2%
Demais Receitas	3.499,1	2.849,9	-649,2	-18,6%

Em valores atualizados de outubro de 2018, a receita total do Governo Central apresentou aumento de R\$ 19,9 bilhões (17,7%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 112,1 bilhões em setembro de 2018 para R\$ 132,0 bilhões em outubro de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 11,5 bilhão (16,9%) nas receitas administradas pela RFB principalmente devido ao acréscimo de R\$ 6, bilhões (26,1%) no imposto de renda e de R\$ 2,2 bilhões (43,6%) na CSLL referentes à apuração trimestral encerrada no mês de setembro/18 com efeito financeiro em outubro do pagamento da 1ª cota ou cota única; e
- elevação de R\$ 6,6 bilhões (46,0%) nas receitas não administradas pela RFB devido, principalmente, à arrecadação em outubro parcela trimestral da participação de petróleo e gás.



## Transferências do Tesouro Nacional

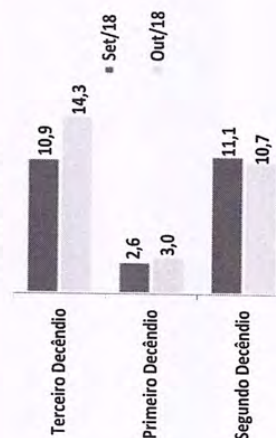
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de out/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	setembro	outubro	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	15.076,7	17.247,2	2.170,5	14,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.334,7	12.763,6	1.428,9	12,6%
II.2 Fundos Constitucionais	752,5	777,9	25,4	3,4%
Repassse Total	674,7	905,6	230,9	34,2%
Superávit dos Fundos	77,8	-127,8	-205,6	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	965,2	983,6	18,4	1,9%
II.4 Compensações Financeiras	1.919,1	1.709,7	-209,4	-10,9%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	187,6	187,6	-
II.6 Demais	105,2	824,9	719,6	683,8%

Em outubro de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 2,1 bilhões (14,4%), totalizando R\$ 17,2 bilhões, contra R\$ 15,1 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu, principalmente, da elevação de R\$ 1,4 bilhão no conjunto FPM/FPE/IPI-EE.

Gráfico 2. Base de Cálculo Transferências Constitucionais





## Despesas do Governo Central

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	setembro	outubro	Diferença	% Real
IV - Despesa Total	119.639,0	105.318,7	-14.320,3	-12,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	61.491,0	45.259,6	-16.231,4	-26,4%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	50.185,0	35.748,1	-14.437,0	-28,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	11.582,6	9.511,5	-2.071,1	-17,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.497,7	22.585,6	87,9	0,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.854,7	13.195,0	-659,7	-4,8%
Abono e Seguro Desemprego	3.908,8	4.492,9	584,1	14,9%
Benefícios de Prest. Continuada LOAS/RMV	4.667,7	4.706,2	38,5	0,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	443,8	377,8	-66,0	-14,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.773,1	116,5	-1.656,6	-93,4%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	990,3	1.065,2	74,9	7,6%
FUNDEB (Complem. União)	968,3	963,9	-4,3	-0,4%
Fundo Constitucional DF	125,6	145,1	19,6	15,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	155,2	158,2	3,0	1,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	480,8	570,3	89,5	18,6%
FIES	3,7	103,1	99,4	-
Demais	337,5	495,8	158,3	46,9%
IV.4 Desp. Discricionárias - Todos os Poderes	21.795,6	24.278,5	2.482,9	11,4%
Discricionárias Executivo	20.877,9	23.077,6	2.199,7	10,5%
PAC	2.310,8	3.091,3	780,5	33,8%
d/q MCMV	653,2	748,5	95,3	14,6%
Emissões de TDA	12,7	3,2	-9,5	-74,8%
Demais	18.554,4	19.983,0	1.428,6	7,7%
Discricionárias LEIU/MPU	1.019,0	1.201,0	182,0	17,9%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	26.523,4	27.598,9	1.075,5	4,1%
Outras Despesas de Custeio	23.182,8	27.598,9	4.416,1	19,0%

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Em outubro de 2018, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 105,3 bilhões, representando redução de R\$ 14,3 bilhões (12,0%), em relação a setembro de 2018.

Essa variação é explicada principalmente pela redução de R\$ 16,2 bilhões (26,4%) em Benefícios Previdenciários devido ao pagamento em setembro, da primeira parcela do 13º salário para metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo e para todos aqueles que recebem benefícios superiores sem contrapartida em outubro.

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discrecionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	setembro	outubro	Diferença	% Real
Total	18.541,6	19.947,8	1.406,2	7,6%
Ministério da Saúde	8.309,8	9.282,5	972,7	11,7%
Ministério da Educação	2.870,9	2.781,8	-89,1	-3,1%
Ministério do Desenvolvimento Social	3.060,5	2.954,4	-106,1	-3,5%
Ministério da Defesa	1.258,9	1.719,8	460,9	36,6%
Min. da Ciência Tecnologia e Inovação	397,2	388,9	-8,3	-2,1%
Demais órgãos do Executivo	2.644,3	2.820,5	176,2	6,7%

## Previdência Social

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de out/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	setembro	outubro	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	30.154,3	32.038,8	1.884,5	6,2%
Arrecadação Bruta	33.549,7	34.345,2	795,4	2,4%
Contribuição Previdenciária	28.813,0	29.491,5	678,5	2,4%
Simples/NACIONAL/PAES	3.547,4	3.510,6	-36,8	-1,0%
Depósitos Judiciais	188,8	264,4	75,6	40,1%
Refis	10,3	13,5	3,2	31,3%
Compensação RGPS	990,3	1.065,2	74,9	7,6%
(-) Restituição/Devolução	-66,7	-144,1	-77,3	115,9%
(-) Transferências a Terceiros	-3.328,7	-2.162,3	1.166,4	-35,0%
Benefícios Previdenciários	61.767,6	45.259,6	-16.508,1	-26,7%
Resultado Primário	-31.613,4	-13.220,8	18.392,6	-58,2%

Em outubro de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 13,2 bilhões, contra déficit de R\$ 31,6 bilhões no mês anterior.

A redução do déficit em R\$ 18,4 bilhões (58,2%) se deve ao efeito conjugado da redução de R\$ 16,5 bilhões nos benefícios previdenciários e pela elevação de R\$ 1,9 bilhão (6,2%) na arrecadação líquida do RGPS.

A redução dos benefícios previdenciários decorre do pagamento, em setembro, da primeira parcela do 13º salário dos beneficiários do RGPS, sem contrapartida em outubro.



### **Boxe 1 - Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 5º Bimestre de 2018**

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO 2018), o Poder Executivo publicou, em 22/11/2018, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2018 apresentando projeção dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Central para o ano corrente, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de outubro de 2018, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados.

O Relatório de Avaliação do 5º bimestre, com relação à atualização do cenário econômico, reduziu de 1,60% para 1,40% a previsão de crescimento real do PIB para 2018, em relação à última avaliação, e elevou a estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) para 2018 de 4,1% para 4,3%.

Em relação ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre, a estimativa de receita decresceu R\$ 3,5 bilhões, devido principalmente as reduções de R\$ 1,4 bilhão na projeção de arrecadação das Receitas Administradas pela RFB e R\$ 1,3 bilhão nas Receitas não Administradas pela RFB. A primeira deveu-se principalmente a uma queda da arrecadação no Imposto de Importação e IPI enquanto a segunda deveu-se a diminuição da previsão de receitas de concessões e permissão ocasionada pela postergação da receita de outorga da usina hidrelétrica de Porto Primavera. Também houve redução da estimativa da Arrecadação Líquida para o RGPS (R\$ 788,1 milhões), influenciada, em grande medida, pela revisão para baixo do crescimento dos parâmetros associados à massa salarial.

No lado das despesas, houve diminuição de R\$ 2,1 bilhões nas despesas obrigatórias, explicado principalmente pelas reduções em Benefícios Previdenciários (R\$ 1,5 bilhão) e em Pessoal (R\$ 752,3 milhões), devido principalmente à incorporação nas projeções dos dados realizados até outubro. Além disso, houve acréscimo de R\$ 497,6 milhões em Abono e Seguro Desemprego, explicado pelo gasto realizado observado até o momento e pela inclusão da despesa com o Programa Seguro Emprego (PSE).

Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2018 indicaria a necessidade de redução de empenho e movimentação financeira em R\$ 2,4 bilhões nas despesas discricionárias dos Poderes da União, MPU e DPU. Apesar de as projeções de despesa que constam no relatório estarem R\$ 1,7 bilhão abaixo dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, o espaço para ampliação de despesas primárias discricionárias está condicionado pela estimativa de insuficiência de resultado primário em relação a meta. O quadro a seguir resume as principais variações nas estimativas do relatório:



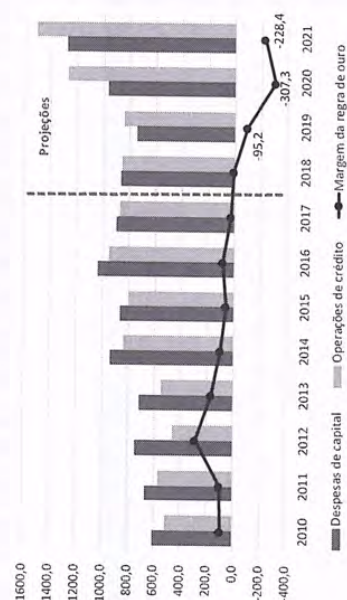
Resultado da Avaliação do 5º Bimestre (R\$ bilhões)				
Discriminação	Decreto nº 9.515	Avaliação 5º Bimestre	Diferença (b - a)	
1. Receita Primária Total	1.486,0	1.482,5	-3,5	
1.1 Receitas Administradas Líquidas de Incentivos Fiscais	905,1	903,7	-1,4	
1.2 Receitas Não-Administradas	190,4	189,1	-1,3	
1.3 Arrecadação Líquida do RGPS	390,5	389,8	-0,8	
2. Transferência aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	255,9	256,9	1,0	
3. Receita Líquida de Transferência (1) - (2)	1.230,0	1.225,6	-4,5	
4. Despesas Primárias	1.389,0	1.386,9	-2,1	
4.1. Obrigatórias*	1.251,3	1.249,2	-2,1	
4.2. Despesas com Controle de Fluxo Discricionárias do Executivo	137,8	137,8	0,0	
5. Resultado primário (3) - (4)	-159,0	-161,4	-2,4	
6. Metal Fiscal	-159,0	-159,0	0,0	
7. Ampliação (+) ou Esforço (-) (3 - 4 - 6)	0,0	-2,4	-2,4	
Memo:				
Despesas Sujeitas ao Teto	1.347,9	1.346,1	-1,7	
Limite EC 95	1.347,9	1.347,9	0,0	
Margem Fiscal	0,0	1,7	1,7	
* Inclui despesas do LEIU/MPU				
Fonte: SOF/MP.				

## Boxe 2 – Regra de Ouro

A Regra de Ouro tem fundamento na Constituição Federal (art. 167, III). Em sua essência, esta regra fiscal busca evitar que o governo use dívida para financiar gastos de seu dia a dia, como salários, aposentadorias e custeio da máquina pública, que são as chamadas despesas correntes. A regra privilegia o investimento público, em benefício não apenas da geração presente, mas também das futuras. Não obstante, a sequência de elevados déficits primários no âmbito do governo federal desde 2014 deixou evidente a restrição imposta.

Os cenários prospectivos para o balanço da regra de ouro mostram a impossibilidade de seu cumprimento na ausência de um ajuste estrutural nas contas públicas nos próximos anos, com elevado risco já a partir de 2019 (Ver Figura 1). A compreensão do desequilíbrio diante da regra precisa levar em conta a estrutura orçamentária da União, caracterizada por um excesso de rigidez.

**Figura 1. Suficiência da regra de ouro - R\$ bilhões**



Fonte: STN; Projeções: STN/COGEP, em maio/2018.

Déficits fiscais persistentes e uma estrutura orçamentária concentrada em despesas correntes, em detrimento de investimentos públicos, não são compatíveis com a regra de ouro. E a superação do desafio de sua observância no curto prazo encontra sérias restrições, necessitando de medidas corretivas complementares a ajustes em despesas e receitas governamentais. Uma solução paliativa para 2019 é o uso das ressalvas previstas no próprio artigo 167, inciso III da Carta Magna, que exclui do cálculo das operações de crédito aquelas autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais aprovadas por maioria absoluta do Congresso Nacional.



No médio prazo, a solução exige avanços no processo de consolidação fiscal, com a criação de condições para a geração de superávits primários. Ademais, faz-se importante mudanças legais que promovam, complementarmente, uma estrutura de gastos mais flexível à ampliação dos investimentos públicos e a desvinculação de receitas públicas. No arcabouço atual, o gestor público vê-se com reduzido grau de liberdade para promover ajustes na condução da política fiscal, o que torna a capacidade de cumprimento de regras fiscais, como a regra de ouro, bastante reduzida.

A Secretaria do Tesouro Nacional, em linha com seu planejamento estratégico, tem como desafios aprimorar sua comunicação com a sociedade bem como promover a cultura da responsabilidade fiscal. Estão sendo lançados vídeos institucionais que explicam de forma bastante didática a temática da regra de ouro. Na oportunidade de lançamento do primeiro vídeo, será publicado **Informe Dívida** intitulado **“De onde vem o desequilíbrio da Regra de Ouro?”**, no qual se aprofunda a análise introduzida neste Box. O Informe e os vídeos poderão ser acessados em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/informes>



### Boxe 3 - Perspectivas para a Dívida Pública Brasileira

A partir de 2014 observou-se crescimento do endividamento público em decorrência das condições fiscais e econômicas adversas. Em particular, a ausência de superávits primários e as dificuldades políticas de implementação de uma agenda de reformas contribuíram para a fragilização do ambiente econômico, culminando na recessão observada entre 2014 e 2015. Nesse contexto, a  $DBGG/PIB^1$  saiu de 51,7% ao final de 2013 para 77,2% em setembro de 2018, um aumento de 25,5% em cerca de 5 anos. Contudo, a conjuntura atual do país permitiu a redução da taxa básica de juros para patamares historicamente baixos, contribuindo para conter o custo do endividamento e para atenuar a trajetória de aumento da  $DBGG/PIB$ . Uma medida adotada que teve impacto direto na contenção do avanço da  $DBGG/PIB$  foi a antecipação de pagamentos pelo BNDES<sup>2</sup> de créditos devidos ao Tesouro Nacional. Desde 2014, o banco retornou o equivalente a 5,0% do PIB.

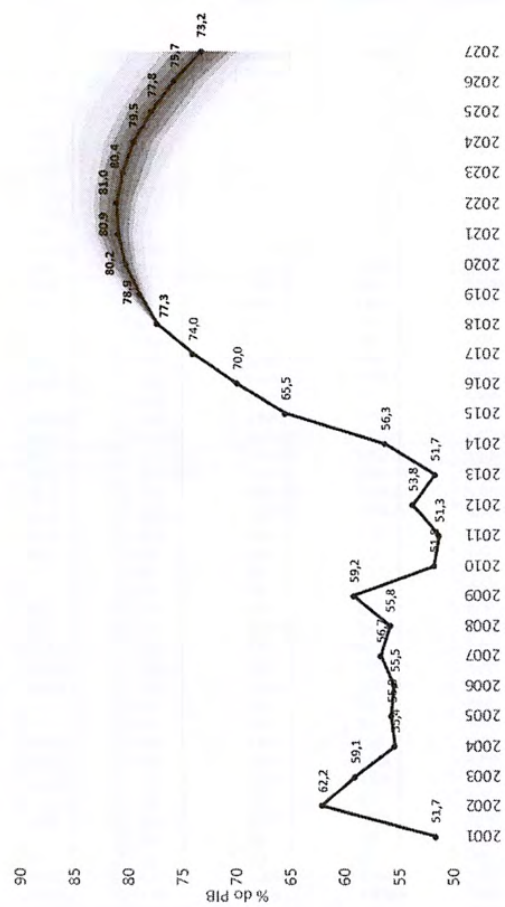
O cenário de médio prazo permanece desafiador. A expectativa é de que importantes medidas sejam tomadas de forma a garantir um ajuste fiscal gradativo, para que se consiga reverter a trajetória de deterioração do endividamento público. Neste contexto, há incertezas com respeito às medidas que podem ser implementadas para melhorar a situação fiscal do governo, bem como o impacto total das reformas em debate no Congresso Nacional<sup>3</sup>. Considerando-se o espectro de risco, as simulações mostram a  $DBGG/PIB$  estabilizando-se um pouco acima de 80% nos cenários centrais. Nesse contexto, a partir da premissa que as reformas estruturais sejam implementadas integralmente, a  $DBGG/PIB$  tenderia a assumir trajetória decrescente a partir de 2022. Por outro lado, a ausência de reformas resulta em cenários mais adversos, nos quais a  $DBGG/PIB$  atinge patamares superiores a 90%.

<sup>1</sup> Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

<sup>2</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

<sup>3</sup> Sob essa perspectiva, avaliou-se a trajetória da  $DBGG/PIB$  considerando simulações de risco, que apresentam a vantagem de combinar diversos cenários alternativos de PIB e de resultado primário. Esta forma de avaliação contempla tanto cenários de crescimento do PIB com melhora do resultado fiscal, quanto cenários de piora do PIB e do resultado primário, além de cenários intermediários, com estas variáveis se movendo em direções contrárias. Com isso é possível obter intervalos de confiança em torno de uma trajetória central e atribuir probabilidades para o nível da dívida ao longo do tempo. As trajetórias de dívida que se encontram na região central do gráfico têm maior probabilidade de ocorrência, consequentemente, quanto mais próximo das extremidades do leque, menor a probabilidade de ocorrência das projeções.

Projeção central de DBGG/PIB e intervalos de probabilidade



Fonte: BCB e STN

Uma análise mais completa acerca da sustentabilidade da dívida pública é divulgada por meio do novo Relatório Quadrimestral de Projeções da Dívida Pública, disponível em (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/informes>). Nesse relatório também são exploradas as características e diferenças entre os indicadores de dívida bruta divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB) e Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como implicações práticas e a relevância dessas métricas para formulação da política econômica do país.



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Outubro	Setembro	Outubro				
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>120.262,9</b>	<b>111.616,8</b>	<b>132.016,5</b>	<b>20.399,8</b>	<b>18,3%</b>	<b>11.753,7</b>	<b>9,8%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>75.509,4</b>	<b>67.411,4</b>	<b>79.177,2</b>	<b>11.765,8</b>	<b>17,5%</b>	<b>3.667,81</b>	<b>4,9%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.074,3	3.529,9	3.944,2	414,3	11,7%	869,9	28,3%
I.1.2 IPI	4.898,4	4.646,8	4.821,8	175,0	3,8%	-76,5	-1,6%
I.1.3 Imposto de Renda	29.629,2	23.398,4	29.631,0	6.232,6	26,6%	1,8	0,0%
I.1.4 IOF	2.838,7	3.196,5	3.023,0	-173,5	-5,4%	184,3	6,5%
I.1.5 COFINS	19.643,5	19.988,6	22.500,8	2.512,2	12,6%	2.857,4	14,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.055,2	5.361,1	5.615,3	254,2	4,7%	560,1	11,1%
I.1.7 CSLL	7.130,0	5.052,9	7.290,3	2.237,4	44,3%	160,4	2,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	490,6	224,7	230,7	6,1	2,7%	-259,8	-53,0%
I.1.10 Outras	2.749,6	2.012,6	2.120,0	107,4	5,3%	-629,6	-22,9%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>30.186,8</b>	<b>30.019,2</b>	<b>32.038,8</b>	<b>2.019,6</b>	<b>6,7%</b>	<b>1.851,9</b>	<b>6,1%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>14.566,6</b>	<b>14.186,1</b>	<b>20.800,5</b>	<b>6.614,4</b>	<b>46,6%</b>	<b>6.233,9</b>	<b>42,8%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	221,3	2.907,7	1.655,1	-1.252,7	-43,1%	1.433,8	647,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	82,4	124,5	95,2	-29,3	-23,5%	12,8	15,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.060,4	1.046,6	1.045,8	-0,9	-0,1%	-14,6	-1,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.903,4	2.676,8	11.732,6	9.055,8	338,3%	5.829,2	98,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.159,7	983,9	1.355,3	371,5	37,8%	195,6	16,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.557,1	2.437,0	1.604,3	-832,7	-34,2%	47,2	3,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	431,7	441,8	377,8	-64,0	-14,5%	-53,9	-12,5%
I.4.8 Operações com Ativos	150,3	84,4	84,6	0,2	0,2%	-65,7	-43,7%
I.4.9 Demais Receitas	4.000,4	3.483,4	2.849,9	-633,5	-18,2%	-1.150,5	-28,8%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.037,4</b>	<b>15.009,2</b>	<b>17.247,2</b>	<b>2.238,0</b>	<b>14,9%</b>	<b>209,9</b>	<b>1,2%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>13.059,7</b>	<b>11.283,9</b>	<b>12.763,6</b>	<b>1.479,7</b>	<b>13,1%</b>	<b>296,07</b>	<b>-2,3%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>626,0</b>	<b>749,1</b>	<b>777,9</b>	<b>28,7</b>	<b>3,8%</b>	<b>151,81</b>	<b>24,2%</b>
II.2.1 Repasse Total	984,2	671,7	905,6	234,0	0,3	-78,6	-8,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-358,1	77,5	-127,8	-205,2	-	230,4	-64,3%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>961,5</b>	<b>960,9</b>	<b>983,6</b>	<b>22,7</b>	<b>2,4%</b>	<b>22,07</b>	<b>2,3%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.174,1</b>	<b>1.910,5</b>	<b>1.709,7</b>	<b>-200,8</b>	<b>-10,5%</b>	<b>535,6</b>	<b>45,6%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>444,2</b>	<b>0,0</b>	<b>187,6</b>	<b>187,6</b>	<b>-</b>	<b>256,65</b>	<b>-57,8%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>771,8</b>	<b>104,8</b>	<b>824,9</b>	<b>720,1</b>	<b>687,3%</b>	<b>53,08</b>	<b>6,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>103.225,5</b>	<b>96.607,6</b>	<b>114.769,3</b>	<b>18.161,8</b>	<b>18,8%</b>	<b>11.543,8</b>	<b>11,2%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>98.152,2</b>	<b>119.633,6</b>	<b>105.318,7</b>	<b>-14.314,9</b>	<b>-12,0%</b>	<b>7.166,5</b>	<b>7,3%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>43.989,4</b>	<b>61.491,0</b>	<b>45.259,6</b>	<b>-16.231,4</b>	<b>-26,4%</b>	<b>1.270,16</b>	<b>2,9%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>21.257,7</b>	<b>22.497,7</b>	<b>22.585,6</b>	<b>87,9</b>	<b>0,4%</b>	<b>1.327,88</b>	<b>6,2%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.390,8</b>	<b>13.846,1</b>	<b>13.195,0</b>	<b>-651,1</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-195,8</b>	<b>-1,5%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.730,7	3.891,3	4.492,9	601,6	15,5%	-237,9	-5,0%
IV.3.2 Anistiados	13,1	12,3	12,1	-0,2	-1,9%	-1,0	-7,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	45,8	53,5	52,8	-0,6	-1,2%	7,0	15,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.565,7	4.646,8	4.706,2	59,4	1,3%	140,4	3,1%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	431,7	441,8	377,8	-64,0	-14,5%	-53,9	-12,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	58,6	1.765,2	116,5	-1.648,7	-93,4%	57,9	98,9%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	950,5	985,8	1.065,2	79,4	8,0%	114,7	12,1%
IV.3.10 Convênios	14,5	0,0	0,0	0,0	-	-14,5	-
IV.3.11 Doações	6,8	0,0	0,0	0,0	-	-6,8	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	96,4	69,3	105,3	36,0	51,9%	8,8	9,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	126,1	125,0	145,1	20,1	16,1%	19,0	15,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	132,1	154,5	158,2	3,7	2,4%	26,1	19,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	456,5	478,612	570,3	91,7	19,2%	113,8	24,9%
IV.3.21 Transferências ANA	15,8	29,5	29,2	-0,3	-1,1%	13,4	84,5%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	76,8	65,6	137,2	71,6	109,1%	60,4	78,7%
IV.3.23 FIES	634,0	3,7	103,1	99,4	-	-530,9	-83,7%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>19.514,3</b>	<b>21.798,8</b>	<b>24.278,5</b>	<b>2.479,7</b>	<b>11,4%</b>	<b>4.764,3</b>	<b>24,4%</b>
IV.4.1 PAC	2.001,5	2.300,4	3.091,3	790,9	34,4%	1.089,9	54,5%
d/q MCMV	141,6	650,3	748,5	98,2	15,1%	606,9	428,6%
IV.4.2 Emissões de TDA	3,8	12,7	3,2	-9,5	-74,7%	0,55	-14,5%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	12,7	35,2	22,4	176,1%	35,20	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	16.586,8	18.458,5	19.947,8	1.489,3	8,1%	3.361,04	20,3%
IV.4.5 LEJU/MPU	922,3	1.014,4	1.201,0	186,6	18,4%	278,71	30,2%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>5.073,3</b>	<b>-23.026,1</b>	<b>9.450,6</b>	<b>32.476,6</b>	<b>-</b>	<b>4.377,3</b>	<b>86,3%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>654,1</b>	<b>134,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>-894,0</b>	<b>-612,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>133,9</b>	<b>-788,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>4.967,3</b>	<b>-24.291,9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-29.594,7</b>	<b>-9.155,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-24.627,4</b>	<b>-33.446,9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA



Discriminação	2017 Outubro	2018 Setembro	2018 Outubro	Diferença Out/18 Set/18	Variação (%) Out/18 Set/18	Diferença Out/18 Out/17	Variação (%) Out/18 Out/17
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>125.743,3</b>	<b>112.118,9</b>	<b>132.016,5</b>	<b>19.897,6</b>	<b>17,7%</b>	<b>6.273,3</b>	<b>5,0%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>78.950,4</b>	<b>67.714,7</b>	<b>79.177,2</b>	<b>11.462,5</b>	<b>16,9%</b>	<b>22,8</b>	<b>0,3%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.214,4	3.545,7	3.944,2	398,5	11,2%	729,8	22,7%
I.1.2 IPI	5.121,6	4.667,7	4.821,8	154,1	3,3%	-299,8	-5,9%
I.1.3 Imposto de Renda	30.979,4	23.503,7	29.631,0	6.127,3	26,1%	-1.348,4	-4,4%
I.1.4 IOF	2.968,1	3.210,9	3.023,0	-187,9	-5,9%	55,0	1,9%
I.1.5 COFINS	20.538,6	20.078,5	22.500,8	2.422,3	12,1%	1.962,2	9,6%
I.1.6 PIS/PASEP	5.285,6	5.385,2	5.615,3	230,1	4,3%	329,8	6,2%
I.1.7 CSLL	7.454,9	5.075,7	7.290,3	2.214,6	43,6%	-164,6	-2,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	512,9	225,7	230,7	5,1	2,2%	-282,2	-55,0%
I.1.10 Outras	2.874,9	2.021,6	2.120,0	98,4	4,9%	-755,0	-26,3%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para a RGPS</b>	<b>31.562,5</b>	<b>30.154,3</b>	<b>32.038,8</b>	<b>1.884,5</b>	<b>6,2%</b>	<b>476,3</b>	<b>1,5%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>15.230,4</b>	<b>14.249,9</b>	<b>20.800,5</b>	<b>6.550,6</b>	<b>46,0%</b>	<b>5.570,1</b>	<b>36,6%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	231,4	2.920,8	1.655,1	-1.265,7	-43,3%	1.423,7	615,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	86,1	125,0	95,2	-29,8	-23,9%	9,1	10,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.108,7	1.051,3	1.045,8	-5,6	-0,5%	-62,9	-5,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	6.172,4	2.688,8	11.732,6	9.043,7	336,3%	5.560,2	90,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.212,5	988,3	1.355,3	367,0	37,1%	142,8	11,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.628,0	2.447,9	1.604,3	-843,7	-34,5%	-23,8	-1,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	451,4	443,8	377,8	-66,0	-14,9%	-73,6	-16,3%
I.4.8 Operações com Ativos	157,2	84,8	84,6	-0,2	-0,2%	-72,5	-46,2%
I.4.9 Demais Receitas	4.182,6	3.499,1	2.849,9	-649,2	-18,6%	-1.332,8	-31,9%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.813,8</b>	<b>15.076,7</b>	<b>17.247,2</b>	<b>2.170,5</b>	<b>14,4%</b>	<b>-566,5</b>	<b>-3,2%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>13.654,8</b>	<b>11.334,7</b>	<b>12.763,6</b>	<b>1.428,9</b>	<b>12,6%</b>	<b>-891,2</b>	<b>-6,5%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>654,6</b>	<b>752,5</b>	<b>777,9</b>	<b>25,4</b>	<b>3,4%</b>	<b>123,3</b>	<b>18,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	1.029,0	674,7	905,6	230,9	34,2%	-123,4	-12,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-374,4	77,8	-127,8	-205,6	-	246,7	-65,9%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>1.005,4</b>	<b>965,2</b>	<b>983,6</b>	<b>18,4</b>	<b>1,9%</b>	<b>-21,7</b>	<b>-2,2%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.227,6</b>	<b>1.919,1</b>	<b>1.709,7</b>	<b>-209,4</b>	<b>-10,9%</b>	<b>482,1</b>	<b>39,3%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>464,5</b>	<b>0,0</b>	<b>187,6</b>	<b>187,6</b>	<b>-</b>	<b>-276,9</b>	<b>-59,6%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>806,9</b>	<b>105,2</b>	<b>824,9</b>	<b>719,6</b>	<b>683,8%</b>	<b>17,9</b>	<b>2,2%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>107.929,5</b>	<b>97.042,2</b>	<b>114.769,3</b>	<b>17.727,1</b>	<b>18,3%</b>	<b>6.839,8</b>	<b>6,3%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>102.625,0</b>	<b>120.171,9</b>	<b>105.318,7</b>	<b>-14.853,1</b>	<b>-12,4%</b>	<b>2.693,7</b>	<b>2,6%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>45.994,0</b>	<b>61.767,6</b>	<b>45.259,6</b>	<b>-16.508,1</b>	<b>-26,7%</b>	<b>-734,5</b>	<b>-1,6%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>22.226,4</b>	<b>22.598,9</b>	<b>22.585,6</b>	<b>-13,3</b>	<b>-0,1%</b>	<b>359,2</b>	<b>1,6%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>14.001,0</b>	<b>13.908,4</b>	<b>13.195,0</b>	<b>-713,4</b>	<b>-5,1%</b>	<b>-806,0</b>	<b>-5,8%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.946,3	3.908,8	4.492,9	584,1	14,9%	-453,4	-9,2%
IV.3.2 Anistiados	13,7	12,4	12,1	-0,3	-2,4%	-1,6	-11,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,9	53,7	52,8	-0,9	-1,6%	5,0	10,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.773,8	4.667,7	4.706,2	38,5	0,8%	-67,6	-1,4%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	451,4	443,8	377,8	-66,0	-14,9%	-73,6	-16,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	61,3	1.773,1	116,5	-1.656,6	-93,4%	55,3	90,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	993,8	990,3	1.065,2	74,9	7,6%	71,3	7,2%
IV.3.10 Convênios	15,1	0,0	0,0	0,0	-	-15,1	-
IV.3.11 Doações	7,1	0,0	0,0	0,0	-	-7,1	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	100,8	69,6	105,3	35,6	51,2%	4,4	4,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	912,8	968,3	963,9	-4,3	-0,4%	51,1	5,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	131,8	125,6	145,1	19,6	15,6%	13,3	10,1%
IV.3.15 FDA/FONE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,9	159,9	159,2	-0,7	-0,4%	-10,7	-6,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	138,2	155,2	158,2	3,0	1,9%	20,1	14,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	477,3	480,8	570,3	89,5	18,6%	93,0	19,5%
IV.3.21 Transferências ANA	16,6	29,7	29,2	-0,5	-1,6%	12,6	76,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	80,3	65,9	137,2	71,3	108,2%	56,9	70,9%
IV.3.23 FIES	662,9	3,7	103,1	99,4	-	-559,8	-84,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>20.403,5</b>	<b>21.896,9</b>	<b>24.278,5</b>	<b>2.381,7</b>	<b>10,9%</b>	<b>3.875,0</b>	<b>19,0%</b>
IV.4.1 PAC	2.092,7	2.310,8	3.091,3	780,5	33,8%	998,7	47,7%
d/q MCMV	148,0	653,2	748,5	95,3	14,6%	600,4	405,6%
IV.4.2 Emissões de TDA	3,9	12,7	3,2	-9,5	-74,8%	-0,7	-18,3%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	12,8	35,2	22,4	174,8%	35,2	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	17.342,7	18.541,6	19.947,8	1.406,2	7,6%	2.605,2	15,0%
IV.4.5 LEJU/MPU	964,3	1.019,0	1.201,0	182,0	17,9%	236,7	24,5%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>5.304,5</b>	<b>-23.129,7</b>	<b>9.450,6</b>	<b>32.580,2</b>	<b>-</b>	<b>4.146,1</b>	<b>78,2%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>683,9</b>	<b>135,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>-934,8</b>	<b>-615,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>140,0</b>	<b>-791,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>5.193,7</b>	<b>-24.401,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-30.943,4</b>	<b>-9.196,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-25.749,7</b>	<b>-33.597,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Variação (%)
	Jan-Out	Jan-Out		
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.106.658,1</b>	<b>1.215.418,6</b>	<b>108.760,4</b>	<b>9,8%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>687.378,4</b>	<b>753.085,8</b>	<b>65.707,4</b>	<b>9,6%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	26.651,1	34.462,1	7.811,0	29,3%
I.1.2 IPI	38.019,0	45.747,8	7.728,7	20,3%
I.1.3 Imposto de Renda	284.052,8	297.731,3	13.678,5	4,8%
I.1.4 IOF	28.571,9	30.207,8	1.635,8	5,7%
I.1.5 COFINS	175.074,8	206.873,7	31.798,9	18,2%
I.1.6 PIS/PASEP	46.771,7	54.516,4	7.744,7	16,6%
I.1.7 CSLL	61.269,6	67.924,2	6.654,5	10,9%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.853,5	3.444,8	-1.408,6	-29,0%
I.1.10 Outras	22.114,0	12.177,8	-9.936,2	-44,9%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-19,6</b>	<b>-12,2</b>	<b>7,5</b>	<b>-38,1%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>295.012,7</b>	<b>305.749,0</b>	<b>10.736,4</b>	<b>3,6%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>124.286,7</b>	<b>156.595,9</b>	<b>32.309,2</b>	<b>26,0%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	5.183,8	14.799,2	9.615,4	185,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.832,1	6.484,9	1.652,8	34,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	10.506,1	10.610,4	104,4	1,0%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	32.313,5	53.706,7	21.393,3	66,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.124,6	12.259,5	1.134,9	10,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	16.849,3	18.087,9	1.238,6	7,4%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.384,5	4.232,5	-152,0	-3,5%
I.4.8 Operações com Ativos	928,8	908,3	-20,6	-2,2%
I.4.9 Demais Receitas	38.163,9	35.506,4	-2.657,6	-7,0%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>185.349,8</b>	<b>204.017,0</b>	<b>18.667,3</b>	<b>10,1%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>148.075,8</b>	<b>157.124,3</b>	<b>9.048,5</b>	<b>6,1%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.568,7</b>	<b>6.930,1</b>	<b>361,4</b>	<b>5,5%</b>
II.2.1 Repasse Total	9.539,2	10.123,6	584,5	6,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.970,5	-3.193,5	-223,1	7,5%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>10.107,5</b>	<b>10.392,9</b>	<b>285,3</b>	<b>2,8%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>17.688,5</b>	<b>26.953,7</b>	<b>9.265,1</b>	<b>52,4%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.698,7</b>	<b>1.356,8</b>	<b>-342,0</b>	<b>-20,1%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>1.210,5</b>	<b>1.259,4</b>	<b>48,9</b>	<b>4,0%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>921.308,4</b>	<b>1.011.401,5</b>	<b>90.093,2</b>	<b>9,8%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.025.801,4</b>	<b>1.087.745,8</b>	<b>61.944,4</b>	<b>6,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>450.233,2</b>	<b>474.084,8</b>	<b>23.851,6</b>	<b>5,3%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>228.888,1</b>	<b>239.434,5</b>	<b>10.546,4</b>	<b>4,6%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>157.187,5</b>	<b>158.019,2</b>	<b>831,7</b>	<b>0,5%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	46.271,2	45.406,4	-864,8	-1,9%
IV.3.2 Anistiados	149,9	138,7	-11,2	-7,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	477,2	505,6	28,4	6,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	44.837,2	46.688,7	1.851,5	4,1%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.384,5	4.232,5	-152,0	-3,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	632,6	2.146,3	1.513,7	239,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	17.340,1	11.738,1	-602,0	-4,9%
IV.3.10 Convênios	168,8	0,0	-168,8	-
IV.3.11 Doações	53,0	0,0	-53,0	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	770,6	701,8	-68,8	-8,9%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.291,3	11.886,8	595,5	5,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.207,6	1.246,0	38,4	3,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.625,0	1.591,7	-33,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.349,1	13.530,0	3.180,9	30,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.974,5	13.322,1	-4.652,3	-25,9%
IV.3.21 Transferências ANA	225,3	248,3	23,1	10,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	739,9	779,1	39,2	5,3%
IV.3.23 FIES	3.689,8	2.141,9	-1.547,9	-42,0%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>189.492,6</b>	<b>216.207,3</b>	<b>26.714,7</b>	<b>14,1%</b>
IV.4.1 PAC	17.768,0	19.154,7	1.386,6	7,8%
d/q MCMV	2.109,9	3.178,4	1.068,5	50,6%
IV.4.2 Emissões de TDA	33,5	41,1	7,7	22,9%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	192,8	192,8	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	162.761,5	186.630,1	23.868,6	14,7%
IV.4.5 LEJU/MPU	8.929,6	10.188,6	1.258,9	14,1%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>4.021,0</b>	<b>4.021,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-104.493,0</b>	<b>-72.323,3</b>	<b>32.169,7</b>	<b>-30,8%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>3.913,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>4.744,9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-72,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-95.907,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-288.752,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-384.659,9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Variação (%)
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.167.858,5</b>	<b>1.238.236,3</b>	<b>70.377,7</b>	<b>6,0%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>725.496,6</b>	<b>767.596,7</b>	<b>42.100,1</b>	<b>5,8%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	28.110,8	35.059,9	6.949,1	24,7%
I.1.2 IPI	40.098,3	46.596,2	6.497,9	16,2%
I.1.3 Imposto de Renda	299.945,9	303.771,2	3.825,3	1,3%
I.1.4 IOF	30.148,8	30.756,6	607,9	2,0%
I.1.5 COFINS	184.703,5	210.657,7	25.954,3	14,1%
I.1.6 PIS/PASEP	49.350,4	55.529,8	6.179,4	12,5%
I.1.7 CSLL	64.726,1	69.315,5	4.589,4	7,1%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	5.120,6	3.520,0	-1.600,7	-31,3%
I.1.10 Outras	23.292,2	12.389,8	-10.902,4	-46,8%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-20,7</b>	<b>-12,3</b>	<b>8,4</b>	<b>-40,7%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>311.254,2</b>	<b>311.339,2</b>	<b>85,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>131.128,5</b>	<b>159.312,6</b>	<b>28.184,1</b>	<b>21,5%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	5.466,4	14.939,4	9.473,0	173,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.104,4	6.631,9	1.527,5	29,9%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.085,4	10.806,9	-278,5	-2,5%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	34.097,2	54.572,1	20.474,9	60,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.737,9	12.478,6	740,7	6,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	17.790,2	18.431,2	640,9	3,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.620,8	4.309,2	-311,6	-6,7%
I.4.8 Operações com Ativos	979,6	925,0	-54,5	-5,6%
I.4.9 Demais Receitas	40.246,7	36.218,2	-4.028,5	-10,0%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>195.640,1</b>	<b>207.972,5</b>	<b>12.332,5</b>	<b>6,3%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>156.307,4</b>	<b>160.213,9</b>	<b>3.906,5</b>	<b>2,5%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.932,5</b>	<b>7.055,5</b>	<b>123,0</b>	<b>1,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	10.069,4	10.325,8	256,4	2,5%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.137,0	-3.270,4	-133,4	4,3%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>10.669,2</b>	<b>10.594,8</b>	<b>-74,4</b>	<b>-0,7%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>18.667,4</b>	<b>27.453,7</b>	<b>8.786,3</b>	<b>47,1%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.792,3</b>	<b>1.385,4</b>	<b>-406,9</b>	<b>-22,7%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>1.271,2</b>	<b>1.269,2</b>	<b>-2,0</b>	<b>-0,2%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>972.218,5</b>	<b>1.030.263,7</b>	<b>58.045,3</b>	<b>6,0%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.082.318,7</b>	<b>1.107.548,4</b>	<b>25.229,7</b>	<b>2,3%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>474.938,7</b>	<b>482.591,6</b>	<b>7.653,0</b>	<b>1,6%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>241.534,9</b>	<b>243.875,9</b>	<b>2.341,0</b>	<b>1,0%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>165.974,0</b>	<b>161.133,5</b>	<b>-4.840,5</b>	<b>-2,9%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	48.847,2	46.282,2	-2.564,9	-5,3%
IV.3.2 Anistiados	158,2	141,3	-16,9	-10,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	503,5	514,7	11,2	2,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	47.308,2	47.549,0	240,8	0,5%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.620,8	4.303,7	-317,1	-6,9%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	668,0	2.159,8	1.491,8	223,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	13.025,7	11.969,8	-1.055,9	-8,1%
IV.3.10 Convênios	178,0	0,0	-178,0	-
IV.3.11 Doações	55,9	0,0	-55,9	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	811,6	712,2	-99,4	-12,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.931,2	12.141,9	210,7	1,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.274,2	1.267,4	-6,8	-0,5%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.714,7	1.621,1	-93,6	-5,5%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.926,8	13.901,4	2.974,6	27,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	19.034,0	13.607,8	-5.426,2	-28,5%
IV.3.21 Transferências ANA	237,5	252,7	15,2	6,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	780,7	793,5	12,8	1,6%
IV.3.23 FIES	3.897,8	2.183,8	-1.714,0	-44,0%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.731,2	1.731,2	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>199.871,2</b>	<b>219.947,4</b>	<b>20.076,2</b>	<b>10,0%</b>
IV.4.1 PAC	18.731,9	19.442,1	710,2	3,8%
d/q MCMV	2.225,2	3.212,1	986,9	44,3%
IV.4.2 Emissões de TDA	35,2	41,7	6,4	18,2%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	196,3	196,3	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	171.686,0	189.897,9	18.211,8	10,6%
IV.4.5 LEIU/MPU	9.418,0	10.369,5	951,6	10,1%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>4.112,8</b>	<b>4.112,8</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-110.100,2</b>	<b>-73.171,8</b>	<b>36.928,4</b>	<b>-33,5%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>4.124,4</b>			
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>5.069,7</b>			
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-82,6</b>			
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-100.988,7</b>			
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-304.664,7</b>			
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-405.653,4</b>			



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Varição (%)	Diferença	Varição (%)
	Outubro	Setembro	Outubro	Out/18 Set/18		Out/18 Out/17	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>120.262,9</b>	<b>111.616,8</b>	<b>132.016,5</b>	<b>20.399,8</b>	<b>18,3%</b>	<b>11.753,7</b>	<b>9,8%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>75.509,4</b>	<b>67.411,4</b>	<b>79.177,2</b>	<b>11.765,8</b>	<b>17,5%</b>	<b>3.667,8</b>	<b>4,9%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.074,3	3.529,9	3.944,2	414,3	11,7%	869,9	28,3%
I.1.2 IPI	4.898,4	4.646,8	4.821,8	175,0	3,8%	-76,5	-1,6%
I.1.2.1 IPI - Fumo	478,3	436,5	421,7	-14,8	-3,4%	-56,7	-11,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	257,2	153,2	225,1	71,9	47,0%	-32,1	-12,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	415,4	476,0	733,3	257,3	54,1%	317,9	76,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à Importação	1.402,8	1.651,8	1.808,5	156,8	9,5%	405,8	28,9%
I.1.2.5 IPI - Outros	2.344,6	1.929,4	1.633,2	-296,2	-15,4%	-711,4	-30,3%
I.1.3 Imposto de Renda	29.629,2	23.398,4	29.631,0	6.232,6	26,6%	1,8	0,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.378,7	2.755,7	2.425,4	-330,4	-12,0%	46,7	2,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	14.539,8	7.638,5	12.652,1	5.013,6	65,6%	-1.887,8	-13,0%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	12.710,6	13.004,2	14.553,5	1.549,3	11,9%	1.842,8	14,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.171,1	6.466,3	7.176,9	710,5	11,0%	1.005,7	16,3%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.643,0	3.353,5	3.188,0	-165,5	-4,9%	-455,0	-12,5%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.004,4	2.174,0	3.212,6	1.038,6	47,8%	1.208,2	60,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	892,1	1.010,4	976,0	-34,4	-3,4%	83,9	9,4%
I.1.4 IOF	2.838,7	3.196,5	3.023,0	-173,5	-5,4%	184,3	6,5%
I.1.5 Cofins	19.643,5	19.988,6	22.500,8	2.512,2	12,6%	2.857,4	14,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.055,2	5.361,1	5.615,3	254,2	4,7%	560,1	11,1%
I.1.7 CSLL	7.130,0	5.052,9	7.290,3	2.237,4	44,3%	160,4	2,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	490,6	224,7	230,7	6,1	2,7%	-259,8	-53,0%
I.1.10 Outras	2.749,6	2.012,6	2.120,0	107,4	5,3%	-629,6	-22,9%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>30.186,8</b>	<b>30.019,2</b>	<b>32.038,8</b>	<b>2.019,6</b>	<b>6,7%</b>	<b>1.851,9</b>	<b>6,1%</b>
I.3.1 Urbana	29.373,2	29.633,5	31.657,4	2.023,9	6,8%	2.284,2	7,8%
I.3.2 Rural	813,7	385,7	381,4	-4,3	-1,1%	-432,2	-53,1%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>14.566,6</b>	<b>14.186,1</b>	<b>20.800,5</b>	<b>6.614,4</b>	<b>46,6%</b>	<b>6.233,9</b>	<b>42,8%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	221,3	2.907,7	1.655,1	-1.252,7	-43,1%	1.433,8	647,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	82,4	124,5	95,2	-29,3	-23,5%	12,8	15,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.060,4	1.046,6	1.045,8	-0,9	-0,1%	-14,6	-1,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.903,4	2.676,8	11.732,6	9.055,8	338,3%	5.829,2	98,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.159,7	983,9	1.355,3	371,5	37,8%	195,6	16,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.557,1	2.437,0	1.604,3	-832,7	-34,2%	47,2	3,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	431,7	441,8	377,8	-64,0	-14,5%	-53,9	-12,5%
I.4.8 Operações com Ativos	150,3	84,4	84,6	0,2	0,2%	-65,7	-43,7%
I.4.9 Demais Receitas	4.000,4	3.483,4	2.849,9	-633,5	-18,2%	-1.150,5	-28,8%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.037,4</b>	<b>15.009,2</b>	<b>17.247,2</b>	<b>2.238,0</b>	<b>14,9%</b>	<b>209,9</b>	<b>1,2%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>13.059,7</b>	<b>11.283,9</b>	<b>12.763,6</b>	<b>1.479,7</b>	<b>13,1%</b>	<b>-296,1</b>	<b>-2,3%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>626,0</b>	<b>749,1</b>	<b>777,9</b>	<b>28,7</b>	<b>3,8%</b>	<b>151,8</b>	<b>24,2%</b>
II.2.1 Repasse Total	984,2	671,7	905,6	234,0	34,8%	-78,6	-8,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-358,1	77,5	-127,8	-205,2	-	230,4	-64,3%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>961,5</b>	<b>960,9</b>	<b>983,6</b>	<b>22,7</b>	<b>2,4%</b>	<b>22,1</b>	<b>2,3%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.174,1</b>	<b>1.910,5</b>	<b>1.709,7</b>	<b>-200,8</b>	<b>-10,5%</b>	<b>535,6</b>	<b>45,6%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>444,2</b>	<b>0,0</b>	<b>187,6</b>	<b>187,6</b>	<b>-</b>	<b>-256,6</b>	<b>-57,8%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>771,8</b>	<b>104,8</b>	<b>824,9</b>	<b>720,1</b>	<b>687,3%</b>	<b>53,1</b>	<b>6,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>103.225,5</b>	<b>96.607,6</b>	<b>114.769,3</b>	<b>18.161,8</b>	<b>18,8%</b>	<b>11.543,8</b>	<b>11,2%</b>

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA



Discriminação	2017 Outubro	2018 Setembro	2018 Outubro	Diferença Out/18 Set/18	Variação (%)	Diferença Out/18 Out/17	Variação (%)
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>125.743,3</b>	<b>112.118,9</b>	<b>132.016,5</b>	<b>19.897,6</b>	<b>17,7%</b>	<b>6.273,3</b>	<b>5,0%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>78.950,4</b>	<b>67.714,7</b>	<b>79.177,2</b>	<b>11.462,5</b>	<b>16,9%</b>	<b>226,8</b>	<b>0,3%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.214,4	3.545,7	3.944,2	398,5	11,2%	729,8	22,7%
I.1.2 IPI	5.121,6	4.667,7	4.821,8	154,1	3,3%	-299,8	-5,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	500,1	438,4	421,7	-16,8	-3,8%	-78,5	-15,7%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	269,0	153,9	225,1	71,2	46,3%	-43,9	-16,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	434,3	478,2	733,3	255,2	53,4%	299,0	68,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.466,7	1.659,2	1.808,5	149,3	9,0%	341,8	23,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	2.451,5	1.938,1	1.633,2	-304,8	-15,7%	-818,3	-33,4%
I.1.3 Imposto de Renda	30.979,4	23.503,7	29.631,0	6.127,3	26,1%	-1.348,4	-4,4%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.487,1	2.768,1	2.425,4	-342,8	-12,4%	-61,7	-2,5%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	15.202,4	7.672,8	12.652,1	4.979,2	64,9%	-2.550,4	-16,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	13.289,9	13.062,7	14.553,5	1.490,8	11,4%	1.263,6	9,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.452,4	6.495,4	7.176,9	681,4	10,5%	724,5	11,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.809,0	3.368,6	3.188,0	-180,6	-5,4%	-621,0	-16,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.095,8	2.183,8	3.212,6	1.028,9	47,1%	1.116,9	53,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	932,8	1.014,9	976,0	-38,9	-3,8%	43,3	4,6%
I.1.4 IOF	2.968,1	3.210,9	3.023,0	-187,9	-5,9%	55,0	1,9%
I.1.5 Cofins	20.538,6	20.078,5	22.500,8	2.422,3	12,1%	1.962,2	9,6%
I.1.6 PIS/PASEP	5.285,6	5.385,2	5.615,3	230,1	4,3%	329,8	6,2%
I.1.7 CSLL	7.454,9	5.075,7	7.290,3	2.214,6	43,6%	-164,6	-2,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	512,9	225,7	230,7	5,1	2,2%	-282,2	-55,0%
I.1.10 Outras	2.874,9	2.021,6	2.120,0	98,4	4,9%	-755,0	-26,3%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>31.562,5</b>	<b>30.154,3</b>	<b>32.038,8</b>	<b>1.884,5</b>	<b>6,2%</b>	<b>476,3</b>	<b>1,5%</b>
I.3.1 Urbana	30.711,7	29.766,8	31.657,4	1.890,5	6,4%	945,6	3,1%
I.3.2 Rural	850,7	387,5	381,4	-6,0	-1,6%	-469,3	-55,2%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>15.230,4</b>	<b>14.249,9</b>	<b>20.800,5</b>	<b>6.550,6</b>	<b>46,0%</b>	<b>5.570,1</b>	<b>36,6%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	231,4	2.920,8	1.655,1	-1.265,7	-43,3%	1.423,7	615,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	86,1	125,0	95,2	-29,8	-23,9%	9,1	10,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.108,7	1.051,3	1.045,8	-5,6	-0,5%	-62,9	-5,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	6.172,4	2.688,8	11.732,6	9.043,7	336,3%	5.560,2	90,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.212,5	988,3	1.355,3	367,0	37,1%	142,8	11,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.628,0	2.447,9	1.604,3	-843,7	-34,5%	-23,8	-1,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	451,4	443,8	377,8	-66,0	-14,9%	-73,6	-16,3%
I.4.8 Operações com Ativos	157,2	84,8	84,6	-0,2	-0,2%	-72,5	-46,2%
I.4.9 Demais Receitas	4.182,6	3.499,1	2.849,9	-649,2	-18,6%	-1.332,8	-31,9%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.813,8</b>	<b>15.076,7</b>	<b>17.247,2</b>	<b>2.170,5</b>	<b>14,4%</b>	<b>-566,5</b>	<b>-3,2%</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.654,8	11.334,7	12.763,6	1.428,9	12,6%	-891,2	-6,5%
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>654,6</b>	<b>752,5</b>	<b>777,9</b>	<b>25,4</b>	<b>3,4%</b>	<b>123,3</b>	<b>18,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	1.029,0	674,7	905,6	230,9	34,2%	-123,4	-12,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-374,4	77,8	-127,8	-205,6	-	246,7	-65,9%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>1.005,4</b>	<b>965,2</b>	<b>983,6</b>	<b>18,4</b>	<b>1,9%</b>	<b>-21,7</b>	<b>-2,2%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.227,6</b>	<b>1.919,1</b>	<b>1.709,7</b>	<b>-209,4</b>	<b>-10,9%</b>	<b>482,1</b>	<b>39,3%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>464,5</b>	<b>0,0</b>	<b>187,6</b>	<b>187,6</b>	<b>-</b>	<b>-276,9</b>	<b>-59,6%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>806,9</b>	<b>105,2</b>	<b>824,9</b>	<b>719,6</b>	<b>683,8%</b>	<b>17,9</b>	<b>2,2%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>107.929,5</b>	<b>97.042,2</b>	<b>114.769,3</b>	<b>17.727,1</b>	<b>18,3%</b>	<b>6.839,8</b>	<b>6,3%</b>

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Out	Jan-Out	Jan-Out/18 Jan-Out/17	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.106.658,1</b>	<b>1.215.418,6</b>	<b>108.760,4</b>	<b>9,8%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>687.378,4</b>	<b>753.085,8</b>	<b>65.707,4</b>	<b>9,6%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	26.651,1	34.462,1	7.811,0	29,3%
I.1.2 IPI	38.019,0	45.747,8	7.728,7	20,3%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.379,1	4.346,1	-32,9	-0,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.287,6	2.046,4	-241,2	-10,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.702,0	4.530,6	828,6	22,4%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à Importação	11.407,4	15.122,6	3.715,2	32,6%
I.1.2.5 IPI - Outros	16.243,0	19.702,0	3.459,1	21,3%
I.1.3 Imposto de Renda	284.052,8	297.731,3	13.678,5	4,8%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	29.028,0	30.662,0	1.634,0	5,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	104.413,2	110.031,7	5.618,5	5,4%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	150.611,6	157.037,7	6.426,0	4,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	75.657,2	80.575,8	4.918,6	6,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	44.905,2	39.452,3	-5.452,9	-12,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	21.165,4	26.501,8	5.336,4	25,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	8.883,8	10.507,7	1.623,9	18,3%
I.1.4 IOF	28.571,9	30.207,8	1.635,8	5,7%
I.1.5 Cofins	175.074,8	206.873,7	31.798,9	18,2%
I.1.6 PIS/PASEP	46.771,7	54.516,4	7.744,7	16,6%
I.1.7 CSLL	61.269,6	67.924,2	6.654,5	10,9%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.853,5	3.444,8	-1.408,6	-29,0%
I.1.10 Outras	22.114,0	12.177,8	-9.936,2	-44,9%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-19,6</b>	<b>-12,2</b>	<b>7,5</b>	<b>-38,1%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>295.012,7</b>	<b>305.749,0</b>	<b>10.736,4</b>	<b>3,6%</b>
I.3.1 Urbana	287.502,5	298.276,8	10.774,3	3,7%
I.3.2 Rural	7.510,2	7.472,2	-38,0	-0,5%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>124.286,7</b>	<b>156.595,9</b>	<b>32.309,2</b>	<b>26,0%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	5.183,8	14.799,2	9.615,4	185,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.832,1	6.484,9	1.652,8	34,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	10.506,1	10.610,4	104,4	1,0%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	32.313,5	53.706,7	21.393,3	66,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.124,6	12.259,5	1.134,9	10,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	16.849,3	18.087,9	1.238,6	7,4%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.384,5	4.232,5	-152,0	-3,5%
I.4.8 Operações com Ativos	928,8	908,3	-20,6	-2,2%
I.4.9 Demais Receitas	38.163,9	35.506,4	-2.657,6	-7,0%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>185.349,8</b>	<b>204.017,0</b>	<b>18.667,3</b>	<b>10,1%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>148.075,8</b>	<b>157.124,3</b>	<b>9.048,5</b>	<b>6,1%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.568,7</b>	<b>6.930,1</b>	<b>361,4</b>	<b>5,5%</b>
II.2.1 Repasse Total	9.539,2	10.123,6	584,5	6,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.970,5	-3.193,5	-223,1	7,5%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>10.107,5</b>	<b>10.392,9</b>	<b>285,3</b>	<b>2,8%</b>
II.4 Compensações Financeiras	17.688,5	26.953,7	9.265,1	52,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.698,7	1.356,8	-342,0	-20,1%
II.6 Demais	1.210,5	1.259,4	48,9	4,0%
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>921.308,4</b>	<b>1.011.401,5</b>	<b>90.093,2</b>	<b>9,8%</b>



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Variação (%)
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.167.858,5</b>	<b>1.238.236,3</b>	<b>70.377,7</b>	<b>6,0%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>725.496,6</b>	<b>767.596,7</b>	<b>42.100,1</b>	<b>5,8%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	28.110,8	35.059,9	6.949,1	24,7%
I.1.2 IPI	40.098,3	46.596,2	6.497,9	16,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.617,8	4.428,6	-189,2	-4,1%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.414,8	2.087,5	-327,3	-13,6%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.904,7	4.605,3	700,6	17,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	12.030,9	15.377,0	3.346,2	27,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	17.130,2	20.097,9	2.967,7	17,3%
I.1.3 Imposto de Renda	299.945,9	303.771,2	3.825,3	1,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	30.630,0	31.249,4	619,4	2,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	110.276,3	112.329,0	2.052,7	1,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	159.039,6	160.192,8	1.153,2	0,7%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	79.911,7	82.321,6	2.409,9	3,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	47.406,5	40.183,0	-7.223,5	-15,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	22.347,2	26.986,7	4.639,5	20,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	9.374,2	10.701,5	1.327,3	14,2%
I.1.4 IOF	30.148,8	30.756,6	607,9	2,0%
I.1.5 Cofins	184.703,5	210.657,7	25.954,3	14,1%
I.1.6 PIS/PASEP	49.350,4	55.529,8	6.179,4	12,5%
I.1.7 CSLL	64.726,1	69.315,5	4.589,4	7,1%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	5.120,6	3.520,0	-1.600,7	-31,3%
I.1.10 Outras	23.292,2	12.389,8	-10.902,4	-46,8%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-20,7</b>	<b>-12,3</b>	<b>8,4</b>	<b>-40,7%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>311.254,2</b>	<b>311.339,2</b>	<b>85,0</b>	<b>0,0%</b>
I.3.1 Urbana	303.334,2	303.716,9	382,6	0,1%
I.3.2 Rural	7.920,0	7.622,4	-297,6	-3,8%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>131.128,5</b>	<b>159.312,6</b>	<b>28.184,1</b>	<b>21,5%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	5.466,4	14.939,4	9.473,0	173,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.104,4	6.631,9	1.527,5	29,9%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.085,4	10.806,9	-278,5	-2,5%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	34.097,2	54.572,1	20.474,9	60,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.737,9	12.478,6	740,7	6,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	17.790,2	18.431,2	640,9	3,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.620,8	4.309,2	-311,6	-6,7%
I.4.8 Operações com Ativos	979,6	925,0	-54,5	-5,6%
I.4.9 Demais Receitas	40.246,7	36.218,2	-4.028,5	-10,0%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>195.640,1</b>	<b>207.972,5</b>	<b>12.332,5</b>	<b>6,3%</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	156.307,4	160.213,9	3.906,5	2,5%
II.2 Fundos Constitucionais	6.932,5	7.055,5	123,0	1,8%
II.2.1 Repasse Total	10.069,4	10.325,8	256,4	2,5%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.137,0	-3.270,4	-133,4	4,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	10.669,2	10.594,8	-74,4	-0,7%
II.4 Compensações Financeiras	18.667,4	27.453,7	8.786,3	47,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.792,3	1.385,4	-406,9	-22,7%
II.6 Demais	1.271,2	1.269,2	-2,0	-0,2%
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>972.218,5</b>	<b>1.030.263,7</b>	<b>58.045,3</b>	<b>6,0%</b>

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Outubro	Setembro	Outubro	Out/18	Set/18	Out/18	Out/17
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>82,4</b>	<b>124,5</b>	<b>95,2</b>	<b>-29,3</b>	<b>-23,5%</b>	<b>12,8</b>	<b>15,6%</b>
Banco do Brasil	0,0	124,3	0,0	-124,3	-100,0%	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	82,4	0,2	95,2	95,0	-	12,8	15,6%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Outubro	Setembro	Outubro	Out/18	Set/18	Out/18	Out/17
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>86,1</b>	<b>125,0</b>	<b>95,2</b>	<b>-29,8</b>	<b>-23,9%</b>	<b>9,1</b>	<b>10,5%</b>
Banco do Brasil	0,0	124,8	0,0	-124,8	-100,0%	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	86,1	0,2	95,2	95,0	-	9,1	10,5%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Variação (%)
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>4.832,1</b>	<b>6.484,9</b>	<b>1.652,8</b>	<b>34,2%</b>
Banco do Brasil	930,4	1.415,3	484,8	52,1%
BNB	100,9	78,5	-22,4	-22,2%
BNDES	3.412,4	1.500,0	-1.912,4	-56,0%
Caixa	0,0	2.804,3	2.804,3	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	52,6	59,9	7,3	13,8%
Petrobras	0,0	374,0	374,0	-
Demais	335,8	252,9	-82,9	-24,7%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA

Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Variação (%)
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>5.104,4</b>	<b>6.631,9</b>	<b>1.527,5</b>	<b>29,9%</b>
Banco do Brasil	980,3	1.443,1	462,7	47,2%
BNB	106,4	80,1	-26,3	-24,7%
BNDES	3.607,7	1.536,8	-2.071,0	-57,4%
Caixa	0,0	2.873,0	2.873,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	55,6	61,6	6,0	10,7%
Petrobras	0,0	380,4	380,4	-
Demais	354,2	257,0	-97,3	-27,5%



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Outubro	Setembro	Outubro				
				Out/18		Out/17	
				Set/18			
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>98.152,2</b>	<b>119.633,6</b>	<b>105.318,7</b>	<b>-14.314,9</b>	<b>-12,0%</b>	<b>7.166,5</b>	<b>7,3%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>43.989,4</b>	<b>61.491,0</b>	<b>45.259,6</b>	<b>-16.231,4</b>	<b>-26,4%</b>	<b>1.270,2</b>	<b>2,9%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	34.643,1	49.960,2	35.748,1	-14.212,2	-28,4%	1.105,0	3,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	657,0	855,7	770,8	-84,8	-9,9%	113,9	17,3%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.346,3	11.530,7	9.511,5	-2.019,2	-17,5%	165,2	1,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	178,2	198,7	206,3	7,6	3,8%	28,1	15,7%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>21.257,7</b>	<b>22.497,7</b>	<b>22.585,6</b>	<b>87,9</b>	<b>0,4%</b>	<b>1.327,9</b>	<b>6,2%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	167,3	156,2	179,5	23,2	14,9%	12,2	7,3%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.390,8</b>	<b>13.846,1</b>	<b>13.195,0</b>	<b>-651,1</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-195,8</b>	<b>-1,5%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.730,7	3.891,3	4.492,9	601,6	15,5%	-237,9	-5,0%
Abono	1.500,0	1.183,7	1.360,6	176,9	14,9%	-139,4	-9,3%
Seguro Desemprego	3.230,7	2.707,6	3.132,3	424,7	15,7%	-98,4	-3,0%
d/q Seguro Defeso	53,4	52,6	59,0	6,4	12,3%	5,6	10,6%
IV.3.2 Anistia	13,1	12,3	12,1	-0,2	-1,9%	-1,0	-7,9%
IV.3.3 Apolo Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	45,8	53,5	52,8	-0,6	-1,2%	7,0	15,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.565,7	4.646,8	4.706,2	59,4	1,3%	140,4	3,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	82,4	106,0	91,0	-15,0	-14,1%	8,7	10,5%
IV.3.7 Complemento da FGTS (LC nº 110/01)	431,7	441,8	377,8	-64,0	-14,5%	-53,9	-12,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	58,6	1.765,2	116,5	-1.648,7	-93,4%	57,9	98,9%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	950,5	985,8	1.065,2	79,4	8,0%	114,7	12,1%
IV.3.10 Convênios	14,5	0,0	0,0	0,0	-	-14,5	-
IV.3.11 Doações	6,8	0,0	0,0	0,0	-	-6,8	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	96,4	69,3	105,3	36,0	51,9%	8,8	9,2%
IV.3.13 FUNDEF (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	126,1	125,0	145,1	20,1	16,1%	19,0	15,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	132,1	154,5	158,2	3,7	2,4%	26,1	19,7%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	456,5	478,6	570,3	91,7	19,2%	113,8	24,9%
IV.3.20.1.1 Equalização de custo agropecuário	386,5	447,1	540,3	93,2	20,8%	153,8	39,8%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	11,3	8,0	11,7	3,7	47,1%	0,4	3,5%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-8,6	0,5	7,8	7,3	-	16,4	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	249,8	90,7	78,1	-12,6	-13,9%	-171,7	-68,8%
Equalização Aquisições do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Garantia à Sustentação de Preços	227,0	24,7	12,5	-12,2	-49,3%	-214,5	-94,5%
IV.3.20.1.4 Pronaf	22,8	66,0	65,5	-0,5	-0,8%	-42,8	-187,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	23,9	31,7	10,1	-21,6	-68,1%	-13,8	-57,8%
Concessão de Financiamento	30,1	36,7	26,6	-10,1	-27,5%	-3,5	-11,7%
Aquisição	-6,2	-5,0	-16,5	-11,5	232,6%	-10,3	167,0%
IV.3.20.1.5 Proex	90,8	-67,5	161,2	228,7	-	70,4	77,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	51,8	86,9	63,9	-23,0	-26,4%	12,2	23,6%
Concessão de Financiamento	39,0	-154,4	97,3	251,7	-	58,2	149,3%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	7,4	35,5	53,0	17,4	49,0%	45,6	620,2%
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacao	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (Lei 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-1,8	61,1	43,8	-17,3	-28,3%	45,6	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	13,1	7,1	11,5	4,5	63,5%	-1,6	-12,2%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,0	1,4	1,3	-0,1	-6,3%	-0,7	-36,0%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	106,0	0,0	-106,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,8	0,0	-0,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	171,8	169,1	-2,7	-1,6%	169,1	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-1,5	0,0	-7,3	-7,2	-	-5,7	-
IV.3.20.2 Proagro	70,0	31,5	30,0	-1,5	-4,8%	-40,0	-57,1%
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	15,8	29,5	29,2	-0,3	-1,1%	13,4	84,5%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	76,8	65,6	137,2	71,6	109,1%	60,4	78,7%
IV.3.23 FIES	634,0	3,7	103,1	99,4	-	-530,9	-83,7%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>19.514,3</b>	<b>21.798,8</b>	<b>24.278,5</b>	<b>2.479,7</b>	<b>11,4%</b>	<b>4.764,3</b>	<b>24,4%</b>
<b>IV.4.1 Discricionárias Executivo</b>	<b>18.592,0</b>	<b>20.784,4</b>	<b>23.077,6</b>	<b>2.293,2</b>	<b>11,0%</b>	<b>4.485,6</b>	<b>24,1%</b>
IV.4.1.1 PAC	2.001,5	2.300,4	3.091,3	790,9	34,4%	1.089,9	54,5%
d/q MCMV	141,6	650,3	748,5	98,2	15,1%	606,9	428,6%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	12,7	35,2	22,4	176,1%	35,2	-
IV.4.1.3 Demais	16.586,8	18.458,5	19.947,8	1.489,3	8,1%	3.361,0	20,3%
Min. da Saúde	7.577,9	8.272,6	9.282,5	1.009,9	12,2%	1.704,6	22,5%
Min. da Des. Social	2.523,2	3.046,7	2.954,4	-92,4	-3,0%	431,1	17,1%
Min. da Educação	2.694,1	2.858,0	2.781,8	-76,2	-2,7%	87,6	3,3%
Demais	3.791,5	4.281,2	4.929,2	648,0	15,1%	1.137,7	30,0%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	3,8	12,7	3,2	-9,5	-74,7%	-0,5	-14,5%
<b>IV.4.2 LEIU/MPU</b>	<b>922,3</b>	<b>1.014,4</b>	<b>1.201,0</b>	<b>186,6</b>	<b>18,4%</b>	<b>278,7</b>	<b>30,2%</b>
Legislativo	130,9	123,3	133,3	10,0	8,1%	2,4	1,8%
Judiciário	627,6	739,2	895,4	156,2	21,1%	267,8	42,7%
Demais	163,8	151,9	172,3	20,4	13,4%	8,5	5,2%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018		Diferença Out/18 Set/18	Variação (%) Out/18 Set/18	Diferença Out/18 Out/17	Variação (%) Out/18 Out/17
	Outubro	Setembro	Outubro				
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>102.625,0</b>	<b>120.171,9</b>	<b>105.318,7</b>	<b>-14.853,1</b>	<b>-12,4%</b>	<b>2.693,7</b>	<b>2,6%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	45.994,0	61.767,6	45.259,6	-16.508,1	-26,7%	-734,5	-1,6%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	36.221,8	50.185,0	35.748,1	-14.437,0	-28,8%	-473,7	-1,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	686,9	859,5	770,8	-88,7	-10,3%	83,9	12,2%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.772,3	11.582,6	9.511,5	-2.071,1	-17,9%	-260,7	-2,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	186,4	198,6	204,3	6,7	3,4%	19,9	10,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.226,4	22.598,9	22.585,6	-13,3	-0,1%	359,2	1,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	174,9	156,9	178,5	22,5	14,4%	4,6	2,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.001,0	13.908,4	13.195,0	-713,4	-5,1%	-806,0	-5,8%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.946,3	3.908,8	4.492,9	584,1	14,9%	-453,4	-9,2%
Abono	1.568,4	1.189,0	1.360,6	171,6	14,4%	-207,8	-13,2%
Seguro Desemprego	3.378,0	2.719,8	3.132,3	412,5	15,2%	-245,7	-7,3%
d/q Seguro Defeso	55,8	52,8	59,0	6,2	11,8%	3,2	5,7%
IV.3.2 Anistiados	13,7	12,4	12,1	-0,3	-2,4%	-1,6	-11,9%
IV.3.3 Apolo Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,9	53,7	52,8	-0,9	-1,6%	5,0	10,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.773,8	4.667,7	4.706,2	38,5	0,8%	-67,6	-1,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	86,1	106,4	91,0	-15,4	-14,5%	4,9	5,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	451,4	443,8	377,8	-66,0	-14,9%	-73,6	-16,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	61,3	1.773,1	116,5	-1.656,6	-93,4%	55,3	90,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	993,8	990,3	1.065,2	74,9	7,6%	71,3	7,2%
IV.3.10 Convênios	15,1	0,0	0,0	0,0	-	-15,1	-
IV.3.11 Doações	7,1	0,0	0,0	0,0	-	-7,1	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	100,8	69,6	105,3	35,6	51,2%	4,4	4,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	912,8	968,3	963,9	-4,3	-0,4%	51,1	5,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	131,8	125,6	145,1	19,6	15,6%	13,3	10,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,9	159,9	159,2	-0,7	-0,4%	-10,7	-6,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fosséis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	138,2	155,2	158,2	3,0	1,9%	20,1	14,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	477,3	480,8	570,3	89,5	18,6%	93,0	19,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	404,1	449,1	540,3	91,2	20,3%	136,2	33,7%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	11,8	8,0	11,7	3,7	46,5%	-0,1	-1,0%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	-9,0	0,6	7,8	7,3	-	16,8	-
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	261,2	91,1	78,1	-13,1	-14,3%	-183,1	-70,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	237,4	24,8	12,5	-12,3	-49,5%	-224,9	-94,7%
Garantia à Sustentação de Preços	23,8	66,3	65,5	-0,8	-1,2%	41,7	175,3%
IV.3.20.1.4 Pronaf	25,0	31,8	10,1	-21,7	-68,3%	-14,9	-59,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	31,5	36,8	26,6	-10,2	-27,8%	-4,9	-15,6%
Concessão de Financiamento	-6,4	-5,0	-16,5	-11,5	231,1%	-10,0	155,4%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	94,9	-67,8	161,2	229,0	-	66,3	69,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	54,1	87,3	63,9	-23,4	-26,8%	9,8	18,2%
Concessão de Financiamento	40,8	-155,1	97,3	252,3	-	56,5	138,4%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	7,7	35,7	53,0	17,3	48,4%	45,3	588,8%
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacao	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.12 Funcafe	-1,9	61,3	43,8	-17,6	-28,6%	45,7	-
IV.3.20.1.13 Revitaliza	13,7	7,1	11,5	4,4	62,7%	-2,2	-16,1%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	2,1	1,4	1,3	-0,1	-6,7%	-0,8	-38,8%
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	106,5	0,0	-106,5	-	0,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,8	0,0	-0,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	172,6	169,1	-3,5	-2,0%	169,1	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-1,6	0,0	-7,3	-7,2	-	-5,7	355,0%
IV.3.20.2 Proagro	73,2	31,6	30,0	-1,6	-5,2%	-43,2	-59,0%
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	16,6	29,7	29,2	-0,5	-1,6%	12,6	76,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	80,3	65,9	137,2	71,3	108,2%	56,9	70,9%
IV.3.23 FIES	662,9	3,7	103,1	99,4	-	-559,8	-84,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>20.403,5</b>	<b>21.896,9</b>	<b>24.278,5</b>	<b>2.381,7</b>	<b>10,9%</b>	<b>3.875,0</b>	<b>19,0%</b>
IV.4.1 Discricionárias Executivas	19.439,2	20.877,9	23.077,6	2.199,7	10,5%	3.638,3	18,7%
IV.4.1.1 PAC	2.092,7	2.310,8	3.091,3	780,5	33,8%	998,7	47,7%
d/q MCMV	146,0	632,7	748,5	95,3	14,6%	600,4	405,6%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	12,8	35,2	22,4	174,8%	35,2	-
IV.4.1.3 Demais	17.342,7	18.541,6	19.947,8	1.406,2	7,6%	2.605,2	15,0%
Min. da Saúde	7.923,7	8.309,8	9.282,5	972,7	11,7%	1.359,2	17,2%
Min. da Des. Social	2.638,2	3.060,5	2.954,4	-106,1	-3,5%	316,1	12,0%
Min. da Educação	2.816,9	2.870,9	2.781,8	-89,1	-3,1%	-35,1	-1,2%
Demais	3.964,3	4.300,4	4.929,2	628,8	14,6%	964,9	24,3%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	3,9	12,7	3,2	-9,5	-74,8%	-0,7	-18,3%
IV.4.2 LEIU/MPU	964,3	1.019,0	1.201,0	182,0	17,9%	236,7	24,5%
Legislativa	136,8	123,8	133,3	9,5	7,6%	-3,5	-2,6%
Judiciária	656,2	742,5	895,4	152,8	20,6%	239,2	36,5%
Demais	171,3	152,6	172,3	19,7	12,9%	1,0	0,6%



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Out	Jan-Out	Jan-Out/18	Jan-Out/17
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.025.801,4</b>	<b>1.087.745,8</b>	<b>61.944,4</b>	<b>6,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>450.233,2</b>	<b>474.084,8</b>	<b>23.851,6</b>	<b>5,3%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	353.154,4	373.919,7	20.765,3	5,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	9.008,8	10.409,3	1.400,5	15,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	97.078,8	100.165,1	3.086,3	3,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.468,1	2.803,8	335,8	13,6%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>228.888,1</b>	<b>239.434,5</b>	<b>10.546,4</b>	<b>4,6%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.741,8	6.282,4	-459,5	-6,8%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>157.187,5</b>	<b>158.019,2</b>	<b>831,7</b>	<b>0,5%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	46.271,2	45.406,4	-864,8	-1,9%
Abono	13.975,9	14.553,1	577,2	4,1%
Seguro Desemprego	32.295,3	30.853,3	-1.442,0	-4,5%
d/q Seguro Defeso	2.166,7	2.428,7	262,0	12,1%
IV.3.2 Anistiados	149,9	138,7	-11,2	-7,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	477,2	505,6	28,4	6,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	44.837,2	46.688,7	1.851,5	4,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	870,1	899,9	29,8	3,4%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.384,5	4.232,5	-152,0	-3,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	632,6	2.146,3	1.513,7	239,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	12.340,1	11.738,1	-602,0	-4,9%
IV.3.10 Convênios	168,8	0,0	-168,8	-
IV.3.11 Doações	53,0	0,0	-53,0	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	770,6	701,8	-68,8	-8,9%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.291,3	11.886,8	595,5	5,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.207,6	1.246,0	38,4	3,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.625,0	1.591,7	-33,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressorc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.349,1	13.530,0	3.180,9	30,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.974,5	13.322,1	-4.652,3	-25,9%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	17.655,0	13.246,9	-4.408,0	-25,0%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	2.018,3	1.116,2	-902,2	-44,7%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.164,9	1.577,5	-587,4	-27,1%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	274,3	479,4	205,1	74,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,0	53,6	-20,5	-27,7%
Equalização Aquisições do Governo Federal	73,1	50,9	-22,2	-30,3%
Garantia à Sustentação de Preços	127,2	374,9	247,8	194,9%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4.038,8	2.858,5	-1.180,3	-29,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4.047,8	2.877,5	-1.170,3	-28,9%
Concessão de Financiamento	-9,0	-19,0	-10,0	-110,5%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	484,5	360,4	-124,0	-25,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	512,2	646,1	133,9	26,1%
Concessão de Financiamento	-27,7	-285,7	-258,0	-930,6%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	129,0	542,0	413,0	320,3%
IV.3.20.1.7 Alcool	46,0	28,0	-18,0	-39,1%
IV.3.20.1.8 Cacao	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	8,9	301,8	292,9	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	80,6	74,4	-6,2	-7,7%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	16,3	9,2	-7,1	-43,6%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	7.904,7	5.007,1	-2.897,6	-36,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,3	6,6	0,3	5,3%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	442,5	550,0	107,5	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	47,2	44,6	-2,6	-5,6%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	340,9	340,9	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-7,3	-49,8	-42,5	-
IV.3.20.2 Proagro	439,5	131,5	-308,0	-70,1%
IV.3.20.3 PNAFE	-120,0	-56,3	63,7	-53,1%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	225,3	248,3	23,1	10,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	739,9	779,1	39,2	5,3%
IV.3.23 FIES	3.689,8	2.141,9	-1.547,9	-42,0%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
<b>IV.4 Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes</b>	<b>189.492,6</b>	<b>216.207,3</b>	<b>26.714,7</b>	<b>14,1%</b>
IV.4.1 Discrecionárias Executivo	180.563,0	206.018,7	25.455,7	14,1%
IV.4.1.1 PAC	17.768,0	19.154,7	1.386,6	7,8%
d/q MCMV	2.109,9	3.178,4	1.068,5	50,6%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	192,8	192,8	-
IV.4.1.3 Demais	162.761,5	185.630,1	22.868,6	14,7%
Min. da Saúde	79.302,2	89.368,9	10.066,7	12,7%
Min. da Des. Social	26.774,3	28.909,2	2.134,8	8,0%
Min. da Educação	24.182,0	24.631,1	449,1	1,9%
Demais	32.503,0	43.721,0	11.218,0	34,5%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	33,5	41,1	7,7	22,9%
IV.4.2 LEJU/MPU	8.929,6	10.188,6	1.258,9	14,1%
Legislativo	1.332,0	1.383,6	51,6	3,9%
Judiciário	5.971,5	7.164,4	1.192,9	20,0%
Demais	1.626,2	1.640,6	14,4	0,9%



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Out/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Varição (%)
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.082.318,7</b>	<b>1.107.548,4</b>	<b>25.229,7</b>	<b>2,3%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>474.938,7</b>	<b>482.591,6</b>	<b>7.653,0</b>	<b>1,6%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	372.527,0	380.619,2	8.092,3	2,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	9.494,7	10.627,9	1.133,2	11,9%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	102.411,7	101.972,4	-439,3	-0,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.601,3	2.862,8	261,5	10,1%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>241.534,9</b>	<b>243.875,9</b>	<b>2.341,0</b>	<b>1,0%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	7.104,7	6.431,6	-673,1	-9,5%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>165.974,0</b>	<b>161.133,5</b>	<b>-4.840,5</b>	<b>-2,9%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	48.847,2	46.282,2	-2.564,9	-5,3%
Abono	14.767,2	14.854,2	86,9	0,6%
Seguro Desemprego	34.079,9	31.428,1	-2.651,8	-7,8%
d/q Seguro Defeso	2.293,2	2.488,7	195,5	8,5%
IV.3.2 Anistia	158,2	141,3	-16,9	-10,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	503,5	514,7	11,2	2,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	47.308,2	47.549,0	240,8	0,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	917,3	915,7	-1,5	-0,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.620,8	4.303,7	-317,1	-6,9%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	668,0	2.159,8	1.491,8	223,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	13.025,7	11.969,8	-1.055,9	-8,1%
IV.3.10 Convênios	178,0	0,0	-178,0	-
IV.3.11 Doações	55,9	0,0	-55,9	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	811,6	712,2	-99,4	-12,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.931,2	12.141,9	210,7	1,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.274,2	1.267,4	-6,8	-0,5%
IV.3.15 FDA/FONE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.714,7	1.621,1	-93,6	-5,5%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.926,8	13.901,4	2.974,6	27,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	19.034,0	13.607,8	-5.426,2	-28,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	18.696,8	13.533,1	-5.163,8	-27,6%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	2.138,6	1.142,1	-996,5	-46,6%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.294,0	1.613,4	-680,6	-29,7%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	285,5	486,6	201,1	70,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	78,5	55,0	-23,5	-29,9%
Equalização Aquisições do Governo Federal	73,3	51,5	-21,7	-29,7%
Garantia à Sustentação de Preços	133,7	380,0	246,3	184,2%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4.278,1	2.923,3	-1.354,8	-31,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4.287,5	2.942,3	-1.345,2	-31,4%
Concessão de Financiamento	-9,4	-18,9	-9,6	-102,4%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	511,8	369,3	-142,5	-27,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	540,3	657,6	117,3	21,7%
Concessão de Financiamento	-28,5	-288,3	-259,8	-911,7%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	136,3	551,8	415,5	304,8%
IV.3.20.1.7 Alcool	48,8	28,7	-20,1	-41,2%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	9,1	304,6	295,5	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	85,1	75,9	-9,2	-10,8%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	17,3	9,4	-7,9	-45,5%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.376,7	5.124,9	-3.251,8	-38,8%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,7	6,8	0,1	1,6%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	466,6	559,9	93,3	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	50,0	45,6	-4,5	-8,9%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	341,7	341,7	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-7,7	-50,7	-43,1	-
IV.3.20.2 Proagro	464,5	132,5	-332,0	-71,5%
IV.3.20.3 PNAFE	-127,3	-57,7	69,6	-54,7%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	237,5	252,7	15,2	6,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	780,7	793,5	12,8	1,6%
IV.3.23 FIES	3.897,8	2.183,8	-1.714,0	-44,0%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.731,2	1.731,2	-
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>199.871,2</b>	<b>219.947,4</b>	<b>20.076,2</b>	<b>10,0%</b>
IV.4.1 Discricionárias Executivas	190.453,2	209.577,9	19.124,7	10,0%
IV.4.1.1 PAC	18.731,9	19.442,1	710,2	3,8%
d/q MCMV	2.225,2	3.212,1	986,9	44,3%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	196,3	196,3	-
IV.4.1.3 Demais	171.686,0	189.897,9	18.211,8	10,6%
Min. da Saúde	83.656,2	90.974,0	7.317,8	8,7%
Min. da Des. Social	28.253,8	29.428,2	1.174,4	4,2%
Min. da Educação	25.503,4	25.047,2	-456,1	-1,8%
Demais	34.272,7	44.448,5	10.175,8	29,7%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	35,2	41,7	6,4	18,2%
IV.4.2 LEIU/MPU	9.418,0	10.369,5	951,6	10,1%
Legislativo	1.404,7	1.409,7	5,0	0,4%
Judiciário	6.298,0	7.290,3	992,3	15,8%
Demais	1.715,3	1.669,5	-45,8	-2,7%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão <sup>1/</sup>, Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	Jan-Jun/2017				Jan-Jun/2018						
	Despesa autorizada no ano <sup>2/</sup>	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>		Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>			
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3/</sup>			Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3/</sup>		
INVESTIMENTO TOTAL	66.000,8	30.796,4	14.923,9	13.328,6	15.073,0	28.401,6	51.392,5	35.715,8	14.046,9	17.115,0	31.861,9
Câmara dos Deputados	130,3	10,6	5,7	5,4	14,0	19,4	138,7	25,1	15,1	13,8	8,6
Senado Federal	43,8	36,5	8,7	8,6	5,5	14,1	49,6	11,8	6,5	6,0	14,2
Tribunal de Contas da União	61,6	15,2	4,4	4,4	41,9	46,3	34,4	21,5	4,8	3,5	6,6
Supremo Tribunal Federal	34,9	7,1	2,8	2,8	0,5	3,3	48,8	8,7	2,7	10,1	12,8
Superior Tribunal de Justiça	24,2	3,3	1,6	1,6	18,3	19,8	33,1	6,0	5,7	5,7	9,4
Justiça Federal	516,4	1.061,8	954,8	954,0	89,4	1.043,4	309,0	893,0	844,0	843,1	155,0
Justiça Militar	7,9	1,0	0,3	0,3	0,6	0,9	11,9	3,7	0,8	0,8	1,9
Justiça Eleitoral	535,5	84,8	16,0	13,8	51,5	65,4	481,4	173,9	72,6	71,1	50,6
Justiça do Trabalho	730,4	231,7	65,9	64,6	81,9	146,6	790,5	386,5	251,7	248,2	203,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	122,9	37,2	1,0	1,0	14,0	15,0	25,5	7,0	1,6	1,6	22,8
Conselho Nacional de Justiça	45,2	2,5	0,3	0,3	1,2	1,4	49,9	0,8	0,5	0,5	0,6
Presidência da República <sup>4/</sup>	1.200,3	199,4	52,5	44,1	180,0	224,0	1.951,7	381,1	89,5	63,5	294,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.187,1	232,2	195,1	193,4	110,7	304,1	637,0	315,8	280,3	290,3	89,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.017,5	485,0	11,2	4,5	251,6	246,1	1.077,2	835,2	25,6	19,4	462,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.278,1	307,2	302,6	229,4	244,9	424,3	798,0	467,3	386,1	342,8	218,0
Ministério da Fazenda	1.724,1	773,9	549,6	540,6	321,8	871,4	1.140,0	889,1	889,0	889,0	289,6
Ministério da Educação	6.239,5	1.660,3	636,3	541,4	2.527,9	3.069,3	4.439,9	1.852,7	757,9	688,5	2.970,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	106,0	10,2	3,4	3,4	13,9	17,3	54,8	21,0	5,3	5,3	19,6
Defensoria Pública da União	27,2	6,7	6,1	6,1	12,2	7,0	3,4	1,1	1,1	5,2	6,2
Ministério da Justiça	1.613,3	282,2	125,4	125,2	769,8	895,1	1.257,9	186,3	54,5	46,7	812,0
Ministério de Minas e Energia	71,8	10,3	5,0	5,0	18,0	21,0	87,3	21,1	9,2	9,1	22,2
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério das Relações Exteriores	264,0	90,2	41,1	41,1	102,8	144,0	121,2	67,5	33,6	33,5	77,8
Ministério da Saúde	35,2	11,6	9,8	9,8	24,4	34,2	46,0	21,4	14,3	14,3	42,0
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	7.466,0	2.892,4	690,7	656,2	1.857,5	2.313,7	5.474,7	2.921,2	961,3	931,4	4.505,0
Ministério do Trabalho e Emprego	140,0	0,8	0,3	0,2	4,4	4,6	13,4	1,0	0,0	0,0	5,1
Ministério dos Transportes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Trabalho e Previdência Social	14.005,1	8.322,9	4.993,2	4.397,1	3.116,3	7.313,4	9.990,8	7.951,7	3.801,1	3.836,8	6.897,0
Ministério das Comunicações	113,0	35,9	2,8	0,3	22,5	22,7	58,1	15,3	1,5	1,4	47,4
Ministério da Cultura	339,5	103,9	46,9	45,2	37,0	82,2	237,6	160,3	34,2	32,9	76,2
Ministério do Meio Ambiente	576,2	28,5	14,8	14,8	40,1	55,0	102,3	42,6	21,0	21,0	38,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Esporte	699,9	377,9	11,1	11,1	192,0	203,1	740,6	653,8	35,7	35,5	224,7
Ministério da Defesa	9.866,9	6.486,4	2.954,6	2.695,9	2.016,3	4.712,2	9.741,3	8.016,3	3.634,1	3.584,2	5.993,0
Ministério da Integração Nacional	5.264,1	2.164,2	597,6	587,4	1.217,5	1.804,9	4.069,8	2.626,4	556,4	1.499,3	1.980,3
Ministério do Turismo	465,0	263,4	0,1	0,1	219,3	219,5	867,3	791,6	0,4	0,4	296,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	334,1	68,1	7,8	7,4	126,9	134,3	316,7	289,9	70,5	70,3	115,2
Ministério das Cidades	9.793,9	4.329,2	2.203,4	2.101,9	1.307,1	3.609,0	6.690,1	5.483,7	1.956,9	1.655,7	1.903,3
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Aquicultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	4,2	1,8	0,5	0,5	2,2	2,6	5,1	0,7	0,3	0,3	1,4
Advocacia Geral da União	20,8	2,8	0,7	0,5	7,3	7,8	15,1	6,6	0,1	0,1	20,3
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	98,7	41,2	3,5	3,5	33,8

Out: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1/</sup> Correspondem ao investimento dos Poderes Legislativo e Judiciário, contendo ainda grupo de despesas investimento (SIAPE e SIAFOP) e investimentos financeiros (Fundo de Investimentos Financeiros - FIF) e investimentos em bens materiais (Fundo de Investimentos em Bens Materiais - FIBM), no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.<sup>2/</sup> Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Saldo para a liquidação das despesas. Os dados do conceito de "Despesa executada" são os dados de fato, e não os dados de direito.<sup>3/</sup> Inclui Ordens Bancárias do Sistema de Arrecadação de Receitas Federais (SARF) e as despesas de natureza financeira, com impacto no Saldo para a liquidação das despesas.<sup>4/</sup> Incorpora os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2013.<sup>5/</sup> Inclui Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central <sup>1/</sup> - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Outubro	Setembro	Outubro	Out/18	Set/18	Out/18	Out/17
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	8.356,4	202.608,1	19.346,5	-183.261,6	-95,9%	10.990,1	131,5%
Emissão de Títulos	0,0	24.809,5	9.761,7	-15.047,8	-60,7%	9.761,7	-
Remuneração das Disponibilidades	7.255,1	7.775,4	8.952,1	1.176,7	15,1%	1.697,0	23,4%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.101,3	766,8	632,7	-134,1	-17,5%	-468,6	-42,5%
Resultado do Banco Central	0,0	169.256,4	0,0	-169.256,4	-100,0%	0,0	-
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	23.000,0	10.000,0	33.000,0	23.000,0	230,0%	10.000,0	43,5%
Resgate de Títulos	18.500,0	10.000,0	28.000,0	18.000,0	-	9.500,0	51,4%
Encargos da DPMF	4.500,0	0,0	5.000,0	5.000,0	-	500,0	11,1%
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	-14.643,6	192.608,1	-13.653,5	-206.261,6	-	990,1	-6,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OS's.



Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Varição (%)
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>201.319,1</b>	<b>449.439,6</b>	<b>248.120,5</b>	<b>123,2%</b>
Emissão de Títulos	88.211,4	173.263,8	85.052,3	-
Remuneração das Disponibilidades	81.301,3	83.459,0	2.157,6	2,7%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	12.379,6	8.504,6	-3.874,9	-31,3%
Resultado do Banco Central	19.426,8	184.212,2	164.785,4	-
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>219.660,0</b>	<b>257.455,8</b>	<b>37.795,8</b>	<b>17,2%</b>
Resgate de Títulos	170.747,3	182.985,4	12.238,1	7,2%
Encargos da DPMF	48.912,7	74.470,5	25.557,7	52,3%
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>-18.340,9</b>	<b>191.983,8</b>	<b>210.324,7</b>	<b>-1146,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Outubro	Setembro	Outubro				
				Out/18		Out/18	
				Set/18		Out/17	
<b>1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>2.258.333,5</b>	<b>2.496.242,2</b>	<b>2.514.619,1</b>	<b>16.376,9</b>	<b>0,7%</b>	<b>256.285,6</b>	<b>11,3%</b>
Dívida Interna	4.918.583,9	5.380.224,3	5.355.540,9	-24.683,4	-0,5%	436.957,1	8,9%
<b>DPMFI em Poder do Público <sup>1/</sup></b>	<b>3.311.409,8</b>	<b>3.628.359,5</b>	<b>3.622.088,9</b>	<b>-6.270,6</b>	<b>-0,2%</b>	<b>310.679,1</b>	<b>9,4%</b>
LFT	1.076.837,0	1.281.207,5	1.320.057,7	38.850,2	3,0%	243.220,7	22,6%
LTN	802.704,3	885.979,3	824.485,9	-61.493,4	-6,9%	21.781,7	2,7%
NTN-B	934.969,5	946.159,5	960.122,0	13.962,5	1,5%	25.152,4	2,7%
NTN-C	71.843,5	79.799,7	80.201,1	401,4	0,5%	8.357,6	11,6%
NTN-F	377.116,6	383.780,0	388.160,3	4.380,3	1,1%	11.043,7	2,9%
Dívida Securitizada	7.744,8	5.102,7	5.585,8	483,2	9,5%	-2.158,9	-27,9%
Demais Títulos em Poder do Público	40.194,2	46.330,8	43.476,1	-2.854,7	-6,2%	-	8,2%
<b>DPMFI em Poder do Banco Central</b>	<b>1.639.000,5</b>	<b>1.781.949,9</b>	<b>1.762.993,2</b>	<b>-18.956,7</b>	<b>-1,1%</b>	<b>123.992,7</b>	<b>7,6%</b>
LFT	524.231,5	620.269,6	633.265,1	12.995,5	2,1%	109.033,6	20,8%
LTN	396.969,4	421.798,0	382.617,6	-39.180,4	-9,3%	-14.351,8	-3,6%
Demais Títulos na Carteira do BCB	717.799,6	739.882,3	747.110,6	7.228,3	1,0%	29.311,0	4,1%
<b>(-) Aplicações em Títulos Públicos</b>	<b>-38.955,4</b>	<b>-34.562,0</b>	<b>-34.001,2</b>	<b>560,7</b>	<b>-1,6%</b>	<b>4.954,2</b>	<b>-12,7%</b>
<b>Demais Obrigações Internas</b>	<b>7.129,0</b>	<b>4.476,9</b>	<b>4.460,1</b>	<b>-16,8</b>	<b>-0,4%</b>	<b>-2.668,9</b>	<b>-37,4%</b>
Haveres Internos	2.660.250,3	2.883.982,1	2.840.921,8	-43.060,3	-1,5%	180.671,4	6,8%
<b>Disponibilidades Internas</b>	<b>1.027.629,4</b>	<b>1.283.682,6</b>	<b>1.238.124,0</b>	<b>-45.558,6</b>	<b>-3,5%</b>	<b>210.500,7</b>	<b>20,5%</b>
<b>Haveres junto aos Governos Regionais</b>	<b>561.798,0</b>	<b>597.125,9</b>	<b>596.363,6</b>	<b>-762,2</b>	<b>-0,1%</b>	<b>34.565,6</b>	<b>6,2%</b>
Bônus Renegociados	5.057,3	6.176,5	5.625,8	-550,7	-8,9%	568,5	11,2%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	560,1	481,5	474,9	-6,6	-1,4%	-85,1	-15,2%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	16.407,1	18.744,2	19.295,6	551,4	2,9%	2.888,5	17,6%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	9.826,1	7.969,2	7.954,3	-15,0	-0,2%	-1.871,8	-19,0%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	495.843,2	530.607,4	530.335,7	-271,7	-0,1%	34.492,6	7,0%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	31.856,3	31.875,6	31.386,7	-488,9	-1,5%	-469,6	-1,5%
Antecipação de Royalties	2.234,1	1.259,1	1.278,5	19,4	1,5%	-955,7	-42,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	13,9	12,4	12,2	-0,2	-1,8%	-1,8	-12,7%
<b>Haveres da Administração Indireta</b>	<b>508.807,5</b>	<b>562.192,2</b>	<b>565.333,9</b>	<b>3.141,7</b>	<b>0,6%</b>	<b>56.526,4</b>	<b>11,1%</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	239.552,7	260.730,5	262.064,2	1.333,7	0,5%	22.511,5	9,4%
Fundos Constitucionais Regionais	125.775,5	137.462,7	138.365,5	902,8	0,7%	12.590,0	10,0%
Fundos Diversos	143.479,4	163.999,1	164.904,2	905,1	0,6%	21.424,8	14,9%
<b>Haveres Administrados pela STN</b>	<b>562.021,4</b>	<b>440.981,3</b>	<b>441.100,2</b>	<b>118,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>-120.921,2</b>	<b>-21,5%</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	197,6	19,1	19,1	0,0	0,2%	-178,5	-90,3%
Haveres de Operações Estruturadas	18.647,4	17.199,0	16.298,7	-900,3	-5,2%	-2.348,7	-12,6%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	520.309,3	401.905,5	403.385,6	1.480,1	0,4%	-116.923,7	-22,5%
Demais Haveres Administrados pela STN	22.867,1	21.857,7	21.396,8	-460,9	-2,1%	-1.470,3	-6,4%
<b>2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>126.059,7</b>	<b>150.186,8</b>	<b>140.022,7</b>	<b>-10.164,1</b>	<b>-6,8%</b>	<b>13.962,9</b>	<b>11,1%</b>
Dívida Externa	127.065,7	151.124,6	140.950,0	-10.174,6	-6,7%	13.884,4	10,9%
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>115.022,3</b>	<b>136.708,0</b>	<b>127.674,0</b>	<b>-9.034,0</b>	<b>-6,6%</b>	<b>12.651,7</b>	<b>11,0%</b>
Euro	3.867,0	4.711,2	4.275,5	-435,6	-9,2%	408,5	10,6%
Global US\$	100.511,7	121.450,3	112.766,7	-8.683,7	-7,1%	12.255,0	12,2%
Global BRL	10.643,6	10.546,5	10.631,8	85,3	0,8%	-11,8	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>Dívida Contratual</b>	<b>12.043,4</b>	<b>14.416,6</b>	<b>13.276,0</b>	<b>-1.140,6</b>	<b>-7,9%</b>	<b>1.232,7</b>	<b>10,2%</b>
Organismos Multilaterais	3.572,3	3.895,1	3.629,8	-265,3	-6,8%	57,6	1,6%
Credores Privados e Ag. Governamentais	8.471,1	10.521,5	9.646,2	-875,3	-8,3%	1.175,1	13,9%
Haveres Externos	1.005,9	937,8	927,4	-10,5	-1,1%	-78,6	-7,8%
<b>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</b>	<b>1.005,9</b>	<b>937,8</b>	<b>927,4</b>	<b>-10,5</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-78,6</b>	<b>-7,8%</b>
<b>3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)</b>	<b>2.384.393,3</b>	<b>2.646.429,0</b>	<b>2.654.641,8</b>	<b>8.212,8</b>	<b>0,3%</b>	<b>270.248,6</b>	<b>11,3%</b>
<b>4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>2/</sup></b>	<b>36,6%</b>	<b>38,9%</b>	<b>38,8%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>2,20%</b>	<b>6,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos de dívida securitizada e IOA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença Out/18 Set/18	Variação (%)	Diferença Out/18 Out/17	Variação (%)
	Outubro	Setembro	Outubro				
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>79.604,0</b>	<b>72.410,8</b>	<b>84.014,4</b>	<b>11.603,6</b>	<b>16,0%</b>	<b>4.410,4</b>	<b>5,5%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.091,9	3.532,0	3.951,5	419,6	11,9%	859,6	27,8%
I.1.2 IPI	4.542,5	4.698,3	4.790,1	91,8	2,0%	247,6	5,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	478,3	420,6	391,4	-29,2	-7,0%	-87,0	-18,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	254,8	145,9	152,2	6,3	4,3%	-102,6	-40,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	394,1	386,5	302,5	-84,0	-21,7%	-91,6	-23,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.408,2	1.662,7	1.808,8	146,1	8,8%	400,7	28,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	2.007,1	2.082,5	2.135,1	52,6	2,5%	128,0	6,4%
I.1.3 Imposto de Renda	30.850,6	27.230,5	34.800,5	7.570,0	27,8%	3.949,9	12,8%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.347,8	2.662,1	2.342,3	0,1	-12,0%	-5,5	-0,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	13.076,4	9.671,1	16.207,2	6.536,1	67,6%	3.130,8	23,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	15.426,3	14.897,3	16.251,0	1.353,7	9,1%	824,7	5,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.973,1	8.843,5	9.513,3	669,8	7,6%	540,2	6,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.624,3	3.197,1	3.045,3	-151,9	-4,8%	-579,0	-16,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.932,1	1.897,7	2.798,6	900,9	47,5%	866,5	44,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	896,9	959,0	893,8	-65,2	-6,8%	-3,0	-0,3%
I.1.4 IOF	2.814,9	3.093,7	2.969,9	-123,8	-4,0%	155,0	5,5%
I.1.5 COFINS	20.044,8	20.145,7	21.039,6	893,9	4,4%	994,9	5,0%
I.1.6 PIS/PASEP	5.192,0	5.313,1	5.394,2	81,1	1,5%	202,2	3,9%
I.1.7 CSLL	7.013,9	5.190,3	8.372,7	3.182,4	61,3%	1.358,8	19,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	482,6	214,8	227,5	12,7	5,9%	-255,1	-52,9%
I.1.10 Outras	5.570,8	2.992,4	2.468,3	-524,1	-17,5%	-3.102,5	-55,7%



Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB ` Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Variação (%)
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>712.897,4</b>	<b>787.224,5</b>	<b>74.327,1</b>	<b>10,4%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	26.807,4	34.472,3	7.664,9	28,6%
I.1.2 IPI	39.335,8	44.733,2	5.397,4	13,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.295,8	4.290,6	-5,2	-0,1%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.258,5	1.906,9	-351,7	-15,6%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.523,4	3.567,7	44,3	1,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	11.449,4	15.135,8	3.686,4	32,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	17.808,8	19.832,3	2.023,5	11,4%
I.1.3 Imposto de Renda	297.754,4	320.845,5	23.091,1	7,8%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	28.735,2	29.688,7	953,5	3,3%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	104.884,2	121.971,8	17.087,6	16,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	164.135,0	169.185,0	5.050,0	3,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	90.448,0	96.659,7	6.211,7	6,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	44.220,1	38.285,8	-5.934,3	-13,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	20.492,9	24.500,8	4.007,9	19,6%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	8.974,1	9.738,7	764,6	8,5%
I.1.4 IOF	28.544,7	29.715,1	1.170,4	4,1%
I.1.5 COFINS	178.082,5	201.062,3	22.979,8	12,9%
I.1.6 PIS/PASEP	47.748,8	53.404,4	5.655,6	11,8%
I.1.7 CSLL	60.662,6	67.906,3	7.243,7	11,9%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.832,6	3.391,2	-1.441,4	-29,8%
I.1.10 Outras	29.128,6	31.694,2	2.565,6	8,8%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Outubro	Setembro	Outubro				
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.604,3</b>	<b>15.326,0</b>	<b>17.328,2</b>	<b>2.102,2</b>	<b>13,8%</b>	<b>-276,1</b>	<b>-1,6%</b>
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.059,7	11.283,9	12.763,6	1.479,7	13,1%	-296,1	-2,3%
I.2 Fundos Constitucionais	708,7	864,0	858,8	-5,2	-0,6%	150,1	21,2%
I.2.1 Repasse Total	1.066,8	786,5	986,5	200,0	25,4%	80,3	7,5%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-358,1	77,5	-127,8	-205,2	-	230,4	-64,3%
I.3 Contribuição do Salário Educação	961,6	960,9	983,6	22,7	2,4%	27,0	2,3%
I.4 Compensações Financeiras	1.658,3	2.012,4	1.709,7	-302,6	-15,0%	51,4	3,1%
I.5 CIDE - Combustíveis	444,2	0,0	187,6	187,6	-	-256,6	-57,8%
I.6 Demais	771,8	104,8	824,9	720,1	687,3%	53,1	6,9%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	11,2	0,0	0,0	0,0	-	-11,2	-
I.6.3 IOF Ouro	1,8	1,8	1,7	-0,1	-7,0%	-0,1	-4,1%
I.6.4 ITR	758,8	103,0	823,2	720,2	699,6%	64,3	8,5%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>98.626,2</b>	<b>111.185,7</b>	<b>105.646,0</b>	<b>-5.539,7</b>	<b>-5,0%</b>	<b>7.019,8</b>	<b>7,1%</b>
II.1 Benefícios Previdenciários	43.797,5	53.393,8	45.310,1	-8.083,7	-15,1%	1.542,6	3,5%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	33.793,4	42.059,3	35.028,9	-7.030,4	-16,7%	1.235,5	3,7%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.118,6	10.276,5	9.307,4	-969,1	-9,4%	188,8	2,1%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	855,5	1.057,9	973,7	-84,2	-8,0%	118,2	13,8%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.274,9	22.403,6	22.616,7	213,0	1,0%	1.341,8	6,3%
II.2.1 Ativo Civil	9.755,1	9.970,6	10.209,4	238,8	2,4%	454,3	4,7%
II.2.2 Ativo Militar	1.840,8	2.127,2	2.105,7	-21,5	-1,0%	264,9	14,4%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.137,9	6.415,7	6.383,8	-31,9	-0,5%	250,9	4,1%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.392,6	3.745,0	3.746,7	1,7	0,0%	354,1	10,4%
II.2.5 Outros	153,5	145,3	171,2	25,9	17,5%	17,7	11,5%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.382,6	14.696,2	14.629,5	-66,6	-0,5%	247,0	1,7%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	4.730,7	3.891,3	4.702,3	811,0	20,8%	-28,4	-0,6%
II.3.2 Anistias	12,2	12,1	11,8	-0,3	-2,1%	0,4	-2,9%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e indenizações	46,3	53,0	52,3	-0,7	-1,2%	6,1	13,1%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.546,6	4.617,0	4.707,8	90,7	2,0%	161,2	3,5%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	431,7	441,8	377,8	-64,0	-14,5%	-53,9	-12,5%
II.3.8 Créditos Extraordinários	69,4	1.694,2	132,2	1.562,0	-92,2%	62,8	90,5%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	950,5	985,8	1.065,2	79,4	8,0%	114,7	12,1%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	89,6	11,3	36,3	25,1	27,6%	-53,3	-59,5%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	96,4	69,3	105,3	36,0	51,9%	8,8	9,2%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	125,8	121,6	145,6	24,0	19,8%	19,8	15,8%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	927,0	1.052,3	1.191,0	138,7	13,2%	264,0	28,5%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	127,3	-31,8	-20,0%	-35,2	-21,6%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	127,7	152,6	158,0	5,4	3,6%	30,4	23,8%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	456,5	372,3	582,4	210,0	56,4%	125,9	27,6%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	11,3	8,0	11,7	3,7	47,1%	0,4	3,5%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	-8,6	0,5	7,8	7,3	-	16,4	-
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	227,0	24,7	12,5	-12,2	-49,3%	-214,5	-94,5%
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	22,8	66,0	65,5	-0,5	-0,8%	42,8	187,8%
II.3.19.6 Pronaf	23,9	31,7	19,1	-12,6	-68,1%	-13,8	-57,8%
II.3.19.7 Proex	90,8	67,5	161,2	228,7	-	70,4	77,6%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	7,4	35,5	53,0	17,4	49,0%	45,6	620,2%
II.3.19.9 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-1,8	60,8	55,9	-4,9	-8,1%	57,7	-
II.3.19.11 Funcafé	13,1	7,1	11,5	4,5	63,5%	-1,6	-12,2%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,0	1,4	1,3	-0,1	-6,3%	0,7	-36,0%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDF/FONE/FDCO	0,0	0,8	0,0	-0,8	-100,0%	0,0	-
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-1,5	0,0	-7,3	-7,2	-	-5,7	375,8%
II.3.19.19 Proagro	70,0	31,5	30,0	-1,5	-4,8%	-40,0	-57,1%
II.3.19.20 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	25,9	29,2	29,9	0,8	2,6%	4,0	15,4%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	76,8	65,6	137,2	71,6	109,1%	60,4	78,7%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	634,0	3,7	103,1	99,4	-	-530,9	-83,7%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo</b>	<b>19.201,2</b>	<b>20.692,1</b>	<b>23.089,7</b>	<b>2.397,6</b>	<b>11,6%</b>	<b>3.888,5</b>	<b>20,3%</b>
II.4.1 Obrigatórias	10.107,0	11.257,9	11.670,5	412,6	3,7%	1.563,6	15,5%
II.4.2 Discricionárias	9.094,3	9.434,2	11.419,2	1.985,0	21,0%	2.324,9	25,6%
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (III=II+III.4.2)</b>	<b>116.230,4</b>	<b>126.411,6</b>	<b>122.974,1</b>	<b>-3.437,5</b>	<b>-2,7%</b>	<b>6.743,7</b>	<b>5,8%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>18.857,3</b>	<b>18.184,9</b>	<b>18.934,3</b>	<b>749,4</b>	<b>4,1%</b>	<b>77,0</b>	<b>0,4%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	18.892,1	16.359,8	18.523,4	2.163,6	13,2%	-168,7	-0,9%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.059,7	11.283,9	12.763,6	1.479,7	13,1%	-296,1	-2,3%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	961,6	960,9	983,6	22,7	2,4%	22,0	2,3%
IV.1.3 Compensações Financeiras	1.658,3	2.012,4	1.709,7	-302,6	-15,0%	51,4	3,1%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	444,2	0,0	187,6	187,6	-	-256,6	-57,8%
IV.1.5 Demais	2.568,3	2.102,6	2.878,9	776,3	36,9%	310,6	12,1%
IOF Ouro	1,8	1,8	1,7	-0,1	-7,0%	-0,1	-4,1%
ITR	758,8	103,0	823,2	720,2	699,6%	64,3	8,5%
FUNDEB (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
Fundo Constitucional DF - FCDF	934,7	1.033,9	1.090,1	56,2	5,4%	155,5	16,6%
FCDF - OCC	125,8	121,6	145,6	24,0	19,8%	19,8	15,8%
FCDF - Pessoal	808,9	912,4	944,5	32,2	3,5%	135,6	16,8%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	69,4	1.694,2	132,2	-1.562,0	-92,2%	62,8	90,5%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	9,7	110,0	238,9	128,9	117,1%	229,2	-
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	9,3	90,3	184,7	94,4	104,5%	175,4	-
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	0,3	19,7	54,1	34,4	174,9%	53,8	-
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>97.373,2</b>	<b>108.226,8</b>	<b>104.039,8</b>	<b>-4.186,9</b>	<b>-3,9%</b>	<b>6.666,7</b>	<b>6,8%</b>

Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Out	Jan-Out		
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>185.348,8</b>	<b>204.017,7</b>	<b>18.668,9</b>	<b>10,1%</b>
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	148.075,8	157.124,3	9.048,5	6,1%
I.2 Fundos Constitucionais	6.563,9	6.930,1	366,2	5,6%
I.2.1 Repasse Total	9.534,4	10.123,6	589,3	6,2%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-2.970,5	-3.193,5	-223,1	7,5%
I.3 Contribuição do Salário Educação	10.111,3	10.393,5	282,2	2,8%
I.4 Compensações Financeiras	17.688,5	26.953,7	9.265,1	52,4%
I.5 CIDE - Combustíveis	1.698,7	1.356,8	-342,0	-20,1%
I.6 Demais	1.210,5	1.259,4	48,9	4,0%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,7	0,7	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	109,8	73,1	-36,7	-33,5%
I.6.3 IOF Ouro	14,2	12,3	-1,9	-13,6%
I.6.4 ITR	993,9	1.083,4	89,5	9,0%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	92,6	90,0	-2,6	-2,8%
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.025.069,0</b>	<b>1.085.193,7</b>	<b>60.124,7</b>	<b>5,9%</b>
II.1 Benefícios Previdenciários	451.255,0	474.756,3	23.501,3	5,2%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	345.043,5	364.246,3	19.202,8	5,6%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	94.696,3	97.296,0	2.599,7	2,7%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	11.515,2	13.214,0	1.698,9	14,8%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	226.414,3	236.691,2	10.276,9	4,5%
II.2.1 Ativo Civil	100.290,5	103.431,1	3.140,6	3,1%
II.2.2 Ativo Militar	20.848,8	22.248,6	1.399,8	6,7%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	63.662,4	66.198,0	2.535,6	4,0%
II.2.4 Reformas e pensões militares	35.267,1	38.754,8	3.487,7	9,9%
II.2.5 Outros	6.345,5	6.058,7	-286,8	-4,5%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	166.537,7	168.321,3	1.783,6	1,1%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	46.270,4	45.615,9	-654,6	-1,4%
II.3.2 Anistiados	149,2	138,3	-10,9	-7,3%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	481,4	519,4	38,0	7,9%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	44.905,3	46.728,4	1.823,2	4,1%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.384,5	4.232,5	-152,0	-3,5%
II.3.8 Créditos Extraordinários	823,3	2.129,8	1.306,5	158,7%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	12.340,1	11.738,1	-602,0	-4,9%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	381,1	198,7	-182,4	-47,9%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	770,6	701,8	-68,8	-8,9%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	11.291,3	11.886,8	595,5	5,3%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	1.123,9	1.245,2	121,3	10,8%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	8.914,0	10.162,8	1.248,7	14,0%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.625,0	1.559,8	-65,2	-4,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.334,3	13.501,5	3.167,3	30,6%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	18.079,4	13.113,4	-4.966,0	-27,5%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	2.018,3	1.116,2	-902,2	-44,7%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.164,9	1.577,5	-587,4	-27,1%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,0	53,6	-20,5	-27,7%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	73,1	50,9	-22,2	-30,3%
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	127,2	374,9	247,8	194,0%
II.3.19.6 Pronaf	4.038,8	2.856,5	-1.180,3	-29,2%
II.3.19.7 Proex	484,5	360,4	-124,0	-25,6%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	129,0	542,0	413,0	320,3%
II.3.19.9 Alcool	46,0	28,0	-18,0	-39,1%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	8,9	303,2	294,3	-
II.3.19.11 Funcafé	79,5	74,3	-5,2	-6,5%
II.3.19.12 Revitaliza	12,8	9,2	-3,7	-28,4%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	7.904,7	5.007,1	-2.897,6	-36,7%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,3	6,6	0,3	5,3%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	552,0	339,9	-212,1	-38,4%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FODNE/FDCO	47,2	44,6	-2,6	-5,6%
II.3.19.18 Recortes de Recuperação de Subvenções	-7,3	-49,8	-42,5	581,6%
II.3.19.19 Proagro	439,5	131,5	-308,0	-70,1%
II.3.19.20 PNAFE	-120,0	-56,3	63,7	-53,1%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	234,1	248,5	14,3	6,1%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	739,9	743,3	3,4	0,5%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	3.689,8	2.141,9	-1.547,9	-42,0%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
<b>II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo</b>	<b>180.862,1</b>	<b>205.424,9</b>	<b>24.562,8</b>	<b>13,6%</b>
II.4.1 Obrigatórias	101.584,6	110.482,2	8.897,6	8,8%
II.4.2 Discrecionárias	79.277,5	94.942,7	15.665,1	19,8%
<b>Memorando:</b>				
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (II+III)</b>	<b>1.210.417,8</b>	<b>1.289.211,4</b>	<b>78.793,6</b>	<b>6,5%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>202.722,5</b>	<b>224.717,2</b>	<b>21.994,7</b>	<b>10,9%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	200.547,9	219.499,8	18.951,9	9,5%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	148.075,8	157.124,3	9.048,5	6,1%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	10.111,3	10.393,5	282,2	2,8%
IV.1.3 Compensações Financeiras	17.688,5	26.953,7	9.265,1	52,4%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	1.698,7	1.356,8	-342,0	-20,1%
IV.1.5 Demais	22.973,5	23.671,5	698,0	3,0%
IOF Ouro	14,2	12,3	-1,9	-13,6%
ITR	993,9	1.083,4	89,5	9,0%
FUNDEB (Complem. União)	11.291,3	11.886,8	595,5	5,3%
Fundo Constitucional DF - FCD	10.674,1	10.689,1	15,0	0,1%
FCD - OCC	1.123,9	1.245,2	121,3	10,8%
FCD - Pessoal	9.550,2	9.443,9	-106,3	-1,1%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	823,3	2.129,8	1.306,5	158,7%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	0,3%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	124,7	467,6	342,9	275,0%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	109,4	386,7	277,3	253,5%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	15,3	80,9	65,6	428,1%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	1.226,7	2.620,1	1.393,4	113,6%
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>1.007.695,3</b>	<b>1.064.494,2</b>	<b>56.798,9</b>	<b>5,6%</b>



Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" <sup>1/</sup> - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Outubro	Setembro	Outubro				
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>116.230,4</b>	<b>126.411,6</b>	<b>122.974,1</b>	<b>-3.437,5</b>	<b>-2,7%</b>	<b>6.743,7</b>	<b>5,8%</b>
<b>I.1 Poder Executivo</b>	<b>111.967,7</b>	<b>121.855,0</b>	<b>118.230,8</b>	<b>-3.624,2</b>	<b>-3,0%</b>	<b>6.263,1</b>	<b>5,6%</b>
<b>I.2 Poder Legislativo</b>	<b>833,1</b>	<b>834,9</b>	<b>847,2</b>	<b>12,2</b>	<b>1,5%</b>	<b>14,1</b>	<b>1,7%</b>
I.2.1 Câmara dos Deputados	394,6	390,5	401,3	10,8	2,8%	6,8	1,7%
I.2.2 Senado Federal	302,5	302,1	301,6	-0,5	-0,2%	-0,9	-0,3%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	136,0	142,4	144,3	1,9	1,3%	8,2	6,1%
<b>I.3 Poder Judiciário</b>	<b>2.943,6</b>	<b>3.221,3</b>	<b>3.381,5</b>	<b>160,2</b>	<b>5,0%</b>	<b>437,9</b>	<b>14,9%</b>
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	43,3	45,3	45,8	0,5	1,1%	2,4	5,6%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	98,7	100,6	110,6	9,9	9,9%	11,9	12,1%
I.3.3 Justiça Federal	755,2	785,4	804,6	19,2	2,4%	-1,0	6,5%
I.3.4 Justiça Militar da União	34,6	42,8	38,0	-4,7	-11,0%	3,5	10,1%
I.3.5 Justiça Eleitoral	511,6	674,5	797,3	122,8	18,2%	285,7	55,8%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.315,5	1.379,9	1.393,8	13,9	1,0%	78,3	6,0%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	176,1	182,4	181,7	-0,8	-0,4%	5,6	3,2%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	8,6	10,4	9,7	-0,6	-6,0%	1,1	12,9%
<b>I.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>40,3</b>	<b>44,0</b>	<b>41,7</b>	<b>-2,3</b>	<b>-5,3%</b>	<b>1,4</b>	<b>3,6%</b>
<b>I.5 Ministério Público da União</b>	<b>445,8</b>	<b>456,4</b>	<b>473,0</b>	<b>16,7</b>	<b>3,7%</b>	<b>27,3</b>	<b>6,1%</b>
I.5.1 Ministério Público da União	440,3	450,4	465,9	15,5	3,4%	25,6	5,8%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,5	5,9	7,1	1,2	19,4%	1,6	30,1%
<b>Memorando:</b>							
<b>II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016</b>	<b>97.373,2</b>	<b>108.226,8</b>	<b>104.039,8</b>	<b>-4.186,9</b>	<b>-3,9%</b>	<b>6.666,7</b>	<b>6,8%</b>
<b>II.1 Poder Executivo</b>	<b>93.121,1</b>	<b>103.780,1</b>	<b>99.535,3</b>	<b>-4.244,8</b>	<b>-4,1%</b>	<b>6.414,2</b>	<b>6,9%</b>
<b>II.2 Poder Legislativo</b>	<b>833,1</b>	<b>834,9</b>	<b>847,2</b>	<b>12,2</b>	<b>1,5%</b>	<b>14,1</b>	<b>1,7%</b>
II.2.1 Câmara dos Deputados	394,6	390,5	401,3	10,8	2,8%	6,8	1,7%
II.2.2 Senado Federal	302,5	302,1	301,6	-0,5	-0,2%	-0,9	-0,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	136,0	142,4	144,3	1,9	1,3%	8,2	6,1%
<b>II.3 Poder Judiciário</b>	<b>2.932,9</b>	<b>3.111,3</b>	<b>3.142,6</b>	<b>31,4</b>	<b>1,0%</b>	<b>209,7</b>	<b>7,1%</b>
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	43,3	45,3	45,8	0,5	1,1%	2,4	5,6%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	98,2	100,6	0,0	-100,6	-	-98,2	-
II.3.3 Justiça Federal	755,2	785,4	804,6	19,2	2,4%	49,4	6,5%
II.3.4 Justiça Militar da União	34,5	42,8	0,0	-42,8	-	-34,5	-
II.3.5 Justiça Eleitoral	503,4	564,5	558,4	-6,0	-1,1%	55,0	10,9%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.313,5	1.379,9	1.393,8	13,9	1,0%	80,3	6,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	176,1	182,4	181,7	-0,8	-0,4%	5,6	3,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	8,6	10,4	9,7	-0,6	-6,0%	1,1	12,9%
<b>II.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>40,3</b>	<b>44,0</b>	<b>41,7</b>	<b>-2,3</b>	<b>-5,3%</b>	<b>1,4</b>	<b>3,6%</b>
<b>II.5 Ministério Público da União</b>	<b>445,8</b>	<b>456,4</b>	<b>473,0</b>	<b>16,7</b>	<b>3,7%</b>	<b>27,3</b>	<b>6,1%</b>
II.5.1 Ministério Público da União	440,3	450,4	465,9	15,5	3,4%	25,6	5,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,5	5,9	7,1	1,2	19,4%	1,6	30,1%

Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017 Jan-Out	2018 Jan-Out	Diferença Jan-Out/18 Jan-Out/17	Variação (%)
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.210.417,8</b>	<b>1.289.211,4</b>	<b>78.793,6</b>	<b>6,5%</b>
<b>I.1 Poder Executivo</b>	<b>1.166.780,7</b>	<b>1.242.452,6</b>	<b>75.671,9</b>	<b>6,5%</b>
<b>I.2 Poder Legislativo</b>	<b>8.664,7</b>	<b>8.845,0</b>	<b>180,2</b>	<b>2,1%</b>
I.2.1 Câmara dos Deputados	4.075,3	4.188,3	113,0	2,8%
I.2.2 Senado Federal	3.123,9	3.170,2	46,3	1,5%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	1.465,5	1.486,4	21,0	1,4%
<b>I.3 Poder Judiciário</b>	<b>29.978,6</b>	<b>32.669,0</b>	<b>2.690,4</b>	<b>9,0%</b>
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	442,8	470,4	27,5	6,2%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	981,6	1.069,0	87,4	8,9%
I.3.3 Justiça Federal	7.799,3	8.329,8	530,4	6,8%
I.3.4 Justiça Militar da União	360,9	387,2	26,3	7,3%
I.3.5 Justiça Eleitoral	4.949,4	5.814,9	865,5	17,5%
I.3.6 Justiça do Trabalho	13.522,8	14.555,7	1.032,9	7,6%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.829,6	1.942,5	112,9	6,2%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	92,2	99,7	7,5	8,1%
<b>I.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>431,9</b>	<b>430,0</b>	<b>-1,9</b>	<b>-0,4%</b>
<b>I.5 Ministério Público da União</b>	<b>4.561,8</b>	<b>4.814,8</b>	<b>253,0</b>	<b>5,5%</b>
I.5.1 Ministério Público da União	4.504,8	4.755,9	251,1	5,6%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	57,0	58,9	1,9	3,3%
<b>Memorando:</b>				
<b>II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016</b>	<b>1.007.695,3</b>	<b>1.064.494,2</b>	<b>56.798,9</b>	<b>5,6%</b>
<b>II.1 Poder Executivo</b>	<b>964.239,1</b>	<b>1.018.204,1</b>	<b>53.965,1</b>	<b>5,6%</b>
<b>II.2 Poder Legislativo</b>	<b>8.654,1</b>	<b>8.845,0</b>	<b>190,9</b>	<b>2,2%</b>
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.064,7	4.188,3	123,6	3,0%
II.2.2 Senado Federal	3.123,9	3.170,2	46,3	1,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.465,5	1.486,4	21,0	1,4%
<b>II.3 Poder Judiciário</b>	<b>29.808,4</b>	<b>32.200,3</b>	<b>2.391,8</b>	<b>8,0%</b>
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	442,8	470,4	27,5	6,2%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	977,4	1.068,5	91,0	9,3%
II.3.3 Justiça Federal	7.795,2	8.329,7	534,5	6,9%
II.3.4 Justiça Militar da União	360,2	387,2	27,0	7,5%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.822,8	5.347,2	524,4	10,9%
II.3.6 Justiça do Trabalho	13.488,8	14.555,2	1.066,4	7,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.829,0	1.942,5	113,4	6,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	92,2	99,7	7,5	8,1%
<b>II.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>431,9</b>	<b>430,0</b>	<b>-1,9</b>	<b>-0,4%</b>
<b>II.5 Ministério Público da União</b>	<b>4.561,8</b>	<b>4.814,8</b>	<b>253,0</b>	<b>5,5%</b>
II.5.1 Ministério Público da União	4.504,8	4.755,9	251,1	5,6%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	57,0	58,9	1,9	3,3%

# Boletim

## FPM / FPE / IPI-Exportação

Em outubro de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 13,6% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 9,8 bilhões, ante R\$ 8,7 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

## Distribuição do FPM/FPE

Origens	2017			2018			R\$ milhões Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Até Outubro	Setembro	Outubro	Até Outubro	Out/18 Set/18	Out/18 Out/17	Até Out/18 Out/17
FPM	4.535,6	5.140,1	61.399,9	4.430,6	5.033,1	64.793,8	13,6%	-2,1%	5,5%
FPE	4.334,0	4.911,7	54.848,6	4.233,7	4.809,4	58.042,2	13,6%	-2,1%	5,8%
IPI - Exp	313,7	395,9	3.012,0	362,9	368,3	3.673,8	1,5%	-7,0%	22,0%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%). Os valores de dezembro incluem o FPM 1%

## Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Outubro	12,6%	13,6%	12,6%	13,6%	1,4%	1,5%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

## Estimativa Trimestral

FUNDOS	Novembro	Dezembro	Janeiro
FPM	14,7%	28,5%	-6,5%
FPE	14,7%	28,5%	-6,5%
IPI - EXP	-6,2%	36,0%	-12,5%

Obs. 1: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

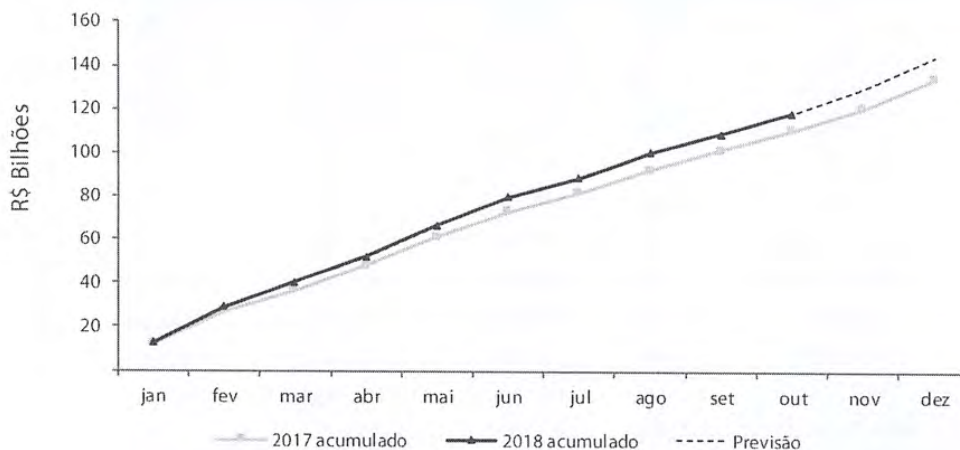
Obs. 2: O percentual estimado do FPM para dezembro não considera o repasse relativo ao FPM 1% (EC 55/2007).



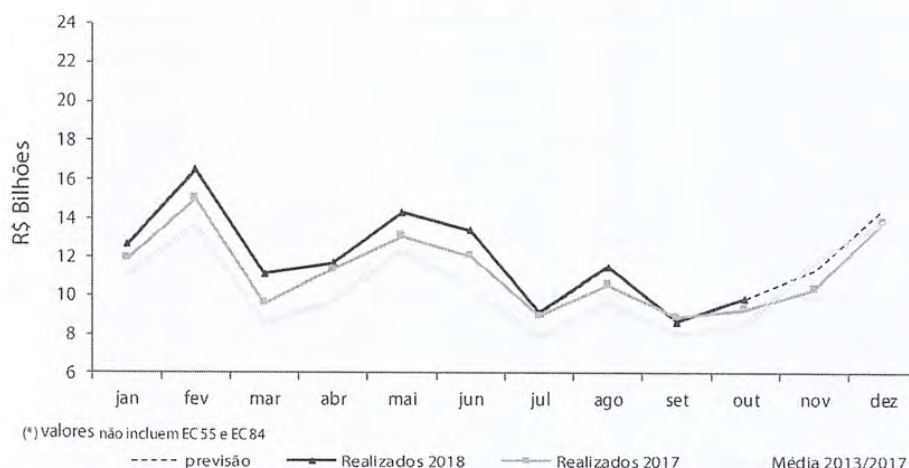


## Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



(\*) valores não incluem EC 55 e EC 84

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2018 a 20/10/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
SET/3º DEC	2.854,0	11.433,2	14.287,2	OUT/1º DEC	2.457,4	2.571,7	228,3	5.257,4
OUT/1º DEC	1.204,4	1.818,3	3.022,7	OUT/2º DEC	519,9	544,1	96,4	1.160,3
OUT/2º DEC	545,3	10.106,7	10.652,0	OUT/3º DEC	1.832,1	1.917,4	43,6	3.793,1
<b>TOTAL</b>	<b>4.603,7</b>	<b>23.358,1</b>	<b>27.961,9</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.809,4</b>	<b>5.033,1</b>	<b>368,3</b>	<b>10.210,9</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.



## Distribuição de Fundos

R\$ Mil				
ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	27.050,2	165.064,1	27,7
Alagoas	AL	114.400,4	200.657,2	828,3
Amazonas	AM	81.472,5	136.022,5	1.720,8
Amapá	AP	19.931,8	164.230,6	600,0
Bahia	BA	462.679,5	450.921,0	15.829,1
Ceará	CE	250.427,0	351.972,1	3.476,6
Distrito Federal	DF	8.674,1	33.156,4	469,9
Espírito Santo	ES	89.945,1	73.038,1	14.917,5
Goiás	GO	184.745,5	137.107,8	8.642,8
Maranhão	MA	211.704,7	346.563,3	4.250,0
Minas Gerais	MG	661.124,4	214.785,1	45.741,5
Mato Grosso do Sul	MS	73.909,7	64.261,2	6.714,6
Mato Grosso	MT	91.921,3	111.006,9	5.143,0
Pará	PA	176.973,6	294.204,8	22.074,3
Paraíba	PB	158.154,8	229.953,6	315,8
Pernambuco	PE	247.836,3	331.147,0	5.188,6
Piauí	PI	133.917,3	207.806,5	97,5
Paraná	PR	340.147,6	138.231,6	34.939,9
Rio de Janeiro	RJ	148.226,2	74.620,4	65.963,7
Rio Grande do Norte	RN	124.814,4	200.416,6	317,9
Rondônia	RO	44.601,9	136.010,0	1.091,2
Roraima	RR	25.385,9	119.266,8	16,2
Rio Grande do Sul	RS	340.578,1	112.276,5	33.698,4
Santa Catarina	SC	196.418,6	61.725,8	21.989,0
Sergipe	SE	75.345,2	199.249,8	237,9
São Paulo	SP	671.010,6	47.748,4	73.659,4
Tocantins	TO	71.737,2	207.994,7	345,4
<b>TOTAL</b>		<b>5.033.134,0</b>	<b>4.809.439,0</b>	<b>368.297,2</b>

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

**Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT**  
**Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED**

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Email: [coint.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:coint.df.stn@fazenda.gov.br) ou [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)

## Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by RICARDO VIEIRA COUTINHO:21871353491  
Date: 2018.11.26 10:40:52 GMT-03:00  
Perfil: Chefe de Ente  
Instituição: Paraíba  
Cargo: Governador

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



---

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

---

**Dados básicos****Tipo de Interessado:** Estado**Interessado:** Paraíba**UF:** PB**Número do PVL:** 00000.000000/2011-63**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 13/11/2018**Data Limite de Conclusão:** 27/11/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Desenvolvimento rural**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 50.000.000,00**Analista Responsável:** Ruy Takeo Takahashi**Vínculos****PVL:** 00000.000000/2011-63**Processo:** 17944.000652/2015-81**Situação da Dívida:****Data Base:**



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### Checklist

**Legenda:** AD Adequado (33) - IN Inadequado (3) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	699/701v
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	37 e 631
AD	Aba "Cronograma Financeiro"	-	702
AD	Autorização legislativa	-	04
AD	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	518
IN	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	705v/708
AD	Parecer do Órgão Jurídico	-	574
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	509-513v
AD	Certidão do Tribunal de Contas	30/01/2019	696/698
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	597-598
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	540-573
IN	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	575
AD	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	576-579
AD	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	31/12/2018	328, 625
AD	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	580-585 e 632/633
AD	Aba "Operações contratadas"	-	703v/704
IN	Aba "Operações não contratadas"	-	702v/703
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	212-213
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	181-193v
AD	Aba "Informações Contábeis"	-	704v/705
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Demonstrativo de PPP	-	
AD	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
AD	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
AD	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
AD	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
AD	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
AD	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFIEX	-	
AD	Consulta a outros PVL's do ente	-	

#### Observações sobre o PVL

Na data que foi emitida a Nota técnica de pré-negociação nº 678, de 21/09/2015, o ente não estava cumprindo as seguintes exigências:

- a) Finalização do CDP
- b) Parecer técnico - contrapartida não esta de acordo com o requerido na COFIEX
- c) Cálculo de encargos da operação não está de acordo com o calculado pela planilha da GERFI

Contudo, em razão da Nota Técnica nº 219/2014/COPEM, de 03/09/2014, essas exigência não são necessárias para a emissão da Nota técnica de pré-negociação, mas o serão no momento de emitir o Parecer da RSF nº 43.

#### Informações sobre o interessado

- 1) Há liminar sobre o descumprimento das Despesas de Pessoal.



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Outros lançamentos****COFIEX**

Nº da Recomendação: 05/0106

Data da Recomendação: 29/08/2014

Data da homologação da Recomendação: 02/10/2014

Validade da Recomendação:

Informe eventuais Resoluções que tenham alterado a Recomendação da COFIEX

Nº RESOLUÇÃO	DATA RESOLUÇÃO	VALIDADE RESOLUÇÃO
05/0106	29/08/2014	

Valor autorizado (US\$): 50.000.000,00

Contrapartida mínima (US\$): 30.000.000,00

**Registro de Operações Financeiras ROF**

Nº do ROF:

**PAF e refinanciamentos**

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Sim

**Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Garantia da União****Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:

Desembolso:

Amortização:

Juros:

Juros de mora:

Outras despesas:

Outras informações:

Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):

Financiamento de políticas públicas:

**Operação de crédito**

Número do parecer da operação de crédito:

Data do parecer da operação de crédito:

Validade do parecer da operação de crédito (dias):

Validade do parecer da operação de crédito (data):

Contrato da operação de crédito já foi assinado?

**Capacidade de pagamento**

Dispensa análise da capacidade de pagamento: Não

Capacidade de Pagamento:

**Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.

**SADIPEM**

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### Dados Complementares

**Nome do projeto/programa:** PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL

**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** FINANCIAMENTO DO PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL

**Taxa de Juros:** LIBOR SEMESTRAL + TAXA VARIÁVEL (CUSTO MÉDIO DE FINANCIAMENTO DO BANCO)

**Demais encargos e comissões (discriminar):** COMISSÃO INICIAL (A VISTA) 0,25% DO EMPRÉSTIMO A SER PAGO NA ASSINATURA

**Indexador:** COMISSÃO DE COMPROMISSO 0,25% AO ANO SOBRE O VALOR NÃO DESEMBOLSADO  
EXPOSURE SURCHARGE 0,5% AO ANO SOBRE O SALDO DO EMPRÉSTIMO

Variação cambial

**Prazo de carência (meses):** 48

**Prazo de amortização (meses):** 144

**Prazo total (meses):** 192

**Ano de início da Operação:** 2019

**Ano de término da Operação:** 2035

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.000652/2015-81

**Cronograma Financeiro**

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	2.400.000,00	4.000.000,00	0,00	202.550,00	202.550,00
2020	5.400.000,00	9.000.000,00	0,00	395.737,50	395.737,50
2021	6.600.000,00	11.000.000,00	0,00	770.062,50	770.062,50
2022	7.200.000,00	12.000.000,00	0,00	1.188.950,00	1.188.950,00
2023	6.600.000,00	11.000.000,00	4.000.000,00	1.590.012,50	5.590.012,50
2024	1.800.000,00	3.000.000,00	4.000.000,00	1.732.362,50	5.732.362,50
2025	0,00	0,00	4.000.000,00	1.615.500,00	5.615.500,00
2026	0,00	0,00	4.000.000,00	1.471.900,00	5.471.900,00
2027	0,00	0,00	4.000.000,00	1.328.300,00	5.328.300,00
2028	0,00	0,00	4.000.000,00	1.184.700,00	5.184.700,00
2029	0,00	0,00	4.000.000,00	1.041.100,00	5.041.100,00
2030	0,00	0,00	4.000.000,00	897.500,00	4.897.500,00
2031	0,00	0,00	4.000.000,00	753.900,00	4.753.900,00
2032	0,00	0,00	4.000.000,00	610.300,00	4.610.300,00
2033	0,00	0,00	4.000.000,00	466.700,00	4.466.700,00
2034	0,00	0,00	4.000.000,00	323.100,00	4.323.100,00
2035	0,00	0,00	2.000.000,00	251.300,00	2.251.300,00
<b>Total:</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>15.823.975,00</b>	<b>65.823.975,00</b>



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.109682/2018-03

#### Dados da Operação de Crédito

**Tipo de operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)

**Finalidade:** Saúde

**Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento

**Moeda:** Dólar dos EUA

**Valor:** 45.197.310,00

**Status:** Encaminhado para agendamento da negociação

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	1.200.000,00	2.000.000,00	0,00	250.186,55	250.186,55
2020	4.200.000,00	10.000.000,00	0,00	681.873,10	681.873,10
2021	5.400.000,00	11.000.000,00	0,00	942.023,10	942.023,10
2022	6.600.000,00	10.197.310,00	0,00	1.193.654,28	1.193.654,28
2023	6.600.000,00	10.000.000,00	0,00	1.436.848,00	1.436.848,00
2024	6.000.000,00	2.000.000,00	0,00	1.545.748,00	1.545.748,00
2025	0,00	0,00	1.158.905,37	1.525.930,72	2.684.836,09
2026	0,00	0,00	2.317.810,77	1.446.661,59	3.764.472,36
2027	0,00	0,00	2.317.810,77	1.367.392,46	3.685.203,23
2028	0,00	0,00	2.317.810,77	1.288.123,33	3.605.934,10
2029	0,00	0,00	2.317.810,77	1.208.854,21	3.526.664,98
2030	0,00	0,00	2.317.810,77	1.129.585,08	3.447.395,85





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2031	0,00	0,00	2.317.810,77	1.050.315,95	3.368.126,72
2032	0,00	0,00	2.317.810,77	971.046,82	3.288.857,59
2033	0,00	0,00	2.317.810,77	891.777,69	3.209.588,46
2034	0,00	0,00	2.317.810,77	812.508,56	3.130.319,33
2035	0,00	0,00	2.317.810,77	733.239,44	3.051.050,21
2036	0,00	0,00	2.317.810,77	653.970,31	2.971.781,08
2037	0,00	0,00	2.317.810,77	574.701,18	2.892.511,95
2038	0,00	0,00	2.317.810,77	495.432,05	2.813.242,82
2039	0,00	0,00	2.317.810,77	416.162,92	2.733.973,69
2040	0,00	0,00	2.317.810,77	336.893,79	2.654.704,56
2041	0,00	0,00	2.317.810,77	257.624,67	2.575.435,44
2042	0,00	0,00	2.317.810,77	178.355,54	2.496.166,31
2043	0,00	0,00	2.317.810,77	99.086,41	2.416.897,18
2044	0,00	0,00	2.317.810,77	39.634,58	2.357.445,35
<b>Total:</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>45.197.310,00</b>	<b>45.197.310,00</b>	<b>21.527.630,33</b>	<b>66.724.940,33</b>

17944.109769/2018-72

#### Dados da Operação de Crédito

**Tipo de operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)

**Finalidade:** Saneamento básico

**Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

**Moeda:** Dólar dos EUA

**Valor:** 126.886.874,00

**Status:** Em agendamento da negociação (SEAIN/MP - 1ª revisão)

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	5.151.607,08	8.882.081,18	0,00	502.669,90	502.669,90
2020	11.039.158,04	19.033.031,10	0,00	914.060,55	914.060,55
2021	11.039.158,04	19.033.031,10	0,00	1.638.267,39	1.638.267,39

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2022	14.718.877,38	25.377.374,80	0,00	2.543.525,93	2.543.525,93
2023	11.039.158,04	19.033.031,10	0,00	3.328.083,33	3.328.083,33
2024	9.567.270,30	16.495.293,62	0,00	3.979.869,48	3.979.869,48
2025	7.359.438,69	12.688.687,40	0,00	4.497.481,07	4.497.481,07
2026	3.679.719,35	6.344.343,70	4.375.409,40	4.799.020,18	9.174.429,58
2027	0,00	0,00	8.750.818,90	4.608.400,00	13.359.218,90
2028	0,00	0,00	8.750.818,90	4.273.243,64	13.024.062,54
2029	0,00	0,00	8.750.818,90	3.938.087,27	12.688.906,17
2030	0,00	0,00	8.750.818,90	3.602.930,91	12.353.749,81
2031	0,00	0,00	8.750.818,90	3.267.774,55	12.018.593,45
2032	0,00	0,00	8.750.818,90	2.932.618,18	11.683.437,08
2033	0,00	0,00	8.750.818,90	2.597.461,82	11.348.280,72
2034	0,00	0,00	8.750.818,90	2.262.305,46	11.013.124,36
2035	0,00	0,00	8.750.818,90	1.927.149,09	10.677.967,99
2036	0,00	0,00	8.750.818,90	1.591.992,73	10.342.811,63
2037	0,00	0,00	8.750.818,90	1.256.836,36	10.007.655,26
2038	0,00	0,00	8.750.818,90	921.680,00	9.672.498,90
2039	0,00	0,00	8.750.818,90	586.523,64	9.337.342,54
2040	0,00	0,00	8.750.818,90	251.367,27	9.002.186,17
<b>Total:</b>	<b>73.594.386,92</b>	<b>126.886.874,00</b>	<b>126.886.874,00</b>	<b>56.221.348,75</b>	<b>183.108.222,75</b>



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

17944.103476/2017-09

#### Dados da Operação de Crédito

**Tipo de operação:** Operação Contratual Interna

**Finalidade:** Infraestrutura

**Credor:** Caixa Econômica Federal

**Moeda:** Real

**Valor:** 188.886.893,62

**Status:** Em análise

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	0,00	188.886.893,62	0,00	15.698.956,34	15.698.956,34
2020	0,00	0,00	0,00	18.818.045,61	18.818.045,61
2021	0,00	0,00	23.859.397,09	17.777.883,26	41.637.280,35
2022	0,00	0,00	23.859.397,09	15.350.201,54	39.209.598,63
2023	0,00	0,00	23.859.397,09	12.973.185,24	36.832.582,33
2024	0,00	0,00	23.859.397,09	10.596.168,94	34.455.566,03
2025	0,00	0,00	23.859.397,09	8.243.668,18	32.103.065,27
2026	0,00	0,00	23.859.397,09	5.842.136,37	29.701.533,46
2027	0,00	0,00	23.859.397,08	3.465.120,06	27.324.517,14
2028	0,00	0,00	21.871.114,00	1.088.103,77	22.959.217,77
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>188.886.893,62</b>	<b>188.886.893,62</b>	<b>109.853.469,31</b>	<b>298.740.362,93</b>

#### Taxas de câmbio

Foi identificado o uso de moedas estrangeiras nas operações informadas. Para fins de cálculos de limites e condições todos os valores serão transformados para Reais do Brasil. As taxas de câmbio podem ser visualizadas e atualizadas na aba de Resumo.





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

### Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

### Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	33.624.786,81	0,00	45.716.111,32	79.340.898,13
2019	110.378.863,21	0,00	0,00	110.378.863,21
2020	44.465.983,96	0,00	0,00	44.465.983,96
<b>Total:</b>	<b>188.469.633,98</b>	<b>0,00</b>	<b>45.716.111,32</b>	<b>234.185.745,30</b>

### Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	598.778.268,35	161.841.353,87	11.129.471,18	5.988.713,56	609.907.739,53	167.830.067,43
2019	533.616.878,02	137.489.783,11	16.740.339,92	7.930.255,65	550.357.217,94	145.420.038,76
2020	492.476.832,43	114.718.866,96	30.778.728,93	9.703.471,68	523.255.561,36	124.422.338,64
2021	375.723.640,32	100.336.502,82	34.702.413,32	23.056.461,11	410.426.053,64	123.392.963,93
2022	367.782.559,79	90.095.498,30	28.786.051,13	18.761.645,25	396.568.610,92	108.857.143,55
2023	371.455.343,31	82.619.832,14	26.824.208,91	21.643.395,18	398.279.552,22	104.263.227,32
2024	583.653.062,76	67.805.140,26	22.838.852,16	15.053.905,63	606.491.914,92	82.859.045,89
2025	142.502.728,68	52.452.589,64	16.224.342,66	10.112.221,37	158.727.071,34	62.564.811,01



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2026	142.821.880,32	44.258.996,46	7.175.948,18	6.695.523,04	149.997.828,50	50.954.519,50
2027	148.626.041,56	36.408.983,31	9.373.345,83	8.118.384,99	157.999.387,39	44.527.368,30
2028	78.370.929,43	29.769.034,72	8.954.331,10	7.506.518,72	87.325.260,53	37.275.553,44
2029	44.057.559,12	27.012.928,54	8.396.519,84	6.760.021,95	52.454.078,96	33.772.950,49
2030	34.482.558,32	24.891.571,35	5.319.550,79	4.796.720,30	39.802.109,11	29.688.291,65
2031	34.825.571,91	22.831.590,54	4.336.366,62	2.529.881,37	39.161.938,53	25.361.471,91
2032	32.537.278,32	20.812.018,42	2.587.246,99	1.029.173,87	35.124.525,31	21.841.192,29
2033	30.215.880,06	18.814.816,76	12.959,23	49.409,69	30.228.839,29	18.864.226,45
2034	28.662.972,18	16.944.819,06	5.068,51	36.249,39	28.668.040,69	16.981.068,45
2035	27.727.021,90	15.160.983,41	0,00	0,00	27.727.021,90	15.160.983,41
Restante a pagar	199.002.515,88	54.944.899,09	0,00	0,00	199.002.515,88	54.944.899,09
<b>Total:</b>	<b>4.267.319.522,66</b>	<b>1.119.210.208,76</b>	<b>234.185.745,30</b>	<b>149.771.952,75</b>	<b>4.501.505.267,96</b>	<b>1.268.982.161,51</b>

#### Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018
Direito Especial - SDR	5,79520	31/08/2018



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### Informações Contábeis

##### Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior

**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário

**Relatório:** RREO publicado

**Exercício:** 2017

**Período:** 6º Bimestre

**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 49.470.190,35

**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 1.047.523.340,67

-----  
**Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**

**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário

**Relatório:** RREO

**Exercício:** 2018

**Período:** 4º Bimestre

**Despesas de capital (dotação atualizada):** 1.770.989.646,94

-----  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**

**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

**Relatório:** RREO

**Exercício:** 2018

**Período:** 4º Bimestre

**Receita corrente líquida (RCL):** 9.454.544.814,10



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)****Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2018**Período:** 2º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 4.215.075.734,09**Deduções:** 1.982.120.482,53**Dívida consolidada líquida (DCL):** 2.232.955.251,56**Receita corrente líquida (RCL):** 9.454.544.814,10**% DCL/RCL:** 23,62

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Declaração do chefe do poder executivo**

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

**Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares**

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

**Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF**

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

**Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001**

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

**Operações do Reluz**

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001**

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

**Cálculo dos limites de endividamento**

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

#### Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

#### Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2018

2º Quadrimestre

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Despesa bruta com pessoal	5.328.650.367,09	171.093.734,77	79.152.387,93	540.693.293,56	140.093.734,77
Despesas não computadas	560.395.364,47	0,00	0,00	11.861.635,79	0,00
Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições patronais					
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	4.768.255.002,62	171.093.734,77	79.152.387,93	528.831.657,77	140.093.734,77
Receita Corrente Líquida (RCL)	9.454.544.814,10	9.454.544.814,10	9.052.093.838,70	9.454.544.814,10	9.052.093.838,70
TDP/RCL	50,43	1,81	0,87	5,59	1,55
Limite máximo	49,00	1,90	1,10	6,00	2,00

#### Declarção sobre o orçamento

Constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

1981

Data da LOA

10/10/2018

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
148	04.122.5175.4417.0287 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO PROJETO COOPERAR
148	04.122.5175.4418.0287 SUPERVISÃO E MONITORAMENTO
148	08.244.5175.1659.0287 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PRODUTIVOS
148	04.122.5175.4416.0287 APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

Sim

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Sim

Número do PLOA

1981

---

**Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)**

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

10632

Data da Lei do PPA

18/01/2016

Ano de início do PPA

2016

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
5175	4417 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO PROJETO COOPERAR
5175	4416 APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
5175	4418 SUPERVISÃO E MONITORAMENTO
5175	1659 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PRODUTIVOS



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas**

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000

13,58 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino

30,20 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

**Parcerias Público-Privadas (PPP)**

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

**Restos a pagar**

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Sim

**-----**  
**Repasse de recursos para o setor privado**

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

**-----**  
**Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC**

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

## Notas Explicativas

### Observação:

\* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

**Nota 2 - Inserida por José Sabino Pereira Filho | CPF 44159838472 | Perfil Operador de Ente | Data 08/11/2018 17:08:**  
**26**

#### NOTA 2:

- 1) Em virtude do período eleitoral em 2018, a liberação da operação de crédito deverá ocorrer a partir do exercício de 2019, em face da restrição imposta pelo art.15, da RSF nº 43/2001;
- 2) O cronograma de amortização apresentado pelo BIRD, em 17/08/2017, permanece com início da amortização em 15/mai/2023 e final em 15/mai/2035 (em anexo);
- 3) Tendo em vista que a liberação ocorrerá a partir de 2019, o empréstimo teve uma redução no prazo de carência de 60 meses para 48 meses, permanecendo amortização em 144 meses, totalizando 192 meses;
- 4) Assim sendo, o cronograma financeiro (liberação e reembolso) foi preparado com liberação entre 2019 e 2024, e término de amortização em 2035, conforme anexo; e
- 5) Foi solicitado ao Banco do Brasil a compatibilização do ROF para as condições acima.

**Nota 1 - Inserida por Ricardo Vieira Coutinho | CPF 21871353491 | Perfil Chefe de Ente | Data 09/11/2016 16:18:15**

Obs.: Texto extraído do campo "Outras Exigências" da aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo", que foi assinado digitalmente em 09/11/2016 16:18:15 por Ricardo Vieira Coutinho(CPF: 21871353491 perfil Chefe de Ente ).  
ROF TA772403 DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE ESTADO DA PARAÍBA E O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD).





TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

#### Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	10487	23/06/2015	Dólar dos EUA	50.000.000,00	14/02/2017	DOC00.000867/2017-11

#### Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO Nº 1 DA LEI 4320/1964	15/01/2018	19/02/2018	DOC00.013266/2018-50
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I RREO SICONFI 5º BIMESTRE	27/11/2017	15/12/2017	DOC00.013274/2017-15
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I RREO SICONFI 3º BIMESTRE	25/07/2017	03/08/2017	DOC00.005685/2017-37
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I SICONFI RREO (2º BIMESTRE 2017)	29/05/2017	09/06/2017	DOC00.004278/2017-11
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO Nº 1	13/02/2017	15/02/2017	DOC00.000920/2017-84
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	24/10/2018	13/11/2018	DOC00.036759/2018-68
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	05/06/2018	06/06/2018	DOC00.025287/2018-18
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	09/05/2018	14/05/2018	DOC00.023391/2018-78
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	09/02/2018	09/02/2018	DOC00.012426/2018-43
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	05/10/2017	06/10/2017	DOC00.007576/2017-54
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	16/08/2017	17/08/2017	DOC00.006153/2017-17
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	06/06/2017	09/06/2017	DOC00.004279/2017-57
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	12/04/2017	04/05/2017	DOC00.003242/2017-10
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS	16/02/2017	16/02/2017	DOC00.000962/2017-15
Documentação adicional	Quadros de Despesa de Pessoal 1ºQ e 2ºQ de 2018	22/11/2018	23/11/2018	DOC00.038451/2018-57
Documentação adicional	ACO 3187	13/11/2018	26/11/2018	DOC00.038595/2018-11
Documentação adicional	CRONOGRAMA FINANCEIRO	29/10/2018	01/11/2018	DOC00.035947/2018-79

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.000652/2015-81

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Documentação adicional	PLOA 2019 nº 1981	10/10/2018	29/10/2018	DOC00.035575/2018-81
Documentação adicional	DESPESA PESSOAL 05 QUADRIMESTRES (2016, 2017 e 2018)	21/06/2018	25/06/2018	DOC00.026884/2018-60
Documentação adicional	DECLARAÇÃO OFÍCIO SEI nº 779 -2018	21/06/2018	25/06/2018	DOC00.026883/2018-15
Documentação adicional	PARECER TÉCNICO COOPERAR (ADENDO)	06/04/2018	01/11/2018	DOC00.035946/2018-24
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO PLENO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017829/2018-89
Documentação adicional	DESPESA PESSOAL 05 QUADRIMESTRES	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017828/2018-34
Documentação adicional	DECLARAÇÃO PESSOAL	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017827/2018-90
Documentação adicional	CRONOGRAMA FINANCEIRO	15/02/2018	15/02/2018	DOC00.012807/2018-22
Documentação adicional	CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO	31/01/2018	19/02/2018	DOC00.013233/2018-18
Documentação adicional	CERTIDÃO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	22/12/2017	09/04/2018	DOC00.019758/2018-59
Documentação adicional	2º e 3º RGF 2016 e 1º e 2º RGF 2017	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009634/2017-84
Documentação adicional	NOTA TÉCNICA DIFERENÇA DO RGF	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009633/2017-30
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR (COOPERAR III)	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009632/2017-95
Documentação adicional	RGF 2016 e 1º RGF 2017	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009631/2017-41
Documentação adicional	MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CIVIL ORDINÁRIA 3047	31/10/2017	13/11/2017	DOC00.009555/2017-73
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR DESPESA PESSOAL	01/08/2017	03/08/2017	DOC00.005688/2017-71
Documentação adicional	1º 2º 3º RGF 2016 e 1º RGF 2017	01/08/2017	03/08/2017	DOC00.005687/2017-26
Documentação adicional	CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO	26/05/2017	09/06/2017	DOC00.004280/2017-81
Documentação adicional	CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO	28/04/2017	04/05/2017	DOC00.003243/2017-56
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF TA772403 ALTERADO	12/11/2018	12/11/2018	DOC00.036620/2018-14
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF REATIVADO em 17.08.2018	17/08/2018	22/08/2018	DOC00.031180/2018-17
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF extrato atualizado	23/07/2018	31/07/2018	DOC00.029907/2018-98
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	20/04/2018	14/05/2018	DOC00.023394/2018-10
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	21/03/2018	22/03/2018	DOC00.017514/2018-31
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	23/06/2016	09/06/2017	DOC00.004277/2017-68
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	23/06/2016	14/02/2017	DOC00.000866/2017-77
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO	29/10/2018	01/11/2018	DOC00.035944/2018-35
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURIDICO	16/02/2018	19/02/2018	DOC00.013232/2018-65





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURIDICO COM GARANTIA DA UNIÃO	13/02/2017	15/02/2017	DOC00.000921/2017-29
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	29/10/2018	01/11/2018	DOC00.035945/2018-80
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	06/04/2018	09/04/2018	DOC00.019757/2018-12
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017826/2018-45
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO DO COOPERAR	08/06/2017	09/06/2017	DOC00.004276/2017-13
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	13/02/2017	15/02/2017	DOC00.000922/2017-73
Recomendação da COFIEIX	Resolução COFIEIX 03.0118	08/11/2016	26/12/2017	DOC00.014501/2017-20
Recomendação da COFIEIX	COFIEIX	02/10/2014	14/02/2017	DOC00.000865/2017-22

#### Minutas

Não há tramitações de documentos.

#### Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 23/11/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1502	23/11/2018

Em retificação pelo interessado - 19/09/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1182	19/09/2018

Em retificação pelo interessado - 05/09/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1145	04/09/2018





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Em retificação pelo interessado - 15/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1057	14/08/2018

Em retificação pelo interessado - 10/07/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	913	10/07/2018

Em retificação pelo interessado - 18/06/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	779	18/06/2018

Em retificação pelo interessado - 29/05/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	741	28/05/2018

Em retificação pelo interessado - 24/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica de consulta à PGFN	566	20/04/2018
Ofício de Exigência/Consulta Jurídica (Operações com Garantia) ao Interessado	570	23/04/2018

Em retificação pelo interessado - 02/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	507	02/04/2018

Em retificação pelo interessado - 06/03/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	359	06/03/2018



TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios



**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Em retificação pelo interessado - 11/01/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	49	10/01/2018

Em retificação pelo interessado - 14/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2035	14/12/2017

Em retificação pelo interessado - 06/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1743	04/12/2017

Pendente de correções ou ajustes - 26/10/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1182	25/10/2017

Pendente de correções ou ajustes - 15/09/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica de consulta à PGFN	79	01/09/2017
Ofício de Exigência/Consulta Jurídica (Operações com Garantia) ao Interessado	945	11/09/2017

Pendente de correções ou ajustes - 16/08/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	781	11/08/2017

Pendente de correções ou ajustes - 18/07/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	622	14/07/2017



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Pendente de correções ou ajustes - 31/05/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	352	16/05/2017

Pendente de correções ou ajustes - 06/04/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	178	31/03/2017

Aguardando apresentação de documentos - 28/12/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	3090	23/12/2016

Pendente de correções ou ajustes - 03/11/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2873	11/10/2016

Pendente de correções ou ajustes - 19/09/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2648	15/09/2016

Pendente de correções ou ajustes - 23/08/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2362	26/07/2016

Pendente de correções ou ajustes - 11/07/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2215	07/07/2016

Pendente de correções ou ajustes - 20/06/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1985	15/06/2016





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Processo pendente de distribuição - 15/06/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	81	07/06/2016

Encaminhado para agendamento da negociação - 29/10/2015

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	678	21/09/2015
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	2527	21/09/2015

Pendente de correções ou ajustes - 12/08/2015

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações sem Garantia) ao Interessado	2153	10/08/2015



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

## Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

## Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018

## Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	0,00	79.340.898,13	79.340.898,13
2019	16.541.200,00	344.266.427,13	360.807.627,13
2020	37.217.700,00	164.526.277,47	201.743.977,47
2021	45.488.300,00	124.195.593,51	169.683.893,51
2022	49.623.600,00	147.111.994,05	196.735.594,05
2023	45.488.300,00	120.060.293,51	165.548.593,51
2024	12.405.900,00	76.483.587,71	88.889.487,71
2025	0,00	52.471.529,01	52.471.529,01
2026	0,00	26.235.764,50	26.235.764,50
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00

#### Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	0,00	777.737.806,96	777.737.806,96
2019	837.605,02	714.589.500,32	715.427.105,33
2020	1.636.493,28	673.095.610,03	674.732.103,32
2021	3.184.439,46	586.126.573,18	589.311.012,64
2022	4.916.664,93	560.089.714,42	565.006.379,36
2023	23.116.378,69	559.079.782,40	582.196.161,09
2024	23.705.038,65	746.656.612,81	770.361.651,45
2025	23.221.777,15	283.095.983,77	306.317.760,92
2026	22.627.948,07	284.160.122,65	306.788.070,72
2027	22.034.118,99	300.335.071,66	322.369.190,65
2028	21.440.289,91	216.330.056,85	237.770.346,76
2029	20.846.460,83	153.283.280,83	174.129.741,66





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2030	20.252.631,75	134.832.878,41	155.085.510,16
2031	19.658.802,67	128.152.114,36	147.810.917,03
2032	19.064.973,59	118.880.647,75	137.945.621,34
2033	18.471.144,51	109.294.222,16	127.765.366,67
2034	17.877.315,43	104.136.491,83	122.013.807,26
2035	9.309.800,89	99.661.614,27	108.971.415,16
Restante a pagar	0,00	552.824.787,02	552.824.787,02

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001

Exercício anterior

**Despesas de capital executadas do exercício anterior** 1.047.523.340,67

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada** 1.047.523.340,67

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 49.470.190,35

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

**Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada** 49.470.190,35

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001



TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

Processo nº 17944.000652/2015-81

**Exercício corrente****Despesas de capital previstas no orçamento 1.770.989.646,94**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesa de capital do exercício ajustadas 1.770.989.646,94**

Liberações de crédito já programadas 79.340.898,13

Liberação da operação pleiteada 0,00

**Liberações ajustadas 79.340.898,13**

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	0,00	79.340.898,13	9.495.478.272,54	0,84	5,22
2019	16.541.200,00	344.266.427,13	9.619.345.048,93	3,75	23,44
2020	37.217.700,00	164.526.277,47	9.744.827.644,76	2,07	12,94
2021	45.488.300,00	124.195.593,51	9.871.947.138,08	1,72	10,74
2022	49.623.600,00	147.111.994,05	10.000.724.881,93	1,97	12,30
2023	45.488.300,00	120.060.293,51	10.131.182.507,88	1,63	10,21
2024	12.405.900,00	76.483.587,71	10.263.341.929,69	0,87	5,41
2025	0,00	52.471.529,01	10.397.225.346,97	0,50	3,15
2026	0,00	26.235.764,50	10.532.855.248,93	0,25	1,56
2027	0,00	0,00	10.670.254.418,14	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	10.809.445.934,37	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	10.950.453.178,45	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	11.093.299.836,23	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	11.238.009.902,52	0,00	0,00



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


**TESOURO NACIONAL**

Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2032	0,00	0,00	11.384.607.685,15	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	11.533.117.809,02	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	11.683.565.220,27	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	11.835.975.190,48	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	11.990.373.320,86	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	12.146.785.546,59	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	12.305.238.141,18	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	12.465.757.720,88	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	12.628.371.249,11	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	12.793.106.041,06	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	12.959.989.768,23	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	13.129.050.463,08	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	13.300.316.523,75	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	0,00	777.737.806,96	9.495.478.272,54	8,19
2019	837.605,02	714.589.500,32	9.619.345.048,93	7,44
2020	1.636.493,28	673.095.610,03	9.744.827.644,76	6,92
2021	3.184.439,46	586.126.573,18	9.871.947.138,08	5,97
2022	4.916.664,93	560.089.714,42	10.000.724.881,93	5,65
2023	23.116.378,69	559.079.782,40	10.131.182.507,88	5,75
2024	23.705.038,65	746.656.612,81	10.263.341.929,69	7,51
2025	23.221.777,15	283.095.983,77	10.397.225.346,97	2,95
2026	22.627.948,07	284.160.122,65	10.532.855.248,93	2,91
2027	22.034.118,99	300.335.071,66	10.670.254.418,14	3,02





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2028	21.440.289,91	216.330.056,85	10.809.445.934,37	2,20
2029	20.846.460,83	153.283.280,83	10.950.453.178,45	1,59
2030	20.252.631,75	134.832.878,41	11.093.299.836,23	1,40
2031	19.658.802,67	128.152.114,36	11.238.009.902,52	1,32
2032	19.064.973,59	118.880.647,75	11.384.607.685,15	1,21
2033	18.471.144,51	109.294.222,16	11.533.117.809,02	1,11
2034	17.877.315,43	104.136.491,83	11.683.565.220,27	1,04
2035	9.309.800,89	99.661.614,27	11.835.975.190,48	0,92
Média até 2027:				5,63
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				48,96
Média até o término da operação:				3,73
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				32,41

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Receita Corrente Líquida (RCL)	9.454.544.814,10
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2.232.955.251,56
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	1.134.692.365,02
Valor da operação pleiteada	206.765.000,00

Saldo total da dívida líquida	3.574.412.616,58
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,38
Limite da DCL/RCL	2,00

Percentual do limite de endividamento	18,90%
---------------------------------------	--------

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 26/11/2018



Processo nº 17944.000652/2015-81

-----  
**Cadastro da Dívida Pública (CDP)**

Data da Consulta: 26/11/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	10/04/2018 10:11:21

## Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by RICARDO VIEIRA COUTINHO:21871353491  
Date: 2018.11.13 15:52:03 GMT-03:00  
Perfil: Chefe de Ente  
Instituição: Paraíba  
Cargo: Governador

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



**SADIPEM**

TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

---

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

---

**Dados básicos****Tipo de Interessado:** Estado**Interessado:** Paraíba**UF:** PB**Número do PVL:** 00000.000000/2011-63**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 22/08/2018**Data Limite de Conclusão:** 05/09/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Desenvolvimento rural**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 50.000.000,00**Analista Responsável:** Ruy Takeo Takahashi**Vínculos****PVL:** 00000.000000/2011-63**Processo:** 17944.000652/2015-81**Situação da Dívida:****Data Base:**



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### Checklist

**Legenda:** AD Adequado (29) - IN Inadequado (6) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
IN	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	699/701v
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	37 e 631
IN	Aba "Cronograma Financeiro"	-	702
AD	Autorização legislativa	-	04
AD	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	518
IN	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	705v/708
IN	Parecer do Órgão Jurídico	-	574
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	509-513v
AD	Certidão do Tribunal de Contas	Indeterminada	696/698
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	597-598
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	540-573
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	575
AD	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	576-579
AD	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	31/12/2018	328, 625
AD	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	580-585 e 632/633
AD	Aba "Operações contratadas"	-	703v/704
IN	Aba "Operações não contratadas"	-	702v/703
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	212-213
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	181-193v
AD	Aba "Informações Contábeis"	-	704v/705
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Demonstrativo de PPP	-	
AD	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
AD	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
AD	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
AD	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
AD	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
IN	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFIEX	-	

#### Observações sobre o PVL

Na data que foi emitida a Nota técnica de pré-negociação nº 678, de 21/09/2015, o ente não estava cumprindo as seguintes exigências:

- a) Finalização do CDP
- b) Parecer técnico - contrapartida não esta de acordo com o requerido na COFIEX
- c) Cálculo de encargos da operação não está de acordo com o calculado pela planilha da GERFI

Contudo, em razão da Nota Técnica nº 219/2014/COPEM, de 03/09/2014, essas exigência não são necessárias para a emissão da Nota técnica de pré-negociação, mas o serão no momento de emitir o Parecer da RSF nº 43.

#### Informações sobre o interessado

- 1) Há liminar sobre o descumprimento das Despesas de Pessoal.



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Outros lançamentos****COFIEX**

Nº da Recomendação: 05/0106

Data da Recomendação: 29/08/2014

Data da homologação da Recomendação: 02/10/2014

Validade da Recomendação:

Informe eventuais Resoluções que tenham alterado a Recomendação da COFIEX

Nº RESOLUÇÃO	DATA RESOLUÇÃO	VALIDADE RESOLUÇÃO
05/0106	29/08/2014	

Valor autorizado (US\$): 50.000.000,00

Contrapartida mínima (US\$): 30.000.000,00

**Registro de Operações Financeiras ROF**

Nº do ROF:

**PAF e refinanciamentos**

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Sim

**Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Garantia da União****Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

**Modalidade:****Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:** Não**Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.

**SADIPEM**

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



---

Processo nº 17944.000652/2015-81

---



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Dados Complementares****Nome do projeto/programa:** PROJETO PARAIBA RURAL SUSTENTAVEL**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** FINANCIAMENTO DO PROJETO PARAIBA  
RURAL SUSTENTAVEL**Taxa de Juros:** LIBOR SEMESTRAL + TAXA VARIÁVEL (CUSTO MÉDIO DE FINANCIAMENTO DO  
BANCO)**Demais encargos e comissões (discriminar):** COMISSÃO INICIAL (A VISTA) 0,25% DO EMPRESTIMO A  
SER PAGO NA ASSINATURA**Indexador:** COMISSÃO DE COMPROMISSO 0,25% AO ANO SOBRE  
O VALOR NÃO DESEMBOLSADO  
EXPOSURE SURCHARGE 0,5% AO ANO SOBRE O  
SALDO DO EMPRÉSTIMO

Variação cambial

**Prazo de carência (meses):** 48**Prazo de amortização (meses):** 144**Prazo total (meses):** 192**Ano de início da Operação:** 2019**Ano de término da Operação:** 2035



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

### Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	2.400.000,00	4.000.000,00	0,00	202.550,00	202.550,00
2020	5.400.000,00	9.000.000,00	0,00	395.737,50	395.737,50
2021	6.600.000,00	11.000.000,00	0,00	770.062,50	770.062,50
2022	7.200.000,00	12.000.000,00	0,00	1.188.950,00	1.188.950,00
2023	6.600.000,00	11.000.000,00	4.000.000,00	1.590.012,50	5.590.012,50
2024	1.800.000,00	3.000.000,00	4.000.000,00	1.732.362,50	5.732.362,50
2025	0,00	0,00	4.000.000,00	1.615.500,00	5.615.500,00
2026	0,00	0,00	4.000.000,00	1.471.900,00	5.471.900,00
2027	0,00	0,00	4.000.000,00	1.328.300,00	5.328.300,00
2028	0,00	0,00	4.000.000,00	1.184.700,00	5.184.700,00
2029	0,00	0,00	4.000.000,00	1.041.100,00	5.041.100,00
2030	0,00	0,00	4.000.000,00	897.500,00	4.897.500,00
2031	0,00	0,00	4.000.000,00	753.900,00	4.753.900,00
2032	0,00	0,00	4.000.000,00	610.300,00	4.610.300,00
2033	0,00	0,00	4.000.000,00	466.700,00	4.466.700,00
2034	0,00	0,00	4.000.000,00	323.100,00	4.323.100,00
2035	0,00	0,00	2.000.000,00	251.300,00	2.251.300,00
<b>Total:</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>15.823.975,00</b>	<b>65.823.975,00</b>

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Operações não Contratadas**

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

-----  
17944.000579/2016-29**Dados da Operação de Crédito****Tipo de operação:** Operação Contratual Interna (com garantia da União)**Finalidade:** Infraestrutura**Credor:** Banco do Brasil S/A**Moeda:** Real**Valor:** 112.800.000,00**Status:** Em retificação pelo credor

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	16.920.000,00	112.800.000,00	0,00	1.764.066,67	1.764.066,67
2019	0,00	0,00	15.040.000,00	8.257.193,84	23.297.193,84
2020	0,00	0,00	15.040.000,00	7.118.270,55	22.158.270,55
2021	0,00	0,00	15.040.000,00	5.979.347,26	21.019.347,26
2022	0,00	0,00	15.040.000,00	4.840.423,97	19.880.423,97
2023	0,00	0,00	15.040.000,00	3.701.500,69	18.741.500,69
2024	0,00	0,00	15.040.000,00	2.562.577,40	17.602.577,40
2025	0,00	0,00	15.040.000,00	1.423.654,11	16.463.654,11
2026	0,00	0,00	7.520.000,00	284.730,82	7.804.730,82
<b>Total:</b>	<b>16.920.000,00</b>	<b>112.800.000,00</b>	<b>112.800.000,00</b>	<b>35.931.765,31</b>	<b>148.731.765,31</b>



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

-----  
17944.000543/2016-45**Dados da Operação de Crédito****Tipo de operação:** Operação Contratual Interna (com garantia da União)**Finalidade:** PAC - Contrapartida**Credor:** Banco do Brasil S/A**Moeda:** Real**Valor:** 36.943.220,59**Status:** Arquivado a pedido

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	0,00	36.943.220,59	5.910.915,27	2.622.962,60	8.533.877,87
2019	0,00	0,00	5.910.915,30	2.389.006,27	8.299.921,57
2020	0,00	0,00	5.910.915,30	1.895.942,12	7.806.857,42
2021	0,00	0,00	5.910.915,30	1.391.737,18	7.302.652,48
2022	0,00	0,00	5.910.915,30	893.102,63	6.804.017,93
2023	0,00	0,00	5.910.915,29	394.468,08	6.305.383,37
2024	0,00	0,00	1.477.728,83	20.946,93	1.498.675,76
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>36.943.220,59</b>	<b>36.943.220,59</b>	<b>9.608.165,81</b>	<b>46.551.386,40</b>



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

### Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

### Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	33.624.786,81	0,00	45.716.111,32	79.340.898,13
2019	110.378.863,21	0,00	0,00	110.378.863,21
2020	44.465.983,96	0,00	0,00	44.465.983,96
<b>Total:</b>	<b>188.469.633,98</b>	<b>0,00</b>	<b>45.716.111,32</b>	<b>234.185.745,30</b>

### Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	598.778.268,35	161.841.353,87	11.129.471,18	5.988.713,56	609.907.739,53	167.830.067,43
2019	533.616.878,02	137.489.783,11	16.740.339,92	7.930.255,65	550.357.217,94	145.420.038,76
2020	492.476.832,43	114.718.866,96	30.778.728,93	9.703.471,68	523.255.561,36	124.422.338,64
2021	375.723.640,32	100.336.502,82	34.702.413,32	23.056.461,11	410.426.053,64	123.392.963,93
2022	367.782.559,79	90.095.498,30	28.786.051,13	18.761.645,25	396.568.610,92	108.857.143,55
2023	371.455.343,31	82.619.832,14	26.824.208,91	21.643.395,18	398.279.552,22	104.263.227,32
2024	583.653.062,76	67.805.140,26	22.838.852,16	15.053.905,63	606.491.914,92	82.859.045,89
2025	142.502.728,68	52.452.589,64	16.224.342,66	10.112.221,37	158.727.071,34	62.564.811,01



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2026	142.821.880,32	44.258.996,46	7.175.948,18	6.695.523,04	149.997.828,50	50.954.519,50
2027	148.626.041,56	36.408.983,31	9.373.345,83	8.118.384,99	157.999.387,39	44.527.368,30
2028	78.370.929,43	29.769.034,72	8.954.331,10	7.506.518,72	87.325.260,53	37.275.553,44
2029	44.057.559,12	27.012.928,54	8.396.519,84	6.760.021,95	52.454.078,96	33.772.950,49
2030	34.482.558,32	24.891.571,35	5.319.550,79	4.796.720,30	39.802.109,11	29.688.291,65
2031	34.825.571,91	22.831.590,54	4.336.366,62	2.529.881,37	39.161.938,53	25.361.471,91
2032	32.537.278,32	20.812.018,42	2.587.246,99	1.029.173,87	35.124.525,31	21.841.192,29
2033	30.215.880,06	18.814.816,76	12.959,23	49.409,69	30.228.839,29	18.864.226,45
2034	28.662.972,18	16.944.819,06	5.068,51	36.249,39	28.668.040,69	16.981.068,45
2035	27.727.021,90	15.160.983,41	0,00	0,00	27.727.021,90	15.160.983,41
Restante a pagar	199.002.515,88	54.944.899,09	0,00	0,00	199.002.515,88	54.944.899,09
<b>Total:</b>	<b>4.267.319.522,66</b>	<b>1.119.210.208,76</b>	<b>234.185.745,30</b>	<b>149.771.952,75</b>	<b>4.501.505.267,96</b>	<b>1.268.982.161,51</b>

#### Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018
Direito Especial - SDR	5,79520	31/08/2018





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### Informações Contábeis

##### Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior

**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário

**Relatório:** RREO publicado

**Exercício:** 2017

**Período:** 6º Bimestre

**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 49.470.190,35

**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 1.047.523.340,67

-----  
**Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**

**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário

**Relatório:** RREO

**Exercício:** 2018

**Período:** 4º Bimestre

**Despesas de capital (dotação atualizada):** 1.770.989.646,94

-----  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**

**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

**Relatório:** RREO

**Exercício:** 2018

**Período:** 4º Bimestre

**Receita corrente líquida (RCL):** 9.454.544.814,10

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)****Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2018**Período:** 2º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 4.215.075.734,09**Deduções:** 1.982.120.482,53**Dívida consolidada líquida (DCL):** 2.232.955.251,56**Receita corrente líquida (RCL):** 9.454.544.814,10**% DCL/RCL:** 23,62



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

#### **Declaração do chefe do poder executivo**

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

#### **Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares**

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

#### **Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF**

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

#### **Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001**

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

#### **Operações do Reluz**

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001**

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

**Cálculo dos limites de endividamento**

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

#### Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

#### Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2018

2º Quadrimestre

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Despesa bruta com pessoal	5.328.650.367,09	171.093.734,77	79.152.387,93	540.693.293,56	140.093.734,77
Despesas não computadas	560.395.364,47	0,00	0,00	11.861.635,79	0,00
Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições patronais					
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	4.768.255.002,62	171.093.734,77	79.152.387,93	528.831.657,77	140.093.734,77
Receita Corrente Líquida (RCL)	9.454.544.814,10	9.454.544.814,10	9.052.093.838,70	9.454.544.814,10	9.052.093.838,70
TDP/RCL	50,43	1,81	0,87	5,59	1,55
Limite máximo	49,00	1,90	1,10	6,00	2,00

#### Declarção sobre o orçamento

Constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

1981

Data da LOA

10/10/2018

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
148	04.122.5175.4417.0287 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO PROJETO COOPERAR
148	04.122.5175.4418.0287 SUPERVISÃO E MONITORAMENTO
148	08.244.5175.1659.0287 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PRODUTIVOS
148	04.122.5175.4416.0287 APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

Sim

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Sim

Número do PLOA

1981

---

**Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)**

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

10632

Data da Lei do PPA

18/01/2016

Ano de início do PPA

2016

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
5175	4417 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO PROJETO COOPERAR
5175	4416 APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
5175	4418 SUPERVISÃO E MONITORAMENTO
5175	1659 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PRODUTIVOS

---



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas**

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000

13,58 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino

30,20 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

-----  
**Parcerias Público-Privadas (PPP)**

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

-----  
**Restos a pagar**

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Sim

**-----**  
**Repasse de recursos para o setor privado**

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

**-----**  
**Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC**

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

## Notas Explicativas

### Observação:

\* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

**Nota 2 - Inserida por José Sabino Pereira Filho | CPF 44159838472 | Perfil Operador de Ente | Data 08/11/2018 17:08:**

26

NOTA 2:

- 1) Em virtude do período eleitoral em 2018, a liberação da operação de crédito deverá ocorrer a partir do exercício de 2019, em face da restrição imposta pelo art. 15, da RSF nº 43/2001;
- 2) O cronograma de amortização apresentado pelo BIRD, em 17/08/2017, permanece com início da amortização em 15/mai/2023 e final em 15/mai/2035 (em anexo);
- 3) Tendo em vista que a liberação ocorrerá a partir de 2019, o empréstimo teve uma redução no prazo de carência de 60 meses para 48 meses, permanecendo amortização em 144 meses, totalizando 192 meses;
- 4) Assim sendo, o cronograma financeiro (liberação e reembolso) foi preparado com liberação entre 2019 e 2024, e término de amortização em 2035, conforme anexo; e
- 5) Foi solicitado ao Banco do Brasil a compatibilização do ROF para as condições acima.

**Nota 1 - Inserida por Ricardo Vieira Coutinho | CPF 21871353491 | Perfil Chefe de Ente | Data 09/11/2016 16:18:15**

Obs.: Texto extraído do campo "Outras Exigências" da aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo", que foi assinado digitalmente em 09/11/2016 16:18:15 por Ricardo Vieira Coutinho(CPF: 21871353491 perfil Chefe de Ente ).  
ROF TA772403 DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE ESTADO DA PARAÍBA E O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD).

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Documentos anexos**

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

**Autorização legislativa**

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	10487	23/06/2015	Dólar dos EUA	50.000.000,00	14/02/2017	DOC00.000867/2017-11

**Demais documentos**

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO Nº 1 DA LEI 4320/1964	15/01/2018	19/02/2018	DOC00.013266/2018-50
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I RREO SICONFI 5º BIMESTRE	27/11/2017	15/12/2017	DOC00.013274/2017-15
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I RREO SICONFI 3º BIMESTRE	25/07/2017	03/08/2017	DOC00.005685/2017-37
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I SICONFI RREO (2º BIMESTRE 2017)	29/05/2017	09/06/2017	DOC00.004278/2017-11
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO Nº 1	13/02/2017	15/02/2017	DOC00.000920/2017-84
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	24/10/2018	13/11/2018	DOC00.036759/2018-68
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	05/06/2018	06/06/2018	DOC00.025287/2018-18
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	09/05/2018	14/05/2018	DOC00.023391/2018-78
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	09/02/2018	09/02/2018	DOC00.012426/2018-43
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	05/10/2017	06/10/2017	DOC00.007576/2017-54
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	16/08/2017	17/08/2017	DOC00.006153/2017-17
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	06/06/2017	09/06/2017	DOC00.004279/2017-57
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TCE	12/04/2017	04/05/2017	DOC00.003242/2017-10
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS	16/02/2017	16/02/2017	DOC00.000962/2017-15
Documentação adicional	CRONOGRAMA FINANCEIRO	29/10/2018	01/11/2018	DOC00.035947/2018-79
Documentação adicional	PLOA 2019 nº 1981	10/10/2018	29/10/2018	DOC00.035575/2018-81
Documentação adicional	DESPESA PESSOAL 05 QUADRIMESTRES (2016, 2017 e 2018)	21/06/2018	25/06/2018	DOC00.026884/2018-60



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


**TESOURO NACIONAL**

Processo nº 17944.000652/2015-81

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Documentação adicional	DECLARAÇÃO OFÍCIO SEI nº 779 -2018	21/06/2018	25/06/2018	DOC00.026883/2018-15
Documentação adicional	PARECER TÉCNICO COOPERAR (ADENDO)	06/04/2018	01/11/2018	DOC00.035946/2018-24
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO PLENO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017829/2018-89
Documentação adicional	DESPESA PESSOAL 05 QUADRIMESTRES	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017828/2018-34
Documentação adicional	DECLARAÇÃO PESSOAL	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017827/2018-90
Documentação adicional	CRONOGRAMA FINANCEIRO	15/02/2018	15/02/2018	DOC00.012807/2018-22
Documentação adicional	CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO	31/01/2018	19/02/2018	DOC00.013233/2018-18
Documentação adicional	CERTIDÃO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	22/12/2017	09/04/2018	DOC00.019758/2018-59
Documentação adicional	2º e 3º RGF 2016 e 1º e 2º RGF 2017	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009634/2017-84
Documentação adicional	NOTA TÉCNICA DIFERENÇA DO RGF	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009633/2017-30
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR (COOPERAR III)	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009632/2017-95
Documentação adicional	RGF 2016 e 1º RGF 2017	13/11/2017	13/11/2017	DOC00.009631/2017-41
Documentação adicional	MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CIVIL ORDINÁRIA 3047	31/10/2017	13/11/2017	DOC00.009555/2017-73
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR DESPESA PESSOAL	01/08/2017	03/08/2017	DOC00.005688/2017-71
Documentação adicional	1º 2º 3º RGF 2016 e 1º RGF 2017	01/08/2017	03/08/2017	DOC00.005687/2017-26
Documentação adicional	CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO	26/05/2017	09/06/2017	DOC00.004280/2017-81
Documentação adicional	CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO	28/04/2017	04/05/2017	DOC00.003243/2017-56
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF TA772403 ALTERADO	12/11/2018	12/11/2018	DOC00.036620/2018-14
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF REATIVADO em 17.08.2018	17/08/2018	22/08/2018	DOC00.031180/2018-17
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF extrato atualizado	23/07/2018	31/07/2018	DOC00.029907/2018-98
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	20/04/2018	14/05/2018	DOC00.023394/2018-10
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	21/03/2018	22/03/2018	DOC00.017514/2018-31
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	23/06/2016	09/06/2017	DOC00.004277/2017-68
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF	23/06/2016	14/02/2017	DOC00.000866/2017-77
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO	29/10/2018	01/11/2018	DOC00.035944/2018-35
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURIDICO	16/02/2018	19/02/2018	DOC00.013232/2018-65
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURIDICO COM GARANTIA DA UNIÃO	13/02/2017	15/02/2017	DOC00.000921/2017-29
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	29/10/2018	01/11/2018	DOC00.035945/2018-80





TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios



Processo nº 17944.000652/2015-81

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	06/04/2018	09/04/2018	DOC00.019757/2018-12
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	21/03/2018	23/03/2018	DOC00.017826/2018-45
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO DO COOPERAR	08/06/2017	09/06/2017	DOC00.004276/2017-13
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO	13/02/2017	15/02/2017	DOC00.000922/2017-73
Recomendação da COFIEIX	Resolução COFIEIX 03.0118	08/11/2016	26/12/2017	DOC00.014501/2017-20
Recomendação da COFIEIX	COFIEIX	02/10/2014	14/02/2017	DOC00.000865/2017-22

#### Minutas

Não há tramitações de documentos.

#### Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 19/09/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1182	19/09/2018

Em retificação pelo interessado - 05/09/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1145	04/09/2018

Em retificação pelo interessado - 15/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1057	14/08/2018

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Em retificação pelo interessado - 10/07/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	913	10/07/2018

Em retificação pelo interessado - 18/06/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	779	18/06/2018

Em retificação pelo interessado - 29/05/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	741	28/05/2018

Em retificação pelo interessado - 24/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica de consulta à PGFN	566	20/04/2018
Ofício de Exigência/Consulta Jurídica (Operações com Garantia) ao Interessado	570	23/04/2018

Em retificação pelo interessado - 02/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	507	02/04/2018

Em retificação pelo interessado - 06/03/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	359	06/03/2018

Em retificação pelo interessado - 11/01/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	49	10/01/2018





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Em retificação pelo interessado - 14/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2035	14/12/2017

Em retificação pelo interessado - 06/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1743	04/12/2017

Pendente de correções ou ajustes - 26/10/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1182	25/10/2017

Pendente de correções ou ajustes - 15/09/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica de consulta à PGFN	79	01/09/2017
Ofício de Exigência/Consulta Jurídica (Operações com Garantia) ao Interessado	945	11/09/2017

Pendente de correções ou ajustes - 16/08/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	781	11/08/2017

Pendente de correções ou ajustes - 18/07/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	622	14/07/2017

Pendente de correções ou ajustes - 31/05/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	352	16/05/2017





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Pendente de correções ou ajustes - 06/04/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	178	31/03/2017

Aguardando apresentação de documentos - 28/12/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	3090	23/12/2016

Pendente de correções ou ajustes - 03/11/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2873	11/10/2016

Pendente de correções ou ajustes - 19/09/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2648	15/09/2016

Pendente de correções ou ajustes - 23/08/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2362	26/07/2016

Pendente de correções ou ajustes - 11/07/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2215	07/07/2016

Pendente de correções ou ajustes - 20/06/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1985	15/06/2016

Processo pendente de distribuição - 15/06/2016

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	81	07/06/2016

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Encaminhado para agendamento da negociação - 29/10/2015

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	678	21/09/2015
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	2527	21/09/2015

Pendente de correções ou ajustes - 12/08/2015

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações sem Garantia) ao Interessado	2153	10/08/2015



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

## Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

## Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018

## Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	0,00	229.084.118,72	229.084.118,72
2019	16.541.200,00	110.378.863,21	126.920.063,21
2020	37.217.700,00	44.465.983,96	81.683.683,96
2021	45.488.300,00	0,00	45.488.300,00
2022	49.623.600,00	0,00	49.623.600,00
2023	45.488.300,00	0,00	45.488.300,00
2024	12.405.900,00	0,00	12.405.900,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00





TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00

### Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	0,00	788.035.751,50	788.035.751,50
2019	837.605,02	727.374.372,11	728.211.977,12
2020	1.636.493,28	677.643.027,97	679.279.521,25
2021	3.184.439,46	562.141.017,31	565.325.456,77
2022	4.916.664,93	532.110.196,37	537.026.861,30
2023	23.116.378,69	527.589.663,60	550.706.042,29
2024	23.705.038,65	708.452.213,97	732.157.252,62
2025	23.221.777,15	237.755.536,46	260.977.313,61
2026	22.627.948,07	208.757.078,82	231.385.026,89
2027	22.034.118,99	202.526.755,69	224.560.874,68
2028	21.440.289,91	124.600.813,97	146.041.103,88
2029	20.846.460,83	86.227.029,45	107.073.490,28
2030	20.252.631,75	69.490.400,76	89.743.032,51
2031	19.658.802,67	64.523.410,44	84.182.213,11
2032	19.064.973,59	56.965.717,60	76.030.691,19
2033	18.471.144,51	49.093.065,74	67.564.210,25
2034	17.877.315,43	45.649.109,14	63.526.424,57
2035	9.309.800,89	42.888.005,31	52.197.806,20
Restante a pagar	0,00	253.947.414,97	253.947.414,97



Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

**Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001**

**Exercício anterior**

**Despesas de capital executas do exercício anterior** **1.047.523.340,67**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada** **1.047.523.340,67**

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 49.470.190,35

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

**Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada** **49.470.190,35**

**Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001**

**Exercício corrente**

**Despesas de capital previstas no orçamento** **1.770.989.646,94**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

**Despesa de capital do exercício ajustadas** **1.770.989.646,94**

Liberações de crédito já programadas 229.084.118,72

Liberação da operação pleiteada 0,00

**Liberações ajustadas** **229.084.118,72**

**Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001**





Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	0,00	229.084.118,72	9.495.478.272,54	2,41	15,08
2019	16.541.200,00	110.378.863,21	9.619.345.048,93	1,32	8,25
2020	37.217.700,00	44.465.983,96	9.744.827.644,76	0,84	5,24
2021	45.488.300,00	0,00	9.871.947.138,08	0,46	2,88
2022	49.623.600,00	0,00	10.000.724.881,93	0,50	3,10
2023	45.488.300,00	0,00	10.131.182.507,88	0,45	2,81
2024	12.405.900,00	0,00	10.263.341.929,69	0,12	0,76
2025	0,00	0,00	10.397.225.346,97	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	10.532.855.248,93	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	10.670.254.418,14	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	10.809.445.934,37	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	10.950.453.178,45	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	11.093.299.836,23	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	11.238.009.902,52	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	11.384.607.685,15	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	11.533.117.809,02	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	11.683.565.220,27	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	11.835.975.190,48	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	0,00	788.035.751,50	9.495.478.272,54	8,30
2019	837.605,02	727.374.372,11	9.619.345.048,93	7,57
2020	1.636.493,28	677.643.027,97	9.744.827.644,76	6,97
2021	3.184.439,46	562.141.017,31	9.871.947.138,08	5,73
2022	4.916.664,93	532.110.196,37	10.000.724.881,93	5,37



**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


**TESOURO NACIONAL**

Processo nº 17944.000652/2015-81

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2023	23.116.378,69	527.589.663,60	10.131.182.507,88	5,44
2024	23.705.038,65	708.452.213,97	10.263.341.929,69	7,13
2025	23.221.777,15	237.755.536,46	10.397.225.346,97	2,51
2026	22.627.948,07	208.757.078,82	10.532.855.248,93	2,20
2027	22.034.118,99	202.526.755,69	10.670.254.418,14	2,10
2028	21.440.289,91	124.600.813,97	10.809.445.934,37	1,35
2029	20.846.460,83	86.227.029,45	10.950.453.178,45	0,98
2030	20.252.631,75	69.490.400,76	11.093.299.836,23	0,81
2031	19.658.802,67	64.523.410,44	11.238.009.902,52	0,75
2032	19.064.973,59	56.965.717,60	11.384.607.685,15	0,67
2033	18.471.144,51	49.093.065,74	11.533.117.809,02	0,59
2034	17.877.315,43	45.649.109,14	11.683.565.220,27	0,54
2035	9.309.800,89	42.888.005,31	11.835.975.190,48	0,44
Média até 2027:				5,33
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				46,36
Média até o término da operação:				3,30
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				28,72

-----  
 Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

**SADIPEM**Sistema de Análise da Dívida Pública,  
Operações de Crédito e Garantias da  
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.000652/2015-81**

Receita Corrente Líquida (RCL)	<b>9.454.544.814,10</b>
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2.232.955.251,56
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	383.928.965,89
Valor da operação pleiteada	206.765.000,00
<b>Saldo total da dívida líquida</b>	<b>2.823.649.217,45</b>
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,30
Limite da DCL/RCL	2,00
<b>Percentual do limite de endividamento</b>	<b>14,93%</b>

**Operações de crédito pendentes de regularização**

Data da Consulta: 13/11/2018

**Cadastro da Dívida Pública (CDP)**

Data da Consulta: 13/11/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	10/04/2018 10:11:21

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**GOVERNO  
DA PARAÍBA****PARECER JURÍDICO DA LEGALIDADE**  
Operação de Crédito Externo

**Ementa:** Exame quanto à **LEGALIDADE** da Minuta de Contrato de Empréstimo a ser firmado entre o **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD** e o Estado da Paraíba, para implementação do Programa de Investimento em Infraestrutura na Paraíba. Pela convalidação, legalidade e legitimidade do instrumento contratual de empréstimo.

**I – DA FORMALIZAÇÃO**

Trata-se da formalização de Parecer Jurídico da PGE/PB sobre a **LEGALIDADE** da contratação da operação de crédito do **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD** ao Estado da Paraíba, no valor **US\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de dólares), destinado ao financiamento do Projeto Paraíba Rural sustentável – **PB RURAL SUSTENTÁVEL** (Processo nº **17944.000652/2015-81**), em especial em relação às obrigações a serem assumidas pelo Estado com base na Minuta contratual negociada.

**II – DO EMPRÉSTIMO**

A Minuta de Contrato, em síntese, tem por objeto a concessão de empréstimo pelo **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD** ao Estado da Paraíba, com garantia da **UNIÃO**, no valor de **US\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de dólares), autorizado pela Lei Estadual nº **10.487**, de 23/06/2015, para implementação do Projeto Paraíba Rural Sustentável – **PB RURAL SUSTENTÁVEL** nos termos delineados nas cláusulas e condições insertas na referida Minuta contratual.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**GOVERNO  
DA PARAÍBA****III – DA ANÁLISE DA LEGALIDADE DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**

Analisada a Minuta do instrumento contratual *sub exame*, com fulcro nas normas legais aplicáveis ao caso e em observância à Resolução nº 48/2007 do Senado Federal, não se verifica nenhuma afronta ao disposto no art. 8º da Resolução do Senado da República e se verifica plena conformidade da citada Minuta com a legislação de regência, em especial, no tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Estadual nº 10.487, de 23/06/2015, instrumento autorizativo da operação em comento e da contragarantia do Estado em favor da União.

**IV – DA CONCLUSÃO**

Pelo exposto, a Douta Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 1º, 3º, II, 4º e 16 da Lei Complementar nº 86/2008, e art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, opina, sem caráter vinculativo e ressalvadas as questões de ordem técnica alheias à sua competência, no seguinte sentido:

- a. considerar o pleito compatível com a legislação pertinente à espécie, tendo, portanto, como operação revestida dos necessários e suficientes aspectos da **LEGALIDADE**; e
- b. que deve ser aprovada a Minuta de Contrato de Empréstimo que, em síntese, tem por objeto a concessão de operação de crédito pelo **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD** ao Estado da Paraíba, **com Garantia da União**, no valor de no valor de **US\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de dólares).

João Pessoa, 11 de dezembro de 2018

**GILBERTO CARNEIRO DA GAMA**

Procurador Geral do Estado da Paraíba, OAB/PB nº 10.631



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**PARECER JURÍDICO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
COM A GARANTIA DA UNIÃO**


Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do Estado da Paraíba para realizar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - **BIRD**, no valor de **U\$\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao financiamento do Projeto Paraíba Rural Sustentável - **PB RURAL SUSTENTÁVEL**, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

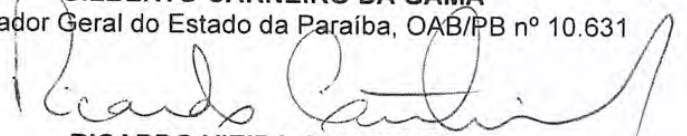
- a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: Lei nº 10.487, de 23/06/2015;
- b) inclusão no Projeto de Lei Orçamentária nº **1.981**, de 10/10/2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2019 ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada;
- c) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

**CONCLUSÃO**

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

João Pessoa - Paraíba, 29 de outubro de 2018

  
**GILBERTO CARNEIRO DA GAMA**  
Procurador Geral do Estado da Paraíba, OAB/PB nº 10.631

  
**RICARDO VIEIRA COUTINHO**  
Governador do Estado da Paraíba



Secretaria de Estado  
de Planejamento  
e Gestão



GOVERNO  
DA PARAÍBA

## **PROJETO COOPERAR**

### **PARECER TÉCNICO**

#### **Projeto Paraíba Rural Sustentável - PB RURAL SUSTENTÁVEL**

João Pessoa, outubro de 2018



## PARECER TÉCNICO

### 1. CONDIÇÕES BÁSICAS DA OPERAÇÃO

Cuida o presente Parecer de empréstimo junto ao Banco Mundial com a finalidade de viabilizar o projeto denominado PB Rural Sustentável inserido nas políticas públicas do Governo Estadual direcionadas para redução da vulnerabilidade agroclimática das famílias e ampliação do acesso a mercados dos pequenos produtores nas áreas rurais do Estado da Paraíba, totalizando investimento de US\$ 80 milhões, dos quais US\$ 50 milhões são oriundos de financiamento junto ao Banco Mundial, cujas condições básicas seguem:

<b>Objeto</b>	Contratação de Operação de Crédito Externo do BIRD para o <b>Projeto Paraíba Rural Sustentável - PB RURAL SUSTENTÁVEL</b>
<b>Finalidade</b>	Melhorar o acesso à água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba.
<b>Credor</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - <b>BIRD</b>
<b>Valor do Financiamento</b>	<b>US\$ 50.000.000,00</b>
<b>Fonte/Origem Recursos</b>	Recursos do BIRD
<b>Taxa de Juros</b>	Libor semestral + taxa variável (custo médio de financiamento do Banco)
<b>Atualização Monetária</b>	US\$
<b>Prazo de Financiamento</b>	Até 18 anos
<b>Demais condições contratuais</b>	De acordo com as minutas contratuais pactuadas em missão de negociação.
<b>Mutuário</b>	Governo do Estado da Paraíba
<b>Garantidor</b>	República Federativa do Brasil

### 2. RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

O orçamento do Projeto é de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 50 milhões provenientes do empréstimo junto ao Banco Mundial e US\$ 30 milhões de contrapartida, assegurados pelo mutuário, conforme ilustrado na tabela a seguir.

Componente	Custo Total (US\$)	BIRD (US\$)	Contrapartida do Estado (US\$)	Contrapartida dos Beneficiários (US\$)
Componente 1: Fortalecimento Institucional	4.019.150	2.612.447	1.406.703	0
Componente 2: Acesso à Água e Redução de Vulnerabilidade	44.487.590	25.924.222	17.041.958	1.521.410
Componente 3: Alianças Produtivas	20.729.225	14.510.458	621.150	5.597.617
Componente 4: Gestão, Monitoramento e Avaliação	10.764.035	6.952.873	3.811.162	0
<b>TOTAL</b>	<b>80.000.000</b>	<b>50.000.000</b>	<b>22.880.973</b>	<b>7.119.027</b>

Os principais itens de custos dos componentes 2 e 3 por tipologias encontram-se especificados na Tabela abaixo.

Componente - Tipologia	Valor Médio por família (US\$)	Teto por família (US\$)	Total		Total
			Mínimo de famílias por subprojeto	Custo médio por subprojeto (US\$)	Recursos (US\$)
2 . Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática					
2a - Acesso à água					
Sistema de Abastecimento d'água Completo - ADC	1.980	2.500	30	59.400	8.920.934
Sistema de Abastecimento d'água Simplificado - ADS	846	1.500	10	12.375	3.555.410
Construção de Cisternas de Alambrado	908	1.400	20	29.700	6.867.000
Sistema de Dessalinizadores, com aproveitamento do concentrado	1.875	2.500	30	46.750	5.625.000
Subtotal					24.968.344
2b - Redução da Vulnerabilidade Agroclimática					
Subtotal	–	2.500	–	50.000	19.394.246
3. Alianças Produtivas					
3a - Alianças Produtivas	2.000	50	170	8.500	20.729.225

Tendo em vista a natureza do investimento, entende-se que os benefícios esperados a seguir, não são mensuráveis financeiramente de forma viável, mas superam os custos necessários e correspondentes à operação de crédito pleiteada:

- 36.098 famílias beneficiadas pelos investimentos de acesso a água e dos subprojetos de redução de vulnerabilidade;
- 41.440 pessoas beneficiadas com acesso à água para consumo humano aprimorado (água potável);
- Aumento de 20% no valor das vendas a partir do 3º ano de implementação dos 170 subprojetos de alianças produtivas;
- 1.312 Subprojetos de acesso à água e de tecnologias adequadas, às condições do semiárido para redução de vulnerabilidade agroclimática;



- e) 12.000 famílias adotando tecnologias de convivência com o semiárido com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade agroclimática;
- f) 222 municípios do Estado sendo beneficiados com Sistema de risco agroclimático implantado, disponibilizando em tempo hábil aos agricultores e órgãos afins informações que subsidiarão a tomada de decisão nas atividades agropecuárias;
- g) 1.263 Entidades Associativas (Associações, Cooperativas, dentre outras) recebendo ações de fortalecimento institucional que contemplam atividades de gestão, melhoria da governança, aperfeiçoamento em negócios e gestão de riscos;
- h) 2.550 mulheres produtores beneficiadas pelos subprojetos de alianças produtivas

Os benefícios acima quando valorados a preços sociais (*shadow prices*) e dadas as condições do financiamento, reduzida taxa de juros e longo prazo de amortização com desembolsos relativamente baixos (Ver Anexo A), implicam em baixo custo benefício justificando, portanto, a alocação eficiente dos recursos públicos no projeto.

Cabe avaliar que em relação à Taxa Interna de Retorno (TIR) em projetos dessa natureza voltados para redução de vulnerabilidades agroclimáticas onde a contrapartida dos beneficiários é de 10% e inserção de pequenos produtores rurais no mercado de bens e serviços com participação de 30%, apresentam TIR bastante acima da taxa de atratividade vigente tanto no mercado nacional quanto internacional o que justifica a viabilidade do investimento. Senão vejamos, em análise por Componente:

- i. Subprojetos de Alianças Produtivas - A Taxa Interna de Retorno Financeira (TIR-F) de 32% e a Taxa Interna de Retorno Econômico (TIR-E) de 43% foram estimadas para um conjunto de tipos de alianças com probabilidade a serem financiados pelo Projeto (leite de cabra, mel, peixe, polpa de frutas e hortaliças). Ao nível individual, todos os cinco tipos de alianças produtivas se demonstraram ser investimentos seguros, tanto do ponto de vista financeiro de iniciativas de negócios, quanto do ponto de vista econômico como contribuições econômicas líquidas para a sociedade. Simulações usando esses modelos concluíram que o componente das Alianças Produtivas (incluindo sua parte relativa correspondente ao Componente 4) serão viáveis financeiramente e economicamente, com uma TIR-F de 37% e uma TIR-E de 53%, respectivamente. Uma análise de sensibilidade, com respeito a um aumento de custos ou uma redução de receitas demonstrou bastante robustez em termos de viabilidade econômica e financeira do componente.
- ii. Subprojetos de Redução de Vulnerabilidade Agroclimática - Tendo como referência análise realizada no final do segundo Projeto de Redução de Pobreza Rural na Paraíba (COOPERAR II), vê-se que, individualmente, todos os investimentos de redução de vulnerabilidade foram considerados viáveis do ponto de vista econômico, com um TIR-E de 120%. A TIR-E relativamente alta e bastante otimista foi atribuída ao efeito secundário de benefícios para as comunidades do entorno daquelas que receberam as obras.



- iii. Investimentos de Acesso a Água (AA). Os benefícios econômicos desses investimentos estão ligados diretamente à economia com saúde, reforçando o retorno positivo de investimentos que ampliam o alcance desses serviços. Estudos mostram que os retornos dos investimentos em abastecimento de água e saneamento variam de entre USD 5,00 a USD 28,00 a cada USD 01 investido. Além disso, um agregado de TIR-E de 30% foi estimado para os subprojetos de abastecimento de água financiados e analisados ex post para o RCI do COOPERAR II.

Não obstante, o desempenho do projeto será monitorado por indicadores de impacto (Indicadores de Desempenho, Indicadores de Resultados (PDO), Indicadores Intermediários), visando tomar, em tempo hábil, ações corretivas para assegurar a convergência em relação às metas estabelecidas.

### 3. INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

#### 3.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Cerca de 90% do território estadual situa-se na "região semiárida", caracterizada por baixa pluviosidade anual (média de 500 mm), com má distribuição e pela ocorrência periódica do "fenômeno das secas", agravado nos últimos 4 anos com secas severas, configurando estado de emergência na grande maioria dos municípios afetados.

O presente projeto tem como orientação central a implementação de investimentos comunitários de pequena escala em infraestrutura hídrica, bem como no aproveitamento do potencial econômico da área, para desenvolver, de forma sustentável, pequenos negócios agrícolas e não agrícolas com vistas à geração de renda e de empregos. As intervenções produtivas estarão alinhadas com melhorias na provisão de água e a adoção de práticas de conservação ambiental; e serão complementadas por ações de capacitação e de assessoramento para o fortalecimento dos produtores e das suas organizações.

Durante os seis anos de execução, o projeto estima beneficiar 44.600 famílias, mediante a implantação de 1.312 subprojetos, sendo 740 de acesso a água e 572 de redução da vulnerabilidade agroclimática, incluindo práticas ambientais em todos os subprojetos. O Projeto PB Rural Sustentável está estruturado em 04 (quatro) componentes descritos a seguir:

**Componente 1: Fortalecimento Institucional** – O componente tem o valor total estimado de US\$ 4,02 milhões, dos quais 65% proveniente do BIR, e será responsável pelas seguintes atividades:

- a) A realização de campanha de comunicação e divulgação diferenciada<sup>1</sup> para: (i) informar os beneficiários potenciais sobre a abrangência e as regras do Projeto; (ii) publicar e disseminar informações sobre as atividades do Projeto incluindo, entre outros, informações sobre demandas, aprovações, financiamento e resultados; e (iii) promover investimentos e atrair compradores nas cadeias produtivas rurais selecionadas pelo Projeto;
- b) O fortalecimento da capacidade institucional de ACs e Conselhos Municipais, para: (i) aperfeiçoar sua governança e capacidades

<sup>1</sup> Para melhorar o alcance de determinados beneficiários como as mulheres, os jovens, indígenas quilombolas.



gerenciais para operar e fazer a manutenção da infraestrutura da comunidade; (ii) realizar treinamentos sobre higiene, meio ambiente e nutrição para os membros das ACs; e (iii) providenciar treinamento de agricultores para a adoção de boas práticas agrícolas e ambientais, incluindo o uso de informações sobre o clima para a tomada de decisões;

- c) O fortalecimento da capacidade institucional das OPs para: (i) cumprir com os regulamentos organizacionais e empresariais; e (ii) aperfeiçoar as habilidades em gestão do negócios e gerenciamento de riscos;
- d) Fornecer treinamento para os provedores de assessoria técnica para que possam oferecer suporte técnico as ACs, OPs, Cooperar e outros instituições públicas no âmbito do Projeto; e (ii) estabelecer um banco de dados de provedores de assessoria técnica;
- e) Fortalecer a capacidade institucional da Secretária Estadual de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT) e de outras instituições públicas selecionadas para implantar um modelo de gestão que visa aprimorar os serviços de água e saneamento na área rural, incluindo, entre outras atividades, suporte para: (i) definir e estabelecer acordos institucionais dos subsetores; (ii) melhorar a coordenação entre os programas e as instituições do subsetor; (iii) estabelecer um sistema de informações para registrar e monitorar o estado dos sistemas de água e saneamento na área rural; (iv) guiar a implantação de mecanismos de assistência técnica e modelos de gestão para sistemas de abastecimento de água em área rural; (v) dar suporte à Federação de Associações/Sistema Integrado de Saneamento Rural da Paraíba – SISAR-PB; e (vi) oferecer treinamento e assistência técnica para melhorar as capacidades das ACs para gerenciar, operar e manter sistemas de abastecimento de água em áreas rurais;
- f) Fortalecimento das capacidades da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) e outros parceiros selecionados para identificar e alcançar os investidores e compradores potenciais, para facilitar sua decisão de entrar em Alianças Produtivas.

**Componente 2: Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática** – O componente tem o valor total estimado de US\$ 44,36 milhões, sendo 58% proveniente do BIRD, e será responsável pelas seguintes atividades:

- g) Prestação de assistência técnica para estudos de pré-investimentos para sistemas de água e subprojetos de redução da vulnerabilidade agroclimática;
- h) Implementação de investimentos de sistemas rurais de água, incluindo entre outros, sistemas de água encanada e não-encanada e dessalinização com reuso do rejeito;
- i) Implementação de subprojetos de redução da vulnerabilidade agroclimática, incluindo, entre outros, (i) abastecimento de água para produção agrícola e pecuária; (ii) diversificação da produção agropecuária e gestão dos recursos naturais; (iii) melhoria nutricional e segurança alimentar, destacando o reuso de água cinza para produção



de alimentos em quintais produtivos; e (iv) melhoria no acesso de estradas rurais; e

- j) Estabelecimento de um Sistema Estadual de Informação de Riscos Agrohidroclimáticos (SEIRA).

**Componente 3: Alianças Produtivas** – O componente tem o valor total estimado de US\$ 20,75 milhões, com 70% proveniente do BIRD e será responsável pelas seguintes atividades:

- a) Prestação de assistência técnica para: (i) identificar, negociar e criar alianças produtivas com compradores; e (ii) estudos de pré-investimentos para alianças produtivas, incluindo formulação de planos de negócios e subprojetos associados;
- b) Implementação de subprojetos de alianças, com financiamentos, entre outras, de uma ou mais ações de: (i) pequenas obras de infraestrutura agrícola; (ii) medidas de conservação do solo e água; (iii) aquisição e utilização de máquinas e equipamentos, ferramentas e outros insumos; (iv) serviços de assistência técnica; e (v) infraestrutura não-agrícola para armazenamento, processamento e embalagem; e
- c) Prestação de assessoria técnica às organizações de produtores para a implementação dos subprojetos de alianças.

**Componente 4: Gestão, Monitoramento e Avaliação** – Apoiar o Cooperar a implementar de forma eficiente e eficaz: (i) a coordenação e gestão do Projeto; (ii) o monitoramento de atividades, avaliação e avaliação de impacto; (iii) a administração fiduciária, controles internos e auditorias; (iv) a gestão dos procedimentos de salvaguardas ambientais e sociais; (v) mecanismo de ouvidoria, (vi) os estudos relacionados ao projeto; e (vii) avaliação técnico-financeira independente dos planos de negócios das alianças.

### 3.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é melhorar o acesso à água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba.

Para o alcance do objetivo geral acima, o projeto planeja alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Proporcionar o acesso à água potável para cerca de 11.200 famílias, totalizando 41.440 pessoas de comunidades rurais pobres dos 100 municípios priorizados com base no Índice Municipal de Vulnerabilidade Agroclimática (IMVA)<sup>2</sup>;
- b) Viabilizar o acesso à água através de cisternas de alambrado para aproximadamente 7.560 famílias, totalizando 27.972 pessoas de comunidades rurais pobres dos 100 municípios priorizados com base no Índice Municipal de Vulnerabilidade Agroclimática (IMVA);

<sup>2</sup> As comunidades indígenas e quilombolas localizados fora dos municípios priorizados também elegíveis para acessar aos investimentos do Projeto.



- c) Promover o acesso aos mercados para aproximadamente 8.500 famílias de pequenos produtores através do estabelecimento de 170 acordos de "Alianças Produtivas", totalizando aproximadamente 31.400 beneficiários;
- d) Promover o aumento de pelo menos 20% no valor bruto médio das vendas dos produtores integrantes das Alianças Produtivas apoiadas pelo Projeto;
- e) Aumentar o nível de resistência aos efeitos da seca de aproximadamente 17.400 famílias de pequenos produtores, totalizando aproximadamente 64.151 beneficiários, pela adoção/introdução de tecnologias agropecuárias já testadas para este fim;
- f) Beneficiar diretamente cerca de 165.000 pessoas, correspondendo a aproximadamente 44.600 famílias com as intervenções previstas no Projeto; e
- g) Reduzir os atuais níveis dos riscos Agrohidroclimáticos no Estado pela implantação e operacionalização de um Sistema Estadual de Informação de Risco Agrohidroclimático (SEIRA).

### 3.3 JUSTIFICATIVA

As políticas públicas para a pequena produção (crédito, extensão rural, etc.) têm sido mais orientadas para apoiar a produção de subsistência e o atendimento ao mercado local, deixando ao largo oportunidades que os mercados mais rentáveis oferecem para diversos produtos da agricultura familiar. Desse modo, caso não se decida por uma política pública de efetiva promoção econômica e social, aos pequenos produtores da zona rural restam as alternativas de migração, ou de continuar dependentes das transferências governamentais convivendo com níveis elevados de carência causados, principalmente, por:

- a) baixa produtividade dos empreendimentos de geração de renda pela agricultura familiar, basicamente orientada para auto consumo e mercados locais;
- b) insegurança na disponibilidade de água para consumo e para a produção;
- c) dificuldades estruturais para o acesso dos pequenos produtores aos mercados mais rentáveis; e
- d) limitadas oportunidades de geração de empregos, notadamente para jovens e mulheres.

O contexto rural na zona semiárida da Paraíba apresenta o desafio da secular prevalência de indicadores de pobreza, mas, por outro lado, oferece meios de superação dessa situação, mediante a mobilização dos recursos e dos atores interessados ("stakeholders") para o adequado aproveitamento das oportunidades econômicas locais, em sua maioria, ainda não exploradas ou sub exploradas.

A alternativa proposta pelo Governo, para superar os citados entraves, é a de implementar o Projeto PB Rural Sustentável com objetivos e metas claramente focadas para a solução dos problemas antes descritos. Para tanto, o Governo do Estado está contratando um novo empréstimo junto ao Banco Mundial e, desse modo, continuar a parceria técnica e financeira com essa instituição de crédito internacional.



A principal componente da taxa de juros aplicada ao financiamento de US\$ 50 milhões é a *Libor* Dólar Americano semestral. A *Libor* é uma taxa de referência contra a qual um grupo representativo de bancos se financia no mercado interbancário londrino. Portanto, além de ser baixa, goza de relativa estabilidade tendo sido mantida abaixo de 0,5% desde 2010. Sobre a *Libor* é aplicado uma margem variável (*spread*) que leva em conta a margem contratual do BIRD de 0,5% e um prêmio adicional de risco para empréstimos com vencimentos acima de 12 anos, o que resulta em baixos desembolsos anuais, portanto, viáveis e compatíveis com a capacidade de pagamento do Estado.

Portanto, as condições do Empréstimo, se comparadas àquelas praticadas no mercado financeiro nacional e internacional, são consideradas vantajosas. Registre-se que os recursos do novo Acordo de Empréstimo serão aplicados em subprojetos de infraestrutura física e produtiva de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais pobres cujos investimentos irão proporcionar melhoria da qualidade de vida e oportunidade de ocupação e renda com amplos benefícios para a população e fixação do homem do campo, reduzindo o êxodo rural.

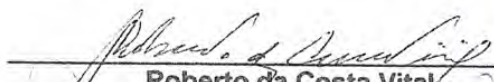
Ressalta-se como de suma importância a implantação e operacionalização de um Sistema Estadual de Informação de Risco Agrohidroclimático (SEIRA), que proporcionará melhores condições de planejamento de políticas públicas para o convívio com a estiagem, uma vez que disponibilizará informação ao público via a internet e outras fontes de mídia de diversos dados, dentre eles: (i) Alertas sobre as secas e outros eventos climáticos extremos; (ii) previsões climáticas e do balanço hídrico para alguns produtos agrícolas; (iii) previsões sazonais do clima; e (iv) simulações de plantio (calendário agrícola para produtos agrícolas).

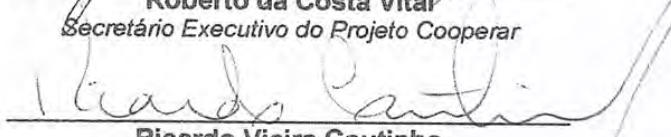
Os resultados positivos alcançados pelo Estado no período de 1998 a 2014 com os Projetos Cooperar I e II, aliado à experiência e desempenho do Banco Mundial no combate à pobreza rural afixam o pleno alcance dos objetivos e metas buscados. Daí porque ressalta-se como de fundamental importância a continuidade do Programa capaz de gerar superávits sociais com impacto positivo na redução das desigualdades.

#### 4. CONCLUSÃO

Conforme demonstrado, entendemos que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

João Pessoa - PB, 29 de outubro de 2018

  
**Roberto da Costa Vital**  
 Secretário Executivo do Projeto Cooperar

  
**Ricardo Vieira Coutinho**  
 Governador do Estado da Paraíba

De acordo



Secretaria de Estado  
de Planejamento  
e Gestão



## PROJETO COOPERAR

### PARECER TÉCNICO

#### Projeto Paraíba Rural Sustentável - PB RURAL SUSTENTÁVEL

João Pessoa, abril de 2018



## PARECER TÉCNICO

### 1. CONDIÇÕES BÁSICAS DA OPERAÇÃO

Cuida o presente Parecer de empréstimo junto ao Banco Mundial com a finalidade de viabilizar o projeto denominado PB Rural Sustentável inserido nas políticas públicas do Governo Estadual direcionadas para redução da vulnerabilidade agroclimática das famílias e ampliação do acesso a mercados dos pequenos produtores nas áreas rurais do Estado da Paraíba, totalizando investimento de US\$ 80 milhões, dos quais US\$ 50 milhões são oriundos de financiamento junto ao Banco Mundial, cujas condições básicas seguem:

Objeto	Contratação de Operação de Crédito Externo do BIRD para o Projeto Paraíba Rural Sustentável - PB RURAL SUSTENTÁVEL
Finalidade	Melhorar o acesso à água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba.
Credor	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
Valor do Financiamento	US\$ 50.000.000,00
Fonte/Origem Recursos	Recursos do BIRD
Taxa de Juros	Libor semestral + taxa variável (custo médio de financiamento do Banco)
Atualização Monetária	US\$
Prazo de Financiamento	Até 18 anos
Demais condições contratuais	De acordo com as minutas contratuais pactuadas em missão de negociação.
Mutuário	Governo do Estado da Paraíba
Garantidor	República Federativa do Brasil

### 2. RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

O orçamento do Projeto é de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 50 milhões provenientes do empréstimo junto ao Banco Mundial e US\$ 30 milhões de contrapartida, assegurados pelo mutuário, conforme ilustrado na tabela a seguir.

Componente	Custo Total (US\$)	BIRD (US\$)	Contrapartida do Estado (US\$)	Contrapartida dos Beneficiários (US\$)
Componente 1: Fortalecimento Institucional	4.019.150	2.612.447	1.406.703	0
Componente 2: Acesso à Água e Redução de Vulnerabilidade	44.487.590	25.924.222	17.041.958	1.521.410
Componente 3: Alianças Produtivas	20.729.225	14.510.458	621.150	5.597.617
Componente 4: Gestão, Monitoramento e Avaliação	10.764.035	6.952.873	3.811.162	0
<b>TOTAL</b>	<b>80,000,000</b>	<b>50,000,000</b>	<b>22.880.973</b>	<b>7.119.027</b>

Os principais itens de custos dos componentes 2 e 3 por tipologias encontram-se especificados na Tabela abaixo.

Componente - Tipologia	Valor Médio por família (US\$)	Teto por família (US\$)	Total		Total
			Mínimo de famílias por subprojeto	Custo médio por subprojeto (US\$)	Recursos (US\$)
2 . Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática					
2a - Acesso à água					
Sistema de Abastecimento d'água Completo - ADC	1.980	2.500	30	59.400	8.920.934
Sistema de Abastecimento d'água Simplificado - ADS	846	1.500	10	12.375	3.555.410
Construção de Cisternas de Alambreado	908	1.400	20	29.700	6.867.000
Sistema de Dessalinizadores, com aproveitamento do concentrado	1.875	2.500	30	46.750	5.625.000
Subtotal					24.968.344
2b - Redução da Vulnerabilidade Agroclimática					
Subtotal		2.500	—	50.000	19.394.246
3. Alianças Produtivas					
3a - Alianças Produtivas	2.000	50	170	8.500	20.729.225

O **CRONOGRAMA ESTIMATIVO DA EXECUÇÃO** do Projeto mostra a aplicação dos recursos ao longo dos anos, conforme abaixo discriminado.



**Composição dos custos do Projeto Paraíba Rural Sustentável - PB RURAL SUSTENTÁVEL**

Componente	Total US\$	Cronograma de execução US\$					
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
Componente 1: Fortalecimento Institucional	4.019.150	160.766	562.680	723.447	884.212	884.212	803.830
Componente 2: Acesso à Água e Redução de Vulnerabilidade	44.487.590	1.779.504	6.228.263	8.007.766	9.787.270	9.787.270	8.897.518
Componente 3: Alianças Produtivas	20.729.225	829.169	2.902.092	3.731.261	4.560.430	4.560.430	4.145.845
Componente 4: Gestão, Monitoramento e Avaliação	10.764.035	430.561	1.506.965	1.937.526	2.368.088	2.368.088	2.152.807
<b>TOTAL</b>	<b>80.000.000</b>	<b>3.200.000</b>	<b>11.200.000</b>	<b>14.400.000</b>	<b>17.600.000</b>	<b>17.600.000</b>	<b>16.000.000</b>
<b>% TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,0%</b>	<b>14,0%</b>	<b>18,0%</b>	<b>22,0%</b>	<b>22,0%</b>	<b>20,0%</b>

Tendo em vista a natureza do investimento, entende-se que os benefícios esperados a seguir, não são mensuráveis financeiramente de forma viável, mas superam os custos necessários e correspondentes à operação de crédito pleiteada:

- a) 36.098 famílias beneficiadas pelos investimentos de acesso a água e dos subprojetos de redução de vulnerabilidade;
- b) 41.440 pessoas beneficiadas com acesso à água para consumo humano aprimorado (água potável);
- c) Aumento de 20% no valor das vendas a partir do 3º ano de implementação dos 170 subprojetos de alianças produtivas;
- d) 1.312 Subprojetos de acesso à água e de tecnologias adequadas às condições do semiárido para redução de vulnerabilidade agroclimática;
- e) 12.000 famílias adotando tecnologias de convivência com o semiárido com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade agroclimática;
- f) 222 municípios do Estado sendo beneficiados com Sistema de risco agroclimático implantado, disponibilizando em tempo hábil aos agricultores e órgãos afins informações que subsidiarão a tomada de decisão nas atividades agropecuárias;
- g) 1.263 Entidades Associativas (Associações, Cooperativas, dentre outras) recebendo ações de fortalecimento institucional que contemplam atividades de gestão, melhoria da governança, aperfeiçoamento em negócios e gestão de riscos;
- h) 2.550 mulheres produtores beneficiadas pelos subprojetos de alianças produtivas



Os benefícios acima quando valorados a preços sociais (*shadow prices*) e dadas as condições do financiamento, reduzida taxa de juros e longo prazo de amortização com desembolsos relativamente baixos (Ver Anexo A), implicam em baixo custo benefício justificando, portanto, a alocação eficiente dos recursos públicos no projeto.

Cabe avaliar que em relação à Taxa Interna de Retorno (TIR) em projetos dessa natureza voltados para redução de vulnerabilidades agroclimáticas onde a contrapartida dos beneficiários é de 10% e inserção de pequenos produtores rurais no mercado de bens e serviços com participação de 30%, apresentam TIR bastante acima da taxa de atratividade vigente tanto no mercado nacional quanto internacional o que justifica a viabilidade do investimento. Senão vejamos, em análise por Componente:

- i. Subprojetos de Alianças Produtivas - A Taxa Interna de Retorno Financeira (TIR-F) de 32% e a Taxa Interna de Retorno Econômico (TIR-E) de 43% foram estimadas para um conjunto de tipos de alianças com probabilidade a serem financiados pelo Projeto (leite de cabra, mel, peixe, polpa de frutas e hortaliças). Ao nível individual, todos os cinco tipos de alianças produtivas se demonstraram ser investimentos seguros, tanto do ponto de vista financeiro de iniciativas de negócios, quanto do ponto de vista econômico como contribuições econômicas líquidas para a sociedade. Simulações usando esses modelos concluíram que o componente das Alianças Produtivas (incluindo sua parte relativa correspondente ao Componente 4) serão viáveis financeiramente e economicamente, com uma TIR-F de 37% e uma TIR-E de 53%, respectivamente. Uma análise de sensibilidade, com respeito a um aumento de custos ou uma redução de receitas demonstrou bastante robustez em termos de viabilidade econômica e financeira do componente.
- ii. Subprojetos de Redução de Vulnerabilidade Agroclimática - Tendo como referência análise realizada no final do segundo Projeto de Redução de Pobreza Rural na Paraíba (COOPERAR II), vê-se que, individualmente, todos os investimentos de redução de vulnerabilidade foram considerados viáveis do ponto de vista econômico, com um TIR-E de 120%. A TIR-E relativamente alta e bastante otimista foi atribuída ao efeito secundário de benefícios para as comunidades do entorno daquelas que receberam as obras.
- iii. Investimentos de Acesso a Água (AA). Os benefícios econômicos desses investimentos estão ligados diretamente à economia com saúde, reforçando o retorno positivo de investimentos que ampliam o alcance desses serviços. Estudos mostram que os retornos dos investimentos em abastecimento de água e saneamento variam de entre USD 5,00 a USD 28,00 a cada USD 01 investido. Além disso, um agregado de TIR-E de 30% foi estimado para os subprojetos de abastecimento de água financiados e analisados ex post para o RCI do COOPERAR II.

Não obstante, o desempenho do projeto será monitorado por indicadores de impacto (Indicadores de Desempenho, Indicadores de Resultados (PDO), Indicadores Intermediários), visando tomar, em tempo hábil, ações corretivas para assegurar a convergência em relação às metas estabelecidas.





### 3. INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

#### 3.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Cerca de 90% do território estadual situa-se na "região semiárida", caracterizada por baixa pluviosidade anual (média de 500 mm), com má distribuição e pela ocorrência periódica do "fenômeno das secas", agravado nos últimos 4 anos com secas severas, configurando estado de emergência na grande maioria dos municípios afetados.

O presente projeto tem como orientação central a implementação de investimentos comunitários de pequena escala em infraestrutura hídrica, bem como no aproveitamento do potencial econômico da área, para desenvolver, de forma sustentável, pequenos negócios agrícolas e não agrícolas com vistas à geração de renda e de empregos. As intervenções produtivas estarão alinhadas com melhorias na provisão de água e a adoção de práticas de conservação ambiental; e serão complementadas por ações de capacitação e de assessoramento para o fortalecimento dos produtores e das suas organizações.

Durante os seis anos de execução, o projeto estima beneficiar 44.600 famílias, mediante a implantação de 1.312 subprojetos, sendo 740 de acesso a água e 572 de redução da vulnerabilidade agroclimática, incluindo práticas ambientais em todos os subprojetos. O Projeto PB Rural Sustentável está estruturado em 04 (quatro) componentes descritos a seguir:

**Componente 1: Fortalecimento Institucional** – O componente tem o valor total estimado de US\$ 4,02 milhões, dos quais 65% proveniente do BIR, e será responsável pelas seguintes atividades:

- a) A realização de campanha de comunicação e divulgação diferenciada<sup>1</sup> para: (i) informar os beneficiários potenciais sobre a abrangência e as regras do Projeto; (ii) publicar e disseminar informações sobre as atividades do Projeto incluindo, entre outros, informações sobre demandas, aprovações, financiamento e resultados; e (iii) promover investimentos e atrair compradores nas cadeias produtivas rurais selecionadas pelo Projeto;
- b) O fortalecimento da capacidade institucional de ACs e Conselhos Municipais, para: (i) aperfeiçoar sua governança e capacidades gerenciais para operar e fazer a manutenção da infraestrutura da comunidade; (ii) realizar treinamentos sobre higiene, meio ambiente e nutrição para os membros das ACs; e (iii) providenciar treinamento de agricultores para a adoção de boas práticas agrícolas e ambientais, incluindo o uso de informações sobre o clima para a tomada de decisões;
- c) O fortalecimento da capacidade institucional das OPs para: (i) cumprir com os regulamentos organizacionais e empresariais; e (ii) aperfeiçoar as habilidades em gestão do negócios e gerenciamento de riscos;
- d) Fornecer treinamento para os provedores de assessoria técnica para que possam oferecer suporte técnico as ACs, OPs, Cooperar e outros instituições públicas no âmbito do Projeto; e (ii) estabelecer um banco de dados de provedores de assessoria técnica;

<sup>1</sup> Para melhorar o alcance de determinados beneficiários como as mulheres, os jovens, indígenas quilombolas.



- e) Fortalecer a capacidade institucional da Secretária Estadual de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT) e de outras instituições públicas selecionadas para implantar um modelo de gestão que visa aprimorar os serviços de água e saneamento na área rural, incluindo, entre outras atividades, suporte para: (i) definir e estabelecer acordos institucionais dos subsetores; (ii) melhorar a coordenação entre os programas e as instituições do subsetor; (iii) estabelecer um sistema de informações para registrar e monitorar o estado dos sistemas de água e saneamento na área rural; (iv) guiar a implantação de mecanismos de assistência técnica e modelos de gestão para sistemas de abastecimento de água em área rural; (v) dar suporte à Federação de Associações/Sistema Integrado de Saneamento Rural da Paraíba – SISAR-PB; e (vi) oferecer treinamento e assistência técnica para melhorar as capacidades das ACs para gerenciar, operar e manter sistemas de abastecimento de água em áreas rurais;
- f) Fortalecimento das capacidades da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) e outros parceiros selecionados para identificar e alcançar os investidores e compradores potenciais, para facilitar sua decisão de entrar em Alianças Produtivas.

**Componente 2: Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática** – O componente tem o valor total estimado de US\$ 44,36 milhões, sendo 58% proveniente do BIRD, e será responsável pelas seguintes atividades:

- g) Prestação de assistência técnica para estudos de pré-investimentos para sistemas de água e subprojetos de redução da vulnerabilidade agroclimática;
- h) Implementação de investimentos de sistemas rurais de água, incluindo entre outros, sistemas de água encanada e não-encanada e dessalinização com reuso do rejeito;
- i) Implementação de subprojetos de redução da vulnerabilidade agroclimática, incluindo, entre outros, (i) abastecimento de água para produção agrícola e pecuária; (ii) diversificação da produção agropecuária e gestão dos recursos naturais; (iii) melhoria nutricional e segurança alimentar, destacando o reuso de água cinza para produção de alimentos em quintais produtivos; e (iv) melhoria no acesso de estradas rurais; e
- j) Estabelecimento de um Sistema Estadual de Informação de Riscos Agrohidroclimáticos (SEIRA).

**Componente 3: Alianças Produtivas** – O componente tem o valor total estimado de US\$ 20,75 milhões, com 70% proveniente do BIRD e será responsável pelas seguintes atividades:

- a) Prestação de assistência técnica para: (i) identificar, negociar e criar alianças produtivas com compradores; e (ii) estudos de pré-investimentos para alianças produtivas, incluindo formulação de planos de negócios e subprojetos associados;
- b) Implementação de subprojetos de alianças, com financiamentos, entre outras, de uma ou mais ações de: (i) pequenas obras de infraestrutura agrícola; (ii) medidas de conservação do solo e água; (iii) aquisição e



- utilização de máquinas e equipamentos, ferramentas e outros insumos;
- (iv) serviços de assistência técnica; e (v) infraestrutura não-agrícola para armazenamento, processamento e embalagem; e
- c) Prestação de assessoria técnica às organizações de produtores para a implementação dos subprojetos de alianças.

**Componente 4: Gestão, Monitoramento e Avaliação – Apoiar o Cooperar** a implementar de forma eficiente e eficaz: (i) a coordenação e gestão do Projeto; (ii) o monitoramento de atividades, avaliação e avaliação de impacto; (iii) a administração fiduciária, controles internos e auditorias; (iv) a gestão dos procedimentos de salvaguardas ambientais e sociais; (v) mecanismo de ouvidoria, (vi) os estudos relacionados ao projeto; e (vii) avaliação técnico-financeira independente dos planos de negócios das alianças.

### 3.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é melhorar o acesso à água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba.

Para o alcance do objetivo geral acima, o projeto planeja alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Proporcionar o acesso à água potável para cerca de 11.200 famílias, totalizando 41.440 pessoas de comunidades rurais pobres dos 100 municípios priorizados com base no Índice Municipal de Vulnerabilidade Agroclimática (IMVA)<sup>2</sup>;
- b) Viabilizar o acesso à água através de cisternas de alambrado para aproximadamente 7.560 famílias, totalizando 27.972 pessoas de comunidades rurais pobres dos 100 municípios priorizados com base no Índice Municipal de Vulnerabilidade Agroclimática (IMVA);
- c) Promover o acesso aos mercados para aproximadamente 8.500 famílias de pequenos produtores através do estabelecimento de 170 acordos de "Alianças Produtivas", totalizando aproximadamente 31.400 beneficiários;
- d) Promover o aumento de pelo menos 20% no valor bruto médio das vendas dos produtores integrantes das Alianças Produtivas apoiadas pelo Projeto;
- e) Aumentar o nível de resistência aos efeitos da seca de aproximadamente 17.400 famílias de pequenos produtores, totalizando aproximadamente 64.151 beneficiários, pela adoção/introdução de tecnologias agropecuárias já testadas para este fim;
- f) Beneficiar diretamente cerca de 165.000 pessoas, correspondendo a aproximadamente 44.600 famílias com as intervenções previstas no Projeto; e
- g) Reduzir os atuais níveis dos riscos Agrohidroclimáticos no Estado pela implantação e operacionalização de um Sistema Estadual de Informação de Risco Agrohidroclimático (SEIRA).

<sup>2</sup> As comunidades indígenas e quilombolas localizados fora dos municípios priorizados também elegíveis para acessar aos investimentos do Projeto.



### 3.3 JUSTIFICATIVA

As políticas públicas para a pequena produção (crédito, extensão rural, etc.) têm sido mais orientadas para apoiar a produção de subsistência e o atendimento ao mercado local, deixando ao largo oportunidades que os mercados mais rentáveis oferecem para diversos produtos da agricultura familiar. Desse modo, caso não se decida por uma política pública de efetiva promoção econômica e social, aos pequenos produtores da zona rural restam as alternativas de migração, ou de continuar dependentes das transferências governamentais convivendo com níveis elevados de carência causados, principalmente, por:

- a) baixa produtividade dos empreendimentos de geração de renda pela agricultura familiar, basicamente orientada para auto consumo e mercados locais;
- b) insegurança na disponibilidade de água para consumo e para a produção;
- c) dificuldades estruturais para o acesso dos pequenos produtores aos mercados mais rentáveis; e
- d) limitadas oportunidades de geração de empregos, notadamente para jovens e mulheres.

O contexto rural na zona semiárida da Paraíba apresenta o desafio da secular prevalência de indicadores de pobreza, mas, por outro lado, oferece meios de superação dessa situação, mediante a mobilização dos recursos e dos atores interessados ("stakeholders") para o adequado aproveitamento das oportunidades econômicas locais, em sua maioria, ainda não exploradas ou sub exploradas.

A alternativa proposta pelo Governo, para superar os citados entraves, é a de implementar o Projeto PB Rural Sustentável com objetivos e metas claramente focadas para a solução dos problemas antes descritos. Para tanto, o Governo do Estado está contratando um novo empréstimo junto ao Banco Mundial e, desse modo, continuar a parceria técnica e financeira com essa instituição de crédito internacional.

A principal componente da taxa de juros aplicada ao financiamento de US\$ 50 milhões é a *Libor* Dólar Americano semestral. A *Libor* é uma taxa de referência contra a qual um grupo representativo de bancos se financia no mercado interbancário londrino. Portanto, além de ser baixa, goza de relativa estabilidade tendo sido mantida abaixo de 0,5% desde 2010. Sobre a *Libor* é aplicado uma margem variável (*spread*) que leva em conta a margem contratual do BIRD de 0,5% e um prêmio adicional de risco para empréstimos com vencimentos acima de 12 anos, o que resulta em baixos desembolsos anuais, portanto, viáveis e compatíveis com a capacidade de pagamento do Estado.

Portanto, as condições do Empréstimo, se comparadas àquelas praticadas no mercado financeiro nacional e internacional, são consideradas vantajosas. Registre-se que os recursos do novo Acordo de Empréstimo serão aplicados em subprojetos de infraestrutura física e produtiva de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais pobres cujos investimentos irão proporcionar melhoria da qualidade de vida e oportunidade de ocupação e renda com amplos benefícios para a população e fixação do homem do campo, reduzindo o êxodo rural.

Ressalta-se como de suma importância a implantação e operacionalização de um Sistema Estadual de Informação de Risco Agrohidroclimático (SEIRA), que

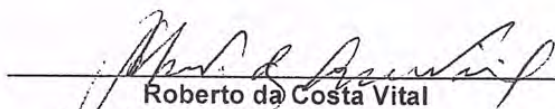
proporcionará melhores condições de planejamento de políticas públicas para o convívio com a estiagem, uma vez que disponibilizará informação ao público via a internet e outras fontes de mídia de diversos dados, dentre eles: (i) Alertas sobre as secas e outros eventos climáticos extremos; (ii) previsões climáticas e do balanço hídrico para alguns produtos agrícolas; (iii) previsões sazonais do clima; e (iv) simulações de plantio (calendário agrícola para produtos agrícolas).

Os resultados positivos alcançados pelo Estado no período de 1998 a 2014 com os Projetos Cooperar I e II, aliado à experiência e desempenho do Banco Mundial no combate à pobreza rural aprofundam o pleno alcance dos objetivos e metas buscados. Daí porque ressalta-se como de fundamental importância a continuidade do Programa capaz de gerar superávits sociais com impacto positivo na redução das desigualdades.

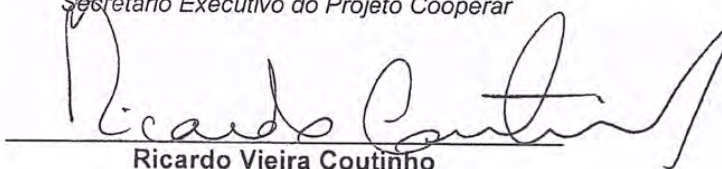
#### 4. CONCLUSÃO

Conforme demonstrado, entendemos que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

João Pessoa - PB, 06 de abril de 2018

  
**Roberto da Costa Vital**  
Secretário Executivo do Projeto Cooperar

De acordo

  
**Ricardo Vieira Coutinho**  
Governador do Estado da Paraíba



## Cronograma Financeiro da Operação na Moeda do Empréstimo

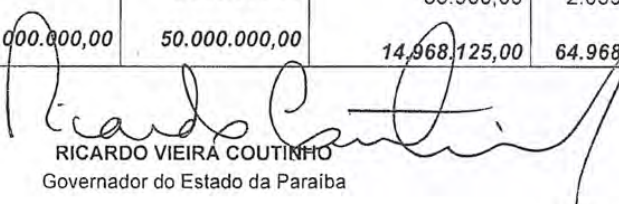
Ente federativo: GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Instituição financeira: BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

### COOPERAR III

US\$ 1,00

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortização (A)	Juros e Encargos (B)	Total (A+B)
2018	1.200.000,00	2.000.000,00	-	166.900,00	166.900,00
2019	4.200.000,00	7.000.000,00	-	270.962,50	270.962,50
2020	5.400.000,00	9.000.000,00	-	573.987,50	573.987,50
2021	6.600.000,00	11.000.000,00	-	948.312,50	948.312,50
2022	6.600.000,00	11.000.000,00	-	1.340.462,50	1.340.462,50
2023	6.000.000,00	10.000.000,00	4.000.000,00	1.759.100,00	5.759.100,00
2024			4.000.000,00	1.615.500,00	5.615.500,00
2025			4.000.000,00	1.471.900,00	5.471.900,00
2026			4.000.000,00	1.328.300,00	5.328.300,00
2027			4.000.000,00	1.184.700,00	5.184.700,00
2028			4.000.000,00	1.041.100,00	5.041.100,00
2029			4.000.000,00	897.500,00	4.897.500,00
2030			4.000.000,00	753.900,00	4.753.900,00
2031			4.000.000,00	610.300,00	4.610.300,00
2032			4.000.000,00	466.700,00	4.466.700,00
2033			4.000.000,00	323.100,00	4.323.100,00
2034			4.000.000,00	179.500,00	4.179.500,00
2035			2.000.000,00	35.900,00	2.035.900,00
<b>Total</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>14.968.125,00</b>	<b>64.968.125,00</b>

  
 RICARDO VIEIRA COUTINHO  
 Governador do Estado da Paraíba



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - C O F I E X**

**106ª REUNIÃO**

**RECOMENDAÇÃO Nº 05/0106, de 29 de agosto de 2014.**

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE X), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 2.º do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

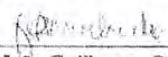
**RECOMENDA**

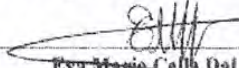
À Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

1. **Nome:** Projeto Paraíba Rural Sustentável
2. **Mutuário:** Estado da Paraíba
3. **Garantidor:** República Federativa do Brasil
4. **Entidade Financiadora:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
5. **Valor do Empréstimo:** pelo equivalente a até US\$ 50.000.000,00
6. **Valor da Contrapartida:** no mínimo de US\$ 30.000.000,00

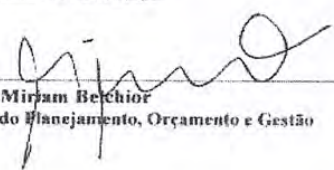
**Ressalva(s):**

- a) O Acordo de Empréstimo deverá estabelecer um prazo de encerramento (closing date) de 6 anos;
- b) À época da contratação da operação de crédito externo, o Mutuário deverá atender os critérios da Portaria MF n.º 306/2012;
- c) A negociação do contrato de empréstimo ficará condicionada à assinatura da revisão do PAF 2014/2016; e
- d) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

  
**João Guilherme Rocha Machado**  
Secretário-Executivo

  
**Eva Maria Cella Dal Chiavon**  
Presidenta

De acordo. Em 02 de Outubro de 2014.

  
**Miriam Belchior**  
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nota: A autorização concedida por esta Recomendação perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta em Diário Oficial da União.





# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

Nº 15.863

João Pessoa - Quarta-feira, 24 de Junho de 2015

Preço: R\$ 2,00

## ATO DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 10.487 DE 23 DE JUNHO DE 2015.  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Autoriza o Governo do Estado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, mediante prestação de garantia pela União e dá outras providências.

### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Paraíba, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o limite de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), com garantia da União, destinado ao financiamento do Projeto Paraíba Rural Sustentável - PB RURAL SUSTENTÁVEL.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no artigo anterior deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado da Paraíba;

II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;

III - valor: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

**Parágrafo único.** As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

**Art. 3º** A operação de crédito externo autorizada por esta Lei terá suas condições de prazo, encargos financeiros e variação cambial, definidos a partir das normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas da política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

**Art. 4º** O Poder Executivo consignará nos Planos Plurianuais, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos Anuais, durante o prazo estabelecido para o financiamento, os recursos provenientes da operação de crédito e os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no Projeto e dotações suficientes para amortização do principal, dos encargos e dos acessórios resultantes, em conformidade com as disposições contidas na presente Lei.

**Art. 5º** Para garantia da operação de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo fica autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo, para tanto, vincular as quotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, definidas no art. 155 e nos termos do art. 167, § 4º, da Constituição Federal, ou outras garantias em direito admitidas.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros não reembolsáveis, oriundos do financiamento junto ao BIRD, bem como as respectivas contrapartidas, através de convênios, para associações, cooperativas e outras entidades representativas de comunidades rurais sem fins lucrativos, regularmente constituídas no Estado da Paraíba, visando à implementação de ações no âmbito do PB RURAL SUSTENTÁVEL.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de junho de 2015; 127ª da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO  
Governador

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 35.969 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Denomina de "Hospital Metropolitano de Emergência e Trauma Santa Rita" a unidade hospitalar que está sendo construída no município de Santa Rita e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV e VI, da Constituição do Estado, e tendo em vista a Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica denominado de "Hospital Metropolitano de Emergência e Trauma Santa Rita" a unidade hospitalar que está sendo construída pelo Governo Estadual no município de Santa Rita-PB.

**Art. 2º** O Hospital Metropolitano de Emergência e Trauma - Santa Rita fica fazendo parte da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de junho de 2015; 127ª da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO  
Governador

DECRETO Nº 35.970 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Convoca a X Conferência Estadual de Assistência Social.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da política de Assistência Social no Estado,

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica convocada a X Conferência Estadual de Assistência Social, a ser realizada nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2015, tendo como tema central "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento gestor estadual de assistência social.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de junho de 2015; 127ª da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO  
Governador

DECRETO Nº 35.971 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, dois lotes de terras que menciona e determina outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o art. 5º, alínea "I" c/c o art. 6º do Decreto-lei 3.365, de 21 de junho de 1941

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, 02 (dois) lotes de terras, localizadas no Loteamento Cidade Verde Expansão, no bairro das indústrias, João Pessoa, neste Estado, a seguir discriminadas:

I - 01 (um) lote de terras medindo 10,00m de largura de frente e fundos, por 20,00m de comprimento do lado direito e lado esquerdo, com a área de 200,00m², compreendendo o lote nº 222, da quadra 554, pertencente a PLANETERRA-PLANEJAMENTO DA TERRA LTDA, com os seguintes limites e confrontações: Limitando-se pela FRENTE, com a rua Marrocos (Rua VL-20); FUNDOS, com o lote 282, Lado DIREITO, com os lotes 227 e Lado ESQUERDO, com o lote 217, conforme Registro de Matrícula nº 112697, junto ao Serviço Notarial do 1º Ofício e Registral Imobiliário da Zona Sul Carlos Ulysses, neste Estado.

II - 01 (um) lote de terras medindo 10,00m de largura de frente e fundos, por 20,00m de comprimento de lado direito e lado esquerdo totalizando 200,00m², compreendendo o lote nº 217 da quadra 554, pertencente a PLANETERRA-PLANEJAMENTO DA TERRA LTDA, com os seguintes limites e confrontações: Limitando-se pela Frente, com a rua Marrocos (Rua VL-20); FUNDOS, com o lote 300, Lado DIREITO, com os lotes 249 e 261; Lado ESQUERDO, com o lote 207, conforme Registro de Matrícula nº 112290, junto ao Serviço Notarial do 1º Ofício e Registral Imobiliário da Zona Sul Carlos Ulysses, neste Estado.

**Art. 2º** As desapropriações tratada no artigo anterior, destinam-se à construção de um Reservatório Apoiado - RAP, Reservatório Elevado - REL e da Estação Elevatória - EEAT, pertencente à Ampliação do abastecimento de água para os conjuntos Cidade Verde, localizado no bairro das indústrias, na Cidade de João Pessoa, neste Estado, que está sendo construído pelo Governo do Estado através da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA.

**Art. 3º** É de natureza urgente a desapropriação de que trata este decreto, para efeito de imediata imissão na posse da área descrita, de conformidade com o disposto no art. 15 do Decreto Lei nº. 3.365/41.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da presente desapropriação serão de responsabilidade da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

**Art. 5º** Ficam a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio do Estado e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, por sua Assessoria Jurídica, autorizadas a promover, em conjunto ou isoladamente, os atos judiciais ou extrajudiciais necessários à efetivação da presente desapropriação, inclusive solicitar guias de tributos e assinar as escrituras públicas necessárias.



## **1ª PARTE - DELIBERATIVA**

**3**

REQ  
COMISSÃO DE ASSUNTOS  
ECONÔMICOS  
00011/2019

APROVADO EM / / 2019

## REQUERIMENTO Nº /CAE-2019

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que *“Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".*”

Em de fevereiro de 2019.

SENADOR

## **1ª PARTE - DELIBERATIVA**

**4**



REQ  
COMISSÃO DE ASSUNTOS  
ECONÔMICOS  
00012/2019

APROVADO EM / / 2019

## REQUERIMENTO Nº /CAE-2019

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que *“Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".*”

Em de fevereiro de 2019.

SENADOR

## **2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES**

**1**



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 2, DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 2, de 2019, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga

26 de Fevereiro de 2019





**PARECER Nº      , DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 2, de 2019 (Mensagem nº 1, de 2019, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.*



RELATOR: Senador **EDUARDO BRAGA**

**I – RELATÓRIO**

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do senhor Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de presidente do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição Federal.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

Nos termos do disposto no art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a escolha do Presidente do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil, e o seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, relatando sua formação acadêmica e experiência profissional.

O senhor Roberto de Oliveira Campos Neto nasceu em 1969. Graduiu-se como Bacharel em Economia em 1993, concluindo o Mestrado em Economia em 1995, ambos na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Fez o Programa Executivo em Liderança oferecido pelo *U.S. Military Academy at West Point*, Nova Iorque, em 2017, e o Programa Executivo em Inovação Tecnológica da *Singularity University*, da Califórnia.

O senhor Roberto de Oliveira Campos Neto tem uma longa trajetória no sistema financeiro. Trabalhou no Banco Bozano Simonsen em várias funções, como as de operador de derivativos de juros e câmbio, de dívida externa, de bolsa de valores e de executivo de renda fixa internacional, no período de 1996 a 1999. No Banco Santander Brasil, atuou como Chefe de Renda Fixa Internacional entre 2000 e 2003, e como chefe de *trading* de 2006 a 2010. Entre 2010 e 2018, foi responsável pela Tesouraria Global para as Américas; membro do Conselho do Santander *Investment* nos EUA, e membro do Conselho Executivo do banco de investimentos no Brasil e no mundo. Também foi gerente de carteiras da Claritas Investimentos de 2004 a 2006; membro externo do Comitê de Produtos e de Precificação da B3 no período 2017 a 2018, e membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, em 2018.

Quanto às declarações de cunho pessoal, para atender o disposto no artigo 383, inciso I, alínea *b*, do RISF, também exigidas pelo art. 1º, inciso II, alíneas *a*, o candidato declara que seu irmão teve participação no capital da Mint Capital Gestora de Recursos Ltda, encerrada em 2017, e que não possui outros parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional. Também declara que é proprietário de três empresas sediadas no exterior, “veículos de investimento, exclusivamente de recursos próprios, em ativos internacionais, de longa data, sem movimentação recente”, que serão administradas sem sua participação efetiva enquanto estiver na Presidência do Banco Central, caso sua indicação seja aprovada. Declara ainda que não possui nenhuma pendência em seu



SF/19875.14189-23

nome, relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica e técnica do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do senhor Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19875.14189-23





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 26/02/2019 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. JADER BARBALHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. SIMONE TEBET
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. ESPERIDIÃO AMIN
DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE	7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		
TITULARES		SUPLENTES
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU	PRESENTE	3. ELIZIANE GAMA PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ANGELO CORONEL PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES		SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. JORGINHO MELLO PRESENTE



6

Senado Federal

---

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

EDUARDO GOMES  
FABIANO CONTARATO  
EDUARDO GIRÃO  
LUIS CARLOS HEINZE  
MARCOS DO VAL  
PAULO ROCHA



## Resultado de Votação Secreta

### Comissão de Assuntos Econômicos

Indicação para cargos no BACEN e na CVM

**MSF 2/2019 - 1. ROBERTO N-BACEN**

Início da votação: 26/02/2019 12:18:55

Fim da votação: 26/02/2019 15:17:34

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
EDUARDO BRAGA	votou	1. JADER BARBALHO	
MECIAS DE JESUS	votou	2. SIMONE TEBET	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. DÁRIO BERGER	
CONFÚCIO MOURA	votou	4. MARCELO CASTRO	votou
LUIZ DO CARMO	votou	5. MARCIO BITTAR	
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN	
DANIELLA RIBEIRO	votou	7. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS	votou
PLÍNIO VALÉRIO	votou	2. ELMANO FÉRRER	
TASSO JEREISSATI	votou	3. ORIOVISTO GUIMARÃES	
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍPIO	votou
STYVENSON VALENTIM	votou	5. ROBERTO ROCHA	
FLÁVIO BOLSONARO	votou	6. IZALCI LUCAS	
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
JORGE KAJURU	votou	1. LEILA BARROS	
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	votou	2. ACIR GURGACZ	
KÁTIA ABREU	votou	3. ELIZIANE GAMA	
RANDOLFE RODRIGUES	votou	4. CID GOMES	
ALESSANDRO VIEIRA	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
JEAN PAUL PRATES	votou	1. PAULO PAIM	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	votou	3. TELMÁRIO MOTA	
PSD		PSD	
OMAR AZIZ	votou	1. ANGELO CORONEL	votou
OTTO ALENCAR	votou	2. LUCAS BARRETO	
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
RODRIGO PACHECO	votou	1. CHICO RODRIGUES	
MARCOS ROGÉRIO	votou	2. ZEQUINHA MARINHO	
WELLINGTON FAGUNDES	votou	3. JORGINHO MELLO	voto não computado

Votação:

TOTAL 26 SIM 26 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,  
PLENÁRIO Nº 19, EM 26/02/2019

Senador Omar Aziz  
Presidente



**DECISÃO DA COMISSÃO****(MSF 2/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO SENHOR ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, PARA EXERCER O CARGO DE PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, COM 26 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTO CONTRÁRIO E 0 ABSTENÇÃO.

26 de Fevereiro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) N° 2, DE 2019

(n° 1/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

**AUTORIA:** Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 1

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ROBERTO CAMPOS NETO para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Brasília, 1º de janeiro de 2019.



Aviso nº 1 - C. Civil.

Em 1º de janeiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO CAMPOS NETO para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

## Roberto de Oliveira Campos Neto

### *Curriculum Vitae*

Janeiro de 2019

#### Dados Pessoais

CPF: 078.602.017-20

Data de nascimento: 28/06/1969

Filiação: Roberto de Oliveira Campos Junior  
Patricia Oliveira Campos

#### Educação

Singularity University, Califórnia, EUA 2018  
Programa Executivo em Inovação Tecnológica

U.S. Military Academy at West Point, Nova Iorque, EUA 2017  
Programa Executivo em Liderança

University of California, Los Angeles, EUA 1995  
Mestrado em Economia

University of California, Los Angeles, EUA 1993  
Bacharel em Economia


#### Experiência Profissional

Grupo Santander 2010-2018  
Responsável pela Tesouraria Global para as Américas  
Membro do Conselho do Santander Investment nos EUA  
Membro do Conselho Executivo do banco de investimentos no Brasil e no mundo

B3 S.A. 2017-2018  
Membro Externo do Comitê de Produtos e de Precificação

Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, FAAP -2018  
Membro

<b>Banco Santander Brasil</b> Chefe de Trading	2006-2010
<b>Claritas</b> Gerente de Carteiras	2004-2006
<b>Banco Santander Brasil</b> Chefe de Renda Fixa Internacional	2000-2003
<b>Banco Bozano Simonsen</b> Executivo de Renda Fixa Internacional	1999
<b>Banco Bozano Simonsen</b> Operador de Bolsa de Valores	1998
<b>Banco Bozano Simonsen</b> Operador de Dívida Externa	1997
<b>Banco Bozano Simonsen</b> Operador de Derivativos de Juros e Câmbio	1996
<b>University of California, Los Angeles, EUA</b> Teaching Assistant	1992



---

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO



NAME: CAMPOS, ROBERTO OLIVERA NETO  
 UCLA ID: 200730187  
 SSN: XXX-XX-9758

UNIVERSITY OF CALIFORNIA, LOS ANGELES  
 VERIFICATION TRANSCRIPT  
 ETS CODE: 004837  
 SCHOOL CODE: 001315

PAGE 1 OF 1

**PROGRAM OF STUDY**

GRADUATE ADMIT DATE: 09/27/1993

GRADUATE DIVISION

MAJOR: MANAGEMENT (MASTER OF BUSINESS ADMINISTRATION)

UNDERGRADUATE ADMIT DATE: 09/25/1989

CLASS LEVEL: SENIOR

COLLEGE OF LETTERS AND SCIENCE

MAJOR: ECONOMICS (BACHELOR OF ARTS)

**DEGREES | CERTIFICATES AWARDED**

BACHELOR OF ARTS AWARDED MARCH 26, 1993  
 IN ECONOMICS

MASTER OF ARTS AWARDED DECEMBER 15, 1995  
 IN ECONOMICS

**HISTORY OF ATTENDANCE**

TERM OF ATTENDANCE	START DATE	END DATE	TRANSCRIPT CAREER	UNITS	TERM STATUS
SUMMER SESSIONS 1995	06/26/1995	09/15/1995	GRADUATE	12.0	FULL-TIME
SPRING QUARTER 1995	03/29/1995	06/16/1995	GRADUATE	16.0	FULL-TIME
WINTER QUARTER 1995	01/04/1995	03/24/1995	GRADUATE	16.0	FULL-TIME
FALL QUARTER 1994	09/26/1994	12/16/1994	GRADUATE	12.0	FULL-TIME
SUMMER SESSIONS 1994	06/27/1994	09/16/1994	GRADUATE	8.0	FULL-TIME
SPRING QUARTER 1994	03/30/1994	06/17/1994	GRADUATE	12.0	FULL-TIME
WINTER QUARTER 1994	01/05/1994	03/25/1994	GRADUATE	12.0	FULL-TIME
FALL QUARTER 1993	09/27/1993	12/17/1993	GRADUATE	8.0	FULL-TIME
WINTER QUARTER 1993	01/06/1993	03/26/1993	UNDERGRADUATE	16.0	FULL-TIME; AWARDED DEGREE FOR TERM
SUMMER SESSIONS 1992	06/22/1992	09/11/1992	UNDERGRADUATE	12.0	FULL-TIME
SPRING QUARTER 1992	03/25/1992	06/12/1992	UNDERGRADUATE	20.0	FULL-TIME
FALL QUARTER 1991	09/23/1991	12/13/1991	UNDERGRADUATE	16.0	FULL-TIME
SUMMER 1991	06/24/1991	09/13/1991	UNDERGRADUATE	8.0	FULL-TIME
SPRING QUARTER 1991	03/27/1991	06/14/1991	UNDERGRADUATE	12.0	FULL-TIME
WINTER QUARTER 1991	01/02/1991	03/22/1991	UNDERGRADUATE	12.0	FULL-TIME
FALL QUARTER 1990	09/24/1990	12/14/1990	UNDERGRADUATE	16.0	FULL-TIME
SUMMER SESSIONS 1990	06/25/1990	08/31/1990	UNDERGRADUATE	4.0	HALF-TIME
SPRING QUARTER 1990	03/28/1990	06/15/1990	UNDERGRADUATE	12.0	FULL-TIME
WINTER QUARTER 1990	01/03/1990	03/23/1990	UNDERGRADUATE	12.0	FULL-TIME
FALL QUARTER 1989	09/25/1989	12/15/1989	UNDERGRADUATE	12.0	FULL-TIME

END OF RECORD  
 NO ENTRIES BELOW THIS LINE

THIS INFORMATION HAS BEEN RELEASED IN ACCORDANCE WITH THE FEDERAL FAMILY EDUCATIONAL RIGHTS AND PRIVACY ACT (FERPA) AND CANNOT BE FURTHER DISCLOSED WITHOUT THE PRIOR WRITTEN CONSENT OF THE STUDENT.



Authentication  
 This official transcript is printed on security paper with a blue fading background, the Seal of the UCLA Office of the Registrar, and the signature of University Registrar Frank Y. Wada.

*Frank Y. Wada*  
 University Registrar



THE REGENTS OF THE

# University of California

ON THE RECOMMENDATION OF THE  
GRADUATE COUNCIL OF THE ACADEMIC SENATE, LOS ANGELES DIVISION  
HAVE CONFERRED UPON

ROBERTO OLIVERA NETO CAMPOS

THE DEGREE OF MASTER OF ARTS  
IN ECONOMICS  
WITH ALL THE RIGHTS AND PRIVILEGES THERETO PERTAINING

GIVEN AT LOS ANGELES  
THIS FIFTEENTH DAY OF DECEMBER IN THE YEAR  
NINETEEN HUNDRED AND NINETY-FIVE.



*Patricia Wilson*  
GOVERNOR OF CALIFORNIA AND  
PRESIDENT OF THE REGENTS

*Richard C. Atkinson*  
PRESIDENT OF THE UNIVERSITY

*Robert E. Kelly*  
CHANCELLOR AT LOS ANGELES

*Charles Mitchell Sporn*  
DEAN OF THE GRADUATE DIVISION  
LOS ANGELES



## DECLARAÇÃO

(Art. 383, Inciso I, Alínea "B", do Regimento Interno do Senado Federal)

**1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.**

Entre 2013 e 2017, meu irmão, Rafael de Oliveira Campos, teve participação no capital da Mint Capital Gestora de Recursos Ltda. Essa participação foi encerrada em 2017.

Não possuo outros parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

**2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.**

Tive participação acionária no “Banco Santander”. As ações decorrentes dessa participação societária foram integralmente alienadas até dezembro de 2018.

Tenho participação minoritária, de 0,01%, no capital social da “Cor Administracao e Participacoes Ltda”, empresa de gestão de bens, administrada por meu pai, Roberto de Oliveira Campos Junior.

Sou proprietário das seguintes empresas sediadas no exterior: Peacock Asset, administrada pelo banco Goldman Sachs; Cor Asset, administrada pelo Banco Safra; ROCN, administrada pelo banco UBS; e Darling Corp., de gestão de bens imóveis. Trata-se de veículos de investimento, exclusivamente de recursos próprios, em ativos internacionais, de longa data, sem movimentação recente.

Destaco, por oportuno, que essas participações societárias constam das minhas Declarações Anuais à Receita Federal e que os investimentos mantidos no Brasil e no exterior não serão movimentados ou serão administrados por gestor independente sem minha participação efetiva durante o período em que estiver na Presidência do Banco Central, caso minha indicação seja aprovada pelo Senado Federal.

**3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.**

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais.

**4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.**

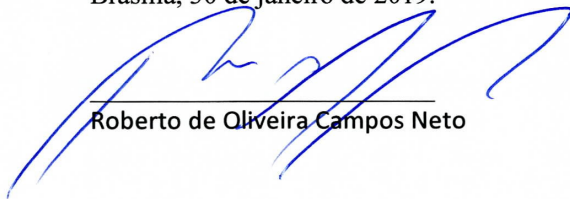
Não figurei como autor ou réu de nenhuma ação judicial.



**5. Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.**

Nos últimos 5 (cinco) anos, não tive atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 30 de janeiro de 2019.



Roberto de Oliveira Campos Neto



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO**  
**CPF: 078.602.017-20**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:29:22 do dia 08/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/07/2019.

Código de controle da certidão: **7424.D778.53A6.23A3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 078.602.017-20

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 19010029581-80

Data e hora da emissão 08/01/2019 10:26:52

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



## Procuradoria da Dívida Ativa

**Certidão Negativa de Débitos Tributários**  
**da**  
**Dívida Ativa do Estado de São Paulo**

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

**FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0012579 - 2019

**CPF/CNPJ Raiz:** 078.602.017-20

**Contribuinte:** ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

**Liberação:** 08/01/2019

**Validade:** 07/07/2019

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 11:36:56 horas do dia 08/01/2019 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** DF1474D7

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA  
(Art. 383, Inciso I, Alínea “c”, do RISF)

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimo Senhor Relator,

Para fins do disposto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresento a argumentação a seguir, a fim de demonstrar que minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral me habilitam para o exercício do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, conforme indicação do Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Sou graduado em Economia (1993), com mestrado em Economia (1995), ambos pela Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), nos Estados Unidos da América.

Tenho ampla e diversificada experiência profissional, acumulada ao longo de 22 anos atuando em diferentes papéis e em diferentes instituições financeiras, no Brasil e no exterior, a respeito de temas atinentes aos setores público e privado.

Iniciei minha carreira no Banco Bozano Simonsen, onde, entre 1996 e 1999, atuei nas áreas de derivativos de juros e câmbio, dívida externa, bolsas de valores e renda fixa internacional.

A partir de 2000, trabalhei para o Banco Santander, inicialmente como titular da mesa de operações do Santander Brasil até tornar-me responsável por todas as tesourarias do grupo nas Américas.

No Banco Santander, iniciei um projeto global em inovação tecnológica e fiz parte do grupo responsável pelo “Banco Digital”. Tenho estudado e me dedicado intensamente ao desenho de como será o sistema financeiro do futuro. Participei de estudos sobre *blockchain* e ativos digitais, por exemplo. Uma das contribuições que espero trazer para o Banco Central é preparar a instituição para o mercado do futuro, em que as tecnologias avançam de forma exponencial, gerando transformações de uma forma mais acelerada.

Na área dos mercados, atuei na formulação de vários produtos financeiros existentes hoje. Até dezembro de 2018, por exemplo, fui membro externo do Comitê de Produtos e de Precificação da B3, após a fusão da BM&FBovespa com a CETIP.

Participei da criação das maiores tesourarias internacionais da América Latina, com foco em clientes estrangeiros. Graças a essa experiência, acumulei vasto conhecimento do segmento de investidores internacionais, que espero utilizar em prol do desenvolvimento do País por meio da promoção do investimento privado, seja ele de origem nacional ou estrangeira.

Sempre estive ligado na economia real por meio dos mercados, conduzindo diversas mesas de operações em distintos países. Eu vivi de perto erros e acertos das políticas monetárias e cambiais e interagi com os formuladores. Tenho certeza de que essa experiência será muito útil na formulação de políticas a serem implantadas pelo Banco Central.



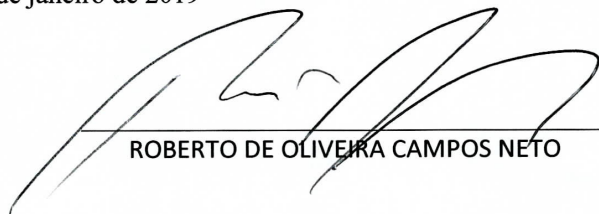
Também participei da formulação da atual política econômica no Brasil e tenho perfeita afinidade intelectual e moral com a equipe econômica. Dito isso, caso tenha a honra de ter meu nome aprovado pelo Senado Federal, presidirei o Banco Central com autonomia, para cumprir a missão de assegurar a estabilidade monetária e a solidez do sistema financeiro.

Em particular, ressalto a importância da recente consolidação da inflação em torno da meta e da ancoragem das expectativas de inflação, o que permitiu a redução sustentável das taxas de juros e contribuiu para a recuperação da economia.

Tendo em vista o exposto acima, estou convicto de que posso contribuir para o desenho de um país melhor e que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional me habilitam para o desempenho do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 30 de janeiro de 2019



ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

## **2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES**

**2**



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 4, DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 5, de 2019, que Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz

**RELATOR:** Senador Rodrigo Pacheco

26 de Fevereiro de 2019







SENADOR RODRIGO PACHECO

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 5, de 2019 (Mensagem nº 43, de 2019, na origem), da Presidência da República, que *submete à consideração do Senado Federal, o nome do senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.*



RELATOR: Senador **RODRIGO PACHECO**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do senhor Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil, e o seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.



### SENADOR RODRIGO PACHECO

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o senhor Bruno Serra Fernandes tem formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1978. Graduiu-se em Economia no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (1999), e concluiu o Mestrado, também em Economia, na Universidade de São Paulo – USP (2004). Participou, ainda, do Programa de Educação Executiva da Fundação Dom Cabral (2017).

O senhor Bruno Serra Fernandes tem uma longa trajetória profissional no setor financeiro. Foi Gerente de Carteiras, responsável pela gestão de recursos de terceiros, no BankBoston *Asset Management* (2002 a 2005); Estrategista de Renda Fixa para as diretorias de *Banking e Trading*, no Banco BankBoston (2005 a 2006); responsável pela gestão de risco de mercado na diretoria de *Banking*, no Itaú Unibanco S.A. (2006 a 2014); e Superintendente Executivo de Renda Fixa, no Itaú Unibanco S.A. (2014 a 2019).

Na argumentação escrita, o indicado afirma que seus dezoito anos de experiência no setor financeiro exigiram acompanhamento e conhecimento aprofundado das economias brasileira e internacional, como também da execução das políticas monetária e cambial e das decisões de política econômica em geral.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que seu cunhado, Mário Marques Cavaliere, exerce atividade vinculada à sua atividade profissional, como superintendente do Banco Máxima S.A; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que tem participação acionária no Itaú Unibanco, mas que tal participação será alienada até a data da posse, caso o Senado Federal aprove sua indicação; que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.





SENADOR RODRIGO PACHECO

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado.

Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do senhor Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator







**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 26/02/2019 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. JADER BARBALHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. SIMONE TEBET
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. ESPERIDIÃO AMIN
DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE	7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		
TITULARES		SUPLENTES
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU	PRESENTE	3. ELIZIANE GAMA PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ANGELO CORONEL PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES		SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. JORGINHO MELLO PRESENTE



---

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

EDUARDO GOMES  
FABIANO CONTARATO  
EDUARDO GIRÃO  
LUIS CARLOS HEINZE  
MARCOS DO VAL  
PAULO ROCHA



## Resultado de Votação Secreta

### Comissão de Assuntos Econômicos

Indicação para cargos no BACEN e na CVM

**MSF 5/2019 - 2. BRUNO F.- BACEN**

Início da votação: 26/02/2019 12:18:55

Fim da votação: 26/02/2019 15:17:34

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
EDUARDO BRAGA	votou	1. JADER BARBALHO	
MECIAS DE JESUS	votou	2. SIMONE TEBET	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. DÁRIO BERGER	
CONFÚCIO MOURA	votou	4. MARCELO CASTRO	votou
LUIZ DO CARMO	votou	5. MARCIO BITTAR	
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN	
DANIELLA RIBEIRO	votou	7. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS	votou
PLÍNIO VALÉRIO	votou	2. ELMANO FÉRRER	
TASSO JEREISSATI	votou	3. ORIOVISTO GUIMARÃES	
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍPIO	votou
STYVENSON VALENTIM	votou	5. ROBERTO ROCHA	
FLÁVIO BOLSONARO	votou	6. IZALCI LUCAS	
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
JORGE KAJURU	votou	1. LEILA BARROS	
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	votou	2. ACIR GURGACZ	
KÁTIA ABREU	votou	3. ELIZIANE GAMA	
RANDOLFE RODRIGUES	votou	4. CID GOMES	
ALESSANDRO VIEIRA	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
JEAN PAUL PRATES	votou	1. PAULO PAIM	
FERNANDO COLLOR		2. JAKES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	votou	3. TELMÁRIO MOTA	
PSD		PSD	
OMAR AZIZ	votou	1. ANGELO CORONEL	votou
OTTO ALENCAR	votou	2. LUCAS BARRETO	
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
RODRIGO PACHECO	votou	1. CHICO RODRIGUES	
MARCOS ROGÉRIO	votou	2. ZEQUINHA MARINHO	
WELLINGTON FAGUNDES	votou	3. JORGINHO MELLO	voto não computado

Votação:

TOTAL 26 SIM 26 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,  
PLENÁRIO Nº 19, EM 26/02/2019

Senador Omar Aziz  
Presidente



**DECISÃO DA COMISSÃO****(MSF 5/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO SENHOR BRUNO SERRA FERNANDES, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, COM 26 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTO CONTRÁRIO E 0 ABSTENÇÃO.

26 de Fevereiro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2019

(n° 43/2019, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 43

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.



0001.000709/2019-13

OFÍCIO Nº 4/2019/CC/PR

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.


A Sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0001.000709/2019-13  
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121  
CEP 70150-900 Brasília/DF - <http://www.planalto.gov.br>

SEI nº 1042177

## Bruno Serra Fernandes

*Curriculum Vitae - Janeiro/2019*

### Dados Pessoais

CPF: 077.783.207-03

Data de nascimento: 25/04/1978

Filiação: Paulo Roberto Cardoso Fernandes  
Vania Maria Serra Fernandes

### Educação

Fundação Dom Cabral (FDC)	2017
Programa de Educação Executiva	
Universidade de São Paulo (USP)	2004
Mestrado em Economia. Bolsista CNPq entre 2000 e 2001	
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)	1999
Bacharel em Economia	

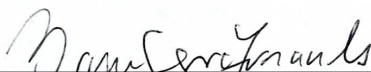
### Experiência Profissional

Itaú Unibanco S.A.	2014-2019
Superintendente Executivo de Renda Fixa	
Itaú Unibanco S.A.	2006-2014
Responsável pela gestão de risco de mercado na diretoria de Banking	
Banco BankBoston	2005-2006
Estrategista de Renda Fixa para as diretorias de Banking e Trading	
BankBoston Asset Management	2002-2005
Gerente de Carteiras, responsável pela gestão de recursos de terceiros	

### Publicações

"Impulso Fiscal: teoria e prática - o caso brasileiro de 1992 a 2002"	2004
Dissertação de Mestrado	
Orientadores: Dra. Fabiana Fontes Rocha e Dr. Afonso Sant'Anna Bevilacqua	
"Podemos dizer que a taxa de cambio está apreciada?"	2005
Artigo publicado no jornal Valor Econômico de 12 de abril	

Bruno Serra Fernandes







## FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS

- RIO DE JANEIRO -

O Diretor da Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a conclusão do Curso de Ciências Econômicas em 16 de dezembro de 1999, confere o título de Bacharel em Ciências Econômicas a Bruno Serra Fernandes nascido a 25 de abril de 1978, natural de Rio de Janeiro cédula de identidade nº 10642216-5 expedida IFP e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2000

Diretor de Ensino e Pesquisa

Diretor Geral

Secretário Geral

Diplomado



ia e Finanças do IBMEC

CIAS ECONÔMICAS

NHECIDO

33 de 30/07/1999

ia e Finanças do IBMEC

38, folha 038 do

1

fulho de 2001

Paulo G. da Costa

aria Geral

Paulo Guedes, PhD.  
Diretor Geral

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Diploma registrado sob n.º 101  
Livro 01 fls. 03 V em 28/03/2001  
Processo n.º 23079.020022/00.93  
por delegação de competência do Ministério da  
Educação e Cultura nos termos da Portaria  
MEC/DAU n.º 71 de 21/10/1977.

Divisão de Diplomas 28/03/2001.

Flávio dos S. LAFIETE

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL

Flávio dos Santos Lafaiete

Ass. em Adm.

Reg.: 0039211

VISTO:

DIRETOR DA D. D.

Profa. Altina Rodrigues Diniz  
Diretora da Divisão de Diplomas / SR 1 UFRJ  
Registro 033950-8



Antonio de Araujo Freitas Jr., PhD.  
Diretor de Ensino e Pesquisa

Delfina Sestelo y Alonso  
Secretário Geral

000225

**Profa. Dra. Nina Beatriz Stocco Ravieri**  
Secretária Geral

Curso Reconhecido  
de acordo com o disposto  
na Portaria MEC n.º 2530  
de 04/03/2002, DOU de  
06/03/2002.

<b>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</b>	
SECRETARIA GERAL	
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
Diploma registrado sob n.º	<b>063975</b>
Processo n.º	<b>2004.5.841.12.1</b>
nos termos do Artigo 48 da Lei 9394/96.	
São Paulo, <b>29</b> de <b>agosto</b> de <b>2005</b>	
<b>LUIS CARLOS PASTOR</b> Técnico Acadêmico	
De acordo,	 <b>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</b> SECRETARIA GERAL - REGISTRO DE DIPLOMAS



## DECLARAÇÃO

(Art. 383, Inciso I, Alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal-RISF)

**1. Existência de parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.**

Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que possuo parentesco com Mário Marques Cavaliere, cunhado, superintendente do Banco Máxima S.A., admitido em 24/09/2018.

**2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.**

Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que tenho participação acionária no "Itaú Unibanco", CNPJ 60.701.190/0001, desde fevereiro de 2015. As ações decorrentes desta participação societária serão alienadas até a data da posse, caso o Senado Federal aprove minha indicação.

Tive participação societária na microempresa "A.B.A. Cascadura Baterias e Pneus LTDA-ME" a partir de abril de 1998. Esta microempresa era gerida pelo meu pai, Sr. Paulo Roberto Cardoso Fernandes, e teve suas atividades encerradas conforme distrato social registrado na JUCERJ em maio de 2007.

Destaco, por oportuno, que essas participações societárias constam das minhas Declarações Anuais a Receita Federal e que os investimentos mantidos serão administrados por gestor independente sem minha participação efetiva durante o período em que estiver na Diretoria do Banco Central, caso minha indicação seja aprovada pelo Senado Federal.

**3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.**

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais.

**4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.**

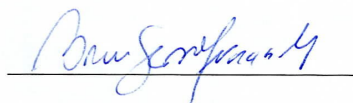
Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que não figuro como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

**5. Quanto à atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu a indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.**



Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que nos últimos 5 (cinco) anos, não tive atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 30 de janeiro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo Sérgio", is written over a horizontal line.

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA  
(Art. 383, Inciso I, Alínea “c”, do RISF)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal,

Para fins do disposto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresento a argumentação a seguir, que demonstra minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, conforme indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Iniciei minha trajetória acadêmica com a graduação em Economia no Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais (IBMEC) em 1999. No ano seguinte decidi seguir aprofundando nos estudos de economia, cursando o mestrado em tempo integral na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, para o qual tive suporte como bolsista do CNPq.

Em 2002 iniciei minha carreira profissional como gestor de recursos na Boston Asset Management, onde tive a oportunidade de aplicar e aprimorar meus conhecimentos sobre economia e finanças à realidade do mercado financeiro local.

A partir de 2005, migrei para a tesouraria do próprio BankBoston, experiência essencial para conhecer o funcionamento da operação de um banco local.

De 2006 a 2013, com a aquisição do BankBoston pelo Banco Itaú e posterior fusão deste com o Unibanco, tive como principal responsabilidade a gestão de risco de mercado na Tesouraria da instituição. Era parte central dessa função acompanhar e projetar cenários, principalmente cenários alternativos, para os ativos brasileiros e internacionais, como o preço do dólar e a estrutura de taxas de juros, de forma a posicionar o balanço da instituição para os riscos do mercado.

Em 2014 assumi a área de renda fixa proprietária da instituição, onde, além das responsabilidades de gestão de risco, passei a manter relacionamento com clientes institucionais, especialmente estrangeiros, a fim de ajudá-los a participar do mercado de renda fixa brasileiro. Mantive relacionamento próximo com as equipes da Subsecretaria da Dívida Pública do Tesouro Nacional e do Departamento de Mercado Aberto do Banco Central do Brasil, em consequência da minha atuação respectivamente como dealer de títulos públicos e de política monetária.

Em decorrência dessas novas atribuições, participei em fóruns nacionais e internacionais, como por exemplo, os eventos semestrais do Fundo Monetário Internacional. Por fim, atuei junto à B3, antiga BM&F Bovespa, e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), nas discussões relacionadas ao desenvolvimento do mercado financeiro local, criação de novos produtos e promoção da liquidez nos mercados de renda fixa e de câmbio.

Durante esses últimos dezoito anos, as economias brasileira e internacional passaram por oscilações importantes. Vivenciei todos estes momentos, com atuação destacada em áreas



críticas no sistema financeiro local. No dia a dia das minhas atividades sempre esteve presente o acompanhamento das decisões de política econômica, seja no âmbito do Banco Central, como a definição da taxa de juros, a administração da liquidez do sistema financeiro, e execução das políticas monetária e cambial, do Ministério da Fazenda ou deste Congresso. O acúmulo dessas experiências certamente contribuirá em minha atuação como membro da Diretoria Colegiada.

Tenho convicção de que minha formação acadêmica e experiências aqui relatadas me capacitam a desempenhar o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 30 de janeiro de 2019



10/01/2019



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BRUNO SERRA FERNANDES**  
**CPF: 077.783.207-03**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:07:00 do dia 10/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/07/2019.

Código de controle da certidão: **9AF0.A6F1.4145.6EE4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 077.783.207-03

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 18120118128-29

Data e hora da emissão 28/12/2018 14:37:28

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)

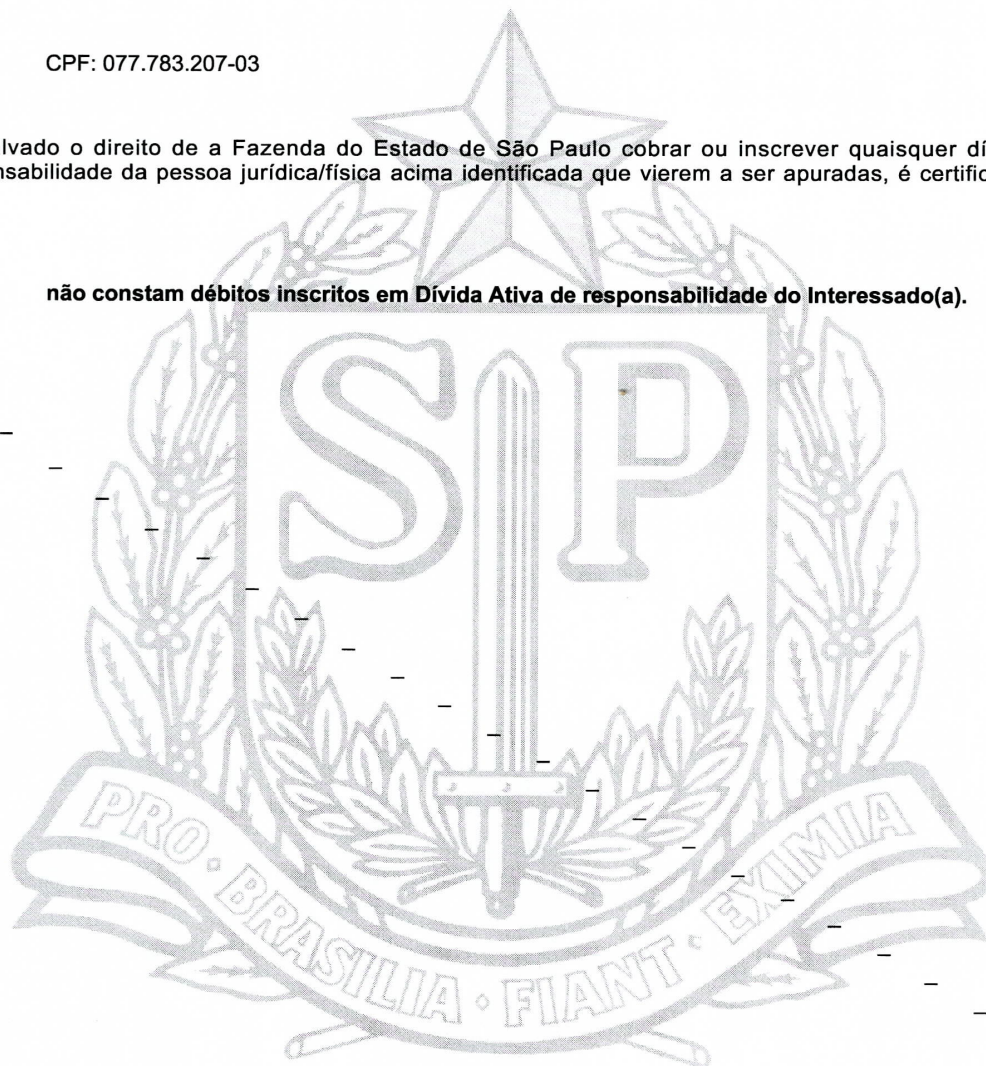


**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****Procuradoria da Dívida Ativa****Certidão Negativa de Débitos Tributários  
da  
Dívida Ativa do Estado de São Paulo**

CPF: 077.783.207-03

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**



Certidão nº 20737231

Data e hora da emissão 28/12/2018 17:08:08

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

## Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

**Certidão Número:** 0676849 - 2018

**CPF/CNPJ Raiz:** 077.783.207-03

**Contribuinte:** BRUNO SERRA FERNANDES

**Liberação:** 28/12/2018

**Validade:** 26/06/2019

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

### Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 15:00:01 horas do dia 28/12/2018 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** D9854BAF

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Municipal SP

Página 17 de 19

Parte integrante do Avulso da MSF nº 5 de 2019.

28/12/2018

SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda


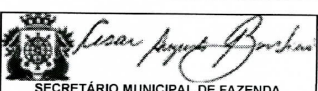


GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2018.1.1019992-1  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 077.783.207-03	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento que, até a presente data, <b>NÃO CONSTAM DÉBITOS</b> perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 28/12/2018 17:32</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 27/01/2019</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <a href="http://www.fazenda.rj.gov.br">www.fazenda.rj.gov.br</a>.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	



<b>NÚMERO DA CERTIDÃO</b> 00-9.666.022/2019-8				 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA							
<b>PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b> <b>CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E ENFITÊUTICA DO IMÓVEL</b>											
Proprietário FERNANDA MARQUES CAVALIERI SERRA FERNANDES				Data 17/01/2019	Folha 01/01						
Endereço AVN OLEGARIO MACIEL 00048, APT 302 - BARRA DA TIJUCA				Inscrição 1906816-2	Cód. Lograd. 08805-4						
<b>QUADRO I - NÃO HÁ DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA</b>											
Ano/Lote/ Guia	MP	Natureza	Certidão Dívida Ativa	Vara	Tipo Trib.	IPTU	TCLLP/TCL.	TIP	TSD	Dívida Apurada	Valor a Pagar
<b>QUADRO II - COTAS VENCIDAS NÃO INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA / COTAS A VENCER</b>											
ANO DO CARNÊ 2018 GUIA 00 Nº COTAS 10				ANO DO CARNÊ 2018 GUIA 01 Nº COTAS 10				ANO DO CARNÊ 2019 GUIA 00 Nº COTAS 10			
NORMAL QUITADA				NORMAL EM ABERTO				NORMAL/GUIA SEM PAGAMENTO EM ABERTO			
Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar	Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar	Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar
**	*****	*****	*****	10	11/01/2019	187,60	7,53	01	07/02/2019	645,20	645,20
				**	*****	*****	*****	02	13/03/2019	645,20	645,20
								03	05/04/2019	645,20	645,20
								04	08/05/2019	645,20	645,20
								05	07/06/2019	645,20	645,20
								06	05/07/2019	645,20	645,20
								07	07/08/2019	645,20	645,20
								08	06/09/2019	645,20	645,20
								09	07/10/2019	645,20	645,20
								10	07/11/2019	645,20	645,20
Total Lançado *****		Total a Pagar Total *****		Total Lançado 187,60		Total a Pagar Total 7,53		Total Lançado 6.452,00		Total a Pagar Total 6.452,00	
<b>QUADRO III - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>											
<b>QUADRO IV - SITUAÇÃO ENFITÊUTICA</b>											
<b>IMÓVEL NÃO FOREIRO (não será necessário pagar laudêmio)</b>											
<b>OBSERVAÇÕES:</b>											
01. AS COLUNAS DE IPTU, TCLLP/TCL, TIP, TSD, DÍVIDA APURADA E VALOR HISTÓRICO DAS PARCELAS APRESENTAM OS VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS EXPRESSOS EM MOEDA DA ÉPOCA.											
02. VALOR A PAGAR CALCULADO PARA A DATA DE EMISSÃO DA CERTIDÃO É EXPRESSO EM REAIS.											
03. MP - INDICA DÉBITOS ORIGINÁRIOS DA INSCRIÇÃO DA MAIOR PORÇÃO OU DE INSCRIÇÕES VINCULADAS.											
04. NOS CASOS DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DE NATUREZA JUDICIAL, O VALOR DEVERÁ SER ACRESCIDO DE CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.											
05. PARA REGULARIZAR DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, DIRIJA-SE À PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA.											
06. FICA ASSEGURADO AO MUNICÍPIO O DIREITO DE COBRANÇA DE QUALQUER DÉBITO QUE POSSA SER VERIFICADO POSTERIORMENTE.											
07. ESTA CERTIDÃO CONSIDERA OS PAGAMENTOS CUJA ARRECADAÇÃO JÁ CONSTE NOS REGISTROS DA PREFEITURA. PAGAMENTOS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 15 DIAS PODERÃO NÃO CONSTAR DA CERTIDÃO.											
08. A PRESENTE CERTIDÃO É EMITIDA POR PROCESSAMENTO DE DADOS E SÓ SERÁ VÁLIDA SEM RASURAS E COM CHANCELA DO TITULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA. OS INTERESSADOS PODERÃO CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/smf">http://www.rio.rj.gov.br/web/smf</a> , PORTAL DA PREFEITURA, BUSCANDO "IPTU-SERVIÇOS ON LINE". PRAZO DE VALIDADE: 90 DIAS.											
09. A COLUNA VALOR A PAGAR DO QUADRO 11 APRESENTA APENAS O SALDO DEVEDOR REMANESCENTE. ASSIM, NÃO SÃO IMPRESSAS AS COTAS QUITADAS.											
10. PARA O IMÓVEL FOREIRO AO MUNICÍPIO A LAVRATURA DO TÍTULO DEFINITIVO DE TRANSMISSÃO DO SEU DOMÍNIO ÚTIL SÓ PODERÁ SER FEITA MEDIANTE O PAGAMENTO DO LAUDÊMIO, EXCETO NOS CASOS DE "CAUSA MORTIS" OU DE FORMA GRATUITA "INTER VIVOS", OBSERVANDO O QUE DISPÕE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.											

&lt;RETORNAR

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro - SMF

## **2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES**

3



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 5, DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 7, de 2019, que Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz

**RELATOR:** Senador Wellington Fagundes

26 de Fevereiro de 2019







SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 7, de 2019 (Mensagem nº 42, de 2019, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.*



Relator: **WELLINGTON FAGUNDES**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do senhor João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

3

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil, e o seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e o conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o senhor João Manoel Pinho de Mello tem formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1973 e desenvolveu uma carreira sólida no âmbito acadêmico. Possui graduação em Administração Pública pela FGV em SP (1997), mestrado em Economia pela PUC do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em Economia pela Stanford University, nos EUA (2005), concentrando suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Economia Bancária, Antitruste e Defesa da Concorrência, e Economia do Crime. Entre 2004 e 2013, foi professor de Economia na PUC do Rio de Janeiro e, atualmente, é professor licenciado do Insper. Publicou diversos artigos acadêmicos em periódicos nacionais e internacionais de alto prestígio, além de inúmeros capítulos de livros e artigos em jornais de grande circulação, tendo sido colunista fixo da Folha de São Paulo.

O senhor João Manoel Pinho de Mello também tem uma longa trajetória profissional. No setor financeiro, foi sócio da Pacífico Gestão de Recursos e consultor da área de renda variável do Opportunity Asset Management. Como *expert* na área antitruste, atuou como consultor, analista econômico e testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Produtividade e Advocacia da Concorrência, e como Secretário de Política Econômica. Nesse período, trabalhou em parceria com o Banco Central na formulação e implementação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e para a promoção da concorrência no sistema financeiro nacional.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à



SF/19251.91035-51



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

sua atividade profissional; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que é sócio das seguintes empresas: WPMello Participações, Escola Brasileira de Professores e Achurra de Mello Participações; que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do senhor João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19251.91035-51





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 26/02/2019 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. JADER BARBALHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. SIMONE TEBET
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. ESPERIDIÃO AMIN
DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE	7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		
TITULARES		SUPLENTES
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU	PRESENTE	3. ELIZIANE GAMA PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ANGELO CORONEL PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES		SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. JORGINHO MELLO PRESENTE



## **Relatório de Registro de Presença**

### **Não Membros Presentes**

EDUARDO GOMES  
FABIANO CONTARATO  
EDUARDO GIRÃO  
LUIS CARLOS HEINZE  
MARCOS DO VAL  
PAULO ROCHA



Senado Federal

7

**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Assuntos Econômicos**

Indicação para cargos no BACEN e na CVM

**MSF 7/2019 - 3. JOÃO M. - BACEN**

Início da votação: 26/02/2019 12:18:55

Fim da votação: 26/02/2019 15:17:34

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
EDUARDO BRAGA	votou	1. JADER BARBALHO	
MECIAS DE JESUS	votou	2. SIMONE TEBET	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. DÁRIO BERGER	
CONFÚCIO MOURA	votou	4. MARCELO CASTRO	votou
LUIZ DO CARMO	votou	5. MARCIO BITTAR	
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN	
DANIELLA RIBEIRO	votou	7. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS	votou
PLÍNIO VALÉRIO	votou	2. ELMANO FÉRRER	
TASSO JEREISSATI	votou	3. ORIOVISTO GUIMARÃES	
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍPIO	votou
STYVENSON VALENTIM	votou	5. ROBERTO ROCHA	
FLÁVIO BOLSONARO	votou	6. IZALCI LUCAS	
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
JORGE KAJURU	votou	1. LEILA BARROS	
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	votou	2. ACIR GURGACZ	
KÁTIA ABREU	votou	3. ELIZIANE GAMA	
RANDOLFE RODRIGUES	votou	4. CID GOMES	
ALESSANDRO VIEIRA	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
JEAN PAUL PRATES	votou	1. PAULO PAIM	
FERNANDO COLLOR		2. JAKES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	votou	3. TELMÁRIO MOTA	
PSD		PSD	
OMAR AZIZ	votou	1. ANGELO CORONEL	votou
OTTO ALENCAR	votou	2. LUCAS BARRETO	
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
RODRIGO PACHECO	votou	1. CHICO RODRIGUES	
MARCOS ROGÉRIO	votou	2. ZEQUINHA MARINHO	
WELLINGTON FAGUNDES	votou	3. JORGINHO MELLO	voto não computado

Votação:

TOTAL 26 SIM 26 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,  
PLENÁRIO Nº 19, EM 26/02/2019Senador Omar Aziz  
Presidente



**DECISÃO DA COMISSÃO****(MSF 7/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO SENHOR JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, COM 26 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTO CONTRÁRIO E 0 ABSTENÇÃO.

26 de Fevereiro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2019

(n° 42/2019, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 42

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.



00001.000710/2019-48

OFÍCIO Nº 3/2019/CC/PR

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

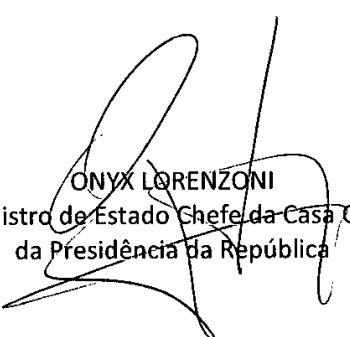
A Sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**João Manoel Pinho de Mello***Curriculum Vitae*

Janeiro de 2019

**Dados Pessoais**

CPF: 265.595.338-08

Data de Nascimento: 09/08/1973

Filiação: Waldemar Pinho de Mello e Guiomar Namó de Mello

**Educação**

Ph.D em Economia, Department of Economics, Stanford University, 2005. Orientador: Timothy Bresnahan (ex economista-chefe da Divisão Antitruste do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América)

Mestre em Economia, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2000. Orientador: Marco Antônio Bonomo.

Bacharel em Administração Pública, Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), 1997

**Experiência Profissional**

Secretário de Política Econômica, Ministério da Fazenda, outubro 2018 – dezembro 2018.

Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia Concorrência, Ministério da Fazenda, março 2018 – dezembro 2018.

Chefe da Assessoria Especial para Reformas Microeconômicas, Ministério da Fazenda, março 2017 – fevereiro 2018.

Colunista da Folha de São Paulo, setembro 2016 – março 2017.

Fellow, Kennedy School of Government, Harvard University, agosto 2016 – julho 2017.

Lemann Visiting Scholar, David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University, agosto 2016 – julho 2017.

Sócio da Pacífico Gestão de Recursos, janeiro 2013 – agosto 2016.

Professor Titular em tempo parcial, Insper, março de 2017 – presente.

Professor Titular, Insper, janeiro 2014 – fevereiro de 2017.

Professor Associado, Departamento de Economia PUC-Rio, Brasil, dezembro 2010 - dezembro 2013.

Professor Assistente, Departamento de Economia PUC-Rio, Brasil, outubro 2004-novembro 2010.

Consultor da área de renda variada, Gestora de Recursos Opportunity, janeiro 2005-janeiro 2013.

Estagiário de verão - Financial Sector Strategy and Policy, World Bank, Washington, DC, EUA, 2002.

Assistente de Professor, Department of Economics, Stanford University, EUA, 2000-2003.

Presidente do Diretório Acadêmico Getúlio Vargas (DAGV), 1994-1995.

*Consultorias e atividades de peritagem outras atividades profissionais*

Autor da adaptação dos guias de análise de concentração horizontal e vertical para o setor bancário, feita por encomenda da Secretaria de Direito Econômico - Ministério da Justiça

Expert contratado por AMBEV para análise do Programa “Tô Contigo”

Expert contratado por COBRAÇO em um caso de restrição vertical contra Belgo Mineira-ARCELOR-MITTAL

Expert contratado pelo Sindicato dos Construtores de Minas Gerais e de Goiás no litígio de sobrepreço no caso do cartel do vergalhão

Expert contratado pela Associação dos Hospitais de Minas Gerais na Ação Coletiva contra o cartel dos gases

Consultor em estratégia de leilão (*bidding strategy*) de um dos consórcios participantes do leilão de concessão dos aeroportos. Equipe: Paul Milgrom, João Manoel Pinho de Mello, Vinicius Carrasco, Pablo Salgado



Consultor da VALE em temas relacionados ao novo marco regulatório da exploração da mineração

Consultor da BMV&F em assuntos de verticalização de plataformas de pré e pós negociação

Consultor econômico da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) no 4o ciclo de revisão tarifária

Perito econômico da ENERGISA no 4o ciclo de revisão tarifária

Parecerista contratado por VALE para analisar a proposta de novo marco regulatório do setor de mineração

Consultor econômico da Elétron na arbitragem Elétron - Litel - Bradespar

Assistente de perito na arbitragem SBPar- Multiterminais

Consultor econômico do Opportunity na arbitragem Opportunity v. Telecom Italia

Assistente de perito no litígio João Gilberto – EMI

Testemunha na Arbitragem Rede D'Or v. Leal.

Parecerista para o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) no litígio FGC v. Fundos de Pensão

Assessor econômico da Tecnoil em negociação com MODEC (representante de plataformas de petróleo no Brasil)

Assistente de perito no litígio HRT v. Queiroz Galvão em caso de sobrepreço em perfuradoras de petróleo.

Análise Econômica para BMV&F em tópicos relacionados ao Acordo da Basiléia 3

Perito na disputa entre acionistas detentores ADR da Petrobras e Petrobras em Nova Iorque

Membro do Conselho Fiscal da Embraer



### Honrarias, Prêmios e Bolsas

Lemann Visiting Scholar Fellowship, David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University, agosto 2016 –Julho 2017

Bolsa de Pesquisador no Exterior da FAPESP, agosto 2016 – fevereiro 2017.

Membro Afiliado da Academia Brasileira de Ciências, 2012 – 2016.

Prêmio SBE – melhor artigo de finanças, 2015.

Prêmio Haralambos Simeonidis na categoria melhor artigo, 2010.

Bolsista *Jovem Cientista do Nosso Estado*, Faperj, 2012 – 2015.

Pesquisador do CNPq, nível 1D, 2012 – presente.

Bolsista de Produtividade de Pesquisa, PUC-Rio, 2008 – 2014.

Doctoral Fellowship, Stanford University, 1999-2000.

Bolsa de Doutorado, CAPES, 2003-2004.

Prêmio “Outstanding Teaching”, Department of Economics, Stanford University 2001.

Bolsa de Mestrado, Banco BBM, Departamento de Economia PUC-Rio, 1998.

Bolsa de Mestrado, CNPq, Departamento de Economia PUC-Rio, 1997.

### Cursos Ministrados

Microeconomia Aplicada (doutorado, Insper), Economia do crime (graduação, Harvard), Teoria dos Contratos (doutorado, Insper), Teoria da Firma (mestrado, Insper). Organização Industrial e Antitruste (graduação e doutorado, PUC-Rio), Economia Bancária (graduação e doutorado, PUC-Rio), Econometria (doutorado, PUC-Rio), Estatística Matemática (pós-graduação, doutorado, PUC-Rio), Microeconomia (graduação, PUC-Rio), Direito e Economia aplicados à governança corporativa (com o Professor Francisco Mussnich, PUC-Rio), Economia Política (graduação, Insper e PUC-Rio), Direito e Economia (Insper).

**Artigos em jornais de grande circulação**

Cadastro que positiva. 02/05/2018. **Folha de São Paulo.** Com Mauricio Moura.

Cadastro Positivo e democratização do crédito. 12/03/2018. **Folha de São Paulo.** Com Marcos Mendes e Fabio Kaczuk.

Bolo cresce quando a alta do lucro vem da melhora da produtividade. 17/03/2017. **Folha de São Paulo.**

Fatos alternativos abundam no debate da reforma da Previdência. 03/03/2017. **Folha de São Paulo.**

A política industrial e a muleta. 17/02/2017. **Folha de São Paulo.**

É preciso rever a política de conteúdo local. 03/02/2017. **Folha de São Paulo.**

A desagradável aritmética previdenciária. 20/01/2017. **Folha de São Paulo.**

Judiciário pode ajudar o país a crescer. 06/01/2017. **Folha de São Paulo.**

Separando o joio do trigo nas reformas pró-crescimento. 23/12/2016. **Folha de São Paulo.**

A agenda da produtividade. 12/09/2016. **Folha de São Paulo.**

Lições dos leilões de transmissão. 11/25/2016. **Folha de São Paulo.**

O eleitor de Donald Trump é estúpido? 11/11/2016. **Folha de São Paulo.**

Quanto custa o emprego industrial. 10/28/2016. **Folha de São Paulo.**

PEC do Teto já é um sucesso por seu caráter pedagógico. 14/10/2016. **Folha de São Paulo.**

Pagar juros é escolha racional, não imposição. 06/10/2016. **Folha de São Paulo.**

A Cassandra e a Sereia. 30/09/2016. **Folha de São Paulo.**

A gente somos inútil? 16/09/2016. **Folha de São Paulo.**

O ovo e a galinha: o papel do BNDES e a alternativa ao crédito subsidiado. **Folha de São Paulo (Ilustríssima).** 19/06/2016. Com Aldo Musachio e Sergio Lazzarini.

Politicamente Sustentável. **O Estado de São Paulo.** 18/05/2016. Com Alexandre Schneider e Carlos Melo.



Como avançar nas concessões de infraestrutura? **Nexo Jornal**. 27/04/2016. Com Marcos Lisboa e Vinicius Carrasco.

Algo acontece... de bom. **Nexo Jornal**. 18/04/2016. Com Marcos Lisboa e Vinicius Carrasco.

Gastos do governo: eficiência e justiça distributiva. **Nexo Jornal**. 05/04/2016. Com Marcos Lisboa e Vinicius Carrasco.

Anos 1990 são chave para entender queda na desigualdade. **Folha de São Paulo**. 30/03/2016. Com Sergio Firpo.

Virtudes escondidas: razões para a queda nos homicídios em São Paulo. **Folha de São Paulo (Ilustríssima)**. 27/03/2016. Com Alexandre Schneider.

PMs medem melhor do que o Datafolha: Mais Evidência. **Exame.com**. 22/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

PMs medem melhor do que o Datafolha. **Exame.com**. 20/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

A previsão e o ocorrido: Google Trends e Adesão às Manifestações. **Exame.com**. 13/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

O que as buscas no Google dizem sobre o tamanho da manifestação do próximo domingo? **Exame.com**. 10/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

A Fábula do Contrato Social e as Políticas Ineficientes e Injustas do PT. **Nexo Jornal**. 09/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

Gerda: o que Aconteceu com os Heróis do Empresariado Nacional? **Exame.com**. 25/02/2016. Com Vinicius Carrasco.

A MP 703 e os Incentivos. **Exame.com**, 17/02/2016. Com Vinicius Carrasco.

Corrupção Comparada: os Dados da Transparência Internacional 2015 e o Desempenho do Brasil. **Exame.com**, 27/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

Capitalismo e Corrupção. **Exame.com**, 22/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

A Economia e a Economia Política da Proposta da Prefeitura de São Paulo para Regularizar o Uber. **Exame.com**, 12/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

Desenho de Mercados e o BNDES. **Exame.com**, 06/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

Avaliando o Desempenho do PT no Poder. **Nexo Jornal**, 27/12/2015. Com Vinicius Carrasco.

A Vacina e o Subsídio, ou: como deve ser a atuação do BNDES?. **Exame.com**, 16/12/2015. Com Vinicius Carrasco.

O Fracasso dos Leilões de Transmissão. Propostas. **Exame.com**, 12/10/2015. Com Vinicius Carrasco

O Fracasso dos Leilões de Transmissão: o Diagnóstico. **Exame.com**, 27/11/2015. Com Vinicius Carrasco

Danos Ambientais e Responsabilidade Limitada: Lições de Mariana. **Exame.com**, 13/11/2015. Com Vinicius Carrasco

Aeroportos: Recordar é viver, ou: os resultados de maus desenhos. **Exame.com**, 06/11/2015. Com Vinicius Carrasco

O Marco Regulatório do Pré-Sal e a Proposta do Senador José Serra. **Exame.com**, 18/09/2015. Com Vinicius Carrasco

Regulação, Royalties e a Conjuntura na Indústria de Petróleo. **Exame.com**, 15/09/2015. Com Vinicius Carrasco

Custos e Benefícios do BNDES. **Folha de São Paulo**. 07/09/2015. Com Vinicius Carrasco

Podem Vendedores Cartelizar um Mercado com um Único Comprador. **Exame.com**, 13/07/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Fundo Garantidor de Crédito e a Discussão sobre os Limites de Indenização, Parte 1. **Exame.com**, 10/07/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

A Biruta Maluca e a Maioridade Penal. **El País**. 04/07/2015.

A Conta do Subsídio à Exportação de Serviços de Construção. **Exame.com**, 18/06/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Balanço da Petrobras: a corrupção trouxe só R\$ 6,2 bi? **Exame.com**, 04/23/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Terceirização e a Natureza da Firma. **Exame.com**, 04/17/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Como calcular os danos dos cartéis? 2a parte. **Exame.com**, 04/11/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Como calcular os danos dos cartéis? 1a parte. **Exame.com**, 04/03/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Tudo o que Você sempre quis saber sobre Cartéis: Teoria. **Exame.com**, 03/20/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Corrompe-se mais ou menos do que nos anos FHC? **Exame.com**, 03/09/2015.

Abrindo a Caixa Preta do BNDES. **O Globo**, 03/07/2015. Em coautoria com Armínio Fraga e Vinicius Carrasco

O que fazer a respeito dos investimentos no Brasil. **Valor Econômico**, 03/06/2015. Em coautoria com Armínio Fraga e Vinicius Carrasco

Leis da Oferta: Post de Inauguração. **Exame.com**, 02/25/2015. Em coautoria com Sergio Firpo, Vinicius Carrasco e Thiago Cavalcanti

Menos voluntarismo, mais competição. **O Estado de São Paulo**, 02/19/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Competição, Competição. **Valor Econômico**, 09 fev. 2015. Em c-autoria com Vinicius Carrasco

Fusões e aquisições de bancos devem ser julgadas pelo Cade, e não pelo BC. **UOL Notícias**, 09/21/2014. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Investimento, Meta Fiscal e Leilão 4G. **Valor Econômico**, 09/12/2014. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Estagflação afeta uns emergentes mais que outros. **Folha de São Paulo**, 08/28/2014. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Menos Achismo, Mais Evidência Científica no Debate. **O Estado de São Paulo**, 28/05/2014

A conta do risco regulatório. **Valor Econômico**, 19/03/2014. Com Vinicius Carrasco e Gustavo Joaquim

BNDES e a Eficiência Restrita, **Valor Econômico**, 19/12/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco



Um Leilão sem Disputas, **Valor Econômico**, 23/10/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

A Falta de Interessados no Leilão da BR-262, **Valor Econômico**, 17/09/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Cartéis, Crime e Castigo, **Estado de São Paulo**, 28/08/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

"E das Estrelas que Esquecemos de Contar..." **O Globo**, 04/08/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco, Gustavo Joaquim e Daniel Campello

Enrolados na Bandeira, **O Globo**, 06/06/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Sísifo e a Microeconomia da Estagnação, *Valor Econômico*, 30/01/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Primitivismo Ideológico, **O Globo**, 11/07/2012

Spread Bancário: Diagnóstico e Remédio, **Estado de São Paulo**, 30/04/2012. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Aeroportos: Alegria Precipitada, **Folha de São Paulo**, 15/02/2012. Em coautoria com Vinicius Carrasco (versão completa com o gráfico do preço da ação da OHL no dia 06-02-2012)

O Leilão de Aeroportos: o Fácil não Deveria ser o Certo? **Valor Econômico**, 26/01/2012. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Computando os Efeitos de Fusões, **Valor Econômico**, 26/08/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Desenhando Mercados no Mundo Real: Entrevista com Paul Milgrom, **Conjuntura Econômica**, Fevereiro, 2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco.

Receita Contra a Fraude, **O Globo**, 13/07/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco.

O Fracasso do Leilão do Clube dos 13, **Folha de São Paulo**, 21/04/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Efeitos da privatização: o caso da VALE, **Valor Econômico**, 28/03/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Mercados de Direitos de Litígio em Casos de Cartelização, **Valor Econômico**, 02/02/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Ressarcindo Prejudicados no Combate aos Cartéis, **Valor Econômico**, 25/11/2010. Em coautoria com Vinicius Carrasco

“Pré-Sal - Análise e propostas quanto aos modelos de exploração proposto pelo governo Lula” com Vinicius Carrasco. **Digesto Econômico**, Vol. 459, p. 4 – 15, 2010

O Que Dá Mais Receita ao Estado, Concessão ou Partilha? **Valor Econômico**, 28/09/2009. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Crime, Castigo, Determinismo Sócio-Econômico, **Valor Econômico**, 23/02/2007.

A “Surpreendente” Concorrência na Aviação Civil, **Valor Econômico**, 30/04/2005. Em coautoria com Juliano Assunção

Cobertor Curto: Quando Vale a Pena Fazer Política Industrial? **Revista FocoEconomia**, Fevereiro, 2005

Vale a Pena Salvar a Varig? **Valor Econômico**, 19/11/2004.

## Produção científica

### Artigos publicados ou a sair em periódicos

“Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo,” com Ciro Biderman, Renato Lima e Alexandre Schneider. A sair no *Journal of Quantitative Criminology*.

“Electoral Rules, Political Competition and Fiscal Expenditures: Regression Discontinuity Evidence from Brazilian Municipalities,” com Marcos Chamon, Sergio Firpo e Renan Pieri. Publicado online no *Journal of Development Studies*, 2018.

“Product Market Competition and the Severity of Distressed Asset Sales,” com Vinicius Carrasco e Pablo Salgado. *Review of Finance*, Vol. 21, pp. 2007 – 2043, 2017.

“A Década Desperdiçada: 2003 – 2012,” com Vinicius Carrasco e Isabela Duarte, *Revista de Economia e Administração*, Vol. 13, No 4, 2017.

"Spillovers from Conditional Cash Transfers Programs: *Bolsa Família* and Urban Crime in Brazil," com Rodrigo Soares e Laura Chioda, *Economics of Education Review*, Vol. 54, pp. 306 – 320, 2016.

"Does Drug Illegality Beget Violence? Evidence from the Crack-Cocaine Wave in São Paulo," *Economía, the Journal of LACEA*, Vol. 16, No 1, pp. 157 – 185, 2016.

“The Effects of Exposure to Hyperinflation on Occupational Choice,” com Eduardo Zilberman e Caio Waisman. *Journal of Economic Behavior and Organization*, Vol. 106, pp. 109 -123, 2014.

“Are Public Banks pro-Competitive? Evidence from Concentrated Local Markets in Brazil,” com Christiano Coelho e Leonardo Rezende. *Journal of Money, Credit, and Banking*, Vol. 45, pp. 1581 - 1615, 2013.

“Há Assimetria no Repasse dos Juros Bancários de Variações na Taxa Selic?” com Pedro Henrique Castro. *Brazilian Review of Econometrics*, Vol. 32, pp. 3 -30, 2012.

“The Brazilian Payroll Lending Experiment,” com Christiano Arrigoni e Bruno Funchal. *Review of Economics and Statistics*, Vol. 94, pp. 925-934, 2012.

“Bye-bye Financial Repression, Hello Financial Deepening: the Anatomy of Financial Boom,” com Marcio Garcia. *Quarterly Review of Economics and Finance*, Vol. 52, pp. 135-153, 2012.

“Campaign Advertising and Election Outcomes: Quasi-Natural Experiment Evidence from Gubernatorial Elections in Brazil,” com Bernardo da Silveira. *Review of Economic Studies*, Vol 78, pp. 590-612, 2011.

“Dry Law and Homicides: Evidence from the São Paulo Metropolitan Area,” com Ciro Biderman e Alexandre Schneider. *Economic Journal*, Vol. 120, pp. 157 – 182, 2010.

“Identifying bank lending reaction to monetary policy through data frequency,” com Christiano Arrigoni e Marcio Garcia. *Economía, the journal of LACEA*, Spring, pp. 1 – 33, 2010.

“A Relational Theory of Relationship Lending under Contractual Incompleteness,” com Vinicius Carrasco. *Annals of Finance*, Vol. 6, pp. 51 – 82, 2009.

“Does Crime Affect Economic Decisions? An Empirical Investigation of Savings in a High-Crime Environment,” com Eduardo Zilberman. *The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy (Topics)*, Vol. 8, Article 52, 2008.

“Mudança Demográfica e a Dinâmica dos Homicídios no Estado de São Paulo,” com Alexandre Schneider. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 21, n.1, pp. 19 – 30, 2008.

### Capítulos de livros

Brazil’s Productivity Challenge: Structural Change versus Economy-Wide Innovation-Based Improvements. A sair In: Antonio Spilimbergo e Krishna Srinivasan (Orgs.).



Brazil: Bust, Boom and the Road to Recovery. Washington, DC: International Monetary Fund. Com Isabela Duarte e Mark Dutz.

O cartel dos gases medicinais: análise econômica e cômputo de sobrepreço. In: Cesar Mattos. (Org.). *A Revolução Antitruste no Brasil: A Era dos Cartéis*. 1ed. São Paulo: Singular, 2018, p. 197-210. Com V. Carrasco e R. Rigatto.

Quantificação da vantagem auferida em cartéis: uma referência para as multas do órgão de enforcement em defesa da concorrência. In: Cesar Mattos. (Org.). *A Revolução Antitruste no Brasil: A Era dos Cartéis*. 1ed. São Paulo: Singular, 2018, p. 129-148. Com R. Taufick e A. Duarte.

"Tamanho do Distrito e Eleitoral e Corrupção: Para Além do Lobby, os Custos de Campanha," In: *Lobby Desvendado: Democracia, Políticas Públicas e Corrupção no Brasil Contemporâneo*, Milton Seligman e Fernando Mello editores, São Paulo: Record, 2018.

"Proposta de Políticas Indutoras de Competição," In: *A Retomada do Crescimento: Diagnósticos e Propostas*, Mansueto Almeida e Fabio Giambiagi editores, Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. Com Ricardo Barboza e Vinicius Carrasco.

"Por que Fracassamos na Infraestrutura? Diagnóstico, Remédios e um Arcabouço Teórico de Análise," In: *Infraestrutura: Eficiência e Ética*. Affonso Celso Pastore, editor, São Paulo: Elsevier e Centro de Debates de Políticas Públicas, 2017. Com Vinicius Carrasco.

"A Questão do Descasamento de Fluxo de Caixa e o Impacto no Investimento," In: *Regulação Técnica e Econômica em Monopólios Naturais - Reflexão Conceituais e Metodológicas no Setor de Distribuição de Energia Elétrica*, Fabio Hage e Marco Delgado, editores, Rio de Janeiro: Synergia Editora. Com Vinicius Carrasco, Gustavo Joaquim

"Risco Regulatório no Brasil: Teoria e Mensuração, In: *Gargalos e Soluções no Infraestrutura de Transportes*, Armando Castelar e Claudio Frischtak editores, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 21-37. Com Vinicius Carrasco e Gustavo Joaquim

"A Teoria Econômica da PPPs: concessões, participação do governo e renovações," In: Gesner Oliveira e Luiz Chrysostomo, editores, *Parcerias Público-Privado: Experiências, Desafios e Propostas*, 1ed, Rio de Janeiro: LTC, 2013, p. 49-63. Com Vinicius Carrasco e Pablo Salgado

"Um Conflito Distributivo Esquecido: Notas sobre a Economia Política da Desindustrialização," *O Futuro da Indústria no Brasil - desindustrialização em debate*.

In: Edmar Bacha e Monica de Bolle, editores, 1ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 295-314. Com Vinicius Carrasco

“Um Pequeno Guia Moderno de Análise de Fusões,”. In Direito Econômico e Social, João Grandino Rodas, editor, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. Com Vinicius Carrasco e Paulo Orenstein

“Assessing São Paulo’s Large Drop in Homicides: the Role of Demography and Policy Interventions,” In The Economics of Crime: Lessons for and from Latin America, Rafael Di Tella, Sebastian Edwards e Ernesto Schargrodsky, editores, Chicago: The University of Chicago Press and NBER, 2010, pp. 207-235. Com Alexandre Schneider

“Judicial Risk and Credit Market Performance: Micro Evidence from Brazilian Payroll Loans,” In Financial Markets Volatility and Performance in Emerging Markets, Sebastian Edwards e Marcio Garcia editores, Chicago: University of Chicago Press, 2008, pp.155-184. NBER Working Paper No. 12252. Com Ana Carla Costa

“Atos de Concentração e Conduta no Setor Bancário”. In Métodos quantitativos em defesa da concorrência e regulação econômica. Eduardo Fiuza e Ronaldo Seroa, editores, Rio de Janeiro: Ipea, 2006, Vol. 1, pp. 793-854.

“Estrutura, Concorrência e Estabilidade”. In Risco e Regulação: Por que o Brasil enfrentou bem a crise financeira e como ela afetou a economia mundial. Fabio Giambiagi e Marcio Garcia editores, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, pp. 111-124.

“Predação através de programas de fidelização: o caso do programa TÔ CONTIGO,” In A Revolução Antitruste no Brasil 2, Cesar Mattos, editor, São Paulo: Editora Singular, 2008, pp. 499-524. Com Vinicius Carrasco

## **Orientação**

### **Teses de doutorado**

GONTIJO, Marina. Essays on Housing Credit Supply. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello

SALGADO, Pablo. Essays in Coporate Finance. 2012. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesq. do Estado do Rio de Janeiro. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

SETUBAL, Fernando. Essays in Banking. 2012. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

LEÃO, Sergio. Ensaios em Política e Concessão de Crédito. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Claudio Ferraz.

CASTRO, Marcos Ribeiro de. Ensaios sobre o Canal de Crédito da Política Monetária. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

SOUSA, Marcelo Nuno Carneiro de. Ensaios em Microeconomia Bancária. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

CERQUEIRA, Daniel. Três Ensaios em Economia do Crime. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Rodrigo Reis Soares.

MARTINS, Bruno Silva. Ensaios em Economia Bancária e Transmissão Monetária. 2009. Tese (Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas - RJ. Orientador: Marco Antônio Bonomo. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

COELHO, Chistiano Arrigoni. Three Essays in Banking. 2007. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Marcio Gomes Pinto Garcia.

#### **Dissertações de mestrado**

LEFFERS, Steffan. Electoral observation: evidence from Mozambique. 2016. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Economia) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

SANCHETTA, Daniel de Souza. Comparativo de eficiência no mercado bancário brasileiro. 2016. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Economia) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

BANDEIRA, Rafael Pinhate. Requerimento de capital mais elevado: uma avaliação de seu impacto na economia e no risco das instituições financeiras. 2015. Executive Master Thesis. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.



CARVALHO, Adriano Ortega. A Influência da Qualidade Regulatória no Investimento e na Qualidade da Infraestrutura de Telecomunicações. 2015. Executive Master Thesis. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

BETINELLI, Bruna Maria. Impacto da aprovação governamental no retorno do mercado de capitais brasileiro. 2015. Executive Master Thesis. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

DUARTE, Isabela. O Efeito do FIES sobre o Preço das Mensalidades. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

WAISMAN, Caio. The Effects of Exposure to Hyperinflation on Occupational Choice. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Eduardo Zilberman. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

ARRUDA, Thiago de Gouvêa Scot de. Restrição à Liquidez e Informação Assimétrica no Mercado de Cartões de Crédito. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

VALERIO, Paulo Motta Maia de Oliveira. Custos de troca e o Efeito da Portabilidade Numérica: um painel de países. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Juliano Assunção,

CAMPOS, Maina Celidonio. O Mercado Religioso e o Crescimento dos Evangélicos na Cidade do Rio de Janeiro 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

GOMES, Livia Gouvea. Qualidade Média dos Tomadores de Empréstimo e Estrutura Bancária das Cidades. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Leonardo Rezende. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

ROTHSCHILD, Felipe Roitman. Credit and Income: Identification through Bank Competition. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

HERSKOVIC, Bernard. Efeitos de Busca em Conluio. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Vinicius Carrasco. Coorientador: Joao Manoel Pinho de Mello.

VANAZZI, Augusto Tonello. Fusões e Rentabilidade no Setor Bancário. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

PINHEIRO, Marcos Martins. Liquidez e Formação de Preço: Evidência do Mercado Acionário Brasileiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

MARTINS, Dimitri. Setor Elétrico Brasileiro: Análise do Investimento de Capital em Usinas Termelétricas 2008. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

CASTRO, Pedro Henrique 2008. Existe Assimetria na Resposta dos Juros Bancários a Variações na Taxa Selic? Evidência do Mercado de Crédito para Pessoa Física no Brasil Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

D'ALMEIDA, Fabricio 2008. Informações Financeiras de Ofertas Públicas Iniciais de Ações: Uma Avaliação do Uso de Rubricas Discricionárias. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Walter Novaes. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

SODRÉ, Antonio Carlos de Azevedo. Relational Financing and Contagion in the pre-1914 Sovereign Debt Market. 2007. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Walter Novaes.

SANTOS, Bernardo. Ciclos Políticos Orçamentários e seus Determinantes: Evidência dos Municípios Brasileiros. 2007. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

FIGER, Vivian. The Impact of Frequent Flyer Programs on Market Competition in the American Domestic Airline Industry. 2007. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

ZILBERMAN, Eduardo. Crime e Poupança: Teoria e Evidência para o Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

#### **Comitês de seleção em concurso público e outros concursos**

Membro do comitê de seleção do Prêmio FEBRABAN, 2010 e 2013.

Membro do comitê de seleção em concurso público de professor doutor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), 2014. Universidade de São Paulo

Membro do comitê de seleção em concurso público de professor doutor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), 2009. Universidade de São Paulo

Membro do comitê de seleção em concurso público de professor doutor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), Campus Ribeirão Preto. 2006. Universidade de São Paulo

#### Serviços editoriais

Parecerista: *Economic Journal*, *Journal of Public Economics*, *Economic Development and Cultural Change*, *Journal of Law, Economics, and Organization*, Estudos Econômicos, Revista da ANPEC, *Revista Brasileira de Econometria*, *Journal of Labour Research*, *Review of Economic Studies*, *Journal of Political Economy*, Revista de Econometria, *Manchester School*, Banco Interamericano de Desenvolvimento, FAPESP.

#### Afiliações Profissionais

Coordenador da *America Latina Crime and Policy Network* (AL CAPONE) da *Latin American and Caribbean Economic Association* (LACEA), 2010 – 2016

Conselho diretor da Sociedade Brasileira de Econometria, 2010 – 2016

Secretário Adjunto da Sociedade Brasileira de Econometria, 2005-2006

Afiliação à Sociedade Brasileira de Finanças, Sociedade Brasileira de Econometria, *Econometric Society*, *Latin-American and Caribbean Economic Association* (LACEA), *American Economic Association*.

Brasília, 30 de janeiro de 2019.

João Manoel Pinho de Mello





FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE  
EMPRESAS DE SÃO PAULO

O Diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo,  
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Administração  
em 21 de agosto de 1996, confere o título de  
BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO a

**JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO**

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 09 de agosto de 1973,  
RG 18.311.000-6 - SP

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e  
prerrogativas legais.

São Paulo, 21 de agosto de 1996

*Assinatura*  
\_\_\_\_\_  
Diretor

\_\_\_\_\_  
Diplomado

*Assinatura*  
\_\_\_\_\_  
Secretário

*Alain Florent Stempfer*  
DIRETOR

Curso de

ADMINISTRAÇÃO

Reconhecido pelo Decreto Federal n.º 52.830 de 14-11-63  
publicado no Diário Oficial da União em 17-12-63

APOSTILA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

O diplomado concluiu nesta Escola a Habilitação em  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

São Paulo, 21 de agosto de 1996

*no documento*  
Diretor

WILTON DE OLIVEIRA BUSSAB  
VICE DIRETOR ACADEMICO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Anotada a Apostila
São Paulo, 11 de Setembro de 1996
Setor de Registro de Diplomas

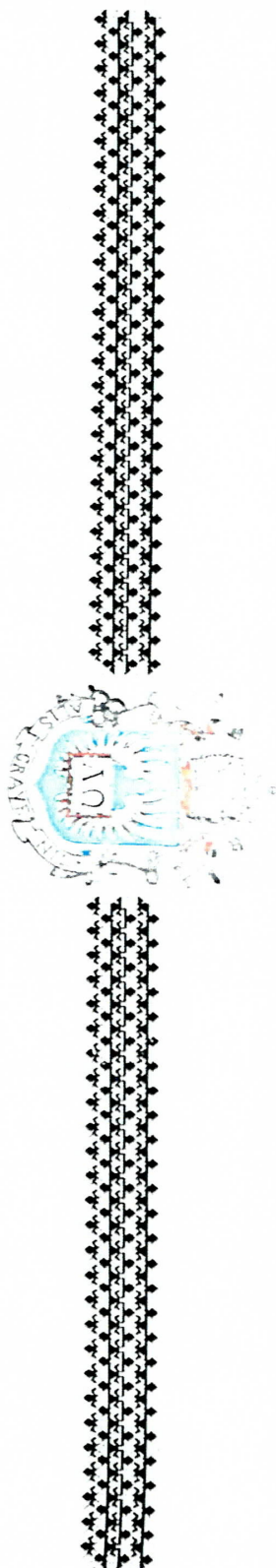
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Diploma 1157842
P. 94.1.23398 1.7
Em 11 de Setembro de 1996
Por Direção da Educação e Cultura (Decreto 52.830 de 14/11/63, 17/12/63 e 31/80)

DIPLOMA REGISTRADO NA UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO, POR DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO E CULTURA

São Paulo, 15 SET 1997

Prof.ª, Dra. LOR CURY  
Secretária Geral

Artes. Print. Gráf. e Ass. Ltda.  
Tel.: (011) 67.1157 / 67.1158  
São Paulo - Brasil - 10.96



# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

O REITOR DA PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista terem sido cumpridas todas as exigências de ordem legal, bem como as estabelecidas por esta Universidade, confere a

**JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO**

o grau de **Mestre em Economia** com todas as prerrogativas, direitos e honras que lhe são inerentes.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2013

*Walter Bara*  
Diretor de Admissão e Registro



*João Manoel Pinho de Mello*  
Reitor



<p>Associação Pontifícia Teológica e Filosófica Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro VICELITORIA PARA ASSUNTOS ACADEMICOS DIRETORIA DE ADMISSÃO E REGISTRO</p>	<p><b>APROVADA</b></p> <p>O curso a que se refere, previsto em Lei nº 03 de 2012, do Ministério da Educação, publicada no DOU de 03 de 2012, tendo sido realizado em 06 de 2011, com base no Parecer nº 102.2011 da Comissão de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 20 de 2011.</p> <p>Rio de Janeiro, 22 de 2011. 3</p>
<p>Diploma registrado sob o nº ..... Livre (L) ..... fls. 249, cm 26, 11, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 21</p>	

# The Leland Stanford Junior University

to all to whom these Letters shall come Breeding

The Trustees and Faculty of the University, by virtue of the authority vested in them, have conferred on

**João Manoel Pinho De Mello**

who has satisfactorily pursued the Studies and passed the Examinations required therefor the Degree of

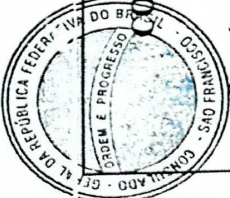
**Doctor of Philosophy**  
in  
**Economics**

with all the Rights, Privileges, Honors, and Responsibilities thereto appertaining. Given at Stanford University in the State of California on the Sixth Day of January in the Year Two Thousand and Five, the Two Hundred Twenty-Ninth Year of the Republic, and the One Hundred Nineteenth Academic Year of the University.

*Anton J. McCarthy*  
Chair of the Board of Trustees

*David L. Lawrence*  
President of the University


*João P. Lora*  
School of Humanities and Sciences



**CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM SÃO FRANCISCO**

Reconheço verdadeiro o documento anexo, expedido pela "THE LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY", da Cidade de Stanford, do Estado da Califórnia, dos Estados Unidos da América.

E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar com o Selo deste Consulado.  
 Dispensado reconhecimento de firma de acordo com o Decreto nr. 84.451, de 31/01/1980.  
 A legalização deste documento não implica aceitação ou aprovação de seu conteúdo.  
**The legalization of this document does not imply approval or acceptance of its contents.**

  
 São Francisco, 04 de novembro de 2009  
 NORMA RIBAS  
 Vice Consul

Recebemos R\$ 5.00 (ouro) ou/  
 US\$ 5.00 Tab. 412



## DECLARAÇÃO

(Art. 383, Inciso I, Alínea "B", do Regimento Interno do Senado Federal)

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.

Sou ou fui sócio das seguintes empresas:

- i. Pacífico Gestão de Recursos (2012 -2016)
- ii. WPMello Participações S.A (1997 – presente)
- iii. Escola Brasileira de Professores Ltda (2004 – presente)
- iv. Achurra de Mello Participações (2014 – presente)

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais.

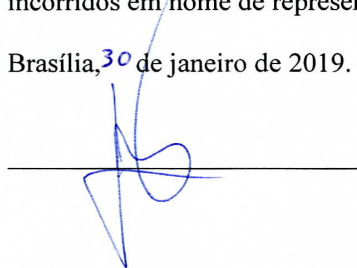
4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Conforme atestam as certidões anexas, não figuro como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

5. Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Nos últimos 5 (cinco) anos, não tive atuação em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. Em relação a atuação em juízos ou tribunais, nos últimos 5 (cinco) anos atuei como testemunha em processo arbitral entre Rede D'Or e Hospital Santa Helena, e como parecerista em processo arbitral que minoritários da Petrobras S.A. movem contra a empresa por reparação de supostos danos provocados pelo esquema conhecido como Petrolão, calculando os supostos danos incorridos em nome de representantes de minoritários.

Brasília, 30 de janeiro de 2019.



DECLARAÇÃO  
(Art. 383, Inciso I, Alínea “C”, do RISF)

Para fins do disposto Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresento a argumentação a seguir, a fim de demonstrar que minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral me habilitam para o exercício do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, conforme indicação do Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Entendo que a minha trajetória acadêmica e profissional, tanto no setor público quanto no privado, credencia-me para o exercício da função de Diretor do Banco Central do Brasil.

No quesito acadêmico, minha contribuição é exemplar. Posuo graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1996), mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000) e PhD em Economia pela *Stanford University* (2005).

Fui professor assistente (2004-2010) associado (2010-2013) do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e atualmente sou Professor Titular do Insper, em licença no Ministério da Fazenda. Fui também secretário-adjunto da Sociedade Brasileira de Econometria e membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências e fundador da *America Latina Crime and Policy Network* (ALCAPONE) da *Latin American and Caribbean Economic Association* (LACEA). Fui *visiting scholar* no David Rockefeller Center for Latin American Studies e *visiting fellow* da *Kennedy School of Government*, ambos da *Harvard University*, onde lecionei no ano acadêmico de 2016-2017. Orientei nove teses de doutorado e mais de duas dezenas de dissertações de mestrado.

Publiquei diversos artigos acadêmicos em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais de alto prestígio, como *Review of Economic Studies*, *Review of Economics and Statistics*, *Economic Journal*, *Journal of Money, Credit, and Banking*, *Journal of Economic Behavior and Organization*, *Review of Finance*, *Economics of Education Review*, *Journal of Quantitative Criminology* e *Economía (Journal of LACEA)*, além de inúmeros capítulos de livros e colunas em jornais de grande circulação (fui colunista fixo do jornal Folha de São Paulo). Minhas principais áreas de pesquisa acadêmica são Economia Bancária, Antitruste e Defesa da Concorrência e Economia do Crime.

Tenho também extensa experiência no setor privado. No setor financeiro, fui sócio da Pacífico Gestão de Recursos e consultor da área de renda variável do Opportunity Asset Management. Fui *expert* em casos antitruste, tendo atuado como consultor, como analista econômico e como testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais.

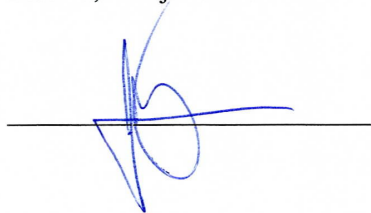
No setor público, atuei de forma destacada durante os últimos dois anos no Ministério da Fazenda, no qual fui Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência – órgão responsável pela advocacia da concorrência no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - e Secretário de Política Econômica. No período em que estive no Ministério da Fazenda, trabalhei junto com o Banco Central do Brasil na formulação e na implantação de reformas

estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e para a promoção da concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Tenho convicção que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional me habilitam para o desempenho do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 3<sup>o</sup> de janeiro de 2019







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JOAO MANOEL PINHO DE MELLO**  
**CPF: 265.595.338-08**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:13:21 do dia 27/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/05/2019.

Código de controle da certidão: **6821.0C53.220F.1E82**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 265.595.338-08

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 18120093415-55

Data e hora da emissão 20/12/2018 09:23:26

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****Procuradoria da Dívida Ativa****Certidão Negativa de Débitos Tributários  
da  
Dívida Ativa do Estado de São Paulo**

CPF: 265.595.338-08

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Certidão nº 20666404

Data e hora da emissão 20/12/2018 09:24:47

Folha 1 de 1

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

(hora de Brasília)

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
**FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0667061 - 2018

**CPF/CNPJ Raiz:** 265.595.338-08

**Contribuinte:** JOAO MANOEL PINHO DE MELLO

**Liberação:** 20/12/2018

**Validade:** 18/06/2019

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 09:19:08 horas do dia 20/12/2018 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** 6382CED7

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO CNPJ 0667061-2018

## **2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES**

**4**



## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 6, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 6, de 2019, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz

**RELATOR:** Senador Tasso Jereissati

26 de Fevereiro de 2019



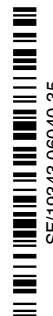




SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 6, de 2019 (Mensagem nº 41, de 2019, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.*



Relator: Senador **TASSO JEREISSATI**

### I – RELATÓRIO

O Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal, em *conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002*, a indicação da senhora Flávia Martins Sant'anna Perlingeiro, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Conforme esses dispositivos, o Presidente da República tem competência privativa para nomear e o Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, que tenham sido determinados em lei. É o que determina a Lei nº 6.385, de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 2002, para os membros dirigentes da CVM.

Além disso, o art. 6º da mencionada Lei nº 6.385, de 1976, exige a aprovação do Senado Federal para a nomeação de Presidente e Diretores da CVM, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

Em conformidade com o estabelecido na referida Lei nº 6.385, de 1976, os mandatos do Presidente e dos Diretores da CVM são fixos e



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

estáveis, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do Colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

Ressalte-se que o cargo para o qual a candidata foi indicada é de grande importância para o mercado de capitais brasileiro e, conseqüentemente, para a economia brasileira, haja vista que a CVM é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

A Mensagem vem acompanhada do currículo da candidata, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que a senhora Flávia Martins Sant'anna Perlingeiro tem formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicada.

A candidata é brasileira, natural do Rio de Janeiro. Graduiu-se em Direito em 1993, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Fez pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior em 1995 na Fundação Getúlio Vargas e mestrado em Direito Corporativo na Universidade de Nova Iorque no período de 1997 a 1998, tendo recebido bolsa por excelência acadêmica.

A candidata trabalhou no período de julho de 1996 a julho de 1997 assessorando companhias brasileiras na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais norte-americano, no escritório Cleary Gottlieb, Steen & Hamilton, na qualidade de advogada internacional. No período de julho de 1993 a setembro de 1996 e de agosto de 1998 a junho de 2010, trabalhou na Ulhôa Canto, Rezende e Guerra advogados, iniciando como estagiária chegando a ser sócia conselheira. No período de novembro de 2012 a agosto de 2017, atuou na área jurídica em consultoria nos mercados financeiros e de capitais no BNDES e, desde setembro de 2017, atua na área de mercado de capitais do banco de desenvolvimento. Também tem experiência como docente. Entre 2002 e 2005, lecionou no IBMEC/RJ e, desde 2010, leciona na FGV. Também lecionou no BNDES e na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.



SF/19343.06040-35



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

No que se refere às declarações de cunho pessoal, de modo a atender ao disposto no art. 383, I, alínea *b*, do RISF, a candidata declara que não atuou nos últimos cinco anos em instituição que esteja sujeita à fiscalização da CVM, e que não atuou perante a CVM em nome da BNDESPar (companhia aberta com registro perante a CVM) ou do BNDES; que seu marido, Rubem Tadeu Cordeiro Perlingeiro é advogado integrante do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, não tendo nunca atuado ou patrocinado interesses perante a CVM; que seu pai foi administrador do Banco Nacional S.A. de 1975 e 1995 e está afastado de qualquer atividade econômica há mais de 23 anos; e que sua sobrinha Marcella Perlingeiro de Farias atua, desde 2018, na área de *compliance* do Banco Modal S.A. Declara também que foi titular de quotas do capital social do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, tendo vendido a totalidade dessas quotas para a própria sociedade e que, desde 1987, participa como sócia de sociedade *holding* patrimonial que não desempenha qualquer atividade relacionada às competências da CVM. Declara, ainda, que não constam em seu nome quaisquer pendências relativas à tributos federais, estaduais ou municipais; que não figura com autora ou ré em nenhuma ação judicial e que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízo ou tribunal, em conselho de administração de empresas estatais ou direção de agências reguladoras.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica adequadas da indicada. Fica, assim esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação da senhora Flávia Martins Sant'anna Perlingeiro para exercer o cargo de Diretora da CVM.

Em virtude da natureza da matéria, essas eram as considerações relevantes a apresentar no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19343.06040-35





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 26/02/2019 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. JADER BARBALHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. SIMONE TEBET
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. ESPERIDIÃO AMIN
DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE	7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		
TITULARES		SUPLENTES
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU	PRESENTE	3. ELIZIANE GAMA PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ANGELO CORONEL PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES		SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. JORGINHO MELLO PRESENTE

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

EDUARDO GOMES  
FABIANO CONTARATO  
EDUARDO GIRÃO  
LUIS CARLOS HEINZE  
MARCOS DO VAL  
PAULO ROCHA



Senado Federal

7

**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Assuntos Econômicos**

Indicação para cargos no BACEN e na CVM

**MSF 6/2019 - 4. FLÁVIA P. - CVM**

Início da votação: 26/02/2019 12:18:55

Fim da votação: 26/02/2019 15:17:34

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
EDUARDO BRAGA	votou	1. JADER BARBALHO	
MECIAS DE JESUS	votou	2. SIMONE TEBET	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. DÁRIO BERGER	
CONFÚCIO MOURA	votou	4. MARCELO CASTRO	votou
LUIZ DO CARMO	votou	5. MARCIO BITTAR	
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN	
DANIELLA RIBEIRO	votou	7. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS	votou
PLÍNIO VALÉRIO	votou	2. ELMANO FÉRRER	
TASSO JEREISSATI	votou	3. ORIOVISTO GUIMARÃES	
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍPIO	votou
STYVENSON VALENTIM	votou	5. ROBERTO ROCHA	
FLÁVIO BOLSONARO	votou	6. IZALCI LUCAS	
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
JORGE KAJURU	votou	1. LEILA BARROS	
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	votou	2. ACIR GURGACZ	
KÁTIA ABREU	votou	3. ELIZIANE GAMA	
RANDOLFE RODRIGUES	votou	4. CID GOMES	
ALESSANDRO VIEIRA	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
JEAN PAUL PRATES	votou	1. PAULO PAIM	
FERNANDO COLLOR		2. JAKES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	votou	3. TELMÁRIO MOTA	
PSD		PSD	
OMAR AZIZ	votou	1. ANGELO CORONEL	votou
OTTO ALENCAR	votou	2. LUCAS BARRETO	
IRAJÁ		3. AROLDE DE OLIVEIRA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
RODRIGO PACHECO	votou	1. CHICO RODRIGUES	
MARCOS ROGÉRIO	votou	2. ZEQUINHA MARINHO	
WELLINGTON FAGUNDES	votou	3. JORGINHO MELLO	voto não computado

Votação:

TOTAL 26 SIM 26 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,  
PLENÁRIO Nº 19, EM 26/02/2019Senador Omar Aziz  
Presidente



**DECISÃO DA COMISSÃO****(MSF 6/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DA SENHORA FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, COM 26 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

26 de Fevereiro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2019

(n° 41/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT' ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

## MENSAGEM Nº 41

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Brasília, 13 de janeiro de 2019.



00001.000969/2019-99

OFÍCIO Nº 2/2019/CC/PR

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

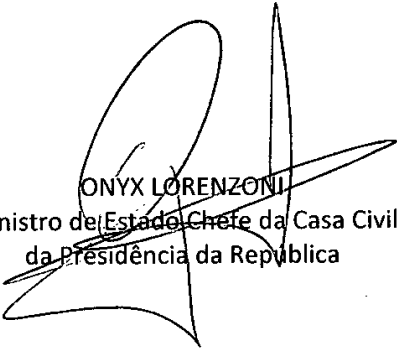
A Sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000969/2019-99

SEI nº 1042100

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <http://www.planalto.gov.br>

## CURRICULUM VITAE

## FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO

Brasileira, casada, dois filhos, nascida em 07.03.1971

Rua Engenheiro Cortes Sigaud 11, bloco 2, apt. 503, Rio de Janeiro, R.J., 22450-150

[fsantanna@superig.com.br](mailto:fsantanna@superig.com.br) cel. 21- 999219143

## DADOS PESSOAIS

Identidade: OAB-RJ 82.167

CPF: 011.943.537-38

Naturalidade: Rio de Janeiro, R.J.

Filiação: Maria Amélia Martins Sant'Anna e Clarimundo José de Sant'Anna

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

## Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

*Advogada, R.J., 6 anos.*

- Nov. 2012 - Ago. 2017 • Atuação na Área Jurídica em consultoria em operações nos mercados financeiro e de capitais.
- Set. 2017 - (presente) • Atuação nas Áreas de Mercado de Capitais, em assessoria na estruturação de novos produtos envolvendo Fundos de Investimento e Debêntures de Infraestrutura e na elaboração de Políticas relativas à Gestão de Participações Societárias e normas e procedimentos de integridade e *compliance*.

## Ulhoa Canto, Rezende e Guerra Advogados

*De estagiária a sócia conselheira, R.J., 15 anos.*

- Jul. 1993 - Set. 1996 • Consultoria tributária em operações nos mercados financeiro e de capitais.
- Ago. 1998 - Jun. 2010 • Estruturação e negociação de operações de captação de recursos para projetos nos mercados financeiro e de capitais, incluindo *project finance*.

## Cleary Gottlieb, Steen &amp; Hamilton

*International lawyer, Nova Iorque, 1 ano.*

- Jul. 1996 - Jul. 1997 • Assessoria a companhias brasileiras na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais norte-americano (Bolsa de Valores e Mercado de Balcão).

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

## New York University – NYU Law School

- Ago. 1997 - Jun. 1998 • LL.M. em Corporate Law.  
Bolsa integral por excelência acadêmica /programa Hauser Global Scholarship

## Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ

- Jan. a Jul. 1995 • Pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior, 1995.

## Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ

- Mar. 1989 - Dez. 1993 • Bacharel em Direito, 1993 (bolsa integral em 93 por excelência acadêmica).

## EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

## Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC / RJ

- 2002 - 2005 • Lecionou no curso de pós-graduação LL.M. em Direito Empresarial

## Fundação Getúlio Vargas – FGV / RJ

- 2010 - (presente) • Leciona na pós-graduação LL.M. de Direito Societário e Mercado de Capitais  
Disciplinas: Financiamento das Sociedades Anônimas – Ações e Debêntures.  
Órgãos das Sociedades Anônimas. Fundos de Investimento. Securitização.

2016 - (presente) **BNDES - atividades de treinamento**  
 • Leciona em cursos de treinamento interno sobre operações de *project finance*, em modelagem que inclui captações no Mercado de Capitais.

Out. 2018 **Escola Nacional da Administração Pública – ENAP**  
 • Lecionou em curso sobre *project finance* estruturado pelo BNDES.

#### REGISTRO PROFISSIONAL

Inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB RJ (desde 1994)  
 Inscrita na Ordem dos Advogados de Nova Iorque – NY Bar (desde 2002)

#### PUBLICAÇÕES

*A teoria da imprevisão, a onerosidade excessiva e o equilíbrio econômico financeiro de contratos à luz da crise econômica mundial de 2008/2009* (em coautoria com Marcelo Garcia Simões Barbosa), in Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Ano 13, n. 47, jan.-mar. 2010, pp. 124-163.

*Debêntures: inaplicabilidade do disposto no artigo 7º da Lei de Usura em resgate antecipado facultativo*, in Revista do BNDES n. 48, v. 2, Dez. 2017, pp. 179-214.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.

*Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro*

FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO

**20** Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão  
 Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545 AA494488  
 088922

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de FLAVIA MARTINS SANT ANNA  
 PERLINGEIRO-X-X-X

Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro, 28/01/2019

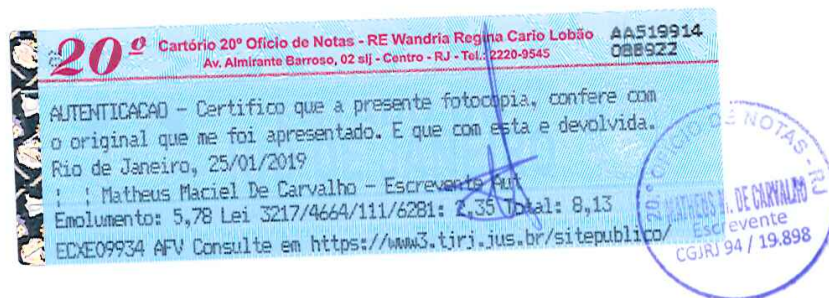
Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut

Firma: 5,61 Lei 3217/4664/111/6281 - 2,01 Total: 7,91

ECXE10226 USY, Consulte em <https://www3.trf4.jus.br/sitepublico/>







Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2019.

À SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA  
Divisão de Apoio à Gestão - DIAGE  
Gabinete da Secretaria Executiva  
Ministério da Economia  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", 4º andar  
CEP: 70.048-900 - Brasília/DF

Sra. Taís Almeida e Silva  
Assistente Técnico-Administrativo

Ref.: **Processo nº 19953.100013/2019-65** - Documentação de  
suporte - **Indicação** de membro para a **Diretoria da Comissão de**  
**Valores Mobiliários – CVM.**

Prezada Senhora,

Dando sequência ao referido no Ofício SEI nº 7/2019/FAZENDA-ME, de 21.01.2019, encaminhado, em anexo, os documentos exigidos para minha indicação para apreciação pelo Senado Federal para escolha de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos (I) do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal ("RISF"), com redação dada pela Resolução nº 41 do Senado Federal, de 29.08.2013; e (II) do Ato da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal nº 02 de 2011-CAE, de 12.04.2011, conforme listados a seguir:

(i) **curriculum vitae**, do qual constam as informações requeridas pelo disposto no art. 383, I, "a", Itens 1. e 2., do RISF, e no art. 1º, I, "a" a "d", do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(ii) **declaração** requerida, nos termos do art. 383, I, "b", do RISF e art. 1º, II, "a" a "d", do Ato nº 02 de 2011-CAE, acompanhada de **certidões de regularidade fiscal** nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme exigido pelo disposto no parágrafo 3º, do art. 383, do RISF e no parágrafo 4º, do art. 1º, do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(iii) **argumentação escrita**, requerida conforme art. 383, I, "c", do RISF e art. 1º, III, do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(iv) **declaração** requerida, conforme art. 1º, II, "e", do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(v) cópias autenticadas dos **diplomas e certificados** comprobatórios das informações sobre formação acadêmica contidas no *curriculum vitae*, bem como **cartas e declarações** comprobatórias da experiência profissional indicada no *curriculum vitae*, em atenção ao disposto no parágrafo 1º, do art. 1º, do Ato nº 02 de 2011-CAE.

Agradeço desde já pela atenção e permaneço à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer informações e documentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

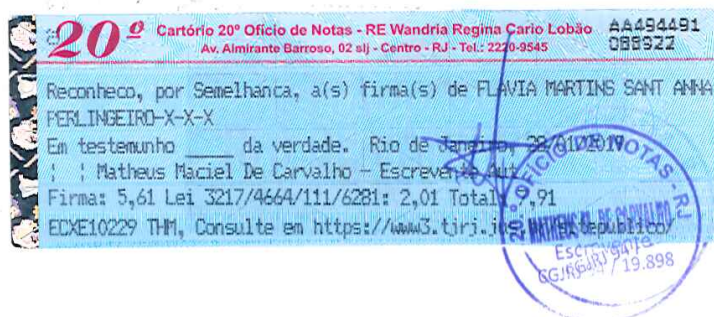
  
FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO

**FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO****DECLARAÇÃO**

(ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", DO ATO Nº 02 DE 2011-CAE)

Para fins do disposto no artigo 1º, inciso II, alínea "e", do Ato nº 02 de 2011-CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, declaro não ter atuado, nos últimos cinco anos, contados a partir do ano em que se deu minha indicação ao cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em instituição que esteja sujeita à fiscalização da referida Autarquia, ressalvando que, como advogada empregada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, trabalhei em consultoria jurídica interna que, por vezes, envolveu aspectos jurídicos relacionados à BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, companhia aberta com registro perante a CVM. Observo, contudo, não ter atuado perante a CVM, em nome da BNDESPAR nem do BNDES, em qualquer procedimento relativo à fiscalização ou a qualquer investigação, tampouco em qualquer inquérito ou processo administrativo, judicial ou arbitral, de que a BNDESPAR e/ou o BNDES sejam ou tenham sido parte.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.


**FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO**



# Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O REITOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de \_\_\_\_\_, DIREITO  
em 21 de JANEIRO de 19 94, confere o título de \_\_\_\_\_ a BACHAREL EM DIREITO \_\_\_\_\_

**FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA**

cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo IFP - RJ  
filha A de CLARIMUNDO JOSÉ DE SANT'ANNA E DE MARIA AMELIA MARTINS SANT'ANNA  
nascida A a 07 de MARÇO de 19 71, natural de RIO DE JANEIRO e outorga-lhe  
o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, 13 de MARÇO de 19 95

*Flávia Martins Sant'Anna*  
Diplomado

*Amélia Bonfatti Musyque*  
Diretor de Admissão e Registro

20<sup>o</sup> Cartório 20<sup>o</sup> Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão  
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545

AA519905  
088922

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocópia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta é devolvida.  
Rio de Janeiro, 25/01/2019

Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut  
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/8.261-2.035 Total: 8,13  
EXE09925 WMI. Consulte em <https://www3.tirj.rj.us.br/sitepublico>





Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
PUC-RIO  
DIRETORIA DE ADMISSÃO E REGISTRO

# A T E S T A D O

Atesto, para os devidos fins e a pedido de FLAVIA MARTINS SANT'ANNA, aluna do curso de Direito do Centro de Ciências Sociais desta Universidade, que a mesma recebeu através de concurso, Bolsa Escolar de Excelência IBM-PUC Rio, a qual cobriu integralmente o valor da mensalidade e mais 1/6 para auxílio na compra de livros.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1995.

*Patricia Esposel C. de Mesquita*

PATRICIA ESPOSEL C. DE MESQUITA

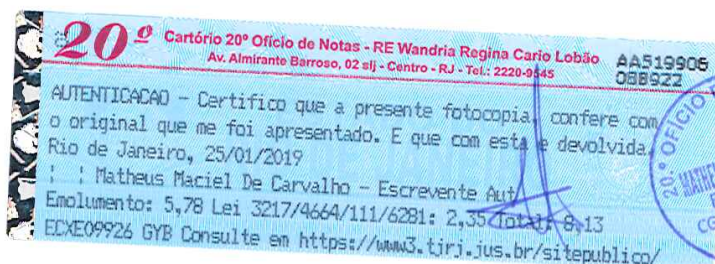
DIRETORA DE ADMISSÃO E REGISTRO



REGISTRO DE ASSUNTOS  
Assessor da Diretoria de Admissão e Registro



/MJRB



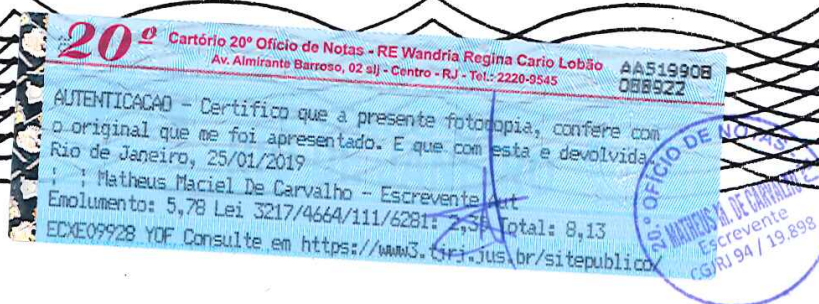
*Fundação Getúlio Vargas*  
*Escola de Pós-Graduação em Economia*  
**Certificado de Aprovação**

O Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getúlio Vargas, atesta que o Sr. a. FLAVIA MARTINS SANT'ANNA frequentou com regularidade o **CURSO DE CâMBIO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM O EXTERIOR**, prestou os respectivos exames e neles foi aprovado, no período de 16 de janeiro de 1995 a 20 de julho de 1995, (201 horas/aula).

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1995.

*C. Leal*  
**Carlos Ivan Simonsen Leal**  
 Diretor Geral - EPGE

*M. Glau*  
**Moyses Glau**  
 Diretor dos Cursos Especiais - EPGE





The President, Professors, and Trustees of  
**New York University**

To all persons to whom this writing may come, Greeting:

*Be it known that we in recognition of the successful  
 completion of the requisite course of study in our*

**School of Law**

*by virtue of authority granted us by charter of the State of New York  
 do confer upon*

**Mávia Martins Sant' Anna**

*the degree of*

**Master of Laws (in Corporation Law)**

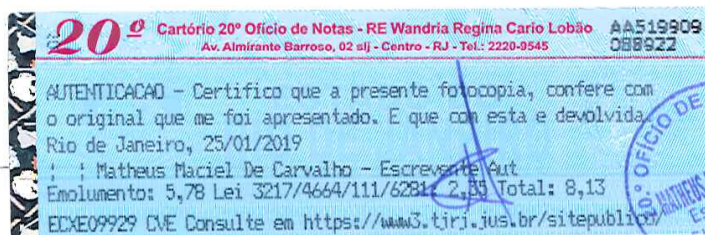
*with all the rights, privileges, and immunities thereunto appertaining.*

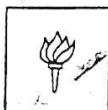
*In witness whereof we have caused this Diploma to be signed by the  
 duly authorized officers of the University and sealed with our corporate  
 seal, in the City of New York, May, Nineteen hundred ninety-eight.*



*S. Casar Schaffer*  
 Secretary

*John Sexton*  
 President  
*John Sexton*  
 Dean





## New York University

*A private university in the public service*

School of Law  
Global Law School Program

40 Washington Square South  
New York, NY 10012-1099

**Norman Dorsen, Faculty Chair**

Tel: (212) 998-6233

Fax: (212) 995-4030

**John R. Pagan, Director**

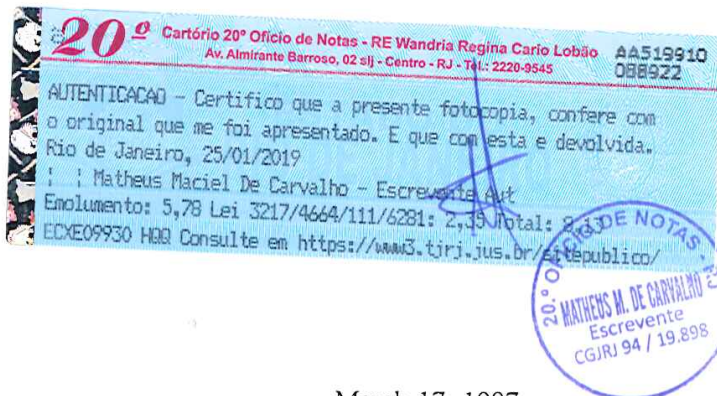
Tel: (212) 998-6033

Fax: (212) 995-4656

**Iqbal S. Ishar, Associate Director**

Tel: (212) 998-6178

Fax: (212) 995-4656



March 17, 1997

Ms. Flavia Sant'Anna  
123 Bank Street  
Apt. 480  
New York, NY 10014

Dear Ms. Sant'Anna:

Confirming your telephone discussion with this office, I am pleased to inform you that you have been selected as a Hauser Global Scholar for the 1997-98 academic year. You were selected by an international committee from an outstanding world-wide group of candidates and I congratulate you on this achievement.

The selection committee was led by Sir Robert Jennings, retired judge of the International Court of Justice, and included Professor Giuliano Amato, president of the Italian Antitrust Authority and former Prime Minister of Italy; Rita Hauser, president of the Hauser Foundation; Martin Lipton, chairman of the New York University Law Center Foundation; L. Jay Oliva, president of New York University; Hisashi Owada, Japanese Ambassador to the United Nations; Professor Sang-Hyun Song, dean of Seoul National University Law School, South Korea; Honorable Patricia Wald, judge of the United States Court of Appeals for the District of Columbia Circuit (Washington, D.C.), and four prominent professors of the New York University School of Law.

The Hauser Scholarship is provided to facilitate your graduate legal studies at this law school and is offered subject to the following terms and conditions.

The Scholarship will pay for one round-trip air ticket between your place of residence and New York, full tuition for the LL.M. or M.C.J. program, and for \$18,000 of living expenses including housing costs, text books and other study materials, and some daily expenses. Tuition will be paid directly by the law school to the university at the time of registration each semester. The living allowance will be paid to you in four equal installments. The first will be paid when you arrive, and the others on October 15, January 15, and March 15. If you choose to live in university housing, your housing cost also will



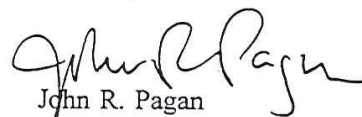
be paid directly by the law school, one fourth being deducted from each living allowance payment.

In addition to pursuing your chosen program of graduate study, you will be expected to enroll in one spring semester course created especially for Hauser Global Scholars, which will be in addition to the 24 credits required for a graduate degree. You also will be required to participate in certain programs and events that will be scheduled throughout the year. Scholars may not, during their residence at the law school, accept employment or engage in activities not related to their program of study without the prior written permission of the Director or Associate Director of the Global Law School Program. If you accept a scholarship or grant from any other source, the Hauser Scholarship will be proportionately reduced.

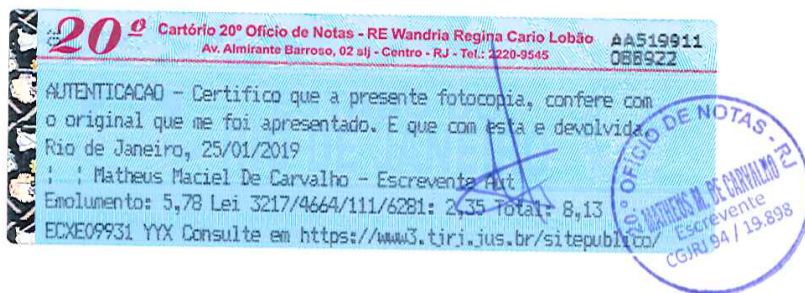
The award of a Hauser Scholarship is contingent upon your signing and returning the enclosed acceptance form no later than April 1. We will schedule a conference with you soon after your arrival at the law school to discuss your program of study, and we may be in touch with you before then if this seems desirable. In the meantime, please do not hesitate to telephone Iqbal Ishar at (212) 998-6178 with any questions you may have.

Once again, we send our warm congratulations on being selected as a Hauser Global Scholar. We look forward to having you here and will provide the fullest cooperation for your stay at the law school.

Sincerely,

  
John R. Pagan

enc.





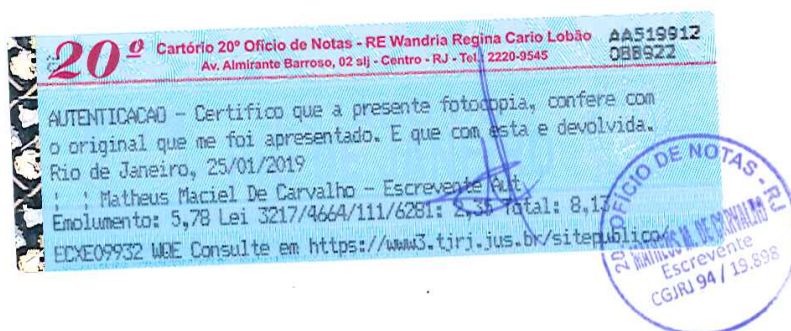
NEW YORK UNIVERSITY SCHOOL OF LAW  
GLOBAL LAW SCHOOL PROGRAM

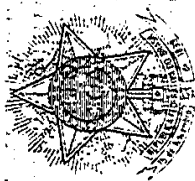
RESPONSE TO THE OFFER OF HAUSER GLOBAL SCHOLARSHIP

I accept your offer of the Hauser Global Scholarship for graduate legal studies at New York University School of Law for the 1997-98 academic year. I accept and will abide by all the rules governing the conduct of Hauser Global Scholars and those relating to the LL.M. or M.C.J. program. I agree to arrive at the law school for the opening day of classes and for any orientation program that is scheduled.

Name: Flávia Martins Sant'Anna

Date: March 21, 1997





# ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção do Estado do Rio de Janeiro

## CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições, considerando o resultado dos exames, resolve conferir a FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA nascida em 07 de maio de 1971 e de solteira, filha de Cláudio José de Sant'Anna e de Maria Amélia Martins Sant'Anna nascida em 07 de maio de 1971 o presente Certificado de Habilitação no Exame de Ordem.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 1974

DIRETOR DE ESTÁGIO  
PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA



By the Appellate Division of the  
**Supreme Court**  
 of the State of New York, in and  
 for the Third Judicial Department.

To all to whom these Presents shall come, Greeting:-

Know Ye, that **Flávia Martin Sant' Anna**  
 Having applied to be admitted to practice, as an Attorney and  
 Counsellor, at Law, in the Courts of Record of this State, and  
 having been Examined, as provided by Statute, and found  
 qualified, and being a person of good moral character, the said  
**Flávia Martin Sant' Anna** at the March 2002  
 Term of this Court, having taken, and subscribed the Consti-  
 tutional Oath of Office, as prescribed by Law, was duly admitted  
 and Licensed to practice, as an Attorney and Counsellor, in all  
 the Courts of this State, according to the Laws of this State,  
 and the rules and orders of said Courts.



In Testimony Whereof,

J. Anthony V. Cardona, Presiding Justice  
 of said Court, have hereunto set my hand and  
 caused the Seal of said Court to be hereunto  
 affixed, this 1<sup>st</sup> day of April  
 in the year two thousand and two  
 in the 226<sup>th</sup> year of the Independence  
 of the United States of America.

Attest

Michael J. Vnsch, Clerk

Anthony V. Cardona  
 Presiding Justice

20<sup>o</sup> Cartório 20<sup>o</sup> Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão  
 Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545

AA519913  
 088922

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com  
 o original que me foi apresentado. E que com esta é devolvida.  
 Rio de Janeiro, 25/01/2019





# ULHÔA CANTO

## ADVOGADOS

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

Ref. Confirmação de Experiência Profissional - Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

### A QUEM INTERESSAR POSSA:

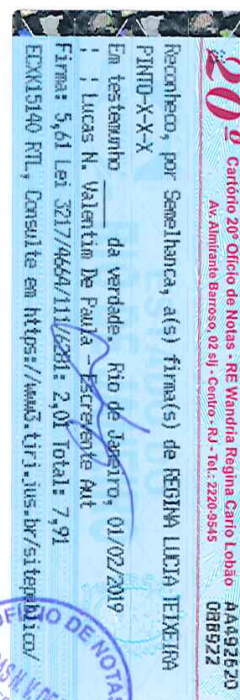
A pedido da interessada, confirma-se pela presente que Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, inscrita no CPF sob o nº 011.943.537-38 e na OAB-RJ sob o nº 82.167, trabalhou neste escritório no Rio de Janeiro, nos períodos e com os vínculos abaixo indicados:

- (i) contratação como estagiária de direito: em 20.07.1993
- (ii) como advogada (sob regime celetista): de 01.02.1994 até 30.12.1994
- (iii) como sócia (contrato social): de 30.01.1995 até 10.09.1996
- (iv) retorno como sócia (contrato social): de 31.08.1998 até 30.06.2010, observando-se que, de 02.01.2006 até 30.06.2010, integrou a sociedade como sócia conselheira.

Atenciosamente,

ULHÔA CANTO, REZENDE E GUERRA ADVOGADOS

  
REGINA LUCIA TEIXEIRA PINTO



# CLEARY GOTTlieb STEEN & HAMILTON LLP

WASHINGTON, D.C.  
PARIS  
BRUSSELS  
LONDON  
FRANKFURT  
COLOGNE  
MOSCOW

One Liberty Plaza  
New York, NY 10006-1470  
T: +1 212 225 2000  
F: +1 212 225 3999  
clearygottlieb.com

D: +1 (212) 225-3175  
lcowan@cgsh.com

ROME  
MILAN  
HONG KONG  
BEIJING  
BUENOS AIRES  
SÃO PAULO  
ABU DHABI  
SEOUL

January 24, 2019

Re: Employment Verification for Ms. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

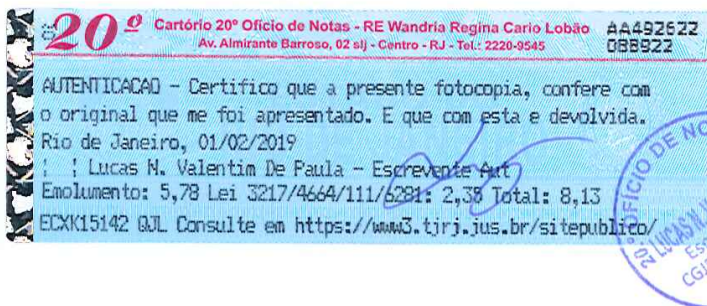
To Whom It May Concern:

This letter will confirm that Ms. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro joined the firm as an International Lawyer in the New York office of Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP on July 31, 1996. While employed, her practice focused on Capital Markets. She departed the firm on July 22, 1997 at the completion of the International Lawyers Program.

Sincerely,



Lauren Cowan  
Director Legal HR



Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP or an affiliated entity has an office in each of the cities listed above.

# Apostille

(Convention de La Haye du 5 Octobre 1961)

1. Country: United States of America  
This public document
2. has been signed by **Milton Adair Tingling**
3. acting in the capacity of **County Clerk**
4. bears the seal/stamp of the **county of New York**

Certified

5. at New York City, New York
6. the 25th day of January 2019
7. by Deputy Secretary of State for Business and Licensing Services, State of New York
8. No. NYC-1176344
9. Seal/Stamp
10. Signature

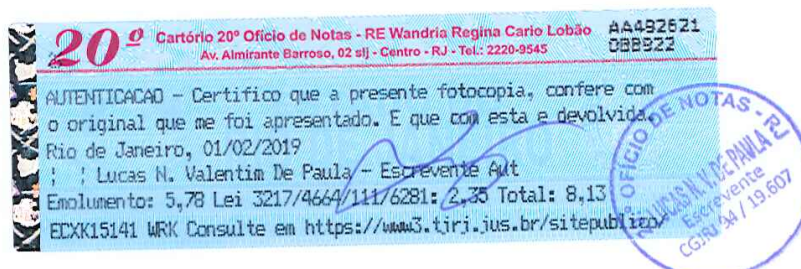


*Whitney A. Clark*

Whitney A. Clark

Deputy Secretary of State for Business and Licensing Services

Apostille (REV: 09/25/12)





Form 1

State of New York } ss:  
County of New York }

No. 524792

I, Milton Adair Tingling, Clerk of the County of New York, and Clerk of the Supreme Court in and for said county, the same being a court of record having a seal, DO HEREBY CERTIFY THAT

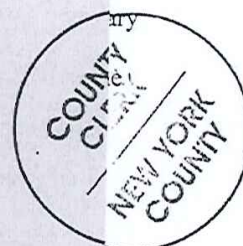
ELIZABETH A. REINA

whose name is subscribed to the annexed original instrument has been commissioned and qualified as a NOTARY PUBLIC.....  
and has filed his/her original signature in this office and that he/she was at the time of taking such proof or acknowledgment or oath duly authorized by the laws of the State of New York to take the same: that he/she is well acquainted with the handwriting of such public officer or has compared the signature on the certificate of proof or acknowledgment or oath with the original signature filed in his/her office by such public officer and he/she believes that the signature on the original instrument is genuine.

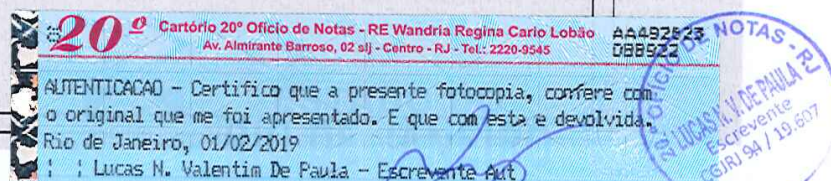


IN WITNESS WHEREOF, I have hereunto set my hand and my official seal this  
25th day of January, 2019

County Clerk, New York County



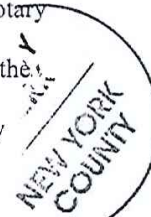
ork  
ty  
unty  
J

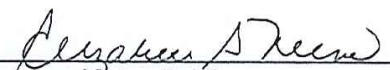


### ACKNOWLEDGMENT

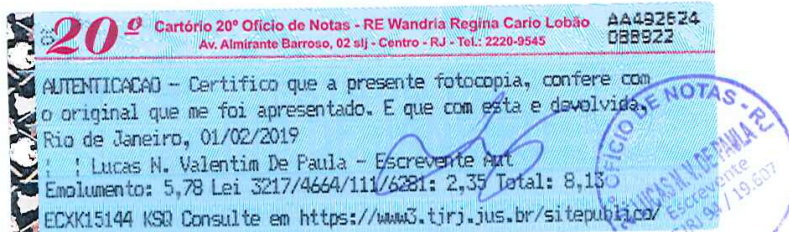
STATE OF NEW YORK     )  
                                   :SS.:  
 COUNTY OF NEW YORK    )

On the 24th day of January in the year 2019 before me the undersigned, a Notary Public in and for said State, personally appeared Lauren Cowan, the subscribing witness to the foregoing instrument, personally known to me or provided to me on the basis of satisfactory evidence to be the individual whose name is subscribed to the foregoing instrument and acknowledged to me that she executed the same in her capacity, and that by her signature on the instrument, the individual, or the person upon behalf of which the individual acted, executed the instrument.



  
 Notary Public

ELIZABETH A. REINA  
 Notary Public - State of New York  
 No. 43-4908980  
 Qualified in Richmond County  
 Certificate Filed in New York County  
 Commission Expires Oct. 19, 2021





**FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO****DECLARAÇÕES**

(ART. 383, INCISO I, ALÍNEA "B", DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL)

Para fins do disposto no artigo 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, venho pela presente prestar as seguintes declarações:

*1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.*

Meu marido, Rubem Tadeu Cordeiro Perlingeiro, é advogado integrante do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, desde 1996, e sócio conselheiro do referido escritório, desde 2009, mas nunca atuou ou patrocinou interesses perante a CVM.

Meu pai, Clarimundo José de Sant'Anna, afastado de qualquer atividade econômica há mais de 23 anos, foi administrador do Banco Nacional S.A. de 1975 a 1995.

Minha sobrinha, Marcella Perlingeiro de Farias, bacharel em administração de empresas, atua, desde 2018, na área de *compliance* do Banco Modal S.A.

*2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos.*

De 1995 a 1996 e de 1998 a 2010, fui sócia do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados. Até janeiro de 2006, fui titular de apenas 1 quota do capital social, tendo então passado a integrar o Conselho Deliberativo de Sócios do referido escritório e a ser titular de 865 quotas e, posteriormente, de 995 quotas do respectivo capital social. Em 2010, retirei-me da sociedade, mediante a cessão da totalidade dessas quotas para a própria sociedade.

Desde 1987, participo como sócia de sociedade *holding* patrimonial, denominada Significante Administração e Participações Ltda., que não desempenha qualquer atividade relacionada às competências da CVM nem presta quaisquer serviços de assessoria ou consultoria de qualquer natureza, sendo atualmente titular de 5.410 cotas do capital social, sendo as quotas restantes de titularidade do meu marido Rubem Tadeu Cordeiro Perlingeiro. De acordo com o Contrato Social da referida sociedade, não tenho poderes de administração.

*3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.*

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais e municipais.

*4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação da tramitação processual.*

Não figuro como autora ou ré em nenhuma ação judicial.





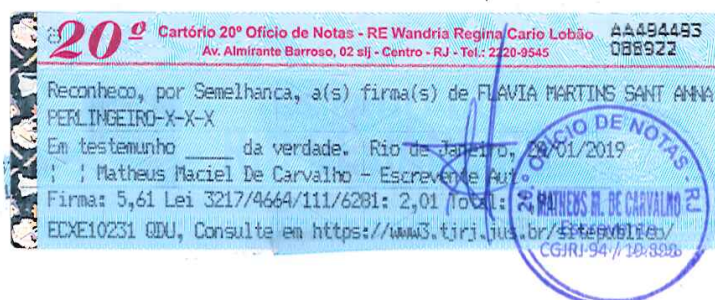
5. Atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Nos últimos cinco anos, não atuei em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais nem em cargos de direção de agências reguladoras.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.

*Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro*

**FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO**



25/01/2019



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO**  
**CPF: 011.943.537-38**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:24:28 do dia 25/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/07/2019.

Código de controle da certidão: **AE61.F186.780D.D884**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

1/27/2019

SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2019.1.1042702-7  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 011.943.537-38	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento que, até a presente data, <b>NÃO CONSTAM DÉBITOS</b> perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 27/01/2019 11:05</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 26/02/2019</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <a href="http://www.fazenda.rj.gov.br">www.fazenda.rj.gov.br</a>.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **12410/2019**, que no período de **1977 até 25/01/2019 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

NOME: **Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro**

CPF: **011.943.537-38**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **PPYQ.4130.42A1.7053**


Esta certidão tem validade até **31/07/2019**, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **01/02/2019 às 15:15:00.5**, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 01/02/2019 às 17:35:35.3

 <b>PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b> Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa	<b>Código de Controle</b>  X9CSCCM9CM
--	---

Página 1 de 1

**CERTIDÃO NEGATIVA**

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas físicas - CPF sob o nº 011.943.537-38, com endereço no(a) R ENG CORTES SIGAUD, nº 11 - BLOCO 2 APT 503 - RJ Cep: 22450-150, certifica que

**NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA****Observações Complementares**

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

**Observações**

Rio de Janeiro, RJ, 29/01/2019

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 17/05/2019. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço [daminternet.rio.rj.gov.br](http://daminternet.rio.rj.gov.br)



Clovis de Albuquerque Moreira Neto  
Procurador-Chefe  
Procuradoria da Dívida Ativa  
Mat. 11/238907-0

28/01/2019

DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA



SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

**DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA - Número 000057408**  
**(Instituída pela Resolução SMF nº 2828, de 09/12/2014)**

Declaramos para os devidos fins que não consta inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro para o CPF nº **011.943.537-38**.

Esta declaração tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição, e refere-se à situação cadastral e fiscal relativa exclusivamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Gerência de Cadastro (F/SUBTF/CIS-6), em 28/1/2019.

*Obs.1: Os profissionais autônomos não estabelecidos estão dispensados da obrigatoriedade de inscrever-se no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro e do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, conforme art. 12, inciso XIX, da Lei nº 691/84, com as alterações da Lei nº 3.691/03, e do art. 153, § 2º, do Decreto nº 10.514/91.*

*Obs.2: Esta Declaração não substitui, para efeitos de licitação e demais finalidades, a Certificação quanto à situação fiscal de outros tributos municipais.*

*Obs.3: É necessária a comprovação da autenticidade desta Declaração na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda.*

Rua Afonso Cavalcanti 455/Anexo, sala 315 • Cidade Nova • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20211-900  
Certidão emitida em 28/1/2019, 11:37 - Válida até 27/7/2019.





## DECLARAÇÃO AARH/DERHU - 013/2019

Declaramos, a pedido da interessada, que FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO, inscrita no CPF sob o nº 011943537-38, portadora da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 43156, série 689/RJ, empregada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, CNPJ nº 33.657.248/0001-89, empresa pública, admitida sob o regime celetista, em 01 de novembro de 2012, ocupante do cargo de Advogada, cumpre a jornada de trabalho de 10 às 18 horas com 1 hora de almoço e exerce suas atividades na Av. República do Chile – nº 100, nesta cidade.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Anderson Jose Silva dos Santos'.

Anderson Jose Silva dos Santos  
Gerente de Cadastro e Benefícios

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES  
Área de Administração e Recursos Humanos - Departamento de Administração de Recursos Humanos  
Avenida República do Chile, 100 – 12º andar - Centro  
20031-917 – Rio de Janeiro - RJ

**FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO****ARGUMENTAÇÃO ESCRITA**

(ART. 383, INCISO I, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL)

Pelas razões expostas sucintamente abaixo, considero ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em primeiro lugar, no que tange à experiência profissional, minha trajetória me permitiu reunir qualificações, competências e habilidades, necessárias e pertinentes para a referida posição, derivadas de relevante experiência, no setor privado e no setor público, que me propiciaram conjugar o dinamismo e o pragmatismo, marcantes na iniciativa privada, com o elevado senso de responsabilidade, propósito e espírito público, essenciais para uma atuação efetiva e transparente na Administração Pública.

Sou advogada e, no âmbito da advocacia privada, tive crescimento gradual e consistente, ao longo de mais de 17 anos de atividade, de estagiária à sócia conselheira do escritório *Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados*, uma das mais respeitadas firmas de advocacia tributária e empresarial do País. Em ambiente de absoluta integridade e excelência profissional, a intensa rotina de trabalho me assegurou oportunidade de desenvolvimento de habilidades interpessoais, no trabalho em equipe e de liderança, e de conhecimento efetivo dos mais controvertidos aspectos de operações realizadas no mercado financeiro e no mercado de capitais, por clientes de diversos setores da economia.

De início, entre 1993 e 1996, minha atuação teve maior foco em consultoria tributária, notadamente acerca de tributos incidentes em operações financeiras e negociação de valores mobiliários. Em meados de 1996, tive a oportunidade de trabalho por um ano, como advogada estrangeira (*international lawyer*), no renomado escritório *Cleary Gottlieb, Steen & Hamilton*, em Nova Iorque, que me trouxe novas frentes de atuação profissional, tendo atuado em diversas operações de emissão, por companhias brasileiras, de títulos de dívida e de certificados de depósito de ações no mercado de capitais norte-americano.

Em 1998, após concluir *Master in Laws* (L.L.M.) na New York University - NYU, regressei para o escritório *Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados*, passando a conduzir e liderar equipe responsável pela estruturação e negociação de operações de captação de recursos para financiamento de projetos, inclusive na modalidade de *project finance*, bem como de outras operações nos mercados financeiro e de capitais. Essa experiência me possibilitou a ascensão à sócia conselheira do escritório, em 2006, tendo assim permanecido até 2010.



Motivada por questões pessoais, relevante mudança de trajetória profissional ocorreu com o ingresso no setor público, em 2012, como advogada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em decorrência de aprovação em concurso público realizado em 2010, passando a enfrentar questões não menos desafiadoras, mas já sob a ótica da Administração Pública Indireta, conciliando a possibilidade de aplicar o conhecimento obtido na prática do setor privado, em prol da formulação e da execução de políticas públicas.

Após quatro anos de trabalho em consultoria operacional na Área Jurídica do BNDES, surgiu a oportunidade de movimentação para a Área de Investimentos no Mercado de Capitais e, na sequência, para unidade de governança corporativa, na Área de Gestão de Participações, encarregada de aprofundar estudos e promover medidas de fundamental relevância para o mercado de valores mobiliários, incluindo, por exemplo, a adoção de melhores práticas de governança corporativa, a influência de fatores ASG (ambientais, sociais e de governança) nos processos de investimento e o aprimoramento de normas e controles internos voltados a procedimentos de *compliance* e integridade no âmbito das companhias brasileiras.

Por fim, mas não menos relevante, soma-se à prática profissional minha sólida formação e experiência acadêmica, a evidenciar a qualificação técnica necessária.

Retratando meu perfil estudioso e dedicado, cabe destacar o reconhecimento de excelência acadêmica, com outorga de bolsa integral de estudos, tanto no curso de graduação em direito, concluído, em 1993, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, quanto no de pós-graduação (LL.M. em *Corporation Law*), concluído, em 1998, na New York University - NYU, em bolsa patrocinada pelo *Hauser Global Scholarship Program*, da própria NYU.

Além disso, o intenso ritmo de trabalho não foi obstáculo para, em paralelo à atuação como advogada, e com vistas a assegurar permanente atualização e interação com a academia, também lecionar em cursos de pós-graduação em direito do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC/RJ (de 2002 a 2005) e da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ (desde 2010). Ressalte-se que, na FGV/RJ, tenho ministrado, há mais de oito anos, nos cursos de Direito Empresarial e Direito Societário e Mercado de Capitais, disciplinas atinentes (i) ao financiamento das Sociedades Anônimas, por meio de oferta pública de valores mobiliários, em especial ações e debêntures; (ii) Órgãos Sociais das Sociedades Anônimas; e (iii) Fundos de Investimento em Valores Mobiliários, Fundos Imobiliários, Certificados de Recebíveis e Contratos de Investimento Coletivo; matérias centrais na atuação da CVM.

Assim, por todo o exposto acima, considero-me apta a exercer a atividade de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.

*Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro*

**FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO**

